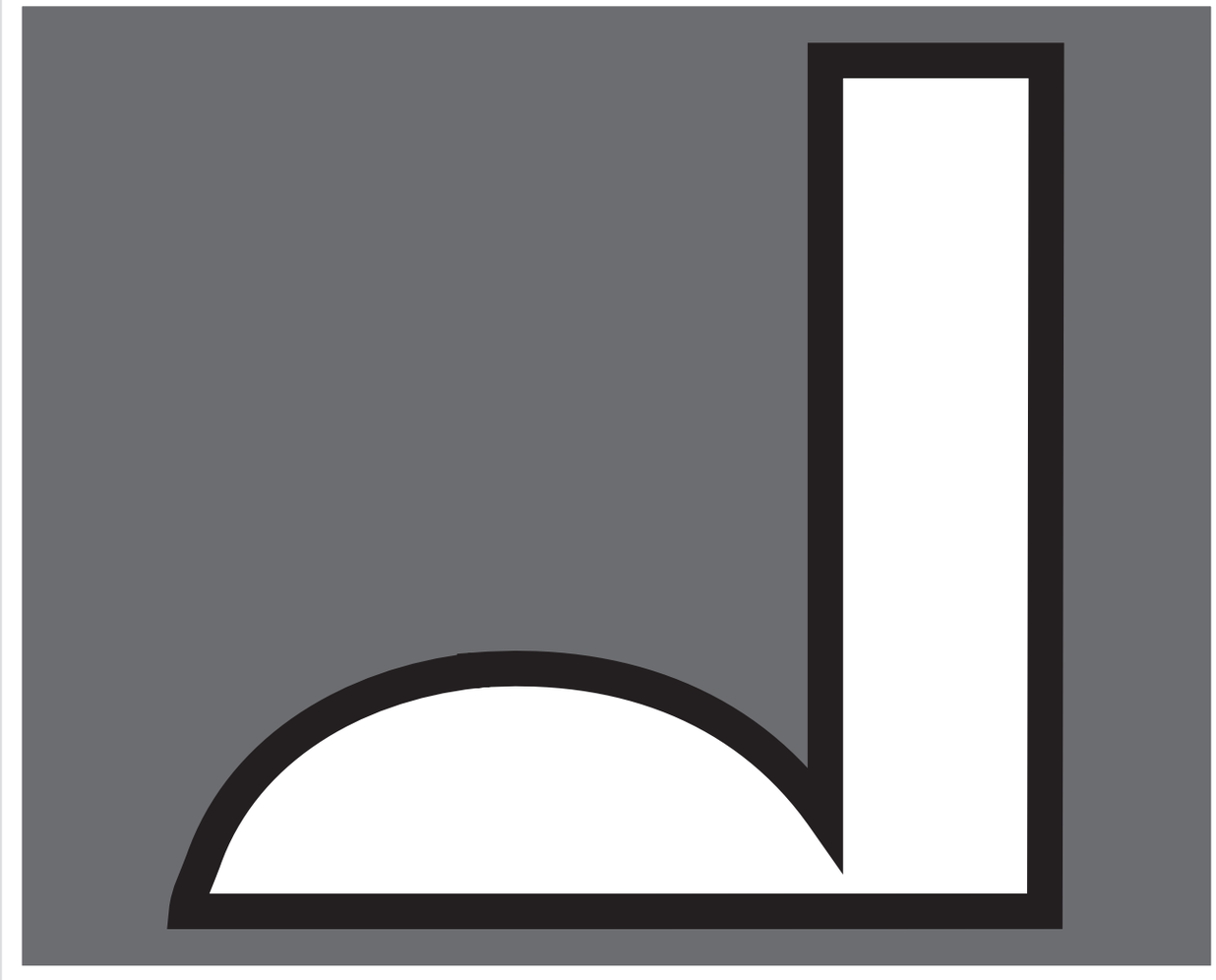
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

Atas de Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ANO LXVII – SUP. "A" AO Nº 113 – QUINTA-FEIRA, 02 DE AGOSTO DE 2012 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1ª VICE-PRESIDENTE
Marta Suplicy - (PT-SP)
2º VICE-PRESIDENTE
Waldemir Moka - (PMDB-MS)[3,4]
1º SECRETÁRIO
Cícero Lucena - (PSDB-PB)
2º SECRETÁRIO
João Ribeiro - (PR-TO)[2]
3º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
4º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)[1,5,6,7]
2º - João Durval - (P DT-BA)
3ª - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
4ª - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) - 25

Líder
Renan Calheiros - PMDB

.....

Líder do PMDB - 19
Renan Calheiros

Vice-Líderes do PMDB
Vital do Rêgo
Romero Jucá (40)
Sérgio Souza (20)
Waldemir Moka
Ricardo Ferraço
Casildo Maldaner

Líder do PP - 5
Francisco Dornelles

Vice-Líder do PP
Ana Amélia (12)

Líder do PV - 1
Paulo Davim

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 25

Líder
Walter Pinheiro - PT (22,27)

Vice-Líderes
Acir Gurgacz (49)
Lídice da Mata (29,39)
Inácio Arruda
Eduardo Lopes (37,44)

.....

Líder do PT - 13
Walter Pinheiro (22,27)

Vice-Líderes do PT
Wellington Dias (26)
Lindbergh Farias (28)
Ana Rita (25)
Anibal Diniz (24)

Líder do PDT - 5
Acir Gurgacz (49)

Vice-Líder do PDT
Pedro Taques (21)

Líder do PSB - 4
Lídice da Mata (29,39)

Vice-Líder do PSB
Antonio Carlos Valadares (30)

Líder do PC DO B - 2
Inácio Arruda

Líder do PRB - 1
Eduardo Lopes (37,44)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15

Líder
Jayme Campos - DEM (23)

Vice-Líderes
Cyro Miranda (34)
Flexa Ribeiro (7,33)
Lúcia Vânia (32)
Mário Couto (35)
Paulo Bauer (6,31)

.....

Líder do PSDB - 10
Alvaro Dias

Vice-Líderes do PSDB
Aloysio Nunes Ferreira (5)
Paulo Bauer (6,31)
Flexa Ribeiro (7,33)

Líder do DEM - 5
José Agripino (2,10,14,45,46)

Vice-Líder do DEM
Jayme Campos (23)

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC) - 13

Líder
Gim Argello - PTB

Vice-Líderes
Blairo Maggi (19)
Alfredo Nascimento (41)
João Vicente Claudino
Eduardo Amorim (17,47,48)

.....

Líder do PTB - 6
Gim Argello

Vice-Líderes do PTB
João Vicente Claudino
Mozarildo Cavalcanti

Líder do PR - 6
Blairo Maggi (19)

Vice-Líderes do PR
Alfredo Nascimento (41)
Vicentinho Alves (42)

Líder do PSC - 1
Eduardo Amorim (17,47,48)

Governo

Líder
Eduardo Braga - PMDB (38)

Vice-Líderes
Gim Argello
Benedito de Lira
Lídice da Mata (29,39)
Jorge Viana
Vital do Rêgo

PSD - 2

Líder
Kátia Abreu - PSD (11,13)

Vice-Líder
Sérgio Petecão

PSOL - 1

Líder
Randolfe Rodrigues - PSOL (18)

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE

Doris Marize Romariz Peixoto
Diretora-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Claudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Maria Amália Figueiredo da Luz
Diretora da Secretaria de Ata
Zuleide Spinola Costa da Cunha
Diretora da Secretaria de Taquigrafia

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATA

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Termo de Reunião nº 1, em 7 de fevereiro de 2012 4

Termo de Reunião nº 2, em 8 de fevereiro de 2012 4

Termo de Reunião nº 3, em 14 de fevereiro de 2012 4

Termo de Reunião nº 4, em 28 de fevereiro de 2012 5

Termo de Reunião nº 5, em 6 de março de 2012 5

Termo de Reunião nº 6, em 13 de março de 2012 6

Termo de Reunião nº 7, em 20 de março de 2012 6

Ata da Reunião de Instalação, realizada em 27 de março de 2012 7

Ata da 1ª Reunião Ordinária, realizada em 10 de abril de 2012 18

Ata da 2ª Reunião Ordinária, realizada em 17 de abril de 2012 22

Ata da 1ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 19 de abril de 2012 24

Ata da 3ª Reunião Ordinária, realizada em 24 e 25 de abril de 2012 48

Ata da 2ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 8 de maio de 2012 54

Ata da 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 9 de maio de 2012 76

Ata da 4ª Reunião Ordinária, realizada em 15 de maio de 2012 83

Ata da 3ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 16 de maio de 2012 87

Ata da 5ª Reunião Ordinária, realizada em 22 de maio de 2012 115

Ata da 2ª Reunião Extraordinária, realizada em 23 de maio de 2012 118

Ata da 6ª Reunião Ordinária, realizada em 29 e 30 de maio de 2012 118

Ata da 1ª Reunião Conjunta de Audiência Pública, realizada em 05 de junho de 2012 121

Ata da 4ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 12 de junho de 2012 146

Ata da 7ª Reunião Ordinária, realizada em 12 e 13 de junho de 2012 155

Ata da 8ª Reunião Ordinária, realizada em 19 de junho de 2012 181

Ata da 3ª Reunião Extraordinária, realizada em 19 e 20 de junho de 2012 183

Ata da 9ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de junho de 2012 220

Ata da 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 27 de junho de 2012 232

SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA QUINQUAGÉSIMA QUARTA LEGISLATURA

TERMO DE REUNIÃO Nº 1, DE 2012

Em virtude da inexistência de *quorum* para abertura dos trabalhos nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, deixou de ser realizada a Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, convocada para ter início às quatorze horas e trinta minutos do dia sete de fevereiro do ano de dois mil e doze, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, conforme disposto no *caput do art. 134, da Resolução nº 1/2006-CN, alterada pela de nº 3/2008-CN*. Foi registrada presença dos membros: **– Deputados titulares:** Claudio Cajado, João Dado, Luciana Santos e Rubens Bueno; **– Senador Titular:** Vital do Rêgo; **– Deputados Suplentes**: Ângelo Agnolin, Danilo Forte, Geraldo Resende e Pedro Chaves. Foi registrada a ausência dos membros: **– Deputados titulares:** Ademir Camilo, Andre Vargas, André Zacharow, Arlindo Chinaglia, Dilceu Sperafico, Edmar Arruda, Efraim Filho, Fábio Ramalho, Genecias Noronha, George Hilton, Geraldo Simões, Gilmar Machado, Giroto, Glauber Braga, Gonzaga Patriota, João Magalhães, José Priante, Marçal Filho, Márcio Reinaldo Moreira, Nilton Capixaba, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Britto, Rodrigo de Castro, Rogério Marinho, Rui Costa, Vitor Penido e Wellington Roberto; **– Senadores Titulares:** Acir Gurgacz, Anibal Diniz, Cyro Miranda, Francisco Dornelles, Jayme Campos, João Vicente Claudino, Magno Malta, Ricardo Ferraço, Sérgio Petecão e Walter Pinheiro . Para constar, eu, Maria do Socorro de L. Dantas, Secretária, lavrei o presente Termo, que será encaminhado para publicação no Diário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Claudio Cajado) – Não havendo *quorum* regimental para a abertura dos trabalhos, declaro encerrada a presente reunião. Antes, porém, convoco reunião extraordinária para amanhã, dia 8 de fevereiro, às 15 horas, neste plenário

TERMO DE REUNIÃO Nº 2, DE 2012

Em virtude da inexistência de *quorum* para abertura dos trabalhos nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, deixou de ser realizada a Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, convocada para ter início às quinze horas do dia oito de fevereiro do ano de dois mil e doze, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, conforme disposto no *caput do art. 134, da Resolução nº 1/2006-CN, alterada pela de nº 3/2008-CN*. Foi registrada presença dos membros: **– Deputados titulares:** André Zacharow, Claudio Cajado, Genecias Noronha, João Dado, João Magalhães, Marçal Filho e Rubens Bueno; **– Senador Titular:** Vital do Rêgo; **– Deputado Suplente**: Danilo Forte . Foi registrada a ausência dos membros: **– Deputados titulares:** Ademir Camilo, Andre Vargas, Arlindo Chinaglia, Dilceu Sperafico, Edmar Arruda, Efraim Filho, Fábio Ramalho, George Hilton, Geraldo Simões, Gilmar Machado, Giroto, Glauber Braga, Gonzaga Patriota, José Priante, Luciana Santos, Márcio Reinaldo Moreira, Nilton Capixaba, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Britto, Rodrigo de Castro, Rogério Marinho, Vitor Penido e Wellington Roberto; **– Senadores Titulares:** Acir Gurgacz, Anibal Diniz, Cyro Miranda, Francisco Dornelles, Jayme Campos, João Vicente Claudino, Magno Malta, Ricardo Ferraço, Sérgio Petecão e Walter Pinheiro. Para constar, eu, Maria do Socorro de L. Dantas, Secretária, lavrei o presente Termo, que será encaminhado para publicação no Diário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) – Infelizmente não há *quorum* para a abertura dos trabalhos.

Convoco reunião ordinária para o dia 14 de fevereiro, terça-feira, às 14h 30min, neste plenário.

TERMO DE REUNIÃO Nº 3, DE 2012

Em virtude da inexistência de *quorum* para abertura dos trabalhos nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, deixou de ser realizada a Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, convocada para ter início às quatorze horas e trinta minutos do dia quatorze de fevereiro do ano de dois mil e doze, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, conforme disposto no *caput do art. 134, da Resolução nº 1/2006-CN, alterada pela de nº 3/2008-CN*. Foi registrada presença dos membros: **– Deputados titulares:** Ademir Camilo, Claudio Cajado, Glauber Braga, João Magalhães, Luciana Santos e Rubens Bueno; **– Senador Titular:** Vital do Rêgo; **– Deputados Suplentes**: Alex Canziani, Danilo Forte, Domingos Sávio, Geraldo Resende, João Carlos Bacelar e Pedro Chaves. Foi registrada a ausência dos membros: **– Deputados titulares:** Andre Vargas, André Zacharow, Arlindo Chinaglia, Dilceu Sperafico, Edmar Arruda, Efraim Filho, Fábio Ramalho, Genecias Noronha, George Hilton, Geraldo Simões, Gilmar Machado, Giroto, Gonzaga Patriota, João Dado, José Priante, Marçal Filho, Márcio Reinaldo Moreira, Nilton Capixaba, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Britto, Rodrigo de Castro, Rogério Marinho, Vitor Penido e Wellington Roberto; **– Senadores Titulares:** Acir Gurgacz, Anibal Diniz, Cyro Miranda, Francisco Dornelles, Jayme Campos, João Vicente Claudino, Magno Malta,

Ricardo Ferraço, Sérgio Petecão e Walter Pinheiro. Para constar, eu, Maria do Socorro de L. Dantas, Secretária, lavrei o presente Termo, que será encaminhado para publicação no Diário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Boa tarde.

São 15 horas. Como há de se vislumbrar, nós não conseguimos *quorum* nem para a abertura dos nossos trabalhos nem para deliberação. Por isso os senhores assessores e jornalistas deram uma viagem perdida à Comissão. Eu peço desculpas e lamento em nome daqueles que faltaram. Estamos no período de carnaval, e a Casa já funciona meio bomba em algumas Comissões.

A pauta está mantida. Alguns novos requerimentos devem ser apresentados. Nós temos uma série de reuniões marcadas para após o carnaval. A primeira será deliberativa e será realizada dia 28. No Colégio de Líderes, firmamos que vamos deliberar os requerimentos que estão em pauta. Ainda há outra sessão dia 22, conforme a resolução, que terá a presença do Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini.

Para conhecimento dos senhores, também vamos fazer um seminário sobre a lei de execução orçamentária. Há um substitutivo na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, cuja relatoria é do Senador Dornelles, exatamente atualizando, por meio de legislação complementar, a lei de execução orçamentária, que é de 1965.

Nós fazemos aqui o Orçamento, os senhores acompanharam, e aí temos de imaginar que após o Orçamento fica uma legislação caduca, ortodoxa, atrasada e qualquer outro tipo de sinonímia que possa haver. Estou muito interessado, como Presidente da CMO, em dar seguimento a esse assunto tanto na CAE, da qual sou membro, quanto no Plenário do Senado. Esse substitutivo passa, essa lei complementar passa na CAE e no Plenário do Senado e na Comissão de Finanças e Tributação e no Plenário da Câmara. A proposta da CMO é votar essa nova legislação até junho, para que ela possa entrar em processo de autoaplicação.

É um esforço muito grande porque há muitos interesses em jogo, mas o Congresso Nacional precisa ter uma lei mais nova, que trate da execução orçamentária. É a minha meta, a partir desse curto espaço que vamos ter até o final de março, começo de abril, como Presidente da Comissão de Orçamento.

Tenham todos um bom carnaval, divirtam-se, descansem e bebam com moderação, se forem beber.

Fiquem com Deus.

TERMO DE REUNIÃO Nº 4, DE 2012

Em virtude da inexistência de *quorum* para abertura dos trabalhos nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, deixou de ser realizada a Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, convocada para ter início às quatorze horas e trinta minutos do dia vinte e oito de fevereiro do ano de dois mil e doze, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, conforme disposto no *caput do art. 134, da Resolução nº 1/2006-CN, alterada pela de nº 3/2008-CN*. Foi registrada presença dos membros: **– Deputados titulares:** André Zacharow, Edmar Arruda, Genecias Noronha, Glauber Braga, João Dado, João Magalhães e Rubens Bueno; **– Senador Titular:** Vital do Rêgo. Foi registrada a ausência dos membros: **– Deputados titulares:** Ademir Camilo, Andre Vargas, Arlindo Chinaglia, Claudio Cajado, Dilceu Sperafico, Efraim Filho, Fábio Ramalho, George Hilton, Geraldo Simões, Gilmar Machado, Giroto, Gonzaga Patriota, José Priante, Luciana Santos, Marçal Filho, Márcio Reinaldo Moreira, Nilton Capixaba, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Britto, Rodrigo de Castro, Rogério Marinho, Rui Costa, Vitor Penido e Wellington Roberto; **– Senadores Titulares:** Acir Gurgacz, Anibal Diniz, Cyro Miranda, Francisco Dornelles, Jayme Campos, João Vicente Claudino, Magno Malta, Ricardo Ferraço, Sérgio Petecão e Walter Pinheiro. Para constar, eu, Maria do Socorro de L. Dantas, Secretária, lavrei o presente Termo, que será encaminhado para publicação no Diário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (André Zacharow) – Não havendo *quorum* para a abertura dos trabalhos, convoco reunião ordinária para o dia 6 de março, terça-feira, às 14h30min, neste mesmo plenário.

Muito obrigado.

TERMO DE REUNIÃO Nº 5, DE 2012

Em virtude da inexistência de *quorum* para abertura dos trabalhos nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, deixou de ser realizada a Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, convocada para ter início às quatorze horas e trinta minutos do dia seis de março do ano de dois mil e doze, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, conforme disposto no *caput do art. 134, da Resolução nº 1/2006-CN, alterada pela de nº 3/2008-CN*. Foi registrada presença dos membros: **– Deputados titulares:** Ademir Camilo, Claudio Cajado, Dilceu Sperafico, João Dado, João Magalhães e Rubens Bueno; **– Senador Titular:** Cyro Miranda; **– Deputado Suplente**: Roberto Teixeira . Foi registrada a ausência dos membros: **– Deputados titulares:** Andre Vargas, André Zacharow, Arlindo Chi-

naglia, Edmar Arruda, Efraim Filho, Fábio Ramalho, Genecias Noronha, George Hilton, Geraldo Simões, Gilmar Machado, Giroto, Glauber Braga, Gonzaga Patriota, José Priante, Luciana Santos, Marçal Filho, Márcio Reinaldo Moreira, Nilton Capixaba, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Britto, Rodrigo de Castro, Rogério Marinho, Vitor Penido e Wellington Roberto; **– Senadores Titulares:** Acir Gurgacz, Anibal Diniz, Francisco Dornelles, Jayme Campos, João Vicente Claudino, Magno Malta, Ricardo Ferraço, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo e Walter Pinheiro. Para constar, eu, Maria do Socorro de L. Dantas, Secretária, lavrei o presente Termo, que será encaminhado para publicação no Diário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Claudio Cajado) – Não há *quorum* para abertura dos trabalhos.

Assim sendo, convoco reunião extraordinária para amanhã, dia 7 de março, às 14h30min.

Está encerrada a presente reunião.

TERMO DE REUNIÃO Nº 6, DE 2012

Em virtude da inexistência de *quorum* para abertura dos trabalhos nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, deixou de ser realizada a Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, convocada para ter início às quatorze horas e trinta minutos do dia treze de março do ano de dois mil e doze, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, conforme disposto no *caput do art. 134, da Resolução nº 1/2006-CN, alterada pela de nº 3/2008-CN*. Foi registrada presença dos membros: **– Deputados titulares:** Ademir Camilo, Efraim Filho, Fábio Ramalho, Gilmar Machado, Glauber Braga, Gonzaga Patriota, João Dado, Marçal Filho, Rogério Marinho e Rubens Bueno; **– Senador Titular:** Vital do Rêgo ; **– Deputados Suplentes**: Ângelo Agnolin, Daniel Almeida, Geraldo Resende e Sueli Vidigal. Foi registrada a ausência dos membros: **– Deputados titulares:** Andre Vargas, André Zacharow, Arlindo Chinaglia, Claudio Cajado, Dilceu Sperafico, Edmar Arruda, Genecias Noronha, George Hilton, Geraldo Simões, Giroto, João Magalhães, José Priante, Luciana Santos, Márcio Reinaldo Moreira, Nilton Capixaba, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Britto, Rodrigo de Castro, Vitor Penido e Wellington Roberto; **– Senadores Titulares:** Acir Gurgacz, Anibal Diniz, Cyro Miranda, Francisco Dornelles, Jayme Campos, João Vicente Claudino, Magno Malta, Ricardo Ferraço, Sérgio Petecão e Walter Pinheiro. Para constar, eu, Maria do Socorro de L .Dantas, Secretária, lavrei o presente Termo, que será encaminhado para publicação no Diário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) – Não há *quorum* para a abertura dos trabalhos.

Assim sendo, convoco reunião ordinária para o dia 20 de março, terça-feira, às 14h30min, neste plenário.

Está encerrada a reunião.

TERMO DE REUNIÃO Nº 7, DE 2012

Em virtude da inexistência de *quorum* para abertura dos trabalhos nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, deixou de ser realizada a Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, convocada para ter início às quatorze horas e trinta minutos do dia vinte de março do ano de dois mil e doze, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, conforme disposto no *caput do art. 134, da Resolução nº 1/2006-CN, alterada pela de nº 3/2008-CN*. Foi registrada presença dos membros: **– Deputados titulares:** Gilmar Machado, Gonzaga Patriota e Rubens Bueno; **– Senador Titular:** Vital do Rêgo ; **– Deputados Suplentes**: Carlos Magno e Danilo Forte. Foi registrada a ausência dos membros: **– Deputados titulares:** Ademir Camilo, Andre Vargas, André Zacharow, Arlindo Chinaglia, Claudio Cajado, Dilceu Sperafico, Edmar Arruda, Efraim Filho, Fábio Ramalho, Genecias Noronha, George Hilton, Geraldo Simões, Giroto, Glauber Braga, João Dado, João Magalhães, José Priante, Luciana Santos, Marçal Filho, Márcio Reinaldo Moreira, Nilton Capixaba, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Britto, Rodrigo de Castro, Rogério Marinho, Vitor Penido e Wellington Roberto; **– Senadores Titulares:** Acir Gurgacz, Anibal Diniz, Cyro Miranda, Francisco Dornelles, Jayme Campos, João Vicente Claudino, Magno Malta, Ricardo Ferraço, Sérgio Petecão e Walter Pinheiro. Para constar, eu, Maria do Socorro de L. Dantas, Secretária, lavrei o presente Termo, que será encaminhado para publicação no Diário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) – Não há número regimental para a abertura dos trabalhos.

Informo que no dia 22 de março, quinta-feira, às 10 horas, neste plenário, será realizada reunião conjunta de audiência pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, com as Comissões de Finanças e Tributação, Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e de Fiscalização Financeira e Controle, da Câmara dos Deputados, e com as Comissões de Assuntos Econômicos e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, do Senado Federal, com a presença do Dr. Alexandre Antônio Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil, que apresentará a avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas mo-

netária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços do Banco Central do Brasil, referentes ao 1º semestre do exercício de 2011, em atendimento ao estabelecido no § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Era o que tinha a ser relatado.

ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2012.

Aos vinte e sete dias do mês de março do ano de dois mil e doze, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados, para instalação e eleição da Mesa Diretora para o ano de 2012. Foi registrado o comparecimento dos membros: **– Deputados titulares**: Arnaldo Jardim, Cida Borghetti, Duarte Nogueira, Eliseu Padilha, Felipe Maia, João Maia, João Paulo Lima, Josias Gomes, Laurez Moreira, Leandro Vilela, Mauro Lopes, Osmar Júnior, Osmar Serraglio, Paulo Foletto, Paulo Pimenta, Paulo Rubem Santiago, Paulo Wagner, Professora Dorinha Seabra Rezende, Ratinho Junior, Reinaldo Azambuja, Renato Molling, Waldenor Pereira, Wandenkolk Gonçalves e Zeca Dirceu; **– Senadores titulares:** Antônio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Cássio Cunha Lima, Ciro Nogueira, Clésio Andrade, Flexa Ribeiro, Paulo Paim, Romero Jucá, Sérgio Petecão, Vicentinho Alves e Wellington Dias; **– Deputados suplentes:** Augusto Coutinho, Celso Maldaner, Cláudio Puty, Félix Mendonça Júnior, Hugo Motta, Lira Maia, Marcos Rogério, Roberto de Lucena, Toninho Pinheiro e Vanderlei Siraque; **– Senadores suplentes:** Angela Portela, Antonio Russo e Sérgio Souza. Registrou-se a ausência dos membros: **– Deputados titulares**; Aníbal Gomes, Arnon Bezerra, Edio Lopes, Eli Correa Filho, Giovanni Queiroz, João Leão e Luciano Castro. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Ademir Camilo, Eduardo Sciarra, Geraldo Resende e Vilson Covatti, e o Senador Vital do Rêgo. **ABERTURA:** às quatorze horas e cinquenta e oito minutos do dia vinte e sete de março e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006,* alterada pela *Resolução nº 3, de 2008*, *ambas do Congresso Nacional*, o Presidente, Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB), declarou iniciados os trabalhos. Informou que havia *quorum* regimental para deliberação nas duas Casas do Congresso Nacional e declarou instalada a Comissão para o ano de 2012. A seguir, o Presidente leu a composição da Comissão e proferiu breve discurso sobre a sua gestão na direção dos trabalhos, ao tempo em que teceu considerações sobre a iniciativa inovadora de apresentar o Relatório de Atividades da CMO de 2011. **EXPEDIENTE:** o Presidente leu os seguintes expedientes: **1)** OF. GLPMDB nº 030/2012, de 20 de março, do Senador Renan Calheiros, Líder do PMDB, indicando o Senador Romero Jucá (PMDB/RR), para o cargo de Relator-Geral do Projeto de Lei Orçamentária para 2013; **2)** OF nº 093/PT, de 21 de março, do Deputado Jilmar Tatto, Líder do PT, indicando o Deputado Paulo Pimenta (PT/RS) para o cargo de Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização; **3)** Ofício nº 29/12-GLP-SDB, de 26 de março, do Senador Álvaro Dias, Líder do PSDB, indicando o Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) para o cargo de Primeiro Vice-Presidente da CMO; **4)** Of. nº 335/2012/PSDB, de 27 de março, do Deputado Bruno Araújo, Líder do PSDB, indicando o Deputado Reinaldo Azambuja (PSDB/MS) para o cargo de Segundo Vice-Presidente da CMO; **5)** Ofício Leg. Nº 013/2012 GLPR, de 27 de março, do Senador Vicentinho Alves, Vice Líder do PR, indicando seu nome para o cargo de Terceiro Vice-Presidente da CMO; **6)** Ofício nº 040/2012 – GLDBAG, de 27 de março, do Senador Walter Pinheiro, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, indicando o Senador Antônio Carlos Valadares (PSB/SE), para o cargo de Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013. **ORDEM DO DIA:** O Presidente fez breve discurso e apresentou o Relatório de Atividades da CMO, durante a sua gestão no ano de 2011, no qual destaca as Emendas de Iniciativa Popular; parabenizou a ex-Secretária da CMO, Sra. Myrna Lopes Pereira, pelos trabalhos prestados à CMO por mais de 20 anos, e apresentou a nova Secretária, Sra. Maria do Socorro de L. Dantas. Prosseguindo, elogiou os serviços prestados pela Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, através do seu Diretor Sr. Wagner Primo Figueiredo Júnior, e da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal, através do seu Diretor, Sr. Orlando de Sá Cavalcante Neto. Agradeceu aos membros da Comissão de 2011, especialmente aos parlamentares Deputado Márcio Reinaldo Moreira (PP/MG), Senador Walter Pinheiro (PT/BA), Deputado Arlindo Chinaglia (PT/SP), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO) e o Deputado Gilmar Machado (PT/MG), que foram, respectivamente, Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012, Relator do Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período 2012-2015, Relator-Geral do Projeto de Lei Orçamentária para 2012, Relator da Receita, e representante da Liderança do Governo na CMO. Em seguida, propôs que a eleição da

Mesa Diretora da CMO para 2012 fosse por aclamação, tendo os candidatos para os seguintes cargos: Para Presidente: **Deputado Paulo Pimenta** (PT/RS); para Primeiro Vice-Presidente: **Senador Cássio Cunha Lima** (PSDB/PB); para Segundo Vice-Presidente: **Deputado Reinaldo Azambuja** (PSDB/MS); para Terceiro Vice-Presidente: **Senador Vicentinho Alves** (PR/TO). A proposta foi submetida à votação que foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Presidente declarou eleita e empossada a Mesa Diretora da Comissão para 2012 e convidou o Presidente eleito, Deputado Paulo Pimenta (PT/RS), para dirigir os trabalhos. O Presidente eleito fez o pronunciamento de posse e convidou os Vice-Presidentes eleitos para compor a Mesa. Usaram da palavra para parabenizar o Presidente pela sua eleição os Senadores Romero Jucá (PMDB/RR), Sérgio Souza (PMDB/PR), Flexa Ribeiro (PSDB/PA), Paulo Paim (PT/RS) e aos Deputados Toninho Pinheiro (PP/MG), Eliseu Padilha ((PMDB/RS), Vanderlei Siraque (PT/SP), Wandenkolk Gonçalves (PSDB/PA), Felipe Maia (DEM/RN), Zeca Dirceu (PT/PR), Waldenor Pereira (PT/BA), Eduardo Sciarra (PSD/PR), João Paulo Lima (PT/PE), Leandro Vilela (PMDB/GO), Cláudio Puty (PT/PA), Marcos Rogério (PDT/RO) e Cida Borghetti (PP/PR). O Senador Wellington Dias (PT/PI) levantou Questão de Ordem quanto à designação em 2012 de membros para a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO que já a integraram em 2011, nos termos do *art. 7º, § 1º, da Resolução nº 1/2006-CN*. O Presidente recebeu a questão de ordem e esclareceu que a indicação dos membros titulares e suplentes da CMO é de competência dos Líderes Partidários das duas Casas do Congresso Nacional, conforme estabelece o *art. 7º da Resolução nº 01/2006-CN, alterada pela Resolução nº 03/2008-CN*. Ao Presidente do Senado Federal cabe a designação dos membros da Comissão, mediante a indicação das Lideranças Partidárias, conforme estabelece o *art. 9º do Regimento Comum,* e informou que encaminhará a questão de ordem ao Presidente do Senado Federal por ser de sua competência a decisão da questão. Prosseguindo, o Presidente informou as seguintes diretrizes gerais: **1)** Conforme disposto no *art. 17 e no § 1º do art. 19 da Resolução nº 1/2006-CN,* o dia 1º de abril é o prazo final para indicação das seguintes relatorias: Relator da Receita e os Relatores Setoriais do projeto de lei orçamentária para 2013 e o Relator das contas prestadas pelos Chefes do Poder Executivo, além das suas próprias, as dos Presidentes dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Chefe do Ministério Público. Para fazer as indicações, as Lideranças Partidárias deverão observar o disposto no *art. 16 da Resolução nº 1/2006-CN.* **2)** O dia 1º de abril também é o prazo final para indicação dos membros e coordenadores dos seguintes comitês, conforme estabelece *art. 18 da Resolução nº 1/2006-CN*: Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária; Comitê de Avaliação da Receita; Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com indícios de irregularidades graves; e Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas. Tendo em vista que dia 1º de abril é domingo, informou que as indicações poderão ser feitas até dia 3 de abril. **3)** Solicitou a indicação por parte dos Líderes Partidários dos parlamentares que integrarão o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão. **4)** Inicialmente**,** as reuniões ordinárias serão realizadas às terças-feiras, às 14h30min, no plenário 2 da Câmara dos Deputados até que haja acordo com o novo Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO. **ENCERRAMENTO:** O Presidente convidou os membros e respectivos assessores a participarem da Palestra "*Como funciona a CMO*", que será realizada no dia 29 de março, às 10 horas, no plenário 2, da Câmara dos Deputados, sob a direção da Secretária da CMO, Sra. Maria do Socorro de L. Dantas, e com a participação do Diretor da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, Sr. Wagner Primo Figueiredo Júnior e do Diretor da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal, Sr. Orlando de Sá Cavalcante Neto. Por oportuno, informou que a Secretaria da CMO encaminhará a todos os gabinetes dos membros desta Comissão exemplar da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional. Nada mais havendo a tratar, o Presidente eleito encerrou os trabalhos, às dezesseis horas e três minutos. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **–** Deputado **PAULO PIMENTA**. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Muito boa tarde a todos os senhores e senhoras. Sejam muito bem-vindos à Comissão Mista de Orçamento, na sua nova composição.

São 14h58min. Havendo número regimental para a abertura dos nossos trabalhos, declaro iniciada a reunião de instalação e eleição da mesa diretora da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para o ano de 2012.

Havendo *quorum* para deliberação nas representações das duas Casas, Câmara e Senado, declaro instalada a Comissão para o ano de 2012.

Por um dever e atenção aos novos integrantes deste Congresso Nacional, faço questão, na condição de Presidente que se despede da Comissão, de ler as respectivas representações para o conhecimento dos assessores e companheiros de imprensa e assistência em geral.

Pelo Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados: João Paulo Lima, Josias Gomes, Paulo Pimenta, Waldenor Pereira, Zeca Dirceu, membros titulares. Suplentes: Cláudio Puty, Leonardo Monteiro, Rubens Otoni, Vander Loubet, Vanderlei Siraque.

Pelo PMDB: Aníbal Gomes, Edio Lopes, Eliseu Padilha, Leandro Vilela, Osmar Serraglio e Mauro Lopes. Suplentes: Celso Maldaner, Joaquim Beltrão, Hugo Motta. Ainda há três suplências a preencher.

Pelo PSDB: Duarte Nogueira, Reinaldo Azambuja e Wandenkolk Gonçalves. Suplentes: Carlos Alberto Leréia e ainda há duas suplências a preencher.

Pelo PP: João Leão, Renato Molling, Cida Borghetti. Suplentes: Roberto Balestra, Toninho Pinheiro e Waldir Maranhão.

Pelo DEMOCRATAS: Eli Correa Filho, Felipe Maia, Professora Dorinha Seabra Rezende. Suplentes: Augusto Coutinho, Lira Maia e Luiz Carlos Setim.

Pelo PR: João Maia, Luciano Castro. Suplentes: Giacobo e Jaime Martins.

Pelo PSB: Paulo Foletto e Laurez Moreira. Suplentes: Sandra Rosado e Antonio Balhmann.

Pelo PDT: Giovanni Queiroz e Paulo Rubem Santiago. Suplentes: Felix Mendonça Júnior e Marcos Rogério.

Pelo Bloco/PV/PPS: Arnaldo Jardim e Paulo Wagner. Suplentes: Roberto de Lucena e Stepan Nercessian.

Pelo PTB: Arnon Bezerra. Suplente: Antonio Brito.

Pelo PSC: Ratinho Junior. Suplente; Leonardo Gadelha.

Pelo PCdoB: Osmar Júnior, e ainda há uma vaga a ser preenchida.

Pelo PMN a vaga foi cedida ao Deputado Edio Lopes PMDB, que também está na condição de suplente.

Colegas Senadores, pelo Bloco de Apoio ao Governo – PT/PTB/PSB/PCdoB/PRB: Wellington Dias, Antônio Carlos Valadares, Paulo Paim. Suplentes: Vanessa Grazziotin e Angela Portela.

Bloco da Maioria – PMDB-PP-PV e PSC: Romero Jucá, Ciro Nogueira, Clésio Andrade. Suplentes: Senador Sérgio Souza e ainda há duas suplências a serem preenchidas.

Bloco da Minoria: Cássio Cunha Lima e Flexa Ribeiro. Há duas suplências a serem preenchidas.

PTB: Armando Monteiro e Mozarildo Cavalcanti.

PR: Vicentinho Alves e Antonio Russo.

PSD: Sérgio Petecão e Kátia Abreu.

Sejam todos muito bem-vindos.

Eu gostaria de me despedir, deixando com a Comissão, para conhecimento e pesquisa de todos os senhores, o nosso Relatório de Atividades de 2011. Foi um trabalho que me honra muito nesses 23 anos de atividade parlamentar, desde Vereador, na nossa cidade, Cássio, Campina Grande, até o Senado Federal, de ter podido presidir esta Comissão, a maior Comissão do Congresso Nacional, e aqui avançamos muito.

Do ano passado vamos deixar um legado para os senhores de conquistas importantes: as emendas parlamentares de iniciativa popular, emendas que foram conquistas desta Comissão e do Congresso Nacional; a articulação para a feitura de um orçamento que pudesse chegar ao crivo da Presidente da República e não receber nenhum veto, de forma inédita em todos esses anos.

Todas essas conquistas eu queria dividir com cada um dos membros da Comissão, a partir da nossa Secretaria, sem demérito nenhum, uma das mais competentes que temos nas duas Casas.

Queria fazer uma saudação especial a uma companheira que não está presente, mas que merece, do Congresso Nacional, ao longo de todo a sua vida funcional, a nossa lembrança e a nossa saudade: a companheira Myrna que tantos dos senhores que por aqui já passaram conhecem e podem atestar a sua competência. Hoje temos a "Corrinha", a Socorro, no seu lugar, que herda os ensinamentos de Myrna e divide, com responsabilidade, toda a grande tarefa de secretariar esta Comissão.

Não poderia deixar de testificar o trabalho desenvolvido pelas duas Coordenadorias de Orçamento, que são fantásticas sob o seu aspecto funcional, o companheiro Wagner, Coordenador de Orçamento da Câmara dos Deputados, e o companheiro Orlando, Coordenador de Orçamento do Senado Federal. Os dois são os grandes peões, os grandes pilares da construção da LDO e do Orçamento.

Quero dizer que saio este ano por força do impedimento legal, regimental, que é a nossa Resolução, a nossa Bíblia, mas espero estar aqui por uma decisão do meu Partido, o PMDB, no próximo ano.

E que seja feita a vontade de Deus, e com os senhores, a responsabilidade de presidir o Orçamento da União para o ano de 2012.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

Senhoras e senhores, acuso Ofício nº 93, do Partido dos Trabalhadores, de 21 de março deste ano, do Líder do PT, Jilmar Tatto, indicando o Deputado Paulo

Pimenta, PT-RS, para o cargo de Presidente da Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização. Ao mesmo tempo, acuso Ofício nº 29, de 2012, de 26 de março, do Senador Alvaro Dias, Líder do PSDB, indicando o conterrâneo Senador Cássio Cunha Lima para o cargo de 1º Vice-Presidente desta Comissão. Acuso ofício e recebo a indicação por parte do querido Deputado Bruno Araújo, Líder do PSDB, na Câmara, indicando o Deputado Reinaldo Azambuja, PSDB, do Mato Grosso, para o cargo de 2º Vice-Presidente desta Comissão. Tenho o prazer de receber a indicação do Vice-Líder, companheiro e amigo Vicentinho Alves, indicando o seu nome, em nome do Partido da República, para 3º Vice-Presidente desta Comissão.

Consulto o Plenário se poderemos, por força de um acordo que preside sempre as eleições na Casa, fazer esta eleição por aclamação. *(Pausa.)*

Sem discussão.

Em votação a proposta da eleição por aclamação na Câmara dos Deputados.

As Sras. e Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada.

As Sras. e Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada.

Foi aprovada a eleição, por aclamação.

Antes do Deputado Paulo Pimenta assumir os trabalhos, e, por conseguinte, toda a Mesa Diretora, eu gostaria de não deixar passar em branco uma gratidão enorme a alguns companheiros que irei personificar em nome de todos: o Relator da LDO, Márcio Reinaldo, do Partido Progressista, que fez um relatório fantástico; o nosso querido Relator do Plano Plurianual, Senador Walter Pinheiro, do Partido dos Trabalhadores; o Deputado Arlindo Chinaglia, novo Líder do Governo na Câmara; e o Relator da Receita, Senador Acir Gurgacz. Eles foram os quatro grandes mosqueteiros com quem eu tive a honra de trabalhar.

Por fim, em homenagem a todos os membros da minha Comissão de Orçamento, eu queria deixar um agradecimento especial ao grande motor desta Comissão, o homem que mais apanhou, mas o que mais merece aplausos, o Deputado Gilmar Machado. (*Palmas*.)

Gilmar foi o coordenador do Governo nesta Comissão, onde tudo funciona por acordo. Era quem levava as maiores broncas, mas era a minha válvula de escape para que acontecesse a votação.

Deputado Gilmar, muito obrigado por tudo que V.Exa. fez para que o sucesso desta Comissão se tornasse tão visível.

Declaro empossado o Presidente da Comissão Mista de Orçamento, Deputado Paulo Pimenta, a quem convido para assumir a condução dos nossos trabalhos. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Obrigado, Presidente. (*Palmas*.) Obrigado, Senador, pela gentileza das palavras. Antes de compor a Mesa, quero cumprimentar todos os senhores e as senhoras presentes.

Para compor a Mesa, convido o ilustre Senador Cássio Cunha Lima, do PSDB da Paraíba, 1º Vice-Presidente da Comissão; o Deputado Reinaldo Azambuja, do PSDB do Mato Grosso do Sul, 2º Vice-Presidente; e o Senador Vicentinho Alves, PR do Tocantins, 3º Vice-Presidente. (*Palmas*.)

Quero agradecer mais uma vez ao Presidente Vital do Rêgo. Fez S.Exa. um rápido balanço da sua gestão à frente da Comissão. Quero agradecer também à Liderança do Partido dos Trabalhadores e à nossa bancada pela indicação do meu nome para exercer a Presidência desta Comissão.

Em primeiro lugar, quero dizer a todos os senhores e as senhoras que estou extremamente honrado em assumir essa tarefa.

Todos nós integrantes desta Comissão temos consciência da importância do nosso trabalho. Esta Comissão Mista é a mais importante do Congresso Nacional. Com a assessoria técnica da Comissão, com as consultorias legislativas da Câmara e do Senado, com a experiência de muitos dos senhores e das senhoras, que em outras oportunidades foram integrantes desta Comissão, com as assessorias das lideranças e das bancadas, com todas essas condições e com responsabilidade, tenho absoluta certeza de vamos desempenhar à altura o desafio de presidir esta Comissão.

Tive a oportunidade, Vagner, de dar uma lida neste final de semana no *40 Anos da Consultoria Legislativa.*

Trata-se de uma publicação com vários artigos de servidores desta Casa. Mais ou menos a metade deles dizem respeito à Consultoria Legislativa do Orçamento. Temos aqui uma visão bastante clara de como, em todos os momentos em que o País passou por um processo autoritário, a primeira medida em relação ao Legislativo foi a de reduzir suas prerrogativas sob o ponto de vista da participação do processo orçamentário, seja na fiscalização, seja no processo de elaboração e participação ativa do Legislativo nas questões relativas à Lei Orçamentária.

Isto revela por si só a importância e o papel que tem esta Comissão, especialmente para afirmação do Poder Legislativo, do nosso papel e da nossa independência.

Nesta Comissão que trabalha muito pelo entendimento espero criar um ambiente positivo e avançar em muitas das questões que estão na "ordem do dia".

Portanto, minha expectativa é a melhor possível. Espero de fato ter uma Comissão em que todos participem, que haja muitos debates, muito diálogo, e que possa fundamentalmente cumprir seus objetivos.

Comunico aos Srs. Membros a seguinte indicação:

Ofício do PMDB nº 030, de 2012, de 20 de março, do Sr. Renan Calheiros, Líder do PMDB, indica o Senador Romero Jucá para o cargo de Relator-Geral do Projeto de Lei Orçamentária para 2013. S.Exa. está conosco.

Cumprimento o Senador Romero Jucá pela indicação e pela tarefa que terá pela frente.

Vou dar a palavra primeiramente ao Senador Romero Jucá. Em seguida, a palavra estará à disposição dos demais Parlamentares que desejarem dela fazer uso.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Saúdo o Deputado Paulo Pimenta, Presidente desta Comissão, e os Senadores Cássio Cunha Lima e Vicentinho Alves, Vice-Presidentes.

Saúdo todos os líderes, todos os Senadores e Senadoras, todos os Deputados e Deputadas.

Quero manifestar aqui minha honra e minha satisfação por ter sido indicado Relator-Geral do Orçamento. Fui Relator do Orçamento em 2004 e volto agora a exercer essa função. Tenho consciência de que a elaboração do Orçamento é coletiva, feita por todos os membros da Comissão. Portanto, trabalharei em conjunto.

Temos então um desafio pela frente: elaborar um bom Orçamento, um Orçamento que possa ser realizável. Vamos lutar aqui para que as práticas orçamentárias sejam fortalecidas e possamos chegar um dia a um orçamento impositivo, que deve ser o caminho a ser trilhado pelo Congresso Nacional. Sem dúvida nenhuma, essa decisão do Congresso precisa prevalecer em relação às despesas públicas.

Sr. Presidente Paulo Pimenta, vou precisar muito da ajuda de todas as companheiras e de todos os companheiros.

Volto a dizer que a elaboração do Orçamento é coletiva. Eu, na condição de Relator, pretendo participar coletivamente desse trabalho, abrindo espaços, ouvindo aconselhamentos, entendendo as demandas, apesar, é claro, de trabalhar com a escassez e com a dificuldade de um orçamento limitado a remanejamento de recursos. Sem dúvida alguma, teremos condição aqui de realizar um trabalho coletivo importante para o desenvolvimento do nosso País.

Quero agradecer a todos pela atenção. Fico à disposição de V.Exas., pedindo-lhes ajuda e compreensão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, ilustre Senador Romero Jucá, Relator do Orçamento.

A palavra está à disposição das Senhoras e Senhores Parlamentares.

O SR. DEPUTADO TONINHO PINHEIRO – Cumprimento o Presidente e a Mesa.

Meu nome é Toninho Pinheiro. Sou Deputado Federal do PP de Minas Gerais, recém-eleito. Tenho sido um fiel Deputado à Presidenta Dilma, que, por sua vez, tem sido muito fiel ao nosso povo no que diz respeito à honestidade e ao trabalho. A Presidente Dilma tem feito trabalho muito importante ao não tolerar a corrupção. Quando há qualquer tipo de roubo – tenho observado – a Presidenta Dilma põe a pessoa na rua. Isto é muito importante. E ela sozinha não dá conta. A imprensa tem mostrado que a corrupção no País está demais. A todo o momento vaza um escândalo de corrupção.

Então, com humildade e respeito, reconhecendo que a Presidente Dilma tem feito grande trabalho ao Brasil, quero sugerir, para acabar com a corrupção, mudanças no repasse do Governo Federal para os Municípios. Hoje, quando um Ministério envia 3 milhões de reais para uma cidade pobre, o que ele pede ao prefeito? Pede o projeto. Porém, 99% das vezes, o prefeito não tem condições de fazer o projeto. Aí, aparece uma empresa que doa o projeto, para, depois, controlar a licitação. Aí uma obra de 1,5 milhão de reais é feita por 3 milhões de reais. É esse tipo de superfaturamento que abre espaço para a corrupção. O Brasil não aguenta mais isso.

Quero sugerir que o repasse seja do Ministério direto para o prefeito, com o estabelecimento de um teto, talvez, por exemplo, de 1 milhão de reais. O prefeito pegaria esse dinheiro... Se o prefeito hoje recebe o dinheiro direto do Fundo de Participação dos Municípios sem intermediários, por que ter intermediários? Então, receberia o projeto... Se fossem 3 milhões de reais, ele pegaria 10%. Em primeiro lugar, ele licitaria o projeto. Depois de licitar o projeto, licitaria a obra, depois de licitar a obra, o prefeito a executaria, sob pena de punição exemplar... Aí, teríamos condições de fazer obra com mais economia e honestidade.

Outra coisa muito importante: um Ministério ao liberar dinheiro para um Município faria a devida divulgação desse repasse através dos meios de comunicação ao Ministério Público, aos vereadores, ao padre, ao pastor, a toda sociedade organizada. É muito mais fácil todos os órgãos de um Município fiscalizarem o prefeito do que um Ministério só fiscalizar 5.600 prefeitos.

O que acontece? Entra governo, sai governo e a corrupção continua, a ladroagem continua. Ninguém aguenta mais. A Presidente Dilma, ninguém pode ne-

gar, é uma mulher honesta que está batalhando para acabar com esses ladrões do dinheiro público. Portanto, cabe a nós, cada um a sua maneira, de coração, com humildade, oferecer sugestões para honrar o dinheiro público. É o que peço a esta Comissão de Orçamento.

Agradeço a todos por ouvirem minhas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Obrigado, Deputado Toninho Pinheiro.

Tem a palavra o Sr. Deputado Eliseu Padilha, do PMDB do Rio Grande do Sul.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, coloquei-me à disposição do meu Líder para integrar esta Comissão. Devo dizer que hoje estou muito feliz e muito realizado ao ver quem vai conduzir nossos trabalhos. Paulo Pimenta, nosso Presidente, Parlamentar brilhantíssimo. Embora jovem é experiente e experimentado. Tem demonstrado em todas as nossas tratativas coletivas na bancada gaúcha um espírito público singular, uma capacidade de ouvir muito grande, o que normalmente não é muito acessível a quem acaba chegando em posição de destaque. Por isso mesmo, sabemos que, na Presidência, vai conduzir muito bem esta Comissão.

De outra parte, com igual ou maior satisfação, vejo meu companheiro, Romero Jucá, na Relatoria-Geral do Orçamento. Ouvi de S.Exa. uma expressão que me tocou fortemente, sonha S.Exa. com o Orçamento impositivo.

Sei que o Presidente e o Relator têm essa preocupação. Contudo, ela tem que ser da Casa. Aqui, no Congresso Nacional, nesta Comissão conjunta da Câmara e do Senado, está efetivamente representada nossa Nação, que deve se sobrepor a qualquer outro tipo de interesse. Daí por que nossa busca pelo Orçamento impositivo, que, na minha visão, nos espera adiante, sem deixar de sinalizar que temos condições e competência para atender a este momento histórico. Todos conhecem o cenário internacional. Não vou agora tecer nenhuma consideração. Obviamente, haverá consequências este ano, inclusive sobre este trabalho, com vistas a ter que dividir cada vez mais parcimoniosamente aquele pouco, e que vai ficar mais reduzido, que resta para os investimentos.

Portanto, coloco-me à disposição, tanto do Relator, meu companheiro de partido, quanto do Presidente, para a missão que melhor puder atender aos interesses coletivos da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado ao Deputado Eliseu Padilha.

Concedo a palavra o Deputado Vanderlei Siraque, do PT de São Paulo.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI SIRAQUE – Boa tarde aos Srs. Deputados e aos Srs. Senadores.

É uma satisfação participar desta importante Comissão do Congresso Nacional. Aproveito para parabenizar o Deputado Paulo Pimenta pela assunção à Presidência da Comissão; o Senador Romero Jucá, ex-Líder do Governo, agora em função tão equivalente, até mais importante, Relator do Orçamento do nosso País. Cumprimento os Parlamentares Reinaldo Azambuja, Cássio Cunha Lima e Vicentinho que participam da Mesa e da coordenação dos trabalhos.

Deputado Eliseu Padilha, se não é possível o Orçamento impositivo que pelo menos seja participativo, que haja participação da sociedade brasileira, dos Governadores, dos Prefeitos, das instituições organizadas da sociedade civil; e que pelos menos as emendas parlamentares passem a ter um grau de interatividade no Congresso Nacional.

Parabéns à Mesa, a todos os Deputados e as Deputadas que compõem esta Comissão de grande interesse para o nosso País; que possamos apresentar emendas e elaborar um Orçamento que atenda aos interesses da maioria do nosso povo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado ao Deputado Vanderlei Siraque.

Concedo a palavra ao ilustre Parlamentar do Estado do Pará, da bancada do PSDB, Wandenkolk Gonçalves.

O SR. DEPUTADO WANDENKOLK GONÇALVES – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Inicialmente, cumprimento todos os que assumem neste momento a Comissão mais emblemática e mais importante do Congresso Nacional, por que não dizer a Comissão mais importante do País.

Quero agradecer ao nosso Líder, o Deputado Bruno Araújo, e a toda a nossa bancada que referendou nosso nome, apesar de ser um Deputado recém-chegado ao Congresso, para assumir Comissão de tamanha importância e, principalmente, de tamanha responsabilidade.

Quero deixar marcado aqui um sentimento. Há duas unanimidades neste País, e eu as acompanho. Uma é a reforma agrária. Nunca ouvi ninguém dizer que é contra a reforma agrária. A outra vem daqui, do Congresso Nacional: é o Orçamento impositivo. Nunca vi nenhum Parlamentar manifestar-se contra o Orçamento impositivo. Por causa da unanimidade, nunca saíram, nem a reforma agrária nem o Orçamento impositivo. Espero que, desta vez, seja para valer, e o Orçamento impositivo seja consignado, através desta Comissão, no Congresso Nacional.

Muito obrigado. Parabéns aos que assumem hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Deputado Wandenkolk Gonçalves.

Com a palavra o Deputado Felipe Maia, do Democratas do Rio Grande do Norte.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Sr. Presidente, em minhas breves palavras, quero desejar boa sorte à Mesa Diretora que assume neste momento, começando por V.Exa., Presidente Paulo Pimenta, passando pelo 1º Vice-Presidente, Senador Cássio Cunha Lima, meu vizinho da Paraíba, e pelo Deputado Reinaldo Azambuja e o Senador Vicentinho.

Quero dizer que esta Comissão é uma das mais importantes, porque somos os guardiões de um orçamento aprovado inicialmente num PPA, que passa pela LDO e é executado pela LOA, e que deveria ser executado ao pé da letra – o que é aprovado e o que deveria ser executado.

Todos os oradores que me antecederam falaram do Orçamento impositivo, um sonho da Câmara dos Deputados e um sonho do Senado Federal, e nada mais justo do que, na Comissão Mista, o citarmos. No momento em que aqui foi falado o orçamento participativo, ele se tornou participativo e diminuiu o tamanho desta Casa. No momento em que foi criada uma emenda popular na área da Saúde, diminuiu-se a participação e a prerrogativa da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Então, nas minhas breves palavras, quero alertar esta Comissão da importância que temos de defender as emendas parlamentares. Nós, que somos Legislativo e que temos como dever legislar e fiscalizar os atos do Poder Executivo, temos, no mínimo, uma pontinha de Executivo, as nossas emendas parlamentares – a forma como nós levamos benefícios concretos às nossas regiões e aos nossos Estados. Perdoe-me o Palácio do Planalto, mas quem conhece nossos Estados e nossos Municípios somos nós que semanalmente visitamos nossas bases, que sabemos onde precisa de uma escola, de um calçamento, de uma ambulância, de remédio, de uma quadra de esportes e de um ginásio, e não um Palácio do Planalto que tem por vício contingenciar o Orçamento, diminuir prerrogativas desta Casa, fazendo assim com que o outro lado da avenida, ou seja, o próprio Palácio do Planalto, possa executar o nosso Orçamento com outra assinatura.

Sr. Presidente, boa sorte e que Deus ilumine esta Comissão, para que o povo brasileiro possa ter aqui os seus representantes e aqueles que vão defender os seus orçamentos e as suas obras nos seus Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Obrigado, Deputado Felipe Maia, ilustre representante do Rio Grande do Norte, da bancada do Democratas.

Deputado Zeca Dirceu, do PT do Paraná.

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU – Presidente Paulo Pimenta, Senador Romero Jucá, demais membros desta importante Comissão, quero parabenizar a todos, reafirmar minha disposição de colaborar e contribuir para que tenhamos o maior êxito possível durante este ano.

Quero agradecer à bancada do Partido dos Trabalhadores não apenas pela minha indicação, o que me honra muito, para participar na condição de membro desta Comissão, mas também por ter a oportunidade neste ano de coordenar, nesta Comissão, os trabalhos da nossa bancada.

Espero, no decorrer deste ano, colaborar para que as discussões nesta Comissão estejam o mais próximas possível da realidade do dia a dia de cada Estado, de cada região, de cada Município do nosso País e, é claro, muito afinadas com aquilo que vem fazendo o Governo da nossa Presidenta Dilma, seus principais programas e ações, que hoje contam com alta aprovação popular, o que mostra a sua maneira acertada de entender as carências e necessidades do nosso povo, que também precisam estar aqui representadas, no trabalho desta Comissão.

Muito obrigado. Boa sorte a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Obrigado, Deputado Zeca Dirceu.

Senador Sérgio Souza.

O SR. SENADOR SÉRGIO SOUZA – Obrigado, Sr. Presidente. Gostaria de parabenizar V.Exa. pela eleição e pela brilhante escolha do Partido dos Trabalhadores. Tenho certeza de que V.Exa. vai conduzir com mão de juiz esta Comissão. Gostaria de parabenizar especialmente o meu colega do PMDB, Senador Jucá. Tenho absoluta convicção de que S.Exa. vai produzir um Orçamento homogêneo, atendendo aos anseios da sociedade, através da Câmara dos Deputados, e atendendo aos anseios das unidades federativas, através do Senado Federal.

Quero agradecer também ao PMDB, ao Líder do meu partido no Senado Federal, Renan Calheiros, por me confiar esta missão perante a Comissão de Orçamento.

Parabéns a todos que vão fazer esse trabalho – Senador Cássio – na Mesa da Comissão. Todos têm um trabalho muito importante pela frente. Sabemos da correria que ocorre nesta Comissão principalmente na reta final dos trabalhos. Todos querem, de certa forma, colocar as reivindicações dos seus Municípios, dos seus Estados, da sociedade em geral na lei orçamentária que será executada no ano seguinte. V.Exas., que compõem a Mesa, e nós, membros da Comissão, Senador Flexa Ribeiro, seremos demandados nesse sentido. É este o nosso papel. Contem comigo, estarei integralmente à disposição desta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, ilustre Senador Sérgio Souza, do PMDB do Paraná.

Com a palavra o Deputado Waldenor Pereira, do PT da Bahia.

O SR. DEPUTADO WALDENOR PEREIRA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, em primeiro lugar é um orgulho, uma honra participar desta Comissão Mista de Orçamento. Parabenizo todos os meus colegas membros desta Comissão e destaco a Presidência do Deputado Paulo Pimenta.

O Partido dos Trabalhadores inovou a gestão pública brasileira com o lançamento do orçamento participativo no Governo gaúcho. do Rio Grande do Sul. Tenho certeza de que o Deputado Paulo Pimenta, eleito pelo do Rio Grande do Sul, profundo conhecedor da matéria, trará essa experiência positiva do nosso partido a esta Comissão. Portanto, é muito bom que estejamos sendo liderados e presididos pelo Deputado Paulo Pimenta, que traz do Partido dos Trabalhadores e do Rio Grande do Sul essa experiência exitosa e vitoriosa do orçamento participativo.

Portanto, ao fazer esse destaque, quero parabenizar o Presidente Paulo Pimenta, o Relator Romero Jucá, os demais membros desta Comissão e me colocar à disposição para tudo fazer, empenhando-me ao máximo e colaborando com o desenvolvimento dos trabalhos desta que é, sem dúvida, uma das mais importantes Comissões do Congresso Nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Deputado Waldenor Pereira.

Com a palavra a Deputada Cida Borghetti, do PP do Paraná.

A SRA. DEPUTADA CIDA BORGHETTI – Quero saudar o Presidente, o Relator e os demais membros desta importante Mesa Diretora. Agradeço ao Líder do meu partido, Deputado Arthur Lira, que me indicou para esta Comissão. Também sou Deputada de primeiro mandato. Exerci dois mandatos como Deputada Estadual, mas tenho certeza de que aqui vou poder colaborar com esta Comissão principalmente nas ações pertinentes aos Municípios.

Relembro aqui que, muitas vezes, pude acompanhar os Deputados do meu Estado – estão aqui os Deputados Sciarra, Osmar Serraglio, Zeca Dirceu e o Senador Sérgio Souza. Acompanhei por inúmeras vezes o ex-Deputado Ricardo Barros, Relator à época de uma importante emenda ao Orçamento.

Quero então deixar o meu nome, o meu trabalho e o nome do Partido Progressista à disposição, com o Senador Ciro Nogueira e demais companheiros, para colaborar com esta Comissão e também com o Relator. Desejo sucesso a todos. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Deputado Cida Borghetti.

Ilustre Senador Wellington Dias, do Estado do Piauí.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON DIAS – Meu caro Deputado Paulo Pimenta, quero saudá-lo, além do Relator e todos os Parlamentares que compõem esta Comissão.

É uma alegria estar aqui, é a primeira vez que participo da Comissão, já tendo sido Deputado. Enfim, é uma honra participar deste momento. Desejo a todos um bom trabalho.

Sr. Presidente, quero apenas fazer uma questão de ordem. Peço que seja verificada uma situação que nada tem a ver com nenhum Parlamentar individualmente, é o esforço de vários partidos, de várias Lideranças. Trabalhou-se no sentido de se evitar mandatos consecutivos para possibilitar maior alternância, tanto na Câmara quanto no Senado, na participação nesta Comissão.

Faço um requerimento, porque há informações de que há alguns nomes de mandatos do ano passado que foram mantidos na Comissão. Assim sendo, com base na Resolução nº 1, de 1970, do Congresso Nacional, que atendeu a uma questão de ordem, amparada no art. 7º da Resolução nº 1, de 2006, que tem exatamente esse objetivo, que pudesse haver essa alternância na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Portanto, solicito à Mesa que analise a relação para o cumprimento dessa resolução.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Recebo a questão de ordem levantada pelo Senador Wellington Dias, acusando a indicação dos partidos para que componham a Comissão de Orçamento deste ano Parlamentares que já integravam esta Comissão no ano anterior.

Recebo a questão de ordem, e esclareço o seguinte: A indicação dos membros titulares e suplentes da Comissão é competência dos Líderes partidários das duas Casas do Congresso Nacional, conforme estabelece o art. 7º da Resolução nº 1, de 2006, alterada pelo Resolução nº 3, de 2008. Ao Presidente do Senado cabe a designação dos membros da Comissão, mediante indicação das Lideranças, art. 9º do Regimento Comum.

Diante do exposto, informo que encaminharei a questão de ordem ora levantada ao Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, por entender ser de competência de S.Exa. a decisão da questão.

Portanto, Senador Wellington Dias, estou encaminhando a questão de ordem de V.Exa. ao Presidente Sarney para que S.Exa. possa tomar adequada deliberação.

Com a palavra o ilustre Senador Flexa Ribeiro, do PSDB do Pará.

O SR. DEPUTADO FLEXA RIBEIRO – Sr. Presidente, Deputado Paulo Pimenta, Srs. membros da Mesa Diretora da Comissão Mista de Orçamento, Primeiro Vice-Presidente, Senador Cássio Cunha Lima, Segundo Vice-Presidente, Deputado Azambuja, Terceiro Vice-Presidente, Senador Vicentinho, Relator, sempre Líder, Senador Jucá, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, quero, Deputado Paulo Pimenta, em seu nome, parabenizar toda a Mesa Diretora e desejar-lhe sucesso nos trabalhos da Comissão Mista de Orçamento.

Sei das dificuldades que S.Exas. terão no encaminhamento dos trabalhos, porque já participei desta Comissão na legislatura passada. Tenho certeza de que a competência de S.Exas. levará a bom êxito a tarefa que teremos ao final desta sessão legislativa, o fechamento da peça orçamentária, que levará nosso País a ter um Orçamento para o próximo ano de acordo as expectativas.

Espero, Senador Jucá, que a competência de V.Exa. e a experiência acumulada ao longo de todos os anos no Legislativo deem à peça orçamentária aquilo que todos esperamos. Que nós possamos – V.Exa., como amazônida – receber incentivos para diminuir as agruras das regiões menos desenvolvidas. É na peça orçamentária que podemos diminuir as diferenças dessas regiões que necessitam da ação do Governo Federal.

Então, contem com o nosso trabalho, em especial do Senador Flexa Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Obrigado pela gentileza, pelas palavras, Senador Flexa Ribeiro, do PSDB do Pará.

Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Sciarra, do PSD do Paraná.

O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA – Quero cumprimentar a Mesa, o Presidente, Paulo Pimenta, o Relator, Romero Jucá, os Senadores Cássio Cunha Lima e Vicentinho e o Deputado Azambuja, e desejar a todos um bom trabalho à frente da Comissão de Orçamento.

Eu, que participei por várias vezes desta Comissão, pretendo participar este ano, mas o PSD, por entendimento regimental da Câmara, não tem representação nesta Comissão. Não vou fazer nenhuma questão de ordem, e, sim, fazer um apelo para o Presidente do Congresso Nacional, José Sarney, a fim de que possa, por meio de algum projeto de resolução, contemplar expressiva bancada aqui da Câmara.

O Regimento do Senado permite que Senadores do PSD participem desta Comissão. A questão de ordem que foi apresentado à Mesa nada tem a ver com a questão da representatividade. Nós queremos deixar este apelo, até porque o pluralismo nesta Comissão será muito importante, e o número de Deputados que o PSD tem hoje não pode deixar de ser reconhecido pelo Congresso Nacional. Este o apelo que fazemos ao Presidente do Congresso Nacional, Senador José Sarney.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Deputado Eduardo Sciarra.

Com a palavra o Deputado João Paulo Lima, do PT de Pernambuco.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO LIMA – Sr. Presidente, boa tarde. Quero parabenizá-lo pela unânime escolha. Quero também, neste momento, falar da importância da Comissão e da nossa responsabilidade frente aos interesses da Nação e às grandes prioridades deste Brasil. Falo especificamente do Nordeste, do Norte, entre outras regiões, há mudanças econômicas significativas, como o caso de Pernambuco, que tem tido grande crescimento. O Nordeste começa a cumprir papel mais importante na economia do Brasil e no desenvolvimento do nosso País.

É importante lembrar que aqui permearão os mais diversos interesses, além dos interesses regionais. Lembro da nossa responsabilidade de termos visão de Nação, da visão de Brasil.

Entendo que questões significativas do nosso País não serão resolvidas a partir da elaboração do Orçamento, mas o Brasil urge a necessidade de reforma tributária que faça divisão mais equânime dos recursos.

No mais, coloco-me inteiramente à disposição da Comissão, como integrante, para colaborar com o Brasil no momento de crescimento e de desenvolvimento econômico, mas também num ano de conjuntura econômica internacional difícil, com impactos grandes em nosso Brasil. Existe crise nos Estados Unidos, na Europa, no Japão, etc. Consequentemente, a nossa responsabilidade é a de trabalhar na elaboração do Orçamento para o ano que vem. Contem com o nosso apoio para prestarmos um grande serviço à Nação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Leandro Vilela, do PMDB de Goiás.

O SR. DEPUTADO LEANDRO VILELA – Sr. Presidente Deputado Paulo Pimenta, membros da Mesa, nossos cumprimentos também ao Relator, Senador Romero Jucá, do nosso partido, o PMDB.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, quero saudá-lo pela condução para presidir a Comissão mais importante desta Casa, a Comissão de Orçamentos, a qual tem a responsabilidade de tão bem trabalhar o Orçamento para o exercício de 2013.

Já fiz parte desta Comissão e sei o quanto todos nós temos aqui fundamental papel. Corroboro com outros colegas a importância de se pensar num trabalho a ser feito a quatro mãos sobre tema que já tantas vezes aqui colocamos, que é a execução do orçamento impositivo, mas que ele seja cumprido, para evitar tantos problemas como os que já assistimos em nosso País.

Ressalto também a importância de termos um orçamento que faça justiça social com Estados e, consequentemente, com Municípios, que muitas vezes ficam desassistidos.

Portanto, Sr. Presidente, cumprimento V.Exa. e desejo-lhe sucesso, ao mesmo tempo em que cumprimento e desejo sucesso e boa sorte ao nosso Relator Senador Romero Jucá que, eu tenho certeza, com a sua competência e habilidade, poderá contribuir muito com o relatório a ser construído por esta Comissão. Sem dúvida nenhuma, no exercício de 2013, com esse Orçamento, o País terá a retomada urgente dos investimentos, a fim de que possamos ter superávit primário para investimentos num País que cresce com números pequenos, mas que precisa voltar ao que foi em anos anteriores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Com a palavra o Deputado Cláudio Puty, do PT do Pará.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY – Saúdo os membros da Mesa, particularmente o companheiro Paulo Pimenta, na pessoa de quem saúdo a muito competente equipe técnica da Comissão de Orçamento, saúdo o Senador Romero Jucá, na pessoa de quem saúdo todos os Senadores, parabenizo o Deputado Paulo Pimenta, um Deputado muito ativo, muito comprometido com o processo de democratização do Parlamento, de maneira com que o Parlamento tenha cada vez mais transparência e possa prestar contas à população daquilo que aqui fazemos em nome dos votos recebidos.

Que nesta gestão, Deputado Paulo Pimenta, consigamos levar adiante o nosso princípio de democratização, de controle social e, fundamentalmente, de prestação de contas à população. Que consigamos avançar em mecanismos de controle social sobre o orçamento público federal.

Vivemos tempos progressistas neste País. Segundo a atual pesquisa mensal de empregos divulgada, nós temos a menor taxa de desocupação desde o início da série, em 2002. Portanto, não obstante o crescimento de 2,7% no ano passado, tivemos um bom resultado no que se refere à desocupação, o que apresenta novos desafios inclusive para a Comissão de Orçamentos, para que possamos, em conjunto com a Presidenta Dilma, levar adiante o processo de elevação do investimento público, assim como parte do investimento total. Dessa forma, cresceremos ainda mais e teremos condições de melhorar do nosso mercado de trabalho.

Um dos elementos centrais da bancada do PT, e assim eu acredito que da bancada da base aliada, é a defesa das conquistas do Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC, fundamentais para essa mudança que o Brasil tem experimentado. Obras em todas as regiões, obras fundamentais para darmos o grande salto para a frente com relação ao Governo Lula, que distribuiu renda, que conseguiu combater a miséria e, agora, nos cabe elevar a produtividade brasileira, superar gargalos, melhorar a qualidade da educação. E esse, eu acredito, é o grande desafio da Presidenta Dilma.

Parabéns, Deputado Paulo Pimenta! Um grande ano para V.Exa. e para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Deputado Cláudio Puty.

Na pessoa do Prefeito de Joinville Carlito Merss, saúdo todos os Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores que estão aqui nos prestigiando.

Registro que recebo o Ofício nº 040, de 2012, assinado pelo Senador Walter Pinheiro, Líder do PT e do bloco de apoio ao Governo, indicando o Senador Antônio Carlos Valadares para membro da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, 2012.

Com a palavra o Deputado Marcos Rogério.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Senadores aqui presentes, inicialmente quero cumprimentar V.Exa., Deputado, pela assunção ao cargo de Presidente desta Comissão, que é tão importante. Cumprimento os Senadores Cássio Cunha Lima, Vicentinho Alves e Romero Jucá, que é o nosso Relator, e o Deputado Reinaldo Azambuja, que compõem a Comissão Diretiva desta Comissão.

Já foi falado aqui sobre a importância desta Comissão, que tem papel destacado, fundamental para o País, pois trabalha a definição da política de investimentos com que se pretende atender aos interesses mais relevantes do País. Daí sua importância.

Muito já foi dito aqui hoje sobre o orçamento impositivo. Eu penso que esta Comissão tem esse papel destacado justamente porque tem aqui, nessa

pluralidade de Deputados e Senadores, a definição de propostas que representam o anseio mais urgente, as necessidades mais urgentes do País. Eu penso que esta Comissão tem pela frente um grande trabalho, e nós temos de, cada vez mais, valorizar o papel desta Comissão, valorizar aquilo que é definido nesta Comissão como programa orçamentário, porque ele representa o anseio mais urgente do País.

E, sem entrar no mérito do orçamento impositivo, gostaria de dizer que não podemos ter na peça orçamentária, no programa orçamentário, um instrumento tão frágil, sob pena, meu caro Líder Jucá, Relator desta Comissão a partir de então, de termos o enfraquecimento do Parlamento.

Eu penso que nós não podemos nem ir muito adiante para o engessamento das atribuições do Poder Executivo, mas não podemos ficar muito aquém. Nós temos que fazer como Montesquieu, temos que estabelecer o equilíbrio entre os Poderes para que o processo aconteça de forma democrática, republicana, e que façamos com que a nossa atuação se concretize na base, com investimentos sólidos e caminhando no rumo daquilo que mais interessa ao País.

V.Exa. tem um grande trabalho pela frente, assim como tem também cada membro desta Comissão, Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras.

Sr. Presidente, Comissão Diretiva, nossos cumprimentos em nome do PDT. Votos de muito sucesso a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Deputado Marcos Rogério.

Com a palavra a Prof. Dorinha. *(Pausa.)* Não se encontra.

Com a palavra o último orador, Senador Paulo Paim.

O SR. SENADOR PAULO PAIM – Cumprimento o Deputado Azambuja; o Senador Cássio, que não se encontra; o Senador Vicentinho; o Senador Relator Romero Jucá, que foi nosso Líder no Senado até há poucos dias; e Paulo Pimenta, Presidente desta Comissão, companheiro do PT lá do Rio Grande.

Meu Presidente, estou há 26 anos ininterruptos nesta Casa e nunca fiz parte desta Comissão. Neste ano fui convidado a vir, acabei aceitando e vou dizer porquê. Dizem-me toda vez que a questão dos aposentados tem de ser debatida aqui, Senador Romero Jucá. Ou há recursos no orçamento ou o aposentado acaba tendo zero de reajuste, como foi o caso deste ano. Quero lembrar a todos os membros desta Comissão que na votação do orçamento deste ano, com a presença do Deputado Jilmar, representando o Governo, e do Presidente Vital do Rêgo, foi feito um acordo de que neste ano nós teríamos reajustes reais para o aposentado, desde que nós suspendêssemos a obstrução naquela noite histórica de 22 para 23 de dezembro. Assim o fizemos e agora estamos aqui. E o apelo que eu faço a todos os Senadores e Deputados, e ao meu querido Relator, que foi Ministro da Previdência, é que olhemos com muita atenção e com muito carinho essa questão e que neste ano consigamos que o orçamento da União contemple a situação dos aposentados e pensionistas do Regime Geral de Previdência Social, que é simplesmente desesperadora. Esse é o apelo que eu faço à Comissão. Havíamos até conversado com o Presidente Vital do Rêgo sobre a possibilidade de fazermos uma minicomissão para nos debruçarmos sobre esse assunto e buscarmos alternativas do orçamento que contemplasse os aposentados. Vamos trabalhar de forma coletiva.

Era essa a minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Passamos agora às diretrizes gerais.

Conforme disposto no art. 17 e no § 1º do art. 19 da Resolução nº 1, de 2006, o dia 1º de abril é o prazo final para indicação das seguintes relatorias: Relator da Receita e Relatores Setoriais do projeto de lei orçamentária para 2013, Relator do projeto de lei de diretrizes orçamentárias para 2013, Relator das contas prestadas pelos Chefes do Poder Executivo, além das suas próprias, as dos Presidentes dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Chefe do Ministério Público. Para fazer as indicações, as lideranças partidárias deverão observar o disposto no art. 16 da Resolução nº 1, de 2006.

Igualmente, o dia 1º de abril é o prazo final para indicação dos membros e coordenadores dos seguintes comitês, conforme estabelece o art. 18 da Resolução nº 1, de 2006: Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária; Comitê de Avaliação da Receita; Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves e Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas.

Tendo em vista que dia 1º de abril é domingo, informo que as indicações poderão ser feitas até dia 3 de abril, terça-feira próxima.

Solicito a indicação por parte dos Líderes partidários dos Parlamentares que integrarão o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão.

Inicialmente, as reuniões ordinárias serão realizadas às terças-feiras, às 14h30min, neste plenário, até que haja acordo com o novo Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO.

Quero comunicar aos Srs. Parlamentares e assessores que achamos adequado, em razão inclusive da presença nesta Comissão de vários Parlamentares em primeira legislatura, fazer o seguinte convite: convidei a Sra. Maria do Socorro de Lacerda Dantas, o Sr. Wagner Primo Figueiredo Júnior, que é o Diretor da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, e o Sr. Orlando de Sá Cavalcante Neto, Diretor da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal, para fazerem uma palestra na próxima quinta-feira, às 10 horas, neste plenário, sobre o funcionamento da Comissão Mista de Orçamentos. Eu acho que é uma oportunidade importante para os Parlamentares, para os assessores, para que nós possamos esclarecer. Muita gente, como eu, precisa estar preparado para estar à altura deste desafio. Então, eu acho que vale a pena os Parlamentares que não puderem estar presente designar alguém da sua assessoria, do seu gabinete, para que possamos fazer aqui uma reunião de trabalho na próxima quinta-feira, às 10 horas da manhã.

Convoco reunião ordinária a ser realizada no próximo dia 10, terça-feira, às 14h30, neste plenário.

Declaro encerrada esta reunião.

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2012.

Às quatorze horas e cinquenta e sete minutos do dia dez de abril de dois mil e doze, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 2 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes das Pauta nº 5. Foi registrado o comparecimento dos membros: – **Deputados titulares**: Arnaldo Jardim, Cida Borghetti, Edio Lopes, Felipe Maia, João Leão, João Maia, João Paulo Lima, Josias Gomes, Laurez Moreira, Luciano Castro, Paulo Foletto, Paulo Pimenta, Paulo Rubem Santiago, Paulo Wagner, Professora Dorinha Seabra Rezende, Reinaldo Azambuja, Renato Molling, Waldenor Pereira, Wandenkolk Gonçalves e Zeca Dirceu; – **Senadores titulares:** Cássio Cunha Lima, Clésio Andrade, Flexa Ribeiro, Paulo Paim, Sérgio Petecão e Vicentinho Alves; – **Deputados suplentes:** Celso Maldaner, Cláudio Puty, Félix Mendonça Júnior, Leonardo Monteiro, Roberto de Lucena, Toninho Pinheiro, Vanderlei Siraque e Waldir Maranhão; – **Senadores Suplentes:** Angela Portela e Mozarildo Cavalcanti. Foi registrada a presença do parlamentar não-membro, Senador João Ribeiro. Foi registrada a ausência dos membros titulares: – **Deputados**: Aníbal Gomes, Arnon Bezerra, Duarte Nogueira, Eli Correa Filho, Eliseu Padilha, Giovanni Queiroz, Leandro Vilela, Mauro Lopes, Osmar Júnior, Osmar Serraglio e Ratinho Junior; – **Senadores**: Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Ciro Nogueira, Romero Jucá e Wellington Dias. **ABERTURA:** Havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006,* alterada pela *Resolução nº 3, de 2008*, *ambas do Congresso Nacional,* o Presidente, Deputado Paulo Pimenta (PT/RS), declarou iniciados os trabalhos. **AVISOS:** O Presidente apresentou aos membros da Comissão e às assessorias presentes um projeto piloto, de iniciativa do Departamento de Taquigrafia da Câmara dos Deputados, sob a direção da Srª Cássia Regina Botelho, que permite o registro taquigráfico *online* das reuniões. O Presidente passou à apreciação das Atas das seguintes reuniões: Ata da 13ª Reunião Extraordinária, realizada nos dias 6, 7, 8, 12, 13, 14, 15, 20, 21, e 22/12/2011; Ata da 5ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 12/12/2011; e Ata da Reunião de Instalação e Eleição da Mesa Diretora, realizada em 27/3/2012. Por consenso, foi dispensada a leitura das Atas que, em votação, foram **aprovadas** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Presidente comunicou que no dia 15 de maio, terça-feira, às 15 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, será realizada reunião conjunta de audiência pública, convocada com a finalidade de ouvir o Presidente do Banco Central do Brasil, Sr. **Alexandre Antonio Tombini**, que irá discorrer sobre a *"avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços do Banco Central do Brasil" – referentes ao 1º* e 2º semestres do exercício de 2011, em atendimento ao estabelecido no *§ 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal,* com a participação das seguintes Comissões: da Câmara dos Deputados: Comissão de Finanças e Tributação; Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; e Comissão de Fiscalização Financeira e Controle. do Senado Federal: Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Congresso Nacional: Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. **EXPEDIENTE:** Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, foi dispensada a leitura dos expedientes. O Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes foi encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias naquela data. **ORDEM**

DO DIA: O presidente transmitiu, temporariamente, a direção dos trabalhos ao Deputado Zeca Dirceu, para apresentar o Requerimento nº 02/2012-CMO**,** de sua autoria, constante do Item 1 da Pauta nº 5/2012. Pauta nº 5/2012 – Apreciação do **Requerimento nº 02/2012-CMO,** que "Requer a realização de audiência pública para debater o tema Parlamento Aberto". *(Propondo que sejam convidados os seguintes expositores: Tiago Peixoto, especialista em Governo Aberto do Banco Mundial; Andrew Mandelbaum, especialista em transparência legislativa da National Democratic Institute; John Wonderlich, especialista em transparência legislativa, da Sunlight Foundation; Greg Michener, pesquisador em transparência legislativa; Gherardo Casini, Diretor do Global Centre for ICT in Parliaments das Nações Unidas).* Autor: Deputado Paulo Pimenta. Fez uso da palavra o autor da proposição, Deputado Paulo Pimenta (PT/RS), que apresentou as razões que justificam o seu requerimento. Aberta a discussão e, não havendo oradores inscritos para debater a matéria, em votação, o Requerimento foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em seguida, o Deputado Paulo Pimenta reassumiu a Presidência dos trabalhos. Apreciação do Relatório apresentado à **Mensagem nº 93/2011-CN**, que "Encaminha nos termos do § 4º do art. 70 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao quarto bimestre de 2011". Relator: Senador Armando Monteiro. Voto: pelo arquivamento da matéria. Ausente o Relator, foi designada a Deputada Cida Borghetti (PP/PR) como Relatora *ad hoc*. Aberta a discussão e, não havendo oradores inscritos para debater a matéria, em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Apreciação do Relatório apresentado à **Mensagem nº 137/2011-CN**, que "Encaminha nos termos do § 4º do art. 70 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao quinto bimestre de 2011". Relator: Senador Armando Monteiro. Voto: pelo arquivamento da matéria. Ausente o Relator, foi designada a Deputada Cida Borghetti (PP/PR) como Relatora *ad hoc*. Aberta a discussão e, não havendo oradores inscritos para debater a matéria, em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Concluída a apreciação das matérias constantes da Pauta, o Presidente franqueou a palavra a quem dela desejasse fazer uso. Houve a manifestação dos Deputados João Leão, Waldir Maranhão e Celso Maldaner. **ENCERRAMENTO:** o Presidente encerrou a reunião às quinze horas e dezoito minutos. Antes, convocou reunião ordinária para o dia dezessete de abril, às quatorze horas e trinta minutos, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **–** Deputado **PAULO PIMENTA**. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Há número regimental para abertura dos trabalhos.

Declaro iniciada a 1ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 05/2012.

Há *quorum* para deliberação na representação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Informo aos senhores e às senhoras membros da Comissão e assessorias presentes que hoje estamos dando início a um projeto piloto na nossa Comissão, em que será disponibilizado o registro taquigráfico *on-line* das reuniões.

Esta é uma iniciativa do Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação da Câmara dos Deputados, proposta pela Diretora Cássia Regina Martins Ossipe Botelho, que se encontra presente.

Quero cumprimentar a toda a equipe o empenho. Esta é a primeira Comissão que terá o registro *on-line* das reuniões, o que possibilitará maior facilidade ao acesso, por parte da sociedade e dos gabinetes, aos resultados de tudo o que acontece em nossas reuniões. Serão disponibilizados, como ocorre no Plenário da Casa, em poucos minutos, discursos, áudios e vídeos da Comissão.

Eu dizia ontem para a Sra. Cássia da importância dessa iniciativa, uma vez que as informações da página da Comissão não são informações quaisquer; muitas delas são quase que informações de um cartório. Porque se trata de prazos que correm a partir daquela informação; de convocações feitas pela página; de decisões. Então, esta iniciativa hoje, da implantação do registro taquigráfico *on-line,* nas reuniões da Comissão Mista de Orçamento, é um importante avanço, uma medida que devemos saudar como positiva.

Provisoriamente, o acesso está disponível no seguinte endereço eletrônico: www.camara.gov.br/atividadelegislativa/plenário/registrodessessoes/discursodeplenario/deputados/discursoenotastaquigraficas. Evidentemente terá um *link* que facilitará o acesso às informações. Isso será muito bom para o trabalho da Secretaria da Comissão, pois poderá agora contar não apenas com o áudio, mas também com a íntegra, por

escrito, dos pronunciamentos parlamentares, praticamente em tempo real da Comissão.

Passemos à apreciação das atas.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura das atas por terem sido distribuídas antecipadamente.

Não havendo discussão e conforme estabelecido na alínea "f" do art. 8º do Regulamento Interno da Comissão, coloco em votação as atas das seguintes Reuniões Ordinárias:

13ª Reunião Extraordinária, realizada nos dias 6, 7, 8, 12, 13, 14, 15,20, 21 e 22/12/201; 5ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 12/12/2011; Reunião de Instalação e Eleição da Mesa Diretora, realizada em 27/03/2012.

Em votação as atas na representação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, fica dispensada a leitura dos expedientes que serão transcritos pelas notas taquigráficas desta reunião.

Informo ainda a V.Exas. que a lista com os expedientes será enviada por meio de correio eletrônico aos gabinetes dos membros e às Lideranças partidárias nesta data.

Solicito ao Deputado Zeca Dirceu que assuma a presidência dos trabalhos, tendo em vista que o requerimento em pauta é de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zeca Dirceu) – Passa-se à Ordem do Dia.

Pauta 5. Apreciação do Requerimento nº 02, de 2012, da CMO, que *"requer a realização de audiência pública para debater o tema Parlamento Aberto, propondo que sejam convidados os seguintes expositores: Tiago Peixoto, Andrew Mandelbaum, John Wonderlich, Greg Michener, Gherardo Casini, de autoria do Deputado Paulo Pimenta."*

O autor está com a palavra para a apresentação do requerimento.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Muito obrigado, Deputado Zeca Dirceu. Na realidade, Sr. Presidente, entre os dias 16 e 18 de abril, Brasília será sede de grande encontro internacional de especialistas de diversos países, em que será tratado o tema *Governos Abertos e Transparência*.

Esses palestrantes – especialistas na área de Governos Abertos –, atenderam gentilmente ao convite e confirmaram presenças ao evento que será realizado nesta Casa, promovido pela nossa Comissão. Na oportunidade, trarão para o âmbito desse debate a questão específica relativa ao Parlamento, até mesmo para que possamos conhecer um pouco das experiências que estão sendo desenvolvidas em outros países e de projetos que estão sendo acompanhados pelo Banco Mundial.

Nós temos experiências importantes, como o *e-Democracia*, o próprio trabalho desenvolvido por outros setores da Casa. E creio que será uma importante oportunidade para qualificarmos o debate no sentido de que as assessorias possam conhecer um pouco mais essa questão.

É nesse sentido que apresentei este requerimento e peço o apoio e a aprovação a todos os senhores e senhoras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zeca Dirceu) – O requerimento está em discussão.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAIA – Apenas para um esclarecimento. Está combinada a data, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zeca Dirceu) – Está combinada a data. Seria no dia 19. Tem que ser nessa data porque é exatamente o período em que eles estarão no País. *(Pausa.)*

A palavra está aberta.

A discussão está encerrada.

O requerimento está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, por unanimidade.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, por unanimidade.

Chamo o Deputado Paulo Pimenta, Presidente desta Comissão, para retornar ao seu posto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – É dia 19, é isso? *(Pausa.)*

Então, essa audiência pública ocorrerá no dia 19, às 10h da manhã, uma quinta-feira.

Pauta nº 5.

Apreciação do relatório apresentado à Mensagem nº 93, de 2011, do Congresso Nacional, que encaminha, nos termos do § 4º do art. 70 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas referente ao quarto bimestre de 2011.

O Relator é o Senador Armando Monteiro. O voto é pelo arquivamento da matéria.

Solicito a gentileza ao Senador João Ribeiro para poder... *(Pausa.)*

Solicito a gentileza à Deputada Cida Borghetti, na ausência do Relator...

O SR. SENADOR JOÃO RIBEIRO – Sr. Presidente, quero apenas agradecer a indicação a V.Exa., mas, lamentavelmente, o Regimento não me permite porque estou aqui como Líder. Eu não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Agradeço a V.Exa. a gentileza.

O SR. SENADOR JOÃO RIBEIRO – Eu o faria, com todo o prazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Solicito à Deputada Cida Borghetti que assuma, *ad hoc*, a Relatoria desta Mensagem.

O Relator é o Senador Armando Monteiro. O voto de S.Exa. é pelo arquivamento.

Solicito à Deputada que assuma essa tarefa.

A SRA. DEPUTADA CIDA BORGHETTI – Agradeço ao nosso Presidente.

"O Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas da União referente ao quarto bimestre de 2011, contendo a Análise e Revisão das Expectativas de Arrecadação das Receitas e de Realização das Despesas para o ano de 2011, as quais são componentes fundamentais na formação do resultado primário.

Sr. Presidente, diante do exposto, voto no sentido de que esta Comissão tome conhecimento da Mensagem nº 93, de 2011-CN, e dos demais documentos que compõem esse processo, e determine o seu arquivamento.

Sala das Comissões, 2012. Senador Relator Armando Monteiro."

Muito obrigada.

Era isso, Sr. Presidente Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Deputada Cida Borghetti.

Em discussão o relatório .

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, por unanimidade.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, por unanimidade.

No mesmo relatório, está em apreciação a Mensagem nº 137, de 2011, do Congresso Nacional.

Com a palavra novamente a Deputada Cida Borghetti.

A SRA. DEPUTADA CIDA BORGHETTI – No relatório consta que *o Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas da União referente ao quinto bimestre de 2011, contendo a Análise e a Revisão das Expectativas de Arrecadação das Receitas e de Realização das Despesas para 2011, as quais são componentes fundamentais na formação do resultado primário."*

Portanto, o voto é: *"Diante do exposto, voto no sentido de que esta Comissão tome conhecimento da Mensagem nº 137, de 2011, e dos demais documentos que compõem o respectivo processo e determine o seu arquivamento. (Sala das Comissões. Relator, Senador Armando Monteiro. Presidente, Deputado Paulo Pimenta.)"*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – A matéria está em discussão.

Não havendo quem queira discuti-la, encerro a discussão.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, por unanimidade.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, por unanimidade.

Informo às Sras. e aos Srs. que foi marcada para o dia 15 de maio, terça-feira, às 15 horas, audiência com o Presidente do Banco Central. Então, já está definida a data.

Solicito previamente que seja agendada a presença das Sras. e dos Srs. Parlamentares para 15 de maio, às 15 horas.

A palavra está à disposição dos nobres pares, caso algum dos Srs. Parlamentares...

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado João Leão, a palavra está com V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Sr. Presidente, primeiro, quero dar um abraço a todos os colegas e a todos os amigos que aqui estão e dizer que estou voltando. Vim para esta Comissão. Os melhores anos da minha vida como Parlamentar passamos nesta Comissão. Esta é uma Comissão de grandes conquistas. Nunca posso esquecer que o tão badalado PAC, de que se fala hoje, foi uma conquista nossa, nesta Comissão. O PAC foi criado aqui. Há toda uma história, graças, principalmente, aos nossos técnicos, aos Parlamenta-

res – O PAC veio. O Governo, no início, não acreditava no processo do PAC, como ele seria oficializado. E o Presidente Lula, com sua lucidez, não o vetou. Havia muitos que queriam vetar a criação do PAC. Então, repito, o PAC foi criado aqui.

Outro fato muito importante de que participamos nesta Comissão foi a criação do Fundo Soberano. Infelizmente, no primeiro momento, ele foi vetado. Posteriormente, para surpresa nossa e desta Comissão, ele veio para cá *ipsis litteris*, da maneira que nós, juntamente com a área técnica e com os companheiros da Comissão, tínhamos criado.

Esta é uma Comissão que ajuda, e muito, o Governo. Tanto ajuda quanto fiscaliza. Eu me sinto muito feliz por ter, durante todos esses anos, estado ao lado de todos os companheiros e de ter tido esta Comissão dirigida por V.Exa. Ampla maioria de Deputados do meu partido, o Partido Progressista, está nesta Comissão: o Deputado Waldir Maranhão; minha querida Deputada Cida Borghetti.

Quero deixar um abraço muito grande aos companheiros que estão chegando, aos novos membros desta Comissão, e dizer que vim novamente para tentar ajudar.

Quero agradecer aos funcionários desta Comissão, à comissão técnica, a essas meninas lindas e maravilhosas, que sempre nos ajudaram e nos ensinaram.

Quero agradecer a esta Comissão alguns padrões que tivemos durante a vida toda, como o ex-Ministro Delfim Netto, que foi meu professor nesta Comissão; ao meu companheiro, hoje Senador Walter Pinheiro; ao nosso Líder do Governo, Deputado Gilmar Machado, e a tantos companheiros que nessa luta transformaram esta Comissão num ápice que hoje faz bem ao Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado Waldir Maranhão.

O SR. DEPUTADO WALDIR MARANHÃO – Sr. Presidente, eu não tive oportunidade, quando da instalação desta Comissão, em que V.Exa. foi guindado à condição de nosso Presidente, de congratular-me com V.Exa. Mas quero dizer que esse reencontro é saudável para o Parlamento, uma vez que V.Exa., enquanto Presidente da Comissão de Legislação Participativa, deu o tom, demonstrou habilidade e colocou-se a serviço do País. De igual modo, à frente desta Comissão, a nossa expectativa é de que estaremos bem liderados por V.Exa.

Quero propor um requerimento, com a magnitude de V.Exa., em que teremos oportunidade de discutir, à luz do que seja o Parlamento aberto, algo que faz coro às palavras do nosso decano João Leão, que vem da Bahia. Certamente, o Deputado João Leão será nosso Prefeito, pessoa que agrega valores e resgata a história do papel desta Comissão em pessoas ilustres que fazem parte da memória da Casa.

Com essas palavras, quero agradecer ao meu partido e dizer que a bancada do PP esteve 100% presente à primeira reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Deputado Waldir Maranhão.

Com a palavra o Deputado Celso Maldaner, ilustre representante do Estado de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO CELSO MALDANER – Sr. Presidente Paulo Pimenta, não me manifestei na reunião de instalação.

Gostaria de agradecer ao nosso Líder do PMDB, Henrique Eduardo Alves, esta oportunidade.

Como economista, humildemente quero dar minha contribuição, a fim de que possamos agregar na Comissão de Orçamento. Será muito importante a participação de todos.

Com certeza, nosso Presidente já começa com chave de ouro, trazendo pessoas de renome para discutir o Parlamento aberto, entre eles o Presidente do Banco Central. Isso é fundamental.

V.Exa. está de parabéns! Conte com nossa colaboração.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Não havendo mais Parlamentar inscrito e concluída a votação das matérias constantes da pauta, encerro os trabalhos, antes convocando reunião ordinária para o dia 17 de abril, terça-feira, às 14h30min, neste plenário.

Agradeço a presença a todos os senhores e senhoras.

Declaro encerrada a presente reunião.

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2012.

Às quinze horas e um minuto do dia dezessete de abril de dois mil e doze, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 2 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar a matéria constante da Pauta nº 6. Foi registrado o comparecimento dos membros: – **Deputados titulares**: Augusto Coutinho, Duarte Nogueira, Edio Lopes, Eliseu Padilha, Felipe Maia, Giovanni Queiroz, João Maia, Leandro Vilela, Paulo Foletto, Paulo Pimenta, Paulo Wagner, Professora Dorinha Seabra Rezende, Reinaldo Azambuja, Renato Molling e Zeca Dirceu; – **Senadores titulares:** Clésio Andrade, Paulo Paim e Vicentinho Alves; – **Deputados suplentes:** Antonio Brito, Celso Maldaner, Hugo Motta,

Marcos Rogério e Roberto de Lucena; – **Senador suplente:** Mozarildo Cavalcanti. Foi registrada a ausência dos membros titulares: – **Deputados**: Aníbal Gomes, Arnaldo Jardim, Arnon Bezerra, Cida Borghetti, João Leão, João Paulo Lima, Josias Gomes, Laurez Moreira, Luciano Castro, Lucio Vieira Lima, Mauro Lopes, Osmar Júnior, Paulo Rubem Santiago, Ratinho Junior, Waldenor Pereira e Wandenkolk Gonçalves; – **Senadores**: Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Benedito de Lira, Cássio Cunha Lima, Flexa Ribeiro, Romero Jucá, Sérgio Petecão e Wellington Dias. **ABERTURA:** Havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006,* alterada pela *Resolução nº 3, de 2008*, *ambas do Congresso Nacional,* o Presidente, Deputado Paulo Pimenta (PT/RS), declarou iniciados os trabalhos. **AVISOS:** O Presidente lembrou a todos e reiterou o convite aos membros e às assessorias para participarem da Reunião de Audiência Pública, convocada para o dia 19 de abril de 2012, às 10 horas, com a finalidade de debater o tema "Parlamento Aberto: transparência e controle social para um Congresso mais colaborativo". Prosseguindo, o presidente concedeu a palavra ao Senador Paulo Paim, autor do **Requerimento nº 03/2012-CMO**, que "Requer a constituição de um Grupo de Trabalho com vistas à implementação de uma política de aumento real das aposentadorias e pensões, do Regime Geral da Previdência Social, com valores acima do salário mínimo no processo orçamentário, no âmbito da Comissão Mista de Orçamento – CMO". Após apresentar os devidos argumentos, o Senador Paulo Paim solicitou o adiamento da apreciação da matéria para a próxima reunião. Em virtude da inexistência de *quorum* regimental para deliberação na representação do Senado Federal, o Presidente colocou a palavra à disposição dos senhores parlamentares. Após a manifestação do Deputado Duarte Nogueira, o Presidente informou que não havia mais oradores inscritos. **ENCERRAMENTO:** o Presidente encerrou a reunião às quinze horas e seis minutos. Antes, convocou reunião ordinária para o dia vinte e quatro de abril, às quatorze horas e trinta minutos, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **–** Deputado **PAULO PIMENTA**. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Há número regimental para abertura dos trabalhos.

Declaro iniciada a 2ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação da matéria constante na Pauta nº 6/2012.

Quero, antes de dar prosseguimento à reunião, reforçar o convite a todos os senhores e senhoras, às assessorias das bancadas e dos Parlamentares, para a audiência pública que ocorrerá na próxima quinta-feira, às 10 horas da manhã, aqui neste plenário: *Parlamento aberto, transparência e controle social para um Congresso mais colaborativo.*

O Brasil está sediando hoje e amanhã um importante evento internacional na área de transparência, governo aberto, e tivemos a gentileza de seis palestrantes internacionais desse evento que se dispuseram a participar conosco, aqui na Câmara, de uma audiência pública sobre Parlamento aberto.

Então, será uma interessante e importante oportunidade de conhecermos um pouco daquilo que está sendo realizado em outros países, das experiências que, com certeza, serão muito relevantes para nós, principalmente porque agora, no mês de maio, entrará em vigor a Lei de Acesso a Informações. Portanto, reafirmo aqui o convite para todos os senhores e senhoras e também para nossos prezados assessores e assessoras, para a próxima quinta-feira, às 10h, neste plenário.

Senador Paulo Paim.

O SR. SENADOR PAULO PAIM – Sr. Presidente Paulo Pimenta, consta hoje de nossa pauta requerimento de minha autoria que visa a debater a Previdência e os benefícios dos aposentados e pensionistas.

Fui procurado pelo Líder do Governo, que pediu que eu o retirasse, se assim entendesse – se não, S.Exa. não seria contra, tenho certeza absoluta –, o requerimento de pauta, para que discutíssemos mais a redação do requerimento, enfim, o encaminhamento proposto por mim. Foi o Senador José Pimentel, meu parceiro lá do Senado, e não poderia deixar de atender a seu pedido. Por isso, peço que se retire o requerimento de pauta na sessão de hoje, para que eu possa conversar com o Líder do Governo e votar o requerimento na data combinada com o Líder e com V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Antes de eu encaminhar a reunião e em função da inexistência de *quorum* para deliberação da representação do Senado, quero colocar a palavra à disposição, caso os Srs. Parlamentares desejem fazer algum tipo de manifestação.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – Sr. Presidente, antes do início desta reunião, os Coordenadores dos partidos da Câmara reuniram-se com V.Exa., na sala da Presidência, tendo ficado pré-acordado, antes da vinda a este plenário, que nós, com a

retirada de pauta do requerimento do nobre Senador Paulo Paim, perderíamos, portanto, o objeto da reunião e que ficaria, por entendimentos ali havidos, apenas a apreciação de um requerimento de audiência pública do Deputado Felipe Maia, do Democratas do Rio Grande do Norte.

Como não temos *quorum* no Senado, então, indago a V.Exa. se não vamos deliberar nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Exatamente.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – Como já passamos das 15h e, regimentalmente, o *quorum* não se deu, estamos impossibilitados de deliberar inclusive sobre o acordo do próprio Deputado Felipe Maia. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – Era só essa a observação que queria fazer. Portanto, não faremos, nesta reunião, deliberação alguma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – A não ser que, nos próximos segundos, entrem por aquela porta 2 ou 3 Senadores e assinem o livro de presença.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – Uma possibilidade remota.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – A palavra está à disposição. *(Pausa.)*

Não havendo nenhum orador e, em virtude da inexistência de *quorum* para deliberação da representação no Senado Federal, encerro a presente reunião.

Antes, porém, convoco reunião ordinária para dia 24 de abril, terça-feira, às 14h30min, neste plenário.

A reunião está encerrada.

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2012.

Às dez horas e vinte e nove minutos do dia dezenove de abril de dois mil e doze, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Deputado Paulo Pimenta. Esta reunião foi convocada nos termos do Requerimento nº 02/2012-CMO, de autoria do Deputado Paulo Pimenta, aprovado na 1ª Reunião Ordinária, realizada no dia 10 de abril de 2012, com a finalidade de debater o tema "Parlamento Aberto: Transparência e Controle Social para um Congresso mais Colaborativo". Como palestrantes, foram convidados os senhores Tiago Peixoto, Especialista em Governo Aberto do Banco Mundial; Andrew Mandelbaum, Especialista em Transparência Legislativa da *National Democratic Institute*; John Wonderlich, Especialista em Transparência Legislativa da *Sunlight Foundation*; Felipe Estefan, Representante do Banco Mundial para Assuntos de Transparência Legislativa; Alex Howard, Especialista em Governo Aberto *O'Reilly Media*, em substituição ao Sr. Greg Michener, Pesquisador em Transparência Legislativa; e Gherardo Casini, Diretor do *Global Centre for ICT in Parliaments* das Nações Unidas. Foi registrado o comparecimento dos membros: **– Deputados titulares:** Cida Borghetti, Felipe Maia, Luciano Castro, Osmar Júnior, Paulo Foletto, Paulo Pimenta, Paulo Rubem Santiago, Paulo Wagner e Professora Dorinha Seabra Rezende; **– Senador titular:** Flexa Ribeiro; **– Deputados suplentes:** Antonio Brito, Celso Maldaner, Félix Mendonça Júnior, Osmar Serraglio e Roberto de Lucena. Foi registrada a ausência dos membros titulares: **– Deputados**: Aníbal Gomes, Arnaldo Jardim, Arnon Bezerra, Augusto Coutinho, Duarte Nogueira, Edio Lopes, Eliseu Padilha, Giovanni Queiroz, João Leão, João Maia, João Paulo Lima, Josias Gomes, Laurez Moreira, Leandro Vilela, Lucio Vieira Lima, Mauro Lopes, Ratinho Junior, Reinaldo Azambuja, Renato Molling, Waldenor Pereira, Wandenkolk Gonçalves e Zeca Dirceu; **– Senadores**: Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Benedito de Lira, Cássio Cunha Lima, Clésio Andrade, Paulo Paim, Romero Jucá, Sérgio Petecão, Vicentinho Alves e Wellington Dias. **ABERTURA:** o Presidente declarou iniciada a reunião, disponibilizando a todos, aparelhos de tradução simultânea, tendo em vista que a maioria dos palestrantes era de origem estrangeira. Em seguida, registrou a presença e antecipou agradecimentos ao Sr. Luiz Antonio Souza da Eira, Diretor do Departamento de Comissões da Câmara dos Deputados e à Srª Cássia Regina Botelho, Diretora do Departamento de Taquigrafia da Câmara dos Deputados. Agradeceu toda a equipe do Programa *e-Democracia* na pessoa do seu coordenador, Sr. Cristiano Ferri e à equipe da CMO, em nome de sua Secretária, Srª Maria do Socorro. Também, na pessoa do Sr. Wagner Primo, Diretor da Consultoria de Orçamento, dirigiu agradecimentos aos consultores da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Dando prosseguimento, fez breve apresentação dos expositores, estipulou o prazo de quinze minutos para cada apresentação e passou a palavra ao primeiro palestrante. Os debates sucederam-se na seguinte ordem: Sr. Tiago Peixoto, Sr. Andrew Mandelbaum, Sr. John Wonderlich, Sr. Felipe Estefan, Sr. Alex Howard e Sr. Gherardo Casini. Após exposições dos palestrantes, o Presidente abriu à participação dos inscritos interessados em fazer indagações acerca do que foi explanado. Manifestaram-se o Sr. Paulo Henrique, do Centro de Informática – Cenin; o Sr. Luiz

Antônio Souza da Eira, Diretor do Departamento de Comissões – Decom; a Srª Elizabeth, da Liderança do Partido Verde – PV; e a Srª Cássia Botelho, Diretora do Departamento de Taquigrafia – Detaq. A seguir, o Presidente devolveu a palavra aos expositores, na ordem inversa, para que respondessem os questionamentos feitos. **ENCERRAMENTO:** não havendo mais oradores inscritos, o Presidente agradeceu a todos os que contribuíram para a realização do evento; em especial, aos palestrantes, e declarou encerrada a reunião às treze horas e quatro minutos. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **–** Deputado **PAULO PIMENTA**. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Bom dia a todos os senhores e senhoras presentes. Declaro iniciada a 1ª reunião de audiência pública de 2012 da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de debater o tema *Parlamento Aberto: Transparência e Controle Social para um Congresso mais Colaborativo*, em atendimento ao Requerimento nº 2, de 2012, da CMO, de autoria deste Deputado, aprovado na 1ª reunião ordinária realizada no último dia 10 de abril.

Informo aos senhores e senhoras que está sendo distribuído aos presentes um aparelho de tradução simultânea. Peço a gentileza de que, ao saírem do recinto, o devolvam aos funcionários da Secretaria da Comissão.

Quero registrar meus agradecimentos ao nosso Diretor do Departamento de Comissões, Dr. Luiz Antônio Eira, por sua presença, a nossa amiga Cássia Regina, Diretora do Departamento de Taquigrafia, que já esteve aqui e retornará em breve. Quero também agradecer, na pessoa do Cristiano Ferri, Coordenador do Programa e-Democracia, toda a equipe, que foi fundamental para que pudéssemos proporcionar aos servidores da Câmara e do Senado este momento tão importante; na pessoa da Socorro, agradeço a toda a equipe da nossa Secretaria; na pessoa do Wagner, agradeço aos consultores na Comissão do Orçamento, tanto da Câmara como do Senado.

Quero dizer ainda que estou muito feliz com a presença de todos os senhores e as senhoras. Já disse várias vezes, e repito, que sou um admirador dos servidores e servidoras efetivos desta Casa, da qualidade do nosso grupo de trabalho, e dos servidores e servidoras dos gabinetes e das Lideranças, que têm acompanhado o nosso trabalho na Comissão de Orçamento. Durante o ano passado, quando, com o Dr. Luiz Antônio, eu tive a honra de coordenar o grupo de participação popular criado pelo Presidente Marco Maia. Eu era o único Deputado, e os demais componentes eram servidores da Casa. Estou muito feliz com a presença de vocês, por isso espero que hoje seja um dia muito importante para o Parlamento. Estão também presentes representantes de entidades parceiras da Casa e desta Comissão.

Temos a felicidade de receber hoje alguns dos mais importantes estudiosos, acadêmicos e especialistas da área de governos abertos e parlamentos abertos.

O Brasil sediou nos últimos dois dias a 1ª Cúpula Mundial do Governo Aberto, na qual o Brasil e os Estados Unidos coordenam um esforço mundial. Através do trabalho do colega Cristiano, tivemos a felicidade de receber nesta Casa os Senhores palestrantes aqui presentes.

Vamos produzir uma separata desta reunião para que sirva de instrumento de trabalho de qualificação da nossa atividade no Poder Legislativo.

Quero apresentar aos senhores o Sr. Tiago Peixoto, brasileiro, especialista em Governo Aberto do Banco Mundial; o Sr. Andrew Mandelbaum, Especialista em Transparência Legislativa do National Democratic Institute; o Sr. John Wonderlich, Especialista em Transparência Legislativa da Sunlight Foundation; o Sr. Felipe Estefan, representante do Banco Mundial para Assuntos de Transparência Legislativa, nosso amigo da Colômbia; o Sr. Alex Howard, Especialista em Governo Aberto, pesquisador em Transparência Legislativa; e o Sr. Gherardo Casini, Presidente do Global Centre for ICT in Parliament, das Nações Unidas.

Já tivemos a oportunidade de fazer um contato com o Sr. Gherardo, que é italiano, torcedor do Roma, time que já teve um jogador do Internacional de Santa Maria, Paulo Roberto Falcão, conhecido como Rei de Roma.

Passo, portanto, de imediato, a palavra aos senhores expositores e peço que falem alguma coisa sobre as entidades que representam antes de fazerem suas exposições. De resto, agradeço, mais uma vez, a todos os senhores e senhoras, especialmente aos palestrantes e desejo a todos uma ótima manhã de trabalho.

Sr. Tiago Peixoto, a palavra está a sua disposição pelo tempo de 15 minutos para fazer sua exposição inicial.

O SR. TIAGO PEIXOTO – Antes de tudo, Sr. Presidente, muito obrigado. É uma honra estar nesta Comissão. Vou começar minha exposição falando sobre o trabalho que realizamos, conforme sugeriu V.Exa.

Somos do Instituto do Banco Mundial, uma organização do Banco Mundial, onde parte do nosso trabalho é sobre governos abertos e sobre a utilização de tecnologias como meio para promover a participação cidadã e a transparência.

Creio que nossa conversa hoje vai ser sobre como a tecnologia pode facilitar esses processos ou como podemos aprofundar ou melhorar processos tecnológicos.

Quando abordamos esse tema, temos primeiro que nos assegurar que a tecnologia não é um fim, em si mesma, mas é, sim, um mero facilitador para as instituições. Quando vemos a tecnologia de modo diferente, normalmente as coisas não acontecem de maneira satisfatória.

Uma breve história: mais ou menos na época da Revolução Francesa, um engenheiro francês chamado Claude Chappe inventou o telégrafo ótico, também chamado de telégrafo napoleônico. Os sinais, que podiam ser vistos à distância, eram emitidos de uma casa que ficava no alto e passavam de um lugar para o outro. Naquele momento começou a ser possível comunicar ideias em tempo recorde.

Poucos anos antes, Jean Jacques Rousseau já havia falado em governo representativo e na necessidade de representantes, principalmente em países grandes.

Algumas pessoas naquele tempo ficaram entusiasmadas e falaram: "Bom, agora, com o telégrafo ótico, a democracia direta é possível. Agora, a gente nem precisa mais de representantes." E houve um entusiasmo ao redor da tecnologia.

O que aconteceu, de fato, foi que a democracia representativa continuou existindo e o telégrafo ótico foi substituído por outras tecnologias. Por sua vez, com cada tecnologia e cada inovação tecnológica, sempre surgiu certo afã, certo entusiasmo com relação a como essas tecnologias podem melhorar os processos democráticos.

Do final dos anos 70 ao início dos anos 80, nos Estados Unidos e no Canadá, quando foi criada a rede local de tevê a cabo, houve também entusiasmo em relação à democracia. Pensou-se: "Agora, com a tevê a cabo local, a gente vai colocar a Câmara Municipal na televisão, os cidadãos vão poder telefonar e votar. Não precisamos de representantes". De novo, e a cada vez é isso que acontece.

O que nós vemos, na verdade, ao longo do tempo, é que a tecnologia não muda as instituições. O que a tecnologia pode fazer é facilitar o funcionamento delas. Talvez muito mais importante do que ficar pensando diretamente na questão de se sobrepor às instituições seja: qual é o papel da tecnologia em promover as instituições? Como é que a tecnologia pode facilitar, no caso do Legislativo?

Primeiro é reforçar a participação cidadã no processo legislativo sem o cidadão se sobrepor ao legislador, mas, sim, como um fornecedor de informações, de insumos, ao processo legislativo e, até – por que não? –, em alguns casos, participar diretamente.

Por que nós queremos a participação?

No discurso tradicional, a noção de participação é poder reforçar o elo entre representantes e representados. Mas isso parece uma questão muito normativa e, em muitos casos, é como um ideal. Porém, de forma prática, será que o cidadão percebe que, quando ele participa, essa participação é válida? Será que ele se sente representado? Será que ele percebe processos mais legítimos quando participa ou quando, mais importante ainda, talvez nem participe, mas sabe que tem oportunidade de participar? Será que isso influencia o cidadão?

Pouquíssimas pessoas sabem que em países em que o cidadão tem mais oportunidade de participar, independentemente da economia, cultura etc., a evasão fiscal é menor, o que demonstra que o cidadão é sensível à participação. Pouquíssimas pessoas sabem que maiores graus de participação tendem a reduzir maiores graus de evasão fiscal. Agora, o que isso importa ao Legislativo? Talvez isso seja mais importante para o Executivo, mas quero apenas dizer que existem referências sistemáticas a isso na literatura. É um fato bem documentado, que evidencia que o cidadão percebe os processos mais legítimos e fica mais disposto a colaborar com o Estado, inclusive pagando seus impostos. Então, por que a participação é importante para o Poder Legislativo?

Não vou emitir opinião própria, estou falando do que mostra a literatura sobre o tema.

Vários autores afirmam que no Brasil algumas assembleias legislativas têm maior capacidade de assumir seu papel de representação, de monitoramento, e assim por diante, do que o Executivo. Alguns defendem que essa capacidade é em função de as assembleias legislativas terem canais de participação ou de criarem mais canais de participação popular, o que acaba alavancando o conhecimento do povo e propicia ao Legislativo ser mais capaz de ter uma relação dialética com o Poder Executivo, que é a natureza da relação entre as duas instituições.

Há 4 anos, quando eu ainda era pesquisador, [p2] estive nesta Casa para dar um curso. Na ocasião, a Câmara estava começando a dar um passo que quase ninguém conhecia, com o projeto e-Democracia, que, diga-se de passagem – aqui no Brasil nós temos a expressão "santo de casa não faz milagre" –, é reco-

nhecido internacionalmente como um dos processos mais interessantes na área de democracia eletrônica.

Quais seriam os próximos passos para a Câmara, que está inovando, mas nos últimos 4 anos, com o e-Democracia, amadureceu em termos de tecnologia, de conceituação – como conceituar participação. Essas são questões difíceis, que têm de ser aprendidas, principalmente quando se quer ser pioneiro. A dor do pioneiro é a de ter de errar mais.

Quais seriam os próximos passos para a Câmara? Eu diria que seria continuar líder na área da democracia eletrônica é uma questão institucional, ou seja, há que se pensar numa reforma institucional da participação. O que eu quero dizer com isso? Como iremos criar canais de participação digital, se a participação do cidadão é reconhecida como um efeito?

Estou falando de algo muito simples, e, ao mesmo tempo seria uma revolução institucional na participação no Brasil, que significa autenticar a participação do cidadão por meio da Internet.

Tentar evitar a participação do cidadão pela Internet, não autenticar ou não considerar isso válido – eu estou fazendo uma referência ao Projeto Cidadão Digital – poderia indicar, de certa forma, que a Câmara não está acompanhando o passo. É mais ou menos como se falássemos que todo mundo tem de cozinhar em fogão a lenha, que comida só é boa se feita em fogão a lenha. É boa, é claro, mas há outras tecnologias e elas são usadas. Agora, as instituições é que escolhem se devem ou não acompanhar o desenvolvimento tecnológico. Podemos acompanhar ou não. O cidadão já fez a sua escolha; já está lá. Agora resta saber se as instituições querem encontrar o cidadão nesse local.

Não quero me prolongar muito. Então, eu gostaria de deixar uma mensagem para que os senhores pensassem – é mais uma sugestão, pensando na tecnologia e na participação – sobre quais os mecanismos institucionais que podemos formular para utilizar o potencial oferecido pela tecnologia. No entanto, a tecnologia sem canais institucionais faz muito pouco. Nesse caso, a Internet para o sistema representativo vai ter destino semelhante ao do telégrafo napoleônico, ou seja, os ideais não vão se realizar.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Repito que estão à disposição dos senhores e das senhores os aparelhos de tradução simultânea. Quem quiser, pode usá-los pois, a partir de agora, vamos ouvir nossos convidados e talvez alguém precise da tradução.

Registro a presença da Sra. Sônia Hypolito, Secretária da Comissão de Legislação Participativa, junto com a Sra. Áurea. Eu tive a honra de presidir essa Comissão, que é pioneira na discussão da legislação participativa nesta Casa. Seja bem-vinda. Muito obrigado por sua presença.

Passo a palavra ao Sr. Andrew Mandelbaum, especialista em Transparência Legislativa do National Democratic Institute, para que faça a sua manifestação.

Desde já, agradeço mais uma vez a V.Sa. por ter atendido ao nosso convite. Estamos muito honrados em recebê-lo.

O SR. ANDREW G. MANDELBAUM (*Exposição em inglês. Tradução simultânea.*) – Honoráveis colegas da Comissão e cidadãos do Brasil, muito obrigado pela oportunidade de comparecer a esta Casa. É, de fato, uma grande honra estar aqui.

Meu nome é Andrew Mandelbaum. Sou Especialista em Transparência Legislativa da National Democratic Institute, uma organização não profissional, com sede em Washington, que está em mais de 60 países com o intuito de reforçar instituições democráticas ao redor do mundo. Para conseguir isso, nós trabalhamos com outras organizações, com partidos políticos, com legisladores, executivos e outras pessoas interessadas.

Eu trabalho com um time de governança e nossa organização ajuda os escritórios regionais e nossos legisladores com, mais ou menos, 25, até 30, pessoas ao redor do mundo com diferentes capacidades. Nós ajudamos os cidadãos a se engajarem nesses processos legislativos e a trabalharem com seus representantes. Também estou envolvido, em muitos dos nossos trabalhos, com o monitoramento dessas organizações de transparência.

Eu gostaria de mencionar que trabalhamos com muitas associações como – por exemplo, a Copa das Confederações – para utilizar novos padrões de gestão democrática e transparente. Quero trazer uma ideia do que significa um parlamento mais transparente, falar um pouco mais do que isso significa, trazer valores para os cidadãos.

Então, espero que vocês consigam entender um pouco da apresentação que vou fazer aos senhores.

Vou falar rapidamente sobre as características dessas PMOs [P3] que são Parceria para Governo Aberto, quais são os desafios e os próximos passos a serem dados. Tudo isso é baseado em pesquisas que eu conduzi no meu departamento e também no Banco Mundial.

Como vocês podem ver, por exemplo, no *link* ao final do eslaide, há mais ou menos 109 organizações que monitoram mais de 180 Parlamentos ao redor do mundo. Isso é uma prática muito comum no mundo. Vocês podem ver também que há mais na América Latina do que em qualquer outro lugar. Estão sendo monitoradas mais ou menos 42 em pelo menos 13 Par-

lamentos, e talvez estejam mais presentes no Oriente Médio e na África Subsaariana.

A maioria das organizações que fazem o trabalho de monitoramento estão presentes em parlamentos nacionais, mas também em parlamentos regionais e subnacionais. Por exemplo, em câmaras estaduais e em assembleias legislativas.

A função dessas organizações é desenvolverem os ICTs, isto é, as tecnologias da informação e comunicação. São plataformas *on line* que vão ajudá-los a se engajar com seus representantes no processo legislativo, esclarecendo o que acontece nos seus parlamentos.

Vou citar mais ou menos cinco tarefas feitas por essas organizações.

Em primeiro lugar elas agregam informações; depois elas conseguem informações dos parlamentos e trabalham no sentido de ajudar os cidadãos a, pelo menos, entenderem o que está acontecendo, o que, obviamente, não é muito fácil. Depois disso, avaliam os membros do parlamento e as instituições como, por exemplo, comissões e comitês. Em seguida, tentam ver quão abertos são os parlamentos. Muitas dessas análises são feitas a pedido dos próprios parlamentos, para que as informações sejam dadas diretamente aos parlamentares e aos cidadãos. Muitos deles também fazem trabalho de advocacia, se assim podem ser chamadas, apologias para engajar o cidadão ao parlamento.

Para termos uma visão do que ocorre em redor do mundo, mostro aqui uma organização francesa como exemplo. As organizações estão focando um assunto específico e vão dizer quais são os partidos políticos que estão discutindo determinado assunto. Do lado direito, se clicarmos em alguma palavra-chave, podemos ver em que lugar essas palavras foram mencionadas nos relatórios e nos discursos proferidos no parlamento. Elas também mostrarão *links* para todos os documentos elaborados. Dessa forma, torna-se fácil encontrar leis que sejam relacionadas entre si, ajudando o processo de descobrir a legislação, não apenas partes dela, mas o corpo inteiro de leis que envolvem determinados assuntos.

Na América Latina, há outra excelente rede de 15 organizações que monitoram o Parlamento, em cinco países (Argentina, Chile, Colômbia, Peru e México). Eles estão trabalhando juntos nesse projeto de parâmetro para transparência, com a participação dos cidadãos nos Parlamentos, olhando, por exemplo, para a estrutura regulatória, para a transparência, para a capacidade de a administração do orçamento ser transparente e para a gestão do processo legislativo. O *site* é transparencialegislativa.org.

Agora um exemplo de uma sociedade do Reino Unido que faz pesquisas para apoiar diretamente o Parlamento. Eles são uma ONG. Essas auditorias de engajamento político são pedidas anualmente. É uma pesquisa que eles conduzem a fim de ajudar o Parlamento a saber quão bem-sucedidos eles têm sido e a alcançar realmente o cidadão, em que eles devem focar. Geralmente eles analisam mais amplamente; depois são mais pontuais, focam num momento do ano. Essa tem sido uma grande ferramenta para os Parlamentares e também para os gabinetes entenderem como chegar mais perto dos seus cidadãos.

Também falando um pouco sobre a própria biblioteca, às vezes eles acham que eles são as únicas pessoas que vão dizer que... mas os legisladores também querem representar os seus cidadãos e deixar de representar apenas a si mesmos.

Outras dessas organizações também fazem apologia, divulgando algumas ideias como estas aqui. Essa palavra árabe acredito mais que seja, na verdade, um compromisso, porque, durante o seu período de campanha eleitoral, eles pedem aos candidatos que assinem os compromissos e, basicamente, incluam nesse compromisso algumas palavras como "*Quando eu for eleito, eu vou ajudar a criar, por exemplo, alguma coisa sobre ética*". É um termo de compromisso que eles acabam assinando.

Mais um exemplo de engajamento de cidadão também no Reino Unido, de uma sociedade... Durante a campanha eleitoral, eles criaram uma ferramenta para ajudar os cidadãos a engajar seus membros no Congresso e também descobrir exatamente o que eles fazem e quais são as suas posições, porque nem sempre é tão fácil descobrir essas coisas. Havia questões locais. Para isso então, os cidadãos entravam no *site* e escreviam as perguntas, o que eles gostariam de saber sobre determinado local, ou um dos distritos. Eles tornavam isso mais interessante para o cidadão. O cidadão, para participar, também tinha acesso a redes para saber o que os outros Constituintes estavam recomendando, quais eram as respostas também. E havia questões nacionais colocadas por especialistas, acadêmicos, professores para ajudar os Parlamentares a se tornarem mais comprometidos com o cidadão. Então, há várias histórias de sucesso. O que eles na verdade desenvolvem é um senso de transparência, de responsabilidade, com prestação de contas do que eles estão fazendo.

Mais alguns exemplos de sucesso, em Uganda, por exemplo, na África. O Instituto de Liderança da África elaborou esse cartão para avaliar a qualidade da participação dos seus cidadãos. Eles foram melhores ainda. Na Alemanha há um caso. Lá membros do

Parlamento pagam algumas pessoas para que entrem em seus *sites* e deem informações, *feedback* dos seus trabalhos. Mais de 90% de membros do Parlamento alemão respondem a perguntas do cidadão. Esses são alguns exemplos apenas.

Essas organizações que monitoram têm obviamente muitos desafios. Por exemplo, 60% delas, aliás, perdão, um terço delas tem pouco acesso a informações dos Parlamentos. Esse é um desafio crítico para eles. Talvez esse seja o maior desafio que eles mencionaram, muito maior do que a questão de financiamento e recursos.

Também há uma necessidade para essas *networks*, essas redes, porque fazem muito sucesso, mas nem todas as organizações de monitoramento são bem-sucedidas, então elas estão usando táticas abusivas às vezes, em vez de tentar engajar-se ao Parlamento e apoiá-los.

As MPOs, que são essas organizações, também trabalham com outras fundações. Na América Latina, por exemplo, elas trabalham com o Banco Mundial e com instituições voltadas para a transparência governamental.

No fim do mês, vai acontecer uma conferência cujo objetivo é reunir essas organizações para que compartilhem suas práticas e tentar desenvolver novas campanhas de apologia e apoio à transparência governamental, além de trabalhar com Parlamentos para obterem acesso à informação parlamentar em âmbito nacional.

Nós também trabalharemos no desenvolvimento de tecnologias e ferramentas para que as MPOs e os Parlamentos possam beneficiar-se delas, bem como de todas as práticas que estão sendo criadas, como dissemos aqui.

A razão pela qual vim a Brasília, num primeiro momento, além de participar desta reunião, foi participar da conferência sobre parcerias de Governos abertos, porque queremos que os Governos se comprometam a ser mais transparentes. A pergunta levantada é: como o Parlamento pode estar mais envolvido nesse processo? Obviamente ele é crucial para quaisquer reformas que qualquer Governo deseje fazer. Setenta países já se comprometeram. Então essa é uma grande oportunidade.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Sr. Andrew, por sua manifestação.

Hoje à tarde, receberemos delegações da Moldávia, da Tunísia, da Macedônia, do Quênia e de Montenegro, que acompanharão a representação do Banco Mundial, para conhecer o trabalho da nossa Casa, os nossos projetos. Essas delegações, repito, hoje à tarde, conhecerão o trabalho que nós desenvolvemos na Casa e nossos projetos, principalmente de interação.

Passo a palavra agora ao Sr. John Wonderlich, especialista em transparência legislativa da Sunlight Foundation, para que faça sua manifestação. Peço também que se apresente e fale um pouco a respeito da sua entidade.

A palavra está à sua disposição.

O SR. JOHN WONDERLICH *(Exposição em inglês. Tradução simultânea.)* – Obrigado.

Bom dia. Meu nome é John Wonderlich, eu sou Diretor da Sunlight Foundation.

Antes de falar sobre a fundação, gostaria de agradecer à Comissão e ao Congresso brasileiro o convite para esta nossa visita. Também gostaria de dizer que é uma grande honra falar sobre alguns trabalhos que estamos desenvolvendo nos Estados Unidos em parceria com o Brasil. Inclusive, nesta semana, num encontro, nós tivemos a oportunidade de nos reunir com brasileiros e com o Governo americano para tentar fazer com que mais Governos se comprometam a ser mais abertos. Portanto, é uma grande honra estender minha visita aos senhores.

Gostaria de compartilhar um pouco das nossas experiências como americanos e como uma ONG focada na transparência. A Sunligth Foundation, minha organização, tem apenas 5 anos, somos uma organização relativamente nova. A Sunligth foi fundada em 2006, portanto, temos quase 6 anos.

Primeiro, a maneira como o poder estava sendo trabalhado, como estava sendo colocado em Washington deveria sofrer algumas mudanças. Esse era o ponto. A primeira ideia então foi oferecer um prêmio, digamos assim, a jornalistas; faríamos uma seleção de artigos que falassem sobre o tópico. Mas quando falamos com os jornalistas sobre isso, eles disseram que já existiam prêmios para esse fim, mas que, se quiséssemos saber sobre os trabalhos que mais influenciavam, precisávamos dar às pessoas mais acesso a informação. Então, nós criamos um prêmio para o jornalista que trabalhasse em artigo que falasse sobre transparência.

Em 2006, a transparência já existia fazia muito tempo, havia décadas, mas foi a primeira vez – pelo menos para nós – que foi fundada uma organização focada especificamente na transparência e também em tecnologia, porque essa realmente era a força motriz para lidar com essas funções.

O que nós observávamos em relação a transparência é que ela envolvia poder, substância, influência, o trabalho do Governo e também o uso de tecnologia para mudar efetivamente o entendimento que o cidadão tinha do Governo.

Para atingir esses objetivos e ter um Governo mais transparente, a ideia era observar as tarefas realizadas efetivamente pelos Governos. Primeiro, o nosso diferencial é que tínhamos muitos especialistas, tecnólogos que estavam preocupados em desenvolver programas para que os cidadãos estivessem mais próximo do Governo. Nós tínhamos, em nossa equipe, pessoas que estavam desenvolvendo programas, *softwares*, enfim.

Aqui estão dois exemplos breves com relação a isso. O primeiro, no contexto do Parlamento, diz respeito a uma plataforma que nós construímos para o Android. Temos aí um aplicativo que se chama Congress. Aqui temos informações de projetos de leis, emendas, leis. Se vocês forem aos Estados Unidos, se vocês forem membros do Congresso, podem simplesmente colocar o endereço, e é gratuito. Já foi baixado milhares de vezes, o que, na verdade, para nós é um grande sucesso.

Esse tipo de função, na verdade, não é tão nova, porque existem vários *websites* que já fazem isso, mas muitas vezes nós temos de pagar por isso; aí está o nosso diferencial.

Parte da ideia que está por trás do nosso trabalho é que nós queríamos que as pessoas tivessem acesso direto, digamos assim, ao trabalho que estava sendo feito no congresso. Nós não achávamos correto que as pessoas que tivessem dinheiro tivessem mais acesso a essas informações.

Temos outro exemplo relativo à ferramenta que nós construímos. Vocês podem acessar a *sunlightfoundation.com* e ver vários projetos e trabalhos que nós estamos desenvolvendo.

Nós temos outro *website* onde vocês podem ter acesso aos trabalhos de alguns políticos e de algumas empresas. Então, em outro exemplo, nós colocamos a Lockheed Martin, que é um contratante bastante importante. Vocês podem ver aqui o montante de recursos que Lockheed Martin destina para campanhas nos Estados Unidos, que pode ser de 200 milhões de dólares em 10 anos, e podem ver quanto eles gastam em *lobby,* que pode ser 200 milhões de dólares em 10 anos, e também podem ver quanto eles recebem em contratos com o Governo, que são 3 bilhões em três anos, ou provavelmente muito mais.

Vocês podem ver que esse é o tipo de informação que nós consideramos que vocês teriam de acessar não só de forma isolada, mas também de forma contextual. Esse é o tipo de informação que nós consideramos valiosa para o público e que deve ser vista de forma conjunta com outros dados. Obviamente não está perfeita. Nós temos alguns pontos críticos para incorporar, por exemplo, algumas identidades de algumas organizações, mas essa é a visão que nós temos para conectar informações públicas importantes, para que as pessoas possam entender como o poder realmente está sendo trabalhado.

Um ponto muito importante para a *Sunlight* diz respeito ao funcionamento do Congresso. Inicialmente, um dos nossos pontos focais era a influência política. Então, nós reunimos muitos esforços para tentar trabalhar a divulgação das atividades relacionadas a *lobby* e também relacionar essas atividades a recursos, informar quem está doando, como o dinheiro está sendo usado nas campanhas, enfim.

Como vocês devem saber, nos Estados Unidos há muita polêmica sobre como essas campanhas funcionam, e cada vez mais nós temos menos proteção e menos transparência com relação aos doadores de recursos para campanhas políticas. Assim, muitas vezes há 4 ou 5 bilhões de dólares que podem ser usados numa campanha eleitoral. E como nós não temos muita transparência, não sabemos exatamente quem está pagando o que para qual campanha.

Também dentro do Congresso, consideramos muito aquele cidadão que quer simplesmente saber o que está acontecendo no Congresso. Se a pessoa estiver *on-line*, a ideia é que ela se engaje nas atividades que estão sendo publicadas. Inclusive, nós acabamos de lançar um estudo que diz que o Congresso faz trabalhos bastante interessantes, mas existe uma lacuna que está relacionada aos Comitês e suas audiências. Eles deveriam ser mais transparentes, mas simplesmente não o são. Então, tentamos pressionar essa parte do Congresso.

Nós também tentamos rastrear e acompanhar as transcrições, as emendas, os projetos de lei para que as pessoas saibam melhor o que o Congresso está fazendo. Então, estamos também enfocando informações mais confiáveis e fornecidas em momento oportuno, em tempo o mais real possível.

Também estamos desempenhando um papel, tentando fazer melhorar o Congresso e a sua relação com o público. Esse é um ponto crítico, muito mais do que aquelas atividades relacionadas aos Comitês. Por exemplo, quando as negociações deveriam ser levadas a público e quando não? Essa não é uma pergunta fácil. Obviamente, há alguns pontos, algumas atividades no Congresso que deveriam ser publicadas e não foram, e também algumas negociações que deveriam permanecer em contexto privado e não permaneceram. Então, estamos tentando traçar uma linha divisória em alguns casos. Com o que podemos concordar é que nós precisamos de mais engajamento para que os cidadãos possam ser vistos como seres mais ativos. Obviamente, isso pode fazer com que protejamos mais os interesses do público.

Esses são pontos complicados. Acredito que isso é uma das coisas que aprendemos à medida que a Internet vai sofrendo transformações. A nossa expectativa está maior do que antes. Não é certo simplesmente publicar um documento a cada 6 meses e dizer que está tudo publicado, que as pessoas podem ter acesso. Não, a nova expectativa é que, se a informação ou se os procedimentos são públicos, então eles devem estar *on-line,* diretamente. É por isto que estamos pressionando, para que isso esteja plasmado numa lei, para que os documentos não sejam simplesmente arquivados, mas, sim, publicados na Internet. Isso é mais ou menos o tipo de trabalho que a nossa fundação faz.

Não sei muito mais sobre transparência no contexto brasileiro, mas, da minha perspectiva e experiência, as nossas expectativas estão crescendo, a transparência está cada vez mais importante. Também há um ponto bastante crítico, porque envolve tanto o comprometimento, quanto a atenção para encaminhar esses problemas sobre como as informações devem ser compartilhadas e como devem ser colocadas *on-line*.

Estou muito contente em estar aqui com os senhores e em poder compartilhar essas informações.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Nosso muito obrigado ao amigo John por sua manifestação.

Registro que identifiquei a presença e a participação da Deputada Cida Borghetti, do Paraná; do Deputado Felipe Maia, do Rio Grande do Norte; do Deputado Vanderlei Siraque, de São Paulo; do Deputado Nazareno Fonteles, do Piauí; do Deputado Paulo Rubem Santiago, de Pernambuco, e do Deputado Amauri Teixeira, da Bahia. Esses foram os Parlamentares cuja presença entre nós identifiquei.

Passo a palavra ao Sr. Felipe Estefan, representante do Banco Mundial para Assuntos de Transparência Legislativa, a fim de que faça sua exposição. Desde já lhe agradeço o ter atendido gentilmente ao nosso convite. A palavra está à sua disposição.

O SR. FELIPE ESTEFAN *(Exposição em inglês. Tradução simultânea.)* – Bom dia. Perdão, o meu português não é tão bom quanto eu gostaria, mas eu espero, falando em inglês, que seja o.k.

Bom, obrigado, Sr. Presidente Pimenta, pelo convite, que aprecio muito. E também agradeço a todos os representantes do Senado e da Câmara. É muito importante que tenhamos esta conversa. Também gostaria de dizer que agora estou acompanhando as atividades no Twitter. É interessante que nós possamos estender essas comunicações *on line.*

E também estou muito ansioso para responder as suas perguntas. Fiquem à vontade para me interromper, se os senhores quiserem, ou, depois da minha apresentação, os senhores também podem acompanhar o meu Twitter; o endereço é o meu nome: Felipe Estefan, e eu ficarei muito contente de responder quaisquer perguntas ou comentários.

Bem, eu gostaria de começar com uma história que sempre me surpreende muito. É a história de dois irmãos. Não sei quantos dos senhores cresceram com irmãs e irmãos, mas eu tenho uma irmã e um irmão. Enquanto nós estávamos crescendo, um de nós estava fazendo algo que não era muito correto, não era tão errado, mas não queríamos que os nossos pais soubessem. Então, o problema não era que nós estivéssemos fazendo algo, mas sim que não poderíamos contar isso aos nossos pais. Então, eu gostaria de dizer que existem muitas pessoas que seguem esse mesmo tipo de raciocínio. Eles vão dizer: "Por favor, não digam o que nós estamos fazendo", embora não estejam fazendo algo 100% errado.

Muitas vezes nós dizemos que não temos a tecnologia apropriada, não é o momento ideal, mas se qualquer pessoa diz: "Por favor, não digam nada sobre o que eu estou fazendo", na verdade, de fato, o que está acontecendo é que ela está, sim, fazendo algo errado. E gostaria de abrir a minha apresentação com isso porque acredito que essa seja uma boa lembrança sobre a linha de raciocínio que eu quero seguir aqui.

Bem, a minha apresentação vai ser sobre o engajamento, mais do que a abertura em si, porque acredito que o nosso estágio da abertura está mais relacionado com o engajamento. Então, eu vou falar muito rapidamente sobre três pontos que eu considero serem os novos estágios do chamado engajamento, e que foram o resultado da reunião em que nós estivemos presentes nos últimos 2 dias, o que eu acredito que é bastante relevante para os trabalhos que os senhores estão fazendo. E também vou concluir com a importância do intercâmbio de conhecimento e do papel que todos nós devemos desempenhar quando nós falamos de uma agenda legislativa aberta.

Vou começar aqui falando sobre por que eu considero o engajamento um novo estágio da abertura. Acredito que a abertura não é e não pode ser o destino final. Não, a abertura possibilita-nos ter uma maior participação, uma maior eficiência, e também permite que todos os três Poderes do Governo possam oferecer melhores serviços e condições para os cidadãos. Acredito que a questão é o impacto que a agenda tem na vida diária dos cidadãos. Esse, na verdade, é o ponto focal. Pensando aqui em termos gerais, a agenda global aberta tem sido muito eficiente, em termos de abrir várias portas, mas nós seremos mais eficientes

se enfocarmos quantas pessoas estão de fato atravessando essas portas agora abertas.

Nós começamos a perceber que temos, por exemplo, alguns portais, alguns *sites* que as pessoas não estão visitando. Eu pergunto: por que é que as pessoas não acessam esses *sites*? Por que as pessoas não estão simplesmente acompanhando os *lab streams*, os *streams* ao vivo? Essas são questões chave. Estamos falando de coisas da nossa vida diária.

Eu acredito que nós estamos sempre enfocando a questão da oferta, e não da demanda, no contexto da abertura. E acredito que o problema é mais agudo ainda para os legisladores, mais crítico. Acredito que é difícil fazer com que as pessoas se engajem, com relação ao que está acontecendo nessas salas. Na minha experiência, eu que cresci em Bogotá, na Colômbia, nós tínhamos lá algumas aulas em que os professores diziam o que o Congresso fazia, o que eles aprovavam, como eles aprovavam, e na verdade eles só falavam disso na escola.

Nós não sabemos muito o que está acontecendo nesses lugares, nós não sabemos, simplesmente. Nós não visitamos tanto, nós não sabemos de muitas pessoas que estão lá, trabalhando, e não temos uma mídia robusta para acompanhar as atividades. Se perguntamos às pessoas, na rua: "O senhor sabe quem é o seu representante? O senhor poderia nomeá-lo?" Muitas vezes as pessoas dizem: "Não, não sei". Então, eu acredito que, para todos nós que estamos muito comprometidos com essa agenda, o problema de termos as portas abertas mas as pessoas não as cruzarem, na verdade, é muito difícil, porque o problema não é as pessoas atravessarem as portas, mas sim convidá-las para dentro das salas. Então, acredito que existam diferentes estágios para a legislatura aberta, e esse é o foco.

Bom, um ponto é começar a ensinar às pessoas o que se está fazendo e a utilidade do que se está fazendo. Esse é um ponto importante, quando falamos de legislatura aberta. Acredito que exista todo um movimento para uma maior participação no Brasil, um país que tem um histórico muito interessante, nesse sentido. Então, perderíamos esta oportunidade se nós não falássemos sobre a importância da parceria, para que todos entendam o que está acontecendo aqui, para que possam demandar mais conteúdo e procurar engajar-se ainda mais nos procedimentos abertos.

Outro ponto que também devemos enfocar, em termos de engajamento e abertura, está relacionado aos processos legislativos, processos que fazem com que essas pessoas tomem as decisões, processos pelos quais elas vão tomando essas decisões. Acredito que na América Latina, embora haja vários projetos muito interessantes sendo efetivados no México e na Colômbia, no meu país, na verdade podemos esforçar-nos mais para que os cidadãos saibam quais são as propostas que estão sendo decididas ou aprovadas. Acredito que tudo está relacionado com as deliberações e as implementações das decisões que são votadas por esses membros.

Acredito que o Brasil está fazendo sua tarefa, está realizando conquistas fantásticas, cada vez mais abertas, está colocando cada vez mais vozes para que as pessoas entendam quais são as vozes que ainda não fazem ou fizeram parte do contexto mais geral, e isso por razões históricas, e a ideia é fazer com que nós engajemos cada vez mais diversidade de vozes nesse processo.

Bom, esses são meus pontos com relação ao engajamento, mas eu também gostaria de falar sobre o que eu penso. Como nós vimos, na reunião dos últimos 2 dias, tudo isso está muito relacionado com as atividades que os senhores desempenham, e também com a oportunidade de engajamento que está sendo trazida aqui. Muitas pessoas aqui, incluídos muitos membros, participaram do painel sobre a legislação aberta, e uma das lições que eu aprendi é a de que, quando estávamos falando sobre governo aberto, dentro do contexto da parceria, do governo aberto, além disso, e para além disso, nós não podemos mais pensar sobre o governo aberto somente no contexto legislativo, ou somente no contexto nacional.

Bom, eu acredito que nós temos muitos desafios, com relação a como nós podemos estruturar isso, mas acredito que nós devemos realmente enfocar como o Governo envolve os legisladores, o Poder Judiciário e também os Governos locais e estaduais, para que esses processos possam ser coordenados e todas as partes possam ajudar-nos a avançar de forma conjunta. Nós não podemos trabalhar de forma isolada, de nenhuma maneira. Acredito que exista uma grande oportunidade para o Poder Legislativo, deste e de outros países, avançar no patamar das ações nessa área.

Uma grande questão foi levantada ontem. Alguém perguntou: "Vamos dizer que o Poder Executivo se comprometa com essa parceria e o Poder Legislativo não a aprove; o que fazemos?" Na verdade, eu nunca tinha ouvido essa pergunta. Na verdade, essa é uma pergunta fantástica, porque está levantando o debate sobre qual é o tipo de estrutura que nós queremos para uma abordagem sistêmica, a fim de envolver aqueles membros do Legislativo, dentro dessa parceria para o governo aberto. Bom, de qualquer maneira, eu gostaria de ouvir muitos comentários dos senhores, a partir dessa pergunta. Eu acredito que os senhores estão fazendo uma tarefa fantástica, e também acredito que nós

podemos engajar mais cidadãos, no patamar estadual e no patamar municipal. Se nós realmente queremos engajar mais e mais cidadãos, nós precisamos ter um contato cada vez mais direto com aqueles cidadãos que nós queremos engajar. Portanto, quaisquer ideias que os senhores tenham serão muito bem-vindas.

Eu concluo aqui, com uma mensagem muito breve, com relação a intercâmbio de conhecimento: nós sempre vamos ter algo para trocar, e sempre vamos ter algo para aprender. Os senhores ouviram o que John disse sobre os Estados Unidos, sobre o Congresso dos Estados Unidos. Embora o Congresso tenha muitos avanços com relação ao governo aberto, nos Estados Unidos as audiências da Suprema Corte, do Supremo Tribunal de lá, ainda não estão sendo publicadas *on-line*. Então, a ideia é sermos humildes, para que possamos aprender e trocar cada vez mais informações, independentemente do país a que se pertença e no qual se viva.

Nesse sentido, eu gostaria de falar um pouco também sobre o Instituto do Banco Mundial e a nossa visão sobre essa troca de informação e desenvolvimento. Nós consideramos que estamos num estágio, num momento em que temos num novo paradigma de desenvolvimento e um novo paradigma de governança. O desenvolvimento não é mais uma questão entre o Norte e o Sul, de simplesmente nos dizerem: "Vocês têm de fazer isso", ou de simplesmente nos imporem as soluções: "Bom, eu vou dizer, porque nós somos tão bons, com relação ao que nós estamos fazendo..." Não, nós não estamos mais nesse estágio de desenvolvimento. O mundo mudou, como muitos dos meus colegas já disseram. E nós consideramos que o conhecimento na verdade está em qualquer lugar. Então, nós devemos enfocar a troca de informação Sul-Sul, ou Sul-Norte, para que vários países do Sul possam ajudar países também do Sul em seus pontos críticos comuns.

Bem, acredito que isso também significa que estamos num estágio no qual a governança não pode ser simplesmente referida como governança, mas também deve ser vinculada à abertura, ao governo aberto. Aqui nós estamos falando não somente sobre a oferta, mas também sobre a questão das demandas, ou seja, sobre como nós podemos capacitar o cidadão, e como podemos capacitar também os membros do Parlamento, para que eles possam engajar-se mutuamente cada vez mais e ter conversas cada vez mais robustas e fluidas.

Acredito que o Brasil, neste modelo de troca de conhecimento, na verdade desempenha um papel muito crucial. Os senhores têm conquistado muito, e nós podemos aprender muito com os senhores. E o Brasil também pode aprender muito, a partir de outros exemplos. E refiro-me ao que Tiago e Andrew já disseram. A ideia é de que o Instituto do Banco Mundial possa facilitar esse processo de troca de informações. O engajamento de troca de informação dentro da América Latina é crucial nesse sentido.

Bem, eu sinto-me muito orgulhoso e contente de falar sobre esse tópico a partir da América Latina, porque acredito que nossa região está avançando muito, mostrando muita vontade política, muito engajamento dos cidadãos e muito engajamento dos membros do Parlamento, para que realmente possa ir além da abertura, rumo a um engajamento realmente robusto.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Obrigado, Felipe, representante do Banco Mundial para assuntos de transparência legislativa.

Tem a palavra o Sr. Alex Howard, que falará sobre transparência legislativa. Desde já lhe agradeço a gentileza de atender ao nosso convite e nos proporcionar sua presença aqui hoje.

O SR. ALEX HOWARD *(Exposição em inglês. Tradução simultânea.)* – Bom dia. Por favor, perdoem-me; porque sou fraco em português, eu vou ter de falar em inglês.

Devo dizer que o meu tópico é um pouco mais amplo do que a transparência legislativa, porque isso é o futuro do meu trabalho. Então, vou falar um pouco sobre as questões que vão afetar o Legislativo em áreas que eu acredito que seriam realmente dignas, para que as pessoas em todos os Legislativos fiquem pensando.

(Segue-se exibição de imagens.)

Na verdade, nos Estados Unidos, os nossos legisladores nem sempre estão atualizados em termos de transparência, de tecnologias de transparência, e para se fazer boas políticas seria muito importante realmente entender o que está acontecendo e o que vai acontecer. Então, meu esforço é no sentido de mostrar quais são as tendências mais amplas que eu tenho visto, que eu analisei, para compartilhar com os senhores o que nós temos visto.

Eu trabalho, como eu disse, para a O'Reilly Media. Para nós que queremos realmente entender o que está acontecendo com o Wi-Fi, o WiGig, as pessoas que trabalhamos com a tecnologia que está, na verdade, chegando às fronteiras, aos limites, então, é importante compartilhar com as pessoas quais são as tecnologias que podem, na verdade, ser compartilhadas ao redor do mundo. Essa, na verdade, é a minha visão. Mais ou menos na década de 90, há 20 anos, foi lançada a *World Wide Web*, *www*, *on line*. Eu sei que isso está em muitos lugares e é a plataforma, para os

senhores, para a democracia eletrônica. Podemos ver isso na Internet. Eu estou muito grato de estar aqui, porque o programa dos senhores para as democracias eletrônicas é muito mais avançado, e também gostaria de vê-los novamente, no Congresso, em julho. Temos muito a aprender com o Brasil, e também muito para aprender um com o outro. Uma década após o lançamento da Internet, temos novas possibilidades, além das que já existiam. Podemos baixar vídeos, falar uns com os outros usando Twitter, Facebook, baixar vídeos no YouTube, e também outras mídias sociais, como Thunder, Google Plus, e todas essas várias maneiras que nós podemos compartilhar, e plataformas locais de países que, individualmente, também têm utilizado; então, eles adaptam as suas tecnologias também.

Agora estamos em um novo momento, em que há grandes quantidades de dados, e nós podemos então compartilhar o que nós sabemos uns dos outros. Então, podemos trocar ideias em termos de clima, saúde, educação. Podemos também dar apoio à ciência e ao trabalho. Isso também pode ser suporte para política. Então, todos esses dados dão-nos novas oportunidades e também criam, obviamente, novos riscos. Então, nós estamos todos vivendo este momento, nessa corrente.

Temos uma nova rede de televisão que foi lançada no Catar, a Al-Jazira. Ela usa também Xtreme, Skype, também envolve a audiência, envolve também a própria audiência em toda a formação de seus programas de televisão. Então, é também o caso, para muitos legisladores estarem cientes: se existe uma convenção acontecendo sobre leis, ela é transmitida ao vivo; à medida que são feitas e são colocadas no papel essas leis, em ciclos de 6 dias, podemos ver os políticos respondendo ao vivo as perguntas dos seus cidadãos, e também outras pessoas participando. Eles falam diretamente com os cidadãos que eles representam. Este é um momento histórico, porque é possível nós fazermos isso, democratizar de fato o acesso ao poder.

Talvez nem todos os cidadãos estejam obtendo essas informações nos países em que eles estão. Os dois representantes do Banco Mundial aqui têm feito realmente isso, têm democratizado os seus dados. São dados abertos. Na verdade, é algo muito comum, muito importante, é a tendência na mídia, no Governo. A ideia é de que, ao se abrir a informação que se tem, ela torna-se mais útil. Então, isso é particularmente útil para o Legislativo também. Pode permitir que as legislações se tornem mais abertas e os cidadãos possam compreendê-las e entender o que está sendo feito em seu favor. Então, o Banco Mundial também quer que as pessoas entendam mais como a ajuda está sendo enviada para os seus países.

Essas são ferramentas e perspectivas que antes eram somente para as pessoas de alto escalão. Agora vão para o cidadão comum, nos seus celulares, até mesmo em casa. Então, esses dados, essa plataforma permite que as pessoas possam ser mais criativas e também fazer coisas que elas não sabiam fazer.

Isso não tem nada a ver com Estados Unidos, Brasil, Reino Unido, ou outros países. Na verdade, há muitos lugares em que os dados estão dando novas vozes e oportunidades para as pessoas, dando novas chances de utilizarem esses aplicativos e também outra maneira de ganhar dinheiro, viajar. No Quênia eles também já lançaram sua nova plataforma de dados abertos, e têm coletado milhares de programadores que estão fazendo e desenvolvendo aplicativos para falar sobre agricultura, trânsito e outros indicadores econômicos. Então, isso é algo que realmente tem acontecido em mais de 30 países ao redor do mundo.

No nosso País, em Oregon, em um dos nossos Estados da Costa Oeste, nós temos cidades que já abriram os seus dados e também trabalham com os cidadãos para criar aplicativos inovadores, para que eles possam saber para onde vão, onde estão os trens, onde estão os recursos locais, e também se conectarem com as pessoas. Então, eles não são necessariamente classificados como *hackers*. Normalmente as pessoas pensam que o termo *hacker*, na verdade, tem uma conotação ruim, mas eles são programadores de civismo. Então, eles na verdade criam coisas para os cidadãos utilizarem, e essa é uma tendência muito importante. Eles podem criar aplicativos para, por exemplo, saber quando o próximo ônibus estará chegando. Então, isso, além de dar a eles a oportunidade de ganhar dinheiro, também favorece os cidadãos. E também ajuda o fato de que eles trabalham com o setor público e o privado, de maneira que todos podem compartilhar isso.

O nosso Governo Federal também está tentando fazer com que outros participem disso, fazer todos esses imensos bancos de dados serem mais abertos. Um dos mais importantes é o de saúde. Então, nós estamos colocando os dados no GPS, não só para que possa descobrir onde se está, a partir do celular, ou saber sobre o clima; agora, nós queremos abrir também os dados sobre a saúde, para que todos possam tomar decisões melhores sobre os seus cuidados com saúde. Então, colocamos aplicativos e serviços para que todos possam tomar decisões melhores, e isso volta como conhecimento e entendimento nesses assuntos, lá no Legislativo. Então, as pessoas que estão fazendo as políticas, as regulações e as regras deveriam entender essa tendência. Se não entendem isso, vai ser muito difícil realmente fazer uma boa política. Então, os dados abertos na saúde são muito importantes, e

criam realmente novas oportunidades para empreendedores e médicos.

Esse é um sistema de triagem eletrônica. Contém dados das indústrias, dos hospitais, e também dos cidadãos. Também ajuda as pessoas a encontrarem as clínicas, os lugares onde podem ser diagnosticados os sintomas, e na verdade até mesmo já saberem qual é o tempo de espera para uma consulta. Então, isso trará uma grande mudança no modo como as pessoas vão tomar suas decisões, simplesmente porque o Governo abriu os seus dados. Não foi porque o Governo desenvolveu o aplicativo, mas porque o Governo tornou os dados disponíveis.

Os dados abertos podem ser muito importantes em outros contextos, por exemplo, na escolha dos legisladores, dos que serão eleitos. Quando os dados legislativos são abertos para se ver, por exemplo, como as eleições ocorrem, essa é a melhor das oportunidades para se combater a corrupção e a fraude, que são uma endemia no mundo inteiro, como nós sabemos. Aqui nós estamos vendo um mapa em que foram inseridos dados de acesso público. Então, qualquer um pode dar uma olhada, em qualquer lugar do mundo, para saber, por exemplo, como as eleições no Afeganistão ocorreram.

E há muito mais dados no mundo. Isso é somente um sistema comum. Os dados vêm da indústria, do setor privado, das empresas, de todos os setores, e também do Governo; do Quênia, por exemplo, que é uma plataforma; do Reino Unido; e também nós, quando usamos o Twitter, quando usamos o Facebook, colocamos dados lá, talvez uma foto de uma enchente, por exemplo, na Austrália; então, as pessoas podem olhar e imediatamente ver, de onde elas estiverem, atualizar o que estão dizendo, saber o que os tomadores de decisão estão fazendo. Por exemplo, podem ver se há fogo, uma queimada, uma enchente. Talvez uma pessoa não seja o suficiente, mas muitas pessoas dizendo uma coisa, aí já é importante; então, as pessoas começam a prestar mais atenção. Uma pessoa viu um tornado lá em Joplin, no Estado de Missouri; logo, 15 pessoas já estão sabendo. Bem, é algo que temos de responder rapidamente; então, podemos trabalhar com respostas de emergência na área militar, em situações em que isso é muito importante. E esse contexto estende-se para o mundo legislativo, para também participarmos dessa situação, sabermos o que está acontecendo, o que se está dizendo, o que se está fazendo.

E há também outras iniciativas dos cidadãos também. Muitas pessoas estão querendo abrir essas agências de regulação para a transparência também, para tornar mais acessíveis essas informações para os cidadãos. Então, por exemplo, a Wide Scope, que é essa outra, começou na Califórnia e tem dado informações dos nossos conselheiros financeiros, para que as pessoas possam pesquisar no Google. Antigamente tínhamos de ir ao *site* específico, procurar o nome, apertar o botão, para ver esse *link* bem pequenininho, que nem se conseguia enxergar; agora se pode pesquisar, saber exatamente onde essa informação está. Então, é uma transparência muito poderosa para conselheiros de finanças e têm realmente grande importância na vida financeira das pessoas.

As cidades também estão criando bancos para se obterem dados, por exemplo, por ligações telefônicas; por exemplo, pode-se ligar para 190 para obter informações, pode-se relatar algum problema quando se liga para algum outro número, ou então podemos usar aplicações que podem ajudar-nos a criar dados ao longo do tempo, e todos esses dados estão mostrandoo que está acontecendo na cidade para que possamos diagnosticar os problemas. E também podemos inserir novos tipos de dados, criar novas oportunidades para que os cidadãos estejam no local certo e possam interagir com tudo isso. Em Nova York, o Departamento de Saúde disponibilizou dados sobre inspeções de restaurantes. Esses dados podem ser baixados para aplicativos. Então, quando você está no Facebook e entra na página do seu restaurante, já pode ver se houve ou não algum problema, por exemplo, de violação com a Vigilância Sanitária. O cidadão sabe exatamente onde esses dados estão.

Esses dados têm sido gerados também de várias outras maneiras interessantes. Jornalistas, por exemplo, antes teriam de pesquisar, olhar, ir buscar; agora os *sites* estão abrindo essas informações, de forma que as pessoas estão buscando essas informações e colocando tudo num *site.* Por exemplo, um legislador pode colocar dados no seu *site* pessoal; pode também pegar o que um jornalista disse, tudo que disse algum cidadão, e colocar tudo isso junto, e as pessoas podem ter uma ideia completa do que está acontecendo. Não é apenas uma única organização, mas todo o mundo trabalhando junto. Não é apenas o jornalista, mas o Governo, o cidadão e o jornalista. Então, isso cria novas maneiras para a prestação de contas.

Esse é o mapa do Japão. Para quem conhece as notícias do ano passado sobre o *tsunami*, sobre o que aconteceu, esse ponto vermelho, bem aí, no meio do mapa, é o reator de Fukushima, que entrou em colapso e liberou radiação no ar. Então, esse é um mapa da radiação que está sendo espalhada no Japão. É interessante, porque o cidadão estava coletando informações e compartilhando com uma vasta rede *on line*, de forma que eles conseguiram mapear a radiação. Então, esse é um novo sistema híbrido, em

que as pessoas têm novas perspectivas, e não apenas uma única fonte ou outra, mas uma perspectiva que é informada por milhares de olhos.

Alguém disse que muitos Governos estão preocupados com a transparência, preocupados com o que os cidadãos vão dizer, com a possibilidade de os cidadãos utilizarem a informação de maneira errada, de eles serem arruinados, ou de eles funcionarem inseguros, ou de eles terem de abrir mão das fontes. Isso também vai ser um problema, mas realmente é muito difícil retroceder nesse processo. A única coisa que se pode fazer realmente é tirar a Internet do ar, e já vimos que isso, na verdade, não é a melhor coisa a se fazer, como Hosni Mubarak viu, no Egito.

Esses acessos também são mais um problema. Nós vimos algumas informações que o nosso próprio Governo gostaria que não estivessem *on line* e fossem utilizadas. Por exemplo, nós estamos vendo os mapas de mortes no Iraque que foram criados para dados de WikiLeaks. Vê-se, por exemplo, o pessoal dos jornais na Inglaterra. Então, isso, obviamente, é desconfortável para todo o mundo.

Por que é interessante isso? Os senhores veem que há bolsões inovadores no mundo inteiro. Por exemplo, é muito legal estar aqui no Brasil, por conta das inovações e das discussões que estão acontecendo. Onde eu moro, em Washington D.C., nevou muito no primeiro inverno em que eu estava lá. Era como o Apocalipse, porque geralmente não cai meio metro de neve, mas nós criamos uma nova oportunidade para o Governo fazer algo: foram mapeados os locais na cidade onde as pás estavam. Em Boston neva muito. Os sindicatos que fazem a limpeza da neve jamais nos deixariam fazer isso. Mas porque em Washington D.C. eles não tinham essa cultura, as pessoas sabiam exatamente onde a neve tinha sido removida ou não. Então, o Governo saberia exatamente onde a neve tinha sido removida e o trabalho tinha sido feito corretamente. Isso criou uma nova perspectiva, particularmente porque não havia uma cultura de resistência do sindicato e também do setor público. Então, esse tipo de informação os cidadãos puderam acessar.

Por exemplo, esse tipo de prestação de contas é muito importante nas cidades, nas metrópoles, que estão crescendo no mundo inteiro. Até 2050 vai haver mais 30 cidades que vão ter mais de 10 milhões de habitantes. Algumas delas vão estar aqui no Brasil, algumas na Índia, outras na China, mas todas vão ter a necessidade de oferecer aos cidadãos mais acesso a informações. Eles estão organizando-se, fazendo mapas, colocando dados, criando dados, como no Haiti, por exemplo, depois do terremoto. E os senhores veem que estão crescendo também as novas ferramentas.

Eu sei que os senhores estão muito interessados em tecnologia de transparência na área legislativa, e por isso quero compartilhar isso com os senhores. Por exemplo, no Senado estadual – lá o Legislativo é todo bicameral – nós temos problemas com corrupção, por exemplo, em políticas locais. O Estado de Nova York tem tido problemas com isso, e realmente a tecnologia era muito antiga. Então, foram levados para lá engenheiros muito inteligentes, um deles inclusive trabalhava na NASA, e eles criaram uma nova plataforma para o Senado, uma plataforma aberta. Eles arquitetaram um *software* aberto, que permitiu às pessoas dar uma olhada nos perfis dos diferentes legisladores, ver o que havia no calendário, ter mais acesso ao que estava na agenda dos legisladores, dos Parlamentares. E qualquer um poderia usar aquele código no país, com muito poucos recursos.

O que nós estamos vendo, entretanto, é que é possível para os programadores desenvolver essesaplicativos usando os dados que eles mesmos já tornaram disponíveis. O que os senhores estão vendo aqui, por exemplo, é um aplicativo do iPad. Alguém criou um aplicativo para o iPad, e era possível porque o sistema foi feito dessa forma, foi feito em cima desse sistema. Então, podemos construir coisas de maneira que as pessoas possam agregar algo. São plataformas de onde podemos pode tirar dados e as pessoas podem colocar melhores interfaces sobre eles.

Há também outras coisas interessantes; por exemplo, a confluência de *smartphones*, pessoas tirando fotos, sendo mais ativas, conhecendo as coisas melhores do Governo. Por exemplo, os senhores veem aqui uma foto da Índia, de Andhra Pradesh, onde as pessoas podem tirar fotos das ruas locais; se elas não foram limpas, eles mandam a foto para o Governo local. O Governo descobre quem está com o contrato e deveria ter limpado aquela rua, depois toma decisões a respeito disso. Então, são relatórios, são denúncias dos próprios cidadãos, à medida que os *smartphones* se tornam mais disponíveis.

Há outras maneiras de se usar isso. O Ushahidi também é outra maneira de denunciar o que está acontecendo, e talvez no futuro haja novas oportunidades. Esse é um aplicativo novo, muito interessante. A ideia é de que se possa olhar o seu mundo local e ver onde há projetos. Pode-se, então, dar informações de volta para o Governo, local ou nacional, dizer que um projeto está funcionando bem, outro na verdade está parado, nada aconteceu.

Esses são os novos sistemas. Então, por exemplo, há bolsões de inovação na Latvia, onde o Parlamento permite que as pessoas votem nos assuntos que elas gostariam fossem votados. Da mesma forma, quando

elas vão para um banco de dados, elas são colocados na frente do Parlamento, que recolhe a opinião das pessoas. Então, autenticam-se os cidadãos que estão utilizando *on-line*, obviamente eles usam protocolos seguros, e também se torna o assunto em questão importante, dá-se-lhes oportunidade de terem as suas vozes ouvidas, de dizerem ao Governo o que gostariam que ele escutasse. Então, temos novas oportunidades, agora, para regular de uma maneira diferente.

Essa é uma foto de São Francisco, dos parquímetros que são colocados. Os preços dos parquímetros também aumentaram muito. Vamos ver se isso também vai acontecer com os demais.

Esse sistema também cria muito problema de privacidade. Então, temos o *Big Brother*, de George Orwell, as câmaras que estão vigiando todo o mundo. A qualquer lugar a que se vá, na Capital, há muitas câmaras filmando. Agora, a realidade não é tanto que o Governo nos esteja vigiando, mas o fato é que nós estamos vendo-nos uns aos outros com nossos celulares. Isso cria um problema de privacidade sem precedentes. Eu ouvi aqui falarem das mudanças. Então, quais são os riscos e os benefícios dessas novas tecnologias? A transparência, na verdade, não é um fim em si mesma. Aonde ela leva? Bem, disponibilizam-se os dados, criam-se novos objetivos. Poucas pessoas tinham acesso antigamente à Internet. Agora todo o mundo está usando, pessoas que têm acesso aos *smartphones*.

Agora, a pergunta é: temos capacidade para pagar esses planos de dados? Eu tenho de viajar aqui pelo País; eu tenho como trabalhar com mais dados, por exemplo, com um plano de *roaming*. Eu sou feliz por poder fazer isso, mas bilhões de pessoas não podem fazer isso. Então, quando olhamos esses novos sistemas para o Governo, quando os senhores pensam em liberar esses dados do Legislativo, temos de pensar naqueles que estão entre os senhores, o valor da sociedade, naqueles de que os senhores tratam, aqueles que têm menos poder. Na verdade, não é simplesmente o caso de dar-lhes poder, mas de ouvir suas vozes.

Quando se vê o mundo à noite, sabe-se quem conta com luz e quem não conta. Pode-se ver quem está no escuro, nos pontos escuros, e dar-lhe novas oportunidades de acesso à luz. As pessoas que estão ali, sem teto, na rua, também podem ter acesso à informação. Há uma foto aqui, por exemplo, de pessoas que não têm *smartphone* lendo um livro em quadrinhos na tela posta na vitrine de uma livraria. Há maneiras de permitir acesso. Mesmo que não seja para todo o mundo, individualmente pode-se dar, pelo menos de uma forma mais pública, esse acesso.

Era isso que gostaria de compartilhar com os senhores. Muito obrigado pelo convite. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Alex.

Passaremos de imediato ao Sr. Gherardo Casini, Diretor do Global Centre for ICT in Parliaments, das Nações Unidas, para a sua manifestação.

O SR. GHERARDO CASINI *(Exposição em inglês. Tradução simultânea.)* – Obrigado, muito obrigado. É uma honra estar aqui. Sou muito grato ao Deputado Pimenta, sou muito grato a todos os membros desta Comissão do Congresso Nacional. Já pude ver que conheço alguns dos senhores aqui, já recebemos alguma colaboração de alguns dos senhores no passado.

(Segue-se exibição de imagens.)

Bem, minha apresentação vai enfocar a perspectiva internacional a partir dos Parlamentos. Então, primeiro, o que é o Global Centre for ICT? Ele foi lançado na Cúpula Mundial em 2005, está sendo gerido por um alto quadro de administradores, com 9 membros, sob a coordenação das Nações Unidas e da União Interparlamentar, e também possui um Secretário-Geral dos Parlamentos. É uma iniciativa das Nações Unidas e da União Interparlamentar.

A missão do Centro foi, desde o começo, promover os ICTs, as TICs, para promover os processos dos próprios Parlamentos. Há 5 ou 6 anos nós não poderíamos utilizar termos como eficiência, transparência, democracia. Então, tudo isso foi plasmado na modernização e nas TICs. Também nós assumimos a missão de informar o cidadão, principalmente com relação à vigência dos projetos e também com relação ao acesso à informação.

Quanto a algumas das nossas áreas funcionais, nós temos aqui o serviço de análise; há centros de pesquisa entre os Parlamentos e de desenvolvimento de capacidades, porque a nossa primeira ideia era de que nós trabalharíamos primeiro com as nações em desenvolvimento, mas surpreendentemente, depois de alguns meses, nós compreendemos que todos os Parlamentos queriam saber algo sobre tecnologia, e particularmente algo também de outros Parlamentos, porque todos tinham um problema: o que nós podemos fazer com a tecnologia e como podemos utilizá-la para melhorar a transparência e fazer com que os processos se tornem mais efetivos? Essa era a pergunta.

Durante os anos desenvolvemos várias atividades. A mais importante talvez seja aquela que nós desenvolvemos nos Parlamentos onde nós tivemos a reunião de mais de 120 delegações de vários países. A última reunião dessa natureza foi realizada na África do Sul, no Parlamento da África do Sul. Tivemos vários fóruns

com os membros dos Parlamentos para enforcar essas questões de informações públicas.

A cada 2 anos nós rodamos uma pesquisa para todos os Parlamentos. Ou seja, nós enviamos um grande questionário, com mais ou menos 160 questões, para todos os Parlamentos de todo o mundo. Com base nisso, nós tentamos compilar dados e apontar algum tipo de validade, em termos das práticas dos Parlamentos, naquilo que chamamos de Relatório Mundial. O primeiro relatório saiu em 2007, o segundo em 2010. Acredito que em setembro agora, se tudo der certo, nós lançaremos o terceiro relatório dessa natureza. Se os senhores estiverem interessados, nós podemos conversar sobre isso depois.

Outro papel importante a ser desempenhado por nós é que nós trabalhamos com os Parlamentos e criamos grupos de trabalho de especialistas em Parlamentos para que eles desenvolvam manuais de orientação. Um dos manuais mais importantes está em um *site*. Nós conhecemos a importância disso porque vemos que muitos Parlamentos estão utilizando esse *site* para, pelo menos, revisar o que eles têm nos seus próprios *sites*. Isso foi revisado em 2009, e não está tão atualizado, simplesmente porque a tecnologia já avançou, já percorreu uma rápida evolução.

Nós fazemos treinamentos também, nós fazemos avaliações, mas eu gostaria de enfatizar a dimensão do nosso alcance. O primeiro mapa aqui, em verde, mostra os países cujos Parlamentos participaram em uma ou mais de nossas atividades. De fato, nós tivemos muitos contatos com a maior parte dos Parlamentos de todo o mundo. Existem 177 sistemas parlamentares no mundo hoje, e 144 participaram em uma ou mais; 25 nunca participaram. Não vou mencioná-los, obviamente, mas acredito que os senhores imaginam quais sejam. Alguns participaram muitas vezes. Eu posso dizer que o Brasil tem sido um grande parceiro nosso. A Câmara e o Senado têm participado muito e têm-nos oferecido muita informação, provido muita troca de informação. Somos muito gratos por isso.

Nós trabalhamos com Parlamentos para que eles ofereçam informação para outros Parlamentos. Nós não estamos utilizando o setor de consultoria, o setor privado. Não, utilizamos os especialistas que estão dentro do Parlamento. Existem alguns desses especialistas que querem, de fato, fazer essa troca com outros Parlamentos. Nós enviamos missões de especialistas de alguns Parlamentos para, por exemplo, 37 Câmaras que receberam serviços de assessoria. Isso reuniu-nos em 20 atividades. Houve várias visitas.

O próximo eslaide mostra que o Parlamento que nos ofereceu pessoal para que isso pudesse ser realizado. Uma vez mais, eu posso dizer que o Brasil teve grande participação

Como eu disse, a cada 2 anos nós rodamos uma pesquisa. A primeira foi em 2007, e eu ainda lembro que as pessoas nos disseram: "Os Parlamentos não vão responder ao questionário de 160 perguntas sobre como eles usam tecnologia". Bem, esse foi o primeiro impacto. Participaram dessa primeira rodada 105 Parlamentos. Em 2010, nós tivemos um aumento; foram 185 Parlamentos. E agora, em 2012, nós temos mais de 140 Parlamentos envolvidos, Parlamentos que responderam. A pesquisa ainda está aberta. O meu objetivo é de que alcancemos pelo menos 150 Parlamentos. Isso diz-nos o quanto os Parlamentos querem saber sobre outros Parlamentos, em termos das opções tecnológicas em várias áreas, porque nós cobrimos questões de infraestrutura, mas também de participação, de uso dos padrões de documentos abertos, de uso de sistemas para o fluxo de trabalho para os Parlamentos. Isso foi apresentado pelo menos pelo Senado e pelas autoridades do Estado de Nova York.

Aqui nós temos alguns dados de 2010, e espero que, no final do ano, possamos oferecer alguns dados sobre 2012.

Bem, a confiança no Parlamento está em declínio, e à medida que avança a tecnologia, isso está impactando a demanda cada vez mais crescente dos cidadãos. Então, ao mesmo tempo em que existe um declínio em termos de interesse e mesmo de confiança no Parlamento, há essa rápida evolução da tecnologia.

Vamos imaginar que há legisladores que foram eleitos recentemente e ainda têm 5 anos pela frente. Depois de 1 ano, a mídia social está sendo desenvolvida. Depois de 3 anos, todos os cidadãos que começam a utilizar a mídia social estão demandando maior participação.

Temos de lembrar que os Parlamentos são instituições com algum grau de complexidade. Portanto, vai levar algum tempo para que a instituição com essa complexidade comece a usar de fato a mídia social. Mas vemos, com os dados que temos aqui, que são essas tecnologias que estamos utilizando mais, levando-se em conta o que estão dizendo os Parlamentos. Há consultas *on-line*, petições, transmissão de audiências, serviços de intercâmbio de vídeos e também os canais televisivos e as estações de rádio, tanto em nações desenvolvidas quanto em nações em desenvolvimento.

O que dizem os Parlamentos a respeito de quando devem fazer a consulta com os cidadãos. A maioria disse que isso deve acontecer durante a deliberação feita, depois que uma mudança é feita no Parlamento e depois de uma mudança feita em uma proposta. São

os três momentos-chave nos quais os Parlamentos gostariam de consultar os cidadãos.

Quando perguntamos sobre as dificuldades em engajar os cidadãos, as respostas foram, primeiro, que os membros não estão familiarizados com essa tecnologia (o Parlamento tem alguns problemas com os membros porque eles não estão utilizando a tecnologia) e, segundo (é algo bastante recorrente, ontem ouvimos muito isso nas nossas conversas), que os cidadãos não estão familiarizados com os procedimentos legislativos.

Então, grande número de Parlamentos, aproximadamente 40% deles, sabem que é um problema explicar aos cidadãos como são os processos legislativos. Essa, de fato, é uma grande barreira para o engajamento dos cidadãos.

Em relação aos métodos de comunicação com os jovens, muitos Parlamentos disseram que seria necessário incluir *websites* especiais, jogos, uma parte de *websites* que hoje é dirigida jovens. Eu posso lhes dizer que esse é um grande achado, porque muitos Parlamentos estão utilizando uma parte específica dirigida a esse público jovem.

Ontem falamos sobre Parlamentos, e me foi perguntado o que seria um Parlamento aberto. Eu fiz menção aos valores democráticos, à união interparlamentar. Agora estamos falando sobre a transparência, que está relacionada com a mídia e também com a sua base. Deve ser acessível, envolvendo o público, inclusive associações e movimentos da sociedade civil dentro do Parlamento.

Deve haver também confiança. Os membros dos Parlamentos devem ser confiáveis, em termos de sua integridade e competência. Além disso, devem estar de acordo com os valores democráticos, facilitando a avaliação do desempenho das funções dos Parlamentos, dos Legislativos.

Quanto ao Parlamento aberto, talvez queiramos abrir algumas horas de visita para os cidadãos, mas poderíamos ir além disso, oferecendo canais televisivos, estações de rádio, poderíamos oferecer alguns *sites* em que a informação estaria reunida e, talvez, aumentar a capacidade de engajamento dos cidadãos.

Existem, então, vários patamares de transparência e abertura.

Para concluir, gostaria de enfocar o uso dos padrões de informação abertos. Temos trabalhado isso com grupos de Parlamentos nos últimos anos. É algo em que acredito. Espero que, entre 2012 e 2013, se torne um dos pontos principais do trabalho do Congresso em termos de engajamento.

Outros padrões para documentações abertas, como o XML, um padrão para documentos, ainda não foram completamente explorados pelos Parlamentos. Somente 20 Parlamentos estão utilizando isto para partes de alguns documentos, os documentos XML, ou seja, padrões para documentos abertos. O XML pode ser usado para se fazer pesquisa de documentos, estabelecer alguns vínculos entre documentos, podem ser utilizados para diferentes *outputs*, incluindo-se os aparelhos móveis, para a conservação, para o preparo, com vistas ao acesso dos cidadãos particularmente.

Estamos promovendo e desenvolvendo com os Parlamentos o uso do XML para os documentos parlamentares. E não é o caso de se utilizar o XML somente no final do processo, em processos legislativos longos, mas de antecipar essa utilização no princípio do processo. Tal medida reforça o engajamento, limita alguns erros e também pode melhorar a qualidade de alguns documentos. No final das contas, melhora a democracia em todo o processo.

Porém, em muitos países a maioria dos projetos é introduzida no Parlamento pelo Poder Executivo. Um passo adiante seria ter a colaboração entre o Poder Legislativo e o Executivo, utilizando o XML no começo das primeiras versões desses projetos de lei. Isso é muito importante.

Claro, podemos perguntar: se há todos esses benefícios, por que os Parlamentos não os estão utilizando? Acredito que a instituição, como tal, deve decidir, em alguns casos, que, sim, de fato, o XML é o que ela quer. Quer utilizá-lo, quer fornecer aos cidadãos documentos acessíveis e úteis. Foi o que aconteceu recentemente nos Estados Unidos e é o que está acontecendo também na União Europeia. Houve uma reunião de secretários-gerais desse continente, que decidiram avançar rumo a essa padronização dos documentos abertos.

O último ponto é relativo à cooperação internacional. Recentemente, em Washington, participamos de uma reunião com várias organizações e fundações. Começamos com um documento chamado *Washington Consensus.* É preciso identificar vários critérios e *benchmarks* para alcançar a padronização de documentos abertos rumo aos valores básicos da democracia, incluindo-se abertura e transparência.

Não quero ser pessimista. Alguns Parlamentos estão começando a utilizar *sites*, outros começaram a utilizar o XML como esquema geral. Eles querem utilizar esquemas que facilitem a interoperabilidade. É o caso da Suíça, da Itália, da Dinamarca e de vários outros países.

O Parlamento, portanto, deve se comprometer a alcançar essa padronização de documentos abertos, a fim de aumentar a transparência e a abertura. Deve também procurar ampliar o engajamento e o ativismo,

além de participar das trocas de informação nos patamares local e regional para melhorar o desenvolvimento de ferramentas comuns.

Finalmente, em termos de cooperação internacional, estou muito contente em anunciar que, no começo de junho, a nosso pedido, a Câmara do Brasil vai celebrar uma reunião, junto com as Nações Unidas e o Banco Mundial, sobre a América Latina, ou seja, vamos dialogar, colocar na mesa uma rede regional.

Então, acredito que, promovendo esta experiência no Brasil, do Senado e da Câmara, utilizando o XML – eles têm o programa XML Brasil –, isso vai ser muito produtivo para os outros Parlamentos.

Agradeço e concluo a minha apresentação. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Sr. Gherardo Casini.

Quero registrar a presença do Deputado Félix Mendonça Júnior, Parlamentar do Estado da Bahia, e do Deputado Osmar Serraglio, Parlamentar do Estado do Paraná.

Estamos um pouco adiantados. Quero saber se existe interesse, por parte da plateia, em fazer algum questionamento, alguma pergunta. Depois, vamos rapidamente ouvir a manifestação conclusiva de cada um dos nossos convidados. A palavra está à disposição. *(Pausa.)*

Com a palavra o nosso amigo Paulo, do Centro de Informática da Câmara dos Deputados.

O SR. PAULO HENRIQUE ALVES ARAÚJO – Obrigado, Deputado.

O meu nome é Paulo Henrique e sou servidor aqui da Câmara.

Eu tenho uma preocupação especial. Estive na OGP também, e isso foi tratado lá. E alguns de vocês abordaram isso, o lado consumidor. Temos feito um esforço muito grande em prover serviços. Continuamos analisando. Há mais serviços a serem oferecidos. Mas eu acho que o uso dos serviços que oferecemos, seja de participação, de interação, seja de dados abertos, seja de informações, mesmo que ainda não estejam em formato aberto, mas que estão migrando, ainda é pífio, ainda é muito raso. E temo-nos debruçado sobre estratégias para poder fomentar isso.

Eu ouvi vocês falarem desse problema, mas ouvi poucas propostas de soluções. Eu queria saber se vocês viram alguma experiência em que o governo pode de alguma forma intervir nisso, seja financiando – de alguma forma provendo linhas de financiamento para projetos que queiram trabalhar esse tipo de informação, que queiram fomentar essa participação –, seja estimulando universidades. Não sei. Eu queria ouvir de vocês se conhecem experiências em outros locais do mundo que tiveram resultados interessantes, ou seja, se conseguiram o engajamento, se conseguiram o retorno, se fizeram com que a sociedade, seja a sociedade organizada, seja o cidadão leigo em termos de participação, sejam empresas de TI ou estudantes da área de tecnologia, passasse a consumir os serviços que o Legislativo ou o Executivo oferecem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Paulo, diga-nos o seu nome completo e o local em que trabalha.

O SR. PAULO HENRIQUE ALVES ARAÚJO – Paulo Henrique, do Centro de Informática da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Com a palavra o Dr. Luiz Antonio Eira, Diretor do Departamento de Comissões.

O SR. LUIZ ANTONIO SOUZA DA EIRA – Obrigado, Sr. Presidente. Uma saudação especial.

Eu acho que este evento, esta reunião de hoje, aqui na Comissão Mista de Orçamento, é bastante significativo. A Câmara dos Deputados, ao longo dos últimos anos, tem desenvolvido uma série de ações no sentido de se aproximar um pouco mais da sociedade brasileira. E foi muito interessante ouvir a intervenção dos senhores porque acho que estamos mais ou menos no caminho certo.

E fico muito feliz por esta reunião estar sendo feita aqui na Comissão de Orçamento, Presidente Paulo, porque eu acho que ainda precisamos dar alguns passos bastante significativos. Vejo, por exemplo, a Câmara dos Deputados como uma organização da sociedade brasileira – e até conheço alguns Parlamentos do mundo – bastante aberta, bastante transparente, com uma boa participação popular. Mas ainda longe de algumas questões que eu acho fundamentais para qualquer tipo de sociedade. E é sobre isso que eu queria conversar um pouco com os senhores.

Eu vejo o Parlamento do nosso País com uma agenda ainda muito influenciada pelo Poder Executivo. As nossas pautas ordinárias, por exemplo, estão há alguns bons meses, eu diria até há alguns anos, travadas por medidas provisórias.

Acho que não basta ser transparente – alguém aqui colocou isso num eslaide. Não basta ser transparente, não basta simplesmente abrir a participação popular, que, como disse Paulo Henrique, muitas vezes não chega a um conjunto grande da população.

Por exemplo: no Brasil, a atuação de PMOs ainda é muito tímida, mas muito tímida mesmo. Nós precisamos intensificar, precisamos criar mecanismos para que haja um número maior de organizações desse tipo e para que essas organizações possam de fato analisar, de maneira independente.

A Câmara dos Deputados tem um programa de dados abertos interessante. E eu acho que esse é o caminho. Não podemos fornecer os dados e, ao mesmo tempo, fazer a análise desses dados. Isso influencia para uma vertente única. A sociedade tem que ser livre o suficiente para tirar as suas próprias conclusões, a partir de dados brutos. Isso é fundamental.

Mas eu acho que o ponto final dessa curva vai se dar a partir da análise – e da análise pela sociedade – de onde estamos colocando o dinheiro público deste País. E aí a Comissão Mista de Orçamento é fundamental. Não adianta simplesmente sermos reativos. Reativos no sentido de uma análise feita... Vou citar um caso bastante típico nos últimos anos neste País. Por exemplo: reagimos a catástrofes climáticas; gastamos muito dinheiro em reação a enchentes e a secas neste País. Mas por que a agenda não está voltada para um grande programa nacional de antecipação disso?

Estive em Portland, Mr. Howard, há 3 anos. Por exemplo: os Estados Unidos da América resolveram a questão das enchentes no início do século XX. Nós estamos já no início do século XXI. O programa de barragens – e eu visitei a comunidade do Rio Columbia – foi feito no início do século XX. Nós até hoje, todos os anos, na época do verão, discutimos questões relativas às enchentes neste País.

Ou seja, nós precisamos fazer com que essa agenda chegue também pelo lado da sociedade, que sofre esses problemas lá na ponta, e não só discutir uma agenda estabelecida pelo Poder Executivo. E isso se faz, Presidente Paulo Pimenta, aqui na Comissão de Orçamento, analisando e mostrando claramente à população como nós estamos gastando o dinheiro público deste País.

Então, eu acho que esse é um caminho, mas do ponto final ainda estamos um pouco distantes. É claro que estamos criando elementos de transparência – e temos bastantes até. Eu diria que o Parlamento brasileiro... O *website* da Câmara dos Deputados, principalmente, é bastante transparente. Nós transmitimos tudo em tempo real, todas as reuniões. Esta reunião está sendo transmitida ao vivo pela Internet. Isso é fantástico, é ótimo, mas ainda precisamos criar instrumentos para que essa agenda seja definida pelos cidadãos ou, pelo menos, fortemente influenciada pelos cidadãos.

Eu queria depois ouvir o comentário dos senhores, a partir desses pontos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – A senhora tem a palavra.

A SRA. ELIZABETH DOMINGOS CARNEIRO – O meu nome é Elizabeth e trabalho na Liderança do Partido Verde.

Na explicação dos componentes da Mesa pudemos observar a preocupação em transmitir dados e informações ao cidadão, mas foi esquecido um ponto muito importante dessa cadeia de informações. Porque não adianta abarrotar um meio de comunicação com informação, se o cidadão não está preparado para utilizar essa informação.

Como o senhor disse, a Câmara dos Deputados é um local privilegiado. Nós temos aqui, no CENIN, uma excelente plataforma por meio da qual podemos obter informações sobre tudo o que se passa nesta Casa, desde o processo legislativo até informações sobre o orçamento. Mas os cidadãos brasileiros, em grande maioria, não estão preparados para acessar essas informações, seja do ponto de vista do equipamento de que não dispõem para ter acesso à informação, como computadores, tablets etc., seja do ponto de vista da falta de conhecimento. Ou seja, o que aquela informação vai produzir para eles? Essas informações produzidas são pouco significativas na vida do cidadão brasileiro. Nós temos uma gama de aposentados que recebe o seu dinheiro no banco com um cartão magnético e que sequer sabe usar esse cartão magnético.

Falta uniformização dos meios de acessos, de processos. Temos uma plataforma de um jeito, uma plataforma de outro jeito, e as pessoas mais simples e mais humildes, os cidadãos comuns, não sabem acessar isso. Por exemplo: eu sou da área de orçamento. A nossa ferramenta de orçamento aqui na Câmara é extremamente transparente. Há relatórios belíssimos. Mas o cidadão comum não vai entender aquele relatório. Ele não sabe como extrair a informação de lá. É tudo público. Todo o trabalho que eu faço aqui, de análise de orçamento, é sobre a plataforma na Internet, que é pública. Mas o que o cidadão comum vai saber? *"Ah! Como o Governo gasta o meu dinheiro?"* Ele não sabe sequer tirar do relatório, daquela plataforma, essa informação, sobre como o Governo gasta o dinheiro dele.

Então, nós temos que saber para quem estamos produzindo a informação e se ela vai surtir efeito, se ela vai produzir mudança, se ela vai provocar a participação efetiva do cidadão nas questões governamentais. Se não, ela não vai servir para nada. Temos que pensar nisto também: em educar o cidadão, porque tudo começa na educação. É preciso educar o cidadão desde a escola, ensiná-lo a acompanhar as questões governamentais sobre o recurso aplicado na educação, na saúde, na segurança, nos programas sociais de combate à fome. E é preciso buscar uma forma efetiva de ensinar o cidadão a participar, porque não adianta disponibilizar a informação se o cidadão não sabe o que fazer com ela.

Então, eu acho que a transparência sem uma educação para a participação não vai resolver nada. Transparentes nós somos. Eu acho que esta Casa, principalmente. No Brasil, culpa-se muito o Parlamento por não ser transparente, mas o Poder Legislativo brasileiro é um dos mais transparentes e abertos ao cidadão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Elizabeth.

A Sra. Cássia é a última inscrita.

A SRA. CÁSSIA REGINA OSSIPE MARTINS BOTELHO – Bom, primeiro, eu quero parabenizar o Deputado Paulo Pimenta por estar abrindo este espaço dentro da Comissão de Orçamento. Isso é muito importante para a Casa. Quero parabenizar a todos por esta discussão.

Eu, Cássia Botelho, atualmente estou na Direção do Departamento de Taquigrafia, responsável pela entrega de todos os discursos, de tudo o que é falado no Parlamento, e, durante 8 anos, estive à frente da Coordenação do Comitê Gestor do Portal da Câmara quando estava na Diretoria-Geral.

O que notamos, em relação a todo esse movimento – agora mudando um pouco o foco para o lado do Parlamentar –, com o qual queremos oferecer toda essa transparência, esse acesso à informação, ferramentas de participação popular, é que, do ponto de vista do Parlamentar, na Câmara dos Deputados, há tem uma série de mecanismos para interagir com o cidadão, seja pelo *e-mail* pessoal, seja pelo *e-mail* @ camara.gov.br, seja pelo e-Democracia – que eu acho que foi a ferramenta que conseguiu realmente trazer o Parlamentar para essa discussão, até porque focou num tema específico –, seja pela participação dele nas Comissões, na *TV Câmara* e na *Rádio Câmara*. Eu noto que também é muito difícil para nós, para a instituição, trazer os Parlamentares para essa discussão, porque são muitas formas de participação, numa vida bastante tumultuada.

Então, de que forma vocês têm enfrentado essa situação nos outros Parlamentos?

Era isso, obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Antes de devolver a palavra aos palestrantes, eu quero pontuar duas ou três questões.

A primeira: há algum tempo, eu estava acompanhando, num canal de televisão, um programa jornalístico, no qual o repórter chegava a uma parada de ônibus com a câmera ligada, colocava o microfone perto do cidadão e perguntava: *"Em quem o senhor votou na última eleição?"* Eu creio que algo em torno de 80% a 90% das pessoas não lembraram em quem tinham votado.

Não sei como é em outros países, mas essa é uma demonstração do nível de precariedade da relação que o eleitor estabelece com o eleito, do nível de precariedade da relação que se estabelece nesse processo.

A segunda questão é sobre duas situações que convivem num mesmo espaço. Falo dos dados abertos da instituição, do processo de participação popular e interação da sociedade com a instituição Câmara dos Deputados e com a instituição Senado Federal, mas também de outra realidade: cada gabinete, cada mandato parlamentar tem uma dinâmica própria de comunicação, de interação, de relação com a sociedade; cada partido tem uma filosofia, tem uma visão. Então, existem dois movimentos convivendo no mesmo ambiente.

A Câmara, a meu ver, avançou muito mais do ponto de vista institucional do que os mandatos parlamentares. Talvez isso leve a um descompasso. No dia a dia das relações da sociedade com o Parlamento, isso se dá através dos Parlamentares. Então, nós temos que encontrar um ponto de equilíbrio. E já conversamos um pouco sobre isso em outras oportunidades.

Quero saudar o Dr. Rogério Ventura Teixeira, Diretor-Geral da Câmara, que nos prestigia com a sua presença.

Terceira questão: eu tenho participado de discussões sobre este tema, bem como vários servidores que estão aqui presentes – eu diria, altamente qualificados. Por exemplo: há projetos muitos interessantes, como o Projeto Cidadão Digital, o Projeto Pauta Digital, que eu apresentei, mas que são fruto de muito debate e podem significar uma alteração substantiva da relação da sociedade com o Parlamento, na medida em que o cidadão entender que a participação dele pode definir pauta, hierarquizar projetos.

Em que nós esbarramos hoje? Eu diria que é um discurso frágil, mas, do ponto de vista conservador, ele funciona. Como eu legitimo a participação do cidadão pela Internet? A pergunta primária é sempre a seguinte: *"Mas quem me garante que esse é realmente o cidadão que manifestou o seu apoio a um projeto, a uma iniciativa?"*

O processo de certificação eletrônica é muito caro no Brasil – a assinatura digital. Então, nós estamos procurando encontrar um mecanismo que nos dê legitimidade para a iniciativa e que responda a esse questionamento. Ele é frágil porque ninguém garante que aquela é a pessoa que assinou o papel. A verdade é que esse questionamento acaba fragilizando, digamos, alguns avanços que buscamos.

E, por fim, um tema sobre o qual conversei com Tiago, em que insisto bastante: a história do 0800. A Câmara tem um serviço de 0800 e já recebeu, nos úl-

timos anos, mais de 4 milhões de ligações. E qual é o público que liga para o 0800? Muitas vezes é a pessoa que não tem acesso à Internet, são setores da sociedade que não usam os nossos portais. E, desses 4 milhões de ligações, mais de 2 milhões de ligações foram sobre o mesmo projeto: para pedir que a Câmara coloque em votação o projeto de lei que acaba com a tarifa básica da telefonia fixa, um projeto de 2001.

Se nós não resolvermos isso, se não criarmos um mecanismo que de alguma forma permita que a participação da população tenha alguma interferência na definição dos projetos – e não estou nem entrando no aspecto das medidas provisórias, que é muito mais complexo –, o cidadão vai participar uma vez, duas vezes e, a partir da terceira, não vai participar mais. Então, ou nós criamos um mecanismo real pelo qual, de alguma forma, alguns projetos sejam fruto e resultado da efetiva participação da sociedade durante o ano, ou esse processo não vai avançar.

O nosso processo legislativo tem uma característica perversa – e vou concluir, não quero me estender – no seguinte sentido: um projeto de lei pode tramitar e ser aprovado em todas as Comissões, por unanimidade, e nunca ir a plenário. Nada garante que um projeto aprovado nas Comissões um dia seja colocado na Ordem do Dia. Depois de ser aprovado em todas as Comissões, o projeto precisa passar pelo Colégio de Líderes, que, junto com o Presidente, vai fazer um acordo e definir a pauta. E mais: se houver um fato de repercussão nacional que exija uma resposta pronta por parte do Parlamento, mesmo que esteja na primeira Comissão há 1 semana o projeto vai ser levado diretamente ao plenário e, em 24 horas, poderá ser votado.

Então, não há equilíbrio do ponto de vista legislativo para que a participação social, a participação popular, efetivamente interfira na definição da pauta e na hierarquia daquilo que será votado.

Quero me desculpar por ter falado um pouco demais. Devolvo a palavra, pela ordem inversa, conforme aprendi ontem com o Sr. Gherardo Casini, e peço aos senhores que concluam a participação comentando alguma coisa disso que nós abordamos.

A palavra está à disposição.

O SR. GHERARDO CASINI *(Exposição em inglês. Tradução simultânea.)* – Muito obrigado.

Primeiramente, deixe-me dizer que concordo com a sua análise. Essa é a minha opinião. Mas, na análise que já fizemos, claramente há referência a dois aspectos diferentes: a instituição, a comunicação da instituição, incluindo o Presidente, as Comissões, os comitês e coisas como essas – nós nos referimos a isso como comunicação da instituição, ou seja, explicar às pessoas o que é o Congresso, o que as Comissões estão fazendo; e a função representativa dos membros do Parlamento.

Obviamente, há ligações, elos. As instituições têm que decidir, num conselho ou numa comissão, os termos do uso da tecnologia na comunicação institucional. Mas eu diria também que as tecnologias alteram, sim, o relacionamento, a maneira como os Parlamentos e os Parlamentares e os cidadãos se relacionam e também a maneira como os representantes, os Parlamentares se relacionam com essas pessoas.

Então, a tecnologia tem um impacto claro. A questão é que nós não sabemos aonde estamos indo – membros, instituição e tecnologia. Isso é uma mistura que está se tornando uma pergunta-chave para o futuro.

Um ponto, numa visão geral: acho que os dados abertos deveriam ser pensados sobre a Comissão de Orçamento, para analisar como o orçamento é gasto e também olhar isso do ponto de vista das ruas. Por exemplo: no Poder Executivo. Eu me lembro – não sei qual é o desenvolvimento – de que há um projeto no Senado chamado SIGA, que é a análise do orçamento, como o orçamento estadual é gasto ou como ele é transferido para o nível local.

Então, acredito que esse tipo de tecnologia, para essa supervisão, é bem importante. E muitos Parlamentos estão utilizando as nossas análises. Do nosso ponto de vista, eles têm as mesmas preocupações de muitos cidadãos. Não há muitos cidadãos participando, não se engajam em qualquer tipo de tecnologia ou mesmo em exercícios que não requerem tanta tecnologia. E acaba não havendo esse debate.

As perguntas são muitas. Por que a comunicação no Parlamento não está sendo entregue da maneira que o cidadão espera? Por exemplo: no computador, ou no celular, ou talvez pelo 0800 – é um bom exemplo. Dois milhões de pessoas estavam interessadas naquela lei do telefone fixo e ligaram. Esse é o caso em que o Parlamento deu ao cidadão a ferramenta para participar.

Qual é o público hoje? É a mídia? É a sociedade civil? São as organizações da sociedade civil que estão transferindo a informação para o cidadão, assim como a imprensa, a mídia, ou queremos simplesmente focar no cidadão que vive a 300 quilômetros de distância ou mais do Parlamento?

Estratégias nesse sentido deveriam ser desenvolvidas pelo Parlamento ou, então, bem pensadas em termos de comunicação. Como alcançar o cidadão? Quais tópicos devem ser abordados? Não é apenas a educação do cidadão, mas também a educação dos Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Gherardo.

O nosso amigo Alex Howard está com a palavra.

O SR. ALEX HOWARD *(Exposição em inglês. Tradução simultânea.)* – Bem, realmente há muitas perguntas. E eu devo pedir desculpas porque realmente não entendo o português tão bem como deveria. É uma linda língua, e eu gostaria de entendê-la e compreendê-la melhor.

Há três questões separadas. A primeira: participação. Eu vou deixá-la para os colegas que estudam isso com mais tempo. Muitas pesquisas já foram feitas. Aumentar a participação. Sim, ela leva a um maior envolvimento da cidadania. Então, como você engaja isso com a tecnologia? Essa é a questão que está sendo abordada pela pesquisa, incluindo maneiras de não favorecer desproporcionalmente aqueles que têm mais acesso. Estou dizendo isso, por exemplo, não apenas em termos de acesso aos dados, mas também de acesso simples aos recursos e às fontes.

O ponto que você abordou, sobre cidadãos comuns, eu acho que é realmente muito importante. Eu penso muito na minha mãe e na minha avó, no quanto elas vão entender, no quanto elas precisam entender quando usam determinados serviços, no quanto elas querem entender. Isso nos leva à pergunta que você fez sobre como os cidadãos vão se engajar. Eu acho que eles não irão para um *site*. Concordo que é uma porta aberta, mas ninguém passa, ninguém utiliza.

Mas o governo está realmente aprendendo que tem de ir aonde o cidadão já está e falar na sua linguagem. Isso cria desafios para o governo, desafios em termos de usar sistemas que talvez nunca tenha feito ou construído, desafios em termos de escutá-lo. Se você quer falar com o cidadão, e houver grande quantidade de cidadãos, como lidar com isso?

No nosso país você vê empreendedores construindo novas metodologias. Ações coletivas: pessoas falam com uma voz única ao nosso Congresso.

Houve um evento sem precedentes em *(ininteligível)*. Milhões de pessoas ligaram para o Congresso por causa de sua preocupação com a maneira como regulamos a Internet. O *site* do Congresso ficou sobrecarregado e caiu, e os telefones também estavam muito ocupados, porque as pessoas estavam muito interessadas em se engajar.

Então, são perguntas muito importantes. Novamente: é muito legal estar nesta Casa, onde as perguntas podem ser levantadas. Isso não acontece em todos os países. E nós sabemos disso.

Quanto à sua primeira pergunta, sobre os cidadãos consumirem dados, e à pergunta... E eu falei sobre a minha mãe. Por exemplo: você falou que as pessoas podem realmente atravessar, passar pelo estrado e participar – nos seus próprios termos. Então, você pensa em como eles estão consumindo essa informação. Nos seus celulares: então, eles têm banda larga, mandam "torpedos", mensagens. Talvez esse não seja o caso da área rural da África ou da Ásia. Em outros locais, as pessoas não sabem realmente lidar com alguns *websites* mais técnicos.

Torna-se realmente clara a incapacidade dessas pessoas de se comunicarem da maneira correta. Geralmente, não é o governo; geralmente, são desenvolvedores, ou professores, ou a mídia.

A pergunta é: como dar-lhes esse acesso à informação, de uma maneira que seja mais bem consumida, digamos assim? Qual é a melhor maneira pela qual ela pode ser consumível? E deixar, então, essas pessoas mais apropriadas ensinarem-lhes isso.

A última questão é uma das mais importantes. Em qualquer corpo, em qualquer instituição legislativa, você não pode esperar que essas pessoas realmente se engajem se elas não sabem ler. Não se pode esperar que elas colaborem, se elas realmente não têm acesso à Internet, se não têm banda larga para ver esta reunião, por exemplo, pela Internet, se não têm conexões *on-line*, Twitter, se não têm acesso ao celular.

Então, o ponto que eu gostaria de trazer é este: a maneira como nós tratamos quem é menos afortunado na nossa sociedade. No seu País ainda há pessoas que vivem em situação de pobreza. Eu sei. Visitei o Brasil a 10 anos atrás – fui ao Rio de Janeiro e a São Paulo – e vi que as pessoas viviam em pobreza extrema. E é o País delas também. Elas deveriam ter uma oportunidade de participar.

Há pessoas pensando sobre isso de outras maneiras. Nós temos representantes da sociedade civil falando sobre murais de dados. Eles vão para uma vila e desenham o orçamento na parede. Então, em vez de usar uma plataforma, uma tecnologia, eles fazem dessa forma. Em audiências sociais, as pessoas poderiam falar com seus representantes. Elas estariam ouvindo, oralmente, numa forma até antiga de comunicação.

Então, a tecnologia carrega a conversação, traz novas possibilidades, permite ao governo também encontrar as pessoas e compartilhar essa informação, chegar até as pessoas. Quando você abre as legislações em plataformas abertas, quando permite que novas interfaces sejam abertas, para que elas comparar um legislativo com o outro, ver o que o seu legislador falou antes de a lei ser alterada. Este é um grande sonho dos Estados Unidos: saber quando uma mudança foi feita na lei e quem a fez. Porque essas mudanças são marcadas na lei, mas nós não temos isso ainda, estamos apenas sonhando com isso.

Mas algumas pessoas estão ainda preocupadas com comida, água, emprego, dinheiro para pagar o ôni-

bus, enfim. Eu acredito que, se as pessoas que fazem a lei mantivessem isso na lei, teriam mais condições de incluir essas pessoas.

Eu estou feliz porque você trouxe esses assuntos. Nós somos as pessoas mais interessadas em ouvir isso que você falou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Alex.

Com a palavra o nosso amigo Felipe Estefan.

O SR. FELIPE ESTEFAN *(Exposição em inglês. Tradução simultânea)* – Muito obrigado pelos comentários e pelas perguntas. Eu fiquei muito contente em ouvir esses comentários e essas perguntas. O fato de vocês estarem perguntando sobre participação significa que estão pensando realmente sobre o assunto e também mostra o grau de amadurecimento que têm sesse sentido.

Eu acredito que o movimento de governos abertos de alguma maneira conseguiu entender que a transparência não corresponde a participação, especificamente. Estamos começando a despertar para isso. Acredito que existe um grande risco, se continuarmos a avançar rumo à transparência sem que também tenhamos aí a participação vinculada a isso, perdendo legitimidade nisso. Daí a importância do processo mais robusto de participação.

Bom, aqui vão algumas respostas às perguntas levantadas, a partir da minha perspectiva, do Instituto Banco Mundial, em termos de equidade e desenvolvimento de capacidades em contextos frágeis, digamos assim, ou desfavorecidos.

Bom, com relação a qual é o seu público, eu acredito que esse é o ponto crítico para a construção de qualquer estratégia que queira alcançar uma população específica. As teorias de comunicação mais básicas dizem que, se nós temos uma informação, temos que perguntar até onde queremos levar essa informação. Então, a pergunta é: para onde vai essa informação? Essa é a pergunta básica.

Para mim, a resposta é dual. Nós temos de construir as capacidades onde existem algumas lacunas e onde essas lacunas não sejam tão grandes. Então, acredito que existe um grande potencial para construir essas capacidades, para melhorar a participação, com universidades e com a mídia. Acredito que esses são dois pontos de entrada muito interessantes para também assegurar que, em qualquer coisa que seja feita, a transparência e a participação sejam mantidas ao longo do tempo. E podemos também envolver os estudantes universitários, que podem trabalhar com estatísticas, com o Parlamento, ou seja, com qualquer assunto que seja relevante; até os estudantes universitários que estão aprendendo disciplinas afins – por exemplo: educação, saúde ou outros serviços públicos. Eles já estão num grau de entendimento que faz com que seja mais fácil criar programas com os quais possamos preencher essas lacunas existentes.

Bom, com relação à parceria com a mídia, acho que a mídia também tem bom alcance, mas podemos envolver a mídia independente. No Instituto Banco Mundial, nós temos um programa para a mídia, no qual ensinamos como as pessoas podem melhor acessar ou manusear essas ferramentas. E começamos a entender que a mídia governamental tem um objetivo em comum. O que nós queremos é que as pessoas utilizem esses dados e ofereçam mais, para que eles tenham mais tópicos de discussão. Então, para a mídia, eu acredito que seria muito interessante... O que eles têm de entender é como manusear ou como lidar com os dados. Hoje nós estamos desenvolvendo um trabalho no Quênia nesse sentido, com a mídia.

Bom, estou aberto para discutir mais sobre isso, uma vez que esta sessão esteja concluída. Mas, além disso, falando sobre os cidadãos e sobre como a tecnologia faz com que os cidadãos possam se engajar, também é muito importante esse ponto porque a definição entre o que a mídia e o que a população... O que a população realmente está acessando?

Nós temos aí uma abordagem dual. Temos de ter um programa no qual esses pontos de entrada sejam significativos e essas lacunas não sejam tão grandes. E também temos de começar a focar programas que estão especificamente relacionados àquelas populações que estão participando ativamente nesses programas.

Acredito que seria interessante a participação da mídia aí, mas o Instituto Banco Mundial poderia também ajudar nesse sentido, para engajar a população e para fazer com que as pessoas entendam que a tecnologia pode facilitar esse processo. E a mídia não tradicional, não convencional, pode também ajudar nesse sentido.

Bom, com relação às mídias emergentes, alguém pediu sugestões. Eu tenho aqui, por exemplo, a mídia social, a mídia que utiliza jogos interativos para explicar às pessoas como o Legislativo funciona, a partir dessa perspectiva. Isso também é muito útil.

E, com relação à mídia não tradicional, acredito que a televisão e o rádio podem desempenhar um papel muito significativo. Por exemplo: no Congo, estamos fazendo um programa no qual reunimos informações de cidadãos utilizando o celular como plataforma. Temos outras plataformas em que podemos reunir várias informações dos cidadãos e fazer com que sejam inteligíveis para os cidadãos.

Também no Congo há algumas lacunas. Tivemos um desafio: estávamos reunindo informação das tecnologias de comunicação a partir dos cidadãos, mas

não podíamos utilizar todas as tecnologias para mostrar esses resultados aos cidadãos. O que acontece? Muitas pessoas iam simplesmente pintar essas informações que acessam a partir dessas tecnologias nos muros das cidades.

Mesmo no Brasil e na Colômbia a iniquidade ainda vai persistir, ainda vai ser uma das grandes barreiras. E nós temos de assegurar que esses processos participatórios não continuem perpetuando iniquidade e não continuem empoderando aqueles que já são empoderados.

Na verdade, a ideia é a de oferecer lugares públicos em que outras pessoas podem também acessar esse tipo de informação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Felipe.

Vamos passar a palavra de imediato ao nosso amigo John Wonderlich.

O SR. JOHN WONDERLICH *(Exposição em inglês. Tradução simultânea.)* – Serei breve.

Bom, muitas questões se referiram a engajamento, a educação para o público. Pensando sobre uma decisão de política pública bastante negativa, acredito que custou mais do que o orçamento que foi oferecido a vários comitês, do que o montante que os legisladores utilizaram para o engajamento, para a biblioteca. Na verdade, não existe nenhuma fórmula para utilizar esse recurso. Não existe nenhuma receita. À medida que a Internet muda, que as políticas públicas mudam, isso pode ser totalmente reinventado para que se torne outra coisa.

Então, acredito que nós podemos considerar o papel que o Legislativo desempenha para educar os cidadãos. Nós temos de nos preocupar com o fato de que a educação deve ser um ponto crítico, um ponto inicial, mas não existe razão para que tenhamos de pensar em como o dinheiro está sendo usado nesse sentido. Não existe um equilíbrio. Na verdade, é um acidente.

Então, isso pode ser realmente reinventado, para que outro papel possa ser desempenhado, em outras áreas também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, John.

Com a palavra o Sr. Andrew Mandelbaum, para as suas considerações.

O SR. ANDREW MANDELBAUM *(Exposição em inglês. Tradução simultânea.)* – Obrigado. Vou fazer alguns comentários.

Essas são questões excelentes, e não sei se tenho as respostas conclusivas. Talvez eu tenha alguns pensamentos.

Independentemente do fato de a população poder acessar e se engajar de forma mais profunda ou não, acredito que nós temos de considerar primeiro quais são os incentivos para se engajarem. Muitas vezes, os cidadãos querem simplesmente uma resposta. Talvez queiram saber se suas ideias estão sendo utilizadas ou ouvidas.

Bom, essa é uma forma de pensar sobre o assunto. Talvez vocês possam fazer mais, quando levantarem alguma informação. Vocês poderiam perguntar para que elas usariam o *site*, por exemplo. Outro ponto: vocês poderiam colocar alguns *links* de vídeo. Bom, essas são algumas maneiras pelas quais percebo que é feito em alguns países.

Também é muito importante facilitar o engajamento dos cidadãos, tanto *off-line* quanto *on-line*. Em muitos países, descrições claras da legislação já ajudam muito para o ponto de partida da discussão. Então, nós não temos de ler toda a legislação para começar a entender o que está ali, para que avancemos para os pontos mais profundos.

Existe um PMO na Índia que trabalha em conjunto com os Estados Unidos. Eles criaram uma análise de quatro ou seis páginas da legislação. Isso se tornou muito útil para o Parlamento. Obviamente, demorou um pouco de tempo para que o Parlamento confiasse no trabalho deles, mas agora já existe todo um engajamento lá.

Eles também treinam os jornalistas sobre como lidar com as informações que vêm dos Parlamentos. Muitas vezes, os jornalistas não entendem os processos legislativos. Então, é um pouco difícil falar sobre eles do ponto de vista do jornalismo. Também muitas vezes nós desconsideramos a falta de tempo que os cidadãos têm para se engajarem.

Também a ideia de se engajar com o ensino médio e com a universidade é outra via. Talvez demore algum tempo fazer com que crianças pequenas comecem a entender como funcionam os processos legislativos, mas é crucial para que isso impacte de alguma maneira não só a criança, mas toda a família, pois seria interessante que eles também se engajassem.

O engajamento dos estudantes universitários é importante, para que eles comecem a ter acesso a aulas que falem de tecnologia. Com relação aos estudantes de Ciências Políticas, Economia e Direito, quanto mais cedo pensarem sobre isso é melhor, porque na verdade esse é também um ponto crítico.

Eu conheci dois professores do Brasil que estão interessados e já estão fazendo isso. Esses são os tipos de pessoas que podem ser úteis nesse processo.

As organizações que monitoraram os Parlamentos são também muito interessantes. Muitas vezes os cidadãos procuram isso. Às vezes nós fazemos isso. Temos, por exemplo, um centro de treinamento de mídia, com câmeras, luzes e tudo. Então, nós ajudamos essas organizações no sentido de que elas tenham seus próprios cenários para transmitir informações tanto para a mídia como para os cidadãos.

Nós trabalhamos com organizações da sociedade civil, ao mesmo tempo em que trabalhamos com as organizações MPs para que elas possam ensinar os cidadãos como se engajarem, como podem fazer perguntas para alcançarem as respostas que lhes interessam. Elas ensinam às MPs como chegar a isso. Nós temos diálogos estruturados e nós já fizemos esse trabalho em muitos países. É algo bastante frequente que fazemos em programas relacionados com os Legislativos.

Temos algumas ideias para conseguir mais engajamento dessas organizações e dos cidadãos. O Cristiano começou a falar sobre alguns grupos. A ideia é que eles considerem que seja interessante a partir da própria perspectiva. Isso é chave, porque às vezes essas organizações querem mais confiabilidade e mais transparência no Parlamento. Então, começam com um posicionamento de confronto. Mas quando entendem que há uma vontade, um potencial de engajamento, eles mudam sua postura. Eles podem ser muito úteis também. Eu já vi isso em muitos países. A Itália é um grande exemplo, pois eles estão trabalhando com o pessoal o Legislativo, e têm um site bastante robusto.

Finalmente, com relação aos dados em formatos abertos, como o XML, eles são chave porque ajudam às organizações. Elas podem fazer análises de forma muito rápida e permitem que se chegue às questões realmente importantes para essas organizações e para os cidadãos.

Um modo de ter maior engajamento talvez seja um concurso com um prêmio de um montante pequeno, mas significativo, para que se estimule maior grau de interesse pelos dados.

Eu me encontrei com o grupo Accor do Brasil, e conheci uma pessoa que estava muito interessada em jogos interativos. Eles estavam tentando fazer um jogo com os processos legislativos. Eles estavam tentando fazer isso dentro de um modelo de jogo que é muito comum e que é jogado com frequência, como o Metrópole, por exemplo. Eles agora estão também fazendo vídeos no Chile e no México.

Essas são, portanto, algumas ideias. Eu fico muito aberto e disponível para discutir essas ideias, como também estou muito aberto para discutir as questões que estão se dando no dia a dia e na vida prática das pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Sr. Andrew.

Vamos agora passar a palavra ao nosso amigo Sr. Tiago Peixoto para que faça sua manifestação.

O SR. TIAGO PEIXOTO – Eu vou tentar ser rápido porque não quero ficar entre vocês e o almoço.

Vamos falar da participação. Qual é o maior determinante da participação que conhecemos nas Ciências Políticas? É o que os cientistas chamam de eficácia política. A eficácia política pode ser dividida em duas partes: a interna e a externa.

Eficácia política interna é a capacidade que uma pessoa tem para fazer um julgamento sobre determinada questão. É por causa disso que educação é um grande determinante para a participação.

O outro componente, que é chamado de eficácia externa, é a percepção do impacto que a pessoa tem no processo. Se ela vota em alguma coisa e se o voto é ou não contado. O que acontece?

Na prática, mudar a eficácia política interna, ou seja, através da educação, é um processo demorado, de longo prazo, até conseguir que as pessoas se engajem.

A outra maneira, relativamente mais fácil, é melhorar a eficácia externa, ou seja, começar a dar resposta para o cidadão ou fazer sua opinião contar. Por exemplo, o orçamento participativo, quando é feito na Internet. Em alguns casos, aconteceu no Rio Grande do Sul, 20% da população participou na última consulta popular.

Esse nível de participação extraeleitoral é o mesmo que ocorria em Atenas antiga, um grau de mobilização incrível porque o processo, de fato, tem grande impacto. Eu acho muito importante a participação com impacto, sem ambiguidade.

Nós sabemos, por exemplo, que existem estudos no mundo observando isso, que o referendo, não o referendo, as consultas, as assembleias têm impacto em grau de participação quando são consultivas ou vinculantes. As vinculantes têm maior participação. É a mesma coisa para o cidadão. E eu acho que o mais importante é o cidadão saber que ele teve impacto. Olhem o exemplo da Loteria. Essa instituição já tem muitos usuários, mas, ainda assim, toda vez que há concurso, eles anunciam quem foi o vencedor, de onde ele é, porque as pessoas têm que perceber que há o impacto.

Rapidamente sobre a questão da educação do cidadão. De fato, a educação tem que melhorar, mas

isso não quer dizer que a gente não deva criar instituições mais participativas. O fato de que o cidadão não esteja preparado para votar não invalida a instituição nem os representantes que estão nesta Casa. Essa é uma questão que fazemos em paralelo. Nós tentamos criar espaços para participação e melhorar as condições de participação. Se formos esperar 100% da população ser alfabetizada para abrir bibliotecas, estamos com algum problema.

Outra questão é o papel dos mediadores, os jornalistas. Muitas vezes eu fiz pesquisas sobre os *websites* das Assembleias Legislativas e vi que o usuário final não é o cidadão comum, mas sim o rádio e o jornal do interior. Esse é o mediador que estará transferindo essa questão.

Ao final houve um levantamento muito interessante sobre a dimensão. O Legislativo tem um aspecto bem diferente porque é um quadro do governo, mas tem centenas de chefes. Então, há sempre uma tensão entre o institucional e o Parlamentar. Esse é o equilíbrio que se encontra no dia a dia. Se alguém encontrar a fórmula certa para resolver isso, me avise, que eu vou parar e escrever um livro sobre o tema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Tiago.

Quero concluir os trabalhos. Mais uma vez agradeço ao Dr. Rogério Ventura, nosso Diretor-Geral, ao Dr. Luiz Antônio Souza da Eira, Diretor do DECOM, à Sra. Mirna Castela, nossa assessora de eventos, à Sra. Cássia Botelho e à sua equipe da Taquigrafia, à Dra. Lucila e ao Dr. Vitor, à equipe do programa e-Democracia, Cristiano e Rogério, que estiveram mais diretamente conosco nesta Comissão, Alessandra e demais integrantes, o pessoal do COAUDI, nossos servidores, a nossa equipe, Socorro, Carla, Maedi, e Luciana, que foram fundamentais para o sucesso do evento.

Agradeço mais uma vez a todos, especialmente aos nossos palestrantes, que, certamente, com o seu conhecimento e contribuição, muito vão qualificar a ação legislativa da nossa Casa.

Srs. Parlamentares, todos os convidados, o meu muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NOS DIAS 24 E 25 DE ABRIL DE 2012.

Aos vinte e quatro e aos vinte e cinco dias de abril do ano de dois mil e doze, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 2 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar a matéria constante da Pauta nº 6. Nesse período, foi registrado o comparecimento dos membros: – **Deputados titulares**: Arnaldo Jardim, Augusto Coutinho, Cida Borghetti, Duarte Nogueira, Edio Lopes, Eliseu Padilha, Felipe Maia, Giovanni Queiroz, João Maia, João Paulo Lima, Josias Gomes, Laurez Moreira, Leandro Vilela, Luciano Castro, Mauro Lopes, Osmar Júnior, Paulo Foletto, Paulo Pimenta, Paulo Wagner, Professora Dorinha Seabra Rezende, Reinaldo Azambuja, Waldenor Pereira e Wandenkolk Gonçalves; – **Senadores titulares:** Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Cássio Cunha Lima, Clésio Andrade, Flexa Ribeiro, Paulo Paim, Romero Jucá, Vicentinho Alves e Wellington Dias; – **Deputados suplentes:** Antonio Brito, Cláudio Puty, Félix Mendonça Júnior, Hugo Motta, Jaime Martins, Joaquim Beltrão, Luiz Carlos Setim, Roberto de Lucena e Vanderlei Siraque; – **Senadores suplentes:** Mozarildo Cavalcanti e Sérgio Souza. Foi registrada a ausência dos membros titulares: – **Deputados:** Aníbal Gomes, Arnon Bezerra, João Leão, Lucio Vieira Lima, Paulo Rubem Santiago, Ratinho Junior, Renato Molling e Zeca Dirceu; – **Senadores:** Benedito de Lira e Sérgio Petecão.

ABERTURA: havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006,* alterada pela *Resolução nº 3, de 2008*, *ambas do Congresso Nacional,* o Presidente, Deputado Paulo Pimenta (PT/RS), declarou iniciados os trabalhos. Embora havendo quórum para deliberação, informou que não havia acordo para apreciação das matérias da pauta, após realização da reunião do Colegiado de Lideranças Partidárias com assento na CMO realizada naquela data. Os trabalhos foram suspensos e convocada a continuação para o dia seguinte. Às quatorze horas e cinquenta e nove minutos do dia vinte e cinco de abril, havendo quórum regimental para deliberação nas duas Casas do Congresso Nacional, o Presidente anunciou o reinício dos trabalhos. **AVISOS:** O Presidente informou que no dia 8 de maio, terça-feira, às 14h30min, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, será realizada reunião de audiência pública, convocada com a finalidade de ouvir a Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sra. Miriam Aparecida Belchior, que irá prestar esclarecimentos acerca do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013 (PL nº 3/2012-CN), *conforme dispõe o art. 84 da Resolução n°1/2006, alterada pela de n° 3/2008, ambas do Congresso Nacional*. Também houve comunicação, por parte do Presidente, da designação dos relatores setoriais das áreas temáticas do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2013 nos termos estabelecidos no *art. 26 da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela de nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional:* Área Temá-

tica I – Infra-Estrutura: Senador Clésio Andrade (PMDB/MG); Área Temática II – Saúde: Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA); Área Temática III – Integração Nacional e Meio Ambiente: Senador Wellington Dias (PT/PI); Área Temática IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte: Deputado Waldenor Pereira (PT/BA); Área Temática V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano: Deputado Eliseu Padilha (PMDB/RS); Área Temática VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo: Deputada Cida Borghetti (PP/PR); Área Temática VII – Justiça e Defesa: Deputado Augusto Coutinho (DEM/PE); Área Temática VIII – Poderes do Estado e Representação: Deputado Luciano Castro (PR/RR); Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário: Wandenkolk Gonçalves (PSDB/PA); e Área Temática X – Trabalho, Previdência e Assistência Social: Senador Armando Monteiro (PTB/PE). **EXPEDIENTE:** Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, foi dispensada a leitura dos expedientes. O Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes foi encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias nesta data. **ORDEM DO DIA:** No início dos trabalhos, o Presidente informou que houve acordo na Reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão para votação, apenas, do Ofício Conjunto nº 01/2012/Coff/Conorf (Errata à Lei Orçamentária Anual para 2012), do Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 02/2012-CN, e do Requerimento nº 04/2012-CMO, constantes dos itens nºs 1, 3 e 4, da Pauta nº 7/2012. Pauta nº 7 – **Item 1 – Ofício Conjunto nº 1/2012/Coff/Conorf**, de 12 de abril, que propõe a "Correção de erro de ordem técnica verificado no Autógrafo da Lei Orçamentária para 2012 – Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012". (Errata à Lei Orçamentária Anual para 2012). Autores: Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira/CD e Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle/SF. Conforme dispõe o *art. 152 da Resolução nº 1/2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008*, *ambas do Congresso Nacional,* o Presidente apresentou proposta no sentido de apreciar a Errata à Lei Orçamentária de 2012 que, em votação, foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **3 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 2/2012-CN,** que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito especial no valor de R$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais), para o fim que especifica". Relator: Senador Vicentinho Alves. Foram apresentadas 15 emendas. Voto: favorável, nos termos do projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas nºs 1, 2, 3 e 4 e pela rejeição das demais. Em conformidade com o disposto no *§ 2° do art.146, da Resolução n°1, de 2006, alterada pela de n° 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional*, o Presidente declarou **inadmitidas** as emendas indicadas pelo relator no seu voto. Discutiram a matéria o Senador Armando Monteiro e os Deputados Jaime Martins, Augusto Coutinho, Duarte Nogueira e Waldyr Maranhão. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **4 – Requerimento nº 4/2012-CMO,** que "Requer a realização de Audiência Pública para debater com representante da Caixa Econômica Federal os repasses de recursos do orçamento da União". Autor: Deputado Felipe Maia. Em apoio ao Autor, o Deputado Duarte Nogueira (PSDB/SP) subscreveu a matéria. Em votação, o Requerimento foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Tendo em vista a inexistência de acordo para dar prosseguimento à apreciação das demais matérias da pauta, o Presidente encerrou a reunião. Em consequência, a apreciação das seguintes matérias foi **adiada: Pauta nº 6 – Item 1 – Requerimento nº 3/2012-CMO,** do Senador Paulo Paim, que "Requer a constituição de um Grupo de Trabalho com vistas à implementação de uma política de aumento real das aposentadorias e pensões, do Regime Geral da Previdência Social, com valores acima do salário mínimo no processo orçamentário, no âmbito da Comissão Mista de Orçamento – CMO". **Pauta nº 7 – Item 2 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 01/2012-CN,** que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor de órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Crédito especial no valor global de R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), para o fim que especifica, e dá outras providências". Relator: Deputado Josias Gomes. Foram apresentadas 3 emendas. Voto: favorável, nos termos do projeto, com indicação pela inadmissibilidade das 3 emendas apresentadas. **ENCERRAMENTO:** o Presidente encerrou a reunião às quinze horas e vinte e três minutos. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **–** Deputado **PAULO PIMENTA**. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Há número regimental para a abertura dos trabalhos.

Declaro iniciada a terceira reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e

Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 6 e 7, de 2012.

Antes de dar encaminhamento, a palavra está à disposição dos Deputados para alguma manifestação. *(Pausa.)*

Não havendo interesse em fazer uso da palavra por parte dos Parlamentares...

Em virtude da inexistência de *quorum* para deliberação na representação da Câmara dos Deputados, suspendo a presente reunião, antes convocando a continuação para amanhã, dia 25 de abril, às 14h30, neste plenário.

Temos *quorum* para deliberação, mas, devido à necessidade de continuarmos o diálogo entre os partidos para a definição da pauta, vamos suspender a reunião para amanhã, neste plenário, às 14h30min.

Alguma questão?

O SR. DEPUTADO JOÃO MAIA – Presidente, desculpe-me. É uma falha minha, eu não entendi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Na reunião do Colégio de Líderes, não tivemos condições de estabelecer um acordo em relação à definição da pauta.

Então, houve uma sugestão por parte do Governo, acatada por todos, no sentido de que adiássemos a reunião para amanhã, para que pudéssemos manter esse diálogo e tentássemos chegar, até amanhã, a um entendimento sobre a pauta. Temos a votação do PLN nº1 e 2 e temos na pauta dois requerimentos, mas em função da inexistência de entendimento, achou-se por bem a suspensão da reunião para que ela tenha prosseguimento amanhã.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAIA – Perfeitamente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – A reunião está suspensa até amanhã, às 14 horas e 30 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Declaro reiniciada a 3ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 06 e 07, de 2012.

Há *quorum* para deliberação na representação da Câmara dos Deputados e também na representação do Senado Federal.

Havendo concordância do Plenário proponho a dispensa da leitura das atas por terem sido distribuídas anteriormente.

Não havendo discussão e conforme estabelecido na alínea *f* do art. 8º do Regulamento Interno da Comissão, coloco em votação as atas das seguintes reuniões: 1ª reunião ordinária realizada no dia 10 de abril, 2ª reunião ordinária realizada no dia 17 de abril e 1ª reunião de audiência pública realizada no dia 19 de abril.

As atas estão em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Conforme decidido na 4ª reunião extraordinária realizada em 17 de abril de 2008, fica dispensada a leitura dos expedientes e serão transcritas as notas taquigráficas desta reunião.

Informo ainda que a lista com o expediente será enviada através de correio eletrônico aos gabinetes dos membros e às lideranças partidárias nesta Casa.

Entraremos na Ordem do Dia, informando às senhoras e aos senhores que colocaremos em votação somente as matérias objeto de consenso na reunião realizada com as lideranças partidárias das representações desta Comissão.

Requerimento nº 03, de 2012, de autoria do Senador Paulo Paim.

Em função da ausência do autor, o requerimento está prejudicado e ficará adiado para a próxima reunião.

Pauta 7: Apreciação do Ofício Conjunto 01, de 2012, que propõe a correção de erro de ordem técnica verificado no autógrafo da Lei Orçamentária de 2012.

Errata à Lei Anual para 2012.

A errata está em discussão.

A discussão está encerrada.

A errata está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada por unanimidade.

Em votação na representação do Senado.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada por unanimidade.

Projeto de Lei nº 01, de 2012.

Em função do acordo que estamos construindo com as lideranças, fica adiado para a próxima reunião.

Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 02, de 2012, que abre ao Orçamento Fiscal da União em favor do Ministério da Integração Nacional crédito especial no valor de 90 milhões de reais para o fim que especifica.

Relator: Senador Vicentinho Alves.

Foram apresentadas 15 emendas.

O voto do Relator é favorável nos termos do projeto com indicação pela inadmissibilidade das Emendas de nºs 1, 2, 3, e 4, e pela rejeição das demais.

A palavra está à disposição do Relator para fazer sua apresentação.

O SR. SENADOR VICENTINHO ALVES – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, o Projeto de Lei nº 02, de 2012, do Congresso Nacional, que abre ao Orçamento Fiscal da União em favor do Ministério da Integração Nacional crédito especial no valor de 90 milhões de reais para os fins que especifica.

Vou abreviando para ganharmos tempo, Presidente, porque todos têm acesso ao nosso relatório.

De acordo com a Exposição de Motivos nº 0039/2012, que acompanha o PLN nº 02/2012, do Congresso Nacional, o crédito permitirá a inclusão de novo projeto, o qual integrará o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, com vistas à construção da barragem de Serro Azul, no Estado de Pernambuco, objetivando garantir a segurança das populações das cidades de Palmares, Água Preta e Barreiros, frequentemente afetadas pelas cheias da bacia do rio Una.

Ao projeto de lei, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, foram apresentadas 15 emendas, conforme detalhamos abaixo.

No que diz respeito às emendas apresentadas, manifestamo-nos pela inadmissão das Emendas de nºs 1 a 4, em razão do não atendimento ao dispostos no art. 109, inciso II, alínea "a" da Resolução nº 01/2006, e em relação às Emendas de nºs 5 a 15, manifestamo-nos pela sua rejeição, apesar do mérito, tendo em vista a necessidade de se manter a totalidade dos recursos destinados à construção da barragem de Serro Azul, que tem por objetivo proteger 10 Municípios do Estado de Pernambuco das inundações recorrentes em épocas de chuva.

O voto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados:

Diante do exposto e tendo em vista a constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 02/2012, do Congresso Nacional, na forma proposta pelo Executivo com a inadmissão das Emendas de nºs 1 a 4, e a rejeição das Emendas de nº 5 a 15.

Estes são o relatório e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – O relatório está em discussão.

O SR. SENADOR ARMANDO MONTEIRO – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senador Armando Monteiro.

O SR. SENADOR ARMANDO MONTEIRO – Sr. Presidente, quero congratular-me pelo eminente Senador Vicentinho Alves pelo voto proferido, dizendo que ele traduz, a meu ver, de forma judiciosa e adequada, a prioridade que deve ser dada a esse projeto, que tem indiscutivelmente um grande mérito e alcance do ponto de vista social. Quem conhece a região afetada, a mata sul de Pernambuco, sabe do drama que tem se reproduzido ao longo desses últimos anos, com inestimáveis prejuízos causados à população dessas áreas, região com densidade demográfica expressiva. Palmares é o maior Município da região da mata sul de Pernambuco. Portanto, priorizar a destinação desses recursos através dessa realocação se nos afigura como muito importante para garantir a execução dessa obra, que representará uma solução de caráter estruturante e uma solução definitiva para esse drama que vem assolando a população pernambucana, sobretudo essa região do Estado.

Era esse o registro que eu gostaria de fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado Jaime Martins.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS – Obrigado, Sr. Presidente. Quero também congratular-me com o Senador Vicentinho Alves pelo seu trabalho, pela sua relatoria, e deixar também aqui o meu abraço aos companheiros do Estado de Pernambuco, que recebem aqui essa vultosa verba do Ministério da Integração, certamente mercê do prestígio do nosso Governador do Estado de Pernambuco, Eduardo Campos, e do nosso Senador, Armando Monteiro, e do Deputado Coutinho também, que inclusive vai ser Relator setorial nesta Comissão.

O voto do PR é pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Deputado. Deputado Augusto Coutinho, e depois Deputado Duarte Nogueira.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO – Sr. Presidente, quero só reiterar o que disse o nobre Senador e amigo Armando Monteiro. Como sabe V.Exa. eu sou da bancada de Oposição nesta Casa, mas reitero aqui a importância desse projeto de lei que vem ao encontro de uma necessidade grave que o Estado de Pernambuco teve e tem fruto exatamente de enchentes que aconteceram na Zona da Mata sul, drama de repercussão nacional e com graves consequências para o povo pernambucano.

Reitero, pois, o nosso apoio ao projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Com a palavra o Deputado Duarte Nogueira.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – Sr. Presidente, primeiramente cumprimento o Relator, Senador Vicentinho Alves, pelo relatório apresentado e pela manutenção do escopo originário e principal

da matéria, concentrando os recursos no problema em questão. Parabenizo o Senador Armando Monteiro, não só pelas palavras que proferiu, mas por ter sido indicado pelo seu partido Sub-Relator da seção do trabalho na Lei Orçamentária que iremos apreciar esse ano para o ano que vem. Cumprimento também o Deputado Augusto Coutinho, ambos do Estado de Pernambuco.

Quero registrar o pedido e a orientação favorável pela aprovação dessa matéria por dois colegas da minha bancada, o Deputado Sérgio Guerra e o Deputado Bruno Araújo, respectivamente Presidente nacional do meu partido e Líder do meu partido, também pernambucanos, que foram defensores e ao mesmo tempo insistiram para que essa matéria pudesse ser apreciada o mais celeremente possível.

Faço tais ressalvas, porque, mesmo não sendo pernambucano, o Senador Flexa Ribeiro, do meu partido, também pediu que concordássemos com a votação da matéria no dia de hoje.

Então, com o entrosamento que temos, tanto a bancada do PSDB como a do Democratas, coordenada aqui pelo Deputado Felipe Maia, vamos aprovar esse PLN nº2 e, para que eu não volte a pedir a palavra gostaria apenas de reiterar que faço oralmente e, se necessário for, regimentalmente, o requerimento de convite ao Ministro das Cidades, o nosso colega Deputado Aguinaldo Ribeiro, para que compareça a esta Comissão, convidado por nós, se assim for aprovado por esse Plenário, para prestar esclarecimentos dos investimentos que aquela Pasta realiza, porque nós deveremos, pelo acordo feito, também aprovar no dia de hoje um requerimento do Deputado Felipe Maia que convida um técnico da Caixa Econômica Federal para prestar também os esclarecimentos a essa Comissão dos investimentos realizados por aquela instituição e por nós fiscalizados.

Aproveito, então, a minha fala para já colocar esse requerimento oralmente, consultar se é necessário fazê-lo de maneira escrita, formal, e mais uma vez cumprimentar todos os membros desta Comissão e agradecer ao Presidente Paulo Pimenta pela tolerância do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Deputado. Peço a V.Exa. que encaminhe formalmente o requerimento de convite do Ministro.

Deputado Waldir Maranhão...

O SR. SENADOR VICENTINHO ALVES – Pela ordem. Com a aquiescência do Deputado Waldir Maranhão, nosso companheiro, quero, de forma muito rápida, deixar registrados o meu prazer e a minha satisfação de ter relatado esse projeto. Os pernambucanos nos deram uma alegria muito grande, principalmente o Ministério Fernando Bezerra, quando, na Assembleia Nacional Constituinte, disse "sim" pela criação do meu Estado do Tocantins, e eu como um nativo queria ter essa oportunidade desse gesto para com o Ministro Fernando Bezerra, que votou "sim" pela criação do nosso Estado e assim homenagear todos os pernambucanos, com os quais tenho um ótimo relacionamento de amizade, inclusive com os que aqui estão presente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado. Deputado Waldir Maranhão.

O SR. DEPUTADO WALDIR MARANHÃO – Sr. Presidente, primeiro quero associar-se a todos os meus colegas Deputados que me antecederam, compartilhando também com a natureza da proposta, signatário que sou da projeto do Senador Vicentinho que dá a Pernambuco a justa oportunidade de reconstruir, na história recente, aquilo que interessa ao País e ao Nordeste brasileiro. Em particular, destaco que o Programa de Aceleração do Crescimento é um ponto de sustentação, de correção de distorções e, certamente, remeterá ao desenvolvimento sustentável daquela rica região.

Com certeza, as palavras do nosso Líder Duarte Nogueira refletem o papel das oposições republicanas. Esta matéria sendo votada por acordo demonstra o nível de maturidade com que S.Exa. conduz os nossos trabalhos. Já um pouco mais à frente, eu não tenho dúvida de que o Ministro Aguinaldo Ribeiro – convidado que será oportunamente, não no dia de hoje, porque esse foi um entendimento prévio que fizemos – virá. São ossos do ofício, é nosso dever dar a contribuição que a sociedade deseja e, com certeza, farei neste momento o dever de casa, qual seja o de dizer ao nosso Ministro, à nossa bancada, que precisamos dar cada vez mais transparência à gestão e a associarmos à nossa meta, que é fazer chegar à ponta os recursos orçamentários para melhorar a qualidade de vida da população.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado.

Vou colocar em votação.

Antes, porém, tem a palavra o Augusto Coutinho.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO – Sr. Presidente, uma questão de ordem bem rápida, para chamar a atenção de V.Exa. que vai começar a Ordem do Dia. Se não votarmos, vai ficar prejudicada a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – É por isso que eu quero colocar em votação o relatório.

Em conformidade com o disposto no § 2º, art. 146, da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela de nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional, declaro inadmitidas as emendas indicadas pelo Relator no seu voto.

O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

A discussão está encerrada.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

Requerimento para *"realização de audiência pública para debater com representantes da Caixa Econômica Federal os repasses dos recursos do Orçamento da União*", de autoria do Deputado Felipe Maia.

O autor está com a palavra.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Sr. Presidente, de uma forma bem sucinta, a audiência pública a que o requerimento se refere se justifica pelo fato de terem ocorrido recorrentemente atrasos da Caixa Econômica Federal na aferição e no atesto da execução iniciada de obras e serviços.

Como consequência desses atrasos, pode ocorrer a não liberação dos restos a pagar no primeiro trimestre de 2012, tendo em vista a vedação prevista no art. 73, inciso VI, da Lei nº 9.504, de 1997, que proíbe as transferências voluntárias no período de 3 meses que antecedem o pleito eleitoral. E ainda pode ocorrer o cancelamento dos restos a pagar a partir do dia 31 de dezembro de 2012, se esses não forem considerados.

O fato, Sr. Presidente, é que nós temos da ordem de 4 bilhões e 360 milhões de reais de restos a pagar de 2010, assim como de restos a pagar de 2011, algo em torno de 3 bilhões e 800 milhões de reais. Nós precisamos ouvir dos técnicos da Caixa Econômica as razões pelas quais está havendo essa demora nas medições e liberações das nossas emendas. Razão pela qual está mais do que justificada a importância do requerimento e, consequentemente, das explicações por parte da Caixa Econômica para que os Parlamentares possam ter garantidos esses 8 bilhões de reais de restos a pagar do Orçamento 2010/2011.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Deputado.

Eu vou sugerir que votemos imediatamente. Depois, se os Deputados quiserem comentar o requerimento, podem fazê-lo.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – Eu só gostaria de subscrever conjuntamente o requerimento com o Deputado Felipe Maia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – O Deputado Duarte Nogueira subscreve o requerimento conjuntamente com o Deputado Felipe Maia.

O requerimento está em discussão. *(Pausa.)*

A discussão está encerrada.

O requerimento está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

Em votação na representação do Senado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

Eu quero agradecer a todas as Lideranças pelo entendimento que fizemos. Acho que foi um gesto importante termos votado esse PL e o requerimento. E essa será a tônica do nosso trabalho aqui durante este ano.

Quero comunicar aos senhores e às senhoras os nossos Sub-Relatores Setoriais para o Orçamento de 2013.

Área Temática Educação. Relator: Deputado Waldenor Pereira, PT da Bahia, que está aqui presente.

O Senado Federal indicou o Senador Clésio Andrade, PMDB de Minas Gerais, para ser o Sub-Relator de Infraestrutura, Relator Setorial.

O Relator Setorial de Planejamento e Desenvolvimento Urbano será o Deputado Eliseu Padilha, do PMDB do Rio Grande do Sul.

O Relator Setorial de Integração será o Senador Wellington Dias, PT do Piauí.

O Relator Setorial da Agricultura será o Deputado Wandenkolk Gonçalves, PSDB do Pará.

A sexta indicação é o Senador Flexa Ribeiro, PSDB do Pará, para ser o Relator Setorial da Saúde.

A Deputada Cida Borghetti, PP do Paraná, será a Relatora Setorial de Fazenda, Desenvolvimento e Turismo.

O Senador Armando Monteiro, PTB de Pernambuco, será o Relator Setorial de Trabalho, Previdência e Assistência Social.

O Deputado Augusto Coutinho, Democratas de Pernambuco, será o Relator de Justiça e Defesa.

E o Deputado Luciano Castro, PR de Roraima, será o Relator Setorial de Poderes do Estado e Representação.

Quero cumprimentar a todos os Relatores Setoriais e desejar muito êxito no trabalho de vocês. Pará e Pernambuco ficaram fortes nessas indicações.

Quero informar a todos os senhores e senhoras que estivemos – o Senador Antônio Carlos Valadares, nosso Relator da LDO, e eu – em reunião de trabalho hoje pela manhã, com a Ministra Miriam Aparecida Belchior. E ficou agendada a presença da Ministra nesta Comissão, numa audiência pública, no dia 8 de maio, terça-feira, às 14h30min, para prestar esclarecimentos

acerca do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013.

Consulto o Senador Antônio Carlos Valadares se gostaria de falar algo relativo a isso.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – O assunto é esse.

Alguma outra questão, senhores e senhoras?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Semana que vem, em função do feriado, não haverá reunião.

A próxima reunião será no dia 9 de maio, quarta-feira, às 14h30min. No dia 8 haverá audiência pública.

Concluída a votação das matérias constantes da pauta, declaro encerrada esta reunião.

Agradeço, mais uma vez, a todos os Líderes.

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 8 DE MAIO DE 2012.

Às quinze horas e dez minutos do dia oito de maio de dois mil e doze, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Deputado Paulo Pimenta. Esta reunião foi convocada em atendimento ao *art. 84 da Res. nº 01/2006, alterada pela de nº 3, de 2008*, ambas do Congresso Nacional. Como palestrante, foi convidada a senhora Miriam Aparecida Belchior, Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP. Foi registrado o comparecimento dos membros: **– Deputados titulares:** Aníbal Gomes, Augusto Coutinho, Cida Borghetti, Duarte Nogueira, Eliseu Padilha, Felipe Maia, Giovanni Queiroz, João Leão, João Paulo Lima, Laurez Moreira, Mauro Lopes, Osmar Júnior, Paulo Foletto, Paulo Pimenta, Paulo Rubem Santiago, Paulo Wagner, Professora Dorinha Seabra Rezende, Reinaldo Azambuja, Renato Molling, Waldenor Pereira, Wandenkolk Gonçalves e Zeca Dirceu; **– Senadores titulares:** Antonio Carlos Valadares, Clésio Andrade, Flexa Ribeiro e Vicentinho Alves; **– Deputados suplentes:** Antonio Balhmann, Antonio Brito, Celso Maldaner, Cláudio Puty, Félix Mendonça Júnior, Hugo Motta, Jaime Martins, Leonardo Monteiro, Lira Maia, Luiz Carlos Setim, Roberto Balestra, Roberto de Lucena, Toninho Pinheiro e Vanderlei Siraque. Foi registrada a presença dos seguintes parlamentares não-membros: **– Deputados:** Amauri Teixeira, Weliton Prado. Foi registrada a ausência dos membros titulares: **– Deputados**: Arnaldo Jardim, Arnon Bezerra, Edio Lopes, João Maia, Josias Gomes, Leandro Vilela, Luciano Castro, Lucio Vieira Lima, Ratinho Junior; **– Senadores**: Armando Monteiro, Benedito de Lira, Cássio Cunha Lima, Paulo Paim, Romero Jucá, Sérgio Petecão, Wellington Dias. **ABERTURA:** o Presidente declarou iniciada a reunião, apresentando os membros que compuseram a mesa: Miriam Aparecida Belchior, Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Célia Corrêa, Secretária de Orçamento Federal e Senador Antônio Carlos Valadares, Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – PLDO 2013. Em seguida, concedeu a palavra e estipulou o prazo de trinta minutos para a Sra. Miriam Belchior realizar sua apresentação sobre o Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias enviado ao Congresso Nacional. Encerrada a apresentação, o Presidente passou a palavra para o Relator do PLDO 2013, Senador Antônio Carlos Valadares, o qual formulou questões sobre o tema apresentado. Houve réplica por parte da Ministra. Após essa réplica, o Presidente permitiu a participação dos inscritos interessados em fazer indagações acerca do que foi explanado. Manifestaram-se, na seguinte ordem, os deputados: João Paulo Lima, João Leão, Duarte Nogueira, Augusto Coutinho, Amauri Teixeira, Felipe Maia e Toninho Pinheiro. A seguir, o Presidente devolveu a palavra à expositora para que respondesse aos questionamentos feitos. **ENCERRAMENTO:** não havendo mais oradores inscritos, o Presidente agradeceu a todos os presentes na reunião; em especial à Ministra Miriam Belchior, anunciou que o Relator do PLDO 2013 deve apresentar o Relatório Preliminar dia onze de maio, sexta-feira, e o prazo para apresentação de emendas será do dia quatorze ao dia dezesseis de maio. A reunião foi encerrada às quinze horas e quarenta e um minutos. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **–** Deputado **PAULO PIMENTA**. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senhoras e senhores, declaro iniciada a 2ª Reunião de Audiência Pública de 2012 da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de ouvir a Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, a Sra. Miriam Aparecida Belchior, que já está compondo a Mesa e a quem agradeço muito a presença.

A Sra. Ministra prestará esclarecimentos acerca do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013, o Projeto de Lei nº 3, de 2012, que *"dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orça-*

mentária de 2013 e dá outras providências", conforme dispõe o art. 84, da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional.

Anuncio também a presença da Sra. Célia Corrêa, Secretária de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a quem igualmente, desde já, agradeço a presença.

Compõe a Mesa ainda o Relator do projeto de lei orçamentária, o ilustre Senador Antônio Carlos Valadares, que muito nos honra com sua presença.

De acordo com o estabelecido no art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, a palestrante disporá de 30 minutos para sua exposição, só podendo ser aparteada nesse período se assim o permitir.

Conforme estipulado no art. 398, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar a expositora só poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição e, para tanto, disporão do prazo de 5 minutos, tendo a interpelada igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de 2 minutos.

Informo aos senhores e às senhoras que a lista de inscrição para o debate já está aberta e à disposição na mesa que está secretariando os trabalhos. A lista está com a Sra. Socorro.

Alguma questão preliminar por parte dos Srs. Parlamentares? *(Pausa.)*

Se não há, concedo, de imediato, a palavra à Sra. Ministra Miriam Aparecida Belchior, renovando nosso agradecimento a S.Exa. pela gentileza e pela forma que tem tratado toda a Casa, em especial os integrantes desta Comissão.

A palavra está inteiramente à sua disposição, para que possa fazer sua exposição inicial.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR – Boa tarde.

Cumprimentando o Presidente da Comissão Mista de Orçamento, o Deputado Paulo Pimenta, saúdo todos os Senadores e Deputados que fazem parte desta Comissão, com a qual o meu Ministério se relaciona quotidianamente, seja pela discussão a respeito da Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária Anual, seja pela discussão dos projetos de suplementação orçamentária, que, tradicionalmente, o Planejamento envia para a análise da Comissão.

Durante o ano passado, Presidente Paulo Pimenta, houve um trabalho muito profícuo com a Comissão – e, no ano passado, ainda houve o PPA. Acredito que todos nós tenhamos ficado satisfeitos com a tramitação do Orçamento, que conseguimos fazer sem nenhum pedido de veto para a Presidenta. Isso foi possível exatamente porque durante todo o tempo estivemos conversando com o Presidente da Comissão, à época, o Senador Vital do Rêgo, e com o Relator, Deputado Arlindo Chinaglia. Essas conversas nos permitiram chegar a esse resultado.

Eu quero me colocar à disposição, e também toda a minha equipe, para que continuemos esse trabalho bastante frutífero e tenhamos resultados da mesma qualidade este ano. E, pela primeira conversa que tive com o senhor, parece-me que vamos conseguir conduzir o trabalho dessa maneira.

Quero cumprimentar também o Senador Antônio Carlos Valadares, Relator da LDO, com quem também já conversamos um pouquinho para tratar do andamento das discussões sobre a LDO aqui no Congresso Nacional.

Vou fazer uma apresentação inicial a respeito de como o Governo está vendo este momento que precede 2013 – e que orienta, portanto, as diretrizes orçamentárias para o próximo ano – e, depois, entrar numa apresentação específica sobre a LDO.

Podemos começar.

(Segue-se exibição de imagens.)

Os senhores sabem que nos últimos anos a economia brasileira tem crescido, e as desigualdades têm sido reduzidas.

Este quadro apresenta, em azul, as colunas referentes ao crescimento do PIB e, em vermelho, o Índice de GINI – Censo de 2000 e Censo de 2010 –, mostrando exatamente a redução da desigualdade no País. Esse é um fenômeno raro na economia mundial. Nos últimos tempos, talvez o Brasil tenha sido, senão o único, um dos poucos países que conseguiu fazer estes dois movimentos: crescer e reduzir as desigualdades.

Aqueles que são mais entendidos da área econômica sabem que, em geral, um período de crescimento é acompanhado pelo aumento da desigualdade. Nós estamos conseguindo fazer isso de modo diferente, porque casamos medidas para o crescimento com medidas para a redução da desigualdade. Estamos aproveitando este momento especial da nossa economia para fazer com que mais brasileiros tenham acesso aos bens e serviços a que têm direito.

Isso foi possível graças aos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família e o Brasil sem Miséria, à valorização do salário mínimo e aos investimentos públicos, especialmente do PAC, que, como são distribuídos no conjunto do País, garantem a geração de empregos e de renda de maneira equilibrada em todas as regiões, o que, por sua vez, tem permitido – estou vendo aqui o nosso Senador de Pernambuco – o crescimento do Nordeste acima da média do observado

no restante do Brasil. Isso tem levado à redução das desigualdades não só sociais, mas também regionais.

O que nos preocupa neste momento de cenário externo menos positivo – e a Presidenta Dilma Rousseff tem trabalhado nisso com todo o cuidado – é não voltarmos atrás. Pelo contrário, precisamos seguir fazendo estes dois movimentos simultâneos: crescer e reduzir as desigualdades.

Na sequência, temos aqui os dados relativos à economia mundial em 2012, que, como todos sabemos, ainda não se recuperou completamente da crise de 2008.

Neste mapa, que reflete a previsão de crescimento dos maiores países, nós percebemos que estão em azul os países que vão crescer mais do que 3% em 2012 e, em vermelho, os que vão crescer menos do que 3%. Com isso, é bom perceber que quem vai puxar o crescimento da economia mundial em 2012 serão os países emergentes, e o Brasil deverá ser um dos poucos que crescerá mais em 2012 do que cresceu em 2011.

Esse baixo crescimento mundial deve-se, fundamentalmente, ao fraco desenvolvimento das economias desenvolvidas, que ainda não se recuperaram internamente, especialmente a Europa, e ao fato de os Estados Unidos estarem crescendo de maneira muito pequena. Então, a perspectiva de 2012 e a perspectiva internacional são de uma melhora pequena, digamos assim, para 2013.

E o que acontece com o Brasil? O Brasil reúne as condições necessárias para responder a essa, digamos, recaída da crise internacional, porque nós ampliamos a taxa de investimento, que foi estimulada pelos investimentos públicos, com o PAC, pela Copa e pelos Jogos Olímpicos.

Quero lembrar que, quando claramente aponta para esse aumento de investimentos, o Governo dá um sinal importante no sentido de que também é hora de o setor privado apostar.

Além disso, nosso mercado interno está sempre em expansão – vou falar mais disso na sequência –, com geração de emprego e renda em todo o território, e não só concentrada em uma parte do País.

Há menor vulnerabilidade externa. Ampliamos o número de parceiros comerciais do País. E isso nos deixa menos vulneráveis do que ao depender da economia de um único país e também com um forte acúmulo de reservas, o que nos dá um conforto para passar por momentos em que a economia mundial está em dificuldades.

Mais do que isso, a inflação está sob controle e há solidez fiscal. Isso tem resultado neste quadro de crescimento que temos vivido, em que o Governo tem trabalhado todo o tempo para não só continuar a manter esse cenário de crescimento, mas também para trabalhar com patamares cada vez maiores de crescimento.

Quero falar para os senhores sobre os três grandes motores de nosso processo de crescimento e de redução da desigualdade.

O primeiro deles é o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, que colocou o investimento como um desses motores do crescimento. Estes são dados básicos do PAC. O PAC 1, que se desenvolveu entre 2007 e 2010, tinha uma previsão de R$657 bilhões de desembolso, dos quais 94% foram efetivamente desembolsados até dezembro de 2010, o período de execução.

Já esses dados do PAC 2 são de dezembro de 2011. O próximo relatório do PAC deverá sair agora no mês de junho. O PAC 2, que deve se desenvolver entre 2011 e 2014, com uma previsão de R$955 bilhões nas áreas de logística, energia, social e urbana, teve, no primeiro ano, 21% executados. Se fizéssemos uma divisão simples, o resultado do total dividido por quatro seria de 25% ao ano. Considerando que estamos em um novo ciclo e que uma série de obras ainda está em projeto, licenciamento ou licitação, alcançar no primeiro ano 21% está bem dentro do que se espera do desenvolvimento do programa.

Isso significou que o investimento público no País dobrou desde que o PAC foi lançado, no início de 2007. Nós saímos de 1,6% para quase 3% em 2011. Então, houve um salto significativo.

Aqui, só para informação dos senhores, de forma bem sucinta – e são dados de dezembro de 2011 –, está a evolução da conclusão de obras do PAC 2. São R$127 bilhões de obras já concluídas; dessas, quase 18% do total de obras previsto para concluir até 2014.

A ampliação de desembolsos do OGU do PAC ano a ano: crescimento de 56%, 23% e 27%. Comparando o primeiro quadrimestre de 2011 com o primeiro quadrimestre de 2012, tivemos um crescimento de 50% de valores pagos do PAC no que se refere ao OGU.

Com essa sinalização clara do Governo, o que aconteceu é que o investimento privado acompanhou o investimento público, aumentando o investimento total no País. Vemos a curva de crescimento bastante acentuada depois do PAC, menos a de 2009, pelas razões que todos conhecemos. Alcançamos, antes do PAC, 16,6%. Agora, a previsão é de 20,7%. Como já foi apresentado pelo Ministro Guido em outras ocasiões, estamos mirando chegar, em 2014, a 24% de investimento total no País.

Tão importante quanto o crescimento do investimento é a forma como o investimento está crescendo no nosso País. O investimento, entre 2007 e 2010, cres-

ceu o dobro do que cresceu o PIB brasileiro. Então, o PIB cresceu em uma média de 4,2%, e o investimento cresceu 8,9% ao ano. Esse é um dado muito importante, porque não basta crescer. É importante que cresçamos de forma sustentável. E uma das maneiras de crescer de maneira sustentável é ter um significativo crescimento do investimento, seja público, seja privado. Além disso, além de crescer reduzindo desigualdades, estamos crescendo criando emprego.

Esta é a curva da criação líquida de empregos formais, com um patamar, no último ano – e esperamos que se repita neste ano –, de 2 milhões de empregos, por ano, que se aliam com a redução do desemprego, como vamos ver na sequência.

Aqui, a evolução da taxa de desemprego ano a ano. A primeira faixa, a primeira curva, a média 2005 e 2007. Temos 8, 9, 10 e 11, sempre curvas abaixo da anterior. A cada ano que passa, a curva é menor, caminhando para uma situação de pleno emprego. É claro que todos temos convicção de que esse é um movimento importante tanto da formalização, quanto da redução do desemprego. Mas temos de avançar no que diz respeito à qualidade dos postos de trabalho. Essa é uma tarefa para o próximo momento.

Além de crescer o emprego, temos o reajuste do salário mínimo, que está colocando, neste ano, cerca de 47 bilhões a mais na economia. A partir de 2003, houve um aumento real do salário mínimo de 66%, o que tem sido um fator fundamental para aumentar renda da nossa população e fortalecer o nosso mercado interno.

Boa parte do avanço dos indicadores do Nordeste tem a ver com essa política, visto que a maior parte dos salários pagos naquela região tem como base o salário mínimo. Então, esse impacto é ainda mais forte nas regiões mais pobres do País.

Acompanhado da criação de emprego e da valorização do salário mínimo, há aumento do rendimento real, que é mais um motor do crescimento a fortalecer o nosso mercado interno.

O terceiro motor do crescimento da nossa economia é a expansão do crédito. Temos aí os dados básicos, desde 2003. Saímos de 24,6% do PIB para quase 50% do PIB, 49,3%. Ou seja, dobramos o crédito no País, durante esse período, o que é também fundamental para alavancar o crescimento da economia, tanto para o cidadão poder comprar, com sua renda, bens de consumo, especialmente bens duráveis, como também para os investimentos das empresas, com a melhoria das condições, tanto de prazos, quanto de *spread*, realizadas pelo BNDES.

Esse aumento de renda e de crédito tem sustentado a expansão do mercado interno. Vemos aqui a evolução do índice de vendas do comércio varejista, que cresceu 8,7% ao ano durante todo esse período, o que mostra a força do nosso mercado interno para alavancar o nosso crescimento.

Agora, ter um mercado interno forte é muito bom, mas atrai um monte de gente interessada nesse mercado interno, querendo, digamos assim, colocar seus produtos nesse mercado interno.

Por essa razão, a Presidenta Dilma tem adotado medidas para garantir que a produção para suprir o mercado interno seja feita no Brasil, gerando empregos no Brasil. E temos adotado medidas nesse sentido.

No ano passado, foi lançada a primeira etapa do Programa Brasil Maior. E, agora, em março, houve o lançamento da segunda etapa desse programa, trabalhando exatamente com elementos importantes para alavancar a competitividade da produção nacional, como a ampliação da desoneração tributária e o aprimoramento, por exemplo, do regime automotivo, ampliando o crédito à exportação e o PSI, agora em sua quarta versão – o PSI foi um sucesso em 2009 como mecanismo de enfrentamento à crise. Há incentivos ao setor de informação e comunicações, aperfeiçoamento das regras de mercado de câmbio e fortalecimento da defesa comercial contra práticas danosas à nossa economia.

Gostaria de citar aqui como algo emblemático nesse grupo de ações a desoneração da folha, tema bastante debatido. Há consenso acerca de sua importância. Nós começamos esse processo, que, segundo a nossa Presidenta, vai seguir para novos setores. Começou com alguns setores ano passado, vieram outros agora. E gostaríamos de seguir ampliando isso, nos próximos anos, a partir da experiência dos setores que já estão trabalhando com desoneração da folha.

Qual é o resultado disso tudo? Com a melhora dos nossos fundamentos econômicos, o Brasil está cada vez mais bem preparado para enfrentar crises de caráter internacional.

Trago aqui três situações e qual como está o Brasil em cada um desses momentos.

Em primeiro lugar, a crise internacional de 1998, quando o Brasil praticava câmbio fixo. Nós temos: em laranja, a dívida externa; em azul, as transações correntes, e, em verde, as reservas internacionais. Vemos que, em 1998, tínhamos uma dívida externa de 26,5% do PIB, um déficit em transação corrente de 4% do PIB e apenas 5% do PIB de reservas internacionais.

Em 2008, isso se deu de maneira muito mais equilibrada: 12% do PIB de dívida, déficit de 1,7%, e as nossas reservas praticamente cobriam a soma dos outras dois.

Agora, em 2012, com esse baixo crescimento mundial, provocado especialmente pelas economias desenvolvidas, nossa reserva cobre os dois e ainda sobra troco. Isso mostra que o caminho que o Brasil tem trilhado nos últimos anos está sendo um sucesso não só para fora e para dentro, mas também para sustentar nossa situação de contínuo crescimento com redução de desigualdade, mesmo em momentos de crise internacional.

Outra questão importante é que a inflação está sob controle, dentro do intervalo da meta. Lembro que, no ano passado, quando estive aqui por ocasião da LDO também, vivíamos um momento muito mais difícil. A inflação, aqui e em outros países, em razão dos preços de *commodities*, parecia que poderia escapar ao controle. Não foi o que aconteceu. As medidas adotadas levaram nossa inflação, no final de 2011, a ficar dentro da meta. Então, o controle da inflação é outra questão importante.

O sucesso da política econômica, esse novo *mix* entre a política monetária e a política fiscal, tem levado a outro avanço, outro passo que o Brasil dá: a redução das taxas de juros, que vimos vivendo já desde o ano passado, caminhando para patamares internacionais.

Não estou falando da mudança da poupança anunciada pela Presidenta na semana passada, que é um passo adicional nessa direção, um passo capaz de nos levar a esses novos patamares.

Essa estabilidade é reforçada pelo nosso compromisso com a solidez fiscal. Então, nossa intenção é continuar praticando superávit primário nos níveis que vimos praticamos nos últimos anos, na linha de 3,1%. Isso tem provocado também uma redução do nosso resultado nominal, caminhando para, até 2014, uma redução ainda maior. Com isso, claro, há a trajetória decrescente da dívida pública, em percentual do PIB. Saímos de 60%, em 2002, e a previsão é chegar, agora em 2012, a 35,2%, caindo quase pela metade a dívida pública.

Foi com base nesse cenário de como estamos vendo o crescimento internacional este ano e no ano que vem, que elaboramos nossa LDO para 2013. Eu gostaria de começar com os parâmetros macroeconômicos, destacando meia dúzia deles, que têm maior importância.

O primeiro deles é o crescimento real do PIB, previsto em 5,5%. Do nosso ponto de vista, isso está em linha com a trajetória da nossa economia. Nós acreditamos que as medidas adotadas no Brasil Maior, mais a redução da Taxa SELIC e os investimentos feitos no País, públicos e privados, nos levarão a uma aceleração do crescimento, no segundo semestre, que deverá se reproduzir e ampliar ainda mais no ano de 2013.

Isso também poderá ser ajudado com a retomada internacional que deve acontecer em 2013. Então, com esses fatores se somando, estamos considerando um crescimento para 2013 de 5,5%.

A inflação dentro do centro da meta: 4,5%. O salário mínimo: R$667,75, aqui aplicada a regra, aprovada por este Congresso Nacional, de valorização do salário mínimo, que vale até 2015. Há crescimento da massa salarial nominal de 10,34%. E, quando nós mandamos, no dia 13 de abril, 9% de taxa de juros, que era o que tínhamos naquele momento em vigência no Banco Central. Certamente, para a Lei Orçamentária, a ser mandada em agosto, faremos uma revisão nesses 9%.

A meta de superávit primário prevista é de 155,9 bilhões, fixada em termos nominais. Desses 155,9 bilhões do Governo Central, para as estatais é zero. Nessa nossa política, eu nunca tiro essa linha, apesar de ser zero, porque é muito importante dizer que é zero, para permitir que as estatais façam investimentos, porque isso é fundamental para o crescimento do País. Por isso, é zero, e o Governo Central assume toda essa diferença. Estados e Municípios: 47,7 bilhões.

O projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias mantém uma regra que vem sendo mantida em todas as últimas LDOs, já faz bastante tempo, a da possibilidade – gostaria de grifar isso – de abatimento do PAC da meta do superávit, no valor de R$45,2 bilhões. É o mesmo patamar usado na LDO 2012.

É importante reafirmar que nossa intenção é fazer superávit primário cheio. No entanto, como não sabemos o que vai acontecer com a economia, é importante ter essa válvula de escape. Passamos, agora a pouco, a linha de superávit e vimos que o único momento em que usamos isso, e usamos pouco, foi em 2009, em razão dos efeitos da crise internacional.

Portanto, 2009 foi o único ano em que utilizamos esse mecanismo – e o fizemos por uma razão bastante justa. Isso permitirá que, além de continuar fazendo esse superávit, continuemos na trajetória, que mostrei antes, de queda da nossa dívida pública.

A equipe da Secretaria de Orçamento Federal – SOF, a cada ano, tem proposto medidas para melhorar cada vez mais a LDO, é um processo contínuo. Por essa razão, o projeto de lei enviado ao Congresso, exclui 24 dispositivos que tínhamos na LDO anterior.

Como se divide em três grandes blocos de razões de exclusão? O primeiro e mais importante deles é o de redundância com outras legislações.

Como os senhores sabem, a LDO é anual, enquanto outras leis votadas se tornam permanentes. Então, o que estamos retirando aqui fundamentalmente são dispositivos que já estão previstos em leis votadas

pelo Congresso Nacional, e nos pareceu redundância mantê-los na LDO.

Seriam, então, os artigos relativos à execução de recursos da Defesa Civil, pois há uma lei aprovada aqui no Congresso em 2010, que versa a esse respeito; da mesma maneira, à aplicação dos recursos mínimos em saúde. Depois de um longo e tenebroso inverno, foi possível fazer um acordo e votar no Congresso a Emenda Constitucional nº 29, que dá conta disso. Assim, não é necessário estar na LDO, que tem caráter transitório. Também foi excluída a divulgação de informação de execução e acesso ao sistema, também porque o Congresso aprovou no ano passado a Lei de Acesso à Informação, que entra em vigor no próximo dia 16 de maio. Portanto, uma parte dessas informações está mantida na LDO, mas outros dispositivos nos parecem estar cobertos pela Lei de Acesso à Informação, então, seria redundância continuarem na LDO.

E, por fim, a apuração de custos contábeis previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal. Isso já está na LRF, e há uma portaria da Secretaria do Tesouro Nacional determinando tudo o que precisa ser feito. Por essa razão, também nos pareceu redundante deixar na proposta.

Além disso, retiramos situações já previstas em manuais técnicos, especialmente os de execução financeira e de demonstrações contábeis, que estão em um manual da Secretaria do Tesouro.

E, ainda, as regras do PPA anterior, de 2008 e 2011. Não havia sentido em manter as regras relativas ao PPA passado. Em relação a prioridades e metas, o PLDO define que as prioridades para o Orçamento de 2013 são: o PAC, junto com Minha Casa Minha Vida, e o Plano Brasil sem Miséria.

Lembro aqui que, em 2012, esses programas somam R$70 bilhões. Já dei muita aula sobre administração pública e costumo dizer que, além da teoria, tenho a felicidade de ter vivido a prática. E quem já teve a oportunidade de participar do Executivo, sabe que um dos maiores desafios de governar é estabelecer prioridades claras e não dividir o seu recurso em um monte de ações diferentes, em que não é possível ter resultados expressivos e avanços significativos. Por isso estamos apresentando ao Congresso essa proposta.

Ressalto que, só em 2012 – e o digo como parâmetro –, temos 436 ações do PAC no Orçamento, entre ações de logística (rodovias, ferrovias, portos e aeroportos) e das áreas social e urbana (habitação, saneamento, educação, saúde, etc.).

No Brasil sem Miséria, temos 64 ações, além das de transferência de renda, de inclusão produtiva, de assistência técnica na área rural e de capacitação profissional, entre outras. Por isso, para nós do Governo, essas são as duas grandes prioridades.

Além disso, há uma coisa que há tempo não acontece: o Congresso não aprovar o Orçamento em dezembro – a última vez foi há 4 ou 5 anos. Desde então, o Congresso sempre tem aprovado o Orçamento em dezembro. Não vejo razões para que isso não aconteça de novo este ano. De qualquer maneira, a LDO tem que estabelecer algumas regras, caso isso não aconteça.

Então, o que estamos propondo aqui é que algumas despesas tenham 100% de liberação em relação ao que foi enviado no Projeto de Lei de Orçamento, que seriam as despesas obrigatórias, as bolsas de estudo, ações de prevenção a desastres, financiamento a estudante, formação de estoque público e as obras do PAC de empresas estatais.

Aqui eu queria fazer uma pequena pausa para dizer que uma das discussões que mais fazemos em relação ao setor público é a necessidade de fazer investimentos, que precisamos fazer investimentos e reduzir os custeios administrativos, porque há uma série de custeios finalísticos de prestação de serviço ao cidadão, como na área de saúde, educação e outras.

Então, parece-me incoerente defender os investimentos, e na hora que o Orçamento não é votado, travarmos exatamente os investimentos, porque as regras que vêm sendo votadas nos últimos anos sempre travam, o investimento é sempre zerado. Então, parece-nos incoerente com o discurso de que isso é que é importante para o crescimento do País. Por isso, estamos propondo ao Congresso que libere, caso não consiga votar, as dotações do PAC das empresas estatais, para garantir os investimentos de que o País precisa. E que possam ser executados os duodécimos para as despesas de caráter inadiável.

As despesas de pessoal ficam com a mesma regra dos anos anteriores. Reestruturações somente entram no Orçamento aquelas que tiverem projetos de lei em tramitação no Congresso até agosto de 2012, a mesma regra.

Em relação às despesas ressalvadas da limitação de empenho, repetimos também a mesma proposta do ano passado de não definir nenhuma despesa com esse carimbo, porque isso, na verdade, acaba engessando demais a alocação e a execução dos serviços.

Brincamos no sentido de que se fôssemos fazer todas as vinculações que cada uma das áreas e Ministérios gostariam, não precisaria fazer Orçamento, porque ficaria com x para isso, x para aquilo. E quando precisamos ter, em cada momento...

Acabo de me desculpar com o Presidente da Comissão porque pedi para me atrasar um pouqui-

nho, coisa que em geral não faço quando venho ao Congresso, porque eu estava exatamente fazendo, a pedido da Presidenta, uma bateria de reuniões com os Governadores do Nordeste – em sequência à reunião que ela fez em Aracaju há 10 dias, se não me engano – para discutir as medidas de combate à estiagem. Já tomamos as medidas imediatas, mas as estruturais ficamos de discutir em outro momento. E eu estava exatamente com os Governadores do Piauí e do Ceará; da mesma maneira que amanhã estarei com mais três Governadores; na quinta-feira, mais dois; e depois mais dois na sexta-feira, percorrendo todos os Estados do Nordeste que apresentam suas propostas para esse assunto.

Então, é uma coisa nova que aparece no ano, e se eu estiver com o Orçamento completamente engessado, fica difícil tomar decisões como essas que provavelmente a Presidenta terá que adotar ainda no próximo período.

Com isso, eu encerro.

Agradeço a atenção de todos e coloco-me à disposição para quaisquer perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Ministra Miriam, pela exposição inicial.

Vamos, de imediato, passar a palavra ao nosso Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, ilustre Parlamentar Antonio Carlos Valadares, para que possa fazer sua manifestação inicial.

O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Sr. Presidente, Deputado Paulo Pimenta, Sra. Ministra Miriam Belchior, Sra. Secretária aqui presente, eu gostaria, antes de entrar no tema propriamente dito da LDO, de destacar o otimismo com que escutamos a palestra de V.Exa. registrando que a inflação continua sob controle.

Trata-se de um cuidado que o Governo deve ter todos os dias, uma vez que a inflação atinge notadamente as classes menos favorecidas e contribui para a queda, sem dúvida alguma, da produção e também para a falta de geração de emprego. Então, esse controle da inflação é preponderante para a segurança da nossa economia.

Também o sucesso da política econômica redundou na queda de juros. A coragem que o Governo mostrou nestes últimos dias em conseguir conciliar os interesses dos poupadores com a necessidade de reduzir as taxas de juros, uma reivindicação antiga que vinha sendo feita pela sociedade brasileira, notadamente pelos empresários, para promover um crescimento sustentável em todo o Brasil.

É de se notar a trajetória decrescente da dívida pública, que, em 2002, como V.Exa. acentuou, correspondia a 60% do nosso PIB, antes de Lula assumir a Presidência. Já em 2012, a previsão real é que nós tenhamos uma participação da dívida pública de apenas 35% do PIB. Comparativamente a 2002, realmente é um sucesso extraordinário. E a redução da dívida pública certamente contribui para o aumento das nossas divisas e ajuda todos os setores, não só o setor público, como também o privado, a dar o seu contributo para o desenvolvimento do nosso País.

O crescimento dos investimentos também foi preponderante, é notável, já que esse crescimento era de mais ou menos 4,2% e a previsão para este ano é de 8,9%.

O salário mínimo, que sempre foi, em épocas passadas, um problema delicado a ser enfrentado pelo Governo na discussão e no debate com as empresas privadas, conseguiu, sem nenhuma divergência grave, uma recuperação também fantástica. Em abril de 2002, nosso salário mínimo estava em torno de 200 reais, e agora passa de 622 reais. E isso injeta na nossa economia, contribuindo decisivamente para aumentar o consumo interno, 47 bilhões de reais.

Fiz questão de destacar esses dados anunciados aqui pela Ministra para dizer que o Brasil está vivendo, realmente, uma fase de construção, uma fase que está sendo notada pelo mundo inteiro. O País tem sido exemplo de equilíbrio nas contas e de segurança na sua política fiscal.

Portanto, eu quero dizer a V.Exa. que receba deste Relator os parabéns por este trabalho realmente edificante para segurar a inflação e o Brasil continuar crescendo, mantendo o salário mínimo em um patamar justo e equidoso para os nossos trabalhadores.

Agora passemos a alguns comentários que nós anotamos com a nossa assessoria a respeito da LDO.

O PAC e o Plano Brasil sem Miséria constituem prioridades da União, nos termos do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – PLDO 2013. Contudo, as ações e metas correspondentes a esses programas não estão especificadas. Desse modo, não existem metas definidas. A meta deve ser quantificada para o período do exercício financeiro.

A eventual inexistência de metas quantificáveis na lei decorrente do PLDO 2013 poderá ser vista como descumprimento de regra constitucional, segundo rezam o § 2º do art. 165 e o § 2º do art. 195, que estabelecem ser a LDO o veículo de definição das metas e prioridades para cada exercício financeiro.

Faço uma pergunta a V.Exa. Talvez o Congresso Nacional entenda ser necessário incluir na LDO 2013 um anexo de metas e prioridades, como aconteceu em outras oportunidades. Nesse caso, gostaríamos de contar com a colaboração do Poder Executivo no sentido de encaminhar a relação das ações que com-

ponham o PAC e o Plano Brasil sem Miséria, com as respectivas metas, a fim de que possamos incluir na LDO também um anexo de metas e prioridades.

Essa sempre é uma reivindicação dos Parlamentares. Esse anexo não seria obrigatório, mas, sem dúvida alguma, apontaria para a LDO as necessidades básicas da população, as reividincações que são feitas aos Parlamentares em seus Estados, prestigiando, assim, a ação do Parlamento na elaboração da LDO.

Restos a Pagar. O crescimento do estoque de Restos a Pagar fragiliza a credibilidade do Orçamento como autorização anual de gastos. Isso faz com que o estoque de Restos a Pagar cresça a cada exercício financeiro.

O estoque anual de Restos a Pagar é de 140,9 bilhões de reais. Entre as sugestões já apresentadas pelo Congresso Nacional, está o estabelecimento de limites para o crescimento do estoque de Restos a Pagar e a constituição de reserva financeira específica para o seu pagamento.

Então, que providências o Poder Executivo pretende adotar para deter o aumento do volume de Restos a Pagar e garantir recursos para o seu pagamento?

Esses Restos a Pagar são incluídos na conta do Orçamento Geral, o que diminui, sem dúvida alguma, as dotações orçamentárias previstas para o Orçamento do próximo ano.

Execução Provisória do Orçamento, se a LOA não for sancionada no prazo da Constituição Federal.

Além das despesas obrigatórias e outras correntes consideradas relevantes, reiteradamente aprovadas pelo Congresso, prevê-se também a execução provisória de investimentos e inversões financeiras no âmbito do PAC de 42,6 bilhões reais; despesas no âmbito do Orçamento de Investimentos, exceto para o início de novas obras, no valor de 106,8 bilhões de reais. Quaisquer despesas de caráter inadiável, independentemente de serem correntes ou de capital, só se autorizam para despesas correntes inadiáveis.

Então, pergunto: o caráter inadiável depende de avaliação subjetiva e poderá permitir executar qualquer despesa, seja de custeio, seja de infraestrutura?

Da forma como proposto, gostaria que V.Exa. nos explicasse se o Poder Executivo poderá executar todas as despesas, independentemente da aprovação pelo Congresso. É isso o que gostaríamos que V.Exa. esclarecesse.

Quanto à sugestão de flexibilização na execução provisória do Orçamento, qual a pretensão do Executivo com a mudança em relação aos anos anteriores?

Quanto à Lei Kandir, já é sabido. Por que a LDO de 2013 não prevê que o PLOA de 2013 contenha obrigatoriamente recursos mínimos para atender a Lei Kandir?

Despesas Ressalvadas do Contingenciamento. Essa é uma questão sensível para o Congresso e deverá haver muitas emendas que visam proteger ações e programas de contingenciamento.

Entendemos que cabe ao Legislativo ressalvar determinadas programações meritórias do contingenciamento, pois essa é também uma forma de estabelecer prioridades.

Gostaria que a Ministra comentasse essa questão.

Emendas individuais. Verifica-se, ao longo do tempo, a perda de importância das emendas parlamentares como instrumento de participação nas ações de governo. A falta de garantia de liberação prejudica a eficácia da participação do Congresso na alocação dos recursos públicos.

Entre as propostas aprovadas durante a discussão do PLDO 2012, estava a garantia de execução de programações incluídas por emendas individuais, desde que dentro do limite da reserva de contingência primária (1% da receita corrente líquida – RCL), e desde que as programações fossem convergentes com as prioridades definidas na LDO.

Pergunta: uma vez que o PLOA já reserva recursos para atender a emendas, a qual é constituída a partir de estimativas de receita calculadas pelo Executivo, por que as programações correspondentes são contingenciadas?

Para finalizar, considerações sobre o redutor da meta. O PLDO mantém a possibilidade de redução da meta de resultado primário (até 45,2 bilhões de reais relativos ao PAC).

Em razão desse redutor, a proposta orçamentária enviada ao Congresso é elaborada contendo meta primária menor.

Esse redutor tem diversos efeitos:

a) Permite ao Poder Executivo incluir, já na proposta orçamentária, programações além do que permitiria a arrecadação prevista caso fosse considerada a meta cheia, que é de 108,1 bilhões de reais;

b) Implica a necessidade de contingenciamento inicial das programações aprovadas na LOA, no valor do redutor utilizado, mesmo que a receita estimada na LOA seja integralmente confirmada;

c) Amplia a flexibilidade do Governo na condução da política fiscal etc, etc.

A utilização do redutor foi o grande responsável, nos 2 últimos anos, pelo aumento do contingenciamento.

Pergunta: V.Exa. não acha que a continuidade dessa prática torna o Orçamento menos realista e di-

minui a efetividade da atuação do Congresso na definição das prioridades do Orçamento?

São essas as indagações, Sra. Ministra.

Espero ter sido claro. Sei que não falta a V.Exa. flexibilidade e capacidade não só para responder, como também para nos atender.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Estava conversando com a Ministra. Vamos ouvir dois Parlamentares e S.Exa. responde, juntamente com as questões levantadas pelo Senador. Depois fazemos um novo bloco de perguntas. E, assim, vamos dando uma dinâmica aos trabalhos.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO LIMA – Sr. Presidente, gostaria de dar uma sugestão de encaminhamento. Que a Ministra pudesse... Porque possivelmente muitos Senadores e Deputados serão contemplados a partir das brilhantes preocupações do Senador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – O primeiro inscrito é V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO LIMA – É por isso que estou fazendo essa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Vamos ouvir, então, a sugestão do Deputado João Paulo Lima e devolver a palavra para a Ministra fazer suas considerações acerca das questões levantadas pelo Senador Valadares.

Sra. Ministra, por gentileza.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Senador, de algumas dessas questões já tratei um pouco na apresentação, mas volto a elas.

Em relação ao anexo de prioridades, em primeiro lugar, queria dizer que não há descumprimento constitucional, porque o PLDO declara quais são as prioridades. Então, desse ponto de vista, acreditamos que isso esteja de acordo com o que estabelece a Constituição e, inclusive, o PPA.

O que gostaríamos de discutir, Relator, é que nos parece que em muitos casos as emendas feitas em relação a esse tema na LDO são, na verdade, emendas que deveriam ser apresentadas ao Orçamento, porque é um detalhamento do Orçamento. Chega a um nível de detalhe que só cabe num outro instrumento do nosso ciclo de planejamento, que é o Orçamento.

Então, a nossa preocupação é, digamos assim, fazer na LDO o que é da LDO e deixar ao Orçamento o que é do Orçamento. Cada um dos Parlamentares pode fazer todas as mudanças no maior nível de detalhe possível no âmbito do Orçamento da União. A LDO tem um outro papel, que é estabelecer as diretrizes.

Então, desse ponto de vista, V.Exa. mesmo disse que não é obrigatório ter o anexo, e a lei está fazendo isso, que é estabelecer quais são as prioridades neste momento. E não são quaisquer prioridades, é o investimento público, para que o investimento privado também ocorra e o País cresça de maneira mais sustentável, e o combate à extrema pobreza, ou seja, duas grandes prioridades do País.

Em relação aos Restos a Pagar (RAP), compreendo a preocupação com o crescimento do volume de RAP, mas acredito que precisamos entender que temos obras de infraestrutura – um tempo atrás não tínhamos muito – que têm caráter plurianual. É muito comum, qualquer atraso significa que... Se houve um problema na licitação e a obra precisou ficar suspensa por alguma razão, automaticamente, eu não consigo fazer o desembolso completo e fica como Restos a Pagar no ano seguinte. Isso é uma coisa natural. Da forma como está estruturado o nosso Orçamento, é um orçamento anual, parte dele, parte das ações que o compõem têm execução plurianual.

Então, acho que parte do problema é esse.

A outra parte, eu acredito, tem a ver com uma certa resistência em derrubar Restos a Pagar, e não só dos nossos Ministérios. Lembro-me bem de que quando estive aqui para a discussão da LDO, no ano passado, o tema mais candente naquele momento eram exatamente os Restos a Pagar e a preocupação dos Parlamentares com o fato de que os Restos a Pagar fossem cancelados.

Então, temos aqui dois movimentos de natureza diferente – a natureza administrativa e a natureza política – que acabam contribuindo para que isso aconteça.

Acredito que nós, com as regras que estabelecemos para RAP, no ano passado, temos condições de equilibrar um pouco mais essa situação, sem comprometer a execução e muito menos sem tornar o Orçamento uma peça de ficção. Acho que o Orçamento tem de refletir as prioridades, aquilo que se quer fazer, mas é importante que haja flexibilidade. A realidade muda. Não podemos achar que o Orçamento que nós enviamos – não estou nem dizendo aquele que o Congresso aprova, mas aquele que nós enviamos – seja executado exatamente da mesma maneira, um ano e meio depois. É necessário esse tipo de flexibilidade.

Em relação à execução provisória do Orçamento, acredito que vamos conseguir votar o Orçamento. Então, ela é, de fato, uma regra absolutamente temporária, porque não houve nenhuma ocasião, eu acho, em que tenha passado de fevereiro, no máximo, em março. *(Pausa.)*

A Célia está me lembrando que só em 1998 o Orçamento de um ano foi votado em outubro do ano seguinte. Em geral, quando isso acontece – e não tem acontecido nos últimos anos –, o Orçamento é apro-

vado até fevereiro, ou seja, o que há são, no máximo, três duodécimos sendo executados.

Então, o que repito aqui a V.Exa. é que, em relação aos investimentos, me parece incongruente defender que investimento é importante e, ao não votar o Orçamento, não deixar executar o investimento. Acho que não há lógica em fazer dessa maneira.

Então, nós estamos trazendo ao Congresso esta proposta de permitir a execução do Orçamento, de investimentos.

Em relação às despesas de caráter inadiável, na verdade, estamos falando de duodécimo, não de liberação completa. É o duodécimo que estaria liberado. Mas quero reafirmar aos senhores que acho que o importante mesmo é nós trabalharmos em conjunto e firmemente para que o Orçamento seja votado até o final deste ano.

Em relação à Lei Kandir, os senhores sabem, o Governo tem uma avaliação sobre se ainda está ou não em vigência. Essa é uma discussão que fazemos todos os anos. Eu acho que nós vamos trabalhar com ela da mesma maneira que nos outros anos: seguir conversando a respeito disso.

Em relação às despesas ressalvadas, também aqui já me manifestei, então vou ser rápida. Nós já temos no Orçamento um número grande de despesas ressalvadas. Na educação, na saúde, na assistência, é muito difícil trabalhar com esse engessamento da peça orçamentária.

Quero aqui repetir uma questão semelhante ao que respondi em relação às prioridades. Para estabelecer ações específicas, detalhamento, não é a Lei de Diretrizes Orçamentárias. As diretrizes orçamentárias, como o nome diz, estabelecem diretrizes. Seu detalhamento, parece-nos que o lugar mais adequado para fazer é na peça orçamentária.

Sobre as emendas, eu tenho afirmado sempre que defendo a legitimidade das emendas parlamentares – faz parte do nosso processo democrático –, e nós temos trabalhado para garantir de maneira equilibrada com a execução do Orçamento a execução de emendas individuais dos Parlamentares.

De novo, aqui se trata de uma proposta, se eu não entendi mal, Senador, de vinculação. Eu brinco bastante lá, e vou-me permitir brincar aqui também, que sofro dos dois lados, porque aqui se quer vincular e lá cada Ministério também gostaria de ter seu naco previamente garantido. Agora, isso não leva a uma boa gestão. Cada ano e cada momento do Governo exige questões que não são existem em outros momentos.

Quero dar aqui exemplo de como evoluem as faixas etárias na nossa sociedade. Daqui a um tempo, nós teremos escolas ociosas. Vai demorar um pouco, mas nossa pirâmide já virou quase um retângulo. Isso vai ocorrer durante um tempo. É necessário, a cada conjuntura, avaliar o que é melhor fazer.

Então, eu digo que sofro dos dois lados, mas tenho absoluta convicção da necessidade de limitar as vinculações no Orçamento, seja por vinculação à reserva de contingência, seja por despesa ressalvada, seja por novas vinculações legais.

Por fim, o redutor da meta do PAC. Acho que é uma questão importante. Ela já se mostrou importante em 2009, como eu disse aqui na exposição inicial. O nosso objetivo é fazer meta cheia, mas nós precisamos ter – de novo, vou repetir pela enésima vez a palavra – flexibilidade. É importante que o Governo possa trabalhar com agilidade em cada momento.

Quero lembrar que, se folga há, se o Governo usa esse desconto para elaborar o Orçamento, mesmo que vá fazer superávit cheio, também o Congresso decide sobre essa diferença, sobre essa folga, onde deve ser usada. Então, não há nenhuma subtração de atribuição do Congresso nessa direção, porque o Congresso se posiciona sobre toda a peça orçamentária. Eu só queria dizer que para nós esse é um elemento importante de ser mantido para a condução das ações do Governo.

Com isso, espero ter passado por todas as questões, acho que passei por todas que o Senador colocou inicialmente.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Uma breve elucidação. Temos aqui uma informação de que o PPA 2012/2015, em seu artigo 19, dispõe que a LDO poderá definir outras prioridades. Então, as prioridades definidas na LDO são o PAC e o programa Sem Miséria.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR – Brasil Sem Miséria.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Brasil Sem Miséria. Ainda há possibilidade de aumento dessas prioridades, pelo menos no próximo ano?

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR – Pois não. O senhor vai fazer várias perguntas, não é isso?

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – O Governo mantém essas duas prioridades?

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR – A nossa intenção é serem essas as grandes prioridades do Governo.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Correto. E, afinal, com relação às emendas individuais, à reserva de contingência primária de 1% da receita líquida, naturalmente isso seria aplicado de acordo com as programações convergentes com a LDO. Isso não ficaria fora da LDO, quer dizer, as emendas individuais poderiam ser também prioridade do Gover-

no na sua execução, na sua liberação, desde que essas prioridades estivessem dentro da LDO. Não seria mais fácil, então, fazer essa liberação? Estou falando da liberação integral.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR – Entendi, do 1%. Eu até perguntei para a Célia aqui. Este ano, esse 1% corresponde a 3 bilhões mais ou menos, no 12. Se for no 11, tivemos uma liberação de emenda, não lembro o número certo, superior a isso.

Então, não vejo onde... Já estamos praticando isso nos últimos anos. Então, qual é a vantagem da vinculação? Desculpe-me a pergunta, Senador, mas...

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Eu acho que, se há um aumento de receita, consequentemente há um aumento da liberação. Todos os anos há um aumento de receita, sem dúvida alguma. A previsão orçamentária é uma, mas na realidade acontece um aumento substancial. Então, se houver um aumento substancial da receita, logicamente haverá uma disponibilidade maior para a liberação das emendas individuais.

Mas, se V.Exa. acha que não é boa para o Congresso essa proposta, então... demonstre.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR – Quem deve achar se é bom para o Congresso ou não deve ser o Congresso, eu posso ter uma opinião a respeito. Mas os senhores têm autonomia para essa definição.

Pegando esse exemplo de 2011, mais ou menos pelo que foi liberado, que a Célia me disse aqui, precisaria ter aumentado a receita em 50% para superar a receita corrente líquida inicial. É difícil a receita superar em 50% o previsto. Mas podemos, nesse processo, trabalhar e conversar a respeito, desde que isso não seja uma vinculação.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Então, nesse caso, a senhora está do lado do Congresso.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR – Parece que sim.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Já que a nossa proposta não é boa para o Congresso, confiamos que a sua proposta seja melhor. Agradeço a V.Exa.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR – Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Com a palavra o primeiro Parlamentar inscrito, o Deputado João Paulo Lima.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO LIMA – Sra. Ministra, boa tarde. Eu queria consultar V.Exa. em relação ao quadro internacional. Há uma crise profunda na Europa, todo um questionamento em relação à vitória do socialismo na França, toda a situação da Grécia, e, na avaliação que o Governo faz, essencialmente, vê... Sem contar as dificuldades da Argentina. Qual é a visão de V.Exas. em relação a perspectivas para o cumprimento das diretrizes para o ano que vem? V.Exas. acham que pode haver algum comprometimento nessas diretrizes?

A outra questão está muito ligada ao crescimento do consumo. Nós sentimos que a atividade industrial não tem crescido proporcionalmente ao consumo. Está havendo um peso muito grande nas exportações. E, na verdade, as importações são importantes, mas sempre com uma preocupação. Quais são os principais esforços do Governo Federal para equilibrar essa relação?

São essas as duas questões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Deputado.

Deputado João Leão.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Meu caro Presidente, Deputado Paulo Pimenta; meu caro Senador Antonio Carlos Magalhães...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – É saudade, ouviu, Valadares?

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Saudade de Antonio Carlos Magalhães, ACM.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Quem sabe não está presente?

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Saudade de Toninho Ternura.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Se ele estivesse presente, estaria dirigindo os trabalhos, e V.Exa. não estaria sentado aí, Presidente. Pode ter certeza!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Poderia tentar, não é?

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – É porque Valadares é de Sergipe, vizinho da Bahia, e é uma grande figura, um grande Parlamentar. Tivemos grandes batalhas nesta Comissão, grandes vitórias, e é um prazer estar novamente aqui consigo.

Minha cara Ministra Miriam Aparecida, é um prazer muito grande estar aqui, voltando a esta Casa. Eu passei um ano ajudando nosso Governador Jaques Wagner, como Secretário de Estado; depois voltei novamente, fui para a Prefeitura de Salvador, ajudando. E quero lhe agradecer, Ministra, porque V.Exa. ajudou muito, mas muito mesmo, na construção daquele metrô, para concluirmos aquele primeiro tramo. Se não fosse a sua inspiração, a sua vontade e a de tantos companheiros, como o ex-Ministro Mário Negromonte, como o Governador Jaques Wagner, como o Prefeito João Henrique, e, principalmente, com a Presidenta Dilma, nós não estaríamos com aquele metrô pronto para rodar.

Causou-me estranheza porque jornais de Salvador publicaram – um pequeno parêntese – que V.Exa. disse que esse metrô não deveria rodar agora, mas apenas em 2014. Eu não acreditei, porque o seu esforço, a sua vontade de colocar lá os recursos, tirando-os, às vezes, de outros lugares... Então, eu acredito que nós vamos colocar esse metrô para rodar ainda este ano.

Minha companheira Célia Correia, Celinha, é um prazer muito grande ter aqui, novamente, você, com quem tantas vezes estive junto aqui.

Mas, Ministra, eu estou aqui no Congresso há algo em torno de 20 anos, dos quais, uns 8 anos nesta Comissão Mista de Orçamento. E vim para esta Comissão Mista de Orçamento numa época muito difícil, porque foi logo após o problema dos Anões do Orçamento, e tal, quando aqui tudo era difícil, tudo tinha problemas, tudo era não sei o quê.

Meu partido me indicou para vir para a Comissão de Orçamento, e para mim foi um prazer muito grande, durante esses anos todos, ter conseguido, ao lado de companheiros como Valadares, ao lado do meu nobre Deputado mineiro Gilmar Machado e de tantos outros, essas figuras maravilhosas do PMDB, tantos amigos do PSDB e de todos os partidos, ajudar o Brasil! E como o ajudamos!

Vou lhe dar um exemplo claro disso, Ministra. Eu era Relator, em 2007, da LDO. Tanto se fala do PAC, e o PAC foi criado aqui, nesta Comissão, no Relatório da LDO de 2007. E o Governo não o queria, ouviu, Ministra? É verdade! Se V.Exa. quiser, eu tenho ene testemunhas aqui! Ene testemunhas! Está aqui uma testemunha! Fizemos reuniões com o Ministro Guido Mantega, que dizia: *"Ah, rapaz, o FMI..."*

Sabe quem bateu o martelo do PAC? O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Quando nós levamos a ele a solução e mostramos a maneira como o PAC ia funcionar, o Presidente Lula virou para todos os seus Ministros, numa reunião com o Ministro da Agricultura, que estava presente e era um dos maiores interessados, na época, no PAC... Por que o interesse do Ministro? Porque a primeira intervenção do PAC – que não tinha o nome de PAC, mas de PPI, Projeto Piloto de Investimentos – era a intervenção nas rodovias federais brasileiras, no sentido dos portos. E os portos? E os portos? Aí veio a primeira parcela de investimento, que foi algo em torno de 1 bilhão e 200 milhões. O PAC começou pequenininho. Era a experiência que nós fazíamos.

E nós começamos. Demos algumas contribuições ao Governo Federal com o intuito de melhorar a arrecadação do Governo Federal, de acelerar o processo de arrecadação do Governo Federal.

Eu vejo aqui, hoje, o Orçamento brasileiro – brasileiro, com muito orgulho, para todos nós – de 1 trilhão, 127 bilhões, 322 milhões de reais! Uma maravilha, Ministra! Este País entrou realmente em outro rumo e adquiriu outro ânimo.

Agora, dizia meu velho pai: *"Pai rico, filhos pobres, netos paupérrimos."* Quem são os filhos pobres? Os Estados. Quem são os netos pobres? Os Municípios brasileiros.

Eu acho, meu caro Relator Antônio Carlos Valadares, que, se estivesse com sua caneta, faria uma modificaçãozinha. Nós precisamos aumentar a arrecadação dos Estados e dos Municípios brasileiros. Chegou a hora! A dívida tem tido trajetória decrescente. A senhora traz aqui, Ministra, que a trajetória decrescente da dívida pública tem sido um dado fundamental para a estabilidade fiscal. Em 2002, ela era de 60,4%; em 2012, foi de 35,2%. A dívida dos Estados e a dos Municípios, entretanto, cresceram. Inverteu. Pode mandar verificar.

Nós precisamos corrigir este erro! Nós já demos grandes contribuições ao Governo Federal. Chegou a hora de esta Comissão contribuir com os Estados e os Municípios brasileiros. E nós temos o poder de fazer isso, meu caro Relator! Nós tivemos o poder de criar o PAC! Nós, aqui, temos poderes de criar e ajudar os Estados e Municípios.

Deixo esta interrogação.

Mas o que eu queria mesmo, meu caro Presidente, era apresentar uma questão. Sou nordestino, sou sertanejo, sou barranqueiro do São Francisco, e não poderia ter a oportunidade de ver uma mulher linda e maravilhosa, como a Ministra Miriam Belchior, e deixar de pedir a ela uma coisa.

Seca total, Ministra. Miséria total. Se nós não tomarmos algumas providências imediatamente – imediatamente! –, para termos geração de empregos, geração de renda, para conseguirmos... Mas é aquela imediata, Ministra! Nós temos uma coisa que é importantíssima: A CODEVASF. A CODEVASF tem um programa em 192 comunidades – atenção, mineiros! – em Minas Gerais, na Bahia, em Alagoas, em Sergipe, com projetos prontos para licitações no valor de 172 milhões de reais! Se a senhora quiser, libera hoje. A senhora chega lá e diz*: "Aquele Deputado baiano, vou liberar aquela história dele aqui."* A senhora tem a caneta, minha filha, e com tinta.

Importantes neste País hoje são as mulheres: Dilma Rousseff, Miriam Belchior e Célia Corrêa, que libera o dinheiro. Célia Corrêa é quem libera a grana, é quem libera o dinheiro. Então, as mulheres estão mandando. E vocês têm um bocado de filhos nordestinos passando sede, passando fome, sem trabalho, se liberar essa titica aqui, que são esses 172 milhões

de reais, vai-se ter cento noventa e tantas obras em Alagoas, em Sergipe, na Bahia, em Minas, em diversos Estados da Federação, e isso gera mão de obra, gera emprego, gera renda e acelera o crescimento.

Em síntese era isso. E não se esqueça do metrô de Salvador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado Duarte Nogueira.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Ministra Miriam Belchior, a quem cumprimento e agradeço pelo comparecimento à nossa Comissão Mista de Orçamento e os esclarecimentos de praxe foram feitos hoje no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano que vem. Agradeço também a elegância com que me cumprimentou citando a minha cidade de Ribeirão Preto, que amolece o coração de um dos Líderes da Oposição.

Quero cumprimentar o Relator e dizer, Presidente Paulo Pimenta, que as perguntas críticas do Senador Antônio Carlos Valadares espero que não sejam uma estratégia do Governo para tirar o espaço da Oposição em criticar a LDO.

Nós estamos, Ministra, com sinais – e aqui também foi uma preocupação do Prefeito João Paulo, Deputado João Paulo – da economia mundial de um viés recessivo, pela crise que o mundo atravessa, com maiores ou menores impactos em alguns países. A eleição na França de um oposicionista foi reflexo disso.

No Brasil, nos quatro primeiros meses deste ano, não tivemos crescimento nenhum. Se o PIB que se projeta para 4,5% na LDO for garantido, teríamos que ter um salto de crescimento enorme nos próximos 2 quadrimestres para poder atingir essa meta, porque o crescimento do PIB nos quatro primeiros meses infelizmente foi próximo de zero.

É claro que esse ambiente de discussão de taxa de juros, de alteração das regras da poupança, deixa o pequeno poupador inseguro, porque desde 1861, na época do Império, as taxas de juros fixadas para a poupança ficaram inalteradas –por séculos a fio. Há, portanto, uma apreensão por parte dos pequenos poupadores, as pessoas mais pobres, de colocar a sua única e principal forma de garantir a remuneração daquilo que, com muito sacrifício, ele e a sua família foram capazes de poupar.

A outra questão, Ministra, é o aspecto da desindustrialização, que tem levado a uma perda de competitividade enorme e a um aumento vertiginoso das nossas importações, com prejuízo do nosso parque industrial. E o resultado fiscal que V.Exa. apresentou mostrou que vem sendo uma corrida de bastão, não só do atual Governo, mas dos dois Governos do Presidente Lula e dos dois Governos do Presidente Fernando Henrique e também do Governo do Presidente Itamar. Nós estamos falando de seis Governos que, sucessivamente, trabalharam para garantir a estabilidade da moeda, garantir a redução da taxa de juros, garantir o equilíbrio fiscal do nosso País, e cada um escolhendo as suas prioridades. O Duque de Lévis, como V.Exa. lembrou, é quem dizia que governar é escolher.

Muito bem, nós vemos hoje na imprensa que a indústria automobilística está com estoque represado médio de 43 dias, o que não acontecia desde a crise de 2008.

Quando V.Exa., ao explicar uma das indagações do Senador e Relator Antônio Carlos Valadares, disse que elencou as prioridades e metas, na verdade, elencou as prioridades, mas não elencou as metas. Essa é a reafirmação do nosso questionamento.

De maneira bem objetiva, contando já com a paciência da Presidente e da Ministra, eu quero fazer aqui algumas perguntas que a nossa equipe preparou. O tratamento diferenciado e privilegiado dado ao PAC não vem se traduzindo em real execução. Nós entendemos que há uma propaganda exagerada, desde o primeiro mandato do Presidente Lula, com o esquecido Fome Zero, até o segundo, com o lançamento do PAC e do Minha Casa, Minha Vida, por exemplo, que vem sendo citado pelo atual Governo. Portanto, eu pergunto: por que o Poder Executivo insiste nessa omissão em descrever suas prioridades e metas?

E, ao deixar de elencar as metas, Ministra, ainda que na programação restrita ao PAC e ao Brasil sem Miséria, não estaria o Governo claramente descumprindo regramento constitucional, o qual determina objetivamente o conteúdo da LDO, inclusive a definição de metas da Administração Pública para cada exercício financeiro?

No tocante ao sistema de acompanhamento da execução das estatais, em especial o SIEST, as sucessivas desobediências à determinação da LDO já são suficientes para que nós acionemos administrativamente o Ministério do Planejamento. Mas nós, que somos do caminho do diálogo e da defesa do interesse público do Brasil, optamos por aguardar a manifestação de V.Exa., titular da pasta. Qual é a nova posição quanto ao amplo acesso por parte do Congresso Nacional aos sistemas SIGPLAN e SIEST, e ainda quando o SIEST contará com o mesmo nível de amplitude, abrangência e detalhamento do SIAFI?

Nós não podemos deixar de destacar que justamente nesses dois sistemas, Ministra, deveria estar sendo fiscalizada a menina dos olhos do Governo, o PAC, pois controlam a gestão dos projetos estruturantes de médio e de longo prazos, bem como aqueles

vinculados ao direcionamento dos recursos das empresas estatais.

No tocante à execução antecipada da LOA 2013, no art. 50, o projeto da LDO repete, além do estabelecido pelo Congresso Nacional para a LDO de 2011 – ou seja, na nossa opinião, essa atual sistemática de um doze avos enviada ao Congresso para a execução do Orçamento anual, caso ele não venha a ser aprovado até o final da sessão legislativa vigente, é ditatorial, é uma afronta ao equilíbrio dos Poderes, no caso, à relação entre o Executivo e o Legislativo. E não é a primeira vez que se tenta liberar os investimentos do Orçamento fiscal da seguridade social e das estatais para execução antecipada da LOA.

E eu indago, portanto, à Ministra: já que a execução antecipada prevista na proposta da LDO para 2013 abrange praticamente toda a Lei Orçamentária, e ante a notória maioria da base aliada neste Congresso Nacional, onde estará o interesse do Poder Executivo em aprovar a proposta orçamentária de 2013 ainda nessa sessão legislativa?

No tocante à meta de superávit primária, a proposta da LDO para 2013 especifica os valores nominais da meta de superávit primário no montante de 155,9 bilhões, o equivalente a 3,1 do PIB previsto para 2013.

Indago a V.Exa: considerando que as taxas efetivas de crescimento do PIB têm sido sempre acima das perspectivas, não seria de bom alvitre retomar os níveis percentuais na LDO? Afinal, os valores nominais acabam por configurar muito mais na imagem do que na meta auferida.

No tocante à redução da meta de superávit primário do PAC, faço duas perguntas: a intenção de manter tal procedimento não se configura no enfraquecimento não somente da relação entre os dois Poderes, mas também das contas públicas, ao sinalizar um dito descontrole aos agentes econômicos?

E, para ser mais objetivo, não seria tal flexibilização orçamentária uma armadilha de contingenciamento antecipado impingindo seu peso à programação derivada das emendas parlamentares, como em parte indagou o nobre Relator e Senador Antônio Carlos Valadares?

E, por fim, as últimas: no caso dos benefícios dos servidores públicos em geral, a proposta da LDO de 2013 reintroduz um dispositivo enviado nas propostas da LDO de 2011 e 2012, que foi aperfeiçoado pelo Congresso Nacional, de vedação ao reajuste de benefícios, auxílio alimentação ou refeição, assistência pré-escolar, assistência médico-odontológica superior ao valor médio da União praticado no mês de março de 2012.

O texto do dispositivo aprovado no Congresso Nacional foi vetado pela Presidente da República. Então, indago à Ministra Miriam Belchior: o Governo Federal continua com a intenção de ignorar a manutenção do poder aquisitivo e o ajuste de distorções de tais benefícios aos servidores públicos e a seus dependentes, nivelando por baixo, ao revés de garantir a adequação das suas reais necessidades, quando nós festejamos, inclusive, lei aprovada no ano passado neste Congresso fixando no quadriênio como vai-se dar o ganho do aumento real do salário mínimo? No caso do funcionalismo público, esse tipo de condicionante, na nossa opinião, não foi proporcionalmente considerado.

E as últimas duas perguntas: sob quais argumentos – no caso, a mudança de categorias da programação por portaria da SOF e do MPOG, art. 37, §1º – a proposta da LDO de 2012 prevê um rol de alterações na Lei Orçamentária mediante portaria em nível de categorias de programação, inovando precariamente quanto àquelas a serem emitidas pela Secretaria de Orçamento Federal – SOF, destacadamente quanto a outras despesas correntes – código GND 3 –, e aos investimentos GND 4, além de juros e encargos da dívida – GND 2 –, e amortização da dívida – GND 6. A pergunta é a seguinte: sob quais argumentos o Congresso Nacional deve se curvar a tamanha abrangência na qual se traveste tal autorização para a simples emissão de portaria da SOF para a alteração de dotações em suas categorias de programação?

E por último, Ministra Miriam Belchior: o PPA anterior, de 2008/2011, encerrou sua vigência na data de 31 de dezembro de 2011. E houve a reabertura de créditos especiais e extraordinários. Quando isso foi feito, foi trazida a classificação de programação do PPA 2008/2011 para a Lei Orçamentária anual de 2012, que está sob a égide de outro PPA, o PPA 2012/2015. Daí indago, por derradeiro, à Ministra, já lhe agradecendo a paciência e a oportunidade: a Lei Orçamentária 2012, com esse considerando, não está incompatível com o PPA, portanto infringindo disposição constitucional?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado Augusto Coutinho.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO – Inicialmente, Sra. Ministra, quero dar-lhe boas-vindas. Quero reiterar a preocupação grande com que hoje nós, nordestinos, como disse há pouco o Deputado João Leão, estamos convivendo. É de conhecimento público, mas é muito grave a seca que afeta os Municípios do Nordeste.

O meu Estado, Pernambuco, vem sofrendo enormemente com a seca, que atinge alguns Municípios da região norte de Minas e pode perdurar. Pergunto

a V.Exa. se existe possibilidade efetiva de o Governo Federal direcionar mais recursos, afora os previstos na Medida Provisória nº 566, editada agora em 24 de abril, porque a situação é muito grave. Não só os animais, mas o povo também está com sede. É uma situação de cortar o coração. Como a seca pode se estender muito, queria saber se existe possibilidade de se destinar mais recursos, para tentarmos minimizar um pouco esse sofrimento.

Era só isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Deputado

Augusto Coutinho.

Deputado Amauri Teixeira.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA – Eu vou ser breve, até porque participo de várias atividades, Ministra. Hoje devemos votar nesta Casa a PEC nº 438, do Trabalho Escravo – há vários Ministros militando aqui nesse sentido. Convido todos os Parlamentares a assinalarem presença, porque a presença ainda é baixa.

Ministra, abordo primeiro essa questão da seca. Embora seja da Bahia, impressionam-me os efeitos desta atual seca, impressiona-me também a falta de estrutura para enfrentarmos um fenômeno que é cíclico. Todos os mananciais de determinada região do Semiárido já secaram. Temos dificuldade hoje de captar água em carros-pipas.

Eu sei que a Presidenta Dilma está priorizando o Água para Todos, que terá grande dimensão. Houve um avanço grande com o Governador Jaques Wagner, da Bahia, mas talvez seja preciso pensarmos em algo a mais. Tenho dito que será feita a transposição das águas do São Francisco para fora dos Estados banhados pelo rio. É importante, não contestamos isso, mas é preciso fazer a transposição para dentro dos Estados. Junto ao São Francisco, na Bahia, tem gente morrendo de sede. Então, é preciso que haja recursos para uma transposição interna.

Outra pergunta, Ministra. V.Exa. tem, com a Presidente Dilma, autorizado sucessivas contratações de alguns servidores para cargos importantes. Queria saber como V.Exa. está tratando especificamente a carreira da Defensoria Pública da União, que precisa ser fortalecida, porque está esquelética dentro do quadro.

Em relação ao Banco Central, como estão as novas diretrizes? Há possibilidade de contratação de profissionais para este ano? Será mantida a mesma política positiva adotada por V.Exa. e pela Presidenta Dilma para o ano? Reconhecemos que foram contratados auditores ficais do trabalho, auditores fiscais da Receita, analistas. Houve concurso para a Polícia Rodoviária Federal, para a Polícia Federal. Tem havido um comportamento positivo, mas quero saber se haverá continuidade. Lembro que os concursos do Banco Central e da Defensoria Pública vencerão agora em junho; acho extremamente perigoso deixarmos que vença sem que haja contratação dos concursados.

Desculpe até por ter saído um pouco do assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Obrigado, Deputado Amauri Teixeira.

Deputado Felipe Maia.

Só para os Deputados tomarem conhecimento da ordem dos inscritos: Felipe Maia, Leonardo Monteiro, Toninho Pinheiro, Waldir Maranhão.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Inicialmente, quero cumprimentar a Ministra Miriam Belchior e agradecer-lhe a presença aqui nesta reunião em que se debate o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentária 2013, cumprimentando também o Presidente desta Comissão, Deputado Paulo Pimenta, o Relator, Senador Antônio Carlos Valadares, e a técnica Célia Corrêa, do Ministério, na pessoa de quem cumprimento todos os demais companheiros da Comissão de Orçamento.

Ministra, trouxe algumas indagações em relação ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias. O Senador Valadares já fez alguns questionamentos semelhantes aos que faria, não sei se ajudando a Oposição ou, na mesma linha, em sintonia entre Governo e o Oposição, mas algumas coisas não ficaram claras para mim, como, por exemplo, a ausência do anexo de metas e prioridades.

A Ministra disse que isso não seria um descumprimento constitucional e que o Governo teria como prioridade investimento público para o privado, principalmente no combate à pobreza. Mas o Ministério disponibilizou o anexo de metas e prioridades por alguns instantes no sistema, mas o retirou. Não ficou claro para mim por que colocou o anexo e depois o retirou. Isso gera insegurança ao Congresso Nacional. Existia a prioridade, mas foi retirada. Qual é a prioridade agora? Mesmo aceitando o entendimento do Ministério de que não é constitucional, a Ministra tem que compreender que o Congresso fica inseguro na execução da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Eu, por exemplo, tenho aqui em mãos o Programa 215, que se refere ao aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde. Estava disponibilizado no sistema e foi retirado. Isso me deixou inseguro. Gostaria que a Ministra explicasse esse comportamento do Ministério.

Da mesma forma, houve uma pergunta sobre restos a pagar de 2010 e 2011. Quero aproveitar a presença da Ministra para dizer que esta Comissão já aprovou requerimento de minha autoria para convocação dos técnicos da Caixa Econômica Federal. A Ministra credita – e claro, acolhemos aqui essa justificativa – a culpa a licitações e problemas nas obras, mas,

por outro lado, Senador Valadares, algo em torno de 8 bilhões de reais irão vencer em junho. O acumulado de restos a pagar de 2010 e 2011 é de 8 bilhões de reais. Deve haver uma agilidade por parte dos técnicos da Caixa Econômica Federal. Tenho exemplo de um caso concreto em que as medições já foram feitas, mas os recursos não foram liberados. O tempo urge, o dinheiro é ameaçado. Então, tendo em vista que o Relator da matéria levantou preocupação sobre restos a pagar, revelo também esta preocupação da Comissão, com dados técnicos e numéricos: há restos a pagar da ordem de 8 bilhões de reais.

Gostaria que a Ministra sensibilizasse os técnicos da Caixa Econômica Federal para – claro, entendendo que existem outros problemas, como obras, falta de licença, mas não me referia a eles – que possamos tentar tirar o maior proveito possível da situação.

Por fim, Sra. Ministra, quero me solidarizar às preocupações dos Deputados João Leão, Augusto Coutinho e Amauri Teixeira em relação à seca do Nordeste, porque se trata de uma das piores secas dos últimos 30 anos.

Nós, que somos nordestinos e que temos como rotina viajar pelos Municípios dos nossos Estados, por estradas interioranas, sabemos como está sofrendo o nosso agricultor, o nosso pecuarista, o homem que sai de casa para colher o seu feijão, o milho, o arroz, que traz o sustento para casa, mas que não tem mais a sua plantação, não tem mais a sua vaquinha para tirar leite e manter o sustento da sua casa. Então, trago aqui a preocupação, a experiência de quem tem andado pelas estradas do Nordeste e tem visto o sofrimento do povo nordestino.

Portanto, eram essas as minhas preocupações, eram esses os comentários e as observações que tinha para fazer em relação à seca.

Ministra, já estava esquecendo algo fundamental. Minha preocupação em relação ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias. O último item é o seguinte. O art. 50 da Constituição Federal diz que, se o Projeto de Lei Orçamentária 2013 não for sancionado pela Presidente da República até 31 de dezembro de 2012, a prorrogação dele constante poderá ser executada para atendimento.

O relatório do projeto da LDO está dizendo: *"A LDO 2013 prevê que, se o Orçamento não for aprovado até 31 de dezembro de 2012, algumas despesas poderão ser executadas, tomando-se por base a dotação do projeto de lei orçamentária"*.

O problema é que a LDO remete à sanção presidencial. O relatório aqui traz *"aprovado"*, mas a LDO traz *"sancionado".* Essa é uma competência do Congresso Nacional. Existe uma duplicidade de terminologia: *"sancionado"* é pelo Presidente; *"aprovado"* é pelo Congresso Nacional. Ou seja, há uma duplicidade de terminologia no que é fundamental na execução do Orçamento.

No momento em que se passa a competência para o Palácio do Planalto, através da sanção, tira-se a competência do Congresso Nacional de aprovar o Orçamento. Esse é um outro ponto sobre o qual eu queria que a Ministra se manifestasse.

Muito obrigado ao Presidente e à Ministra pelos esclarecimentos que serão prestados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Deputado Felipe Maia, Parlamentar do Rio Grande do Norte.

O Deputado Leonardo Monteiro não se encontra. *(Pausa.)*

Deputado Toninho Pinheiro, de Minas Gerais.

O SR. DEPUTADO TONINHO PINHEIRO – Boa tarde a todos.

Ministra Miriam Belchior, eu sou Toninho Pinheiro, Deputado por Minas Gerais. Quero cumprimentá-la pela sabedoria, pela competência que demonstrou nos trabalhos. Mais do que isso, quero parabenizá-la pela humildade, pela delicadeza ao vir aqui nos cumprimentar, um a um. Parabéns, Ministra! Quanto maior o poder, maior a humildade.

Gostaria de fazer uma pequena sugestão. Eu apoio a Presidenta Dilma, que tem feito um grande Governo, principalmente no que diz respeito à honestidade. Vemos que ela coloca na rua as pessoas que praticaram atos de corrupção. Isso é muito importante. Eu fui Prefeito três vezes de uma cidade pobre. Graças a Deus, trabalhando com humildade, com honestidade, nunca deixei dívida nenhuma. A minha cidade está lá, com pobreza, mas com dignidade.

A sugestão que deixo é no sentido de se definirem prioridades. A Presidenta Dilma diz que vai ajudar os mais pobres, que prioriza os mais carentes – e ela está fazendo isso na prática –, mas sozinha ela não dá conta. A gente precisa ajudá-la.

Há poucos dias fiquei surpreso ao ver que vários Ministros da República liberam recursos financeiros, mas não olham dados sobre as cidades. Vou dar um exemplo: a minha cidade, Ibirité, uma cidade pobre, com quase 200 mil habitantes, arrecada 3 milhões de reais de ICMS por mês. Há uma outra cidade – e não vou citar o nome –, como várias no Brasil inteiro, com a mesma população, que arrecada 50 milhões de reais de ICMS por mês. Mesmo assim, ela recebeu 200 milhões de reais do Governo Federal.

Então, como vamos ajudar a Presidenta Dilma, se estão acontecendo esses erros? O Governo Federal está investindo numa cidade milionária, que já

tem dinheiro. Então, é preciso estabelecer prioridades, olhar as cidades mais pobres, os Estados mais pobres, para podermos corrigir as desigualdades de maneira rápida, o que é o desejo da Presidente Dilma, que tem mostrado sua boa vontade, seu esforço. Ela é uma Presidente firme.

Então, eu gostaria que V.Exa. desse essa orientação a todos os Ministérios: ao Ministério da Saúde, ao Ministério da Educação, aos gestores do PAC, porque são questões de suma importância. Não pode uma cidade com 200 mil habitantes que arrecada só 3 milhões de reais de ICMS por mês não receber dinheiro, e outra cidade, com a mesma população, arrecadar 50 milhões de reais em ICMS por mês e receber 150 milhões de reais, 200 milhões de reais, 300 milhões de reais do PAC. Não estou dizendo que ela não mereça não, mas vamos ajudar os mais pobres primeiro, que é muito importante.

Outra observação muito inteligente e muito proveitosa de V.Exa. foi quando falou sobre educação. A pirâmide da educação já está retangular. Num período de tempo vamos ter escolas ociosas. V.Exa. disse que cada época, cada momento exige uma ação. O Brasil não pode ficar fixo nas ações, ser bitolado. Quero observar que esse momento está chegando. Com essa lei que exige 25% para a educação, os Municípios não têm recursos nem para construir as escolas.

Deus me ajudou bastante, e a quantidade de escolas que fizemos em Ibirité foi uma coisa monstruosa. Para a senhora entender, a nossa cidade, uma das mais pobres do Estado, tem o maior teatro de Minas Gerais: cabem mil pessoas sentadas. Então, nessa questão, avançamos bastante. Muitas cidades têm oportunidade de avançar. Se tiverem humildade, vão avançar.

Agora, aproveitando a oportunidade, podemos pegar esse tipo de equação para tentar aumentar, de maneira substancial, o salário do professor, porque, se investirmos na educação, teremos um futuro melhor. Já temos condições para isso. Até apresentei um projeto de lei, que está rodando na Casa, para que haja flexibilização dos recursos financeiros, porque muitas cidades hoje já estão cumprindo os 25% para a educação e estão dentro dos 54% da Lei de Responsabilidade Fiscal. Se ela aumentar mais a folha de pagamento, vai ultrapassar o que estabelece a lei. Então, apresentei um projeto de lei para que haja uma flexibilização, a fim de que se possa aumentar o salário do professor, porque, se investirmos em educação, teremos dias melhores no Brasil. É muito importante.

Finalizando, gostaria de solicitar a V.Exa., pessoa de muita competência, que encontre um caminho para o repasse do Ministério para o Município. O Estado tem de ser beneficiado, e o Município também, porque está havendo uma dificuldade muito grande. Ninguém pode negar a honestidade da Presidenta Dilma. Isso é muito importante. Ela tem firmeza e tem sido uma Presidente exemplar. Ela serve de exemplo para todos nós, brasileiros. Ela tem defeitos? Tem. Mas nós vemos que ela não aceita corrupção. E ela mostra e prova isso. Outros não tiveram a coragem de fazer o que ela está fazendo. É uma mulher corajosa. Eu tenho orgulho de apoiá-la no Governo Federal. Mas precisamos tentar achar uma saída, porque ainda está havendo muita ladroagem no repasse do Ministério para o Município. Qual é a ladroagem?

Vou explicar. Existe um Ministério apenas – não vou falar qual é – que vai liberar 5 milhões de reais para uma prefeitura pobre. A prefeitura pobre não tem projeto, capacidade técnica e recursos para elaborar o projeto. Aí vai uma empreiteira e doa, oferece o projeto para essa prefeitura. Passando fome, com a boca aberta, a prefeitura pega o projeto na hora. Depois, essas empresas passam a controlar a situação. Controlam a licitação, e aquela obra que foi executada por 5 milhões de reais poderia ter sido feita por 3 milhões de reais. E o Prefeito não tem poder para chegar perto do Ministro e falar isso para ele. Então, são apresentadas as dificuldades, para depois venderem as facilidades.

A Caixa Econômica Federal, de muito respeito, hoje representa um mal para os Municípios. A Caixa tem de fazer como o Bradesco: cuidar do dinheiro do povo brasileiro. Ela não tem pessoas qualificadas em quantidade para poder fiscalizar isso. Então, vai atrasando, vai dificultando as coisas, e é um problema muito grande.

Há sugestão? Há. Na minha opinião, se as cidades do Brasil inteiro têm capacidade para receber recursos do FPM, do ICMS e gastar de acordo com a lei, por que não podem pegar recursos do Governo Federal e das emendas e gastar diretamente?

Por exemplo: se um Ministro quer liberar dinheiro para uma cidade, usa o computador e avisa: *"Prefeito, há três emendas para o seu Município. Primeiro, o senhor tem de licitar o projeto, tem de licitar a obra e depois executá-la, sob pena de punição exemplar".* Se roubar, vai para a cadeira. Isso é importante.

Seria muito mais fácil se o Ministro avisasse a todos os Vereadores, aos membros dos Ministérios Públicos, ao padre, ao pastor e a toda sociedade que o dinheiro está na prefeitura. Vai ser muito mais fácil todo esse pessoal fiscalizar o Prefeito para ele não roubar do que um Ministro só fiscalizar 5.600 prefeitos. Aí não tem jeito. A Presidente Dilma vai lutar, vai se esforçar, mas não vai dar conta. Então, a gente precisa ajudá-la.

Quero cumprimentá-la. Agradeço ao Sr. Presidente da Comissão a oportunidade. Meu muito obrigado.

Estou torcendo para que a Presidente Dilma faça um grande Governo, para o bem de todos nós, brasileiros.

Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, ilustre Parlamentar do Estado de Minas Gerais, Deputado Toninho Pinheiro.

Não havendo mais inscritos, vou devolver a palavra ao Senador Valadares, para que S.Exa. faça suas considerações finais. Depois, a Sra. Ministra disporá do tempo necessário para responder às questões feitas pelos Srs. Senadores e Srs. Deputados.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Sra. Ministra, de forma breve quero dizer que recebi um relatório resumido da execução orçamentária de 2011. No ano passado, a reserva de contingência de 1% chegou a 5,6 bilhões de reais, o que significa dizer que nossa proposta seria, de acordo com esses dados, totalmente viável, porque no ano de 2012 a receita será muito maior, e quem sabe 10 milhões de reais para cada Parlamentar seria muito bom, visto que, apesar de serem 15 milhões de reais hoje, nem 6 milhões de reais são liberados anualmente. Então, essa proposta não é para vinculação de recursos, mas para estabelecer um limite através do qual haja a garantia da liberação de recursos.

Em última instância, Sra. Ministra, quero dizer que é do meu dever, na condição de Relator, já que represento neste momento o pensamento de todos os partidos políticos com assento nesta Casa, fazer as sugestões que eu considero fundamentais, inclusive para o fortalecimento dos laços de harmonia que devem prevalecer entre o Executivo e o Legislativo. Isso é o que eu mais desejo. A nossa proposta é neste sentido: fortalecer as ações do Executivo e buscar a boa harmonia entre todos os Parlamentares e o Governo Federal, fortalecendo, assim, o Congresso Nacional.

Agradeço a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, ilustre Relator.

Vamos agora passar a palavra à Ministra Miriam, para que S.Exa. possa responder os questionamentos, e também, Ministra, fazer as considerações conclusivas da sua participação.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR – Obrigada, Presidente.

Algumas perguntas são comuns, então vou me dar o direito de respondê-las, digamos, por tema, e não necessariamente na ordem em que elas foram feitas.

A primeira é do Deputado João Paulo, em relação às perspectivas para 2013 e à questão da atividade industrial, tema a que, de alguma maneira, também o Deputado Duarte Nogueira se referiu.

Em primeiro lugar, as perspectivas de 2013.

A nossa avaliação é de que este ano será mais duro, em função de as economias desenvolvidas estarem num momento muito difícil. No entanto, todas as expectativas são de que 2013 não será uma maravilha na Europa, mas teremos uma evolução. Então, desse ponto de vista, esse cenário, somado às nossas boas condições internas, nos fará estarmos num patamar melhor no ano que vem do que esse em que estamos este ano, da mesma maneira que este ano deveremos estar em situação melhor do que no ano passado.

O senhor também me perguntou em relação à atividade industrial; o Deputado Duarte Nogueira também. Nós acreditamos que os efeitos das medidas adotadas no Programa Brasil Maior, que aqui eu quero retomar: a desoneração da folha; do IPI; o REPORTO; a postergação do PIS/COFINS; o regime automotivo; o financiamento ao comércio exterior; as medidas de crédito, tanto o aumento do volume de crédito como a redução da taxa de juros; o aumento do prazo da cobertura; as compras governamentais e sua capacidade de induzir a produção nacional e a competitividade; e os incentivos setoriais que estamos tomando, o controle do câmbio etc. vão dar resultados já no segundo semestre. Nós estamos trabalhando com esse cenário.

Eu sei que em cada momento fazemos esse debate, mas quero retomar uma lembrança que fiz quando estive aqui há 1 ano, quando havia uma enorme desconfiança de que a inflação pudesse escapar de controle. Eu estive aqui, o Ministro Guido esteve aqui, no Congresso, falando disso, o Ministro Tombini também, a Presidenta deu um número grande de declarações de que essa é a nossa prioridade absoluta. Era natural que houvesse preocupação naquele momento, mas eu acho que nós entregamos a inflação dentro da banda da meta, que era o que estava previsto.

Então, aqui também essa é a nossa aposta. A Presidenta até brincou, numa entrevista, que fará quantas medidas provisórias forem necessárias, se for para garantir que o País continue crescendo e reduzindo a desigualdade.

Esse é o compromisso do Governo. Acredito que nós tenhamos credibilidade. Nós vimos conduzindo há 10 anos os destinos do País e acreditamos que temos credibilidade para dizer isso, como no ano passado, quando dissemos que iríamos cumprir o superávit e o cumprimos. Então, eu acredito que essa é a aposta. Trabalharemos arduamente para alcançar esse resultado.

Vários Deputados perguntaram sobre a seca, então vou juntar todos e vou falar daqui a pouquinho sobre a seca.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Não se esqueça do meu metrô.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR – *(Riso.)* O seu metrô levou cerca de 2 bilhões de reais para, de fato, mudar a cara do transporte coletivo na Região Metropolitana de Salvador. Certamente será uma contribuição importante para a qualidade de vida dos soteropolitanos e dos seus vizinhos.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR – O que eu disse – e disse inclusive à equipe técnica da Prefeitura de Salvador – foi que precisa ter... Infelizmente atrasou esse trabalho de capacitação e de contratação de... Atrasou porque isso já era para 2010.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Mas atrasou porque o dinheiro não foi liberado.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR – Deputado João Leão, o PAC não tem limite de recursos para fazer investimentos, se forem necessários. Não há uma obra do PAC que não tenha desembolso imediato. Essa é a grande diferença do PAC. E não há problemas de desembolso no caso de Salvador.

Parece-me que aqui não é o espaço para essa discussão. O que nós todos queremos – isso eu posso dizer em alto e bom som – é que o mais rapidamente possível o metrô passe a funcionar para prestar serviço à população daquela cidade.

Como disse, sobre a seca eu vou falar em conjunto.

Em relação à poupança, Deputado Duarte Nogueira, eu acredito que... Vou repetir, porque aí não é o Governo que está falando, mas é uma boa parte da classe política, como já o fez aqui o Senador Valadares, e também dos analistas econômicos: a coragem política e a firmeza da Presidenta em enfrentar essa questão.

O País precisa enfrentar a questão da poupança. Nós já temos quase uma semana da divulgação das medidas relativas à poupança, e eu acho que a repercussão já diz bem da justeza da sua adoção, da justeza para o futuro do País, para que, de fato, alcancemos patamares de juros de nível internacional, fundamentais para o nosso crescimento. E também todos os analistas dizem que a poupança... Diferentemente de outros momentos, em que isso criou grande turbulência, a mudança foi feita de maneira ponderada, cuidadosa, e a poupança segue sendo a melhor alternativa para o pequeno poupador.

E lembro que na hora em que cair o juro, também o pequeno poupador, que é quem mais depende do crédito, vai ser beneficiado pelo outro lado, porque vai pagar menos juros no crédito.

Podemos ter opiniões diferentes em relação a isso, mas eu acredito que a maioria dos analistas e desta Casa têm apoiado essa medida pelo que ela representa para o futuro do nosso País.

Há várias questões em relação, de novo, às prioridades. Deputado Felipe Maia – não sei se estou esquecendo alguém –, o nosso entendimento é de que nós estamos cumprindo o preceito constitucional de estabelecer quais são as prioridades.

Quero insistir aqui que nós não podemos transformar a LDO em orçamento. O detalhamento do que deve ser feito é no âmbito do orçamento, no nosso ponto de vista. Lá pode-se ir até o nível do detalhe da ação orçamentária, como este Congresso faz a cada ano. Para nós, estamos cumprindo a determinação constitucional na forma como a LDO foi enviada para esta Casa.

Quanto ao sistema de execução das estatais, Deputado Duarte Nogueira, quero dizer que o SIEST e o SIOP são franqueados aos Deputados e Senadores, mediante solicitação de acesso. Até o momento, apenas a Senadora Kátia Abreu solicitou senha de acesso ao SIEST, de acordo com o controle que o DEST mantém lá. Portanto, ele está absolutamente disponível. Nós estamos fazendo um trabalho interno de aperfeiçoar o sistema para que ele cada vez mais traga informações importantes para o controle da sociedade.

Então, convido o senhor a solicitar isso formalmente, afim de poder, juntamente com a Senadora... Quero lembrar também que esses dados do SIEST já são compartilhados com o PRODASEN e disponibilizados no *site* do Senado, no Siga Brasil, que é, por sua vez, disponibilizado para toda a sociedade. Isso já está acontecendo.

Acredito que o adjetivo "ditatorial" seja um tanto pesado, mesmo para quem ficou com o coração tão tocado por eu citar sua cidade, Ribeirão Preto.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – É que a pergunta já estava escrita. *(Risos.)*

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR – Não nos interessa que o Orçamento não seja votado no prazo legal, porque isso gera instabilidade para o Governo, atrasa a execução orçamentária do Governo. Mesmo que a gente trabalhe com os duodécimos, os Ministérios ficam receosos, porque pode vir uma mudança naquela dotação, e ela já foi comprometida. É preciso olhar, no Ministério, onde se vai colocar o limite que se tem no ano. Se eu tiver o limite de uma maneira, eu faço de um jeito; se eu tiver de outra... Então, a não aprovação do Orçamento cria uma instabilidade para o Executivo, porque atrasa a execução, por maior que seja a permissão que se dê para que se possa antecipar uma parte dos desembolsos, da execução. A garantia que nos interessa é a garantia da estabilidade, a garantia daquilo que está efetivamente aprovado pelo Congresso. Por isso, gostaria de afiançar ao senhor que ao Governo interessa a aprovação até o final da

sessão legislativa. Foi assim que nós trabalhamos no ano passado com o Deputado Arlindo Chinaglia. Houve, em um momento, uma dúvida se seria possível, mas nós sempre trabalhamos com ele assim: gostaríamos que fosse aprovado. É assim que trabalharemos.

Aproveito para responder ao Deputado Felipe Maia sobre a questão da sanção *versus* aprovação no Congresso. Eu não sei direito, porque estou sem o texto aqui para ver isso. Para nós o que interessa é a aprovação até o fim da sessão legislativa. Isso significa que 15 dias depois a Presidenta precisa sancionar. Aí nós não vamos executar o Orçamento. A gente nem abre o Orçamento – é tradicional isso. A gente só abre o Orçamento em fevereiro, a não ser para as despesas obrigatórias, como folha de pagamentos e outras. Aqui não há nenhuma intenção outra de desvirtuar essa prerrogativa do Congresso.

Quanto à questão sobre se o *superavit* deveria ser valor nominal ou em percentual, de novo, aqui, trata-se de flexibilidade. É muito difícil para o meu companheiro Arno Augustin, no último dia do ano, quando entra uma parte substancial da receita, em dezembro, ajustar para que se alcance o *superavit* e não haja o risco de não cumprirmos a meta. Isso é fundamental para a credibilidade do Governo. Por isso preferimos estabelecer em valores nominais.

Quero lembrar que no ano passado nós realizamos um *superavit* quase 11 bilhões de reais superior ao previsto na LDO, o que demonstra exatamente a nossa preocupação com a nossa solidez fiscal. Então, aqui, é muito mais uma questão operacional para nós do que propriamente qualquer outra razão. O objetivo é ter mais previsibilidade, para que o Tesouro possa manejar isso bem e garantir que o *superavit* seja cumprido conforme determina a legislação pertinente.

Quanto à questão dos benefícios de servidores – auxílio-alimentação, etc. –, não sei se entendi direito a sua pergunta, mas propusemos, no ano passado, e estamos reiterando este ano, a necessidade de que haja um equilíbrio nesses benefícios entre os diversos Poderes. Há uma grande defasagem entre eles. E o que nós estamos propondo é que não se possa ir além da média geral, o que, para o Executivo, significa uma possibilidade de aumento bastante grande em virtude da diferença que há entre os benefícios disponibilizados aos servidores do Executivo, relativamente aos disponibilizados a servidores do Legislativo e do Judiciário. Então, aqui é muito mais para balizar um pouco e, talvez, evitar exageros nesses benefícios, que podem ocorrer em alguns casos.

O senhor me pergunta se não estaria incompatível a reabertura de créditos entre os dois PPAs. O senhor citou alguns deles, e eu precisaria analisar cada um, mas não é possível... Se não estiver previsto no PPA 2012-2015, nós certamente não poderemos executar.

Se isso passou pela rigorosíssima equipe técnica da SOF, por toda a área jurídica do Ministério do Planejamento, eu diria que não tenho muita preocupação em relação a isso. Mas já pedi que a Célia me apresente as informações, para eu ter maior segurança em relação a isso. Mas como a Constituição diz que eu não posso executar nada que não esteja no PPA – e essa é uma regra sagrada para nós –, eu não sinto que haja esse problema.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – Da nossa parte eu vou pedir para a nossa assessoria encaminhar por escrito, para conhecimento da SOF, até para que possamos, portanto, esclarecer essa nossa indagação.

Obrigado.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR – Obrigada ao senhor.

Em relação ao que o senhor citou sobre a atribuição que a SOF teria de fazer algumas portarias para mudar a GND de custeio para investimento, na verdade, essas portarias não alteram a programação.

Quer dizer, a síntese do que o Congresso fez, ou seja, a determinação de que o recurso seja utilizado em determinada ação, não pode ser mudada. O que pode ocorrer é que, às vezes, o Congresso, quando faz isso, classifica de maneira errada: classifica como custeio uma coisa que deveria ser investimento. E isso só pode ser feito por decreto da Presidenta. Isso é simplesmente para garantir aquilo que o Congresso votou, garantir a intenção do legislador de querer que uma ação seja feita, apesar de ter sido classificada de forma errada. Não se muda a essência da ação; muda-se só a sua classificação, porque ela foi feita de maneira equivocada.

Com as portarias é a mesma coisa. Se o senhor necessitar de um esclarecimento maior, também podemos fazer isso. A equipe da SOF poderia vir aqui para esclarecer melhor. Aqui é para garantir a execução do orçamento sem desvirtuar aquilo que foi votado pelo Congresso.

O Deputado Amauri Teixeira não está aí, mas há 10 dias eu estive na reunião da Comissão de Trabalho na Câmara dos Deputados, e lá discutimos largamente as questões relativas a contratações, concursos etc. Só gostaríamos de dizer que nós estamos tratando do caso do Banco Central, que foi uma exceção, já no ano passado, nas contratações. Já vamos também, neste ano, liberar novas contratações para o Banco Central.

Se a minha memória não falha, porque eu não estou aqui com o material, na Defensoria Pública há um problema: nós temos aqui no Congresso um projeto

de lei de criação de cargos que ainda não foi aprovado. Então, eu não posso contratar se eu não tenho cargo disponível. O número de cargos disponível é menor do que aqueles excedentes do concurso, que é a demanda, porque, nesse caso, se não me engano, nós já preenchemos todas as vagas originalmente previstas no concurso.

O Deputado Felipe Maia pergunta sobre a questão do RAP. Em primeiro lugar, faço um esclarecimento: o que vence em 30 de junho são os RAPs de 2010, não os de 2011. Os de 2011 só venceriam em junho de 2013. É sempre um ano e meio depois do fim do exercício.

Com a nova regulamentação, para equacionar toda aquela discussão que tivemos no ano passado, temos agora uma regra clara, com uma antecipação considerada, eu acho, razoável, tanto pelo Executivo quanto pelo Legislativo.

Então, como o senhor disse que 8 bilhões de reais são de 2010 e 2011, na verdade, nós teríamos que...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR – É, três ou quatro. Eu concordo com o senhor, no tocante à necessidade de agilizarmos aqueles casos em que não há problema de licitação ou de alguma falta de informação. Certamente, o Presidente Jorge Hereda vai trabalhar lá com a sua equipe para que a gente possa aproveitar a maior parte dessas situações que o senhor citou aqui.

O Deputado Toninho Pinheiro coloca uma questão importante referente a como e onde o Governo aloca os recursos. Essa é uma discussão importante e que não é fácil de ser feita. Mas gostaria de dizer que nós estamos em sintonia com a sua preocupação em olhar de maneira diferenciada o que chamamos de G-100, que são os grandes Municípios, com números grandes, no sentido de que têm uma população numerosa, mas que, ao mesmo tempo, têm uma receita *per capita* baixa.

A equipe da Ministra Ideli na SAF tem trabalhado no âmbito da Frente Nacional de Prefeitos com um grande número de propostas de como esses Municípios possam alavancar melhor sua própria receita, mas também como é que nós no Governo podemos ter uma preocupação maior com isso.

Hoje mesmo, durante a manhã, estávamos discutindo com a Presidente Dilma as novas seleções do PAC, e um dos elementos sobre o qual conversamos foi exatamente usar a capacidade fiscal de Estados e Municípios para discutir quem leva recursos do OGU, quem leva financiamento, exatamente na direção do que o senhor colocou aqui.

Sobre a questão da educação, acho que esse é um debate que precisamos fazer.

Eu acredito que o senhor coloca uma questão importante a respeito de como deve se dar a fiscalização dos repasses aos Municípios. Acho que essa é uma questão-chave. Acho que o PAC mexeu muito com isso. Nós conseguimos com o PAC destravar uma parte dessas coisas. A gente sempre fala da chamada lista burra que havia para financiamento de saneamento, muito tempo atrás, em que se entrava na fila, independentemente de ter projeto ou não, e não se podia chamar o seguinte, porque o que estava na fila antes não conseguia desentravar seu processo. Era uma lista fundamentalmente para evitar que fossem executados investimentos na área de saneamento, em especial. Mas nós temos hoje uma legislação que estabelece como esses recursos devem ser fiscalizados e que envolve no âmbito do Governo a CGU e fora do Governo o Ministério Público e o Tribunal de Contas, que é um órgão auxiliar do Legislativo.

Eu acredito que é necessário fazer um debate melhor a respeito disso. Eu acredito inclusive que nós precisamos discutir a Lei Orçamentária. Ela foi feita num outro momento. Foi por isso que o Governo propôs o RDC para a Copa e as Olimpíadas, e nós vamos propor ao Congresso agora a sua extensão às obras do PAC, porque nós precisamos – vou repetir uma coisa que o senhor ressaltou na minha fala, muito obrigada – nos adaptar a cada momento. O Brasil mudou. É necessário mexer na forma de funcionamento da poupança sem prejudicar os poupadores que já existiam na poupança e assim por diante. O País vai mudando, e nós temos que mudar com ele. E a legislação, no que couber, também precisa mudar.

Eu acho que esse é um bom debate a respeito de como é possível, ao mesmo tempo, simplificar processos sem perder os controles que poderiam significar o aumento do desvio dos recursos públicos. *(Pausa.)*

Senador Valadares, a Dra. Célia está fazendo as contas aqui e disse que é alguma coisa no meio do que nós estamos falando. Portanto, quero aproveitar sua fala de fechamento, de harmonia... Eu trabalhei no ano passado com a LDO, com o PPA e com a LOA. Em todos os casos pude contar com a contribuição desta Comissão e do Congresso como um todo e, especialmente, dos Relatores.

Esta é a minha disponibilidade. A minha equipe está à disposição para que a gente possa, durante o seu processo de relatoria e de discussão, no âmbito da Comissão, conduzir essa discussão da maneira mais harmoniosa e agradável. Com o senhor eu tenho certeza de que será.

Vou falar da seca, para fechar. Deixem-me pegar meus alfarrábios.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – V.Exa. está de parabéns pela forma gentil e cordial com que responde a todos os Parlamentares.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR – Obrigada.

Eu quero aqui relatar um pouco a reunião que nós tivemos, acho que há duas segundas-feiras, em Sergipe, Estado do Senador, que estava lá conosco. Foi no dia 27 de abril, quando a Presidenta aproveitou a ida a Sergipe para a assinatura, entre a PETROBRAS e a Vale, de acordo de exploração de uma importante mina de carnallita, que será fundamental para reduzir a nossa dependência de potássio, para produzirmos fertilizantes e caminharmos na direção da autossuficiência do País nesses materiais, e fez uma reunião com todos os Governadores do Nordeste no bonito Palácio Olímpio Campos, de Aracaju.

Quero relatar aos senhores até uma brincadeira que a Presidenta fez com os Governadores, porque nós apresentamos as propostas, que eu vou dizer aqui agora, e a cada item que ia sendo apresentado, o Governador Cid Gomes, que estava ao meu lado, riscava uma listinha dele. Aí vinha outro, e ele riscava de novo. Então ele cochichou para mim: *"Não vai sobrar nada da minha lista aqui*". E, ao final, a Presidenta até brincou eles: *"É a primeira vez que eu saio de uma reunião com os Governadores do Nordeste sem um pedido enorme de recursos. E não por que os Governadores não estejam preocupados com a situação, pelo contrário*".

A Presidenta fez essa análise dos efeitos da seca exatamente pelos trabalhos que nós temos desenvolvido de acompanhamento do clima no País. Tanto o Ministério da Integração Nacional quanto o Ministério da Ciência e Tecnologia, tanto na área de chuva quanto na de seca, têm feito, através do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais – CEMADEN, um acompanhamento do clima do futuro. E isso nós já tínhamos claro. Isso foi apresentado inclusive aos Governadores. Já cessou o período de chuvas no semiárido. Então, se chover, será só em outubro – acho que é isso –, o que significa um período muito difícil daqui para adiante.

Por isso nós trabalhamos um montante de recursos de 2,7 bilhões de reais, num primeiro momento, para ampliação da operação de carro-pipa do Exército, com recursos do Programa Água para Todos, inclusive de recuperação de poços – pegar poços já abertos que estão sem motores para bombeamento de água, etc. A PETROBRAS está envolvida para abertura de outros poços em locais que tenham reservatórios subterrâneos de água, para essa água ser aproveitada.

Além disso, faremos a antecipação do Garantia-Safra para aqueles agricultores que são cobertos pelo programa. Há a medida provisória que foi feita para análise deste Congresso Nacional do Bolsa Estiagem, para aquelas famílias que não estão cobertas pelo Garantia-Safra. E, por pedido dos Governadores, nós já vamos descontar o Garantia-Safra do ano que vem, de tal forma que, se houver algum problema, essas famílias que hoje não estão cobertas, por não se terem alistado, digamos assim, no Garantia-Safra, estejam já cobertas para o ano que vem. E há também a garantia de fornecimento de milho para consumo animal, porque essa é uma das maiores riquezas do pequeno produtor, o seu rebanho, e uma linha de crédito emergencial para a região da seca com condições muito favoráveis.

Mas eu queria dizer que o mais importante que nós discutimos lá foi a instituição dos comitês de gerenciamento da seca. Cada um dos Estados, junto com o Governo Federal, constituiu um comitê para discutir a evolução dos acontecimentos, porque uma coisa é a situação hoje. O Governador Jaques Wagner, por exemplo, relata que, no caso de, se eu não me engano, Vitória da Conquista, há risco de problema no abastecimento urbano, e isso também para a sede do Município, não só para as áreas rurais. Por essa razão, nós estabelecemos esses comitês. Cada Estado tem um comitê, do qual participam o Governo do Estado e o Governo Federal, para discutir o andamento do problema em cada Estado. Nós já entregamos todas as informações de funcionamento do nosso carro-pipa. E hoje eu estava fazendo exatamente – por isso me atrasei para estar aqui – reunião com os Governadores para verificar que obras emergenciais, Deputado João Leão, nós podemos fazer rapidamente, no prazo de 1 ano, e que os Governadores já tenham propostas. Então, eu imagino, que, quando o Governador da Bahia vier para essa reunião, ele apresente...

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Eu só queria dar um esclarecimento a V.Exa., minha cara Ministra. Eu recebi uma carta, uma correspondência aqui, agora, da CODEVASF, em que ela diz que aquele caso das 192 comunidades rurais localizadas na Bacia do São Francisco foi transferido do PAC para o Programa Água para Todos, no Plano Brasil sem Miséria. Contudo, esse programa trabalha com projetos de perfis diferenciados, não compatíveis com os apresentados pela CODEVASF. Portanto, não foram acolhidos.

A CODEVASF, então, pleiteou, junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o retorno dos referidos recursos ao programa do PAC, o que se encontra em análise. Então, como a senhora disse que o Governador Cid Gomes, à medida que a Presidente ia falando, ia riscando, deixe-me riscar isso aqui também?

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR – Quando o Governador Jaques Vagner vier e disser que esses são importantes, nós, certamente, vamos fazer essa análises para atendimento.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Eu vou passar para a senhora isso aqui, para a senhora entregar a ele.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR – Perfeito.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Eu vou passar isso para ele também.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR – Por favor.

Então, eu acredito que esses comitês estaduais serão fundamentais para fazer o monitoramento da situação e ir tomando medidas de acordo com as necessidades. Além dessa reunião que fiz com os Governadores hoje, ao mesmo tempo, o Ministério da Integração já discutiu com o Estado as medidas em relação a caminhão-pipa, esse cruzamento de informação que já foi feito, e também solicitou que os Estados apresentassem em que locais eles gostariam que os poços fossem perfurados. Ou seja, esse trabalho no comitê será central para o próximo período, porque não choverá, com certeza, porque é do clima do semiárido, até outubro. Se choverá de outubro em diante só saberemos mais adiante. E, se não chover, aí, sim, a situação ficará muito mais séria. Mas o Governo está absolutamente atento a essa questão e num trabalho dia a dia com os nove Governadores do Nordeste.

Com isso, eu queria agradecer aqui ao Presidente Paulo Pimenta; agradecer ao gentil Relator, Senador Antônio Carlos Valadares; e agradecer a cada um dos Parlamentares que se dispôs a ficar aqui, fazer seus questionamentos e, especialmente, aguardar para ouvir as respostas que eu tinha a dar a cada um deles.

Muito obrigado a todos. Coloco-me permanentemente à disposição para vir a esta Comissão.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Ministra Miriam Belchior.

Antes de concluir os trabalhos, quero informar aos Srs. Parlamentares que o Senador Antônio Carlos Valadares informa que entregará o relatório preliminar na próxima sexta-feira. Imediatamente, ele será disponibilizado a todos os Srs. Parlamentares. E o prazo para a apresentação de emendas se iniciará na segunda-feira e irá até a quarta-feira. Portanto, será nos dias 14, 15 e 16 o prazo para a apresentação de emendas ao relatório preliminar do Senador Antônio Carlos Valadares.

Eu agradeço à Ministra e à Sra. Célia Corrêa o comparecimento.

Informo aos Srs. Parlamentares que a reunião extraordinária ocorrerá amanhã, às 14h30min, neste local, com a pauta da semana.

A reunião está encerrada.

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 54ª LEGISLATURA DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 9 DE MAIO DE 2012.

Aos nove dias do mês de maio do ano de dois mil e doze, reuniu-se extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 2 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta nº 8. Foi registrado o comparecimento dos membros:**– Deputados titulares**: Augusto Coutinho, Cida Borghetti, Duarte Nogueira, Edio Lopes, Eliseu Padilha, Felipe Maia, Giovanni Queiroz, João Leão, João Maia, João Paulo Lima, Josias Gomes, Mauro Lopes, Osmar Júnior, Paulo Foletto, Paulo Pimenta, Paulo Wagner, Professora Dorinha Seabra Rezende, Reinaldo Azambuja, Renato Molling, Waldenor Pereira e Zeca Dirceu; **– Senadores titulares:** Armando Monteiro, Benedito de Lira, Clésio Andrade, Flexa Ribeiro, Paulo Paim, Romero Jucá, Vicentinho Alves e Wellington Dias; **– Deputados suplentes:** Félix Mendonça Júnior, Hugo Motta, Leonardo Gadelha, Leonardo Monteiro, Luiz Carlos Setim, Marcos Rogério, Roberto Balestra, Roberto de Lucena, Toninho Pinheiro e Waldir Maranhão. Foi registrada a presença dos seguintes parlamentares não-membros: **– Deputados:** Afonso Florence. Foi registrada a ausência dos membros titulares: **– Deputados**: Aníbal Gomes, Arnaldo Jardim, Arnon Bezerra, Laurez Moreira, Leandro Vilela, Luciano Castro, Lucio Vieira Lima, Paulo Rubem Santiago, Ratinho Junior e Wandenkolk Gonçalves; **– Senadores**: Antonio Carlos Valadares, Cássio Cunha Lima e Sérgio Petecão. **ABERTURA:** às quinze horas e dois minutos, havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006,* alterada pela *Resolução nº 3, de 2008*, *ambas do Congresso Nacional, o* Presidente, Deputado Paulo Pimenta (PT/RS), declarou iniciados trabalhos e informou que não houve acordo para a realização da reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias da CMO nem para deliberação dos itens constantes da Ordem do Dia. O Presidente informou que no dia 16 de maio, quarta-feira, às quatorze horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, será realizada reunião de audiência pública, convocada com a finalidade de debater com representante da Caixa Econômica Federal**,** os repasses de recursos do orçamento da União, em atendimento ao *Requerimento nº 4/2012-CMO*, de autoria

do Deputado Felipe Maia, e subscrito pelo Deputado Duarte Nogueira, aprovado na 3ª Reunião Ordinária realizada no último dia 25 de abril. Houve comunicação, ainda, que no dia 5 de junho, terça-feira, às quinze horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, será realizada reunião conjunta de audiência pública da CMO com a Comissão de Finanças e Tributação, Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, e Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados; Comissão de Assuntos Econômicos, e Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, com a presença do Dr. Alexandre Antonio Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil – Bacen, que apresentará a *"avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços do Banco Central do Brasil" – referentes ao 1º* e 2º semestres do exercício de 2011, em atendimento ao estabelecido no *§ 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.* Após esses avisos, passou a palavra aos parlamentares inscritos para debate, cujo tema foi a necessidade de acordo entre os Representantes das Lideranças para prosseguimento dos trabalhos, execução das emendas individuais do Orçamento de 2012 e as audiências públicas a serem realizadas na CMO. Os debatedores inscritos foram, na sequência, os seguintes Deputados: Felipe Maia, Duarte Nogueira, Toninho Pinheiro, João Maia, Renato Molling, Waldir Maranhão, Giovanni Queiroz e João Leão. Após o quinto debatedor, Deputado Renato Molling, o Presidente pediu a palavra novamente para reiterar a solicitação aos Líderes Partidários para que concluam as indicações dos membros e coordenadores dos comitês permanentes da Comissão nos termos estabelecido no *art. 18 da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela de nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional.* Em seguida, deu prosseguimento ao debate e passou a palavra ao sexto debatedor inscrito. Após a manifestação de todos os debatedores, o Deputado Toninho Pinheiro recebeu a palavra novamente e o Presidente esclareceu questionamentos por ele levantados a respeito do Fundo de Participação dos Municípios – FPM. Finalizando o debate, os Deputados João Leão e João Maia fizeram novas considerações sobre os critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Estados – FPE e FPM. **ENCERRAMENTO:** Concluído o debate, o Presidente encerrou a reunião às quinze horas e quarenta e seis minutos. Antes, convocou a realização de reunião ordinária, para o dia quinze de maio, terça-feira, às quatorze horas e trinta minutos, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **–** Deputado **PAULO PIMENTA**. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Há número regimental para a abertura dos trabalhos.

Declaro iniciada a primeira reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 8, de 2012.

Há *quorum* para deliberação na representação da Câmara dos Deputados...

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) -... e do Senado Federal.

Em virtude da inexistência de acordo para a deliberação de matérias, quero comunicar que não colocarei nenhum assunto em votação na Ordem do Dia até que nós possamos construir um entendimento entre as Lideranças dos partidos para a definição da pauta de deliberações da ComissãoQuero comunicar aos senhores e às senhoras que existem duas agendas que já foram aprovadas, através de requerimentos, com datas confirmadas. No próximo dia 16 de maio, às 14h, teremos audiência pública com a Caixa Econômica Federal, requerimento do Deputado Felipe Maia, para discutirmos a questão relativa aos restos a pagar. Trata-se de uma audiência importante, que ocorrerá no dia 16, às 14h. E, no dia 5 de junho, às 15h, teremos a reunião que tratará do tema Banco Central; a vinda ordinária do Presidente do BACEN.

A palavra está à disposição dos senhores.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Sr. Presidente, eu vou fazer uso da palavra, em nome da coordenação da bancada do Democratas, para fazer um apelo a esta Comissão.

Eu acho que os partidos da Oposição, desde o início do funcionamento desta reunião e dessas Comissões, mostraram toda a boa vontade em termos de um bom funcionamento dos nossos trabalhos. Há duas semanas, tivemos uma reunião entre os Líderes partidários, em que foi feito um apelo para que pudéssemos votar um PLN que garanta recursos para o Estado de Pernambuco, com a finalidade de recuperação de estragos e prejuízos causados pela enchente, e que nós teríamos um diálogo, uma abertura de conversas por parte da Oposição e do Governo. Nós chegamos hoje, na reunião de quarta-feira desta semana, e, infelizmente, eu acho que o nosso diálogo começou a

ser comprometido. Isso me preocupa no início de um funcionamento por conta da necessidade de votarmos matérias e a LDO.

Eu quero deixar claro aqui, e escutar também um membro do PSDB e de outros partidos, no que se refere ao ânimo. Eu quero deixar claro a esta Comissão que eu dei toda a disposição, todo o exemplo e sinais de que eu quero ter uma boa relação com o Governo. Eu quero ajudar esta Comissão a funcionar. Agora, eu quero que palavra seja cumprida e reciprocidade seja garantida. No início dos nossos trabalhos eu estou sentindo que, a exemplo do que aconteceu no passado, o retrato, o filme parece que vai voltar a se repetir.

Eu gostaria que o Presidente, que é um companheiro de outras Comissões, pelo qual eu tenho todo o respeito e admiração, nos ajude na abertura desse diálogo e que os compromissos assumidos sejam, realmente, colocados em prática e honrados.

Então, infelizmente, nesta reunião, nós, por falta de consenso entre as bancadas, não poderemos encaminhar votações. Mas nós ficamos aqui na esperança de que momentos melhores virão e de que nós possamos, sim, votar as matérias que são importantes para esta Comissão, são importantes para diversos Estados no Brasil – aqui já me foram trazidos projetos de interesse do Piauí, do Rio Grande do Sul; matérias fundamentais. Não quero aqui adotar uma postura de não conformidade, de não sintonia com os meus pares. O meu objetivo é ter conformidade e sintonia.

Portanto, uso a palavra para que todos entendam nossa postura, que nada mais é do a de buscar um compromisso e colocar em prática acordos feitos anteriormente.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Com a palavra o Deputado Duarte Nogueira.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – Sr. Presidente, Deputado Paulo Pimenta, Sras. e Sras. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, membros da Comissão Mista de Orçamento, sigo a linha de raciocínio do Coordenador da bancada do Democratas, Deputada Felipe Maia, orador que me antecedeu. Reitero que V.Exa., Sr. Presidente, Deputado Paulo Pimenta, tem procurado agir como árbitro, como moderador na relação entre a base do Governo e seus representantes e os partidos de Oposição.

De fato, nas últimas semanas, em momento algum nós recrudescemos. Fomos ao limite do diálogo. Inclusive acolhemos proposta de V.Exa., Sr. Presidente, Deputado Paulo Pimenta, no sentido de deliberar matérias debatidas na reunião da semana retrasada. Depois, houve o feriado no meio da semana, terça-feira. Não houve reunião da Comissão Mista de Orçamento na semana passada. Ontem, esta Comissão recebeu a Ministra do Planejamento, Sra. Miriam Belchior, para esclarecimentos a respeito do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias, reunião da qual participamos, fizemos indagações, colocamos pontos de divergências, inclusive na direção de, como faz a Oposição, aperfeiçoar as matérias de interesse do País.

Por que faço neste introito – e caminho para a conclusão – esses considerandos? Porque tenho ouvido rumores de bastidor, de corredor, de que o Governo – e não acredito nesses rumores –, devido a sua força majoritária, com 80% de representação em ambas as Casas, estaria disposto a fazer o enfrentamento com o seu exército da base governista, atropelando a minoria dos partidos de Oposição.

Pelo comportamento das últimas semanas, de ausência de diálogo nas questões colocadas publicamente, de maneira transparente, em relação à execução orçamentária e às discordâncias da forma como o Governo tem interpretado a Lei do Orçamento que aprovamos, espero que não seja essa a estratégia que o Governo venha a adotar, porque, se houver recrudescimento, vamos também recrudescer.

Certamente não vamos ganhar no voto, mas colocaremos com muita clareza nossos pontos de vista nas próximas reuniões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Com a palavra o Deputado Toninho Pinheiro.

O SR. DEPUTADO TONINHO PINHEIRO – Boa tarde a todos.

Cumprimento o Sr. Presidente e os demais colegas. Parabenizo a todos pela reunião ocorrida ontem com a Sra. Ministra Miriam Belchior, que faz grande trabalho. É uma Ministra competente, educada e muito simples, que nos atendeu bastante aqui.

Gostaria de ressaltar a importância da reunião a ser realizada com a Caixa Econômica Federal no dia 16. É muito importante a participação da Caixa Econômica para que possa esclarecer não apenas a questão dos restos a pagar. Vejam bem: várias Prefeituras do Brasil inteiro realizaram obras há um ano e até hoje não receberam. Isso é deselegante, desumano e até cheira a desonestidade. Não é isso que quer a Presidenta Dilma, que tem pregado a honestidade, a austeridade e a seriedade. Portanto, é importante que a Caixa aqui compareça.

Mais do que isso: fui prefeito por três vezes de uma cidade pobre, com 200 mil habitantes. A maioria das Prefeituras do Brasil estão horrorizadas, amedrontadas com a Caixa Econômica Federal, e me dizem: *"Deputado Toninho Pinheiro, eu não quero o dinheiro da Caixa Econômica Federal, porque demora, 3, 4, 5, 6 e até 1 ano para entregar."*

Isso não pode acontecer! Se um Deputado consegue uma emenda e a manda para a Caixa, ela tem de resolver. Acho que a Caixa nem deveria participar disso. Ela teria de fazer como o Bradesco e outros bancos: cuidar do dinheiro do povo brasileiro e deixar isso para os políticos resolverem para não continuar essa situação. Demora um ano para conseguirmos um recurso, que não é repassado. Quando assinam o convênio, pagam uma parte, e fica-se um ano sem receber. Mas, e as pessoas pobres, os pedreiros que trabalharam, que executaram a obra e não receberam? Essa pouca vergonha, essa desonestidade, essa desumanidade, não podemos aceitar.

Portanto, é muito importante que a Caixa venha explicar o que aconteceu no passado e mudar ou, então, sair do caminho das Prefeituras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Srs. Deputados, Srs. Senadores, não temos nenhum Parlamentar inscrito.

A palavra está à disposição de V.Exa., Deputado João Maia.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAIA – Sr. Presidente, Paulo Pimenta, Senadores e Deputados presentes, existe uma questão que não é do Governo ou de Oposição; é uma questão do Congresso e precisa, realmente, ser enfrentada.

Essa questão das emendas de bancada, de emendas parlamentares, virou um processo de desmoralização dos Parlamentares. Já foi dito em todos os lugares... Eu mesmo, sinceramente, sinto-me pouco à vontade de destinar emenda para Município, ter de ficar literalmente mendigando que seja empenhada e, depois, literalmente mendigando para que, uma vez realizada a obra, ela seja paga.

Creio, Deputado, que a culpa nem é da Caixa Econômica. A Caixa Econômica não recebe o financeiro do Ministério das Cidades e do Ministério do Turismo.

Quem anda no interior do País vê obras paradas pela metade, porque o dinheiro não sai. Geralmente quem se interessa são as pequenas empresas, que não têm condições de bancar as obras até o fim. Isso é um fato.

O que está acontecendo é que, quando se realiza licitação no meu Estado, no meu pequeno Rio Grande do Norte, a maioria é vazia, porque as empresas sérias, aquelas que querem realizar o trabalho, não entram mais na licitação. Não entram! Não entram porque não são empresas ricas que têm capital de giro; são empresas que não podem ficar um ano ou seis meses sem receber.

O Senador Armando Monteiro, que é de Pernambuco, está fazendo muito bem ao Senado e falta na Câmara, conhece essa realidade. O relato que tenho da Ministra que veio à Casa... Todos falam que uma hora essa questão será resolvida, mas o fato é que...

Vou encerrar minhas palavras com o seguinte. Presidente, não se trata da relação do Governo com a Oposição; trata-se da relação do Congresso com o Executivo. Não podemos ter uma lei orçamentária, cujas dificuldades financeiras entendemos, mas, Deus me livre, essa questão das emendas de bancada e emendas individuais depende de uma fila. De repente, o Governo diz: "*Vou dar um limite para você fazer a escolha de Sofia. Escolha entre os seus Municípios aquele que você vai mandar ter prioridade, e vamos tentar empenhar*."

Então, concordo com o que foi dito aqui ontem. Se não dá para ser 15 milhões, que sejam 10; não dá para ser 10, que sejam 5, mas que tenhamos os valores que sabemos serão distribuídos, mesmo muito aquém das necessidades, e que tenhamos a capacidade de empenhar e liberar os recursos para não vivermos essa angústia.

É isso, Sr. Presidente. Acho que V.Exa. tem toda a experiência e competência para tentar estabelecer uma relação de transparência e honestidade com o Governo, do Congresso com o Governo, da Comissão de Orçamento com o Governo. Não é o que o Líder Duarte Nogueira ou o Felipe Maia, que é do meu Estado, estão dizendo. O que existe é realmente um incômodo fantástico desta Casa em relação a essa questão das emendas.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado Renato Molling.

O SR. DEPUTADO RENATO MOLLING – Sr. Presidente, nessa mesma linha, este ano temos 15 milhões de reais em emendas. Agora, as nossas lideranças estão pedindo a indicação dos Municípios para esses 15 milhões de reais. E sabemos que, tradicionalmente, libera-se a metade desse valor, ou nem isso.

Só que eu crio a expectativa em vários Municípios. Daí se colocam 200 mil, 300 mil, 500 mil, 1 milhão, porque isso é divulgado. Queira ou não, tem de se enviar o ofício, tem de se fazer o projeto. Então, divulga-se isso. A comunidade cria a expectativa de receber aquele recurso, mas, depois, não recebe. Isso tira a credibilidade dos políticos, e acho que temos de melhorar essa questão.

A outra questão é depois do pagamento. Já é uma dificuldade conseguir empenhar. Quando se empenha, vem a dificuldade de elaborar o projeto, depois, a de liberar os recursos. Acredito que mais da metade dos recursos das emendas que destinamos sejam gastos com telefonemas, com a vinda de Prefeitos para pedir

ajuda, com as pessoas se estressando em ligações para a Caixa, para os Prefeitos e para o Ministério, e este dizendo que a Casa Civil não repassou.

Agora mesmo temos emendas de 2010, por exemplo, que não foram autorizadas. O sistema do Ministério das Cidades mudou. Agora tem de depositar 50% para, então, fazer a licitação. Só que, enquanto o Ministério não libera, eles não conseguem fazer a licitação. Então, há emendas de 2010 cuja licitação os Prefeitos não conseguem fazer porque não recebem autorização da Caixa nem de ninguém. Nesse meio tempo, ficamos tentando ajudar, gastando com telefonemas e nos estressando, ao mesmo tempo em que sabemos que as emendas são importantes, que são uma das maneiras de os Deputados fazerem campanha.

Por mais que trabalhemos aqui, por mais que nos dediquemos, o eleitor valoriza mais o dinheiro que levamos para os Municípios. Mas, da maneira que está, prefiro não receber nada, porque, pelo menos, seria mais tranquilo. O Governo não gastaria tanto, o País não gastaria tanto com burocracia, com telefone, com incômodos, e acho que o dinheiro seria mais bem aproveitado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado Renato Molling, agradeço pela manifestação.

Sras. e Srs. Deputados, antes de passar ao próximo inscrito, que é o Deputado Waldir Maranhão, quero dizer que entendo a preocupação manifestada, especialmente pelas lideranças da Oposição, e buscarei encontrar esse caminho de diálogo para que a Comissão retome sua pauta de maneira normal.

Quero fazer uma sugestão, que aumenta a nossa força institucional, inclusive, para tratar desses temas, Deputado Felipe Maia. Os comitês da Comissão de Orçamento ainda não foram instalados. Há comitê que tem, inclusive, a prerrogativa de acompanhar a execução orçamentária. Os comitês ainda não foram instalados porque alguns partidos ainda não fizeram suas indicações. Acho que esses comitês também são um espaço importante para o fortalecimento do Poder Legislativo e desta Comissão.

Então, gostaria que os Srs. Líderes das bancadas na Comissão observassem as indicações que ainda não foram feitas, porque é um espaço a mais que teremos. O Comitê de Obras Irregulares, o Comitê de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, o Comitê da Receita e o Comitê de Obras são plurais e terão a participação de todos os partidos. Inclusive há comitês que serão coordenados pela Oposição. Portanto, gostaria que V.Exas. atentassem para esse detalhe.

Deputado Waldir Maranhão.

O SR. DEPUTADO WALDIR MARANHÃO – Sr. Presidente, primeiro, sua fala e sua reflexão vêm na direção da minha expectativa na condição de Coordenador da bancada do PP junto a esta Comissão. As preocupações levantadas, quer por Duarte Nogueira, quer por Felipe Maia, exatamente me trouxeram o entendimento de buscar realmente a dinâmica que esta Comissão precisa para responder às questões aqui levantadas, principalmente quanto às emendas e à própria audiência que acontecerá na próxima terça-feira. Já começou um bom exercício. Portanto, eu concordo em gênero, número, grau e pessoa com todos aqueles que argumentaram sobre a questão das emendas e o debate com a Caixa.

Mas eu quero me reportar à essência, ao ponto de partida dos nossos trabalhos – e as oposições, certamente, dentro do seu dever, nos chamam para o diálogo. Tenho certeza de que o nosso decano João Leão vai nos ajudar, na própria bancada do Partido Progressista, a encontrar o caminho do entendimento e dar a esta Comissão exatamente aquilo que ela pode e deve pautar como algo a ser buscado nos seus comitês: o suporte para os devidos encaminhamentos.

Esse era o registro que gostaria de fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, eu quero me somar aos companheiros que me antecederam nas lamentações da não execução orçamentária.

Eu estou neste Congresso há 20 anos – mais velho que eu aqui nesta Casa deve ser o Deputado João Leão, pelo menos dos que estão aqui agora. Eu já tenho 65 anos. O Deputado João Leão talvez esteja há um pouco mais que eu, tenha mais experiência, não pela idade, mas pelo convívio parlamentar.

É lamentável. Chega a ser uma vergonha. Nós somos humilhados, nós nos sentimos um nada. Se nós quisermos mudar isso, já na LDO devemos impor que as emendas parlamentares tenham cumprimento impositivo. Já começamos por aí. Se nós não tomarmos essa iniciativa... Porque deveria ser impositivo todo o Orçamento, logicamente vinculado à não frustração de receita. Mas a LDO já prevê isso. A própria LDO diz que só pode haver contingenciamento se houver frustração de receita. Não havendo, não poderia nem ter contingenciamento, e o Governo contingencia – este Governo, o Governo passado, o anterior, e o outro também – desde que votamos aqui a Lei de Responsabilidade Fiscal. Então, temos que dar um jeito nisso

para diminuirmos a vergonha que passamos com os nossos Prefeitos.

O nobre Deputado falava de uma cidade de 200 mil habitantes da qual ele foi Prefeito por três vezes, e passava dificuldades. Nesses dias, o Prefeito do Município de Curionópolis, que tem apenas 20 mil habitantes, me disse: *"Doutor, não põe emenda para mim mais não porque eu não quero. Eu estou passando vergonha. A empreiteira faz o serviço, eu não recebo. Não me ponha mais emenda do Governo".* Não quer mais emenda do Governo. Ele não acredita nesse Governo.

E mais: todo ano sobra dinheiro. Lembro-me bem – o João Leão de certo estava aqui, porque o João Leão está em todas as Comissões de Orçamento, e ele talvez se lembre de quando a gente arrochava aqui o Ministro Malan. Um dia eu disse para o Ministro Malan: *"Ministro, o senhor pegou a chave do cofre, jogou fora e a gente está passando vergonha".* Aí ele disse: *"Olha, todos os Ministérios têm dinheiro disponível, apenas eles não têm competência, às vezes, para executar".* Ele, Malan, aqui sentado, disse isso em resposta à pressão que fazíamos. Então, às vezes, o problema está lá na execução, no Ministério, ao analisar o projeto.

Este País tem que dar uma sacolejada. Nós, Deputados, somos muito tolerantes – *"errou, mas sou do Governo, deixa para depois".* Não pode deixar para depois, senão passamos a ser coniventes ou cúmplices da incompetência do Estado.

Então, Sr. Presidente, eu queria dizer a V.Exa. que vou me somar à primeira iniciativa – e se já não houver a de algum companheiro, vou tomar a iniciativa – e buscar, logicamente, com os nossos pares, o apoiamento para que coloquemos na LDO que sejam impositivas, senão todo o Orçamento, que seria o ideal – eu apresentei um projeto de lei há 18 anos propondo que fosse todo o Orçamento –, no mínimo as emendas parlamentares, porque não há frustração de receita. Nos últimos anos que aqui estou nunca houve frustração de receita. Ao contrário, nós aqui reavaliamos a receita proposta pelo Governo, sempre aumentamos 5%, 8%, 10% e mesmo assim não há frustração de receita, mas o Governo não executa o Orçamento previsto.

Outra questão fundamental para os companheiros analisarem é a seguinte: só podem ser empenhados restos a pagar quando se tem receita financeira, quando se tem a disponibilidade financeira. Só que esse dinheiro não acompanha para o ano seguinte pagar aquilo que foi empenhado; esse dinheiro vai para um colchão de liquidez no Banco Central, e fica ali como reserva, e nós vamos pagar os restos a pagar com a receita do ano seguinte.

Por isso é que às vezes não se executa aquilo que está no ano previsto, porque, primeiro, se paga os restos a pagar com o dinheiro arrecadado no ano em curso, e o dinheiro que estava no caixa, quando empenhado o recurso, vai para o Banco Central; é neutralizado, é isolado.

Então, temos que rever esse mecanismo para ajudar o Ministério do Planejamento e o Ministério da Fazenda para que possamos ter recursos para fazer mais obras. O Brasil está precisando.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta0 – Com a palavra o Deputado João Leão. Depois, vamos encaminhar.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, levantei aqui uma questão aqui muito importante quando da presença da Ministra Miriam Belchior ontem. Eu quero levantar aqui, hoje, duas questões: o Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios.

Tramita no Senado um projeto de autoria da então Deputada Vanessa Grazziotin, hoje Senadora – S.Exa. é da Amazônia –, sobre redistribuição do Fundo de Participação dos Municípios.

Pelo projeto da Senadora, o Nordeste perde 942 milhões de reais, o Centro-Oeste ganha 888 milhões, o Sudeste perde 931 milhões, o Sul perde 1 bilhão e 433 milhões e o Norte ganha 1 bilhão e 291 milhões. Ora, nós temos que maneirar isso aí. Eu não posso fazer ... A Bahia perde 1 bilhão e 983 milhões de reais do Fundo de Participação! Não tem sentido uma coisa dessas.

Esta Comissão precisa criar um grupo de trabalho para resolver essas questões do FPE e do FPM, para não deixarmos os Estados e os Municípios ficarem com a cuia na mão aqui, pedindo à União.

Quando cheguei a esta Casa, há vinte e tantos anos, os Estados e os Municípios recebiam algo em torno de 20% da Receita da União – 20%. Hoje, os Estados e os Municípios recebem algo em torno de 10%. Sabem quem foi o culpado dessa história toda? O Congresso Nacional, porque tudo o que veio de lá para cá, no Governo Fernando Henrique Cardoso, aprovou-se; no Governo Lula aprovou-se. Todas as contribuições foram criadas sem a participação dos Estados e dos Municípios; recursos só para a União.

Ontem, a Ministra passou aqui. Uma maravilha! O cálculo do superávit da União uma beleza, uma maravilha! Então, nós precisamos rever essa questão das receitas da União e da distribuição dessas receitas.

Não é justo que determinados Estados recebam praticamente nada, e não é justo que outros Estados recebam tanto. Eu acho que nós temos que equilibrar isso pela população.

Outra coisa interessante é o que acontece no SUS, na alta e média complexidade. Não é justo que alguns Estados recebam mais do que outros. Temos que equilibrar esse jogo. Nós, quando fomos Relator da LDO, praticamente chegamos junto do equilíbrio. Precisamos equilibrar novamente, para que o baiano valha a mesma coisa que o gaúcho, para que o piauiense valha a mesma coisa que o baiano. Digo isso porque ainda há desequilíbrio nessa questão da alta e da média complexidade.

Outra coisa: também precisamos criar nesta Comissão um grupo de trabalho para resolver definitivamente o superávit primário. Chega! Chega! O superávit primário foi criado neste País em função de uma imposição do FMI. Já pagamos tudo o que devíamos ao FMI. Acabou! Não precisa mais o País fazer cálculo de superávit primário.

Ficamos com algo em torno de 60 bilhões de reais por ano sem aplicação nenhuma, exclusivamente para superávit primário. Temos que acabar com a figura do superávit primário. Para quê? Para quê? Não tem necessidade! O País não tem mais necessidade de superávit primário. Não temos mais dívida, gente! Acabaram-se as dívidas! Então, para que o superávit primário? Precisamos acabar com isso.

Outra coisa que precisamos resolver aqui: esta Comissão é a mãe de todas as comissões, tanto desta Casa quanto do Senado. Os senhores não sabem a importância das modificações sociais que podemos fazer nas comissões.

Se se tem um empenho, se se empenha uma determinada coisa no exercício de 2010, que não é pago, isso vira Restos a Pagar. Precisamos acabar com a figura do Restos a Pagar. Acaba! Acabou! Não executou no ano, morreu, acabou! Temos que criar um fundo e responsabilizar o Governo para fiscalizar os recursos do Restos a Pagar. Hoje, esta Comissão é obrigada a fiscalizar o Restos a Pagar. No entanto, aqui não fiscalizamos absolutamente nada de Restos a Pagar.

Temos diversas obras neste País. Quando somamos todas aparecem 200 milhões de Restos a Pagar. Quando somamos com o que vem do exercício, são 400 milhões para aquela determinada obra. Temos que acabar com a figura do Restos a Pagar. Orçamento é orçamento. Nenhum país do mundo tem a figura do Restos a Pagar, só o Brasil. Só o Brasil!

Orçamento é orçamento. Um determinado órgão de planejamento – vamos citar um do Ministério dos Transportes –, como o DNIT, tem que fazer uma previsão para, no final do ano, acabar com o Restos a Pagar de determinada obra e incluir aquela obra no novo orçamento. É uma questão de planejamento.

No caso de Município que não conseguiu liberar sua emenda, resolver o seu problema, com obra contratada e assinada, o Ministério de origem tem que colocar aquela emenda contratada, que ele contratou, que ele assinou, no seu novo orçamento.

Quando tivermos, nesta Comissão, coragem de acabar com a figura do Restos a Pagar vamos ajudar e muito este País. A hora é agora, com a LDO pronta. Essa história de dizer que não pode colocar metas na LDO é conversa fiada. Está na legislação. É permitido o Quadro de Metas na LDO. A lei é clara. A lei é clara! Vamos acabar com o Restos a Pagar e adotar o Quadro de Metas. Para o ano não pode mais vir Restos a Pagar. A hora é agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado Toninho Pinheiro para fazer um rápido registro. Depois, vamos encaminhar o final da reunião.

O SR. DEPUTADO TONINHO PINHEIRO – Obrigado, Sr. Presidente.

Deputado João Leão, o equilíbrio é muito importante. Podemos ser ricos ou pobres, pretos ou brancos, mas, no final, somos todos iguais, temos o mesmo valor.

Quanto ao Fundo de Participação dos Municípios, devo dizer que é uma das coisas mais justas que existem. Nossa grande batalha será mudar a lei do ICMS em todo o Brasil. Cito um pequeno exemplo: minha cidade, Ibirité, tem quase 200 mil habitantes e arrecada, por mês, 3 milhões de reais; Paulínia, com 80 mil habitantes, arrecada, por mês, 50 milhões de reais. Ela tem um terço da população da minha cidade e arrecada 50 vezes mais. Aí não há como fazer milagre. Esta é a diferença: por que uma cidade pode receber mais e outra menos?

Os recursos, tanto do Fundo de Participação quanto do ICMS, deveriam ser colocados de acordo com a população. Todos somos iguais. Não importa se sou do sul, do norte, do leste ou do oeste do Brasil. É uma questão muito importante. Temos mesmo que levantá-la aqui.

Outra questão muito importante: as emendas, se quisermos acabar de uma vez por todas com essa enganação das emendas. Quando enviamos os valores dos recursos de uma emenda para uma Prefeitura, mandamos o papel; mas deveríamos fazer tudo pelo computad0or, colocar o dinheiro na conta do Prefeito, por exemplo, 3 milhões. O que faz o Prefeito? Licita o projeto. Depois de licitar o projeto, licita e executa a obra, sob pena de punição exemplar se não o fizer. Roubou, vai para cadeia. Agora, mandar papel para o Prefeito... Se ele tem capacidade e competência de receber todo mês o dinheiro do ICMS e do Fundo de Participação, por que não pode ter emenda que não chega a mais de 5%? As emendas para as prefeitu-

ras em todo o Brasil não somam mais que 5%. Todo Prefeito recebe ICMS e Fundo de Participação e gasta de acordo com a lei. Se roubar vai para a cadeia, mas não vamos mais fazer sacanagem com o povo que está sofrendo.

O equilíbrio é muito importante que seja observado, mas não podemos deixar que Paulínia, Município com 80 mil habitantes, que respeito, arrecade 50 milhões de ICMS reais por mês, enquanto Ibirité, uma das mais pobres, com quase 200 mil habitantes, arrecade 3 milhões por mês. Esta é a grande diferença.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado Toninho Pinheiro, e V.Exa. tem sido um Deputado atuante na Comissão, Deputado João Leão, vou sugerir, na próxima reunião das Lideranças, que as bancadas apresentem alguns temas para debate na Comissão, até mesmo pela sua representação, pelo seu peso político, como esse do Fundo de Participação dos Estados, do critério e da forma do repasse. Vamos debater o conteúdo de questões que tenham a ver com a LDO.

O SR. DEPUTADO TONINHO PINHEIRO – Sr. Presidente, meus parabéns, V.Exa. tem sido muito sensível. Com humildade, quero dizer que Minas Gerais tem o projeto ICMS solidário. Minas Gerais tem 853 cidades e cerca de 80 são milionárias. Tiramos um pouco delas e passamos para as mais pobres. Houve um pouco de equilíbrio, pouco, mas houve. Louvo V.Exa. pela ideia e pela receptividade. Parabéns.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Sr. Presidente, explico ao nobre colega que o ICMS não pode ser modificado aqui, mas sim nas Assembleias Legislativas dos Estados. O Fundo de Participação pode sim ser alterado aqui. A sugestão de V.Exa., de repassar diretamente o dinheiro, é das melhores que já passaram nesta Comissão. Antigamente era assim. Antigamente o Ministério fazia o convênio.

Eu peço desculpas. Quem inventou a Caixa Econômica foi eu. Eu peço desculpas. Eu criei a Caixa Econômica. Vou contar como foi isso em rápidas pinceladas. O Ministro Kandir... *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado João Leão, ontem V.Exa. contou como foi criado o PAC. Hoje, V.Exa. conta como foi criada a Caixa Econômica Federal...

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Eu vou contar agora como foi criado o repasse para a Caixa Econômica. Chego eu ao Ministério do Planejamento, onde o Ministro Kandir estava assinando uma pilha de convênios desse tamanho! Tinha que rubricar todas as páginas. O BNH já estava extinto e seus funcionários estavam todos num canto, sem ter o que fazer. Cheguei lá, Kandir estava assinando os convênios, uma pilha deles, do tamanho do mundo... Todos esses convênios que assinamos hoje com a Caixa Econômica Federal eram assinados pelo Ministério do Planejamento àquela época.

Eu disse ao Kandir: *"Kandir, por que você não acaba com isso?* Ele disse: *Acabar com isso como, rapaz?"* Eu disse: *"Manda para a Caixa Econômica essa porcaria. Pega os funcionários do BNH que estão aí sem fazer coisa nenhuma e bota os funcionários do BNH para gerir esses convênios todos. Você tira da sua responsabilidade e joga a responsabilidade na Caixa Econômica".* Quinze dias depois os convênios estavam todos na Caixa Econômica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – E até hoje estão lá esperando!

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – E até hoje estão lá! Por isso eu me penitencio com V.Exas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado Maia.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAIA – Sr. Presidente, apenas para fazer um esclarecimento, com todo o respeito ao Deputado João Leão, em relação ao superávit primário, que considero muito importante.

Deputado, não temos dívida externa, graças a Deus. Temos boas reservas internacionais, mas ainda temos uma dívida interna considerável. O superávit primário é exatamente para não deixar a relação dívida/PIB crescer. Por mais que qualifiquemos, é absolutamente fundamental que façamos superávit primário para honrarmos o compromisso da União com as letras que emite, um número ainda bastante considerável.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Deputado João Maia, fui Prefeito de uma cidade situada na Região Metropolitana de Salvador. Quero ser Prefeito de novo, mas quero ir para uma cidade maior.

Atrás da minha cadeira tinha um quadro bem grande que dizia o seguinte: *O governo que gasta mais do que arrecada não é de Esquerda nem de Direita, é incompetente mesmo.* Não precisa de superávit primário não. O Governo tem que saber o que gasta, meu amigo, ele tem que saber a capacidade dele de tomar o dinheiro. Ele tem que ter responsabilidade. É isto que estamos querendo aplicar. Quando ficar sem superávit primário, ele passa a ter responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Obrigado, Deputado.

Convoco reunião ordinária para o dia 15 de maio, terça-feira, às 14h30min neste plenário.

A reunião está encerrada.

ATA DA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 54ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS

PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 2012.

Aos quinze dias do mês de maio do ano de dois mil e doze, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 2 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta nº 9. Foi registrado o comparecimento dos membros: – **Deputados titulares**: Arnon Bezerra, Augusto Coutinho, Duarte Nogueira, Felipe Maia, João Paulo Lima, Laurez Moreira, Leandro Vilela, Osmar Júnior, Paulo Foletto, Paulo Pimenta, Paulo Rubem Santiago, Paulo Wagner, Ratinho Junior, Reinaldo Azambuja, Renato Molling, Waldenor Pereira e Zeca Dirceu; – **Senadores titulares:** Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Clésio Andrade, Flexa Ribeiro, Paulo Paim, Romero Jucá, Sérgio Petecão e Vicentinho Alves; – **Deputados suplentes:** Assis Carvalho, Cláudio Puty, Joaquim Beltrão e Toninho Pinheiro; – **Senadores suplentes:** Mozarildo Cavalcanti. O Deputado Edio Lopes teve sua ausência justificada. Foi registrada a ausência dos membros titulares: – **Deputados:** Aníbal Gomes, Arnaldo Jardim, Cida Borghetti, Eliseu Padilha, Giovanni Queiroz, João Leão, João Maia, Josias Gomes, Luciano Castro, Lucio Vieira Lima, Mauro Lopes, Professora Dorinha Seabra Rezende e Wandenkolk Gonçalves; – **Senadores:** Benedito de Lira, Cássio Cunha Lima, Wellington Dias. **ABERTURA:** havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006,* alterada pela *Resolução nº 3, de 2008*, *ambas do Congresso Nacional,* o Presidente, Deputado Paulo Pimenta (PT/RS), declarou iniciados os trabalhos. Embora houvesse quórum para deliberação, informou que não havia acordo para apreciação das matérias da pauta, após realização da reunião do Colegiado de Lideranças Partidárias com assento na CMO realizada na mesma data. O Presidente informou que no dia 16 de maio, quarta-feira, às quatorze horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, será realizada reunião de audiência pública, convocada com a finalidade de debater com representantes da Caixa Econômica Federal**,** os repasses de recursos do orçamento da União, em atendimento ao *Requerimento nº 4/2012-CMO*, de autoria do Deputado Felipe Maia, e subscrito pelo Deputado Duarte Nogueira, aprovado na 3ª Reunião Ordinária realizada no último dia 25 de abril. Após esse aviso, passou a palavra aos parlamentares que manifestaram interesse em usá-la. Assim, fizeram uso da palavra, na seguinte ordem, os Deputados Felipe Maia, solicitando que os parlamentares apresentem casos práticos na Audiência Pública com representantes da Caixa Econômica Federal, Arnon Bezerra, pedindo ao Presidente que permitisse a manifestação de representantes de associações de municípios na audiência pública do dia 16 de maio, tendo seu pedido atendido sob a condição de que apenas um representante de cada região do país pudesse se manifestar, e Paulo Rubem Santiago apresentando ideias sobre boletins do IPEA, conjuntura industrial brasileira e planejamento orçamentário. **ENCERRAMENTO:** não havendo mais parlamentares interessados em fazer uso da palavra, o Presidente encerrou a reunião às quinze horas e quinze minutos. Antes, convocou para reunião ordinária no dia 22 de maio e para a audiência pública dia 16 de maio, quarta-feira, às quatorze horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, com a finalidade de debater com representante da Caixa Econômica Federal**,** os repasses de recursos do orçamento da União, em atendimento ao *Requerimento nº 4/2012-CMO*, de autoria do Deputado Felipe Maia, e subscrito pelo Deputado Duarte Nogueira, aprovado na 3ª Reunião Ordinária realizada no último dia 25 de abril. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **–** Deputado **PAULO PIMENTA**. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Sras. e Srs. Deputados, há número regimental para a abertura dos trabalhos. Declaro iniciada a 4ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 9, de 2012.

Peço aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas que amanhã, 16 de maio, às 14 horas, neste plenário, possamos ter a presença forte de Parlamentares na audiência pública convocada com a finalidade de debater com representantes da Caixa Econômica Federal os repasses de recursos do Orçamento da União, em atendimento ao Requerimento nº 4, de 2012, de autoria do Deputado Felipe Maia e subscrito pelo Deputado Duarte Nogueira, aprovado na 3ª Reunião Ordinária, do último dia 25.

Chamo a atenção de todos para o fato de que, em função da própria realização da Marcha Nacional dos Prefeitos, várias representações já manifestaram o interesse de estarem aqui presentes. Então, Deputado Felipe Maia, creio que teremos uma boa audiência pública amanhã com a Caixa Econômica Federal. Peço que todos os senhores e as senhoras possam, inclusive, identificar algumas situações concretas para que nós possamos debater com a Caixa Econômica Federal.

Há *quorum* para deliberação. Porém, esse *quorum* é só da Câmara dos Deputados. Não há *quorum* no Senado.

Antes de encerrar a reunião, coloco a palavra à disposição, caso algum dos senhores deseje fazer alguma manifestação ou algum registro.

O SR. DEPUTADO PAULO WAGNER – Sr. Presidente, quero somente pedir ao Líderes das bancadas que fazem parte desta Comissão Mista de Orçamento que aproveitem a oportunidade da Marcha dos Prefeitos, que estão aqui em Brasília, e orientem os Prefeitos em relação aos restos a pagar, para que possam tirar todas as dúvidas na audiência pública com a Caixa Econômica Federal. Que as pessoas que estão aqui entrem em contato com os Prefeitos de seus partidos, todos os Prefeitos que estão aqui, para que eles possam tirar essas dúvidas amanhã na audiência pública com a Caixa Econômica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado.

Deputado Felipe Maia.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Sr. Presidente, é só para renovar o convite que já fiz na audiência das Lideranças, dos coordenadores, para que amanhã os Deputados possam tirar o melhor proveito dessa reunião com os técnicos da Caixa Econômica Federal. A falta da liberação das emendas dos restos a pagar de 2010/2011 é um problema que atinge todas as bancadas, todos os Deputados.

A exemplo do que falei para a Ministra na semana passada, se nós pegarmos os restos a pagar dos anos de 2010 e 2011, eles giram em torno de 8 bilhões de reais. São 8 bilhões de reais que estão lá, faltando serem liberados e transferidos para obras em todo o Brasil. Então, que amanhã nós possamos utilizar essa audiência pública para questionar os técnicos da Caixa com casos concretos sobre por que as liberações de recursos não estão sendo realizadas.

Eu irei trazer questões concretas do Rio Grande do Norte, onde Prefeitos me reportam que já foram feitas medições, está tudo dentro dos parâmetros legais, mas a Caixa Econômica não libera os recursos e a obras não conseguem continuar o seu andamento normal.

No mais, é esperar que as conversas que irão se suceder ao longo desta semana e no início da próxima nos possam permitir voltar a ter o funcionamento normal desta Comissão, aprovando tantas medidas que são fundamentais para o nosso País, começando pela Medida Provisória nº 566, que trata de crédito extraordinário da ordem de 706,4 milhões de reais. São recursos que irão socorrer as vítimas da seca, que hoje atinge todo o Semiárido nordestino, e que irão tratar do seguro-safra, dos carros-pipa, de tantas ações emergenciais que se fazem necessárias no Nordeste e em outras regiões do nosso País.

Portanto, com essas palavras, renovo o convite para a audiência pública amanhã, aguardando que na próxima semana possamos ter boas notícias para esta Comissão e para o Brasil, no momento em que aprovamos matérias de interesse de toda a Nação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Deputado.

Deputado Arnon Bezerra.

O SR. DEPUTADO ARNON BEZERRA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de receber a informação sobre se amanhã, durante a audiência pública, será permitida a manifestação de algum presidente de associação de prefeitos. Se não for, poderemos conversar previamente para podermos nos manifestar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Regimentalmente, há possibilidade.

O SR. DEPUTADO ARNON BEZERRA – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Eu acho que é uma questão de observarmos o *quorum* de Parlamentares e de representações que eventualmente estejam presentes, para que possamos criar essa dinâmica. E até acho interessante que possa haver, Deputado Felipe Maia, ...

O SR. DEPUTADO ARNON BEZERRA – Eu acho importante, Sr. Presidente. **O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Pimenta) – ... uma representação da associação de prefeitos que possa amanhã fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Acho interessante. Inclusive me questionaram hoje pela manhã se poderão associações de prefeitos, como no caso da FEMURN, do Rio Grade do Norte, ou algum prefeito que queira, no seu caso, ao longo da audiência pública, fazer uso da palavra. Assim, se o técnico contraditar alguma informação, o prefeito que estiver presente poderá contar os detalhes, porque ninguém conhece melhor o seu caso do que o próprio prefeito do Município. Portanto, claro, restringindo a um determinado número, para que todos os prefeitos não queiram se manifestar, caso haja essa situação, acho que poderemos abrir a palavra para que alguns prefeitos, caso seja necessário, se manifestem.

O SR. DEPUTADO ARNON BEZERRA – Acho que pelo menos um por Região, Norte, Sul, etc., mesmo porque todos os problemas são semelhantes, são recursos, são medições, enfim, que de uma forma ou de outra estão criando problemas na administração.

Então, eu acho importante que se manifestem pelo menos cinco, um de cada Região, ou pelo menos

um nacional, representando a todos. Se isso for inviável, se não for permitido, que nos inteiremos de cada Estado e manifestemos aqui o desejo dos prefeitos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Eu não vejo óbice regimental para que possamos oferecer a oportunidade. Quantos e como, acho que vai depender, inclusive, do nosso *quorum*, e amanhã organizamos na hora, mas acho que a possibilidade de franquear a palavra para pelo menos um representante de cada região, não vejo por que não acontecer isso.

O SR. DEPUTADO ARNON BEZERRA – Sr. Presidente, já para agilizar, porque amanhã, se colocarmos isso em votação, poderemos retardar os trabalhos,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Não há necessidade...

O SR. DEPUTADO ARNON BEZERRA – Vai retardar. Então, amanhã, já com a sua determinação, deveremos chegar aqui e dizer que um representante de cada Região, no máximo, ou então o Presidente Nacional dos Municípios poderá se manifestar. Aí restringiremos e deixaremos que cada Parlamentar manifeste seu desejo, conforme as necessidades de cada um, dos seus Estados, dos seus Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Vou recolher a sua sugestão. Nós garantiremos pelo menos um representante por Região.

Comunico aos senhores e às senhoras que temos *quorum* e que não estamos deliberando porque não temos entendimento, mas poderíamos estar votando hoje.

Deputado Paulo Rubem.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Sr. Presidente, Deputado Paulo Pimenta, prezados Deputados, na última audiência pública nós acompanhamos os momentos iniciais em que aqui esteve a Ministra do Planejamento, mas por uma coincidência nós nos deslocamos para o início da discussão do relatório do Deputado Angelo Vanhoni ao projeto de lei que estabelece o Plano Nacional de Educação, uma proposta decenal, em função de um atraso na sua tramitação e na sua discussão. Se for aprovado este ano e sancionado como lei da União, nós teremos, de 2012 a 2022, 10 anos de investimentos, iniciando com as creches, chegando até a graduação e a pós-graduação, com metas definidas e compartilhadas entre a União Federal, os Estados e os Municípios.

Mas eu queria antecipar, Sr. Presidente, a expectativa da nossa bancada do PDT quanto á discussão da LDO para 2013. Nós estamos acompanhando diuturnamente a conjuntura econômica nacional e internacional. Há cerca de 15 dias, trouxemos do IPEA o pesquisador Fernando Ribeiro, que nos coordenou uma audiência pública, tendo como pano de fundo dois relatórios publicados pelo IPEA, recentemente. Estão disponíveis na Internet os Boletins 17 e 18, intitulados *Conjuntura em Foco*, que tratam especialmente de dois aspectos críticos da nossa atual conjuntura. Em primeiro lugar, temos os rumores de que o Brasil atravessa uma fase de desindustrialização. Alguns economistas já apontam um caráter de mais de uma década, consolidando-se com esse aspecto da desindustrialização. E o outro aspecto são as relações desequilibradas da nossa balança comercial. O Brasil está acumulando déficits cada vez maiores no balanço de pagamentos, especialmente quando se trata de observar a nossa competitividade nos bens exportáveis de média e alta tecnologia.

Não fosse a presença da exportação de produtos básicos e primários, nós estaríamos amargando com um déficit brutal. No conjunto das transações correntes, esse déficit hoje, como publicado há uma semana pela imprensa econômica, já supera 65 bilhões de dólares.

Então, são parâmetros que vão de uma maneira ou de outra impactar os indicadores da LDO para 2013: as metas fiscais, as metas para o câmbio, para o crescimento do PIB, a meta do superávit primário, além daquelas históricas bandeiras que nós temos defendido aqui, e já conseguimos aprovar em 2007 a inclusão na LDO de um anexo de metas sociais.

O Brasil tem observado paulatinamente a aprovação de leis, a consolidação de sistemas e a indicação de planos. Eu recuperaria aqui a Lei Nacional de Saneamento, a Lei pela qual se criou o Sistema Nacional de Habitação, de interesse social, agora a Lei da Mobilidade Urbana, a Lei dos Resíduos Sólidos, toda a legislação voltada à promoção da qualidade da infraestrutura social neste País, e evidentemente isso ainda não está incorporado como diretrizes e metas na nossa Lei de Diretrizes Orçamentárias.

A expectativa da nossa bancada, da bancada do PDT, vai ser, na discussão com o Relator, na discussão do conteúdo e do aspecto prioritário da LDO, analisarmos os aspectos macroeconômicos, tanto internos, quanto externos. Já há sinais de desaceleração na economia chinesa, que é uma grande locomotiva e um destino estratégico das exportações brasileiras, sobretudo de produtos básicos, de produtos agrícolas e de minerais. Isso pode impactar as nossas condições macroeconômicas a partir do próximo ano.

Então, essa é a expectativa da nossa bancada do PDT, ao lado também da expectativa da definitiva inclusão de anexo de metas sociais. Nós temos metas fiscais. Não há por que não começarmos a avançar a partir dos planos já aprovados e da legislação já aprovada, também na direção de um anexo de metas sociais, que fará com que o aspecto macroeconômi-

co ande *pari passu* com a preocupação com o avanço das metas sociais.

Era essa a ponderação que eu queria colocar, reiterando que nós não acompanhamos integralmente a audiência com a Ministra Miriam Belchior porque, coincidentemente, sou titular da Comissão Especial do PNE e tive que ir lá iniciar a discussão do relatório do Deputado Angelo Vanhoni.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Deputado.

Não havendo mais nenhum Parlamentar inscrito, encerro a presente reunião. Antes convoco reunião ordinária para o próximo dia 22 de maio, terça-feira, às 14h30min, neste plenário. E, amanhã, audiência pública na Caixa Econômica Federal, a partir das 14 horas.

Muito obrigado pela presença de todos.

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 2012.

Às quatorze horas e trinta e nove minutos do dia dezesseis de maio de dois mil e doze, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Deputado Paulo Pimenta. Esta reunião foi convocada em atendimento ao *Requerimento nº 4/2012-CMO*, de autoria do Deputado Felipe Maia e subscrito pelo Deputado Duarte Nogueira, aprovado na 3ª Reunião Ordinária realizada no último dia 25 de abril, o qual requer "Audiência Pública para debater com representantes da Caixa Econômica Federal os repasses de recursos do orçamento da União". Como representantes da Caixa Econômica Federal – CEF, foram convidados o Superintendente Nacional de Assistência Técnica e Desenvolvimento Sustentável, Sr. José Carlos Medaglia Filho e a Superintendente Nacional de Repasses, Sra. Ana Cristina da Cunha Wanzeler. Foi registrado o comparecimento dos membros: **– Deputados titulares:** Augusto Coutinho, Cida Borghetti, Duarte Nogueira, Felipe Maia, Giovanni Queiroz, João Maia, João Paulo Lima, Josias Gomes, Laurez Moreira, Lucio Vieira Lima, Paulo Foletto, Paulo Pimenta, Paulo Rubem Santiago, Paulo Wagner, Professora Dorinha Seabra Rezende, Reinaldo Azambuja, Waldenor Pereira, Wandenkolk Gonçalves, Augusto Coutinho, Cida Borghetti, Duarte Nogueira, Felipe Maia, Giovanni Queiroz, João Maia, João Paulo Lima, Josias Gomes, Laurez Moreira, Lucio Vieira Lima, Paulo Foletto, Paulo Pimenta, Paulo Rubem Santiago, Paulo Wagner, Professora Dorinha Seabra Rezende, Reinaldo Azambuja, Waldenor Pereira e Wandenkolk Gonçalves; **– Senadores titulares:** Cássio Cunha Lima e Flexa Ribeiro; **– Deputados suplentes:** Assis Carvalho, Félix Mendonça Júnior, Jaime Martins, Joaquim Beltrão, Luiz Carlos Setim, Marcos Rogério, Stepan Nercessian, Toninho Pinheiro e Vanderlei Siraque; Foi registrada a presença dos seguintes parlamentares não-membros: **– Deputados:** Alberto Mourão, Francisco Escórcio, Gilmar Machado e Weliton Prado; Foi registrada a ausência dos membros titulares: **– Deputados**: Aníbal Gomes, Arnaldo Jardim, Arnon Bezerra, Eliseu Padilha, João Leão, Leandro Vilela, Luciano Castro, Mauro Lopes, Osmar Júnior, Ratinho Junior, Renato Molling e Zeca Dirceu; **– Senadores**: Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Benedito de Lira, Clésio Andrade, Paulo Paim, Romero Jucá, Sérgio Petecão, Vicentinho Alves e Wellington Dias. O Deputado Edio Lopes teve sua ausência justificada. **ABERTURA:** o Presidente declarou iniciada a reunião, apresentando os membros que compuseram a mesa: representando a CEF, o Superintendente Nacional de Assistência Técnica e Desenvolvimento Sustentável, Sr. José Carlos Medaglia Filho e a Superintendente Nacional de Repasses, Sra. Ana Cristina da Cunha Wanzeler, Prefeito Mariovane Weis, Presidente da Federação do Rio Grande do Sul de Municípios, e o Deputado Felipe Maia. Após anunciar a composição da mesa, o Presidente informou que, segundo determinação regimental, os palestrantes disporiam de 15 minutos, sem apartes, exceto se concordassem, para suas apresentações. Informou, ainda, que os deputados interessados em debater deveriam inscrever-se e que haveria réplica e tréplica. Lembrou do acordo permitindo que os representantes dos municípios pudessem manifestar-se, limitados ao número de um por região do país. Assim, teve início a apresentação do Sr. José Carlos Medaglia Filho. Encerrada a apresentação, a outra representante da CEF, Sra. Ana Cristina da Cunha Wanzeler, teceu comentários sobre sua experiência na área de governo e contratos de repasse. Encerrada a exposição dos representantes da CEF, o Presidente agradeceu a presença do Prefeito Fernando Marinho, de Ivorá, e do Prefeito João Vestena, de Júlio de Castilhos, cumprimentou todos os Prefeitos do interior do Rio Grande do Sul presentes, a Vereadora Caroline Telles, da Câmara de Vereadores de Taquara, os Vereadores Clóvis José da Silva e Mário Pio, de São Jerônimo e todos os Vereadores e Vereadores que também prestigiaram a audiência. Salientou que outros representantes da Caixa Econômica também estavam presentes – Sr. André Ricardo de Souza, superintendente nacional de relacionamento institucional, e Jozelita Sandra P. Lenza, gerente nacional de relacionamento parlamentar, e declarou o início do primeiro bloco de debates, o

qual, a critério do Presidente, teve a seguinte ordem de manifestações: Deputado Felipe Maia, Deputado Duarte Nogueira, Deputado Toninho Pinheiro, Prefeito Mariovane Weis, o próprio Presidente e finalizando o primeiro bloco, o Sr. José Carlos Medaglia Filho recebe a palavra para esclarecer todas as dúvidas levantadas. Após isso, o Presidente propõe que CEF e prefeituras presentes avaliem em conjunto os problemas nas documentações dos contratos, reafirma que seguirá estrita ordem dos inscritos para debate e abre o segundo bloco de debates, o qual teve como inscritos, na seguinte ordem: Deputados Felipe Maia, Francisco Escórcio, Gilmar Machado, Deputada Professora Dorinha Seabra, Deputados Waldenor Pereira, Joaquim Beltrão, Alberto Mourão, Assis Carvalho, Augusto Coutinho e Deputada Cida Borghetti. Após manifestação dos inscritos, o Presidente retoma a palavra, argumenta sobre mudanças na LDO para facilitar o repasse de recursos da CEF para municípios e solicita que o Sr. José Carlos Medaglia Filho responda aos questionamentos dos debatedores. Após o Sr. José Carlos Medaglia Filho, a Sra. Ana Cristina da Cunha Wanzeler e o Prefeito Mariovane Weis receberam a palavra para tecer últimas considerações. **ENCERRAMENTO:** às dezessete horas e trinta e quatro minutos, após agradecimentos aos presentes, o Presidente encerrou a reunião. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **–** Deputado **PAULO PIMENTA**. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Declaro aberta a presente reunião da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à realização de audiência pública com a finalidade de debater com os representantes da Caixa Econômica Federal repasses de recursos do Orçamento-Geral da União a Estados e Municípios, em atendimento a requerimento de autoria do Deputado Felipe Maia, subscrito também pelo Deputado Duarte Nogueira, aprovado na reunião ordinária realizada no dia 25 de abril.

Anuncio a presença do Registro também a presença, na Mesa, do ilustre Deputado Felipe Maia, do Rio Grande do Norte, autor do requerimento, como eu disse.

Convidei também para estar conosco o Prefeito Mariovane Weis, Presidente da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul, não só pelo fato de eu ser gaúcho e o Dr. José Carlos Medaglia também, mas porque, pelo que eu pude identificar, o Rio Grande do Sul é o Estado, Deputado Felipe Maia, com o maior número de Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores prestigiando esta audiência.

Saúdo todos os senhores e todas as senhoras, representados na Mesa pelo Presidente da Associação, e agradeço pela presença.

Para melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que, de acordo com o estabelecido no art. 256, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os palestrantes disporão de 15 minutos para fazer a sua exposição, não podendo ser aparteados.

Os Srs. Parlamentares inscritos para o debate poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da pauta, tendo o interpelado a oportunidade da réplica e da tréplica, utilizando o tempo de 3 minutos para as perguntas e respostas.

Ontem, em conversa preliminar com integrantes da Comissão, entendemos que seria adequado abrirmos a possibilidade de Prefeitos se manifestarem representando as Regiões do País. Peço licença ao Plenário para fazermos essa concessão não prevista no Regimento. *(Pausa.)*

Pelo que vejo, não há discordância de nenhum dos Srs. Parlamentares integrantes da Comissão.

Havendo, portanto, interesse dos representantes das Regiões do País presentes de se manifestar, vamos abrir essa possibilidade.

Já temos aqui, evidentemente, o representante do Sul, o Prefeito Mariovane Weis.

Dr. José Carlos Medaglia, é um prazer recebê-lo mais uma vez na Casa. Já tivemos a oportunidade de nos reunir quando eu era coordenador da bancada gaúcha. V.Sa. e a Sra. Ana Cristina têm o prazo de 30 minutos, que podem usar da forma que entenderem mais adequada.

Com a palavra o Sr. José Carlos Medaglia Filho.

O SR. JOSÉ CARLOS MEDAGLIA FILHO – Muito boa tarde, senhoras e senhores, é uma satisfação estar nesta Casa mais uma vez para os esclarecimentos que cabe à Caixa Econômica Federal prestar como instituição pública federal, antes de mais nada, prestadora de serviços à sociedade brasileira.

Apresento-me aqui na qualidade de Superintendente das nossas áreas de assistência técnica – aos que têm mais proximidade com as nossas regionais, as chamadas GIDUR.

Está comigo a colega Ana Cristina Wanzeler, Superintendente Nacional da área de repasses, que trata diretamente com os Ministérios, que fazem repasses de recursos da União para Estados e Municípios.

Queria, antes de mais nada, contextualizar o momento que vivemos com relação aos repasses da União, lembrando que repasse do Orçamento da União

para Estados e Municípios é uma prática bastante antiga nas relações federativas do País, cujo divisor de águas foi em 1996, quando foi instituída a modalidade do contrato de repasse.

A União até hoje tem pelo menos duas modalidades. Existem outras, mas gostaria de me ater a estas duas: o convênio, que é firmado diretamente entre um Ministério e um ente federado, Estado ou Município, no qual o recurso é transferido imediatamente e o ente federado, Estado ou Município, presta contas ao final. Essa forma de repasse, bastante simples, não estaria sujeita a contingenciamentos e outras modalidades de acompanhamento por parte da União.

A outra modalidade é o contrato de repasse, em que uma série de procedimentos são exigidos do Município e da União, e a Caixa atua como mandatária da União, contratada pelos Ministérios para fazer análise de projeto, acompanhamento e liberação dos recursos.

Os órgãos de controle têm preconizado que a modalidade preferencial para obras e serviços deva ser o contrato de repasse. Portanto, acho que é importante, neste momento, pontuar que a escolha da modalidade entre convênio e contrato de repasse cabe exclusivamente à União, ao Ministério gestor do recurso.

Vejo, muitas vezes, os senhores Prefeitos, os senhores Parlamentares tecerem um comparativo entre as duas modalidades, convênio e contrato de repasse, naturalmente manifestando preferência pelo convênio, pela simplicidade de que ele se reveste. No entanto, a orientação do órgão de controle tem sido no sentido de que investimentos em obras sejam feitos na modalidade de contrato de repasse, pela segurança que traz ao processo.

Evidentemente, a colocação de um rito que privilegia a segurança representa colocar algumas barreiras à agilidade. Essa é uma característica do contrato de repasse.

Queria, rapidamente, para não extrapolar o meu tempo, dizer que neste momento estamos vivendo ao abrigo de uma portaria, editada em novembro de 2011, que modifica significativamente o processo com o objetivo de simplificá-lo, atendendo aos anseios das Prefeituras, dos Parlamentares e, naturalmente, nossos, porque somos operadores do sistema e, fundamentalmente, não pretendemos ter a imagem da instituição atrelada a um processo burocrático. Muitas vezes temos isso. Quando, em relação ao contrato de repasse, se fala das dificuldades existentes para que os recursos sejam liberados, automaticamente se associa essas dificuldades à imagem do operador, no caso a Caixa.

Quero declarar aos senhores que nós não nos resignamos com essa imagem. Nós atuamos com muita ênfase para que essa portaria seja uma realidade. Antes de mais nada, quero dizer que a Caixa quer simplificar o processo porque não nos interessa ter uma relação conflituosa com os Municípios. O excesso de regras da legislação e dos manuais dos Ministérios, de que somos, obrigatoriamente, os cobradores, acaba associando a Caixa a uma imagem de burocracia, com a qual nós não nos resignamos, como eu já disse.

(Segue-se exibição de imagens.)

Estou falando da Portaria nº 507, de 2011, editada em novembro de 2011. É uma portaria interministerial dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento e da CGU. Essa portaria atua nos contratos de repasse, disciplinando-os, dando-lhes agilidade, simplificação, padronização e regulação. O propósito não poderia ser melhor.

O que está por trás dela, o que nos faz investir muito nessa portaria é o objetivo precípuo de dar benefícios imediatos à população. Desde que um Parlamentar consegue consignar no Orçamento uma emenda parlamentar para destinar recursos para um Município, o tempo que decorre entre esse momento e a entrega efetiva do benefício à população é extremamente longo. E a portaria objetiva tornar esse prazo mais curto para termos o benefício disponível o mais rápido possível à população.

Como veem os senhores, nós reconhecemos que os prazos são longos e que não é mais possível conviver com essa realidade.

Fizemos um estudo do perfil das emendas parlamentares, cujos contratos administramos. Hoje a carteira de contratos beira 50 mil. A maioria deles se situa num valor inferior a 250 mil reais.

Resumindo o que está nesse gráfico, eu poderia dizer que 85% das emendas estão abaixo de 750 mil reais, portanto considerados investimentos de pequena monta, de baixo valor, de baixo risco de má condução.

Portanto, negociamos com os demais órgãos do Governo que, para esse grupo de 85% da carteira, nós deveremos ter uma operação simplificada.

Na realidade atual, temos, já, ao abrigo da portaria cerca de 12 mil operações, firmadas no final de 2011, portanto já na vigência da portaria. Então, eu diria que 12 mil contratos, em fase de apresentação de projetos, já operarão segundo as regras simplificadas. Além disso, temos, potencialmente, mais 11 mil operações que, pelo fato de estarem no início, embora sejam anteriores à portaria, podem ser alcançadas por suas regras. Elas se referem a recursos inferiores a 750 mil e a execução das obras está ainda em fase inicial.

Então, temos um universo bastante expressivo de operações que podem ser tocadas de maneira simplificada.

Apenas para ilustrar, eu diria que hoje o prazo médio de uma operação dessa – estamos falando de operações relativamente de baixo valor –, desde o momento em que o Parlamentar consigna no orçamento a sua emenda até o momento em que a população recebe o benefício final, é de 3,8 anos. Normalmente, mais de um ano e meio são gastos para a apresentação do projeto e concessão da licença ambiental. Depois disso há a licitação e o andamento da obra até a conclusão e a prestação de contas.

É, evidentemenete, um prazo extremamente longo para investimentos que são relativamente de baixo valor. Isso significa que dificilmente um Prefeito inicia e termina uma operação dessa dentro do seu mandato. É uma realidade com a qual nós não nos conformamos. Nós pretendemos, meramente com a aplicação da portaria, reduzir em 1 ano esse prazo, o que, reconhecemos, ainda não é suficiente. Mas reduzir esse prazo também diz respeito à própria dinâmica do Município quanto a apresentar projeto, à própria dinâmica do órgão ambiental quanto a licenciar a obra com mais rapidez, a procedimentos da Caixa que, reconhecemos, precisamos aprimorar. Enfim, diz respeito a todo o conjunto de operadores do sistema.

Em relação às principais alterações, uma das inseguranças com as quais o Município trabalha hoje é, mesmo tendo apresentado projeto, tendo licença ambiental e tendo efetuado a licitação, autorizar o início da operação sem ter o recurso na conta. Se a obra andar e ele não conseguir liberar o recurso para a empresa executora, terá um grande e devastador problema por ter uma obra em andamento e não ser capaz de honrar o compromisso.

Então, eu diria que um dos grandes benefícios da portaria é o de que a autorização de início de obra só se dará com pelo menos 50% dos recursos em conta. Acho que todos os senhores percebem rapidamente o grau de segurança que isso dá para a operação. Isso está consignado na portaria em vigor para todas as operações inseridas no seu regramento.

Há uma grande vantagem: na medida em que a obra for executada e apresentados os boletins de medição, 30% dos recursos e, na sequência, mais 20% serão antecipadamente depositados na conta, desde que identificada a evolução da obra.

Portanto, não é só arrancar a obra com 50%. Teremos a segurança de que, ao se atingir os 50%, outros 30% serão alocados. Atingidos 80%, os 20% restantes serão alocados. Não haverá mais o que se vê hoje: há o andamento da obra, mas o recurso sempre vem com certo atraso.

Uma das alterações da portaria, para viabilizar um controle mais apropriado, vai no sentido de não se pulverizar tanto as operações. A portaria estabelece que o valor mínimo da emenda passe de 100 mil para 250 mil reais, à exceção dos recursos destinados a equipamentos, que podem ter valor menor do que 250 mil reais. Mas, em geral, obras e serviços têm que ter valor acima de 250 mil reais. Por quê? Porque talvez o custo administrativo para uma Prefeitura, para a União, para a Caixa, como mandatária, de administrar uma transferência de baixo valor seja equivalente ao valor do benefício a ser transferido. Imaginem uma emenda de 100 mil reais que leve mais de 3 anos para ser implementada. O Município se move para implementá-la. A Caixa faz um grande número de vistorias. O Tribunal de Contas audita a obra. Eu me arriscaria a dizer que a União e o Município – o sistema governamental – são capazes de gastar outros 100 mil para levar um benefício de 100 mil para a população, o que não faz sentido.

Outra condição interessante é a de que, muitas vezes, os Prefeitos solicitavam autorização para iniciar a obra com recursos próprios para mais adiante obterem o ressarcimento. Isso não era possível no regramento anterior. A portaria abre a possibilidade de os recursos para o investimento serem antecipados, desde que transitem na conta do convênio, com posterior ressarcimento. Essa também é uma maneira interessante de agilizar a implantação de um projeto desse tipo.

Apresentava-se também como grande dificuldade o valor de contrapartida exigido ao Município. Muitas vezes se iniciava a operação com a expectativa de o Município colocar a sua contrapartida. Em algum momento o Município deixava de ter disponibilidade, o que trancava o andamento da operação. Autoriza-se hoje a Prefeitura a firmar contratos com contrapartida zero.

Outro dificultador era que, dependendo do texto da LDO – os senhores sabem que e a LDO muda todo ano –, havia regras em que, para a liberação de cada parcela, consultava-se o CAUC.

O anúncio feito ontem pela Presidenta Dilma tem correlação ou interfere nessas regras? O que foi anunciado pela Presidenta Dilma é o seguinte: essas regras todas que beneficiam as operações de 2011 adiante, pelo que foi anunciado ontem, passam a beneficiar as operações anteriores à portaria também, as em andamento, inclusive. Esse é o grande mérito do que foi anunciado ontem.

Portanto, tudo o que estamos vendo aqui passa a ser aplicável para todas as operações menores do que 750 mil reais.

Outro avanço da portaria diz respeito ao momento em que verificamos a irregularidade fiscal no CAUC do Município. Isso vinha mudando ano a ano na LDO. Nós já tivemos um ano em que se consultava o CAUC no momento da contratação e em todas as liberações de

parcelas. Vejam o inconveniente de se ter uma operação em andamento e deixarmos de liberar a parcela em razão das informações do Município no CAUC em determinado mês. Isso, obviamente, impactava diretamente a obra.

A partir da edição da portaria, o único momento em que se considera a irregularidade fiscal no CAUC é o momento da contratação. A partir daí, segue a operação, independentemente de o Município estar ou não negativado no CAUC. É um grande avanço, porque não havia sentido nenhum em se interromper a implementação de um projeto que já estava aprovado, licitado e com obra em andamento. É um avanço significativo.

Outro grande avanço que precisa ser entendido diz respeito à forma de desbloqueio do valor em conta. Dissemos que a União aportará o recurso na conta. Em que momento esse recurso será liberado para o Município? Até aqui, a regra era: o Município apresentava um boletim de medição da obra, a Caixa ia à obra, verificava se de fato a etapa havia sido executada e liberava o recurso. A inovação que a portaria apresenta é a seguinte: o Município apresenta um boletim de medição assinado pelo seu engenheiro fiscal e pela autoridade – Secretário ou Prefeito – e a Caixa libera o recurso imediatamente. E só vai à obra para verificar a situação quando chega em 50% da execução, em 80% e no final. Ou seja, nós invertemos o fluxo, colocamos o Município numa posição de muito mais responsabilidade. Aquilo que vier assinado pela autoridade municipal e pelo seu engenheiro fiscal liberamos. Adiante é que vamos conferir se a etapa está executada e, eventualmente, efetuar alguma glosa, se houver alguma desconformidade.

Então, parece-me que com essa regra teremos um fluxo muito mais ágil e com as responsabilidades devidamente compartilhadas. Reduziremos as nossas idas a obras – normalmente, mesmo para operações pequenas, comparecíamos à obra oito, dez, 12 vezes ao longo de 3 anos. A partir dessa regra, iremos três vezes à obra, o que representa economia de custo para o sistema de maneira geral. Agora, é preciso ter presente o que isso significa em termos de responsabilidade para o Município. Ao contrário do que costumamos ver – o Município confia muito em que o profissional da Caixa vá lá e libere a obra –, aqui estamos colocando uma responsabilidade muito forte na capacidade de fiscalização do Município.

Já expliquei que com essa providência reduzimos o número de vistorias.

Outra regra colocada por diversos órgãos do Governo é a de que, se estamos pretendendo promover esses investimentos com maior agilidade, precisamos estabelecer uma linha de corte para que essas operações não fiquem em fase de análise por um tempo muito longo, ou seja, não fiquem com a cláusula suspensiva em que o Município deve apresentar projeto de licença ambiental. Foi estabelecido o prazo máximo de 24 meses. Se em 24 meses não vier à luz um projeto, uma licença ambiental e o o.k. das concessionárias de que conseguem fornecer água, energia, etc. para o funcionamento daquela intervenção, essa operação vai cair. E, portanto, não vai ter continuidade, mas ainda numa fase inicial. Foi uma das regras acordadas com todos os operadores do sistema. Operações em que não aparecer projeto de licença ambiental em 24 meses não prosperarão. É uma regra restritiva, mas nós imaginamos que isso contribua para a celeridade do processo. Nós não vamos ficar carregando operações com baixa possibilidade de prosperar.

Eu comecei a minha fala dizendo que a Caixa não aceita mais a pecha de ser o ente burocrático dessas operações. Nós queremos ser associados a alguém que contribui para o processo. É preciso haver um entendimento de que as regras com as quais a Caixa opera não são regras internas da Caixa. São regras definidas pela LDO, que tramitam nesta Casa anualmente, regras definidas pelos Ministérios nos seus manuais e regras definidas pelos órgãos de controle.

Portanto, nós queremos contribuir para agilizar o processo. E temos feito uma série de iniciativas que eu gostaria de poder compartilhar com os senhores. A primeira delas foi a contribuição que nós fizemos na Portaria 507. A segunda delas, que nós já fizemos de novembro para cá, foi internalizar essas regras nos nossos manuais internos. Então, hoje as normas internas da Caixa estão todas revisadas para que possamos operar com aquelas regras.

A Caixa passou a participar de um comitê interfederativo para acompanhamento da implementação dessas regras. Portanto, se percebermos que precisa de ajustes, esse comitê fará essas sugestões para as instâncias de governo e a Caixa participa deste comitê.

Criamos cinco novas gerências regionais para que nós tenhamos padronização em todo o País. São cinco novos gerentes que estão sob nossa gestão.

Queria me referir a uma iniciativa que eu entendo de grande mérito, que é a criação de um projeto: a Caixa com representantes dentro dos Municípios. Nós começamos a implementar, deste o início do ano, um funcionário da Caixa localizado em cada Município com mais de 100 mil habitantes. Concluímos um piloto com os dez primeiros, com resultados excelentes. Isso significa um empregado da Caixa prestando assistência técnica no ambiente da Prefeitura, ajudando a preparar material, tirar pendências antes que elas sejam encaminhadas para a Caixa. Nós estamos apostando

em qualificar esse processo para que os projetos não cheguem de maneira tão desestruturada e os documentos não cheguem sem revisão à Caixa. Pretendemos implementar isso ao longo do ano em 283 Municípios, evidentemente contando com a concordância dos Srs. Prefeitos. Com isso nós imaginamos que vamos ter projetos mais qualificados, com documentação revisada, antes de chegar à Caixa.

Lançamos agora, neste mês, o portal público da Caixa. É um *site* específico, com informações sobre o relacionamento da Caixa com o poder público, com os governos, também com uma série de instruções, de esclarecimentos, que vão ajudar muito em tornar essa relação menos conflituosa.

Estamos com um material à disposição, que está sendo distribuído, sobre uma instituição que é a Ouvidoria da Caixa, um canal exclusivo para Parlamentares e Prefeitos se relacionarem com a Caixa, onde terão um atendimento exclusivo sobre as questões do relacionamento da Caixa com os Municípios. Portanto, qualquer esclarecimento, qualquer dúvida suscitada, informação sobre andamento de processo, podem ser tirados no número 08002002222, que os senhores receberão. Esse folheto está sendo distribuído.

Criamos também uma escola de governo dentro da Universidade Corporativa da Caixa. O que significa isso? Os cursos que nós oferecemos para os nossos empregados passam a estar disponíveis também para prefeituras parceiras. Mediante um convênio, os empregados da Prefeitura poderão ser capacitados em temas como: *Como Fazer Orçamento de Obra* ou *Como Inserir uma Proposta no SICONV*. São apenas dois temas que estou citando como exemplo, que poderão ser acessados, num ambiente de Internet, por empregados de Prefeitura, para que possam ser capacitados e desempenhem melhor as suas atribuições.

Outro tema para o qual eu gostaria de merecer a sua atenção diz respeito a uma nova metodologia de como receber projetos na Caixa. Qual é a realidade até hoje? Durante um período de instrução de processo, a Prefeitura deve apresentar, na Caixa, projetos e licença ambiental. Qual é a realidade? A apresentação desse projeto nunca é feita de uma maneira única, num único momento; os projetos são apresentados em parcelas, aos poucos, à medida que vão sendo produzidos.

No entendimento do prefeito, desde o dia em que ele entrega a primeira peça técnica, já está contando o prazo. No entendimento da Caixa, na medida em que eu não tenho o projeto completo, eu não consigo concluir a análise. Este é um ponto inevitável de conflito: do ponto de vista da Prefeitura, o prazo que fica tramitando na Caixa é longo; e, do ponto de vista da Caixa, a Prefeitura nunca entrega o projeto completo.

Qual é a proposta que nós estamos fazendo para os prefeitos? Eu tive oportunidade de ir ao Rio Grande do Sul fazer esta proposta na Federação dos Municípios, que é a seguinte: nós receberemos o projeto completo em uma cerimônia em que os técnicos da Prefeitura apresentarão o seu projeto, num momento único. Se tivermos projeto completo e documentação, a Caixa recebe e se compromete a devolver o projeto aprovado em 30 dias; se ele não estiver completo, devolvemos, e a Prefeitura marca nova data para apresentá-lo completo. É uma maneira de nós disciplinarmos o processo e tirarmos o conflito dessa relação.

Não é mais possível que a Prefeitura ache que o processo está em análise, porque entregou alguma coisa, e a Caixa fique cobrando porque o processo ainda não está completamente instruído.

Então, é uma proposta que nós estamos fazendo, porque não vemos outra forma de nós assumirmos um compromisso a não ser com a documentação toda recebida. Tenho certeza – nós já fizemos esse teste em algumas Unidades da Federação – de que o processo fica muito mais lógico, muito mais ágil. Agora, é preciso que haja uma organização interna nos Municípios, para que entreguem o projeto de forma completa. Aí, então, nós nos comprometemos a um prazo muito curto de análise. Essa é a proposta que está sendo colocada, que, onde nós a temos feito, tem tido boa aceitação.

Nós estamos apostando que este é o caminho. Vejam: o próprio Município, no seu protocolo, muitas vezes usa esse mecanismo. Não é possível protocolar, na Prefeitura, um processo de pedido de alvará, por hipótese, que não esteja completo, com seus documentos. Então, é mais ou menos essa filosofia que nós queremos internalizar.

Dentro dessa política de aumentar a nossa capacidade de prestação de serviço, nós tínhamos 58 filiais, unidades regionais de desenvolvimento urbano. Nós ampliamos, agora no mês de dezembro, para mais 14 unidades, e abrimos essas unidades para fazerem atendimento em algumas regiões bastante remotas da Federação. Hoje estamos com 78 GIDUR e REDUR, que são as nossas gerências regionais.

Ampliamos também o nosso quadro: saímos de 3.100 empregados, exclusivamente nessa área, para 4.690 empregados. Isso significa mais engenheiros, arquitetos, técnicos sociais e operacionais que estão à disposição para prestar esse serviço em todos os Estados.

Reduzimos os modelos de contrato que estão hoje sob gestão da Caixa, que são definidos pelos Ministérios, passando de 38 modelos diferentes para apenas 4. Conseguimos negociar com os Ministérios uma padronização significativa. Então, hoje, temos

apenas 4 modelos de contrato que são firmados na modalidade de contrato de repasse.

O segundo tema que acho que é de interesse dos senhores diz respeito aos restos a pagar. Restos a pagar são recursos que de um ano para o outro passam como orçamento não executado e que nós acabamos administrando. As operações são canceladas se não tiver sido iniciada a obra; e, se tiver sido iniciada, entram como restos a pagar.

O total de liberações que nós temos feito ano a ano, só para os senhores terem ideia, está exposto aqui na tela. Eu citaria apenas os dois últimos números. No ano de 2011, contratos de repasse irrigaram a economia em mais de 2,5 bilhões. No ano de 2011, embora com um fluxo financeiro que reconhecemos não tenha sido o ideal, praticamente 600 milhões foram liberados.

Temos uma dificuldade com as obras que estão executadas e medidas e que o fluxo financeiro que o Governo aportou ainda não foi suficiente para liquidá-las. Reconhecemos que existem hoje 471 milhões já executados e já medidos em que o Tesouro ainda não aportou recursos. Ele o vem fazendo num determinado ritmo, mas as obras também vêm evoluindo, de maneira que isso tem mais ou menos se mantido como um saldo, e permanentemente mantemos obras executadas, medidas, cujos recursos ainda não foram liberados.

Com relação a restos a pagar, nós temos potenciais operações. Aqui um alerta eu gostaria de fazer. Existem prazos máximos para dar início à obra. Aquele prazo de 24 meses, que agora está fixado, já foi de 18 meses, de 40 meses, dependendo da LDO de cada ano ou de portarias. Hoje nós temos um prazo: junho deste ano. As operações anteriores a 2010, se não iniciadas, perderão o abrigo orçamentário. Cito isso porque é um trabalho que os Municípios têm que fazer, trazer projetos, realizar licitações e iniciar as obras, sob penas de essas obras caducarem.

Eu trago aqui os números apenas para que os senhores vejam o tamanho do desafio que todos nós temos até o final de junho. Existem 2.900 operações, no valor de 1,3 bilhão, que estão em cláusula suspensiva e não tiveram o projeto apresentado ainda. Se não iniciarem essas obras até junho, todas elas cairão, ficarão sem empenho orçamentário.

Além dessas operações, existem 2.200 operações, no valor de 879 milhões, que estão com projeto aprovado, mas sem licitação executada, e, portanto, também correm o risco de serem perdidas. E o último número que vou lhes deixar são mais 1.100 operações, no valor de 350 milhões, que já têm inclusive licitação realizada, porém a obra não começou e não recebemos nenhum boletim de medição. Esse conjunto todo totaliza 6.300 operações, 2,5 bilhões, e, se daqui até junho as obras não iniciarem, perderão os recursos.

Não é tarefa simples para os Srs. Prefeitos e para nós também acatarmos essa documentação. Mas neste momento eu lhes diria que esse universo está por conta dos prefeitos.

Nós precisamos recepcionar na Caixa, e dar andamento para isso, 6 mil propostas que não têm projeto, ou não têm licença ambiental, ou não realizaram licitação, ou às quais não foi dada ordem de início. E eu apostaria que grande parte delas baterá na porta da Caixa, no dia anterior, solicitando análise, liberação e ateste de obras em 24 horas. Essa tem sido a realidade de todos os anos.

Eu encerro com esse apelo dramático de que Caixa reconhece que no seu processo sempre terá o que melhorar. De fato, o volume é bastante significativo, e nós queremos, sim, prestar um bom serviço. Agora, é preciso que todos tenhamos consciência de que é um processo que tem um grau de complexidade alto e nós temos parceiros, Prefeituras, órgãos ambientais, concessionárias que devem prestar serviço, que também precisam dar a sua contribuição.

Eu diria que, do ponto de vista da Caixa, nós não temos problema algum de reconhecer aqueles problemas pontuais que nós precisamos melhorar. E nós estamos aqui para prestar contas e para dar resposta a cada um desses casos. Agora, nós não podemos ser simplistas de achar, num processo complexo como esse, regido por uma infinidade de regras e leis, em que os nossos Municípios têm também o seu grau de fragilidade, que o problema está em apenas uma das pontas.

Eu termino referindo um dado que me foi passado pela Confederação Nacional dos CREAs, o CONFEA, que dá conta de um dado alarmante: 80% dos Municípios brasileiros não dispõem, em seus quadros, sequer de um engenheiro ou arquiteto como quadro permanente. Ou seja, para tocar esse volume de obras, que é crescente, e o volume de recursos que a União vem colocando à disposição, nós temos uma estrutura técnica extremamente frágil nos Municípios. Se eu acho que a Caixa precisa se instrumentalizar mais, imaginem o grau de carência que nós temos nos demais parceiros!

Eu termino agradecendo, mais uma vez, a oportunidade e me colocando à disposição. A Caixa Econômica tem sido pioneira em diversas ações que facilitam a transferência; tem sido pioneira em trazer o mercado para juros baixos; tem sido pioneira em tentar ampliar a sua base de atendimento. Continuamos nesse firme propósito e estamos abertos para fazer um debate sincero, coerente e que busque solucionar exatamente as

causas do problema e não olhar de maneira superficial, achando que o problema está apenas em um dos entes. Se o problema estivesse apenas na Caixa, seria muito fácil de ser resolvido. Tiraríamos a Caixa do processo, e todos os problemas estariam resolvidos. Do dia para a noite, não teríamos mais problemas em licitações, não teríamos mais apontamentos de órgãos de controle, teríamos resolvido o problema da fragilidade técnica dos Municípios.

É este o sentimento que eu gostaria de compartilhar com os senhores, sem prejuízo de nós assumirmos a nossa parte nesse processo.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Obrigado, Sr. José Carlos Medaglia.

Quero colocar a palavra à disposição da Sra. Ana Cristina, caso ela deseje fazer também uma manifestação.

A SRA. ANA CRISTINA DA CUNHA WANZELER – Boa tarde a todos e a todas.

Eu só queria registrar que eu sou originária da Ilha de Marajó, no Pará, e, para mim, com 22 anos de Caixa, é uma honra muito grande estar aqui hoje nesta Casa. Certamente, não vou dormir hoje antes de ligar para a minha mãe, contando esse fato. (*Palmas*.)

Eu citei essa coisa da origem, da minha origem, para dizer que eu estou, há 8 anos, nessa área de governo da Caixa; e é a área com que mais me identifico, exatamente por saber da necessidade dos Municípios, como o meu, de onde sou, que precisam que esses recursos cheguem de uma maneira efetiva, rápida e que atendam a população beneficiada. Esse é o nosso propósito diário.

Se eu pudesse, colocaria aqui, como muitos de nós fazemos, o celular à disposição de cada um de vocês, para que, cada vez que vocês, infelizmente, defrontarem-se com algum empregado da Caixa que leve alguma dificuldade a esse processo, vocês pudessem imediatamente nos contatar.

Esse é o propósito do qual aqui estamos à frente, com muito orgulho. E coloco-me à disposição.

Obrigada. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Srs. Deputados, Sras. Deputadas, pela ordem, a palavra será concedida ao autor do requerimento, a não ser que seja uma questão de ordem ou uma coisa diferente. As inscrições estão abertas. A Sra. Socorro já está coletando as inscrições dos Srs. Parlamentares.

Deputado Felipe Maia, eu comentava com V.Exa. que o melhor momento para realizarmos esta audiência, com certeza, seria durante a Marcha dos Prefeitos. A presença do grande número de Prefeitos aqui hoje mostra a importância desse tema e a relevância dessas informações.

Quero agradecer, Medaglia, também à nossa representação da Caixa, ao Sr. André Ricardo de Souza, que tem sido um grande parceiro nosso aqui, Superintendente Nacional de Relações Institucionais; à Sra. Joselita Lenza, Gerente Nacional de Relações Parlamentares, e também ao Sr. Marcelo Bretas e ao Sr. Márcio Cavalcanti, que têm sido presença constante, permanente, no assessoramento do trabalho desta Comissão. Gostaria que o senhor pudesse transmitir o nosso agradecimento à Direção da Caixa, pela forma gentil e atenciosa com que esses servidores têm estado aqui à disposição da Comissão.

Deputado Felipe Maia, a palavra está à sua disposição.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Obrigado, Sr. Presidente. Eu quero inicialmente cumprimentar todas as senhoras e os senhores presentes. Cumprimentando o Presidente desta Comissão, Deputado Paulo Pimenta, quero cumprimentar todos os Deputados que se fazem presentes nesta importante audiência pública.

Quero também cumprimentar todos os Prefeitos do Brasil, na pessoa do Presidente da FAMURS – Federação dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul, Sr. Mariovane, e cumprimentar, claro, particularmente, de forma especial, os meus Prefeitos do Rio Grande do Norte, que aqui fizeram questão de estar presentes.

Quero cumprimentar os representantes da Caixa Econômica Federal, o Sr. José Carlos Medaglia Filho, Superintendente Nacional de Assistência Técnica e Desenvolvimento Sustentável, assim como a Sra. Ana Cristina da Cunha, Superintendente Nacional de Repasses.

Quero agradecer a presença de todos e dizer que essa grande presença dos Prefeitos já mostra, de forma muito clara, a importância desta audiência pública e a apreensão dos Prefeitos. Por obra do destino, Sr. José Carlos, esta audiência pública vem se realizar justamente no momento da 15ª Marcha dos Prefeitos.

A aflição dos representantes municipais é a maior possível. Essa foi a razão pela qual eu fiz questão de propor, enriquecendo a agenda desta Comissão, esta audiência pública, para que nós pudéssemos tratar sobre os repasses do Orçamento da União, mas mais especificamente sobre os restos a pagar 2010 e 2011, porque, de 2010 para trás, aquelas obras que ainda não foram aferidas se perderam. Mas restam aos Prefeitos do nosso Brasil, até o dia 30 de junho, as aferições das obras com restos a pagar de 2010. E, pelos meus cálculos, digo “meus cálculos”, os do SIAFI, os restos a pagar 2010 giram em torno de 4 bilhões, 359

milhões, 539 mil; e os restos a pagar 2011, que irão vencer, caso não haja nenhuma aferição, são da ordem de 3 bilhões, 827 milhões, 473 mil. Nesse valor eu coloco as emendas genéricas e as emendas específicas.

E eu lhes digo, Srs. Representantes, Sr. José Carlos e Sra. Ana Cristina, que eu vejo essa questão com muita apreensão. Eu aqui escutei com muita atenção e, até lhes confesso, com um pouco de alívio, o que foi trazido pelos membros da Caixa Econômica, através da Portaria nº 517, que busca agilizar e trazer simplicidade aos repasses dos recursos do OGU para os Municípios. Mas o que existe de hoje ou de ontem, quando essa portaria foi editada, é assustador. Eu tenho dezenas de exemplos do meu Rio Grande do Norte. É claro que não vou trazer mais do que dois. Mas deixem-me só ilustrar para entendermos o que estamos falando nesta audiência pública.

No meu Rio Grande do Norte há um Município chamado Doutor Severiano. Esse Município teve uma emenda de 2010 colocada no Orçamento para a aquisição de uma patrulha mecanizada no Ministério da Agricultura. A emenda era da ordem de 136.500 reais. A patrulha já foi comprada, já está no Município, a Caixa Econômica Federal já testou que a patrulha existe, que está no Município, mas até hoje a Caixa Econômica Federal não pagou. Esse trator está no alpendre da Prefeitura com uma lona preta por cima. O agricultor passa em frente e fica olhando aquela patrulha mecanizada, pedindo ao Prefeito que faça um corte de terra, que faça com que aquela patrulha mecanizada possa gerar renda para as famílias. Mas a Caixa Econômica Federal, não sei por que razão, ainda não pagou, mesmo tendo atestado a existência daquela patrulha mecanizada.

E outro caso é o de uma praça de eventos no Município do Encanto, no alto oeste do Rio Grande do Norte. A CEF já fez aferição de 86,09% da obra. A emenda é de 234 mil reais, mas até o presente momento não foi liberado um só real. O Prefeito já gastou nessa obra algo em torno de 200 mil reais entre recursos próprios, do Governo do Estado e de outras fontes. Mas a Caixa Econômica Federal, mesmo tendo atestado, ainda não depositou um só real na conta da Prefeitura.

Portanto, casos como esses e outros do nosso Brasil fazem com que este plenário hoje esteja lotado de Prefeitos, que posteriormente vão fazer uso da palavra para tentar entender por que razão casos como esses e outros parecidos, em que existe a execução da obra, mas não existe a medição, ou então existe a medição, mas não existe o pagamento, acontecem.

Os senhores falaram aqui que a estrutura da Caixa é frágil e deficitária. Isso me despertou uma curiosidade, porque o nosso País hoje possui 5.565 Municípios. Conforme dados apresentados no ano passado pelo Presidente da Caixa Econômica Federal, o Sr. Jorge Fontes Hereda, no dia 1º de junho de 2011, a Caixa Econômica Federal conta com 5.292 funcionários, distribuídos entre engenheiros, arquitetos e técnicos sociais. Ou seja, é praticamente um funcionário para cada Município do Brasil.

Então, eu preciso perguntar aos representantes da Caixa onde estão concentrados esses técnicos, quais são as tarefas que eles estão cumprindo, como estão sendo feitas as medidas de capacitação desses gestores, para saber se todos estão aptos a fazer essa medição, e, por fim, o que justificaria, então, a demora da Caixa Econômica Federal para que fossem feitas essas aferições.

Essas seriam algumas das questões que eu aqui deixaria. Não sei como o Presidente vai orientar esta audiência pública, se seria por blocos de perguntas ou perguntas individuais, mas eu gostaria que pelo menos essas perguntas fossem aqui esclarecidas. E eu vou dar um voto de confiança à Caixa Econômica, porque eu já havia feito outras perguntas aos representantes, como indagar sobre quais medidas estão sendo tomadas para que esse processo de aferição e medição de obras se torne mais célere e eficiente, sobre como proceder para que os recursos sejam liberados de forma a não prejudicar o bom andamento das obras, mas eu acho que essa portaria é uma luz, espero que começo do túnel, não no final do túnel. Eu pelo menos senti aqui um otimismo. É como proceder para que os recursos sejam liberados de forma que não prejudiquem o bom andamento das obras. Mas eu acho que essa portaria é uma luz, e espero que no começo do túnel, não no final. Eu pelo menos senti aqui um ar de otimismo para que os Prefeitos possam, através dessa apresentação feita com muita competência pelo Sr. José Carlos, voltar para seus Municípios com a esperança de que os recursos serão agilizados, liberados e feitos de uma forma mais transparente os repasses da Caixa Econômica Federal.

Estes são alguns questionamentos que justificam a audiência pública.

Por fim, deixo mais um questionamento, qual seja o de que nós, Parlamentares, representantes dos nossos Estados e do nosso povo, tenhamos esclarecidas algumas dúvidas no que se refere a Restos a Pagar de 2010 e 2011.Quero também agradecer aos representantes da Caixa Econômica Federal a presença nesta audiência pública, assim como todos os meus pares, Deputados presentes, e principalmente de uma forma muito pessoal e muito particular às maiores autoridades presentes a esta audiência pública, os maiores

interessados no assunto aqui tratado, aos Prefeitos de todos os Municípios do nosso Brasil.

Era isso, Sr. Presidente. Como disse, espero ter uma audiência pública muito produtiva.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Deputado Felipe Maia. Mais uma vez cumprimentamos V.Exa. pelo requerimento.

Ouviremos agora o segundo Parlamentar que subscreveu também esse requerimento, Deputado Duarte Nogueira. Depois ouviremos o Deputado Toninho Pinheiro, que tem sido um aguerrido integrante desta Comissão e tratado muito desse tema.

Vamos fazer esta reunião em blocos. A partir do segundo bloco, vamos intercalar Parlamentares com as representações dos Prefeitos, das regionais dos Prefeitos presentes.

Pelos elementos até agora apresentados, temos certeza de que será uma audiência muito importante. Pedimos a atenção e a compreensão de todos para conduzirmos os trabalhos da melhor maneira possível.

Solicitamos a todos os Parlamentares que desejarem fazer uso da palavra, como é o caso do Deputado Assis – Sra. Socorro, por gentileza, Sra. Carla –, que assinem a lista de inscrição.

Deputado Duarte Nogueira, coordenador da bancada do PSDB na Comissão de Orçamento, também autor do requerimento, a palavra está a sua disposição.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – Sr. Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Deputado Paulo Pimenta; senhora e senhores representantes da Caixa Econômica Federal e do Governo Federal; Deputado Felipe Maia, autor do requerimento, do qual fui subscritor, em conjunto, conforme anunciado pelo Presidente; Sras. e Srs. Parlamentares; senhoras e senhores, o Deputado Felipe Maia colocou de maneira bem objetiva as razões pelas quais esta audiência pública foi requerida.

Ela tem por escopo apresentar os recorrentes atrasos dos convênios firmados pela Caixa Econômica Federal e as dificuldades que os Municípios beneficiados têm para poder executar esses convênios e, ao mesmo tempo, chamar a atenção de que, por ser um ano eleitoral, vivemos uma situação atípica e temos praticamente 30 dias para colocar esses convênios em andamento para que eles não venham a ser perdidos.

Faço este pequeno preâmbulo, Presidente, porque esta Comissão representa o Congresso Nacional, representa o Parlamento brasileiro. É uma Comissão Mista formada de Deputados Federais e de Senadores. É a Comissão que aprova, sem prejuízo às demais leis do País, as leis mais importantes, sobretudo a Lei de Meios, que pactua onde a sociedade vai destinar seus impostos para o seu desenvolvimento e o seu bem-estar.

Votamos aqui o PPA, o planejamento do orçamento federal para o quadriênio, conforme estabelecem a Constituição e as leis, e votamos a Lei de Diretrizes Orçamentárias no primeiro semestre, que baliza em quais programas os quantitativos financeiros serão alocados no segundo semestre, quando da votação da Lei Orçamentária.

Em algumas democracias o Poder Legislativo se faz valorizar não só pelo aspecto constitucional, mas pelo aspecto de costumes e de respeito que ele tem pela sociedade e a sociedade por ele; em algumas delas não é nem o Executivo que envia ao Congresso a peça orçamentária. No Congresso norte-americano quem entrega, como se tivesse elaborado a peça para o Presidente do Congresso, é o Líder do Governo, e não a Ministra do Planejamento ou o Ministro de Finanças dos Estados Unidos.

Muito bem, aqui nós recebemos os projetos de lei do Governo Federal votados de maneira pública à luz da discussão com a sociedade. Além da aprovação daquilo que o Governo coloca como os seus elementos de desenvolvimento, de custeio, de alavancagem do fomento, tudo aquilo que é dinheiro público, que vai cumprir com funções públicas, são aqui aprovados. Além disso, os Parlamentares também têm por prerrogativa apresentar suas emendas: emendas de bancada de seus respectivos Estados e emendas individuais.

Uma vez concluído o processo de votação do Orçamento, esta lei orçamentária se torna lei e precisa ser cumprida. E aí está resolvido o problema? Não. Aí começa outro calvário, o esforço diuturno, às vezes, de mendicância, para que os recursos das emendas parlamentares, que não são dos Parlamentares, mas das cidades aqui representadas por Prefeitos de todo o País, gente humilde, que quer creche, que quer posto de saúde, que quer tirar a terra e o barro da porta da sua casa, que quer fazer o asfalto... E aí o Parlamentar entra em outra etapa de sofrimento, a de ter que garantir o empenho.

Depois de todas aquelas emendas apresentadas de 10, 11, 12, 13 milhões de reais por Parlamentar, não se consegue empenhar um terço disso, um quarto disso, e os governistas, um pouco mais, por causa da ação de Governo. E aí o que acontece? Já está resolvido o problema com um terço desses investimentos? Não. Aí os convênios começam a ser assinados, vai-se ao SICONV, mobiliza-se a Caixa, o Prefeito traz os documentos, faz-se toda aquela burocracia, assina-se o convênio, mas ele não é executado.

Exemplo? Vou dar um único exemplo. Cidade de Colina, no meu Estado, São Paulo: emenda de 2010.

A validade dela vai até 30 de junho de 2012. E aqui eu pergunto aos representantes da Caixa Econômica Federal... No caso da aproximação do período eleitoral, a Caixa disse que melhorou, que aperfeiçoou o rito, conforme a apresentação feita pelo Sr. José Carlos. A esse Município foram destinados 245.850 reais para melhorias urbanas. A obra iniciada ainda não teve medição. Se não tiver essa medição até o dia 30 de junho, os 245 mil e demais reais serão perdidos.

Então, todo esse esforço, essa energia, essa expectativa, essa ansiedade vai se transformar em enorme frustração. E os recursos, que são públicos, que devem ser aplicados para beneficiar a população, não cumprirão sua função constitucional.

Por isso espero que esta reunião sirva como elemento de aperfeiçoamento entre as relações do Poder Executivo e do Legislativo. Não vou aqui nem me referir à questão do empenho. É outra discussão. Essa questão vai além do empenho, do convênio assinado; ela é a parte derradeira, final do processo de investimento, aquela onde as Prefeituras, ou grande parte delas, não tendo como prosperar, vão, mais uma vez, sofrer frustrações. As suas respectivas populações não terão os investimentos que, de uma certa maneira, seriam importantes para a melhoria da sua qualidade de vida.

Espero que a Caixa, pela sua tradição, pelo quadro de servidores de carreira, servidores experientes, possa superar isso e nos oferecer a agilidade que, neste momento, nesses pouco mais de 30 dias, nos é necessária. O volume de situações como essa que eu acabei de apresentar – de convênio assinado, obra iniciada sem medição – é enorme. São bilhões e bilhões de reais no Brasil todo, e nós corremos o risco de, mais uma vez, não ocorrerem esses investimentos.

O que tem acontecido – para concluir, Sr. Presidente – é que, da parte do Governo Federal, se faz anúncio de X milhões de casas, anúncio de cento e tantas mil creches... Mas o que acontece na prática? De todos esses mega-anúncios colocados no Orçamento, colocados como planejamento de investimento, nenhum caso deles tem conseguido atingir mais do que um quarto. Então, se o Governo fala que vai construir quatro creches, três não serão construídas; se fala que vai construir quatro hospitais ou 400 hospitais, apenas um ou cem deles serão construídos. E não porque não queira fazer, mas por incapacidade gerencial ou por incapacidade de aperfeiçoar a superação dessa burocracia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Obrigado, Deputado Duarte Nogueira.

Deputado Toninho Pinheiro, representante do Estado de Minas Gerais.

O SR. DEPUTADO TONINHO PINHEIRO – Presidente Paulo Pimenta, Deputado Felipe Maia, pessoal da Caixa, demais colegas Deputados, meu amigos e colegas Prefeitos, meu nome é Toninho Pinheiro.

Recebi 180 mil votos como Deputado Federal, estou no primeiro mandato e fui prefeito por três vezes.

Quero dizer que hoje, nessa história, os Prefeitos e o povo são os grandes prejudicados. A situação é de uma gravidade que não tem tamanho, não tem como mensurar.

Sou defensor do recurso direito do Ministério para a Prefeitura. *(Palmas.)* Se um prefeito recebe todo mês o Fundo de Participação e o ICMS, tendo de gastar de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, por que não pode receber a emenda e gastar de acordo com essa lei? É o que acontece com todo prefeito. Hoje, temos o Ministério Público, o Tribunal de Contas, a Câmara Municipal, o PAC, todo mundo. Temos que simplificar isso. Não pode acontecer que um recurso fique nessa situação: para empenhar demora 1 ano; depois, quando se vai pagar, mais 1 ano.

Os salários do Presidente, do pessoal da Caixa e o nosso estão em dia. Agora, quantas empreiteiras probrezinhas, faz 1 ano que fizeram a obra, não pagaram pedreiro, não pagaram servente? Um ano sem receber o salário – isto é um pecado!

Sr. José Carlos, da Caixa Econômica Federal, o senhor entrou em contradição, não intencionalmente, quando disse uma coisa muito grave e que dá espaço para o ladrão roubar do povo brasileiro: 80% das Prefeituras do Brasil – disse o senhor – não têm profissionais qualificados e técnicos em quantidade para elaborarem os projetos. Mas a Caixa está recebendo projeto adoidado. De onde estão vindo esses projetos? O senhor vai me desculpar, mas isso dá ideia de que tem alguém oferecendo esses projetos, para depois controlar a licitação, meter o ferro nos Prefeitos e roubar o dinheiro do povo brasileiro.

É por isso que eu fui à Comissão de Finanças e Tributação, onde apresentei uma proposta. Dei até um exemplo. Por que o recurso tem que ir do Ministério para a Prefeitura diretamente? Vou liberar 3 milhões de reais para uma Prefeitura do Norte do Brasil. O prefeito é pobrezinho, está passando fome e não tem, como disse o senhor, quantidade nem pessoas com qualidade para realizarem o tal projeto. Aí aparece um empreiteiro, um camarada desqualificado, com a boca muito grande, que doa o projeto para o prefeito que está passando fome. Aí toca o projeto na Caixa, depois controla a situação, mas o prefeito não sabe disso. Depois, a bomba estoura no prefeito: *"Ah, o prefeito é ladrão. O prefeito é isso e aquilo".* Mas o prefeito não

tem condições de chegar lá. Então, essa situação é muito complicada.

Por exemplo, eu devo uma grande obrigação à Caixa: o imóvel onde eu moro foi financiado em 120 meses pela Caixa. Eu sou muito grato à Caixa. Apoio a Presidenta Dilma, ela é competente e correta, mas não sou puxa-saco. Eu sou uma pessoa que quer ajudar o Governo a fazer o melhor.

Acho que a Caixa tem que fazer o mesmo papel do BRADESCO, do Itaú: cuidar do povo brasileiro. Agora, se ela quiser ficar junto de nós, seja bem-vinda também, porque é uma entidade de respeito. Mas a Caixa não pode impor ao Prefeito...

Eu tenho 180 mil votos. Todos os Prefeitos, os meus – aqui está um –, dizem que a Caixa é inimiga deles. Eles têm medo da Caixa. Para arrumarem 200 mil reais, vejam a quantidade de documentos que os Prefeitos têm de apresentar. Está tudo morto!

Então, a situação é grave. Nós não podemos compactuar com isso. Temos de arrumar uma maneira inteligente... Se a Caixa quer participar, quer ganhar o dinheirinho dela, tudo bem, mas ela nunca pode chegar e impor. Eu tenho que apresentar um projeto para a Caixa e ela me arrumar o dinheiro. Depois, o Ministério tem de depositar o dinheiro na conta do prefeito.

Por exemplo, 3 milhões de reais. Eu vou depositar na prefeitura pobre. Então, o Ministro deposita 3 milhões de reais. Aí o Ministro diz: *No máximo 10%, esse prefeito vai ter que licitar o projeto*. Se não há pessoa qualificada, o prefeito tem de licitar o projeto. Licitado o projeto, o prefeito pela segunda vez vai licitar a obra e depois vai executar a obra sob pena de punição exemplar. Se roubou, põe ele na cadeia, mas não pode ficar nessa situação. Se o prefeito tem capacidade para receber todo mês o ICMS, faço uma pergunta a todos os Prefeitos aqui: algum de vocês pode gastar o dinheiro do ICMS ou do Fundo de Participação sem aplicar a Lei de Responsabilidade Fiscal? Não pode.

Agora, a mixaria da emenda. Nós temos que tomar bênção à Caixa? Não, não pode isso não. A Caixa tem que pular fora desse programa ou então ajudar no final. Ela fiscaliza: *aquele prefeito é ladrão, vamos meter ferro nele*. Porque, na hora de responder pelos crimes... Fui prefeito três vezes. Quando saímos lá, o Ministério Público, a Polícia Federal... Tudo vem em cima da gente.

Então, a Caixa hoje está travando o progresso do Brasil, está prejudicando o Brasil. Não é intenção da Caixa. Vocês são pessoas bondosas, capacitadas, honestas, mas para defender o dinheiro brasileiro... Vocês não sabem como que é a política, como nós, que somos Deputados...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Obrigado, Deputado.

O SR. DEPUTADO TONINHO PINHEIRO – Desculpe... Mais um pouquinho, por gentileza, só para concluir, porque a gente estuda para aprender; a gente estuda não é para ficar burro não. Então, quando colocamos uma emenda, uma portaria ou um projeto é para ajudar a melhorar a vida das pessoas. A política foi feita para quê? Para ajudar a melhorar a vida das pessoas. Então, nós temos que correr atrás disso. Nós não podemos mais aceitar essa situação que é grave. Inclusive, quero avisar a todos os Prefeitos, a todos os colegas Deputados que, com humildade – eu não tenho sabedoria, tenho meu coração cheio de vontade de ser útil, eu quero ser útil como Deputado, porque o meu salário está em dia –, eu já fui à Consultoria Legislativa. Aqui, em Brasília, Srs. Prefeitos, nós temos os melhores consultores do Brasil. Eles estão aqui. Eu os procurei, procurei a Comissão Mista de Orçamento, pedindo um projeto para facilitar ou então retirar a Caixa, porque ninguém aguenta mais isso aqui.

Outra coisa que eu pedi vai ao encontro do que disse a Presidenta Dilma. Ela, quando for liberar os recursos... Porque a Presidente fala a todo momento *Brasil rico é Brasil sem miséria*. Então que a Presidenta Dilma mande o dinheiro, primeiro, para as cidades mais pobres. E o que é uma cidade mais pobre? É o que diz IDH? Não. Você olha a população e o seu ICMS. Por exemplo, Paulínia, em São Paulo, deve ter uns 80 mil habitantes e arrecada 60 milhões de ICMS por mês. Ribeirão das Neves, em Minas Gerais, tem 400 mil habitantes e arrecada 3 milhões de ICMS por mês.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Deputado Toninho.

O SR. DEPUTADO TONINHO PINHEIRO – Muito obrigado por essa oportunidade, mas eu gostaria que V.Exa. concedesse a palavra para todos os Prefeitos, porque eles estão desesperados. Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Eu fiz questão de conceder a palavra a V.Exa., porque acompanho suas manifestações e sei como o senhor é um batalhador aguerrido por esse tema. É evidente que não vou poder abrir a palavra a todos os Prefeitos, até porque já combinamos ontem, junto com o senhor, como é que vai funcionar esta audiência.

O SR. DEPUTADO TONINHO PINHEIRO – Foi, e eu lhe agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Vou passar a palavra para o Prefeito Mariovane, Presidente da Federação. Depois, vamos ouvir a manifestação da Caixa e seguir a ordem de inscrição. Cumprimento V.Exa. mais uma vez por sua intervenção.

O SR. DEPUTADO TONINHO PINHEIRO – Só um minutinho, só um pequeno aparte. Todos os nós, Deputados, estamos imbuídos nesse sentido de ajudar na questão das emendas, até o Deputado que chegou agora, Esperidião Amin, está com um projeto para que as emendas sejam até impositivas. Então, tudo que estamos podendo fazer estamos fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Obrigado, Deputado. Senhoras e senhores, Prefeito Mariovane, agradeço aqui, na sua pessoa, a todos os Prefeitos que estão prestigiando nossa agenda.

Esta oportunidade, Mariovane, é muito importante para que durante a marcha vocês possam tratar de um tema que é tão relevante para as prefeituras. A palavra está à sua disposição.

O SR. MARIOVANE WEIS – Deputado Paulo Pimenta, Presidente da Comissão de Orçamento dessa Casa, meu agradecimento pelo convite, em nome dos mais de 200 Prefeitos que aqui se encontram.

É muita representativa e importante esta reunião para esclarecermos alguns de nossos pontos de vista em relação aos recursos das emendas parlamentares. Meus cumprimentos ao Deputado Felipe Maia, autor do requerimento, à direção da Caixa, aqui representada por diversos servidores, dentre eles o Dr. João Carlos Medaglia, aos demais Deputados, Sras. e Srs. Prefeitos, Vereadores, representantes dos Municípios que aqui se encontram.

De fato, o pagamento de Restos a Pagar passam, segundo o Presidente da CNM, de 20 bilhões de reais. É uma preocupação muito grande para nós, fundamentalmente porque estamos em final de mandato, em final de gestão e próximos a uma eleição onde seremos julgados pelo que fizemos, pelo que deixamos de fazer ou ainda pelas obras paralisadas e empresas quebradas que ficaram no meio do caminho. Esta é a realidade, por conta da burocracia, apenas por conta da burocracia brasileira.

Estamos discutindo aqui a dificuldade dos gestores municipais, dificuldades essas que o Brasil ainda não pôde superar. Infelizmente, às vezes, para privilegiar benefícios a alguns setores, a alguns interesses corporativos, em alguns momentos, precisamos avançar rapidamente e resolver problemas pontuais, Deputado Paulo Pimenta. A angústia é muito grande, o desalento é geral. Tem muita gente deixando a política e ao sair fala mal de nós mesmos. Depois do Orçamento, assinado o convênio, recurso empenhado, firmado contrato com a Caixa, licitado o projeto, iniciada a obra, mas o dinheiro não vem, não chega. Quem vai pagar a conta no final? É o Município, o Município que detém 14% da receita tributária nacional. É contra o Município que a empresa vai entrar na Justiça, cobrando indenização por perdas e danos e tudo o mais. Quem vai responder? A Caixa, o Governo, o Ministério? Não. É o Município que vai pagar essa conta. O gestor já está pagando porque vai ter as suas contas glosadas, classificadas, muitas vezes, senão pelo Poder Judiciário, pela população, pelo adversário como ficha suja. Esta é a realidade. Temos de avançar rapidamente nessa questão.

Os Municípios estão com muitas dúvidas. É importante, Deputado, que seja colocada à disposição de uma boa representação de Prefeitos a palavra aqui. Os Prefeitos têm uma posição e querem fazer perguntas para a Caixa. Por exemplo, em certo momento, a Caixa diz que vai liberar o início das obras com o depósito de 50% do recurso, mas nós temos 30 dias para fazer a licitação, para iniciar a obra... Mas como vamos dar início à obra se o dinheiro não está depositado? A quem cabe depositar o recurso? Cabe ao Governo Federal. Se não se inicia a obra, perde-se a emenda, o recurso, o empenho.

Depois de tantas idas e vindas a Brasília, de tantas despesas com licitação para projeto, contratação de projeto, se a prefeitura não tem, seguramente o prefeito contratou um engenheiro em situação emergencial ou ainda contratou uma empresa para fazer diversos projetos que o prefeito veio aqui e conseguiu. Depois de todo esse ônus ao Município, precisamos agilidade da Caixa. Os quase 4 anos de espera para conclusão da obra devem ser reduzidos a prazos de um ano e meio ou 2, no máximo.

Vejo também muitos Prefeitos falarem muito bem do Banco do Brasil; falam muito bem do Banco do Brasil. Não vejo reclamações contra o Banco do Brasil; em receitas de repasse do Governo Federal para convênios e outras modalidades, via Banco do Brasil, não vejo reclamações, mas contra a Caixa são diversas as reclamações, e a todo o momento.

Participei também de uma reunião na FAMURS, em Porto Alegre, mas espero que não fique apenas naquilo, mas que se tomem providências efetivas, Deputado, para que o trabalho dos senhores chegue de fato lá na ponta e que o anúncio da emenda, do recurso, vire obras, obras efetivas, na prática, e não em 4 anos, mas sim num prazo menor.

Teria perguntas pontuais sobre, por exemplo, os recursos de obras já iniciadas em que o Governo Federal não deposita os recursos por diversas desculpas: às vezes, a Caixa não mediu: às vezes, não entrou no sistema: às vezes, o Ministério não liberou, ou foi a Casa Civil. São diversas as desculpas. O Município não recebe o recurso, mas a obra está lá com 30, 40, 50% em andamento.

Faço uma pergunta: é possível em obras de, digamos, 1 milhão de reais, ou acima de 750 mil, o

Município antecipar o pagamento e se ressarcir lá na frente? Deixo esta pergunta final.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Prefeito Mariovane.

Quero dizer aos senhores que um dos objetivos desta Comissão tem sido exatamente qualificar nossa relação com os Parlamentares, com os Prefeitos, com as assessorias, com a sociedade, e esta audiência pública tem esse intuito também. Já está disponível na página da Comissão, para todos os senhores e senhoras poderem acessar, todas as informações que a Caixa Econômica Federal trouxe para a reunião. Já está à disposição na página para que, nas Prefeituras, as suas respectivas assessorias possam buscar o que foi aqui apresentado de maneira mais detalhada.

Quero agradecer também ao Tribunal de Contas da União pela gentileza, ele que tem sido nosso parceiro; ao final, os Prefeitos que tiverem interesse receberão do Tribunal de Contas um manual sobre convênios e outros repasses, documento que vai ajudar a compreender melhor essas questões. O Tribunal de Contas vai disponibilizá-lo para todas as prefeituras aqui presentes ou representadas.

Depois do Dr. Medaglia, o próximo bloco terá a seguinte ordem: Francisco Escórcio; Gilmar Machado; Dorinha Seabra; Waldenor Pereira e Joaquim Beltrão. Serão os cinco Parlamentares do próximo bloco.

Doutor Medaglia com a palavra.

O SR. JOSÉ CARLOS MEDAGLIA FILHO – Vou procurar, então, ponto a ponto, responder às questões colocadas pelos participantes.

Deputado Felipe Maia, quero confirmar, ou retificar enfim, alguns números. O que corremos o risco de perder agora, no mês de junho, são as emendas de 2010, hoje totalizando 2,5 bilhões de reais, essas que nós temos no Restos a Pagar e que precisam de comprovação de início de obra até o final do mês de junho.

As de 2011 foram firmadas no final do ano de 2011 e terão um prazo de 24 meses; portanto, elas se tornarão emergenciais no próximo ano.

Reitero o apelo: vamos ter de nos concentrar nessas operações que precisam de comprovação de início até o dia 30 de junho. Temos outras operações, cujos projetos nem foram entregues à Caixa, e eu me referi a quantitativo; outras que não realizaram licitação: e outras que estariam já com essas etapas cumpridas e precisariam iniciar a obra.

Quero me comprometer com os senhores com relação ao que nós fizemos em todos os anos, quando estávamos prestes a perder um número significativo de contratos. É um compromisso da Caixa que, toda documentação, toda medição de obra que chegar à Caixa num prazo mínimo que nos permita ir à obra e comprovar o seu início, nós não perderemos. E o nosso histórico comprova que tudo aquilo que dá entrada na Caixa até uma semana antes nós conseguimos fazer o processo.

Qual é o alerta que acho que cabe neste momento? Existe um número significativo de operações cujos projetos sequer foram entregues à Caixa; cujos processos licitatórios sequer começaram. Portanto, esses são contratos que merecem uma atenção especialíssima dos Srs. Prefeitos, sob pena de tentar juntar toda essa documentação e entregar no último dia à Caixa. Aí teremos grande chance de essas operações serem perdidas. E eu me arriscaria a dizer que quem, neste momento, faltando 40 dias para o prazo fatal, não tem projeto nem iniciou o processo licitatório, me parece claro que está com o prazo já...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Dr. Medaglia, o senhor me permite? O Prefeito me trouxe uma questão que eu achei interessante. Ele me trouxe a seguinte alegação: há empresas que ganharam licitações, mas são as mesmas empresas que têm restos a pagar para receber. Portanto, não querem iniciar as obras novas sem receber o que está pendente. Portanto, uma questão depende da outra. Ou seja, a empresa só está disposta a iniciar nova obra, se receber aquela que está pendente. Então eu acho que nós teríamos de sincronizar isso.

O SR. JOSÉ CARLOS MEDAGLIA FILHO – Eu acho que o momento nos coloca a seguinte questão: toda operação que tiver projeto, licença ambiental, licitação realizada e, portanto, estiver prestes a iniciar, essa documentação precisa ser entregue à Caixa urgentemente. Por quê? Porque é a recepção dessa documentação que faz com que a Caixa sinalize para o Ministério que a operação precisa de recursos para começar. E, segundo a regra da portaria e o anúncio da Presidenta de ontem, essas operações receberão recursos em conta. Portanto, isso viabilizará que as empresas iniciem com segurança.

O que nós não podemos é esperar até a última hora para que essa documentação seja reunida e entregue à Caixa. Esse é o esforço que precisa ser feito neste momento: projeto, licença ambiental e licitação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deixe-me ver se entendi.

O SR. JOSÉ CARLOS MEDAGLIA FILHO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Aquelas emendas de 2010 que estão com licitação pronta, que não deram ainda ordem de início, que reúnem em torno de 1 bilhão e 300, receberão agora 50% do valor. Agora?

O SR. JOSÉ CARLOS MEDAGLIA FILHO – A partir do anúncio de ontem da Presidenta, essas operações passaram a compor o universo, ao abrigo da portaria. Portanto, tendo documentação o.k. entregue à Caixa, elas receberão o recurso imediatamente e receberão autorização para o início da obra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Sem necessidade de medição, já vão receber os 50% agora.

O SR. JOSÉ CARLOS MEDAGLIA FILHO – Receberão os 50%. E precisaremos atestar o início da obra até o dia 30 de junho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Perfeito.

O SR. JOSÉ CARLOS MEDAGLIA FILHO – O.k.? Eu fiz questão de fazer esses esclarecimentos para que tenhamos o universo que merece a nossa atenção de hoje até o dia 30 de junho.

O Deputado Felipe Maia coloca dois exemplos que eu acho muito interessantes para fazer uma análise. Os dois exemplos aqui trazidos, Deputado, dão conta de duas operações nos Municípios de Doutor Severiano e de Encanto que conseguiram passar por todas essas vicissitudes, por todas essas etapas – apresentaram projeto, deram início à obra, têm patrulha mecanizada já adquirida, a Caixa já realizou o que lhe cabia –, mas o que está faltando neste momento são os recursos. Não há consolo nenhum em dizer que o Município fez o que é seu e a Caixa fez a sua parte. Mas esta é a realidade. Neste momento, eu diria que não está na alçada da Caixa solucionar esse problema, porque nós fizemos tudo o que nos cabia e sinalizamos para o nosso Ministério gestor que esta operação está pronta, medida e requer recursos.

Eu penso que, a partir daqui, a ação possível é a negociação das Prefeituras, das entidades representativas. Enfim, acho que esta Casa é o foro legítimo para levantar essa questão, porque, do ponto de vista operacional e técnico, nesses dois exemplos que o senhor nos traz, nós cumprimos o que nos cabia, e estamos prontos a dar seguimento à medida que caia uma ordem bancária na conta do Município.

E aqui o senhor me oportuniza a fazer um outro esclarecimento acerca do mecanismo pelo qual o recurso entra na conta da Prefeitura. Muitas vezes, a falta de entendimento desse processo pode levar a acreditar que a Caixa dispõe desse recurso e não o está disponibilizando. Eu quero aproveitar esta oportunidade para esclarecer que o recurso, quando sai da conta única do Tesouro, sai por uma ordem bancária diretamente na conta do convênio, em nome da Prefeitura, bloqueado. Então, não há intermediário. A conta do Tesouro municia diretamente a conta da Prefeitura. Portanto, em todos os casos em que não há recurso, é porque esse recurso de fato não veio do Tesouro.

Este é um esclarecimento que acho fundamental: é uma ordem bancária que cai diretamente na conta do Município.

Seguindo nos meus esclarecimentos, o Deputado Duarte Nogueira pergunta se essa operação do Município de Colina, que é de 2010 e cuja obra está iniciada, porém não tem medição, corre o risco de cair em 30 de junho. Eu lhe diria o seguinte: essa é uma operação fácil de salvar. Ela já tem obra. Falta apenas entregar a medição à Caixa. E a Caixa se compromete a, no menor prazo, fazer essa medição. Essa é uma operação que nós não podemos perder.

Agora, eu gostaria de retornar com o questionamento, que é o seguinte: por que essa medição ainda não está entregue, se a obra já começou, venceu uma série de etapas? À medida que ela for entregue, ela será imediatamente sinalizada, e não vamos perder essa operação. Isso é o que nós precisamos fazer nesse período.

O Deputado Toninho Pinheiro faz uma série de considerações a respeito da decisão de ser intermediado pela Caixa ou não. Eu lhe diria que acho que não me cabe opinar sobre isso. É uma decisão do Governo e de cada Ministério a modalidade pela qual ele vai fazer a transferência. Eu lhe diria que, no que cabe à Caixa, estamos preocupados em tentar atender bem aquilo que nos determinam e contribuir para a discussão do processo. Orgulho-me muito de ter passado 8 meses defendendo o que saiu na Portaria nº 507, em termos de flexibilização.

A minha instituição foi uma das principais defensoras de que nós tenhamos menos exigências, principalmente para as operações de valor mais baixo; que nós tenhamos um rito mais simplificado. Nós sabemos o que custa para a Caixa acompanhar uma operação por mais de 3 anos. Nós entendemos que esse processo tem que ser mais ágil. A sociedade precisa disso.

Então, reafirmo que nós somos parceiros pela simplificação, sim. Até porque nós nos consideramos, tanto quanto o Município e a população, vítimas desse processo. É uma pecha que a Caixa acaba assumindo por ser a linha de frente do processo. Mas eu insisto: as regras todas que fazem com que o senhor Prefeito tenha um calhamaço de documentos a entregar não são regras internas da Caixa. Em grande parte, são regras legislativas.

E aí eu me permitiria contar com a compreensão dos senhores para que deem atenção à discussão da LDO, que já está em curso. Por quê? Nós fomos audaciosos na portaria e colocamos uma série de simplificações; a LDO tem hierarquia legislativa sobre a

portaria. Se na LDO deste ano tivermos reproduzidos dispositivos, como já tivemos em outros anos, essas flexibilizações cairão. Portanto, a discussão da LDO deste ano é essencial para manter os benefícios da Portaria nº 507. Permitam-me fazer esse alerta.

A última questão que foi colocada pelo Prefeito Mariovane é com relação ao Banco do Brasil, que também é uma Instituição de grande mérito no País. O Banco do Brasil operacionaliza apenas convênios, que são ajustes direto entre Ministério e Município. Os convênios não têm nenhum tipo de análise e acompanhamento. Portanto, é claro que são vistos como um mecanismo muito mais ágil. O Banco do Brasil está autorizado a fazer contrato de repasse. Até o momento, nenhum Ministério definiu que ele o fizesse. No dia em que fizer contrato de repasse, o Banco do Brasil o fará com regras idênticas às da Caixa, porque, quando faz convênio, a Caixa o faz com regras idênticas às do Banco do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Dr. Medaglia.

Senhores, todo mundo aqui, cada Prefeito, cada um de nós aqui presentes, com certeza, tem um caso concreto. É natural que imaginemos que aquele caso concreto que temos é o mais importante. O Prefeito quer saber do caso dele.

Como podemos ajudar aqui? Como a maior parte do pessoal que está aqui é gaúcha, e o gaúcho é meio nervoso, vamos nos organizar. Quem tiver casos concretos de Restos a Pagar deve combinar com a Caixa Econômica Federal para a analisarmos cada situação.

O SR. JOSÉ CARLOS MEDAGLIA FILHO – Queria dar uma sugestão...

O SR. DEPUTADO TONINHO PINHEIRO – Sr. Presidente, deixe cada Prefeito falar pelo menos um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Mas todos vão falar, Deputado Toninho, certo?

O SR. JOSÉ CARLOS MEDAGLIA FILHO – Eu só queria dar uma sugestão quanto a esse encaminhamento, porque é natural que os Prefeitos tenham o seu caso concreto e procurem solucioná-lo.

Eu vou acenar com duas medidas que acho que resolvem bem. Primeiro, havendo qualquer dúvida, a Ouvidoria da Caixa está autorizada a buscar a solução. Independente disso, se o Prefeito Mariovane se dispuser a listar cada um dos contratos que tem algum tipo de questionamento – o Município, o contrato, o valor e qual a pendência que, no entender do Sr. Prefeito, existe –, nós, em uma semana, retornaremos todos eles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Eu vou reunir essa documentação, especificamente do nosso Rio Grande do Sul, na reunião da bancada gaúcha, e vamos encaminhar isso para a Caixa. Vamos encaminhar para facilitar a vida dos outros Estados.

Deputado Felipe Maia, a reunião seguirá a ordem de inscrição. As manifestações serão feitas no microfone. E vou respeitar a ordem de inscrição dos Parlamentares e aquilo que foi combinado ontem. O que foi combinado ontem? Que abriríamos a possibilidade de uma manifestação por representação de Prefeito por região do País. Esse foi o combinado, e é isso que será cumprido.

Com a palavra o Deputado Felipe Maia, que é o autor do requerimento; depois, Deputados Francisco Escórcio, Gilmar Machado, Dorinha Seabra, Waldenor Pereira e Joaquim Beltrão. Essa é a ordem.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Sr. Presidente, prometo a V.Exa. e aos demais pares que não vou abusar do direito que tenho de, na condição de autor do requerimento, usar da palavra agora e no encerramento da audiência.

Quero apenas justificar para a Comissão e para o Sr. José Carlos Medaglia por que eu trouxe o valor de R$4 bilhões e ele cita o valor de R$2,5 bilhões.

Os R$2,5 bilhões mencionados pelo Consultor da Caixa se referem a obras sem início. Já os R$4,359 bilhões são relativos a obras processadas e não processadas. Como estamos abordando aqui problemas de obras já iniciadas e não iniciadas e recursos não liberados, eu me refiro a 100% dos valores dos Restos a Pagar que estão no aguardo do início da aferição ou não – alguns já foram aferidos, apenas não foram pagos. Então, eu sei que esses recursos estão garantidos, mas trago aqui o valor total dos Restos a Pagar. Para que possamos ter uma ideia, o Orçamento 2010/2011 gira em torno de R$8 bilhões de Restos a Pagar.

Agora, V.Exa. traz uma preocupação muito grande para esta Casa. No momento em que diz, por exemplo, que a emenda do trator de Doutor Severiano, que já foi comprada, aferida, mas não foi paga, na verdade, é um desmentido ao Governo Federal, que tem, repetidas vezes, dito ao Brasil, ao Congresso Nacional e aos Prefeitos que não há contingenciamento de Restos a Pagar, ou seja, existe, sim. O Tesouro está contingenciando recursos de obras realizadas e entregues. Então, que sirva de alerta para o Congresso Nacional, e eu vou repetir, que o que está havendo é um contingenciamento de Restos a Pagar de obras concluídas, já pagas e entregues, como é o trator, que está em Doutor Severiano.

São muito importantes as palavras de V.Exa. E foi por essa razão que pedi a palavra novamente. É preciso alertar para o desmentido do Governo, que tem

dito constantemente que não há contingenciamento quanto a Restos a Pagar.

No mais, não vou – ou vou – tocar fogo. Apenas não quero dizer, mas fico muito alerta quando um Prefeito, que tem o conhecimento de causa, diz que a Caixa Econômica Federal é o inimigo do Prefeito, e o Banco do Brasil seria o amigo. Não quero aqui dizer algo que tenha tom de ameaça, mas não se deixa claro, nem nunca entendi, Deputados, por que a Caixa Econômica tem o monopólio do repasse das verbas do OGU. Por que não também outros bancos, como o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste? Isso deve ficar na nossa memória e servir para nossa reflexão. Temos de trabalhar com aquelas instituições que estão tratando bem os nossos Prefeitos e os nossos Municípios.

Era o que eu queria dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado Francisco Escórcio e, depois o Vice-Líder do Governo, Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO ESCÓRCIO – Sr. Presidente, eu não sou gaúcho, mas não sou fácil também. Sou brigão quando mexem com o meu torrão.

Para não ser indelicado, quero saudar a Caixa Econômica. E, saudando a Caixa Econômica, vejo aqui: é a Caixa parceira do seu Município? Pergunto aos Prefeitos que estão aqui: é ou não?

(Manifestação dos convidados. Não!)

O SR. DEPUTADO FRANCISCO ESCÓRCIO – Vejam aí. É preciso chamar o PROCON, porque isso é propaganda enganosa. Vejo outra coisa: a Caixa e a simplificação do processo do OGU.

Eu estava hoje, com vários Prefeitos do meu Estado, e o Prefeito de Barra do Corda disse assim: *"Deputado, nós vamos ter, lá no nosso Município, um cemitério de obras da Caixa Econômica, do Minha Casa, Minha Vida".* Isso passou a ser um transtorno para aquela localidade. É verdade! A empresa, de tanto esperar o repasse de dinheiro, porque ela aportou dinheiro do seu orçamento e não teve o repasse por parte da Caixa, está dando no pé. Acontece que aquilo vai ficar lá, porque o Prefeito não vai ter condição, e vamos ficar num processo indigesto no Município, e quem sofre é a população. Isso é verdadeiro? É. O que a Caixa Econômica vai fazer? É uma pergunta dura, mas que tem de ser respondida.

Em Imperatriz, no Maranhão, ninguém quer nem... Quando digo que vou fazer uma emenda, perguntam: *"É da Caixa? Eu nem quero saber disso".* Ninguém quer mais saber de emenda vinda da Caixa. Estão aí os Deputados que podem dizer se não estão sentindo isso na pele também. Então, fica muito ruim para a Caixa Econômica. E vejam que eu fui assessor da nossa querida Dilma e do Presidente Lula. Eu faço parte do grupo. Está bem aqui na minha testa: Governo. Mas não posso tapar o sol com a peneira.

Portanto, para reflexão da Caixa Econômica, temos de ser duros, delicados, naturalmente, mas temos de dizer que ela está tumultuando o progresso deste Brasil.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero saudar os representantes da Caixa e cumprimentar o Deputado Felipe Maia.

Acho que essas audiências nos ajudam a avaliar onde estão os problemas. Problemas existem. Se não existissem, não estaríamos aqui conversando, dialogando, mas temos de entender a quem cabe resolvê-los.

A exposição do representante da Caixa deixa clara a questão, com a qual concordo, de que quem vota a LDO somos nós. Quem faz a LDO é esta Casa, é esta Comissão. E uma série de regras que existem na LDO é feita por nós. Então, precisamos começar a corrigir.

Essa é uma briga que eu tenho aqui. Inclusive é bom um representante do TCU estar presente, porque uma das brigas que nós travamos aqui – tem muito tempo que nós a estamos travando –, a cada ano, para desburocratizar, é com o TCU.

O Tribunal de Contas da União tem criado problemas, e esse ano eu quero ver a justificativa, porque com essa questão do Cachoeira, o TCU ficou numa situação difícil. Porque nós dizíamos que tinha empresa jogando preço para baixo, o TCU entrou nessa onda da Delta e começou a majorar preço em cima do preço dado pela Delta. Nós dizíamos que estava errado. Brigamos aqui e perdemos várias vezes.

É bom que a consultoria da Casa também... Quando a gente dizia: "olha, esses preços não estão de acordo com o mercado." "Não, o TCU falou que esse é o preço agora." Este ano nós vamos poder mexer na LDO com mais tranquilidade, porque eu quero ver qual vai ser a justificativa do TCU. Porque agora nós vamos poder trazer os preços de mercado, voltar a ter realidade. Eu quero ver como os técnicos do TCU vão fazer para defender agora aqueles preços que eram falsificados pela Delta.

Mas esse não é um problema da Caixa. Não é um problema da Caixa. É um problema que o TCU criou e esta Comissão embarcou, com medo, porque o TCU fala, a imprensa vai atrás. Aí os Deputados se acovardam com medo de enfrentar a imprensa, porque o TCU manda em tudo.

Acho que este ano nós vamos poder fazer um debate melhor da LDO. Eu quero ver como o Tribunal

vai fazer, porque o TCU legitimou agora uma série de aditivos para poder limpar o problema da Delta. Então, eu acho que, com isso, a gente vai ter melhores condições de trabalhar na Comissão.

Segunda questão. Acho que a Portaria 507, Medaglia, melhorou muito. Este ano, realmente, o que a Caixa conseguiu executar este ano... Falo isso porque lá em Minas Gerais a coisa deslanchou, melhorou, mas pode melhorar mais.

Acho que essa decisão da Presidenta de jogar os restos dos anteriores também, abaixo de 750, também vai ajudar a agilizar um pouco mais. Mas nós podemos continuar avançando nesse processo.

Acho que nós vamos mexer na LDO, mas acho que os senhores podem melhorar também a questão dos contratos, do número de coisas que pedem também. Acho que a gente tem de continuar dialogando para tentar achar um ponto de equilíbrio.

Com a informática, não tem mais sentido ficar entregando um punhado de papel. É um negócio que eu não consigo compreender ainda. Se nós já estamos na informática, se se exige hoje o SICOM, o cadastro do sistema e tal, por que ainda continuamos com uma papelada desnecessária? Isso eu não consigo entender. Acho que a gente tem de tentar ajustar um pouco esse processo.

Com relação aos Restos a Pagar, esses números que a Confederação Nacional dos Prefeitos coloca, eu não sei onde acharam 24 bilhões, porque não pode utilizar as emendas inteiras dos Deputados. Isso é um erro, e tentar fazer uma divulgação disso é tentar iludir a população de que tem alguma coisa acontecendo, mas não está. A gente só pode considerar Restos a Pagar aqueles empenhos de emendas parlamentares que foram aprovadas. Eu tinha 15 milhões, mas só foram empenhados 9 milhões. Então, só podem ser contados em Restos a Pagar 9, não pode contar 15. Então essas contas...

Uma coisa que eu aprendi um pouco, apesar de ser professor de História, foi fazer conta. Eu não vou ficar falando para a população uma coisa que não existe. Então, Restos a Pagar, eu quero aqui comemorar os números, mas os dados reais estão aqui: são 7 bilhões e pouco, não 24. Então, é bom a gente começar a trabalhar com números mais claros, mais precisos. E esta é a responsabilidade desta Comissão: restabelecer a verdade e trabalhar em cima de dados reais e concretos.

Para finalizar, quero dizer que vou apresentar algumas contribuições para a Caixa para que a gente possa continuar trabalhando, e também fazer algumas mudanças na LDO, para poder tentar ajudar realmente vocês nesse trabalho.

Agora, quero dizer que lá tem emendas do Banco do Brasil e o sistema é o mesmo. Pelo menos eu não vi nenhuma Prefeitura nossa que compra máquina do MDA com o Banco do Brasil ou com a Caixa, o que para mim é a mesma coisa. Sei que a Caixa não é o único banco que trabalha com Ministérios com execução de emendas; outros bancos também. Acompanho também a Região Norte, como Vice-Líder do Governo. E quase todo o Projeto Calha Norte é feito com o BASA, com outros bancos. Essa é uma coisa que já existe.

Acho que a gente tem de tentar melhorar exatamente essas regras, diminuir a burocracia e usar mais a informática. A informática está aí, vamos usá-la e diminuir o papel. É isso que prejudica muito principalmente os Municípios pequenos, porque o cara tem de sair... Sou de Uberlândia, mas, às vezes, o cara tem de sair lá de Iturama, que fica a 420 quilômetros de Uberlândia, para levar um papel. Aí ninguém aguenta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Obrigado, Deputado Gilmar Machado.

Com a palavra a Deputada Dorinha Seabra, do Estado do Tocantins.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE – Boa tarde a todos.

Quero parabenizar o Felipe pela audiência, extremamente interessante.

Sou Deputada de primeiro mandato. Discordo um pouco do que disse o Deputado Gilmar Machado. S.Exa. é professor de História e eu também sou professora. Algum problema a gente tem.

Como disse, sou Deputada de primeiro mandato. Quando estamos fora desta Casa, a gente tem a ilusão de que as emendas são de verdade, são pra valer. Então, quando eu anunciei no meu Estado que eu coloquei 15 milhões em emendas e, de repente, eu libero 2, 3 ou 4, ou a oposição muito menos, quase sempre, é como se a gente estivesse passando um "cheque 171" para os Prefeitos. A gente promete, a gente divulga, e isso não acontece, não sai do papel. Acho que isso constrange a Câmara dos Deputados, o Congresso Nacional.

Sei que esse é um discurso repetitivo, mas estou começando a ficar constrangida quando a gente anuncia, promete e não ocorre. Acho que é uma coisa que nós precisamos tratar com seriedade.

O processo é lento, sim, da emenda até o objetivo final. Acho que a questão dos quase 4 anos é muito ruim para todo mundo: para o Governo Federal, que passa pelo constrangimento, como é o caso das creches – sou da área da educação e tenho acompanhado a não concretizar um serviço público que precisa ser efetivado. Então, eu acho que os prazos precisam ser observados.

O sistema da Caixa é moroso. Fui Secretária de Estado da Educação quase 10 anos. A gente tinha muita dificuldade com o pagamento de alguns programas que nós tínhamos – recebíamos recursos do Governo Federal, via Caixa Econômica – não por falta de vontade. Acho que existe uma vontade, mas tinha uma dificuldade operacional, dificuldade de pessoal, os sistemas eram atrasados... Então, eu acho que essa reorganização, e os senhores estão demonstrando interesse em aprimorar, precisa ser acelerada.

Quando a gente olha para as Regiões Norte e Nordeste, a situação é mais grave. A representante do Pará sabe o que a gente está dizendo. Nossos Municípios têm fragilidade, sim, no que diz respeito às equipes técnicas; há dificuldades operacionais; há falta de engenheiros disponíveis.

Eu queria fazer, na verdade, algumas perguntas de situações concretas e outras em relação à questão da Portaria 507. Sei que o interesse da portaria é dar agilidade. Acho extremamente interessante que ela possa ser acompanhada e ver até que ponto ela ainda pode avançar em relação à agilidade.

Quero fazer duas perguntas, uma em relação ao teto de 250 mil reais, que eu acho estranho. Um Prefeito me pediu uma quadra de esportes. Essa quadra custa cerca de 150 mil. Eu tenho de inventar alguma coisa, estimulando uma demanda que não veio, porque eu tenho de colocar 250 mil porque esse foi um teto estabelecido. Acho estranho. Às vezes, com esse recurso de 250 mil, eu poderia atender a outros Municípios, mas o fato de estabelecer é como se eu estivesse estimulando o teto daquela obra subir um pouco para poder chegar nos 250 mil. Então, eu acho que é uma camisa de força inadequada, na minha visão, que estimula inclusive a majoração de preços.

Vou citar também o exemplo dos equipamentos. Não pode, mas alguns Municípios solicitaram equipamentos na área da saúde. Os equipamentos ficavam em torno de 50, 60 mil. Daí eu tive de dizer para buscarem outras coisas que quisessem comprar, porque eu só poderia colocar 100 mil. Acho, da mesma forma, estranho, e acho que isso pode estimular diferentes saídas, até de maneira inadequada, para esse atendimento.

Aconteceram dois fatos concretos em meu Estado, vinculados ao Ministério do Turismo. Uma emenda parlamentar em que o Município tinha diligências a responder. Ele respondeu dentro do prazo; era o último dia que a Caixa tinha para fazer o convênio, mas a Caixa não fez o convênio alegando que a documentação havia chegado depois das 10 da manhã e que não poderia... O Prefeito perdeu a emenda, sendo que, na verdade, a data limite era aquela. Se não havia tempo hábil para análise, eu acho que as datas disponíveis no sistema deveriam ter sido revistas. Eu não sei se vocês têm como colocar alguma situação dessa natureza.

Para finalizar, há uma pergunta sobre o representante da Caixa. Foi colocado para os Municípios com mais de 100 mil habitantes. Parece-me um equívoco, pois quem precisa de ajuda são os Municípios menores. Na Região Norte, no meu Estado de Tocantins, nós vamos ter um Município, que é a Capital, e as outras cidades não se adaptam. Eu acho que essa é uma realidade das Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste. Parece-me um equívoco. Quem precisa de ajuda são os Municípios menores.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigada, Deputada.

Concedo a palavra ao Deputado Waldenor Pereira, do Estado da Bahia.

O SR. DEPUTADO WALDENOR PEREIRA – Sr. Presidente Paulo Pimenta, cumprimento os Superintendentes da Caixa Econômica Federal José Carlos e Ana Cristina e saúdo os colegas Parlamentares, destacando a importância da iniciativa do Deputado Felipe Maia em promover esta audiência.

Os gregos inventaram a política para mediar os conflitos. Portanto, nada melhor do que a realização desta audiência nesta Casa legislativa para tentarmos mediar as dificuldades de relacionamento que vêm tendo os Prefeitos e Prefeitas do Brasil com a Caixa Econômica Federal no que diz respeito aos repasses por meio de emendas parlamentares. Acho que, por meio do diálogo e do entendimento, em audiências e reuniões como esta, nós poderemos melhorar essa relação.

Acho que a Portaria nº 507 já representou um avanço considerável numa maior celeridade da tramitação desses recursos, mas é importante destacar, como já foi dito pelo Superintendente, que a Caixa Econômica Federal está subordinada a leis, a normas e a procedimentos de toda ordem – leis aprovadas por este Congresso Nacional, normas estabelecidas pelo Banco Central brasileiro – que acabam, sem dúvida nenhuma, dificultando e, às vezes, até mesmo emperrando os procedimentos de liberação de emendas. Eu acho que o entendimento, o diálogo e o exercício da boa conversa e da boa política, sem dúvida alguma, devem ser a melhor recomendação para melhorarmos a relação das gestões públicas municipais e estaduais com a Caixa Econômica Federal, principal instituição financeira repassadora dos recursos do Governo Federal. Essa é uma questão.

De outro lado, não podemos aceitar, em hipótese nenhuma, o discurso de desqualificação da Caixa Econômica Federal. Isso nós não vamos aceitar, porque, a despeito da ameaça de privatização da Caixa

Econômica e do Banco do Brasil, essas duas instituições são, sem dúvida nenhuma, as mais importantes do Brasil na operacionalização das políticas públicas; são as mais importantes hoje utilizadas pelo Governo Federal na adoção de políticas macroeconômicas e têm sido fundamentais para salvar o Brasil até mesmo das crises internacionais.

É imprescindível que relembremos o ano de 2009, quando a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil cumpriram um papel de maior relevância na superação da crise que se abateu sobre todos os países capitalistas. Nós, de certa forma, conseguimos superar a crise com muita competência com a participação decisiva da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil. Agora, novamente, a crise econômica se abate sobre a Europa, especialmente sobre a União Europeia, e a Caixa Econômica e o Banco do Brasil estão sendo fundamentais. O melhor exemplo, que tem sido elogiado por todos, pela população brasileira e pelo meio empresarial, é a adoção de uma política de redução da taxa de juros, em relação à qual a Caixa Econômica tem cumprido um papel extraordinário.

Eu faço o destaque da importância dessas instituições financeiras. Sou Deputado eleito pela Bahia e lá já ultrapassamos 100 mil habitações por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida. Sou do Município de Vitória da Conquista e estamos construindo 7.500 mil habitações populares por intermédio da Caixa Econômica Federal. Portanto, queremos destacar o papel fundamental e preponderante que a Caixa Econômica Federal tem exercido para o desenvolvimento nacional. No nosso Estado, duas novas superintendências foram criadas recentemente, inclusive uma lá no Município em que resido, Vitória da Conquista, o terceiro mais importante do Estado. Por isso faço esta mediação na defesa do exercício da prática da boa política, como deve ser naturalmente exercida essa atividade humana.

É preciso melhorar os procedimentos? Sim. Existem problemas com a Caixa Econômica? Existem. Há situações até inexplicáveis, muitas vezes de responsabilidade de uma gerência ou da incapacidade de gestão desse ou daquele funcionário? Sim. Agora, por outro lado, não podemos, em hipótese alguma, concordar com o discurso muitas vezes partidário – é até compreensível – de querer desqualificar essa que é, sem dúvida alguma, talvez hoje a maior instituição financeira do Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Deputado Waldenor.

Ilustre Parlamentar do Estado de Alagoas, Joaquim Beltrão.

O SR. DEPUTADO JOAQUIM BELTRÃO – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu já fui Prefeito e confesso que gostei bastante de trabalhar com a Caixa Econômica. Na época, era mais ou menos o que se propõe hoje: começava-se a obra com dinheiro na conta. Aí, quando a obra terminava, ela estava fiscalizada, tranquila; não havia problema algum de inadimplência, nem com o TCU nem com ninguém. Eu, na época, achava interessante e gostava muito.

Naturalmente, as emendas de cada Parlamentar eram em menor número, a quantidade de recursos também era bem menor, e a Caixa dava conta disso. Mas, no meu entender, hoje não está conseguindo mais.

Agora mesmo, há pouco tempo, fez-se um esforço concentrado para tentar salvar as emendas de 2007/2008. Esqueceram as de 2009. Vamos esquecer 2009 para pegar 2007 e 2008. Pegaram para 2009, vamos esquecer 2010. Agora vão pegar 2010 e também não dá mais tempo. Então, muitas emendas em 2010 vão ser perdidas, porque houve esse esforço concentrado para salvar 2009.

Aí, 2010, ou dá mais um prazo para analisar, porque só para fazer uma licitação leva em torno de 60 dias, e quem não conseguiu até então, está aprovada, conseguir licitar e já era. Se for para o Ministério das Cidades, ainda tem um tal de SPA, sei lá o nome, e a burocracia aumenta mais ainda, que naquele tempo não existia.

Vejo os Prefeitos dizendo que a Caixa tem uma culpa muito grande, que é culpa da Caixa por não dar conta, e vejo também a Caixa dizendo que a culpa é dos Municípios porque não têm capacidade nem gente qualificada. Nessa briga quem perde é o povo, e caberia, no meu entender, à Caixa Econômica – eu já até solicitei no passado, uma certa vez – promover cursos. E não é de graça: cada Município pagaria a inscrição do seu engenheiro, contrataria um. Porque hoje você está limitado a poucos engenheiros que conseguem dialogar com a Caixa no mesmo nível dos seus funcionários.

Eles não têm, entre os funcionários, o mesmo nível. Você pega um projeto, o engenheiro começa a analisar. De repente, o engenheiro foi solicitado para outro projeto. Outro engenheiro começa a analisar, e parece que começa a correr do zero, porque ele pede coisa que o outro já tinha aprovado; ele descobre, na sua concepção, outro tipo de demanda, e aí começa o projeto de novo a tramitar.

Então, é preciso nivelar o funcionário da Caixa como um todo, mas nivelar também o funcionário da prefeitura por meio da Caixa. É como o avião que cai. Quando cai um avião, procura-se saber o que acon-

teceu para que o próximo avião não caia. Então, cai sempre avião, e continua caindo. Espero que a Caixa promova um curso para os funcionários dos Municípios e da própria Caixa Econômica.

Vou concluir, mas, Sr. Presidente, se puder pedir ao Governo para postergar um pouquinho esse prazo, seria interessante. Se esse atraso ocorreu, foi para salvar o ano 2009.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Mourão.

O SR. DEPUTADO ALBERTO MOURÃO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parabenizo V.Exa. pela iniciativa desta audiência. Os membros da Comissão, os demais Parlamentares, enfim, todos neste Congresso que representam alguma região apresentaram emendas.

Eu estava atento às palavras do Deputado José Carlos. Penso que S.Exa. tem razão quando diz que algumas cidades não têm funcionários concursados em seu quadro de engenheiros. Num País aquecido, onde há falta de profissionais, se a Caixa hoje não consegue contratar engenheiros para seus quadros, quiçá a Prefeitura de uma cidadezinha de 5 a 10 mil habitantes. Por isso, a Lei de Responsabilidade Fiscal foi sábia, estabeleceu obrigações com cidades acima e abaixo de determinado padrão. Enfim, ela fez cumprir obrigações que as cidades não teriam condições, tais como: contratar contadores formados com capacidade técnica. Na verdade, aqueles que têm pós-graduação e muito mais dados em seu currículo vão para cidades maiores em busca de salários melhores.

Vou citar um exemplo de uma cidade pequena do meu Estado, São Paulo. Durante a campanha, tive a felicidade de percorrer duzentas e tantas cidades. Estive numa cidade chamada Redenção da Serra, com 4 mil habitantes. A menos de 80 quilômetros estão São José dos Campos, Taubaté, cidades pujantes na região da Serra. Sabem o que havia lá? Uma ambulância na cidade à porta de um ambulatório fechado que fazia a remoção de pacientes à noite e durante o dia para Taubaté e para São José. Sabem por quê? Não é porque o prefeito de lá é irresponsável e incompetente, é porque não se consegue contratar um médico.

Se generalizarmos, começaremos a dizer que a Caixa é incompetente, e não o é, diremos que os prefeitos são irresponsáveis e incompetentes, e não o são. Na realidade, existem "n" brasis no Brasil. Até o meu Estado, que é pujante e forte, passa por isso. No Vale do Ribeira, tem-se que implorar para alguém ir lá trabalhar, porque é a parte mais pobre do Estado de São Paulo.

Se começarmos a fazer esse tipo de análise, a colocar a culpa no coitado do prefeito de uma cidade pequenina, que tem de implorar para alguém ir até lá trabalhar – em Redenção da Serra, possivelmente, não existe um engenheiro contratado em concurso –, se ele conseguir nomear alguém para cargo em comissão, se ele conseguir pagar algum salário para esse funcionário, este não terá cargo efetivo e nunca terá, possivelmente porque as cidades-pólos da região irão absorvê-lo, e, o mesmo não ficará naquela cidade.

Então, se não pensarmos em algo diferente para atender a essas cidades pequenas, teremos problemas.

Chamo a atenção para outro aspecto grave. Trata-se de licitações já realizadas, as máquinas terem sido entregues, sem o pagamento ter sido efetuado. Conheço uma cidade onde os recursos haviam sido liberados, ela tinha dinheiro, mas teve de esperar 2 anos para comprar um ônibus escolar, porque não havia ninguém para fornecer o produto. Abria o edital e dava deserto, isso relativo a uma emenda. Nenhuma empresa quer participar de licitação de Prefeitura, porque não vão receber. Naquela empresa, possivelmente, não se inscreverá mais no edital de licitação para fornecimento de equipamentos, por medo de pagar mico, esperando o pagamento.

Então, primeiro, haverá problemas de incentivo a editais desertos. Passaremos a ter problemas com o fornecimento para as Prefeituras. Segundo, estamos à porta de uma eleição. Sabem o que vai acontecer nessa cidade? Vão dizer: *"O prefeito sumiu com o dinheiro e não pagou a máquina, por isso que ela não sai."* Alguém duvida disso? O que mais escutamos em campanha é que o dinheiro sumiu, que o dinheiro veio, que foi paga a obra e ela não foi feita. Isso é o que mais ouvimos. Cada um faz sua versão política. Na verdade, as pessoas não sabem fazer uma discussão política dos programas.

Portanto, vejo com muita preocupação essa atitude.

Alguém falava sobre tabela de preço. E o mineiro falava sobre preço. Tenho percebido os prefeitos reclamarem da demora para aprovar o edital. A Caixa, na verdade, virou um trabalho individual de contas, um crivo antecipado de edital.

Demora-se para aprovar o edital. E, quando o edital é aprovado, passam-se meses. Essa é a informação que obtive sobre aprovação de edital. Criva-se a tabela de preço. E aqui fica uma crítica que nós, no Congresso, também temos que acabar. Por quê? Aquela acusação de preço superfaturado, ou de preço superabaixo do preço, tem que acabar. Devemos efetivamente criar uma tabela nacional, uma SINAPI, porque se pegarmos uma SINAPI, se pegarmos uma

tabela do IDR – há diversas tabelas nacionais –, e compararmos os preços, acharemos preços superfaturados na tabela SINAPI, excessivamente altos.

E isso faz com que cada um que foi lá fazer a análise de um pré-edital diga que aqueles preços estão errados.

Precisamos fazer com que o Tribunal de Contas da União, junto aos Tribunais de Contas do Estado, se reúnam num órgão nacional e editem tabelas SINAPI regionalizadas, para termos um padrão que nos sirva de base, a fim de sabermos exatamente se aquele preço está ou não certo. Até porque comprar um insumo no Amazonas não é a mesma coisa que comprar no Rio Grande do Sul ou no Mato Grosso, onde aterro para fazer uma obra é às vezes mais barato do que num lugar onde há dificuldade de buscar jazidas.

Precisamos parar de ter pressa nesta Casa, mas também ter a pressa efetiva, Sr. Presidente, a fim de fazermos um debate para normatizar isso. Precisamos ter uma tabela nacional de preços para acabar com essa história de alguém mergulhando virar padrão. Depois, se a obra ficar mal feita, sem qualidade, quem pagará será a sociedade, e se tornará padrão chamar prefeito e governador de ladrão, quando, na verdade, não foi isso o que aconteceu.

Talvez a Caixa possa ser parceira para ajudar todos os órgãos a criarem uma tabela nacional. Sabem por quê? Eu tive a notícia de um prefeito que no edital, na preparação do edital e da planilha, a Caixa manda, primeiro, a planilha de custos da obra. Glosou e tem glosado taxa de mobilização, certo?

Alguém aqui conhece obra que não tenha taxa de mobilização? Alguém, em sã consciência de que vai fazer uma obra, vai fazer com que a empresa se mobilize para uma cidade distante e não faça acampamento sem custo? Ou ela vai colocar indiretamente no custo dos produtos, ou vai colocar ali 2%, ou 1%, ou o que for.

Se a Caixa Econômica cobra 2,5% para intermediar a elaboração disso, por que ela não quer que coloque no edital taxa de mobilização? Sabemos que aí fica meio difícil e começa o embate: paga ou não paga? Paga ou não paga? Paga ou não paga?

Também vejo outro aspecto, Deputado Felipe Maia, que serve até para o relatório de V.Exa.: produto que não agrega nada depois da industrialização. Não é o caso das ambulâncias, em que aconteceu todo aquele desastre, mas comprou uma máquina que não se está colocando nada, temos que simplificar o sistema de acessibilidade da compra para ser direto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Obrigado, Deputado Alberto Mourão, pela participação.

Temos só três Deputados inscritos. Vou passar a palavra para os três e depois vamos encaminhar: ilustre Parlamentar do Estado do Piauí, Assis Carvalho; posteriormente, Deputado Augusto Coutinho; e, para concluirmos, Deputada Cida Borghetti, nossa representante do Estado do Paraná.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO – Sr. Presidente, primeiro, quero louvar essa iniciativa, porque se há um banco que tem tudo a ver com a gente, com as Prefeituras e com o Brasil é a Caixa Econômica Federal, com seus 150 anos de história, que tem um *know-how* como nenhum outro banco tem neste País.

Eu acho equivocada a comparação de papéis. A Caixa tem um papel, o BB tem outro papel, o BNB tem outro papel, e todos têm papéis importantes para o desenvolvimento do nosso País. Acho que não tem que ser a Caixa, nem o Banco do Brasil, nem o Banco do Nordeste, cada qual tem o seu papel.

Penso que é preciso compreender algumas coisas, e o Deputado Gilmar Machado colocou muito bem aqui na sua fala, que se há um grau de responsabilidade que tem de ser aqui assumido, primeiro, somos nós. Somos nós que trabalhamos com a legislação, com as leis; somos nós que temos em nossas mãos a LDO. O grande problema é que a gente não assume o nosso papel e tende a passar para outros.

A Caixa Econômica, como tudo na burocracia do nosso País, tem seus problemas, que são muitos. Não vamos dizer que não tem problema. Agora vamos lembrar que a Caixa Econômica é subordinada a normas, a leis, algumas internas, outras do Ministério da Fazenda, do Ministério das Cidades. E ainda há o empoderamento exagerado do Ministério Público deste País, que acho que está exagerado demais; prefeitos que morrem de medo de trabalhar; aliás, hoje, bom no País, há um processo que bom é não trabalhar, porque quem trabalha corre risco.

Então, há o desestímulo de trabalhar do coitado do prefeito de uma cidadezinha do interior, porque ele está, 24 horas por dia, correndo o risco de terminar, porque produziu, saindo como ladrão do seu Município, sem levar nada. Eu conheço prefeito hoje que não tem uma casa para morar e está endividado para o resto da vida, como se fosse gatuno. É preciso fazer também um debate mais profundo sobre esses acontecimentos.

Nós temos problemas. Este País cresce de forma vertiginosa de 2003 para cá. As Prefeituras, é bem verdade, talvez não tenham se adaptado bem a isso. Temos, por exemplo, o Programa Minha Casa, Minha Vida 1 e 2. E se pegarmos o 1, por exemplo, outro dia vi aqui a Ministra Miriam Belchior prestando uma conta: de 1 milhão e 200 mil casas construídas, 1 milhão e 6 mil foram construídas pela Caixa. Os outros bancos,

juntos, construíram em torno de 100 mil casas. Tudo isso apesar dos problemas da Caixa.

Vamos resolver os problemas. Mas alguém que, de 1 milhão e 200 mil, constrói mais de 1 milhão sozinho, eu acho que tem de merecer um destaque de louvor. É muito fácil a gente tratar de um problema de um bom atendimento de um Bradesco, que vende apenas dinheiro. Agora, põe o Bradesco para colocar o que ele chama – o que nós discordamos – de lixo bancário, que são as ações sociais, as filas do desassalariados, o Bolsa Família. Será que ele teria realmente i, atendimento qualificado?

Então, é preciso também fazer um certo olhar com o que a gente está trabalhando neste País. Realmente, se há alguns problemas, precisamos administrar.

Outro dia estive na Caixa Econômica conversando com a direção, porque acho que a Caixa Econômica se vende mal. Acho que esse é outro problema. Ela não tem tido capacidade de *marketing* de mostrar o quanto tem ajudado este País crescer. E eu ouvi a seguinte frase: *"A Caixa é a grande inimiga dos Prefeitos".*

Ora, colocamos há pouco que se há uma coisa que prefeito está sofrendo, coitado, é com o bichinho chamado CALC. Todos os dias os pobres estão entrando na inadimplência por mil problemas. E a Caixa não tem responsabilidade sobre isso, a culpa não é dela. Então, precisamos também dividir aqui os problemas que naturalmente surgem nessa situação.

Estou colocando isso porque compreendo que é preciso melhorar alguma coisa, nada é perfeito. A Caixa tem muitos problemas, para concluir, Sr. Presidente, e precisa melhorar alguma coisa. Mas nós, enquanto Parlamentares, precisamos pensar em como resolver uma situação junto ao nosso Governo para criar uma área de desburocratização. Acho que há uma burocracia exagerada.

Fico pensando, meu querido Paulo Pimenta, se nos dias de hoje ainda fôssemos construir uma capital como Brasília; se em 200 anos, com as normas que temos, a gente conseguiria construir. Hoje é uma loucura. Fui gestor do meu Estado, fui Secretário de Estado e sei o quanto um Secretário, um prefeito, um cidadão que queira trabalhar neste País sofre. É caro trabalhar neste País. É muito mais caro trabalhar do que ficar deitado. O bom gestor hoje é aquele que não trabalha, que não produz, porque ele não corre risco.

Esse é o papel que nós, enquanto Parlamentares, temos que assumir mais de frente. Temos que ter mais coragem; temos que elaborar leis que ajudem este País a se desenvolver; temos que desburocratizar um pouco mais, dialogando com o Governo. A Caixa tem problemas, não estou tirando os problemas que existem. Mas muitos problemas existentes na Caixa não são originários da própria Caixa, são originados de leis burocráticas que dificultam o trabalho, de leis que surgem em outros Ministérios, de leis que muitas vezes surgem aqui, com a nossa anuência.

Estou concluindo, Sr. Presidente. Há a preocupação de a Caixa avançar cada vez mais, de ter um papel relevante no País, de melhorar algumas coisas internas. Também gostaria neste momento de dividir as responsabilidades com o Parlamento, com outras áreas do Governo e os problemas que os pobres e humildes prefeitos sofrem demais País afora por causa da burocratização.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado.

Com a palavra o Deputado Augusto Coutinho.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente, gostaria de parabenizar o companheiro, Deputado Felipe Maia, que trouxe à Comissão esta discussão.

Quero, muito mais do que fazer uma pergunta ou uma sugestão, fazer constatação. Vejo, diante do que os Parlamentares aqui falaram e passaram de suas experiências, que a questão está muito mal encaminhada. O problema não é unicamente da Caixa. Os problemas não são dos prefeitos. Na verdade, o problema é do encaminhamento. O que se tem de fazer é diminuir, encurtar a distância entre o dinheiro que sai de Brasília e chega à ponta, na Prefeitura.

Não faz o menor sentido colocar a Caixa Econômica no meio disso, porque a Caixa faz – e muito bem – e desempenha um papel social importante na construção de habitações de que o País muito precisa. É preciso colocar a Caixa Econômica no gerenciamento dessa burocracia.

Se sai uma emenda parlamentar e o Parlamentar a destina para a Prefeitura, o prefeito tem de aplicar bem. Se ele não o fizer, cabe ao Tribunal de Contas cobrar do prefeito e prendê-lo, se for o caso, se ele for ladrão. Mas se não for, ele tem de prestar conta daquele dinheiro. Então, muitas vezes é o jeito brasileiro. Se aumenta essa distância toda, aí, sim, se aumenta a corrupção. Quanto mais distante estiver o dinheiro de Brasília, até chegar a um Município pequeno e pobre do interior, mais há toda esse rede de interesses envolvida. É isso o que gera corrupção.

Na verdade, o dinheiro deveria ser destinado para as Prefeituras. Foi dito há pouco por um companheiro que hoje um grave problema com todos os prefeitos são os CALCs**.** Às vezes, há recursos para uma Prefeitura, mas, por exemplo, no Estado de Pernambuco, um Estado pobre, numa região pobre do País, mais de 80% das Prefeituras estão envolvidas e sem um CALC disponível para receber recursos.

Sr. Presidente, a Caixa tem culpa pela burocracia? Tem. Mas, na verdade, o problema é que a forma está feita diferente. A forma é feita equivocadamente. E assim não vai funcionar. Então, acho que cabe a esta Comissão dizer ao Tribunal de Contas que tem de ser assim e o Tribunal fiscaliza. Ele é bem pago para isso e tem de fazer isso. O prefeito que não aplicar direito deve ser penalizado. E terá de responder a quem deve responder: ao povo que o elegeu e não o elegerá mais.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Deputado Augusto Coutinho.

Com a palavra a Deputada Cida Borghetti.

A SRA. DEPUTADA CIDA BORGHETTI – Sr. Presidente, Deputado Paulo Pimenta, cumprimento V.Exa., que muito bem vem conduzindo os trabalhos desta importante Comissão. Parabenizo o Deputado Felipe Maia, autor do requerimento de realização desta audiência pública. Cumprimento o Prefeito Mariovane Weis, os demais prefeitos e prefeitas e os Superintendentes da Caixa Econômica, Ana Cristina e José Carlos.

A minha cidade é Maringá. Quero cumprimentar a Caixa Econômica regional que muito bem vem atendendo às Prefeituras, com seus contratos já firmados.

Quero apenas fazer uma solicitação. Talvez, o aumento do número no quadro de funcionários, de técnicos, serviria para evitar a demora nas análises dos processos e da medição das obras. Acho que é um caminho burocrático, técnico, sugerir que a Secretaria de Relações Institucionais do Palácio – SRI encaminhe à Caixa os restos a pagar integrais dos contratos de obras iniciadas, para que as obras não parem e os prefeitos não fiquem em situação humilhante, sendo cobrados, principalmente, das empresas que normalmente são pequenas e correm o risco de quebrar porque dependem dos recursos para o bom andamento das obras.

Falei há pouco com um prefeito do Rio Grande do Sul, Estado de onde saiu minha família, meus pais e meus irmãos, eu já nasci no meio do caminho, em Santa Catarina, e cheguei ao Paraná muito cedo, mas temos desse Estado referência muito positiva. E o prefeito aqui me disse o seguinte: *"Deputada, como é que faz quando a obra foi licitada, entregue, inaugurada e o dinheiro ainda não chegou, o repasse não veio do Ministério?".* Penso que aí existe um problema técnico, fácil de ser resolvido.

O ideal seria que as emendas parlamentares tivessem o mesmo tratamento dos contratos do PAC, pois é uma prioridade do Governo da Presidente Dilma, e não faltam recursos para o pagamento das emendas dos contratos do PAC. Então, seriam algumas sugestões práticas e rápidas para o bom andamento.

No mais, desejo sucesso à Caixa Econômica, que goza do respeito da população brasileira. E os senhores têm um papel fundamental na tramitação e, sendo meio entre o Governo Federal, os Parlamentares e os Municípios.

Era o que tinha a dizer.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Pimenta) – Obrigado, Deputada.

Senhoras e senhores, vou devolver a palavra ao Sr. José Carlos Medaglia, para que conclua sua participação. Antes, quero chamar a atenção para uma coisa que acho muito importante.

Não sei se todas as senhoras e os senhores sabem, a Comissão de Orçamento tem a dinâmica de que nenhum Parlamentar pode ser membro dela por 2 anos seguidos. Portanto, nenhum de nós, atuais integrantes da Comissão, participamos da elaboração da LDO que há hoje, mas podemos melhorá-la para o ano que vem.

Muitas das questões aqui levantadas são resolvidas na LDO. Por exemplo, aqui foi falado sobre o valor mínimo do convênio para obra de 250 mil. Isso está na LDO. Mas também não é impeditivo, por exemplo, que se tenha mais de uma obra no convênio. Então, não é preciso fazer uma quadra de 150 por 250, podem-se fazer duas obras no mesmo convênio. Quem dispôs a respeito disso foi a LDO, assim como o valor da emenda de 100 mil para equipamentos e uma série de outros dispositivos aqui identificados.

Então, Deputado Assis, Deputada Cida, Deputado Waldenor, teremos um trabalho muito importante, no próximo período, em cima da LDO, para encontrarmos mecanismos que simplifiquem essa tramitação. Esta audiência também está servindo para termos essa compreensão.

Antes de devolver a palavra ao Medaglia, na pessoa do Prefeito Fernando Marinho, de Ivorá, e do Prefeito João Vestena, de Júlio de Castilhos, quero cumprimentar todos os prefeitos do interior do Rio Grande do Sul aqui presentes e, na pessoa da Vereadora Caroline Telles, da Câmara de Vereadores de Taquara, dos Vereadores Clóvis José da Silva e Mário Pio, de São Jerônimo, cumprimento todos os vereadores e vereadores que também estão aqui prestigiando esta nossa audiência. Além de cumprimentar, evidentemente, mais uma vez, a pessoa do Prefeito Mariovane, que representou todos os prefeitos do Brasil nesta audiência, e o Deputado Felipe Maia pela iniciativa.

Creio que todos nós ficamos extremamente satisfeitos com o resultado, o andamento e os desdobramentos que teremos daqui para a frente nas questões que envolvem esse tema.

Levantei há pouco para o Medaglia, e vou propor uma reflexão nossa sobre isso agora, imediatamente na Comissão, que, talvez, com relação à Lei de Acesso a Informações que entra em vigor hoje, possamos avançar em algumas questões. Por exemplo, seria muito interessante se pudéssemos ter disponibilizado para o prefeito, para os vereadores e para nós o dia que determinado recurso está pronto para ser pago no Ministério. Essa informação seria fundamental para sabermos se o problema está na Caixa, no Ministério, ou se falta o financeiro.

Então, por exemplo, se tivéssemos a informação, na página do Ministério ou em algum lugar, da "tramitação conclusa", saberíamos que ali está faltando só o financeiro. Talvez, inclusive, incluiríamos na LDO um dispositivo sobre a transparência da tramitação que nos permitiria mecanismo melhor de acompanhamento de todos os passos da tramitação do processo no Governo, para sabermos a qualquer momento onde ele está. Quem sabe, isso simplificasse um pouco a nossa dificuldade de saber exatamente onde está o problema e por que efetivamente não foi pago.

São coisas que podemos levar para o debate da LDO, e acho que qualificaria e facilitaria, inclusive, a vida dos atuais e também dos futuros prefeitos e prefeitas.

Agradeço, mais uma vez, ao Medaglia e à Ana Cristina. Gostaria que o Medaglia respondesse às questões e fizesse suas considerações finais na nossa audiência. Agradecendo mais uma vez à Caixa a disponibilidade, a boa vontade e o diálogo permanente que tem tido conosco.

A palavra está à disposição de V.Sa..

O SR. JOSÉ CARLOS MEDAGLIA FILHO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Antes de tentar responder pontualmente o que ainda me resta colocar, agradeço à paciência dos senhores, que, até esse horário, permanecem aqui interessados neste assunto. Não posso deixar de lamentar aqueles Srs. Parlamentares que fizeram questionamentos e, infelizmente, tiveram de se ausentar, porque acho que perdem a oportunidade de sair daqui com esclarecimentos importantes daquilo que foi colocado.

O Deputado Felipe Maia fala em contradizer o Governo e confirmar a existência de um contingenciamento. Preciso fazer um reparo, se me permite.

De parte da Caixa, instituição que represento, não posso usar o termo contingenciamento e confirmar que não há fluxo financeiro vindo do Tesouro e dos Ministérios para as emendas. O que posso afirmar é que, embora exista esse fluxo, em nenhum mês deixamos de ter repasses que irrigam essas contas. O que temos percebido, talvez, seja o descasamento entre esse fluxo e a necessidade do avanço das obras.

Preciso fazer esse reparo porque percebo, da parte da SRI, esforço muito grande de fazer chegarem às instâncias do Governo os pleitos dos prefeitos. Temos tido muita parceria ao prestarmos informações e termos a compreensão da SRI. Parece-me que o volume de recursos hoje alcançado pela União para os Municípios é de tal monta que, talvez, o Governo não tenha conseguido responder na mesma dinâmica. Mas nós temos, sim, fluxo permanente de recurso, e eu não poderia utilizar a palavra contingenciamento.

Segundo ponto que acho merece esclarecimento é com relação a haver um monopólio da parte da Caixa nos repasses da União. Conforme disse no início da minha exposição, qualquer banco público, qualquer instituição financeira pública, está autorizada a operar tanto na modalidade de convênio quanto na modalidade de repasse. Quando a Caixa atua como convênio, ela o faz exatamente igual ao Banco do Brasil ou a qualquer outra instituição. Portanto, é um fluxo sumário, recurso diretamente para o Município. Funcionamos apenas como um agente financeiro que abre a conta.

No caso do contrato de repasse, todas as instituições também estão autorizadas a operar. Até o momento, apenas a Caixa foi a que melhor se preparou para estar presente nos 5.500 Municípios, com 78 regionais, com capacidade de, em 48 horas, fazer uma vistoria de obra com os nossos quase 5 mil empregados dedicados a esse processo mais 3 mil credenciados.

Então, não há por que se falar em monopólio. Há que se falar em escolha de cada Ministério ao optar por esta ou por aquela instituição e em que instituições se preparam para fazer convênio ou contrato de repasse. Acho que esse é o debate bem fundamentado.

O Deputado Gilmar Machado me deixou bastante satisfeito com a lucidez com que expõe a questão, colocando muito bem que nós temos avançado muito, que a portaria representa um ganho extraordinário e de que precisamos agora colher os resultados dessa portaria. A Caixa se propõe a continuar sendo parceira de primeira hora.

Há cerca de um ano e meio, quando começamos as discussões que resultaram na portaria, não nos parecia factível, mas nós conseguimos angariar simpatias para essa causa, que vieram das entidades municipalistas, que vieram de segmentos do Congresso e de dentro do Governo. Obtivemos um avanço significativo.

Continuamos preparados para continuar esse debate, que acho fundamental.

Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, quero dizer que temos uma preocupação especial com a Região Norte, sim. Tanto que, das 14 unidades abertas, duas delas são exatamente no Estado do Pará. Acho que foi uma certa influência da Ana Cristina para

que contemplássemos isso. São regiões remotas em que tínhamos muita dificuldade de chegar. E os Municípios, de fato, são carentes.

Quero fazer a defesa do critério que usamos para colocar os nossos representantes. Nós refletimos muito sobre isso. Chegamos à conclusão de que, se nós disponibilizarmos empregados para todos os Municípios, até supostamente os mais carentes, não teremos uma condição operacional para fazer isso. São mais de 5 mil Municípios.

A opção que nós fizemos tem uma lógica, e no futuro eu espero que ela se justifique. Qual é? São 283 Municípios com mais de 100 mil habitantes. Nesses nós temos uma condição operacional imediata de alocar um empregado. Esses são os Municípios que têm um maior número de contratos.

Portanto, pretendemos que esses Municípios sejam aqueles exemplares onde nós deixamos de ter problema, onde a documentação chegue numa situação tecnicamente melhor e que nos permitam desincumbir da nossa tarefa com mais facilidade. Isso vai permitir que nós utilizemos as equipes das nossas regionais justamente para atender os Municípios menores.

Nós estamos tentando tirar da nossa agenda, digamos assim, os Municípios com mais de 100 mil habitantes, porque esses chegarão numa condição tão favorável que os processos terão uma tramitação fácil, ágil. Com isso, nós dedicamos as nossas equipes para fazer, de maneira itinerante, as visitas aos pequenos Municípios. Essa é a lógica. Eu espero que consigamos ter um bom resultado com isso.

Deputado Joaquim Beltrão, quero referir-me à sua preocupação com relação aos Restos a Pagar – RAP. Temos, felizmente, um índice muito alto de salvamento dos RAP.

Eu descrevi aqui um quadro preocupante de 6 mil operações de 2 bilhões e 500 milhões de reais, mas tivemos esse mesmo momento em 2009, em 2010, e não o tivemos em 2011, porque ficou para 2012. Nós conseguimos salvar, nas duas ocasiões, mais de 90% das emendas. Fizemos um mutirão, que estamos propondo fazer agora, de recepção de documentos, de análise em tempo recorde, e conseguimos, nesses dois últimos anos, salvar, inclusive, aquilo que chega no último dia, porque negociamos com o Ministério do Planejamento o prazo de uma semana para anotarmos no SICONV o que foi salvo e o que não foi, que é o prazo com o qual nós trabalhamos.

Então, vamos fazer isso de novo. Fazemos isso com muita energia e determinação. Precisamos da parceria dos Municípios. Aquilo que chegar em prazo viável, aquilo que chegar com documentação incompleta nós buscamos em conjunto. E nós vamos de novo salvar, tenho certeza, mais de 90% dos RAP, mas precisamos trabalhar juntos.

Esse é o nosso histórico. Acho que o nosso histórico nos autoriza a termos esse desafio pela frente.

O Deputado Joaquim Beltrão também coloca a necessidade de nós treinarmos o pessoal da Prefeitura. Eu quero só reiterar o que disse no início. Nós já treinamos mais de 100 mil gerentes de contratos de prefeituras – aquela pessoa que o prefeito escolheu como seu gestor dos contratos de repasses. Nos últimos 2 anos nós treinamos 6 mil desses gerentes, e para este ano a nossa agenda é treinar mais 1.000, 1.500 para ajudarem a nos ajudar.

Temos cursos da Universidade Caixa abertos para os empregados de prefeituras e temos um curso bastante aprofundado sobre o SICONV, que é uma necessidade dos Municípios. Tudo isso está disponível na nossa universidade com cursos a distância. Nós podemos, para qualquer Município que queira, fazer um convênio e liberar o acesso para seus empregados. É a contribuição que podemos e devemos dar.

O Deputado Alberto Mourão levanta a questão da tabela de preços do SINAPI. Eu queria fazer um esclarecimento, porque é importante a gente se aprofundar em determinados temas que são técnicos. O SINAPI é uma tabela de referência de preços originalmente de uso interno da Caixa que, a partir da LDO de 2003, passou a ser aplicável para todos os contratos públicos.

O SINAPI é regionalizado. O SINAPI é calculado mensalmente para as 27 capitais do País, com preços de insumos apurados pelo IBGE nas 27 capitais todos os meses. Então, não é pouco frequente que as equipes técnicas dos Municípios tenham dificuldade de entender as tabelas e, por desconhecimento – isso está publicado no *site* da Caixa –, não naveguem em todas as tabelas estaduais. Frequentemente eu tenho reclamações de prefeitos de que a tabela que está lá é de um Estado que começa com a letra A. É o primeiro que está publicado, mas se ele procurar nas tabelas seguintes constam as 27 capitais.

Então, o SINAPI pode eventualmente ter alguma dificuldade, mas ele já é regionalizado. São mais de 5 mil insumos e composições que são visitados pelo IBGE mensalmente. O SINAPI pode ter alguma deficiência? Seguramente tem, mas ele é a melhor referência de preço de que dispomos e ele tem uma consistência elogiada frequentemente pelo próprio TCU. Então, estamos abertos a aprimorar, mas acho que precisamos ajudar as equipes das prefeituras a dominarem melhor esse procedimento.

Com relação à taxa de mobilização, a vedação que nós temos é com relação a esse item fechado, até por recomendação do Tribunal de Contas. Que existem

custos de mobilização nós reconhecemos. Contanto que isso venha devidamente especificado no Orçamento, nós poderemos acatar. Então, ao invés de taxa de mobilização, contanto que se descreva que custos são esses – transporte, alojamento, preparação do canteiro, horas de máquina para preparação do terreno –, eu não vejo dificuldade. Se persistir alguma dificuldade, eu gostaria de saber, porque aí eu preciso instruir melhor a minha regional. Há solução para isso.

O Deputado Assis Carvalho comentou uma coisa que eu acho fundamental e que o nosso Presidente tem dito muito. Nós fomos muito criticados no processo de repasse da União. Nós não somos criticados quando fazemos convênios, e não contratos de repasse, e nós não somos criticados no Minha Casa, Minha vida. Por que será? Por que o convênio roda bem e o contrato de repasse é todo segmentado? Por regras legais, normativas, normalmente externas à Caixa.

Um dos orgulhos que nós temos mais recentemente é o programa Minha Casa, Minha Vida. O que diferencia o Programa Minha Casa, Minha Vida de outros programas? A Presidência da República concedeu à Caixa um *status* extraordinário nesse programa, principalmente no Minha Casa, Minha Vida 1. Nós tivemos oportunidade de fazer um programa em prazo recorde com regras que tivemos grande autonomia para estabelecer. Nós contratamos, no espaço de tempo de um ano e poucos meses, mais de um milhão de casas, das quais mais da metade já estão entregues; e nós já estamos contratando perto de 500 mil do Minha Casa, Minha Vida 2.

A nosso julgamento, porque nós tivemos autonomia de fazer as regras, porque nós conseguimos colocar na rua, enquanto o burocrata estava cochilando, é um programa que roda. E é isso que nós preconizamos em todos os fóruns a que vamos. Se nós tivermos regras boas, bem discutidas, e aproveitarmos o cochilo do burocrata de plantão, este País roda, sim. Nós temos capacidade para fazê-lo rodar. E é isso o que vamos defender em todas as discussões desse tipo.

Por fim, queria fazer um comentário com relação à participação da Deputada Cida Borghetti de que, de fato, nós temos um investimento já feito – e em curso – para aumentarmos a nossa capacidade operacional. No Estado do Paraná, nós abrimos mais uma regional nossa, que é em Ponta Grossa, desonerando um pouco Curitiba, que centralizava muito as operações. Nós temos mais outras unidades em Londrina, Cascavel e Maringá. Completamos a ampliação agora, com Ponta Grossa, e estamos aumentando nosso quantitativo de pessoas. Fizemos um novo edital de credenciamento de empresas terceirizadas de engenharia.

Temos o propósito de fazer uma avaliação todos os anos, o que o nosso Presidente já autorizou. Na medida em que verificarmos necessidade de aporte de gente ou de empresas credenciadas, novos editais. Fizemos um edital para engenheiros e arquitetos, agora, no mês de abril, e vamos contratar cerca de 400 novos engenheiros para completar o nosso quadro até o meio deste ano.

Então, esses são os investimentos que estamos fazendo, tentando ser atentos a todos esses movimentos que o País está tendo.

Acho fundamental que relembremos que o volume de recursos que nós tínhamos, há cerca de 7 ou 8 anos, era ínfimo. Então, isso justificava que os Municípios, os Estados, as companhias de saneamento e a própria Caixa estivessem desmobilizados. O movimento a que nós assistimos desde o início do PAC para cá é de remobilização, de qualificação de equipes técnicas.

E penso que a Caixa vem respondendo a essas demandas. É preciso que continuemos esse jogo, e é preciso que os demais parceiros também venham para ele. Espero, sinceramente, que tenhamos continuidade de investimentos, porque é isso o que vai garantir que nós tenhamos equipes sólidas. Eu entendo perfeitamente o dilema de um prefeito que não consegue lotar um médico no seu posto de saúde, a dificuldade que ele vai ter em colocar um engenheiro, a opção dele por botar professores, botar cinco professores em vez de colocar um engenheiro na sua área técnica. Eu entendo isso perfeitamente, mas essa é uma condição que nós precisamos avançar. Não é possível tratarmos disso com o volume de recursos que estamos tratando hoje, sem boas equipes técnicas.

A Caixa vem tentado prestar assistência técnica, mas temos alguns limites, há certas coisas que não há como o Município não fazer. É importante que ele tenha gente no quadro? Acho que sim. Na medida em que isso não seja possível, que ele tenha boas empresas contratadas que possam fazer os seus projetos.

É isso o que temos preconizado, e acho que a Caixa vem dando sua contribuição e pretende responder, na medida em que o Governo continue confiando nela.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado.

A SRA. ANA CRISTINA DA CUNHA WANZELER – Eu só queria fazer um registro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Por gentileza.

A SRA. ANA CRISTINA DA CUNHA WANZELER – Obrigada.

Eu só queria fazer dois rápidos registros. O primeiro é com relação a nós operarmos convênios. A

minha área é de repasses também. Nós operamos, no ano passado, 3,8 bilhões de reais em convênios, o que não dá ruído nenhum. Então, sempre pedimos que o prefeito, na hora de fazer a escolha, quando ele quer determinada operação, que ele realmente opte pelo contrato de repasse ou pelo convênio. Se ele puder optar pelo convênio, o convênio não tem as regras do contrato de repasse, como bem foi dito aqui pelo Medaglia. Então, acho que esse é um registro importante. E o convênio não dá ruído nem no Banco do Brasil, nem na Caixa, em lugar nenhum.

O segundo registro é com relação à nossa participação da Caixa no GT Interfederativo, que é uma continuidade da Portaria Interministerial nº 507, de 2011. Nós estamos lá com a incumbência de levar uma sequência e um acompanhamento de se realmente os efeitos da portaria estão acontecendo na desburocratização. Um dos componentes é a FAMUS. Lá nós estamos abertos a que os senhores nos encaminhem as suas ideias, o que pode ser levado a esse GT, que isso possa contribuir nesse nosso trabalho. Há representantes de todas as frentes de Municípios. Então, acho que é importante este registro porque esse trabalho continua. O que for encaminhados peles senhores lá certamente será levado para discussão do GT.

No primeiro dia da reunião, foi levada a necessidade de alteração da LDO. Foi o primeiro ponto a ser levado lá. Felizmente, isso foi considerado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Ana, eu gostaria, inclusive, se houvesse essa disponibilidade, só que isso tem que ocorrer rapidamente, que nos encaminhassem sugestões sobre a LDO e o que entendem que possa ser melhorado na LDO para facilitar essa tramitação e agilizar esse processo da relação com os Municípios.

A SRA. ANA CRISTINA DA CUNHA WANZELER – Perfeito. Eu acho que é essa parceria que nós precisamos continuar construindo.

Por fim, quero dizer também que em nós da Caixa – e, certamente, em muitos dos senhores também – dói muito o discurso de desqualificação da instituição, assim como dói quando escutam o discurso de desqualificação desta Casa. Os senhores sabem o quanto de trabalho dá para desconstruirmos isso. Então, esse é o nosso papel também, essa imagem negativa ser desconstruída diariamente.

Eu prometo não levar daqui a impressão de que os que mais falaram negativamente, infelizmente, não ficaram para ouvir a nossa réplica porque não puderam ou porque preferiram sair já com essa impressão consolidada, o que me deixaria muito triste. Mas eu vou levar a melhor impressão do dia de hoje. Tenho certeza de que, se ficasse meia dúzia aqui, eu sairia com essa mesma impressão, porque os senhores têm condição de nos ajudar.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado.

O Mariovane quer fazer um registro. Depois, vamos caminhar para a conclusão.

O SR. MARIOVANE WEIS – Gostaria de agradecer a oportunidade, Deputado Paulo Pimenta. Este debate é muito importante para todos os Municípios brasileiros.

Gostaria ainda de afirmar que nós vimos boa vontade dos representantes da Caixa de encaminhar uma solução para os problemas de médio e curto prazos, mas a grande maioria dos Prefeitos que estão aqui reiteram a necessidade de resolver os problemas no curto prazo, um prazo anterior à eleição.

Para os Prefeitos é fundamental que os recursos prometidos conveniados e contratados cheguem ao caixa da Prefeitura ou ao caixa da empresa a que o Município está devendo. Nós precisamos que essa parceria da Caixa cobre o Governo, cobre o Ministério, cobre a Casa Civil. O Presidente da Caixa tem que ser o nosso representante nesse aspecto também. Afinal de contas, nós não entendemos muito de finanças. Afinal, a Caixa tem a chave do cofre. Por que não usa seu cofre, se for o caso, e socorre os Municípios?

É isso, nós temos que agilizar essas questões. Se o Governo Federal não tem o recurso, agora a Caixa tem. Então, empreste ao Governo e resolva o problema dos Municípios. É claro, nós temos que ser práticos; nessa questão, estamos correndo contra o tempo.

O Prefeito de Xangri-Lá, que saiu daqui há pouco, disse-me que tem várias obras inauguradas – Xangri-Lá, a senhora pode anotar – e concluídas, a empresa está quebrando, e o repasse não é feito para a conta da empresa. São obras de mais de 1 milhão de reais, e receberam 30 mil reais. Então, é isto: mesmo se a Caixa não tem culpa no cartório, infelizmente, desculpem-me, acaba a Caixa sendo responsabilizada, sim.

Há problemas pontuais que a Caixa tem que resolver no Rio Grande do Sul. Existe uma superintendência que atende 187 Municípios – se eu não me engano, é a superintendência de Passo Fundo. Esse é um problema que a Caixa tem que resolver em médio prazo. É impossível atender bem 187 Municípios com a demanda crescente de recursos federais sendo investidos nos Municípios. Então, essa é uma questão premente e urgente no nosso Estado. É claro que a regional de Passo Fundo vai atender com maior deficiência que aquela outra regional que tem 30 ou 40 Municípios.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Prefeito Mariovane.

Deputado Felipe Maia, parabéns pela iniciativa.

Agradeço ao Sr. José Carlos Medaglia Filho, Superintendente Nacional de Assistência Técnica e Desenvolvimento Sustentável da Caixa Econômica Federal. Qual é a sua cidade?

O SR. JOSÉ CARLOS MEDAGLIA FILHO – Porto Alegre. Sou veranista de Xangri-Lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Inclusive, vai falar com o Prefeito no final.

Agradeço também à Sra. Ana Cristina da Cunha Wanzeler, de Muaná, na Ilha do Marajó, no Pará, Superintendente Nacional de Repasses, bem como agradeço a presença de todos os senhores e senhoras, nas pessoas das Deputadas Professora Dorinha e Cida Borghetti, que deram exemplo a todos os demais Parlamentares e permaneceram conosco até o final.

Muito obrigado pela presença de todos.

A reunião está encerrada.

ATA DA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 54ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 22 DE MAIO DE 2012.

Às quatorze horas e cinquenta e nove minutos do dia vinte e dois do mês de maio do ano de dois mil e doze, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 2 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta nº 9. Foi registrado o comparecimento dos membros: – **Deputados titulares**: Augusto Coutinho, Cida Borghetti, Duarte Nogueira, Edio Lopes, Felipe Maia, Giovanni Queiroz, João Leão, João Paulo Lima, Josias Gomes, Laurez Moreira, Leandro Vilela, Luciano Castro, Osmar Júnior, Paulo Pimenta, Paulo Wagner, Professora Dorinha Seabra Rezende , Ratinho Junior, Reinaldo Azambuja, Waldenor Pereira e Zeca Dirceu; – **Senadores titulares:** Clésio Andrade, Paulo Paim e Vicentinho Alves; – **Deputados suplentes:** Antonio Brito, Jaime Martins, Leonardo Gadelha, Leonardo Monteiro, Toninho Pinheiro e Waldir Maranhão. Foi registrada a ausência dos membros titulares: – **Deputados:** Aníbal Gomes, Arnaldo Jardim, Arnon Bezerra, Eliseu Padilha, João Maia, Lucio Vieira Lima, Mauro Lopes, Paulo Foletto, Paulo Rubem Santiago, Renato Molling e Wandenkolk Gonçalves; – **Senadores:** Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Cássio Cunha Lima, Ciro Nogueira, Flexa Ribeiro, Romero Jucá, Sérgio Petecão e Wellington Dias. Compareceu, também, o Deputado Weliton Prado, como não-membro. **ABERTURA:** havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006,* alterada pela *Resolução nº 3, de 2008*, *ambas do Congresso Nacional,* o Presidente, Deputado Paulo Pimenta (PT/RS), declarou iniciados os trabalhos, informando sobre o convite do Ministro do Tribunal de Contas da União – TCU, José Múcio Monteiro, para sessão extraordinária desse Tribunal, dia 23 de maio, às 10 horas, para apreciação do Parecer sobre as Contas do Governo da República no exercício de 2011. Informou, também, que as Reuniões Extraordinárias convocadas para o dia 23 de maio seriam mantidas. Após essas informações, declarou que não havia acordo para apreciação das matérias da Ordem do Dia da pauta, após realização da reunião do Colegiado de Lideranças Partidárias com assento na CMO realizada na mesma data e passou a palavra aos parlamentares que manifestaram interesse em usá-la. Assim, fizeram uso da palavra, na seguinte ordem, os Deputados Duarte Nogueira e Felipe Maia. Ambos os Deputados teceram comentários sobre a falta de acordos para votação dos itens da pauta, a falta de um coordenador da Liderança do Governo dentro da CMO, importância de breve apreciação do Relatório da Medida Provisória nº 566/2012 e novo rito para apreciação de PLNs. **ENCERRAMENTO:** não havendo mais parlamentares interessados em fazer uso da palavra, o Presidente encerrou a reunião às quinze horas e quatorze minutos. Antes, destacou resultados positivos da Audiência Pública dia 16 de maio com representante da Caixa Econômica Federal e lembrou das Reuniões Extraordinárias convocadas para o dia 23 de maio, uma às 14h30 e outra para às 18h. Homenageou, ainda os Vereadores do município de Santa Maria, que estavam prestigiando a reunião: Vereador Admar Pozzobom, do PSDB, Vereador Jorjão e a Vereadora Helen Cabral. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **–** Deputado **PAULO PIMENTA**. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Sras. e Srs. Deputados, havendo número regimental para a abertura dos trabalhos, declaro iniciada a 5ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 9, de 2012.

Antes, quero reforçar o convite que nos foi encaminhado, inclusive esteve aqui pessoalmente o Ministro José Múcio Monteiro, convidando-nos para amanhã, às 10 horas, na Sala das Sessões Luciano Brandão Alves de Souza, do Tribunal de Contas da União, sessão extraordinária de apreciação do relatório e parecer

prévio das contas do Governo da República, exercício de 2011.

Já foi encaminhado para os gabinetes dos Srs. Parlamentares, mas quero publicamente reafirmar o convite para que possamos nós, integrantes da Comissão, estar presentes nessa audiência.

Nós havíamos convocado sessão extraordinária para hoje, às 18 horas, e uma outra para amanhã, às 14 horas. Nós vamos cancelar a convocação para hoje às 18 horas e manter a de amanhã às 14h30min.

Comunico aos senhores e às senhoras que nós, no Colégio de Líderes, que representa as bancadas da Câmara e do Senado nesta Comissão, não conseguimos chegar a um entendimento, o que não nos permite enfrentar todos os itens que já estão tornando bastante extensa a pauta de apreciações que já estão em condições de ser deliberadas por esta Comissão. Nós temos hoje 13 itens prontos para deliberação no plenário da Comissão, aguardando um entendimento por parte das Lideranças, a fim de que possamos passar a apreciá-los.

A palavra está à disposição dos Srs. Parlamentares.

Deputado Duarte Nogueira.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – Sr. Presidente da Comissão Mista de Orçamento, Deputado Paulo Pimenta, Sras. e Srs. Parlamentares, em primeiro lugar, concordo com a posição do Presidente de cancelar a reunião extraordinária devido à total falta de diálogo por parte dos representantes do Governo com os coordenadores e demais Parlamentares dessa Comissão.

E nós nos referimos não só ao desconhecimento dessa relação que até agora não se constituiu, mas também à total ausência até de conhecimento de qual é a posição do Governo. Nós somos da Oposição, fazemos oposição de forma aberta, franca, legítima e democrática. Mas até para fazer oposição nós precisamos saber qual é a posição do Governo, e nem isso esta Comissão, sejam os membros da Oposição, sejam os da Situação, conhece. Não sabemos sequer qual é o posicionamento do próprio Governo em relação à Medida Provisória nº 566, de 2012.

E digo mais, Sr. Presidente. Todos nós estamos chocados com os estragos provocados pela seca no País. Não é só no Nordeste, no Sul também. Eu falei ontem, pelo telefone, com o Ministro Mendes Ribeiro, do Rio Grande do Sul, e existe problema de seca também lá.

Então, a Medida Provisória nº 566 oferece recursos de 706 milhões e 400 mil reais. A medida provisória, pelo instrumento constitucional, havendo urgência e relevância, tem efetividade imediata. Esses recursos podem e já deveriam ter sido empenhados e executados. O Governo baixa uma medida provisória de 706 milhões e 400 mil reais, e até agora, durante todo o período da sua vigência, empenhou somente 3 milhões e 311 mil e executou 85 mil e 705 reais. E, para que o Governo empenhasse os 706 milhões totalmente, não dependeria de uma decisão nossa aqui. Então, não venham imputar à Comissão Mista de Orçamento qualquer dificuldade na aplicação desses recursos, que já deveriam ter sido aplicados.

E digo mais, Sr. Presidente. Primeiro, com a mudança de interpretação do rito das medidas provisórias, os PLNs que entrarem nesta Comissão, enquanto não forem por ela deliberados, não vão para o plenário do Congresso para a sua discussão e votação. Isso não impede, obviamente, como eu acabei de dizer, a execução orçamentária, em exemplo da Medida Provisória nº 566.

Agora, é importante lembrar, e V.Exa. sabe disso, que, com a mudança do rito, não só nós poderemos fazer, como sempre foi possível ser feito na interpretação anterior, a alteração redacional, a alteração do texto da medida provisória, mas agora, como foi alterado o rito, nós poderemos também modificar os valores.

E vou além. Se isso vier ao embate da Comissão, indago a V.Exa., Sr. Presidente, se o Governo vai trazer a sua maioria nas duas Casas, na Câmara e no Senado, para votar nominalmente se porventura essas votações forem solicitadas dessa forma, ou seja, nominalmente. Nem isso nós sabemos.

Então, o Governo, que tem aliados do seu partido, que é o Governo do PT e os aliados que formam a maioria, não reclamam, como nós, da Oposição, da falta de aliados. No caso aqui, os aliados não são alienados. Eles devem ser tratados com respeito pela importância e pela responsabilidade que têm como Congressistas, para fazerem a remissão dos seus atos, das suas palavras e dos seus votos para os seus eleitores, nos seus respectivos Estados. Mas sequer isso o Governo está considerando com todos os membros desta Comissão.

Então, não venham depois reclamar, criticar ou colocar palavras ou interpretações dúbias na posição de cada membro desta Comissão. E aqui falo não só como membro da Oposição, mas como representante do meu partido nesta Comissão, como qualquer outro. Nós estamos com a total responsabilidade nos atos e nas nossas ações. O que me estranha muito é o fato de o Governo não mobilizar o seu Líder no Congresso para conversar com os Parlamentares e com a Mesa Diretora da Comissão Mista de Orçamento e nem sequer até agora ter designado formalmente quem será o coordenador do Governo nesta Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – A palavra está à disposição dos senhores.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Sr. Presidente, pelo Democratas, como coordenador da bancada, eu quero, fazendo coro com o coordenador da bancada do PSDB, inicialmente começar as minhas palavras elogiando a conduta de V.Exa. à frente da Presidência desta Comissão. Tudo o que está acontecendo, em termos de falta de diálogo, em nenhum momento pode ser considerado como falta de empenho de V.Exa. em abrir esse diálogo, em dar uma segurança ao nosso trabalho.

Do que o Deputado Duarte Nogueira aqui tratou é de maior importância. Após a decisão do Supremo Tribunal Federal, que modificou o trâmite das medidas provisórias, nós precisamos entender em que solo nós iremos pisar. Até então, emendas não eram apresentadas a medidas provisórias de crédito extraordinário. A partir deste momento, nós temos a faculdade de apresentar essas emendas. Emendas essas que, se forem admitidas nesta Comissão, irão a plenário para uma segunda análise, caso elas sejam inadmitidas pelos Relatores.

Nós precisamos entender da parte do Governo qual é a posição, qual é a orientação e de que forma ele quer negociar esses créditos que chegam a esta Comissão em valores absolutos, como é o caso da MP 566, que abre crédito extraordinário na ordem de 700 milhões de reais para socorrer as vítimas da seca no Nordeste e demais regiões. E nós já estamos há pelo menos 4 semanas tentando abrir um diálogo, flexibilizar uma relação. Eu não sei exatamente porque razão o Governo insiste em não querer abrir esse diálogo e criar tensão numa relação que não deveria estar neste momento tensionada, em matérias como a MP 566, como a LDO e como tantas outras que aqui foram citadas por V.Exa. Nós já temos sete matérias prontas para serem votadas.

Eu não entendo qual é a estratégia, se é que existe uma estratégia por parte do Governo. Se eu pudesse dizer que isso é uma estratégia, eu diria que é uma estratégia de altíssimo risco colocar em funcionamento uma Comissão de grande importância, como é a CMO, podendo desdobrar para outras Comissões e, quem sabe, para o Plenário desta Casa. Daí a importância da matéria de que nós estamos aqui tratando. A corda está se esticando e não necessariamente ela será eternamente...

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – Esticada, antes de arrebentar.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Sim, ela não necessariamente será elástica infinitamente, nem merecedora de uma flexibilidade por parte da Oposição. Tudo tem um limite. Eu acho que o Deputado Duarte Nogueira, por parte do PSDB, e eu até digo que o Democratas, tem tomado uma postura cada dia um pouco mais dura, mas ainda com muita flexibilidade, restringindo essa nossa posição a esta Comissão. E, claro, esperando que o Governo possa nos dar uma segurança em nossos trabalhos, dizer de que forma quer que possamos realizar as nossas votações, iniciando-se pela indicação do seu coordenador, porque hoje nós não sabemos nem com quem dialogar. Eu diria que é um Governo órfão dentro desta Comissão, porque não existe filho, não existe coordenador, não existe aquele que vai nos dar uma posição concreta por parte do Governo.

Então, por mais uma semana, por mais um dia, infelizmente – e eu reitero essa minha posição –, não poderemos nos declinar e aprovar matérias tão importantes para o Brasil, mas principalmente para o Nordeste, que é a minha região. Mas eu tenho certeza de que nesta posição que tomamos, uma posição dura de não abrir mão para votação, existem interesses muito maiores, interesses não pessoais, nem partidários, mas interesses nacionais, quais sejam os de defesa dos nossos Estados e, mais, do nosso País.

Então, era esta a posição que eu, como coordenador da bancada do Democratas, queria deixar claro para os meus pares, para aqueles que comigo estão aqui para ter um bom funcionamento desta Casa e para que possamos aprovar, o mais rapidamente possível, todas as matérias que estão na nossa pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Deputado.

A palavra está à disposição.

Quero registrar como foi importante a audiência que realizamos na última quarta-feira, com a Caixa Econômica Federal. Inclusive, durante a reunião, nós disponibilizamos na página da Comissão todas as informações prestadas pela Caixa Econômica Federal, e várias foram as iniciativas que buscaram esclarecimento acerca da nossa audiência pública. Então, eu quero parabenizar todos os Parlamentares que estiveram presentes conosco naquela audiência.

Senhores, vamos encerrar esta reunião, deixando uma outra convocada para amanhã às 14 horas, e outra para as 18 horas. Além disso, temos colegiado de Líderes e vamos ficar em assembleia permanente para encontrar uma alternativa.

Quero fazer uma homenagem aos Vereadores da minha cidade, Santa Maria, que estão ao aqui nos prestigiando: Vereador Admar Pozzobom, do PSDB, Vereador Jorjão e a Vereadora Helen Cabral. *(Palmas.)* Obrigado pela presença.

A reunião está encerrada.

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 54ª LEGISLATURA DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 23 DE MAIO DE 2012.

Aos vinte e três dias do mês de maio do ano de dois mil e doze, reuniu-se extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 2 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta nº 9. Foi registrado o comparecimento dos membros:**– Deputados titulares**: Augusto Coutinho, Cida Borghetti, Duarte Nogueira, Edio Lopes, Felipe Maia, Giovanni Queiroz, João Maia, Paulo Foletto, Paulo Pimenta, Paulo Wagner, Professora Dorinha Seabra Rezende , Renato Molling, Waldenor Pereira e Wandenkolk Gonçalves; **– Senadores titulares:** Armando Monteiro, Clésio Andrade, Flexa Ribeiro e Paulo Paim; **– Deputados suplentes:** Félix Mendonça Júnior, Jaime Martins, Luiz Carlos Setim e Marcos Rogério. Foi registrada a presença de parlamentar não-membro, Deputado Weliton Prado. Foi registrada a ausência dos membros titulares: **– Deputados**: Aníbal Gomes, Arnaldo Jardim, Arnon Bezerra, Eliseu Padilha, João Leão, João Paulo Lima, Josias Gomes, Laurez Moreira, Leandro Vilela, Luciano Castro, Lucio Vieira Lima, Mauro Lopes, Osmar Júnior, Paulo Rubem Santiago, Ratinho Junior, Reinaldo Azambuja e Zeca Dirceu; **– Senadores**: Antonio Carlos Valadares, Cássio Cunha Lima, Ciro Nogueira, Romero Jucá, Sérgio Petecão, Vicentinho Alves e Wellington Dias. **ABERTURA:** às quinze horas e um minuto, havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006,* alterada pela *Resolução nº 3, de 2008*, *ambas do Congresso Nacional, o* Presidente, Deputado Paulo Pimenta (PT/RS), declarou iniciados trabalhos e informou que não houve acordo para a realização da reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias da CMO nem para deliberação dos itens constantes da Ordem do Dia. Anunciou o cancelamento das Reuniões Extraordinárias marcadas para os dias vinte e três e vinte e quatro de maio, às dezoito e dez horas respectivamente. **ENCERRAMENTO:** o Presidente encerrou a reunião às quinze horas e dois minutos. Antes, convocou a realização de Reunião Ordinária, para o dia vinte e nove de maio, terça-feira, às quatorze horas e trinta minutos, no plenário 2, anexo II da Câmara dos Deputados. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **–** Deputado **PAULO PIMENTA**. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Pimenta) – Há número regimental para a abertura dos trabalhos.

Declaro iniciada a 2ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 9, de 2012.

Em virtude da inexistência de *quorum* para deliberações nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal,...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Só do Senado.

Vou encerrar a presente reunião.

Antes, comunico o cancelamento das reuniões extraordinárias marcadas para hoje, quarta-feira, às 18 horas, e dia 24 de maio, quinta-feira, às 10 horas.

Convoco reunião ordinária para o dia 29 de maio, às 14h30min, esperando que até lá possamos ter sucesso no entendimento entre as bancadas para que a semana que vem possa ser mais produtiva do que esta.

Muito obrigado a todos pela presença.

Está encerrada a reunião.

ATA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 54ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 29 E 30 DE MAIO DE 2012.

Aos vinte e nove e trinta dias do mês de maio do ano de dois mil e doze, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 2 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta nº 10. Nesse período, foi registrado o comparecimento dos membros: – **Deputados titulares**: Augusto Coutinho, Cida Borghetti, Duarte Nogueira, Eliseu Padilha, Felipe Maia, João Maia, Laurez Moreira, Leandro Vilela, Paulo Foletto, Paulo Pimenta, Paulo Wagner, Professora Dorinha Seabra Rezende e Waldenor Pereira; – **Senadores titulares:** Benedito de Lira, Clésio Andrade, Flexa Ribeiro, Paulo Paim, Romero Jucá, Vicentinho Alves e Wellington Dias; – **Deputados suplentes:** Leonardo Gadelha, Marcus Pestana, Roberto de Lucena, Toninho Pinheiro e Waldir Maranhão; **– Senador suplente:** Mozarildo Cavalcanti. Foi registrada a ausência dos membros titulares: – **Deputados:** Aníbal Gomes, Arnaldo Jardim, Arnon Bezerra, Edio

Lopes, Giovanni Queiroz, João Leão, João Paulo Lima, Josias Gomes, Luciano Castro, Lucio Vieira Lima, Mauro Lopes, Osmar Júnior, Paulo Pimenta, Paulo Rubem Santiago, Ratinho Junior, Reinaldo Azambuja, Renato Molling, Wandenkolk Gonçalves e Zeca Dirceu; – **Senadores:** Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Cássio Cunha Lima, Sérgio Petecão. **ABERTURA:** às quatorze horas e quarenta e sete minutos, havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006,* alterada pela *Resolução nº 3, de 2008*, *ambas do Congresso Nacional,* o Presidente, Deputado Paulo Pimenta (PT/RS), declarou iniciados os trabalhos, informando sobre inexistência de *quorum* para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Anunciou que a reunião seria suspensa, mas antes permitiu que os parlamentares fizessem uso da palavra. Assim, o Deputado Felipe Maia manifestou-se, dizendo esperar por acordos que permitam a deliberação da Pauta. O Presidente retomou a palavra para agradecer aos serviços prestados pelo servidor Wagner Primo Figueiredo Júnior, Diretor da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, uma vez que ele está deixando o cargo. A palavra foi passada para o Deputado Waldenor Pereira, que fez apelo ao governo e à oposição em busca de acordos para deliberação da Pauta. Fez uso da palavra, ainda, o Deputado Eliseu Padilha, elogiando o Presidente quanto a sua postura em relação aos precatórios e sua previsão na Lei Orçamentária para 2013 e também agradeceu ao servidor Wagner Primo Figueiredo Júnior. Não havendo mais parlamentares interessados em fazer uso da palavra, o Presidente suspendeu a reunião às quatorze horas e cinquenta e cinco minutos. Antes, convocou a continuação da reunião para o dia trinta de maio às quatorze horas, no mesmo local, e cancelou a Reunião Extraordinária convocada para esta data, às dezoito horas. No dia trinta de maio de dois mil e doze, às quatorze horas e quatorze minutos, o Presidente reabriu a reunião, informando que não havia acordo para apreciação dos itens da pauta. **ENCERRAMENTO:** às quatorze horas e quinze minutos, o Presidente declarou a reunião encerrada. Antes, porém, cancelou três reuniões extraordinárias: duas marcadas para esta data, uma às quatorze horas e trinta minutos e outra às dezoito horas. A terceira reunião cancelada estava marcada para o dia trinta e um de maio, às dez horas. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **–** Deputado **PAULO PIMENTA**. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Srs. Parlamentares, havendo número regimental para a abertura dos trabalhos, declaro iniciada a 6ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada a apreciação das matérias constantes da Pauta nº 10, de 2012.

Em virtude de inexistência de *quorum* para deliberações, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, vou suspender a presente reunião. Antes, porém, coloco a palavra à disposição de V.Exas. para fazer algum registro.

A palavra está à disposição de V.Exas.

Com a palavra o Deputado Felipe Maia.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Sr. Presidente, só para reiterar nosso compromisso de abrir a pauta o mais rápido possível.

Amanhã, após algumas reuniões que irão ocorrer na parte da manhã, esperamos que possamos chegar, no período da tarde, a algum avanço nesse nosso diálogo com o Governo, principalmente com a indicação do coordenador da bancada do PT e do Governo nesta Comissão, para que possamos saber – além, claro, da Presidência da Comissão – com quem dialogar.

Eu diria que este é mais um gesto de boa vontade, com o andamento dos trabalhos desta Comissão, dos partidos da Oposição. E, nisso, falo em nome do Democratas.

Concordamos com a manutenção do livro do *quorum* para, conforme entendimento entre os partidos e a Presidência desta Comissão, caso haja algum andamento ou avanço em nossos diálogos, podermos deliberar.

Deixo desde já o compromisso, feito entre os partidos e a Presidência desta Comissão, de que só poderá ser votada alguma matéria, se houver unanimidade entre os partidos e seus coordenadores nesta Comissão.

Portanto, ficam aqui o desejo e a esperança de que amanhã possamos ter algum avanço nos nossos diálogos.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Deputado Felipe Maia.

A palavra continua franqueada.

Quero, publicamente, fazer um registro e apresentar os meus agradecimentos, em nome de toda a Comissão, ao nosso servidor Wagner Primo, Diretor

da Consultoria de Orçamento, que está assumindo outra tarefa dentro da Casa e, portanto, está deixando essa função.

Wagner, quero aqui registrar os meus agradecimentos a sua competência, dedicação e esforço. Sei que vai continuar perto da Comissão, pela função que exercerá, mas faço questão, em meu nome e em nome de todos os integrantes da Comissão, de fazer este registro para que possamos tornar público a admiração e o reconhecimento pelo seu trabalho como Diretor da Consultoria de Orçamento.

Sucesso nesse novo desafio. Volta e meia, vamos chamá-lo para nos ajudar nas questões que estiverem nos desafiando.

Com a palavra o Deputado Waldenor Pereira.

O SR. DEPUTADO WALDENOR PEREIRA – Sr. Presidente, sou Parlamentar eleito pelo Partido dos Trabalhadores, o principal partido de sustentação e apoio ao Governo da Presidenta Dilma Rousseff. Nesse sentido, eu gostaria de fazer um apelo a respeito do impasse em que nos encontramos, um apelo ao nosso Governo, especialmente à Ministra Ideli Salvatti, no sentido da abertura do diálogo e do entendimento com a Oposição.

O Parlamento é o coração do processo democrático. É impossível pensar no fortalecimento da democracia sem a existência de uma Oposição ativa e participativa, debatendo e discutindo os principais problemas que afligem nosso País e, naturalmente, também opinando, favoravelmente ou não, nos importantes temas, projetos e proposições que se encontram em tramitação nesta Comissão Mista de Orçamento. Sei que V.Exa., na condição de Presidente, já está envidando todos os esforços nesse sentido.

No que diz respeito a esse particular, nossa expectativa é que possamos realmente buscar, o mais rápido possível, o entendimento e o diálogo. É própria da boa política a mediação. É imprescindível que o exercício da boa política, da política decente, seja feito com a mais ampla e possível participação do Parlamento. Nesse sentido, não podemos concordar com a ausência da Oposição em um processo de obstrução, em vista da falta de diálogo e de entendimento.

Portanto, quero, respeitosamente, pronunciar-me a esse respeito, na expectativa de que, retornado o bom diálogo e exercida a boa política, possamos dar conta das prerrogativas constitucionais de Parlamentares para fazer funcionar esta que é a mais importante Comissão do Congresso Nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Com a palavra o Deputado Eliseu Padilha.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA – Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero fazer um registro que reputo da maior importância. Este registro diz respeito a uma atitude do nosso Presidente Paulo Pimenta.

Nos últimos dias, S.Exa. chamou a atenção, através da mídia, para a questão – primeiro da habilitação, depois do pagamento – da previsão do pagamento dos precatórios da União, que passa, sim, ao debate amplo desta Casa.

Penso que surpreendeu muita gente, porque vários Parlamentares me falaram, pessoas que teoricamente acompanhavam de perto a tramitação desse tema na República.

Portanto, quero aqui render minha homenagem ao nosso Presidente e cumprimentá-lo pelo descortino e por trazer esse tema, porque, como bem foi dito por quem me antecedeu, aqui é a Casa da grande representação da Nação, é aqui que a Nação ouve e fala.

A sua iniciativa trouxe a todos os brasileiros a oportunidade de poder também opinar sobre o que vai ou não acontecer com relação aos precatórios no ano de 2013, uma vez que poderá acompanhar a proposta que vamos começar a discutir em breve tempo nesta Casa.

Este era o registro.

Quero também aproveitar e saudar o Wagner Primo, com quem já tive o privilégio de trabalhar em outros momentos, e dar o meu testemunho da alta qualificação dele. Penso que certamente vai para uma melhor, porque merece. Ficamos feliz quando vemos pessoas competentes sendo promovidas na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Deputado.

Nada mais havendo a tratar, vamos suspender a presente reunião, convocando a continuação desta reunião ordinária para amanhã, às 14 horas, neste plenário.

Temos que chamar para 14h, porque teremos Ordem do Dia mais cedo. Se tivermos condições de produzir algum entendimento, teremos condições de deliberar amanhã, já a partir das 14 horas.

Quero cancelar a reunião de hoje, às 18 horas, e, portanto, manter a continuação desta sessão para amanhã, a partir das 14 horas, neste plenário.

A reunião está suspensa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Declaro reiniciada a 6ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscali-

zação, destinada à apreciação de matérias constantes da Pauta nº 10, de 2012.

Em virtude da inexistência de acordo para deliberação das matérias constantes da pauta, encerro a presente reunião, antes cancelando as reuniões convocadas para hoje, às 14h30min e às 18 horas, e para amanhã, às 10 horas.

Está encerrada a presente reunião.

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO CONJUNTA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 5 DE JUNHO DE 2012, PELAS COMISSÕES: MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO, DO CONGRESSO NACIONAL; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO – CFT; DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO – CDEIC; DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE – CFFC, DA CÂMARA DOS DEPUTADOS; DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE E DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA, DO SENADO FEDERAL.

Aos cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e doze, reuniram-se as seguintes Comissões: Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional – CMO; de Finanças e Tributação – CFT; de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio – CDEIC; de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC da Câmara dos Deputados; de Assuntos Econômicos – CAE e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA do Senado Federal, no plenário 4, do Anexo II da Câmara dos Deputados. A reunião foi convocada para receber o Presidente do Banco Central do Brasil – BACEN, Dr. Alexandre Antonio Tombini, para avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços do Banco Central do Brasil, referentes ao exercício de 2011, em atendimento ao disposto no art. 9º, § 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal. Foi registrado o comparecimento dos seguintes parlamentares: **– Deputados**: Afonso Florence, titular da CFT/CD; Alexandre Leite, titular da CFT/CD; Andre Moura, suplente da CFT/CD; Antônio Andrade, titular da CFT/CD; Antonio Brito, suplente da CMO/CN; Audifax, titular da CFT/CD; Augusto Coutinho, titular da CMO/CN; Carlos Brandão, titular da CFFC/CD; Carlos Magno, suplente da CFFC/CD; Cláudio Puty, suplente da CMO/CN, titular da CFT/CD e suplente da CDEIC/CD; Duarte Nogueira, titular da CMO/CN; Edmar Arruda, titular da CFFC/CD; Edson Santos, titular da CFFC/CD; Eli Correa Filho, suplente da CMO/CN; Félix Mendonça Júnior, suplente da CMO/CN; Guilherme Campos, titular da CFT/CD e suplente da CDEIC/CD; João Dado, titular da CFT/CD; José Stédile, suplente da CFT/CD, Júlio Cesar, titular da CFT/CD, Júnior Coimbra, titular da CFT/CD, Laurez Moreira, titular da CMO/CN, Leonardo Gadelha, suplente da CMO/CN e suplente da CFT/CD, Leonardo Monteiro, suplente da CMO/CN, Lucio Vieira Lima, titular da CMO/CN e titular da CFT/CD e Luiz Carlos Setim, suplente da CMO/CN e suplente da CFT/CD; Marcus Pestana, suplente da CMO/CN e da CFT/CD; Mendonça Filho, suplente da CFFC/CD; Pauderney Avelino, titular da CFT/CD e suplente da CFFC/CD; Paulo Foletto, titular da CMO/CN; Paulo Pimenta, titular da CMO/CN; Paulo Rubem Santiago, titular da CMO/CN; Paulo Wagner, titular da CMO/CN; Professora Dorinha Seabra Rezende, titular da CMO/CN; Renato Molling, titular da CMO/CN e da CDEIC/CD; Rodrigo Maia, titular da CFT/CD e suplente da CFFC/CD; Sibá Machado, suplente da CFFC/CD; Vanderlei Siraque, titular da CFFC/CD e suplente da CMO/CN; Vaz de Lima, titular da CFT/CD e suplente da CFFC/CD; Waldenor Pereira, titular da CMO/CN; Zeca Dirceu, titular da CMO/CN e da CDEIC/CD e suplente da CFT/CD; Zequinha Marinho, titular da CFT/CD; **– Senadores**: Antonio Russo, suplente da CMO/CN e titular da CAE/SF, Benedito de Lira, titular da CMO/CN e suplente da CAE/SF, Clésio Andrade, titular da CMO/CN e suplente da CAE/SF, Delcídio do Amaral, titular da CAE/SF e suplente da CMA/SF; Lindbergh Farias, titular da CAE/SF. Compareceram, ainda, os parlamentares não-membros: Deputados Vilalba e Wellington Prado. **ABERTURA**: às quinze horas e dez minutos, o Presidente, Dep. Paulo Pimenta, iniciou a reunião, informando que se tratava de Audiência Pública conjunta, citando as Comissões participantes e convocando os integrantes da mesa para tomarem seus lugares. Em seguida, explica os objetivos da reunião e passa a palavra ao convidado, Dr. Alexandre Antonio Tombini, o qual inicia sua apresentação às 15h16. Ao final da apresentação, às 16h01, o Presidente coloca a palavra à disposição dos demais Presidentes de Comissão presentes no recinto. Somente o Deputado Edmar Arruda, Presidente da CFT, usou dessa prerrogativa para discorrer sobre o *spread* praticado pelos bancos e seus efeitos sobre os consumidores bancários. Em seguida, o Presidente deu início ao debate, o qual teve a seguinte ordem de parlamentares inscritos: Deputados Rodrigo Maia, Pauderney Avelino, Paulo Rubem Santiago, Audifax, Duarte Nogueira, Senador Lindbergh Farias e, finalizando, Deputados Claudio Puty e Afonso Florence. Após manifestação dos inscritos para debate, e antes que a palavra fosse devolvida ao palestrante convidado, o

Deputado Marcus Pestana pediu para exprimir algumas opiniões em nome da oposição. Tendo mais uma vez a palavra, o Dr. Alexandre Antonio Tombini respondeu aos questionamentos levantados pelos oradores inscritos, sendo apartado pelos Deputados Rodrigo Maia e Pauderney Avelino. Após uma terceira tentativa de aparte da explicação, o Presidente em exercício, Deputado Edmar Arruda, solicitou que os parlamentares permitissem que o convidado terminasse seu raciocínio sem interrupções. Novo aparte foi permitido ao Deputado Pauderney Avelino, o qual fez perguntas sobre as previsões do PIB. **ENCERRAMENTO:** às dezessete horas e cinquenta e um minutos, o Presidente em exercício, Deputado Edmar Arruda encerrada a reunião. Antes, porém, agradeceu a presença do Dr. Alexandre Antonio Tombini, dos Presidentes de Comissão e demais parlamentares. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **–** Deputado **PAULO PIMENTA**. Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senhoras e senhores, declaro iniciada a 1ª Reunião Conjunta de Audiência Pública de 2012, com a participação das seguintes Comissões: da Câmara dos Deputados, Comissão de Finanças e Tributação; Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e Comissão de Fiscalização Financeira e Controle; do Senado Federal, Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, e do Congresso Nacional, Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Portanto, temos a presença, prezado Presidente, de seis Comissões da Câmara, do Senado e do Congresso Federal.

O tema a ser debatido será a avaliação do cumprimento dos objetivos e metas da política monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços do Banco Central do Brasil referentes ao primeiro e ao segundo semestres do exercício de 2011, em atendimento ao estabelecido no § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nosso convidado já está presente, compondo a Mesa dos trabalhos, Dr. Alexandre Antonio Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil. Anuncio também a presença de autoridades do Banco Central: Diretor de Administração, Sr. Altamir Lopes; Diretor de Fiscalização, Sr. Anthero de Moraes Meirelles; Diretor de Políticas Econômicas, Sr. Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo.

Convido os Srs. Presidentes ou representantes das Comissões para comporem a Mesa dos trabalhos. Vamos usar também a primeira fileira como apoio à mesa.

Já está conosco o ilustre Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, do Senado Federal, Senador Rodrigo Rollemberg.

Convoco também a ocupar local de destaque junto à mesa dos trabalhos o ilustre Senador Delcídio do Amaral, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, do Senado Federal; o Deputado Edmar Arruda, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, da Câmara dos Deputados; o Deputado Márcio Reinaldo Moreira, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, da Câmara dos Deputados; o Deputado Antônio Andrade, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, da Câmara dos Deputados. Naturalmente estamos fazendo um esforço para acomodar todas as Comissões e seus Presidentes junto à mesa de trabalhos.

De acordo com o estabelecido no art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, o ilustre palestrante disporá de 30 minutos para fazer a sua exposição, só podendo ser aparteado desde que o permita. Conforme estipulado no art. 398, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre os assuntos da exposição, pelo prazo de 5 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas as réplicas e as tréplicas pelo prazo de 2 minutos.

Informo que já está aberta a inscrição para o debate junto à mesa da Secretaria da Comissão. Naturalmente, os senhores autores de requerimento nas Comissões serão também convidados a fazer os seus questionamentos.

Sem mais questões, nós vamos passar de imediato a palavra ao Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Alexandre Antonio Tombini, dando-lhe as boas-vindas da nossa Casa, falando da nossa satisfação em recebê-lo, bem como vários diretores e assessores do Banco Central, o que para nós é uma demonstração de prestígio e reconhecimento do Banco Central ao trabalho que vem sendo exercido pela Câmara, pelo Senado, pelo Congresso Nacional e pelas sua respectivas Comissões.

A palavra está à disposição do Presidente do Banco Central para sua exposição inicial.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI – Muito obrigado. Exmo. Deputado Paulo Pimenta, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional; Exmo. Senador Delcídio do Amaral, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos; Exmo. Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; Exmo. Deputado Federal Antônio Andrade, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação; Exmo. Deputado Márcio Reinaldo Moreira, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; Exmo. Deputado Edmar Arruda, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle; Exmos. Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, senhoras e senhores, estou hoje aqui na condição de Presidente do Banco Central do Brasil para, em atendimento ao estabelecido no § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal, discorrer sobre o cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, sobre o impacto e o custo fiscal das operações e os resultados demonstrados nos balanços do Banco Central do Brasil no exercício de 2011.

O roteiro que eu vou seguir nesta breve apresentação tem, entre os seus itens, inicialmente, as demonstrações financeiras do Banco Central. Passo em seguida a uma visão de mais longo prazo e mais estrutural da economia brasileira, tratando da solidez da nossa economia. Falo um pouco sobre a agenda de reformas e investimentos do País. Vou também discorrer sobre a nossa visão em relação ao cenário internacional corrente e prospectivo. Falarei, mais ao final da apresentação, sobre aspectos mais conjunturais da economia brasileira, sobre os quais o Banco Central tem mais influência. Falarei de atividade econômica e inflação. Encerrarei minha apresentação tratando da questão do Sistema Financeiro Nacional e do crédito na economia brasileira.

Já indo para uma espécie de resumo da apresentação, gostaria de dizer algumas coisas. Primeiro, nós, no Brasil, apresentamos sólidos fundamentos macroeconômicos. Além da nossa estrutura macro de política monetária, fiscal e cambial, temos também, ao longo dos anos, constituído colchões importantes que ajudam a assegurar tranquilidade para a economia brasileira, mesmo em tempos mais difíceis, como os que vivemos nos dias de hoje.

Falo também da agenda de investimentos do Governo, a agenda de reformas. Há algumas reformas importantes sendo conduzidas e outras já concluídas recentemente. Os investimentos em infraestrutura também. Tudo isso relacionado à necessidade de elevar a produtividade e a competitividade da nossa economia.

Em relação ao cenário, o nosso resumo da situação hoje é de que continua apresentando volatilidade nos mercados financeiros internacionais, e também tem sido caracterizado não só por uma perspectiva corrente, mas também por uma perspectiva de baixo crescimento para os próximos anos da economia global. O ritmo de atividade da economia brasileira, na visão do Banco Central, irá se acelerar ao longo do ano de 2012, sustentado pela demanda interna, por medidas que vêm sendo tomadas no campo monetário e financeiro, e outras de políticas públicas. Essas medidas visam a restabelecer taxas de crescimento mais elevadas para a economia do País.

Por último, e não derradeiro, a questão da inflação. Em nossa visão, o processo inflacionário no Brasil continua em uma trajetória de convergência com as metas estabelecidas para o País.

Em relação às demonstrações financeiras, objeto desta nossa audiência de hoje, eu quero ir direto para o resultado do Banco Central do Brasil: em 2011, foi positivo em 23,5 bilhões de reais. No primeiro semestre, tivemos um resultado de 12,2 bilhões de reais e, no segundo semestre, o resultado ficou positivo em 11,3 bilhões. De acordo com a legislação vigente, esses resultados positivos são transferidos para o Tesouro Nacional.

Abrindo um pouco esse resultado, temos os grandes itens divididos nos dois semestres, compreendendo esse valor global que eu mencionava a V.Exas., de 23 bilhões e 400 milhões de reais de resultado positivo do Banco Central em 2011.

Do que corre do ano de 2012, nos primeiros 5 meses do ano, terminados em 31 de maio de 2012, o resultado está na faixa de 10 bilhões de reais positivos.

Em relação a um item importante do balanço do Banco Central, que diz respeito às reservas internacionais, já que elas estão registradas no balanço da autoridade monetária, o que eu tenho a dizer em relação a esse importante ativo diz respeito ao custo de manutenção das reservas internacionais – o chamado custo de carregamento dessa posição. No primeiro semestre de 2011, esse custo de carregamento foi da ordem de 3% e, no segundo semestre, da ordem de 2.50%.

Em relação ao valor desse custo, nos primeiros 5 meses de 2012 – adiantando para V.Exas. –, ele é da ordem de 4,9 bilhões de reais, ou seja, em média, 1 bilhão de reais por mês. Se nós virmos o resultado do exercício de 2011, o custo total de carregamento foi de 30,6 bilhões de reis – uma média de 2,5 bilhões por mês, *grosso modo*. Então, neste ano, esse custo

de carregamento das reservas cai para uma média de 1 bilhão de reais por mês.

Em relação a um resultado mais bruto das reservas internacionais no balanço do Banco Central, com a variação cambial – porque aquele resultado anterior era o custo de carregamento, ou seja, quanto custa o passivo das reservas e quanto as reservas rendem. Então, dava aquele valor que mencionei a V.Exas., de 30 bilhões no ano –, se nós levarmos em conta também a valorização ou desvalorização do ativo das reservas internacionais, nós tivemos, no ano de 2011, no primeiro semestre, uma variação negativa de 44 bilhões reais e, no segundo semestre, uma variação positiva de 87,8 bilhões de reais, totalizando uma variação positiva do ativo reservas internacionais no balanço do Banco Central da ordem de 43 bilhões e 300 milhões no ano de 2011.

Em relação aos cinco primeiros meses do ano de 2012, ou seja, encerrado em 31 de maio de 2012, nós temos, até o momento, uma variação positiva do ativo reservas internacionais, por conta da valorização do dólar. Nós temos o resultado positivo da ordem de 62 bilhões de reais nos cinco primeiros meses do ano de 2012.

Em relação ao outro item dessa área de exposição cambial do balanço, nós temos o resultado dos *swaps* cambiais. Quer dizer, é uma compra ou venda de moeda estrangeira no mercado futuro. Essas operações são denominadas em dólar, mas são liquidadas em reais. É uma operação derivativa.

Então, nós temos, ao longo do tempo, o seguinte: essa linha vermelha demonstra o resultado acumulado das operações de *swap* cambial ao longo de todos esses anos, desde o primeiro semestre de 2002. Então, nós temos um acumulado de 8,6 bilhões de reais, resultado positivo.

Em relação ao resultado acumulado desde o início de 2011, nós temos essa mesma operação, acumulando o resultado de 1,4 bilhão de reais no Brasil.

A posição acima dessa linha pontilhada vermelha é a posição vendida em dólares. Ou seja, o Banco Central está vendendo dólares norte-americanos, nominalmente, no mercado futuro. A posição abaixo da linha vermelha é a posição comprada em moeda estrangeira no mercado futuro. Essa é a evolução, ao longo desses 10 anos, de operações com *swaps* cambiais.

Então, só para ilustrar como evoluímos com esse instrumento, que é um instrumento importante de ação da autoridade monetária nos mercados, no mercado de câmbio, certamente.

Passando, agora, para questões mais estruturais da economia brasileira, já saindo da prestação de contas em relação ao balanço do Banco Central, eu gostaria de dizer algumas coisas.

Primeiro, como mencionei no resumo inicial, o Brasil constituiu importantes colchões de liquidez, importantes reservas, tanto em moedas estrangeiras, reservas internacionais, quanto em termos de moeda local, com os depósitos compulsórios depositados no Banco Central do Brasil.

Nós temos um processo, já de algum período, de uma relação dívida pública/economia, ou seja, dívida pública em relação ao Produto Interno Bruto, cadente no Brasil, o que nos deixa muito bem preparados neste momento em que a questão fiscal toma o centro das atenções em várias economias, principalmente no chamado mundo das economias avançadas.

Temos um sistema financeiro sólido. Vou demonstrar aqui alguns dados gerais desse sistema. Temos um risco soberano em queda ao longo dos últimos anos. Facilita não só as condições de financiamento do próprio Estado brasileiro, mas também das nossas empresas.

Em relação às reservas internacionais, essa é a sua evolução. Estou aqui cotando as reservas em dólar. Naturalmente, mais recentemente, há um movimento internacional de valorização do dólar, eu diria no último mês e meio. Então, as reservas sofrem também flutuações, porque são cotadas em dólar. Nem todas as reservas internacionais são em moeda norte-americana. Temos um pedaço, 20% das reservas internacionais estão em outras moedas. E o valor em dólares certamente sofre a influência do movimento internacional do dólar no momento.

Em relação ao colchão de liquidez em reais, o seu recolhimento compulsório, ou seja, aquele recolhimento que os bancos têm que deixar no Banco Central do Brasil, nós temos um total de compulsórios hoje na faixa de 400 bilhões. Ele cresce ao longo do tempo. Naturalmente, a base de depósito vem crescendo também de forma expressiva ao longo dos últimos anos.

Em relação à situação fiscal, a produção de fluxos de superávit primário ao longo dos anos tem permitido entre outras coisas reduzir a relação dívida líquida/PIB, que caiu do pico de 2002, de 60,4% para o dado mais recente, o dado acumulado até abril de 2012, na faixa de 35,7%. Ou seja, uma queda expressiva de quase 25 pontos de percentagem do Produto Interno Bruto, que, nos últimos 10 anos, é um elemento de fortalecimento da estrutura econômica brasileira certamente nessa situação fiscal do País.

Em relação a comparações internacionais, na coluna da direita, nós temos o resultado primário comparado com o de outros países – perdão, o resultado nominal –, que inclui também a despesa com juros. Nós vemos, no ano de 2011, que tivemos um déficit

de 2,6% do PIB. Certamente, nesse grupo de países, é um dos melhores resultados. O México tem um déficit de 3,4%; a Itália, com quase 4,0% de déficit nominal; Canadá, com 4,5%; e por aí vai até chegar aos Estados Unidos, com 9,6% de déficit nominal em relação ao PIB, e ao Japão, com 10%, nesse mesmo critério.

Em relação à dívida bruta, na coluna da direita, também há essa comparação internacional. A nossa dívida bruta está na faixa de 54% do Produto Interno Bruto. Vemos outros países com situação fiscal bem pior que a brasileira, que melhorou bastante nos últimos anos.

Em relação aos colchões de proteção do sistema financeiro, temos a questão do capital. O capital, como V.Exas. sabem, é aquele recurso que os bancos são obrigados a deixar apartados para fazer frente a perdas não esperadas no sistema. Então, temos hoje 16% – um dado mais recente –, em relação ao mínimo, que é 11%, e em relação ao mínimo internacional, que é 8%. Estamos numa situação confortável.

Recentemente, no dia 21 de março, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional encerraram uma missão de avaliação do Sistema Financeiro Nacional. No pronunciamento dos representantes dessas instituições, eles disseram, no dia 21, que o Sistema Financeiro Brasileiro é estável, com baixos níveis de risco sistêmico e reservas de liquidez consideráveis.

Vou mostrar a V.Exas. isso logo mais à frente.

Em relação à melhora da qualificação de risco, nós tivemos várias reclassificações num período recente. Inclusive, desde o início de 2011, já tivemos importantes reclassificações das três principais agências de avaliação de risco. Isso é um processo que continua no País. Estamos num nível de grau de investimento, e melhorando nesse segmento.

Em relação às condições de financiamento de longo prazo, as taxas de juros, pegando as taxas de 5 anos, recentemente caíram. Esse é um gráfico que demonstra a evolução dessa taxa de juros de 5 anos. Entre agosto de 2011 e junho de 2010, nós vemos o Brasil experimentando taxas de 5 anos, e as de mais longo prazo, de 1 dígito. Quer dizer, não é só a taxa de política monetária que se encontra no nível de 1 dígito, as taxas de juros de mais longo prazo também já entram nesse território, cujos níveis ainda não havíamos experimentado.

O custo das emissões externas da República também tem demonstrado essa melhora nas condições de financiamento do Brasil nos últimos tempos. Nós vemos, em azul, as taxas em títulos de aproximadamente 10 anos na faixa de 3,1%, a última captação, e, na faixa dos títulos de mais longo prazo, 30 anos, uma taxa de 4,5%. E a República vem captando aí fora.

Em relação ao investimento estrangeiro, o Brasil é um dos principais destinos do investimento estrangeiro, comparável com outros países, como China e Estados Unidos. Na região, o Brasil, em 2011, atraiu quase 70 bilhões de investimento estrangeiro. A segunda maior economia, a economia mexicana, atraiu 19 bilhões. Ou seja, menos de um terço do que atraiu o Brasil naquele período. Isso dá uma ideia da dimensão do País na relação com o resto do mundo, em particular no que diz respeito aos fluxos de investimentos estrangeiros para o País.

O investimento estrangeiro, ao longo do tempo, tem permitido cobrir o déficit em conta corrente. Nós vemos aí o excesso de investimento estrangeiro em relação ao déficit em conta corrente, isso em proporção do PIB. Ou seja, o investimento estrangeiro em 2012 até o momento supera em 0,5% do PIB o déficit em transações correntes. Ou seja, o déficit de transações correntes no balanço de pagamentos é mais do que financiado por esse fluxo, que é o fluxo de investimento estrangeiro.

Saindo um pouco das questões macroestruturais e indo para a agenda de reformas e investimentos, eu gostaria de salientar algumas recentes e importantes reformas que foram realizadas na área fiscal e tributária.

Acho que o FUNPRESP, o Fundo de Previdência Complementar dos Servidores Públicos, foi uma medida importante, aprovada recentemente pelo Congresso. Certamente, isso cria não só uma situação fiscal de maior estabilidade no médio prazo, mas também abre outras oportunidades, como, por exemplo, a mobilização de recursos para o desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro. Estima-se que, no período de 10 anos, essa reforma pode gerar uma massa de recursos adicionais da ordem de 30 bilhões de reais.

Temos também importantes iniciativas na área da desoneração da folha de pagamentos. Já são 15 setores impactados por essa medida. Também na desoneração dos investimentos em portos, ferrovias, rede de telecomunicações. E, ainda em estudo, eu sublinharia duas medidas: uma é a desoneração da energia elétrica, um custo sempre alto para a economia brasileira, para a economia real, para o setor de serviços – essa desoneração, se possível, certamente terá um impacto amplo na economia nacional, ajudando no processo de aumento da competitividade brasileira –, e a transformação do PIS e da COFINS em tributos não cumulativos, matéria que está em estudo no Governo e, imagino também no Parlamento.

Em relação a outras reformas para ampliar a competitividade do País, em relação à qualificação da mão de obra temos esse importante programa: Ciências sem Fronteiras. Talvez seja hoje o maior programa de

financiamento de bolsas de estudos no exterior que se tem notícia. Na área de ciência e tecnologia são 100 mil bolsas de graduação e pós-graduação. Temos também o Programa de Capacitação Profissional – PRONATEC, com uma previsão de criação de 8 milhões de vagas nos próximos 4 anos.

Também há que se ressaltar a concessão à iniciativa privada de aeroportos – até o momento, já são quatro aeroportos, outros estão em estudo –, rodovias, portos e ferrovias. Certamente, são medidas importantes para aumentar a competitividade da economia brasileira no futuro.

Em relação aos investimentos de infraestrutura, listo alguns dos principais itens desse programa. Entre 2012 e 2015, aproximadamente 1,2 trilhões de reais serão investidos nessas diversas áreas. Certamente, a Presidente Dilma tem dado grande ênfase a essa matéria recentemente, tem trabalho no sentido de reforçar o investimento público, induzir o investimento privado no País, que certamente será uma área importante para o crescimento econômico brasileiro nos próximos meses – trimestres, digamos assim.

Saindo das reformas e dos programas de investimentos, que certamente ajudarão na competitividade da economia brasileira, quero falar um pouco do cenário internacional.

Acho que melhor do que especular a respeito de possíveis desdobramentos da situação internacional, que permanece bastante fluída, os mercados voláteis, é importante ver qual é o traço comum. O Banco Central há algum tempo, – que eu me recorde, desde meados do ano passado –, tem enfatizado o fato de que houve e tem havido uma forte revisão nas perspectivas de crescimento da economia global.

Então, nós estamos com um cenário internacional que, infelizmente, está caracterizado por baixo crescimento no período à frente, ainda caracterizado por ampla liquidez, em função das respostas que os vários países têm adotado para restabelecer o crescimento em bases mais fortes. Naturalmente, é complexo esse processo. E o Brasil, o Banco Central, também enfatiza, ao longo desse período, que o cenário internacional, na forma em que ele se encontra hoje, proporcionaria um viés desinflacionário, enfim, com impacto sobre o preço de *commodities* e outros produtos. Então, isso tem de fato ocorrido.

Em relação à Europa, sem entrar muito no detalhe, depois de um período de certo alívio com as operações de fornecimento de liquidez por parte do Banco Central Europeu ao longo do primeiro trimestre – do final do ano passado e nos dois primeiros meses deste ano –, a situação teve uma recaída. Os mercados, o refinanciamento das dívidas soberanas, a questão bancária na Europa voltou ao centro das preocupações dos investidores internacionais. Então, nós tivemos, depois desse período de alívio, de novo, a Europa representando um risco para a economia global.

Os Estados Unidos, talvez a área mais dinâmica hoje da economia global, têm apresentado um crescimento até surpreendente desde o início do ano, agora já caracterizado por uma maior moderação. Mas a conclusão que nós tiramos é que se mantém uma perspectiva de crescimento moderado da economia americana nos próximos meses.

A China está em desaceleração. E, em nossa visão, a China tem capacidade suficiente para conduzir esse processo de desaceleração, de pouso suave da sua economia.

Só para ilustrar a volatilidade dos mercados, esse é um índice de que, quanto maiores, mais voláteis são os mercados. Nós vemos na ponta os dados mais recentes. Já é uma retomada dessa volatilidade. Nada comparável com o pico de 2008, mas, certamente, mercados caracterizados por maior incerteza e volatilidade.

Eu falei um pouco sobre a recente valorização do dólar. Esse é um movimento internacional. Nós vemos, na coluna da direita, o real desvalorizando quase 6% no mês de maio, mas, quando comparado com outras moedas, essa desvalorização até que foi moderada.

Ao ver isso de forma mais estilizada, temos o real em amarelo. Nessa seta verde, diz-se que o real se desvalorizou 0,3% em maio em relação à cesta de moedas, que incluiu o euro, o iene japonês, o franco suíço, o dólar canadense e a coroa sueca. Trata-se de uma cesta de moedas ao qual o dólar se compara. E nós variamos praticamente nada. Ou seja, em maio, o movimento do real talvez tenha sido mais aderente a movimento internacional do dólar em relação às demais moedas. Então, o que está acontecendo hoje no País reflete não as condições internas, mas esse movimento internacional da moeda estrangeira, que se valoriza em relação a uma cesta de moedas.

Expectativa de crescimento do mundo para 2012 e como ela evolui aos longos dos meses. Desde agosto de 2011, as perspectivas de crescimento da economia global para 2012 vêm sendo revisadas para baixo. Nós vemos uma revisão bastante forte: de mais de 3% de crescimento da economia global em 2012, que se esperava em agosto, hoje se espera alguma coisa em torno de 2.3%.

Na zona do euro, em azul, nós temos a expectativa de crescimento para 2012. Também houve uma revisão grande, e hoje está na área negativa. Ou seja, espera-se, por esse indicador, que a economia da zona do euro apresente uma contração de 1.35% no ano de 2012.

Voltando à Europa, nós temos essa perspectiva para 2012. E para o ano que vem, em vermelho, houve uma revisão para baixo também, mas ainda se espera um crescimento de 1% em 2013.

Os Estados Unidos estão um pouco melhor: 2.3% para 2012 e aproximadamente 2.5%, para 2013. Não são os 3% que se pensava em meados do ano passado para 2012, 2013, já houve uma retração da expectativa de crescimento para esses anos vindouros, mas, ainda assim, é uma situação bem melhor, por exemplo, do que aquela observada no continente europeu.

E a China, com essa desaceleração do crescimento. É uma perspectiva. Pelo menos o Governo chinês já falou em crescimento na ordem de 7,5%, como objetivo para este ano.

Em relação à economia brasileira, passando então à parte mais conjuntural, quero dizer que, em nossa visão, há vários fatores no Brasil hoje para que a demanda interna, a demanda na economia se sustente. Entre esses fatores, eu destacaria: a taxa de desemprego se encontra em níveis historicamente baixos – a despeito dessa baixa taxa de desemprego; a economia continua gerando empregos; a renda real do trabalhador permanece em ascensão; e, culminando emprego com renda, a massa salarial continua em expansão; e o crédito, apesar de ter moderado, continua crescendo na economia brasileira.

A flexibilização das condições monetárias e financeiras e outras iniciativas de estímulo à atividade também apontam na direção de uma economia que se sustentará ao longo do ano em que as condições de demanda permanecem, de certa forma, estimuladas.

Esse cenário, na nossa visão, proporcionará aceleração do crescimento ao longo do ano. Essa retomada – o Banco Central já reconheceu em seus documentos desde o início do ano – vem em ritmo mais lento, mas ganha velocidade ao longo do ano 2012.

O desemprego está em níveis historicamente baixos. Esse é um gráfico ilustrando isso. A criação de empregos, acumulada desde 2007, está na faixa de 8 milhões. Mas o mais importante é saber que, nos últimos 12 meses, houve a criação de 1 milhão e 360 mil empregos no País. Ou seja, o País continua gerando empregos neste momento.

O rendimento médio dos trabalhadores permanece em ascensão. É importante o recuo da inflação porque assegura a sustentabilidade e ganhos reais nos rendimentos dos trabalhadores. Nos últimos 12 meses, houve ganho real de mais de 3%. Culminando a criação de emprego com o ganho real de renda, a massa salarial continua em expansão, nos últimos 12 meses, na faixa de 5%. Certamente, esse é um elemento de sustentação da demanda interna no País mais à frente.

Como um reflexo disso, quando examinamos as vendas no varejo, vemos que elas mantêm um ritmo elevado no País. O comércio varejista cresceu na faixa de 7,5%, nos últimos 12 meses, dados de março. E o chamado comércio ampliado, que inclui o varejo mais automóveis e construção civil, também cresceu na faixa de 6,7%, nos últimos 12 meses.

Em relação à inflação, temos a evolução dos preços ao consumidor. Depois daquele pico de inflação em setembro de 2011, os índices de preço ao consumidor vêm recuando de forma consistente: o IPC-FIPE na faixa de 4,20% – a última informação, divulgada em maio; o IPCA-15 – índice relacionado ao índice meta do Governo – está na faixa de 0,5%, nos últimos 12 meses, encerrados em 15 de maio. Amanhã será divulgado o Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA cheio do mês de maio, que serve de balizador para o sistema de metas de inflação. Esperamos, o Banco Central já disse, inflação menor do que em abril, que foi 0,64%. Imaginamos que o IPCA acumulado em 12 meses continuará recuando nesse mês de maio, a que me referi.

Em relação ao IPCA – só para citar um item importante e muito comentado – de serviços, ou seja, a inflação acumulada de serviços – a linha vermelha seria o IPCA, excluindo os serviços –, hoje, estaria acumulado na faixa de 4,0%. Ou seja, abaixo do nível de meta de 4,5%. Quando verificamos só a inflação de serviços, vemos que ela vem num nível mais elevado. Está na faixa de 7,20%, já recuando de níveis em torno de 9%, como vimos recentemente na virada do ano e início deste ano. Já há recuo também no IPCA na inflação do segmento de serviços. Esse setor vem com inflação mais alta já de algum tempo, mas ainda assim inicia um processo de recuo.

Em relação à inflação medida de instrumentos financeiros, temos um título que paga juro real. Culminando esse título, que paga juro real, com título nominal do Tesouro, é possível extrair do instrumento financeiro uma expectativa de inflação. Extraindo a expectativa de inflação dos mercados, da NTN-B, que é um título do Tesouro que paga a inflação mais o juro real, o que nós vemos é que a inflação de 2012, derivada desse título, já está ligeiramente abaixo de 4,5%. A inflação de 2003, ainda em linha com as projeções dos analistas, mais na faixa de 5,5%, mas vemos uma convergência dos mercados da inflação derivada de instrumento de mercado em direção à meta de inflação do Brasil.

E, aí, a nossa projeção. A projeção do Banco Central, que constou do relatório de inflação de março, seja uma projeção de inflação, convergindo para o centro da meta no final deste ano, conforme o Banco Central vem projetando e sinalizando.

Com relação ao Sistema Financeiro Nacional e mercado de crédito, quero dizer algumas coisas. Primeiro, que alguns fatores garantem a solidez do Sistema Financeiro Nacional, entre eles a questão do capital. Nós temos um nível de capital, aquele recurso que as instituições financeiras deixam separado para fazer frente a perdas não esperadas nos seus ativos nas operações de crédito e ativos em geral.

Temos regras de aprovisionamento rigorosas, ou seja, provisão, aquele recurso que as instituições financeiras deixam separadas para fazer frente às perdas esperadas – capital para perdas não esperadas, provisionamento para aquilo que pode ser estatisticamente previsto, prognosticado – e índice elevado de liquidez, um insumo fundamental para o funcionamento de qualquer instituição financeira que faz justamente a intermediação de liquidez. Nós temos no País índices elevados de liquidez no sistema financeiro.

Só para comparar, para não ficar falando de Brasil, mas comparando com outros países, quando nós pegamos o índice de capital da Basiléia, um país com 16.3, dado do final de 2011 –, uma comparação internacional –, fonte Fundo Monetário Internacional, nós vemos o Brasil comparado com outras jurisdições. V.Exas. têm o material em mãos, podem usar como referência para visualizar a posição do País no que diz respeito ao colchão de capital que existe no sistema financeiro quando comparada com outras jurisdições.

Em relação ao provisionamento, ou seja, a provisão, aquilo que é separado para fazer frente à perda esperada, principalmente de cadeira de crédito, nós temos nesse mesmo grupo de países o maior nível de excesso de provisão em relação ao capital. A provisão contra a perda realizada na carteira em relação ao capital, que é 9%, sendo o capital 100%. Tem países aqui com níveis bem mais baixos do que o Brasil, que está na dianteira quando diz respeito às regras de provisão.

Em relação ao nível de liquidez, que eu mencionava, pegando uma métrica homogênea para todos esses países, ou seja, quanto às instituições, o sistema tem de ativo líquido em relação àqueles passivos de curto prazo, aqueles passivos que podem ser tomados na instituição a qualquer momento? No caso do Brasil, também está na dianteira, junto com a Coreia do Sul, tem um índice maior que 1, ou seja, tem mais ativos líquidos do que passivos de curto prazo, bastante melhor do que outras jurisdições.

Em relação ao crédito, juros e *spread*, o crédito no Brasil continua evoluindo de forma moderada. O saldo das operações de crédito nos últimos 12 meses, encerrado em abril, cresceu na faixa de 18%, ou seja, um crescimento elevado, mas já apresentando moderação. As concessões de crédito – aí, não o saldo, mas as concessões dos primeiros quatro meses de 2012 –, em relação ao mesmo período de 2011, apresentam uma expansão de 10%. O dado recente do crédito sinaliza alguma recuperação das concessões, inclusive no segmento de veículos. Nós estamos presenciando uma redução de taxas de juros e do *spread*. Esses dados já começam a aparecer. Esse processo é inicial ainda, mas começam a aparecer dados nesse sentido.

Essa expansão do crédito, separando em crédito livre na cor azul, crédito direcionado, basicamente é o sistema de crédito rural, o BNDES. Nós tiramos daí o crédito imobiliário e o separamos na cor vermelha.

Então, o que nós vemos aqui é um crédito em relação ao PIB, na faixa de 50% do Produto Interno Bruto, e o crédito imobiliário ganhando espaço no conjunto das operações de crédito no País, o que é um movimento natural e que deve se ampliar no futuro. Há espaço para o crédito imobiliário, ainda em níveis muito baixos, em torno de 5% do Produto Interno Bruto, mas ele está crescendo a taxas elevadas, em linha também com outras variáveis econômicas que o País experimentou nesses últimos anos.

Em relação à redução de juros para a pessoa física, esse é o período de janeiro, em azul, e de maio, em vermelho. A taxa média por pessoa física é de 45% para 40% e a taxa média para a pessoa jurídica é de 28,7% para 25,4 % nesse período de 5 meses.

Em relação ao *spread* bancário, para o mesmo período, de janeiro a maio deste ano, também uma pequena redução já se observa nos dados coletados pelo Banco Central.

Em relação à inadimplência – um item bastante comentado nas últimas semanas, meses –, a nossa avaliação sobre as perspectivas para a inadimplência no País sugere uma redução ao longo do segundo semestre deste ano.

E digo isso em função dos seguintes fatores: Primeiro, as concessões de crédito realizadas a partir do segundo semestre de 2011 apresentam menor nível de inadimplência. Vou mostrar em seguida o atual estágio do ciclo monetário. Nós tivemos um aperto nas condições monetárias até julho, agosto do ano passado. Desde então tem havido uma distensão das condições monetárias. Então, isso apresenta defasagem, mas ajuda também, para frente, a reduzir o nível de inadimplência.

A redução de juros e dos *spreads* bancários facilita também o processo de refinanciamento e renegociação de dívidas para aqueles que estão nesse procedimento.

As perspectivas de aceleração na atividade econômica têm a ver com a defasagem que existe entre, por exemplo, a distensão das condições monetárias

de financeiras, que ocorre desde o final de agosto, início de setembro de 2011. Isso vai cada vez mais sendo sentido na economia; a economia pega maior velocidade; a economia, ao crescer mais fortemente no segundo semestre deste ano, gera condições para a redução da inadimplência observada na economia.

A queda da inflação também é importante porque ajuda a manter o rendimento real. O trabalhador, com tudo mais constante, gera uma capacidade maior de pagamento. Logo, é um fator relevante para explicar um menor nível de inadimplência à frente.

Também há o fato de que as nossas dívidas no País ainda não são tão alongadas. Existe um prazo de maturação, que é curto quando se compara com o que ocorre em outras jurisdições. Isso também indica que o ajuste nas condições financeiras das famílias e das empresas tendem a ser mais rápido no País do que em outras jurisdições.

Então, são fatores para o Banco Central que, apesar do crescimento da inadimplência no momento, indicam um recuo ao longo do ano, que vai ser mais sentido no segundo semestre de 2012.

Esse é só um dado antecedente, que indica a concessão de financiamento. Muito se fala no financiamento de veículos. Esse gráfico mostra qual seria a inadimplência 4 meses na frente. Então, quando nós olhamos para o pico desse gráfico, lá em julho ou agosto de ano passado, nós vemos que 4 meses à frente a inadimplência ainda seria alta nas concessões de crédito que foram feitas em julho e agosto do ano passado. A partir daí, o que se nota é que a inadimplência 4 meses à frente tem sido reduzida.

Então, é uma safra de crédito que já vem com mais qualidade no segundo semestre do ano passado, e esse processo continua à frente. Isso indica, na nossa visão, que a inadimplência tende a recuar ao longo deste ano, no segundo semestre de 2012.

Para concluir a minha apresentação de hoje, eu gostaria só de recapitular que, na nossa visão, nós temos sólidos fundamentos macroeconômicos que, combinados com alguns colchões de liquidez que foram formados ao longo tempo, como os depósitos compulsórios em reais, permitem, em situações de estresse, prover liquidez para o sistema. Também o colchão que se constituiu de reservas internacionais e que, da mesma forma, permite melhores condições de financiamento não só para o soberano, mas também para as empresas brasileiras se financiando lá fora, é uma reserva importante para o País.

Há um avanço na agenda de reformas e nos investimentos de infraestrutura. Isso é fundamental para as condições de crescimento da economia nos anos vindouros.

Nós temos o Sistema Financeiro Nacional, que apresenta níveis elevados de liquidez, provisão, rentabilidade e capital. É importante ter esse sistema financeiro num mundo cada vez mais com as dificuldades enfrentadas em outras jurisdições, em particular, hoje, na Europa. E temos esta fortaleza no País.

A expansão de crédito continua em níveis mais moderados, mas nós já começamos a ver uma redução nas taxas de juros, nos *spreads*, e a inadimplência com perspectivas boas de queda ao longo do segundo semestre do ano.

O ritmo de atividade se acelera no segundo semestre de 2012. Já estamos sentindo mais atividade neste segundo trimestre do que no primeiro trimestre do ano, certamente.

Para fechar a apresentação, de novo falo da nossa perspectiva de uma inflação se encaminhando, convergindo para a trajetória de metas do País.

Eram esses os meus comentários.

Sr. Presidente, estou à disposição para a sessão de perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Presidente, pela sua exposição inicial.

Neste momento coloco a palavra à disposição dos Presidentes das demais Comissões que foram protagonistas do convite para que o Dr. Tombini estivesse aqui conosco.

Comissão de Finanças e Tributação, Deputado Antônio Andrade; Deputado Márcio Reinaldo Moreira e Deputado Renato Molling, 1º Vice-Presidente, V.Exas. desejam fazer uso da palavra agora ou num outro momento? *(Pausa.)* Deputado Edmar Arruda, Deputado Edson Santos, 1º Vice-Presidente, V.Exas. desejam fazer uso da palavra agora? *(Pausa.)*

A palavra está à sua disposição, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, ilustre colega Deputado Edmar Arruda.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA – Colegas Deputados que compõem a Mesa, Senadores, Deputados e Deputadas, Sr. Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, penso que o cenário que V.Exa. apresentou é bastante consistente, e nós realmente temos observado que isso ocorreu ao longo do ano de 2011, mas nós que estamos na base, que participamos da atividade produtiva, temos visto uma preocupação muito grande com vários segmentos da atividade produtiva, inclusive o meu setor, o da construção civil, sem essa perspectiva de que o crescimento da economia venha atender a essa expectativa do Governo.

Nós tivemos um primeiro trimestre muito duro, muito difícil. Estamos tendo um segundo trimestre no mesmo caminho, inclusive o nível de comercialização

dos meses de abril e maio não foi satisfatório, e existe a preocupação de que poderemos ter muita dificuldade para ter um índice de crescimento do PIB pelo menos nos mesmos níveis do de 2011.

Algumas medidas já foram tomadas pelo Governo – V.Exa. mesmo acabou de relatá-las –, mas sabemos também que é necessário um prazo de maturação para que essas medidas surtam os efeitos na economia do nosso dia a dia aqui.

A minha pergunta é a seguinte: tivemos a maior redução de juros da história do País. Um empresário me comentou nesta semana que foi ao Banco do Brasil e lhe fizeram a proposta, que não compreendi muito bem, de que ele teria a redução da taxa de juros no contrato que ele tem com o banco – não sei se é cheque especial –, mas que isso seria condicionado a alguns fatores e ele poderia ter de pagar esse residual depois de 4 meses. Eu não sei a veracidade disso, gostaria que V.Exa. falasse sobre isso.

A nossa expectativa é de quando de fato essa redução do *spread* bancário vai chegar ao consumidor final, tanto pessoa física quanto pessoa jurídica, porque o que nós temos visto, na prática, apesar de todo o esforço do Governo, do esforço do Banco Central, é uma diminuição da oferta de recurso para o setor produtivo e para as pessoas físicas, com exceção agora de uma alavancagem com relação à venda de automóveis, um setor que, toda vez que dá dor de barriga, o Governo corre para socorrer. Mas nós temos outros setores importantes tanto quanto esse. Então, a minha pergunta básica é esta preocupação: qual a segurança desse crescimento econômico que o Governo está propagando e, principalmente, quando essas medidas de redução do *spread* bancário vão chegar ao consumidor final?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Antes de passar a palavra ao senhor, eu quero registrar que pediram licença para comparecer ao Senado, para deliberações de plenário, os ilustres Senadores Delcídio do Amaral e Rodrigo Rollemberg.

Quero registrar a presença do Deputado Márcio Reinaldo Moreira, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico. Pergunto se o colega deseja fazer uso da palavra neste momento. *(Pausa.)*

Concluída a fase inicial, em que a palavra foi colocada à disposição dos Presidentes das Comissões, indago à Mesa da Secretaria se há lista de Parlamentares inscritos para o debate? *(Pausa.)*

O ilustre Deputado Rodrigo Maia é o primeiro inscrito; o Deputado Pauderney Avelino é o segundo inscrito. Nós vamos seguindo a ordem do debate. Vamos ouvir mais dois Parlamentares, aí passamos ao Dr. Alexandre Tombini para responder às primeiras questões que forem colocadas.

Deputado Rodrigo Maia, a palavra está à sua disposição, pelo tempo regimental.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Sr. Presidente do Banco Central, diretoria, como combinei com o Deputado Edson Santos, uma vez que havia requerimento de convocação do Ministro-Presidente do Banco Central para discutir a situação atual do mercado financeiro, e foi dito pelo representante do Governo, nós poderíamos avançar nos dois debates.

De forma breve, em relação à apresentação, pelo menos eu não encontrei aqui alguns dados. Estão escondidos. Os dados da indústria estão escondidos, os dados da expectativa de crescimento do Brasil estão escondidos; os do resto do mundo vieram, os do Brasil não vieram. Pode ter sido algum erro da minha capacidade intelectual, Deputado Pauderney.

Depois, eu fico perguntando, e outro dia encontrei o Dr. Amilcar e perguntei. Quando eu trabalhava no mercado financeiro, Presidente Tombini, eu ouvia dos economistas, dos grandes quadros do mercado, que o Brasil precisava, primeiro, poupar, que a poupança iria gerar sustentabilidade no crescimento, investimento e infraestrutura. O que tenho visto nos últimos anos é o Brasil estimular o brasileiro a gastar, sem poupança.

Então, eu fico olhando aqui os dados: taxa de juros do Brasil foi reduzida, Deputado Paulo Pimenta, mas a média é 40% ao ano. O que rende 40% ao ano? Está aqui a renda salarial. Tudo rendendo 3%, 5%, mas estão estimulando o brasileiro a gastar a 40% ao ano. Essa equação em algum momento não vai fechar. Já não está fechando.

Redução de juros, *spread*, 40% ao ano, 25% para pessoa jurídica. Não tem como. Vocês estão estimulando o gasto, e os investimentos que deveriam vir de infraestrutura com a poupança não vêm, porque não tem poupança, porque o Governo há muitos anos não estimula a poupança.

Em relação a essa apresentação são as poucas considerações que tenho a fazer.

Em relação ao sistema financeiro, Sr. Presidente, de fato acho que a crise no Sistema Financeiro Nacional hoje é muito mais grave do que os dados apresentados nesta tarde. O Banco Schahin já quebrou. O Banco Votorantim já quebrou. O Banco PanAmericano já quebrou. O Matone já quebrou. Morada já quebrou. E o Banco do Brasil, de forma vergonhosa, colocou dinheiro no Banco Votorantim. Agora vai ter de colocar mais 3 bilhões de reais.

A Caixa Econômica Federal, de forma vergonhosa, e isso é matéria no jornal *O Globo*, disse que estava

entrando no Banco PanAmericano, na época, porque queria entrar no mercado de moto, queria investir em moto. Um banco de financiamento de habitação disse que estava entrando no Banco PanAmericano, porque queria investir no setor de moto, porque o setor de moto estava crescendo e eles queriam ter essa carteira.

Agora nós vimos o Cruzeiro do Sul quebrar. Vimos a operação do Cruzeiro do Sul ser completamente distinta da operação do Banco PanAmericano. Aliás, eu não sei por que essa paixão das autoridades brasileiras pelo Dr. André Esteves. Tudo agora querem dar para o André Esteves. Já deram o PanAmericano para o André Esteves, que, sócio da Caixa Econômica Federal, já tem a rede loterias para operar de graça, não foi nem licitado. E agora ofereceram o Cruzeiro do Sul para o Dr. André Esteves. O André Esteves está pelo mercado comprando tudo, mas com que dinheiro? Não sei por que o Banco Central é do André Esteves, não é Banco Central do Brasil.

Aliás, o Prosper também foi incorporado pelo Cruzeiro do Sul com o dinheiro do Fundo Garantidor. Será que nós não sabíamos há alguns meses, quando o Banco Prosper foi incorporado, que o Banco Cruzeiro do Sul já tinha 300 mil empréstimos falsos. Não são mil, não, Deputado Edson Santos, são 300 mil empréstimos falsos do Banco Cruzeiro do Sul, e o Fundo Garantidor já tinha dado recurso a ele há alguns meses para incorporar o Banco Prosper.

Eu não sei se o Deputado Pauderney Avelino já tem as assinaturas da CPI do Banco PanAmericano, mas vai ter de pegar outra, a CPI do Fundo Garantidor. O Fundo Garantidor assume o Banco Cruzeiro do Sul sem legitimidade para isso, porque não é uma instituição pública, é uma instituição administrada pelo setor privado, quer dizer, os interessados vão administrar a massa falida do sistema financeiro.

Fora isso, os grandes bancos vêm sistematicamente, e isso o Presidente Henrique Meirelles tratou com competência na outra crise, querendo ampliar o cartel dos grandes bancos brasileiros, estimulando de forma permanente, foi assim em 2008 e continua assim hoje, a quebra dos bancos médios no Brasil.

Por quê? Porque o Governo estimulou a alavancagem dos bancos médios e os grandes tiram o financiamento e fica o descasamento, vão ter de entregar o patrimônio de graça para os grandes bancos. E o Sr. André Esteves está no meio, mais uma vez o André Esteves no meio. Não sei por que essa paixão pelo André Esteves no mercado financeiro pelo Governo brasileiro, naqueles que conduzem a política econômica não monetária, mas econômica brasileira.

Então, Sr. Presidente, estou muito preocupado, porque eu acho que de uma ponta não está se enxergando nada. Vários bancos quebraram, os indicadores podem estar bonitos, os indicadores da Basileia podem estar bonitos, qualquer desses indicadores, mas os dados da realidade são críticos.

Como é que o Governo brasileiro, o Banco Central brasileiro, não viu um banco do porte do Cruzeiro do Sul, de médio para grande, com mais de 300 mil empréstimos fraudulentos, fraude contábil? Da mesma forma, o PanAmericano. E ninguém viu nada? E nós vamos dizer que o sistema financeiro brasileiro hoje está saudável?

Então, essas questões nos angustiam e nos preocupam. E vou dizer mais, vou deixar registrado, porque as operações do Votorantim e do PanAmericano eu registrei em artigos. E vou dizer mais: o Governo brasileiro vai quebrar a Caixa Econômica de novo, porque essa obrigação, por ser um banco de capital fechado, de reduzir os juros na frente de todo o mundo para obrigar o mercado a ir atrás, vocês vão quebrar a Caixa Econômica de novo, como já se quebrou no passado.

Sr. Presidente, essas são as minhas dúvidas, as minhas preocupações. Acho que o Deputado Edmar Arruda falou muito bem. Talvez, pelo retrovisor, os números sejam muito positivos. E, de fato, são. Mas olhando para frente, para a atividade econômica hoje e para a situação dos bancos brasileiros, eu não vejo esse bom balanço que foi apresentado na tarde de hoje pelo Presidente do Banco do Central.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Obrigado, Deputado Rodrigo Maia.

Passo a palavra ao Deputado Pauderney Avelino...

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO – Eu vou falar daqui mesmo, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – ...Vice-Presidente da CFT, falando diretamente da Mesa.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO – Diretamente da Mesa, mas também com muito entusiasmo.

Em primeiro lugar, eu quero cumprimentar o Presidente do Banco Central e a diretoria que aqui se encontra, a todos os Deputados e Senadores aqui presentes e dizer que eu tenho muito respeito pela gestão da política monetária brasileira, que tem à frente o Dr. Tombini.

Mas eu quero dizer, Dr. Tombini, que vou iniciar minha fala do ponto onde concluiu o Deputado Rodrigo Maia, sobre o sistema financeiro brasileiro, para depois entrar na sua apresentação.

Houve dois tipos de tratamento: um dado ao Votorantim e, depois, ao PanAmericano e, agora, o tratamento dado ao Cruzeiro do Sul.

Obviamente, eu estive no Banco Central para tratar com a diretoria a respeito da quebra do PanA-

mericano, e nós pudemos observar que os argumentos do Banco Central não cabiam naquele momento, como não cabem agora. O que se tem na carteira do PanAmericano é o que se vê agora também na carteira do Banco Cruzeiro do Sul: fraude contábil, fraude de títulos. E, lamentavelmente, isso tem passado despercebido pela autoridade monetária brasileira.

Não é nem a primeira, nem a segunda, nem a terceira vez, como bem citou aqui o Deputado Rodrigo Maia. Isso me deixa muito preocupado. Apesar de ter confiança na condução da política monetária, com V.Exa. no comando, quero deixar clara aqui a minha preocupação como brasileiro por ver que o Banco Central não está cumprindo o seu papel de fiscalizar o sistema financeiro brasileiro adequadamente porque está permitindo que esse tipo de fraude aconteça sistematicamente.

Eu tenho algumas informações. Não posso falar formalmente isso porque eu estou aguardando o momento, e parece que agora o momento apropriado chegou, para apresentar à CPI que vai investigar a venda do PanAmericano, as assinaturas já estão completas, mas as informações extraoficiais que nós temos, inclusive de pessoas de dentro da Caixa Econômica Federal, é a de que a fraude do PanAmericano foi bem maior do que os mais de 3 bilhões de reais.

E aqui, no caso do PanAmericano, por que o Pactual não quis ficar com o negócio, Rodrigo? Eu entendo, pelo balanço do Cruzeiro do Sul, que há um déficit em relação ao patrimônio líquido do banco de 150 milhões de reais, sem contar a carteira fraudulenta desse banco. Então a dívida líquida do banco é muito menor do que o rombo de 1,3 bilhão em 150 milhões de reais. Esse é um problema com o qual estou realmente preocupado.

E deixo registrado aqui nesta reunião de hoje que estou tomando providências não apenas legislativas, mas também judiciais, no âmbito da Justiça Federal, com relação a essas questões. E isso como brasileiro. Então, é uma questão que coloco para o Presidente do Banco Central.

A outra questão que coloco é a seguinte: por que o Banco Central não usa o seu poder de fiscalização para defender o consumidor bancário? Por que deixar essa atribuição apenas para os órgãos de defesa do consumidor, quando sabemos que nada no Brasil é mais rentável do que um banco, quando tem, na composição do seu *spread*, algo em torno de 30% e 35% de lucro? O Banco Central, como órgão normatizador, como órgão defensor da moeda brasileira, deveria também defender o consumidor brasileiro.

Desculpe-me, Dr. Tombini, mas me parece que V.Exa. está comemorando a redução para 40% do *spread* do juro que está sendo pago, que o consumidor terá que pagar. É um absurdo isso! Eu acho que o Banco Central teria que ter como norma também a defesa do consumidor bancário. É importante que isso fique registrado. Se precisar da nossa ajuda aqui do Congresso Nacional, se precisar de qualquer tipo de ajuda legislativa, estaremos dispostos a resolver essa questão – e tenho certeza de que suprapartidariamente, não é verdade, Deputado Cláudio Puty? Queremos ajudar. Queremos ajudar o Brasil.

Eu percebo, Presidente – e gostaria que S.Exa. pudesse nos informar –, que a política que estava montada sobre o tripé câmbio flutuante, meta da inflação e superávit primário, parece que cedeu lugar para que fosse feita a meta de juros com sacrifício da meta de inflação. O que estamos vendo hoje é que parece que o Banco Central tem como meta a redução da taxa de juros. Se por um lado isso pode estimular o crescimento, está estimulando o endividamento das pessoas e também está gerando inflação.

Outra coisa é com relação ao crescimento. Vimos no *Focus*, boletim publicado pelo Banco Central, a previsão de um crescimento em torno de 3% ou abaixo, sendo que o mercado já prevê crescimento abaixo desse percentual. O PIB do trimestre, de 0,2%, já não é um indicador disso, já que é quase um traço, ou seja, quase não há crescimento? Enfim, eu gostaria que V.Exa. também se posicionasse com relação a isso.

Eu iria falar mais sobre a taxa de carregamento, ou o percentual de carregamento, que acho que está muito elevado. As reservas estão muito elevadas e gerando um custo muito alto para o nosso País.

E concluo perguntando, sobre o crédito de veículos: por que apenas o setor automotivo de quatro rodas está tendo o privilégio de ter recursos que foram destinados pelo Governo, provenientes das reservas dos bancos, e por que não o automotivo de duas rodas, já que inadimplentes estão os dois setores e ambos precisam ser recuperados igualmente?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Obrigado, Deputado Pauderney Avelino.

Pela ordem de inscritos, Deputado Paulo Rubem Santiago.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Sr. Presidente Deputado Paulo Pimenta, prezados integrantes da Mesa, colegas Deputados, Sr. Presidente do Banco Central, Dr. Tombini. Eu quero aqui me congratular com a realização desta audiência, embora regimental, porque ela vem em um momento em que o Congresso Nacional está muito atingido por assuntos outros que não têm relação direta com o aprimoramento do modelo de desenvolvimento do nosso País.

Eu quero de antemão me alinhar com os Deputados e as Deputadas, mas também com parte ponderável da nossa comunidade acadêmica que entende a estabilidade monetária e os bons fundamentos macroeconômicos não como um fim em si, mas como referência para que possamos consolidar os nossos planos de desenvolvimento, e acima de tudo para atingirmos os objetivos definidos, pelo menos, no art. 3º da Constituição da República Federativa do Brasil.

Nos últimos anos, com as mudanças nos nossos indicadores macroeconômicos, *vis-à-vis* os péssimos indicadores dos países da zona do euro e de outros países atingidos pela crise, parece-me que no ambiente econômico convencionou-se tratar como virtuoso o nosso quadro em função da desgraça alheia. Só que nós não nos comparamos, do ponto de vista dos indicadores sociais, com aqueles países que há 4 ou 5 anos vivem uma desgraça fiscal, econômica, orçamentária, mas que há décadas equacionaram problemas que nós não equacionamos ainda. Então, eu quero aqui tomar emprestada uma expressão de uma publicação recente do Senador Cristovam Buarque, que é mais ou menos o seguinte: *"a economia vai bem, mas não está bem"*.

Eu passaria aqui a ponderar com o Dr. Tombini, com a assessoria do Banco Central, três aspectos. O primeiro deles é em relação à expectativa de investimento e de crescimento da economia. O que tem pautado a ação do Governo Federal, pelo menos do início da crise, há 4 anos, até hoje, são medidas de curto prazo que nem sempre têm os resultados esperados. Fizemos agora uma avaliação do relatório da Receita Federal, dos gastos tributários indiretos, e pasmem, Srs. Deputados, em 2008 tínhamos uma despesa tributária indireta de 86 bilhões, e este ano, acumulando todo o conjunto de desonerações de impostos e contribuições, ela chega a 145 bilhões de reais! Comparando com 2008, nota-se um crescimento de mais de 60 bilhões, 45% desses gastos tributários indiretos em desonerações, benefícios, incentivos para o comércio, para a indústria e para o setor de serviços. Isso de maneira alguma serviu para que alavancássemos a presença desses setores no crescimento do PIB, ou mesmo para que houvesse a variação positiva de cada setor em relação aos exercícios anteriores.

O BNDES, segundo os dados recentemente compilados, realizou um desembolso, em 2010, de 168 bilhões; no ano passado, desembolsou 138 bilhões. Agora em abril o nível de utilização da capacidade industrial bateu em 83,4%. Quando me refiro a esses dados, quero também lembrar que a indústria de transformação brasileira, em 10 anos, caiu para 50% do PIB. E que os nossos saudáveis números cambiais da balança comercial, se os olharmos com outras lentes, as da alta e da média capacidade tecnológica, nos mostrarão que somos redondamente deficitários.

Os números do saldo positivo da nossa balança comercial, que nos ajudam a formar parte das nossas reservas, correspondem muito mais à área dos produtos básicos – 51% de minério de ferro e algodão –, não pelo volume exportado, mas pelo preço. Ou seja, se houver algum tipo de desaquecimento nos nossos grandes mercados consumidores, progressivamente isso corroerá a nossa capacidade de competição externa sobre a média e alta tecnologia dos nossos produtos.

Por que eu me refiro a isso? Porque estamos, desde a instalação do regime de metas de inflação, submetendo o Tesouro Nacional a uma forca fiscal incomparável. O Orçamento proposto para 2011 reservava apenas um quarto dos recursos do Tesouro para as despesas discricionárias – saúde, educação, ciência e tecnologia e combate à pobreza – e quatro vezes mais para juros e encargos da dívida pública.

O art. 2º da LDO deste ano submete a execução e a elaboração do Orçamento do País, em primeiro plano, à meta do superávit primário.

Então, deixamos de tratar os fundamentos macroeconômicos e a estabilidade monetária como meios para construir as condições de um projeto de desenvolvimento e passamos a tratá-los como fins. Não é por acaso que as disfunções do sistema financeiro foram apontadas no estudo que circulou nesta Casa, de autoria de Modenesi, Vianna e Miguel Bruno. Quase 84% do que tiram os bancos e o sistema financeiro da sociedade não vêm da oferta de crédito, mas das operações das chamadas esferas autofinanceiras.

Gostaria de ponderar com o Dr. Tombini a opinião do Banco Central. É claro que essa matéria deriva, primeiro, da decisão do Ministério da Fazenda. Nós reduzimos a taxa básica, mas continuamos, compulsivamente, emitindo títulos do Tesouro, porque até hoje não se regulamentou o limite de endividamento da dívida mobiliária federal, competência da Presidência da República, em respeito à Constituição Federal e à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Reduz-se a taxa básica. Os encargos sobre a parcela da dívida mobiliária, corrigida pela SELIC, diminuem, mas aumenta o estoque, com impacto no Tesouro, que faz com que metade de nosso Orçamento, praticamente, fique travado.

Por isso, Dr. Tombini, não temos capacidade de investimento na indústria, não temos aumento da capacidade instalada, não temos maior valor agregado na produção destinada à exportação. Por quê? Porque, embora tenhamos variações nos indicadores macroeconômicos e nos indicadores da estabilidade monetária, a economia travou.

Por fim, pergunto: vamos continuar desonerando, como mecanismo de incentivo à indústria, para que ela retome o crescimento?

Eu vi, Sr. Presidente, estarrecido, há 15 dias, em uma matéria publicada no jornal *Valor Econômico*, que um seleto grupo de empresas brasileiras tinha estocado em caixa 280 bilhões à espera de um bom cenário. À espera de um bom cenário! Não sei se o tempo estava nublado, sujeito a pancadas esparsas, se eles estavam esperando clarear a linha do horizonte! Entesouraram 280 bilhões em caixa à espera de um bom cenário!

A proposta de reformas que está sendo apresentada aqui não é de reformas; são doações. A desoneração dos 15 setores implicou renúncia de 7 bilhões e 200 milhões. A entrega dos aeroportos para concessões privadas é um escândalo! A INFRAERO teve um orçamento de investimento aprovado neste Congresso do qual só se executaram 30%.

Por que o Congresso aprovou um orçamento de investimento da INFRAERO e não se executou? Por conta do garrote do não endividamento das empresas, da não contratação, para atingir as metas do superávit primário das empresas estatais.

Os indicadores variaram em um contexto positivo, sim. Mas não tratando os indicadores como um fim em si mesmo, porque todos os demais indicadores da indústria, da capacidade de investimento, da exacerbação das taxas praticadas pelas instituições financeiras não indicam que a economia vai bem.

São essas as questões que eu queria ponderar aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Obrigado, Deputado.

Concedo a palavra ao ilustre Parlamentar Audifax, do Estado do Espírito Santo.

O SR. DEPUTADO AUDIFAX – Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero, inicialmente, parabenizar o Presidente do Banco Central pela sua exposição e pela condução do Banco Central em suas políticas econômicas.

Eu vou ser rápido. São quatro perguntas.

A primeira refere-se àquilo que disse o Deputado Rodrigo Maia sobre a quebra dos pequenos e médios bancos. Em função da falta de fiscalização, como ficam os depósitos nesses pequenos bancos? Ou seja, tudo indica que outros pequenos bancos vão quebrar por aí afora.

A segunda, no outro sentido do que disse o Deputado Pauderney, ainda não mencionado aqui. Parabenizamos e acompanhamos a queda dos juros, mas temos observado que, paralelamente a essa queda de juros, os bancos privados estão aumentando as tarifas cobradas. Que tipo de fiscalização está acontecendo em relação ao aumento dessas tarifas cobradas pelos bancos privados?

A outra pergunta diz respeito a uma questão que o senhor não apontou com mais detalhes, que seria a expansão do crédito na compra de carros – o senhor a detalhou quanto à compra de imóveis. Se possível, quero ouvir um pouco sobre isso, porque percebemos aí a inadimplência, e não estaríamos correndo os riscos que os Estados Unidos correram com os imóveis *superprime*.

A quarta e última pergunta – e agradeço desde já – é relativa ao possível aumento da recessão em nosso País. Acontecendo isso, como ficaria a política do Banco Central no que diz respeito às metas da inflação? Será abandonada, alterada? É lógico que teremos que contar com isso daqui para frente também. Se ocorrer a recessão, em função do que pode acontecer nos Estados Unidos, na Europa e por aí afora, como ficará a nossa política de metas?

Eram essas as questões.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Duarte Nogueira, Coordenador da bancada do PSDB na Comissão de Orçamento.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Ministro Alexandre Tombini, não tive oportunidade de ouvir toda a fala do Ministro, mas a nossa assessoria nos colocou a par dos pontos mais importantes – inclusive já preparávamos questionamentos antes mesmo deste encontro.

Antes de fazer as perguntas, queria fazer uma breve reflexão. O Governo atual, que é uma sequência do Governo Lula – portanto, já se vão 10 anos do Governo do PT –, sempre criticava os governos anteriores e nunca levava em conta os cenários externos em relação aos seus reflexos na economia brasileira. Agora, quando ocorre essa crise, desdobramento da crise de 2008, o Governo aponta nos fatores externos os problemas da sua economia.

Digo mais: no Governo do Presidente Fernando Henrique, durante 8 anos, a média de crescimento do PIB foi da ordem de 2,3%. O Governo Lula teve 1% a mais, em média, em anos de prosperidade planetária e mundial. Vejam que os indicadores dos anos do Governo Lula da economia, da redução da desigualdade de renda, da ascensão da classe média foram muito positivos para o nosso País, mas se compararmos com os indicadores médios dos países da América Latina no mesmo período do Governo Lula, eles foram infe-

riores à média da América Latina, em um tempo de vacas gordas. E se faz muita propaganda em cima disso.

O senhor disse, Ministro, que o cenário internacional futuro é de volatilidade dos mercados e de baixo crescimento econômico. O Brasil já não estaria, portanto, vivendo isso com esse PIB pífio, de 0,2%, do primeiro trimestre?

O Ministro Mantega fez uma crítica injusta, nesta semana, ao setor da agropecuária, como se ele fosse o culpado pela redução do PIB ou pela contaminação na diminuição do PIB, de 8,5% a menos da agropecuária. Ocorre que o Governo não dá para a agropecuária o apoio que dá para alguns setores diferenciados da nossa economia. E nós estamos vivendo o problema da seca no Sul, no Nordeste, e o excesso de chuvas em outras regiões.

A redução do crescimento econômico no setor de máquinas e implementos foi de 14,5%, mas ninguém considera que esse setor não teve nenhum subsídio, nenhum apoio do Governo. Portanto, entre 2000 e 2011 houve um crescimento das exportações que fechou nossa balança comercial superavitária, com esse processo de desindustrialização e redução da fatia do setor secundário da nossa economia, em 80 bilhões. Ou seja, o número pulou de 20 bilhões para 97 bilhões, em 11 anos. Mas não tem o apoio do Governo, não tem visão estratégica.

O senhor disse, Ministro, que o Brasil atraiu 70 bilhões de dólares em investimentos estrangeiros, em 2011, e também fez alusão a uma agenda de reformas e investimentos, dizendo que isso seria um dos componentes da solidez da nossa economia. Eu gostaria que V.Exa. detalhasse os pontos dessa agenda, porque o que não existiu, nos últimos 10 anos, na verdade, foram reformas. Elas estão todas congeladas, paralisadas, e, além disso, os investimentos públicos – estes, sim, alavancariam nossa sociedade, com melhor infraestrutura, ambiente mais salutar de desenvolvimento econômico –, da parte do Governo, não acontecem. Vejam que o PAC ainda patina. Está aqui o nosso Relator, nosso ex-Presidente da Comissão, Deputado Márcio Reinaldo. O Governo fala de coisas que, na verdade, não acontecem e, quando cacareja, cacareja por ovos que não foi ele quem botou.

É sempre salutar a vinda do Ministro à nossa Comissão. Além do aspecto regimental, para nós é motivo de muita satisfação poder contar com sua presença, para que possamos fazer um bom debate e trabalhar em favor do nosso País, em favor da economia do nosso País e da nossa população.

Concluo. Sem haver uma meta formal, Ministro Tombini, para a política creditícia, o Governo tem lançado mão desse instrumento no processo de dinamização da atividade econômica. Com o volume de crédito batendo em 4,1 trilhões, o equivalente a 49,6% do nosso PIB – se eu estiver errado, peço ao Ministro que me corrija –, segundo dados de dezembro de 2011, que representou uma evolução em relação ao PIB de cerca de 10% em comparação a 2010, fica evidente a política de expansão de crédito adotada pelo Governo.

De fato, o Governo tem repetido a receita aplicada em meio à crise de há quase 3 anos, de 2008. Ocorre, Ministro, que as famílias que se endividaram à época continuam com sua renda comprometida, muitas sem condições de honrar as dívidas contraídas, haja vista o aumento da inadimplência, sobejamente conhecido.

Não se mostra, portanto, contraditória essa política de ampliar o crédito às famílias, incentivando o consumo de massa para salvar a nossa indústria, mas endividando ainda mais a população ante o crescimento da inadimplência, uma vez que a renda disponível não teve aumento que comporte esse novo endividamento?

Eu paro por aqui e agradeço tolerância do Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Agradeço a V.Exa.

Nós temos ainda três Parlamentares inscritos e vamos concluir as manifestações.

Pela ordem, Senador Lindbergh Farias.

O SR. SENADOR LINDBERGH FARIAS – Desculpe-me, Deputado Duarte Nogueira, de fato o debate dos números da economia não são fáceis para a Oposição. Não queria perder tempo nesse Fla x Flu, Situação e Oposição, mas quero rememorar: primeiro Governo de Fernando Henrique Cardoso, média de crescimento, 2,5%; segundo Governo Fernando Henrique Cardoso, média de crescimento, 2,1%: primeiro Governo de Lula, média de crescimento, 3,5%; segundo, média de crescimento, 4,5%.

Quero voltar ao debate do ano passado, quando o Banco Central, no dia 31 de agosto, teve a coragem de começar o processo de derrubada da taxa de juros, abaixando-a em 0,5%. Qual foi a posição da Oposição nesta Casa? No Senado Federal houve uma posição clara. Diziam: "*O Governo está acabando com a autonomia do Banco Central, não tem mais compromisso com a inflação*." Se tivéssemos ido pelos caminhos apontados pelos senhores, imaginem a situação que teríamos agora! Mas houve clareza, tanto do Banco Central quanto da Presidenta, em relação ao que fazer naquele momento, e nós estamos abaixando taxa de juros até hoje.

Outras medidas firmes: enfrentar o debate da poupança; abaixar a taxa de juros a 8,5%; construir outro arranjo macroprudencial; a batalha do *spread*, com que todos concordamos. Nós estamos apenas no começo.

Então, senhores, quando eu olho para a Oposição nesse debate, penso que, se tivéssemos ido pelo caminho que os senhores apontavam no meio dessa crise, estaríamos liquidados, porque o caminho dos senhores era outro.

Fugindo do Fla x Flu e entrando na análise em profundidade, se formos ver onde nós podemos ter errado, talvez, Presidente Tombini, aquelas medidas macroprudenciais... Olhar agora é fácil. No começo do Governo, ao contrário do que dizia o Senador Duarte Nogueira, em que apertamos um pouco mais...

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – Eu chego lá ainda, Senador.

O SR. SENADOR LINDBERGH FARIAS – A Senador? Com certeza. Com seu talento – V.Exa. sabe que sou um admirador –, com certeza vai chegar ao Senado e a outros espaços mais altos ainda, por São Paulo. *(Risos.)*

Mas, saindo do Fla x Flu, quando vemos que, naquele terceiro trimestre de 2011, a economia deu uma retraída, talvez o aperto, aquilo que o mercado dizia, que essas medidas macroprudenciais não iriam servir, talvez tenha tido impacto muito maior, que acabou levando à desaceleração da economia no terceiro trimestre.

Mas, Sr. Presidente, vou emitir minha opinião. Não quero que V.Exa., Presidente do Banco Central, se pronuncie. Mas não dá, num debate como este, para deixar de emitir esta minha opinião sobre o superávit primário – opinião de Senador que está acompanhando os fatos e desdobramentos dessa crise econômica.

Na minha avaliação, se olharmos para a Europa, Deputado Paulo Rubem, a tendência é de agravamento da crise. Não tem jeito. Agora, no dia 17, vai haver eleição na Grécia. O povo grego está decidido a não aceitar aquelas políticas de ajuste. Está aí a coalizão radical de esquerda com 32% dos votos; o Partido Comunista Grego está indo para 14% dos votos.

Se olharmos para o cenário da Europa, ele é de aprofundamento dessa crise. Aí vou para meu questionamento. Nós tivemos um déficit nominal de 2,5% no ano passado. Nossa previsão é cair de 2,5% para 1,2%, déficit nominal só inferior ao da Rússia, melhor inclusive que o da Alemanha.

Vejo a Oposição falando tanto na questão fiscal. Nossa relação dívida/PIB é de 35%, uma das menores do mundo, e nosso déficit nominal é de 1,2%. Por quê? A economia que nós estamos fazendo de serviços de pagamento da dívida, alguns acham que é um dinheiro livre para investimento. Não é. Impacta diretamente na diminuição do déficit nominal.

Na minha avaliação, nós temos uma curva muito acelerada: cai de 2,5% para 1,2%, num cenário de desaceleração econômica no mundo inteiro. Seria um erro. A Presidenta Dilma Rousseff deve estar discutindo isso com seus Ministros, mas eu acho que, num momento de aprofundamento dessa crise, nós tínhamos que diminuir nossa meta de superávit primário, vinculando aquilo que liberarmos para investimento. Não falo em diminuir a meta do superávit para aumentar custeio ligando ao investimento.

Concluo minha fala dizendo da minha preocupação com a situação de Estados e Municípios. Eu tenho sempre, Deputado Pauderney, repetido isto: o Governo Federal está fazendo políticas anticíclicas, mas a situação de Estados e Municípios é muito difícil. A política nos Estados e Municípios acaba sendo pró-cíclicas. Eles estão demitindo gente, diminuindo investimentos. Então, a meu ver, há espaço para a redução do superávit primário, chamando Governadores, Prefeitos, e vinculando a investimentos.

Eu sei que este não é um tema para o Presidente do Banco Central responder, mas eu não poderia aqui trazer alguma consideração sobre a economia e este momento difícil que o Brasil e todos os países do mundo passam sem levar isso em consideração.

Os senhores vejam que eu vou pelo caminho oposto ao dos meus colegas da Oposição. Eu acho que agora tem que haver uma maior flexibilização fiscal. Aquela medida tomada em 2008... Vale dizer que, na crise de 2008, a primeira medida que o Presidente Lula anunciou foi a redução, ainda em outubro de 2008, do superávit primário. Eu acho que chegou o momento de o Governo da Presidenta Dilma refletir sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Obrigado, Senador.

Deputado Cláudio Puty, ilustre representante do Estado do Pará. Depois, Deputado Afonso Florence, da Bahia, e, então, vamos ouvir as manifestações do Presidente, já com suas considerações finais.

Deputado Cláudio Puty.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY – Obrigado, Presidente Paulo Pimenta.

Presidente Tombini, é um prazer tê-lo aqui de novo, diretores Carlos Hamilton e Altamir Lopes, nas pessoas de quem saúdo toda a equipe do Banco Central aqui presente, meus pares, Presidentes de Comissões, Pauderney Avelino, Márcio Reinaldo Moreira, Edmar Arruda. Peço desculpas pelo atraso. Eu estava dirigindo uma reunião da Comissão que analisa a famosa Medida Provisória nº 568, de 2012, que trata – nós estamos falando de custeio aqui – de proposta de reajuste salarial e de reestruturação de planos de cargos e salários para cerca de 20 categorias de servidores. Temos o Auditório Nereu Ramos lotado de servidores neste momento. Eu sou o Presidente

da Comissão Mista de admissibilidade dessa medida provisória. Daí o meu atraso.

O Senador Lindbergh Farias roubou parte da minha intervenção, mas vamos relembrar o ano passado, um pouco antes do período, em que ele falou que nós começamos a inflexão na taxa de juros.

Na vinda anterior do Presidente Tombini a esta Casa, o grande debate era se havia descontrole inflacionário no País – foi o debate do ano passado – e quais seriam as causas desse suposto descontrole inflacionário, se era um problema originado do mercado do trabalho ou pontual no mercado de trabalho, localizado no setor de serviços, generalizado, pontuado, um problema de origem externa, devido a uma suposta inflação de *commodities*.

Vendo o último boletim *Focus*, de 1º de junho, nós temos viés de queda para todos os indicadores. Parece-me que o diagnóstico, as medidas e a previsão do Banco Central estavam corretos. Nós temos concretamente uma convergência, conforme previsto no ano passado, para a meta. Não houve descontrole inflacionário, houve aquecimento do mercado de trabalho, mas dentro da mais absoluta normalidade.

Nada como um dia após o outro. Tivemos o agravamento da crise internacional e temos claramente no Brasil um problema de crescimento econômico. O problema não é mais inflação, se é que um dia ela vai deixar de ser problema. A pauta do dia, inclusive da Oposição, não é mais a inflação, passa a ser uma preocupação com o PIB.

Sem dúvida nenhuma, nós temos um problema. Nós precisamos articular maiores índices de investimentos no País. Parece-me que o Governo Federal tem feito isso. A primeira atitude foi romper com a visão de que o mercado resolveria tudo isso na década 90.

O lançamento do PAC, o programa de investimentos, as alterações no mecanismo de contabilidade de superávit primário, com a retirada dos Sistemas PETROBRAS e ELETROBRAS, que correspondem, se não me engano, a 70% dos investimentos, foram elementos fundamentais, mas temos um trabalho ainda inconcluso.

Eu gostaria de ouvir dos senhores representantes do Banco Central que medidas consideram fundamentais, ainda que não sendo uma atribuição do Banco Central e ainda considerando a limitação institucional para dar opinião nesses termos, que medidas seriam necessárias para elevarmos a taxa de investimentos?

Em segundo lugar, eu gostaria de ouvir dos senhores como estão avaliando o cenário internacional. Eu perdi a apresentação. Com as mudanças na China, e me parece que ela está finalmente tentando aumentar seu componente de consumo, *vis-à-vis* investimento na composição do seu PIB, talvez com consequências para sua taxa de câmbio no futuro, e com os evidentes problemas na União Europeia, não só na Grécia – a Grécia está saindo –, mas a Polônia está no *Valor Econômico* de ontem ou de hoje comemorando que nunca entrou na União Europeia. Quem diria, um dia, Senador, que a Polônia iria comemorar o fato de não ter adotado o euro, porque ela tem uma moeda cujos termos de troca com o euro permitem que ela seja uma das únicas economias que cresce a taxas quase asiáticas, considerando hoje os padrões da Europa.

Então, temos aí uma dificuldade. Temos, parece-me, uma crise sem perspectivas de ter fim, talvez, não uma convulsão social, mas, durante muitos anos, houve crescimento econômico pífio na União Europeia. E os Estados Unidos ainda estão com medidas de relaxamento quantitativo, assim como a Inglaterra.

Quero ouvir dos senhores a opinião sobre a necessidade e os mecanismos efetivamente tomados para uma coordenação internacional de política monetária. Como é que têm sido as conversas entre os bancos centrais? Parece-me que temos no mundo, e talvez o mundo só consiga se convencer depois de grandes tragédias, como a 2ª Guerra Mundial, a necessidade de uma coordenação de política econômica mais eficaz. Sem isso, e ainda bem que estamos num país grande, vamos ter muitas dificuldades para trazer o mundo de volta ao crescimento, porque vamos ter problemas com taxas de câmbios, excessivo protecionismo e o que os americanos chamam de *beggar-thy-neighbor* – ferrar com o vizinho, importar empregos e tudo o mais.

Portanto, quero ouvir dos senhores objetivamente isto: como elevar a taxa de investimentos no Brasil; quais são as medidas que efetivamente estão sendo tomadas, e o papel do Brasil nisso, para que possamos construir um mecanismo internacional de coordenação de política monetária que não seja aquele que nós testamos na década de 90 do século passado, que não funcionou. Parece-me que estamos precisando de algo mais robusto, quem sabe um novo Bretton Woods.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Obrigado, Deputado Cláudio Puty.

O último inscrito é o Deputado Afonso Florence.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE – Sr. Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central, Deputado Paulo Pimenta, Presidente da CMO, Presidentes e Vice-Presidentes de Comissões, Deputados e Senadores, Senador Lindbergh Farias, boa tarde.

Presidente Tombini, em sua apresentação, os números da economia brasileira e este debate demonstram a natureza do debate na conjuntura política em relação aos resultados do Governo da Presidenta Dilma.

Nós implementamos reformas no Estado brasileiro com recuperação de carreiras, preservação de empresas e recuperação de bancos que estavam prestes a serem privatizados, recuperando a capacidade de o Estado investir. Os investimentos do PAC são tanto de volumes vultosos quanto de impacto econômico na infraestrutura do País de grande envergadura. Os resultados de avanço do PAC têm sido apresentados pelo Governo Federal, com a coordenação da Ministra Miriam Belchior, demonstrando que todos os gargalos têm sido superados, e eles estão invariavelmente fora da esfera do Poder Executivo Federal.

Se nós lembrarmos, no início de 2011, estávamos com prognósticos bastante negativos do que seria a evolução futura da economia brasileira, em decorrência da crise mundial e do que se dizia ser uma herança maldita do Governo do Presidente Lula e uma tendência de retorno da inflação, de estagnação econômica e de aumento da taxa de juros. O que a Presidenta fez?

A primeira opção dela foi o lema do seu Governo: país rico é país sem pobreza. Logo em seguida, lançou o Plano Brasil sem Miséria, as medidas macroprudenciais; a redução da taxa de juros para a produção de alimentos, tanto para o Brasil quanto para o mundo; medidas para o agronegócio brasileiro, tanto empresarial quanto da agricultura familiar – nunca houve taxas de juros tão baixas; seguro agrícola e política de preço mínimo para os alimentos e para as *commodities*.

Mais tarde, com a redução da taxa de juros pelo Banco Central, com aquele debate em que se atribuía a ele a perda da autonomia, a evolução da conjuntura política mostrou que não era isso e sim uma orientação do Banco Central, pela qual o senhor está de parabéns, que é um compromisso não apenas com a estabilidade monetária, com a estabilidade inflacionária, com o controle da inflação, mas também com o crescimento do País.

O prognóstico que o senhor fez na sua apresentação em relação às perspectivas da economia brasileira é atacado naquilo que parece mais caro para o nosso Governo: a combinação do aumento do poder aquisitivo da massa salarial, da renda do trabalhador, da consolidação de um grande mercado interno, inclusive cobiçado por todos os países do mundo, e a capacidade de esse trabalhador, que, até antes do mandato do Presidente Lula, não tinha poder de compra, não havia crescimento. Nós trouxemos crescimento com distribuição de renda, o que se consolidou e ampliou no mandato da Presidenta Dilma. Agora o trabalhador brasileiro tem renda e tem taxa de juros favorável para passar a ter um padrão de vida que antes não tinha. Agora o trabalhador brasileiro tem acesso à geladeira, à televisão, a comer melhor, a comprar carro próprio, que era o sonho de todo brasileiro, de toda brasileira.

A minha pergunta vai naquilo que cabe ao Banco Central, nessa perspectiva desenhada pelo senhor, Ministro, a respeito do próximo período da economia brasileira. Na sua apresentação está mantida a expectativa de que a saída da crise mundial não está posta no curto prazo. Qual a relação entre a continuidade da queda da taxa de juros, comemorada pelos brasileiros e brasileiras e criticada pela Oposição, e a continuidade da capacidade de o trabalhador e a trabalhadora adquirirem bens e serviços para a melhoria da qualidade de vida de seus familiares? Nós temos segurança de que haverá uma redução do *spread* e uma redução da inadimplência? Nós temos segurança de que a atividade econômica continuará em aceleração? A minha expectativa é de que sim.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Obrigado.

Não havendo nenhum Parlamentar, vou devolver a palavra ao Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, para que faça a sua manifestação, respondendo às questões levantadas pelos Parlamentares.

O senhor gostaria de fazer uma questão? Por gentileza.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA – Nós fomos citados. Eu queria o direito de resposta. A Oposição não se colocou… Não sei de onde se tirou isso, Presidente. Pelo contrário. É um movimento saudável. Eu queria fazer uma breve reflexão, porque foi colocado isso como se houvesse um diagnóstico equivocado das forças de oposição. No nosso ponto de vista, o problema não está na órbita da política monetária. O Banco Central se consolidou como uma das grandes agências, ilhas de excelência num organismo de Estado, com uma equipe competente, profissionalizada, que maneja muito bem.

Durante toda a história do Plano Real, a âncora monetária foi sobrecarregada pela inação em relação a outro conjunto de medidas que não estão na órbita do Banco Central. Então, aplaudimos, pelo contrário do que foi dito aqui. Nós sempre falamos que era uma necessidade premente, que não havia nenhuma razão genética para o Brasil ter a mais alta taxa de juros do mundo. Não havia nenhuma razão sistêmica. É claro que a inflação preocupa. O preço é a eterna vigilância.

Eu queria introduzir a primeira pergunta. Como vocês veem o impacto do realinhamento cambial dos preços? Eu também estava preso, como o Puty, na audiência pública. Então, a primeira questão é esta: qual o impacto no câmbio. Política econômica é isto mesmo: cobertor curto; puxa de um lado, vaza do outro. Todo

mundo queria que o câmbio melhorasse a competitividade das exportações e tal, mas tem impacto inflacionário. Então, como o Banco Central dimensiona isso?

Quero deixar claro que as Oposições colocam que o que há de lacuna na ação do Governo é a sua timidez, a sua falta de vocação reformista. Quer dizer, o crescimento puxado pelo crédito, pela expansão do consumo, claramente está esgotado. Não é possível crescer de forma sustentada, com uma taxa de investimento de 17% do PIB. Então, está faltando coragem para fazer a reforma tributária, coragem para radicalizar as parcerias com o setor privado. Privatiza-se pouco, mal, de forma insuficiente e envergonhada.

Então, só queria colocar, primeiro, o verdadeiro posicionamento das Oposições, que não têm essa caricatura que às vezes é feita, segundo, essa questão do câmbio e a questão de como é a avaliação do banco sobre a expansão do crédito, o nível de endividamento das famílias e a possibilidade de isso ainda continuar alavancando o crescimento pelo lado do consumo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Obrigado, Deputado Marcus Pestana.

Senhores, senhoras, agradeço pelas manifestações.

V.Exa. prefere um microfone sem fio ou esse está bom? *(Pausa.)*

Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, a palavra está a sua disposição, para que possa dar suas respostas.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI – Muito obrigado, Presidente. Muito obrigado a V.Exas., Deputados e Senadores, pelas questões colocadas.

Começando pela ordem, o Deputado Edmar Arruda menciona a distensão monetária que ocorre no País há alguns meses com a queda da taxa de juros do Banco Central, a taxa SELIC. Quando esse processo, a que ele se refere, de redução lenta, essas novas condições monetárias e financeiras estabelecidas pelo Banco Central chegariam ao tomador final? A oferta de crédito pode estar crescendo menos do que se gostaria no momento.

Em relação ao comportamento do sistema dos bancos, em resposta à política monetária do Banco Central, o que eu diria neste momento, e tenho dito inclusive para o sistema, é que na nossa outra missão do Banco Central como regulador, supervisor do sistema, esse é um debate que não se restringe ao País, mas está na raiz também da reforma regulatória internacional, que é fazer com que o sistema coopere de uma forma mais neutra ao longo do ciclo econômico, ou seja, quando a economia vem crescendo, não se deve acelerar demais o processo de concessão de crédito e também, quando a economia desacelera ou quando ela inicia o processo de retomada, como estamos vivendo neste momento, não se deve retrair em demasia. Então, deve-se ser mais neutro ao longo do ciclo econômico e de preferência ser um pouco anticíclico ou contracíclico, ou seja, agora não ser excessivamente conservador porque se está sofrendo no momento um aumento da inadimplência, que não foi criada hoje, foi criada lá atrás, quando se concedeu o crédito, talvez, além do que deveria naquele momento.

O nosso papel de regulador é a vigilância contínua em relação à saúde das instituições, especialmente do sistema como um todo e, quando surgem os problemas, tratamos de circunscrevê-los na sua origem e assegurar a estabilidade sistêmica.

No Brasil nós temos uma peculiaridade: o Banco Central tem as duas missões. Por muito tempo, antes da crise financeira internacional 2007/2008, o que ocorreu no mundo foi uma tendência à separação da supervisão e regulação do sistema financeiro, afastando-se da autoridade monetária. O que se viu na crise foi que o emprestador de última instância acaba sendo a autoridade monetária. Então, ficou mais claro que havia um ganho em se ter as duas missões dentro da mesma estrutura, como é o caso do Banco Central do Brasil, como é o caso brasileiro, onde nunca houve essa separação.

Isso tudo foi para dizer que estamos acompanhando o processo de transmissão da política monetária. Um dos canais de transmissão é o canal do crédito, é o canal a que V.Exa. se refere, ou seja, por que o Banco Central baixa ou distende as condições monetárias e financeiras e isso não chega na ponta? Está começando a chegar e vai chegar cada vez mais. Há defasagens, e no caso desse canal a nossa visão é essa, ou seja, nem tanto acelerando quando a fase da economia está boa e nem tanto retraindo quando a economia começa a retomar de maneira ainda lenta, já ganhando alguma velocidade.

Nós estamos acompanhando esse processo para que de fato a redução de juros chegue ao tomador final do crédito e com isso a nossa política se transmita de uma forma mais eficaz, com maior eficiência, no caso da política de redução da taxa básica de juros.

Eu não podia deixar de me referir também que foi mencionado por alguns dos Parlamentares aqui presentes o fato de que a última vez que aqui vim havia todo um debate sobre o descontrole na inflação. Nós já sinalizávamos naquele momento, como o Deputado Cláudio Puty se referiu, que a inflação subiria até setembro e ali começaria um processo de convergência em função também das defasagens das políticas que o Banco Central e o Governo adotaram naquele

começo de 2011. Isso de fato aconteceu. Para aqueles que diziam que a inflação iria para 10% e fugiria ao controle, digo que isso não ocorreu. O que ocorreu foi a convergência da inflação, um processo sólido de convergência da inflação, que estamos acompanhando. Naturalmente, é nossa função. O Banco Central vê a continuidade do processo de convergência da inflação em relação à meta de inflação.

Passando aos questionamentos e afirmações do Deputado Rodrigo Maia, em relação a dados da indústria e da expansão do PIB, há projeção do Banco Central, no Relatório Inflação de Março de 2012. No final do mês de junho, será publicado o Relatório Trimestral de Inflação com novas projeções de todas as variáveis, mas a projeção até o momento é a que vigora de março de 2012, ou seja, com expansão de 3,5% do PIB neste ano.

O mercado, como V.Exa. se referiu, tem perspectivas diferentes dessa, algo abaixo de 3% para o ano. Para o ano que vem, as projeções do mercado estão em torno de 4% a 4,5% de expansão para a economia brasileira. Acreditamos que, em razão das defasagens, quando os estímulos já foram dados à economia brasileira, esse crescimento se acelera ao longo do ano. No final do mês, o Banco Central terá a oportunidade de eventualmente revisar a projeção de crescimento de 3,5%.

Em relação à indústria, quero fazer uma referência à projeção para o ano, que é de estabilidade do mercado. Para o ano de 2013, o crescimento, em linha com o PIB, será em torno de 4,2% na indústria no ano vindouro.

Em relação ao PIB do primeiro trimestre, o crescimento industrial no PIB foi da ordem de 1,7%, comparado com o mesmo período do ano anterior. Há várias afirmações em relação ao sistema bancário nacional. O Deputado menciona que sua visão não coincide com a visão aqui exposta da situação do sistema financeiro.

Quero dizer que discordo, naturalmente. A situação do sistema financeiro, não dita por nós, mas dita inclusive por órgãos externos, é de liquidez adequada. Vimos os números com níveis de liquidez do sistema maiores do que a maioria das outras jurisdições, com nível de capitalização elevado, com nível de aprovisionamento acima do que é a perda. Apesar de a inadimplência estar subindo, o sistema tem cobertura para enfrentar essa inadimplência, além de ter capital e liquidez. Ao longo do tempo, tem apresentado níveis de rentabilidade elevados e também oferece um colchão para dar conta da segurança do sistema.

Em relação ao segmento de bancos pequenos e médios, hoje há no Brasil 128 bancos classificados na condição de pequenos e médios. Eles estão sob constante monitoramento e supervisão do BC, como também as outras instituições. O segmento dos bancos pequenos e médios hoje representa 17% dos ativos totais do sistema financeiro. No que se refere à carteira de crédito do sistema financeiro, representa quase 14% – 13,4%, para ser mais preciso, segundo os últimos dados.

Em relação aos depósitos do sistema financeiro, o conjunto de bancos pequenos e médios chega a 15%. Esses bancos, como V.Exa. bem disse, atuam em diversos nichos de mercado diferenciados, alguns no crédito e varejo; alguns no atacado, financiando no atacado; alguns são bancos de tesouraria – não lidam diretamente com varejo, mas com operações de mercado; outros são bancos de negócio; alguns bancos são vinculados à montadoras tanto na área de veículos leves como também na de caminhões e outros veículos.

Na maior parte, os créditos são direcionados à pessoa física e a empresas de pequeno e médio portes. Então, esse é um segmento extremamente importante para o sistema financeiro e para a economia brasileira.

Esse é o enfoque que o Banco Central procura dar a esse sistema, brindando com uma supervisão intrusiva, forte e bastante ativa, mas também reconhecendo a importância para o processo de crédito, inclusive para a concorrência no sistema financeiro. Grande parte do resultado que se obteve nos últimos anos em relação à redução de *spreads* tem a ver a ação dessas instituições. Então, temos claramente essa visão.

Nesse sistema, apesar dos episódios mencionados pelo ilustre Deputado, o segmento de bancos pequenos e médios registrou, no primeiro trimestre de 2012, um lucro de 1,6 bilhão de reais, o que equivale a 11% do lucro do sistema financeiro nacional.

Tem um nível de capitalização satisfatório – de novo, o nicho dos pequenos e médios – e o índice de Basileia, índice de capital em relação aos ativos ponderados pelo risco. Nós vimos que o sistema como um todo está na faixa de 16. Para esses segmentos, os bancos pequenos e médios estão na faixa de 17%, ou seja, não apenas o sistema financeiro é sólido, quer dizer, tem rentabilidade, liquidez, capital e provisão, como também esse *cluster*, esse subsegmento importante do sistema financeiro denominado bancos pequenos e médios, 128 instituições, também apresenta solidez no que se refere à liquidez de capital, rentabilidade. Enfim, é uma força importante de concorrência no sistema.

Nós monitoramos diariamente essas instituições, assim como as outras. Certamente, quando surgem problemas, eles são identificados pelo Banco Central e agimos de acordo com a lei, com a regulação, de forma a responder efetivamente e a fazer com que,

quando surgem os problemas, eles se circunscrevam a casos específicos.

Para o caso específico que V.Exa. menciona, do Cruzeiro do Sul, o Banco Central, ontem, decretou Regime de Administração Especial Temporária – RAET. É um banco que representa 0,22% dos ativos totais do sistema financeiro nacional e representa 0,35% dos depósitos passivos em geral do sistema financeiro nacional. Então, é um banco de pequeno porte. Esse é o caso que V.Exa. mencionou.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA – Temos de tomar cuidado, porque se menciona o percentual e nós nos esquecemos dos números. V.Exa. não deve achar que uma fraude de 1,3 bilhão de reais é um número pequeno para um país com tantas desigualdades como o Brasil.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI – Tanto não é que decretamos, no dia de ontem, o Regime de Administração Especial Temporária na instituição que V.Exa. menciona.

A lei nos confere três tipos de intervenção: a liquidação, a intervenção e o Regime de Administração Especial Temporária. Esse regime tem tempo definido. No caso específico, decretamos 180 dias, renováveis por mais 180 dias. Ele tem algumas características: afasta de imediato a gerência, indisponibiliza os bens da gerência, da administração e do controle, mas mantém a instituição operando normalmente. Os passivos não vêm a vencimento, vencem nas datas programadas. Os ativos continuam sendo gerenciados. Neste momento, o Banco Central decidiu por esse regime, que seria o mais adequado para o caso específico.

Em relação a alternativas e a outros casos, foram referidas soluções de mercado. As soluções de mercado não se confundem com a responsabilização dos administradores, das pessoas envolvidas em irregularidades. Mesmo nos casos citados, onde a solução de mercado foi viabilizada, com menor contágio possível para o sistema, a responsabilização ocorreu.

Os processos administrativos foram abertos, as penalidades foram impostas e isso vem sendo a tônica em todos os casos mencionados anteriormente.

Em relação ao papel do Fundo Garantidor, ele tem de ser entendido dentro da estrutura de segurança do sistema financeiro nacional. Parte dessa estrutura, ele executa funções específicas nela, funções que não se confundem com o papel da autoridade reguladora e supervisora. Trata-se de uma entidade de direito privado que oferece mecanismos de proteção aos depositantes e a outros credores, bem como tem o papel de prevenção na insolvência do sistema e de outros riscos associados. Ela é capitalizada exclusivamente pelas instituições financeiras e atende a todos os requisitos do Decreto-Lei nº 2.321, de 1987, que instituiu o RAET, para ser a gestora do processo do RAET.

Nesse caso, foi mencionada, e eu confirmo, a decisão de ontem do Banco Central de decretar esse regime, que foi entendido como o regime mais adequado, que não afasta a solução de mercado. Ao longo desse processo, é possível uma solução de mercado.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO – Houve interesse do mercado imediato?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI – Bem, se houve, não chegou nenhuma proposta viável para o Banco Central avaliar. O Banco Central avalia, sempre que há um negócio no setor financeiro. Nós não avaliamos as condições do negócio, nós não avaliamos as oportunidades do negócio. O nosso papel, como regulador, é certamente tratar de entender qual é a estrutura de controle que resulta de um processo de fusão, de aquisição, etc., e avaliar os impactos desse que é um ato de concentração, aquisição, fusão, etc., sobre a concorrência do sistema. É sob esses dois prismas que o Banco Central avalia. Mas, nesse caso específico, não chegou nenhuma proposta ao Banco Central para ele avaliar.

Foi decretado esse regime, cujo gestor é o Fundo Garantidor de Créditos.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO – É a primeira vez que o Fundo Garantidor assume?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edmar Arruda) – Nós precisamos deixar o nosso Presidente concluir as respostas. Por gentileza, já começou a Ordem do Dia, e nós precisamos que o Presidente conclua. Por favor, se ainda houver algum questionamento, eu posso analisar se nós vamos abrir no final. A princípio, foram feitos todos os questionamentos, e eu gostaria que o Presidente concluísse todas as respostas, e depois nós avaliamos os questionamentos.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI – Essas são as primeiras manifestações que gostaria de colocar sobre os questionamentos e afirmações do Deputado Maia.

O Deputado Pauderney Avelino também fez colocações referentes a esse caso.

Eu queria de dizer que a fiscalização do Banco Central tem-se aprimorado ao longo do tempo. Esses casos que nós vimos fazem parte do processo de saneamento do próprio sistema. Eu acho que a fiscalização, a regulação, a ação do Banco Central têm sido pautadas em fazer com que o sistema financeiro seja cada vez mais sólido nas suas diversas dimensões: na dimensão da liquidez, do capital, da provisão. Nós temos atuado nesse sentido.

O saneamento faz parte de um processo que visa aumentar a solidez do sistema, e não de enfraquecê-

-lo. Certamente, não seria admissível deixar instituições que não têm condições de sobreviver de maneira adequada e prudente operar um sistema sem algum tipo de ação da autoridade regulatória. Isso tem sido feito. Desde que o Banco Central identifica os problemas, ele trata de circunscrevê-los e de agir de modo a dar continuidade a todos os processos punitivos que forem necessários, de notificar e passar todas as informações às autoridades competentes nas áreas criminal e judicial.

O Banco Central tem agido nesse sentido, tem aprimorado a sua ação fiscalizatória e continuará o processo contínuo de aperfeiçoamento das suas ações e das suas missões.

Em relação às perguntas relativas ao *spread* que o Deputado Pauderney Avelino menciona, certamente o nosso papel como órgão regulador é acompanhar esse processo e ter uma agenda no sentido de que essa diferença entre a taxa básica de juros e a taxa ao tomador final seja a menor possível, dentro da prudência. Então, já desde 1999, o Banco Central vem trabalhando numa agenda de médio e longo prazo.

Foi feito um grande progresso na questão da redução dos *spreads*; há terreno para ser trilhado nesse processo; e o Banco Central tem um papel importante de dar as condições para que as instituições financeiras reduzam essa diferença entre as taxas de captação e as taxas ao tomador final.

A taxa do Banco Central, obviamente, responde a outra lógica: a lógica da política monetária, a lógica da estabilidade monetária. É em cima disso que o Banco Central atua com sua taxa básica. Mas, para que ela seja mais efetiva e, tanto na subida quanto na descida, chegue ao tomador final, quanto menor for esse *spread* mais desobstruído será o canal de transmissão da política monetária. Nós temos interesse, inclusive, pelo ângulo da eficácia da política monetária.

Em relação à sua consideração sobre sacrifício da meta de inflação, eu fico satisfeito de que a questão da inflação tangenciou apenas os nossos debates hoje. V.Exa. reconhece a ação do Banco Central nessa matéria. De fato, nós tivemos grandes progressos em afastar o risco do descontrole inflacionário e fazer com que a inflação, de fato, convirja para a meta estabelecida para o País.

Nós estamos num processo de convergência. O fato de que o Banco Central faz referência a crescimento, qualquer banco central do mundo faz referência a crescimento. Alguns têm a meta de crescimento no seu mandato, o que não é o caso do Banco Central, mas indiretamente, como foi dito aqui, a estabilidade monetária não é um fim em si mesma, mas é uma necessidade para se atinjam outros objetivos maiores. Mas é disto que o Banco Central brasileiro se incumbe: assegurar a estabilidade monetária e a estabilidade do sistema financeiro.

Em relação à estabilidade monetária, acho que nós estamos no caminho certo. Com referência ao crescimento, eu já falei no Congresso, lá na CAE, recentemente, que não é por outra razão que o Banco Central vem reduzindo os juros desde agosto: porque identificou que o crescimento da economia brasileira vem vindo abaixo do potencial, logo, as pressões inflacionárias diminuem e se vislumbra a convergência da inflação para patamares menores – no nosso caso, em direção à meta.

Então, quando o Banco Central fala em crescimento, ele está falando com olho na inflação e com olho em fazer com que esse processo de convergência da inflação para a meta estabelecida para o Banco Central se materialize. Então, é isso que nós estamos...

A crise não é nossa, a crise é lá fora. Como V.Exa. mencionou, ou outro Deputado, trata-se aí de uma segunda volta da crise da 2008. A repercussão fiscal da queda grande das receitas, do aumento dos gastos com intervenções que foram feitas nos sistemas financeiros em várias direções, isso criou um peso para a economia em outros países, e a relação dívida/PIB subiu em alguns países, mais do que dobrou. Isso demora tempo.

Nós não estamos vivendo a situação ao contrário, como foi dito aqui: as nossas contas fiscais estão melhorando, nós temos mais reservas, temos mais liquidez, estamos reduzindo taxas de juros. Nós tínhamos juro para reduzir, outros países não têm juros; as jurisdições que têm juros a 1% estão debatendo se vão reduzir ou não. Nós tivemos condições de fazê-lo.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO – Estão com juros negativos.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI – Então com juro real negativo. Várias jurisdições, já mostrei aqui no Congresso, vários colegas de outros Bancos Centrais com juro de política negativo. A SELIC deles é menor do que inflação, mas ainda estão considerando redução de juros.

O nosso caso é diferente. E esses estímulos vão ser sentidos na economia. Há defasagem de operação desses estímulos.

Em relação a considerações do Deputado Roberto Santiago...

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO – O senhor não falou sobre a meta de crescimento.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI – A meta de crescimento?

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO – Isso.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI – Não, eu acho já que mencionei anteriormente. Desculpe-me, Excelência, mas eu falei que as nossas projeções atuais são de 3,5 e nós vamos revisar no final deste mês. O mercado está com projeções mais baixas do que o crescimento do PIB este ano. O produto, 2,7, o mercado, 2,7 – o Deputado Rodrigo Maia está sintonizado.

As projeções do mercado para o ano de 2013 são de 4,5, salvo engano. Nós não temos projeções de crescimento, mas o que temos, neste momento, é que a economia brasileira vai ganhar tração, em função das defasagens, em função de tudo que está sendo feito. No segundo semestre, cresce mais do que no primeiro, naturalmente. Este trimestre já está crescendo mais do que no primeiro trimestre do ano. Nós vamos pegando velocidade.

Isso em função das próprias defasagens de atuação. Lá trás, quando contraímos a política, todos achavam que não viria, viria. Claro que foi adicionado a isso a crise internacional, que gerou uma situação em que tivemos que reverter a política. Mas, crescimento é isso. Nós, ao final do mês, sairemos com a nossa projeção para o ano, mas nós estamos preparados. Quer dizer, a nossa economia vai se recuperar, a crise não é aqui, a crise é lá fora. Naturalmente, nós temos que nos preparar para as repercussões. E estamos preparados para isso.

As questões também do Deputado Paulo Rubem Santiago foram sobre endividamento, ações de desoneração, enfim, os limites do endividamento. Creio que vou mencionar, Deputado, que o Banco Central cuida das condições de demanda da economia. Ele age na economia sob as condições de demanda. Há outras políticas que também afetam as condições de demanda, por exemplo, a política fiscal. Mas a política fiscal também envolve escolhas: escolhas do Parlamento, escolhas do Governo, se se investe mais, se se consome mais, se se gera mais gastos correntes, enfim, o *mix* também entre tributação e gastos. São decisões que fogem, que estão fora do Banco Central, que afetam as nossas políticas.

O que eu poderia dizer em relação aos comentários de V.Exa. é que, dada a política fiscal operada pelo Governo, no ano passado e neste ano, isso repercutiu sobre as nossas ações. Então, também não é por outra razão, senão pelo conjunto consistente de política que conseguimos alterar o *mix*. Obviamente, há outras questões envolvidas, mas se abre a possibilidade para que o investimento privado, também, enfrente uma situação de condições monetárias e financeiras mais favorável. Não depende só de nós, mas obviamente as condições são melhores hoje do que já foram no passado em relação a juros e às condições financeiras em geral.

O Deputado Audifax menciona também uma preocupação – não o vejo aqui – com os bancos pequenos e médios.

Creio que na minha intervenção respondendo às questões do Deputado Rodrigo Maia já fiz referência ao modo que o Banco Central vê a situação dos bancos pequenos e médios. É uma situação sólida, rentável, eles têm um papel importante, especialmente no financiamento de pequenas e médias empresas, no financiamento à pessoa física, têm capital, enfim, têm condições de liquidez apropriadas.

Não se preocupe tanto, certamente nós temos que nos preocupar, no Banco Central, mas essa é nossa visão em relação a esse importante segmento do sistema bancário brasileiro.

Em relação a juros e tarifas, acho que, na questão das tarifas bancárias, houve avanços regulatórios importantes em passado recente, nos últimos 3 ou 4 anos. Nós conseguimos padronizar todas as tarifas bancárias, reduzir o número. Hoje, as tarifas são comparáveis. Hoje, até a descrição da contraprestação do serviço é homogênea. E esse foi um processo longo de debates, com discussão inclusive aqui na Câmara dos Deputados, na Comissão de Defesa do Consumidor, que participou de todos esses trabalhos.

Nós, do Banco Central, disponibilizamos todas as taxas de juros, *spreads,* as tarifas bancárias, e isso pode ser acompanhado por todo o cidadão, enfim, para que faça suas melhores escolhas de acordo com aquilo que melhor o atender em termos de serviços bancários, em termos de custos.

Ele também questiona se a recessão chegará ao Brasil e como ficaria a SELIC, a meta de inflação, enfim. As condições que coloquei aqui na apresentação são de um crescimento da economia global mais fraco do que se supunha originalmente. Isso tem reflexo em várias áreas do globo. O Brasil está numa posição privilegiada, do ponto de vista de que tem instrumentos de política, que já estão sendo acionados há algum tempo. Diria que o Brasil está à frente desse processo. Estamos agora retomando a atividade. Mas nós já estamos distendendo as condições lá trás, inclusive, fomos pioneiros, pode-se dizer assim, nesse processo de distensão das condições.

Eu falei que tínhamos mais uma oportunidade de fazê-lo por conta da nossa realidade, mas certamente nós o fizemos lá trás, em final de agosto e início de setembro. Outros Bancos Centrais também adotaram políticas semelhantes em períodos mais à frente.

Então, já estamos nesse processo há algum tempo. Há defasagens envolvidas. O crescimento veio

no primeiro trimestre menor do que se esperava, mas agora vemos uma retomada ao longo do tempo. O crescimento deve se acelerar no ano de 2012, especialmente no segundo semestre.

Em relação às questões do Deputado Duarte Nogueira, o setor externo sempre esteve nos cálculos do Banco Central. Inclusive, foi muito criticado por ter, já em janeiro de 2011, dito que a complexidade do setor externo da economia global era tamanha que precisávamos – nós, Brasil, mas o Banco Central em particular – de um esforço analítico redobrado. Isso foi dito em janeiro de 2011, enfim, no momento não foi bem entendido, mas certamente aprofundamos o nosso monitoramento da economia internacional, por todas as suas implicações para o Brasil. Isso foi, digamos, um aspecto positivo da nossa avaliação, que nos permitiu ajustar as políticas de maneira tempestiva, dada a mudança na conjuntura global, principalmente em agosto.

Eu mostrei aqui um gráfico. Houve uma revisão grande do crescimento global a partir de agosto de 2011. Todo aquele problema da discussão do teto da dívida americana, em julho, e depois a revisão forte nas perspectivas de crescimento de Estados Unidos e Europa se deram ao longo do mês de agosto. Então, esse foi um indicador importante para nós, no Banco Central, digamos, ajustarmos a nossa política.

Acho que os pontos da agenda são vários. Eu apresentei alguns aqui. Há, sim, pontos da agenda estrutural; há pontos que vêm já de algum tempo. Na apresentação, eu listo um rol. Mas eu diria que também, antes disso, houve toda uma reformulação. A própria Lei de Falências foi um marco nas reformas microeconômicas brasileiras. Não é algo tão distante, está aí na última década, digamos assim.

Todas as mudanças que houve no mercado imobiliário, ali na ação fiduciária, patrimônio de afetação, enfim, criaram condições de maior segurança no financiamento imobiliário. Esse financiamento tão importante para a economia, com a abertura do mercado de resseguros, a criação de instrumentos financeiros, títulos imobiliários, títulos agrícolas. O próprio processo de inclusão financeira, que decolou no País. Nós dobramos o número de contas. O desenvolvimento do mercado de correspondentes bancários permitiu, inclusive, que bancos sem redes atuassem em nichos importantes e que forçassem a concorrência no sistema, enfim, as cooperativas de crédito. Mencionei agora o fundo de Previdência do setor público, recentemente aprovado. E há uma série de medidas que apontam na direção de mudanças estruturais que preparam o País para o futuro.

Em relação à eventual contradição na política creditícia, primeiro, só para ajustar aquele dado, o dado que tenho do crédito são 2,1 trilhões de reais. Quatro, 5 trilhões de reais seriam os ativos totais do sistema, mas o crédito na faixa de 2 trilhões de reais.

Certamente o País precisa de investimentos. Agora, o que move a economia é que, em qualquer economia, a economia continental como a brasileira ou a economia americana, dois terços dela é consumo, os demais são o setor externo, o investimento. O investimento dá a conta da dinâmica e cria condições para o futuro, mas dois terços da economia são o consumo. Então, o consumo tem que ser cuidado. No País, houve a incorporação de 35 a 40 milhões de pessoas na classe média, o que criou um mercado de consumo doméstico respeitável, que precisa ser trabalhado, precisa ser consolidado.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA – Diminuiu com o aumento do dólar.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI – Precisa ser consolidado. Inclusive, para incentivar o investimento privado, o consumo não precisa estar explodindo, crescendo a taxas muito fortes, mas precisa crescer.

O que eu procurei apresentar aqui foram alguns elementos, alguns fatores que apontam na direção de sustentabilidade do consumo. Tem-se a renda real crescendo e o emprego crescendo. Foram criados 1 milhão e 400 mil empregos nos últimos 12 meses, o que aumenta a massa salarial, cria-se um lastro.

O crédito desacelerou. Ele está pegando aos poucos, desacelerou um pouco forte demais, mas vai continuar crescendo. O balanço, o saldo do crédito cresceu na faixa de 18%, em abril. Ou seja, o crédito também dá sustentação ao consumo. Então, é importante que o consumo continue, porque é isso que dá, digamos, a propagação do crescimento e o investimento vem a reboque. Há medidas para isso.

Acho importante o foco em cima do investimento, para criar as condições para que cresçamos, no futuro; para que cresça o produto potencial da economia, ou seja, aquela taxa de crescimento que não acelera a inflação. Então, é importante isso.

Quero agradecer as palavras ao Senador Lindbergh Farias, sempre apoiando as políticas do Banco Central. Ele fez alguns comentários sobre a questão do primário, enfim, diante de um cenário mais adverso. Mas vou aceitar a oferta dele de não me pronunciar sobre o assunto, porque não é da nossa área. Certamente nos interessa acompanhar essa evolução, porque isso tem repercussões sobre nossas políticas.

Quero agradecer ao Deputado Cláudio, também, pelas palavras dirigidas ao Banco Central, fazendo referência à questão da inflação em nossa última discussão na CMO, no final do primeiro semestre do ano passado.

Medidas para estimular o investimento. Creio que, com este novo *mix* de políticas adotado nos últimos meses no País, criam-se pelo menos condições do custo do capital, que do nosso ponto de vista são compatíveis com o nosso trabalho de fazer com que a inflação convirja. Mas esse ambiente que se criou também, com o auxílio da política fiscal, cria condições melhores para o setor privado, digamos, ocupar espaço na economia. Nós vimos a relação dívida/PIB caindo a 35%, ela vai numa direção ainda mais baixa. Tem-se um déficit nominal de 2,5, 2,4 hoje. Possivelmente, caia um pouco mais em curto prazo. Esse é um espaço que se abre também para o investimento privado tomar.

Dentro do espaço fiscal, creio que sempre o investimento público, apesar do investimento da economia ser dominado pelo investimento privado, tem um papel pedagógico, indutor, do investimento privado, principalmente o investimento em infraestrutura. O que puder ser feito para azeitar, tenho certeza de que a Presidente tem trabalhado nesse sentido, inclusive, para aprofundar essa tendência no futuro.

Em relação ao cenário internacional, então, abstive-me de fazer especulações sobre desdobramentos por conta da fluidez do cenário internacional, mas o que disse aqui, que acho ser a nossa visão no Banco Central, é que a economia cresce menos do que se supunha há algum tempo, pelo menos, no ano passado em relação aos próximos dois anos, em função dessa crise fiscal. O nível de liquidez é amplo, em função das reações dos vários governos, vários Bancos Centrais, para tentar reativar as economias.

Nós temos possivelmente um cenário para a inflação no Brasil, vindo da área externa com viés desinflacionário, em função de um crescimento menor de ajuste nas *commodities*.

Certamente, em termos da nossa posição, do País em relação à arquitetura financeira internacional, primeiro, essa nova arquitetura deve se refletir na governança dos diversos organismos internacionais. Então, essa é uma parte mais, digamos assim, da questão da governança. Agora, é importante que esses organismos reforcem a linha de defesa, não tanto para as economias envolvidas hoje no processo mais agudo da crise. As economias europeias têm condições de responder a esses desafios, mas outras economias em desenvolvimento, talvez não seja o caso do Brasil, que tem condições de participar desse processo, desde que as governanças desses organismos internacionais reflitam sobre o novo peso relativo das economias emergentes de participar, ajudando a fortalecer o muro de proteção, principalmente das economias em desenvolvimento, em relação à economia mundial, crescimento que está sujeito a eventos extremos.

A Presidenta Dilma tem falado isso, o Ministro da Fazenda, o Presidente do Banco Central. Nós temos atuado nesses fóruns internacionais, dizendo que o Brasil pode contribuir – e isso tem que ser refletido nas governanças internacionais – assim como outros emergentes, pode haver um papel construtivo de nossa parte, principalmente para os demais países que podem ser afetados inocentemente pela situação econômica internacional.

Quero agradecer ao Deputado e colega Afonso pelas palavras em direção ao Banco Central. A nossa visão é essa. A situação internacional não se resolve no curto prazo, é baixo o crescimento. Nesse processo, como eu disse aqui, o Brasil já está, de certa forma, adiantado em relação a outras economias e já vem distendendo as condições monetárias e financeiras, vem tomando medidas. Não paramos por aí em termos de país. Em relação ao Banco Central, temos avançado, desde o final de agosto, na distensão das condições monetárias. Temos que avaliar com esforço analítico redobrado a situação internacional para definir os próximos passos.

Em relação ao questionamento do Deputado Marcus Pestana sobre a questão do crédito, a nossa visão é de que ele não precisa travar no momento em que a economia começa a se recuperar. Para a questão do endividamento das famílias estamos olhando com atenção, mas há uma série de fatores. Eu procurei apresenta-los aqui. A inadimplência vai recuar ao longo do ano. O próprio crescimento do emprego com a queda da inflação; o fato de que as dívidas no Brasil são de mais curto prazo em relação a outras jurisdições. O processo de melhoria das condições, do balanço das famílias é mais rápido de ocorrer esse reparo nessa situação. A redução das taxas e os *spreads* também promovem melhoria nas condições de financiamento e até de refinanciamento. Há uma série de indicadores que apontam na direção. Já temos indicadores, inclusive naquelas linhas mais afetadas, que indicam uma safra melhor de crédito no segundo semestre de 2011 e uma redução em direção ao final do ano e do próximo ano.

Em relação ao consumo, também repito que, para reativar o investimento, é importante que o consumo se perpetue. Não precisa crescer numa velocidade exagerada, mas que ele se perpetue porque é o que dá continuidade à expansão econômica.

Em relação a repasse cambial, como demonstrei aqui na apresentação que está com V.Exa., o movimento recente do real está muito alinhado com o movimento internacional do dólar. O real foi, em maio, talvez a moeda que mais aderiu ao movimento internacional do dólar para o outro. O dólar se valoriza 5,5, e o real

se valoriza 5,5 em relação ao dólar. Então, em relação à cesta de moedas, ele fica... De fato, o câmbio andou nesses últimos meses. O que conhecemos, do ponto de vista dessa transmissão para dentro da variação cambial, é que, ao longo de vários anos de sistema de metas e câmbio flutuando, o repasse cambial se reduz ao longo do tempo.

Há estudos que dizem que o repasse, no curto prazo, é em torno de 3% e cresce no longo prazo, mas primeiro é preciso ver onde se estabiliza. Esse é um movimento internacional do dólar, que tem a ver com o ambiente internacional, que está ainda muito fluido, para depois se fazer uma avaliação. Naturalmente, os índices gerais de preço, os índices ao atacado já refletiram de pronto esse impacto. Agora, a transmissão para o consumidor depende de outras considerações, inclusive da velocidade de crescimento da economia, que neste momento está começando, vai pegar mais velocidade. Neste momento não há condições para uma transmissão mais forte dessa variação cambial recente para os preços domésticos.

Essa é a nossa visão.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI SIRAQUE – Sr. Presidente, em nome da bancada do PT, em nome da Liderança do PT, nós queríamos agradecer a presença do Dr. Alexandre Tombini e de toda a equipe do Banco Central. Queremos agradecer também ao Rodrigo Maia, que demonstra que esta é uma Casa democrática.

Conseguimos fazer a reunião com as diversas Comissões em conjunto. Inclusive, houve compreensão e o debate foi de alto nível, tanto da Situação quanto da Oposição. Portanto, estão todos de parabéns, e agradecemos. É assim que deve ser feito no Poder Legislativo, tanto na Câmara quanto no Senado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edmar Arruda) – Agradeço o comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Alexandre Antonio Tombini, da sua equipe técnica, dos Presidentes das Comissões que participaram desta audiência e dos demais Parlamentares, Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras. Uma boa noite a todos.

A reunião está encerrada.

ATA DA QUARTA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 2012.

Aos doze dias do mês de junho de dois mil e doze, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Deputado Paulo Pimenta. A reunião foi convocada em atendimento à *Lei de Responsabilidade Fiscal,* conforme disposto no *art. 9º, § 4º da Lei Complementar nº 101, de 2000*. Para tanto, foi convidado o Sr. Arno Hugo Augustin Filho – Secretário do Tesouro Nacional (STN). Foi registrado o comparecimento dos membros: **– Deputados titulares:** Augusto Coutinho, Duarte Nogueira, Edio Lopes, Eliseu Padilha, Felipe Maia, Giovanni Queiroz, João Maia, João Paulo Lima, Luciano Castro, Paulo Foletto, Paulo Pimenta, Paulo Rubem Santiago, Paulo Wagner, Professora Dorinha Seabra Rezende, Reinaldo Azambuja, Renato Molling, Waldenor Pereira e Wandenkolk Gonçalves; **– Senadores titulares:** Antonio Carlos Valadares, Flexa Ribeiro, Paulo Paim, Romero Jucá e Vicentinho Alves; **– Deputados suplentes:** Antonio Brito, Cláudio Puty, Luiz Carlos Setim, Osmar Serraglio, Toninho Pinheiro e Vanderlei Siraque; **– Senadora Suplente:** Angela Portela. Foi registrada a presença do seguinte parlamentar não-membro, Deputado Gilmar Machado. **ABERTURA:** às quinze horas e vinte e quatro minutos, o Presidente declarou iniciada a reunião, anunciando que o Sr. Arno Hugo Augustin Filho já estava presente à mesa. Anunciou também a presença do Subsecretário, Sr. Cleber Oliveira; do Coordenador, Sr. Felipe Bardella, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, e do Secretário-Adjunto, Sr. George Soares, da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Para melhor ordenamento dos trabalhos, o Presidente avisou que, de acordo com o estabelecido no art. 256, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o palestrante disporia de 20 minutos para fazer a sua exposição, não podendo ser aparteado. Ainda conforme o estipulado no *art. 256, § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados*, os parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo. Foi anunciada a abertura da lista de inscrição para o debate. A palavra foi passada para o Secretário do Tesouro Nacional, Arno Hugo Augustin Filho, que iniciou sua apresentação. Ao término da apresentação, haviam registrado inscrição para o debate os Deputados João Paulo Lima, Gilmar Machado e Duarte Nogueira. O primeiro inscrito teceu comentários elogiosos sobre a apresentação rápida e compreensível. Falou, ainda, sobre a dimensão dos efeitos da crise na Europa sobre a economia brasileira. O palestrante, a pedido do Presidente, respondeu logo em seguida, dizendo que os impactos sobre a economia nacional são vistos com otimismo, quando comparados à crise de 2008. O segundo inscrito também elogiou a apresentação por sua forma objetiva e

fez perguntas sobre previsão de receita realizada por aquela Secretaria, normalmente inferior à realizada pelo Congresso Nacional. Perguntou sobre revisão da realização da receita, uma vez que há interesse em facilitar os empenhos em prefeituras antes da proibição prevista pela legislação eleitoral. O último inscrito fez perguntas sobre metas fiscais e crescimento econômico. Ao fim da manifestação dos inscritos para debate, o Presidente passou a palavra para que o palestrante respondesse às perguntas dos Deputados Gilmar Machado e Duarte Nogueira. **ENCERRAMENTO:** às dezesseis horas e vinte minutos, após agradecimentos aos presentes, o Presidente encerrou a reunião. Antes, porém, avisou que a 7ª Reunião Ordinária, aberta e suspensa naquela data, seria reaberta no dia treze de junho, às quatorze horas e trinta minutos, e, se necessário, também seria reaberta às dezoito horas ou em horário posterior dessa mesma data. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **–** Deputado **PAULO PIMENTA**. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Declaro iniciada a 4º reunião de audiência pública de 2012 da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de ouvir o Secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, Sr. Arno Hugo Augustin Filho, que já se encontra à mesa e prestará esclarecimentos acerca da avaliação do cumprimento das metas fiscais referentes ao segundo e terceiro quadrimestre de 2011 e ao primeiro quadrimestre de 2012, conforme disposto no art. 9º, § 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Anuncio a presença do Subsecretário, Sr. Cleber Oliveira, do Coordenador, Sr. Felipe Bardella, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e do Secretário-Adjunto, Sr. Jorge Soares, da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Para melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que, de acordo com o estabelecido no art. 256, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o palestrante disporá de 20 minutos para fazer sua exposição, não podendo ser aparteado.

Conforme o estipulado no art. 256, § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas as réplicas e as tréplicas, pelo mesmo prazo.

A lista de inscrição para os debates já está aberta.

Com a palavra o Sr. Secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin, para fazer sua exposição inicial.

O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO – Cumprimento os Srs. Deputados. Vou fazer, como usualmente, uma apresentação rápida, até para efeitos de cumprimento da definição legal, depois, se for necessário algum esclarecimento, obviamente estaremos à disposição.

(Segue-se exibição de imagens.)

No ano passado, como é de conhecimento, nós cumprimos a meta fiscal, obtendo, do ponto de vista do setor público consolidado, um resultado primário de 128,7 bilhões, quando a meta da Lei de Diretrizes Orçamentárias era de 127,9 bilhões. Portanto, a meta foi cumprida, do ponto de vista do setor público consolidado, que é a obrigação legal. E o Governo Federal atingiu uma meta de 93,6 bilhões, contra uma definição de meta de 91,8 bilhões. Portanto, também cumprindo a meta fiscal.

O próximo *slide* apresenta a situação deste ano, dados em que gostaria de me deter mais. A meta do ano é de 97 bilhões do Governo central. A meta do primeiro quadrimestre foi fixada em 28 bilhões e a do segundo quadrimestre em 46 bilhões.

Ao final do primeiro quadrimestre, nós já estamos com resultado primário de 44,5 bilhões, ou seja, nós estamos a 1,5 bilhão do cumprimento da meta já do segundo quadrimestre. Logo, fica evidente, só por esse quadro, que as condições de cumprimento de primário neste ano estão colocadas de forma muito objetiva, clara. Não temos dúvida alguma da possibilidade de fazê-lo, mesmo num ano em que o Governo já definiu e continuará atento às necessidades de medidas anticíclicas para fazer com que a economia brasileira possa reagir em razão de quadro internacional desfavorável num menor prazo possível.

Portanto, mesmo com as medidas anticíclicas, nós anunciamos recentemente várias medidas de redução, por exemplo, de tributação, de mais apoio por meio de taxas de juros subsidiadas à nossa indústria, várias medidas. Mesmo com elas, nós temos tranquilidade, até porque, nos primeiros meses do ano, o primário observado foi bem acima daquilo previsto no decreto. Ou seja, nós estamos já com 44,5 bilhões de reais de primário, quando o segundo quadrimestre, ou seja, mais um quadrimestre ainda a ocorrer, a meta é de 46 bilhões de reais.

A próxima planilha tem a avaliação do cumprimento da meta, incluindo as empresas estatais. No primeiro quadrimestre, elas tiveram déficit de 317 milhões

de reais. Estava previsto um déficit de 413 milhões. Portanto, aqui também um resultado em linha com o previsto. Só para lembrar, o previsto de resultado das empresas estatais é zero, ou seja, que elas não sejam superavitárias nem deficitárias. No ano passado, elas foram superavitárias em 0,3 bilhão de reais.

No próximo *slide* temos a meta do ano. Apenas para efeito de demonstração, a meta nominal do Governo Federal é de 96,9 bilhões de reais. Os senhores votaram um resultado fiscal previsto, não mais vinculado ao PIB, mas um valor. Então, o resultado deste ano, aberto pelas receitas e despesas previstas, é de 96,7 bilhões de reais.

Na próxima planilha, há um quadro que eu acho muito importante para efeito de compreensão do que está acontecendo no Brasil. Ela mostra a evolução da receita e da despesa aberta. No quadro à esquerda, em relação ao valor nominal, ou seja, o quanto cresceu nominalmente a receita em relação ao ano passado. E, no da direita, abatida a variação do PIB nominal, no caso, ou seja, a variação real e também a variação nominal, para vermos quais contas estão crescendo acima e quais estão crescendo abaixo da economia.

O que verificamos por essa metodologia? Que as receitas totais cresceram 4,6% acima do PIB. Portanto, a receita continua crescendo de forma positiva. As transferências a Estados e Municípios cresceram 3,7%; e, com isso, a receita líquida total 4,8%. As despesas cresceram 5,4% acima do PIB nominal, mas a abertura delas mostra situação positiva, principalmente porque as principais contas, que são as contas de pessoal e do déficit da Previdência, têm tido resultado positivo no sentido fiscal. Despesas de pessoal, por exemplo, nos primeiros 4 meses deste ano, nós estamos com 5,2% abaixo do PIB nominal, o que significa que essa conta, que é a principal conta primária, tem crescimento menor do que a do PIB. E o outro dado que nós consideramos muito positivo é o fato de que as despesas de capital cresceram 20,1% acima do PIB nominal ou o valor nominal de crescimento 28,9%.

Eu chamo a atenção para o fato de que o crescimento das despesas de capital corresponde a um esforço particularmente do fato de que, no ano passado e o reflexo das ações do ano passado, do ponto de vista financeiro, principalmente no primeiro quadrimestre, primeiro semestre deste ano, nós tínhamos um novo período de gestão e também nós tivemos a transição do PAC 1 para o PAC 2, o que é normal. Imaginem que em outras obras passaram a ser feitos os projetos, licitadas, licenças ambientais, enfim, todo aquele cronograma necessário para que um investimento se realize. Então, é normal que haja um período em que o crescimento e o investimento sejam um pouco menores. Pois bem, nós já estamos no primeiro quadrimestre com um crescimento de 20% em relação ao ano passado. Portanto, é um crescimento expressivo e importante. E essa é a tendência do ano.

Nesse primeiro quadrimestre, a conta das diferentes contas de investimento com maior crescimento é a do Minha Casa, Minha Vida. Eu ouço, às vezes, na imprensa ou, às vezes, algum analista dizer que o investimento feito no Minha Casa, Minha Vida não deveria ser avaliado como investimento. Nós respeitamos, mas não é isso que determina a legislação. A legislação determina assim. E não é isso, também, que diz toda a experiência internacional e a boa prática do ponto de vista de análise econômica. Portanto, temos tranquilidade quanto a isso. Talvez este seja o programa mais importante do ponto de vista de geração de emprego, de formação bruta de capital na economia e capacidade de, com esse investimento, ter reação econômica forte, dada a crise internacional.

A próxima planilha mostra a evolução da conta de pessoal em relação ao PIB. Com ela, nós podemos ver que as despesas de pessoal em relação ao PIB vêm caindo. Eu chamo a atenção para isso, porque, em 2008 e 2009, nós fizemos reajustes muito fortes e foram reestruturadas várias carreiras. E, naquela época, muitos analistas diziam que o Governo estaria equivocado ao fazer essa política, já que aumentaria muito o gasto com o pessoal. E, naquele ano, naquele momento, isso ocorreu, era esperado que ocorresse, mas sempre dissemos que era naquele instante. Ou seja, a restruturação de carreiras importantes se faz uma vez, não se faz todos os anos. E, portanto, a tendência posterior disso seria a redução. E, felizmente, isso vem ocorrendo.

O mesmo vale – está apresentado na planilha a seguir – para o resultado da Previdência, que é outra conta fiscal de grande importância, particularmente para análise de médio e longo prazo da situação fiscal de um país. Por essa análise, nós temos aqui o déficit em relação ao PIB, conforme podemos ver nessa linha. Por ela, podemos ver que o déficit da Previdência do Brasil já foi de 1,8% do PIB em 2006. Hoje, ele caiu para 0.9%. E a tendência dele é de ser um déficit com tendência de queda ou controlado. Isso decorre muito do aumento da formalização, ou seja, da arrecadação previdenciária, que hoje está com capacidade bem melhor do ponto de vista da eficiência. Isso tem a ver com formalização, tem a ver com as mudanças feitas no sentido de trazer a fiscalização da Previdência para a Receita Federal, e tudo isso tem esse impacto positivo de redução do déficit.

Na próxima planilha, nós temos a apresentação do investimento total de 2007 a 2012, o valor gasto,

investido, e o crescimento ano a ano disso. Por essa planilha, fica claro que em 2012 nós estamos com 21,1 bilhões de reais, que correspondem a um crescimento de 29% em relação ao investido no ano passado. Portanto, há tendência positiva de crescimento. Ano a ano, isso vem aumentando. E o nosso objetivo é que isso continue, inclusive, com maior velocidade ao longo de 2012 a 2013.

Como eu disse, em relação ao primeiro ano de gestão e a transição de PAC 1 para PAC 2, é normal que haja crescimento um pouco menor e, depois, isso toma um ritmo mais acelerado.

O PAC, especificamente, tem crescimento nominal de 50%, de 2011 para 2012, nos 4 primeiros meses do ano.

Na próxima planilha, para falar um pouco da dívida pública, tentando ficar dentro do prazo regimental e cumprindo todos os itens da apresentação que deve ser feita, chamo a atenção para o fato de que nós encerramos o mês de abril de 2012 com relação dívida/PIB de 35,7%. Ou seja, o Brasil, que, em 2002, tinha relação de dívida com o seu PIB de 60,4%, tem agora relação de dívida em relação ao seu PIB de 35,7%.

O que isso significa? Significa que o fenômeno que é o motivo principal da crise internacional em vários países, que é a segunda perna do W, ou seja, houve, primeiro, uma crise na área financeira. Essa crise teve como resposta ações governamentais anticíclicas e, num segundo momento, esses países passaram a ter algumas dificuldades fiscais. Essa segunda perna não ocorreu no Brasil. Pelo contrário, o Brasil, do ponto de vista fiscal, está muito sólido. Isso significa, por exemplo, no fato de que é a menor relação dívida/PIB que temos. Ou seja, ela vem caindo sistematicamente e estimamos uma continuidade desse movimento, ou seja, cada vez mais, o Brasil se libertar do peso de uma dívida pública que já foi muito elevada – 60% do PIB é um parâmetro forte – para quase metade disso. Essa é a tendência.

Por último, temos aqui um quadro de que não melhorou apenas do ponto de vista de que o valor em relação ao PIB é menor. O perfil dela é melhor. Então, nós estamos com um trabalho de diminuição da parcela da dívida, que é vinculada a um risco maior, a uma volatilidade maior, principalmente os nossos títulos em LFTs, que são títulos vinculados à SELIC, cuja parcela da dívida vem caindo sistematicamente.

As dívidas do Brasil em títulos vinculados à taxa flutuante, ou seja, à SELIC, ou a câmbio já foram de parcela expressiva. A maioria da dívida era assim. Hoje, 65% da nossa dívida é em títulos prefixados e títulos vinculados a índices de preços. Essa relação era o contrário. Quase toda a nossa dívida no ano passado era vinculada a câmbio ou vinculada à LFT.

Qual é a vantagem disso? Quando há turbulência mais forte – isso implica, por exemplo, variação mais forte da SELIC ou do câmbio –, a nossa dívida mantém estabilidade. Portanto, nós temos perfil melhor da dívida pública, e essa tendência ocorreu nesse último período e continuará a ocorrer.

Essas são as principais considerações, Presidente, senhoras e senhores, que eu tinha a fazer para introduzir esta audiência e enfocando o objetivo principal dela, que é o cumprimento da meta fiscal. O Brasil está bem avançado no cumprimento da meta fiscal. Este ano será um ano em que nós vamos olhar a partir até do fato de que estamos avançados nisso. Continuaremos a olhar para os movimentos de reação da economia. Diga-se de passagem, já se verifica um movimento de reação do ponto de vista do crescimento. Então, nós estamos bem animados de que o conjunto das medidas tomadas surtirão o efeito esperado, ou seja, de fazer com que tenhamos aceleração do crescimento no próximo período. Há indicações nesse sentido. E continuaremos com atenção muito grande da ação governamental para outras medidas que, eventualmente, se coloquem como as mais adequadas para manter ritmo de crescimento elevado e em recuperação, mesmo na crise internacional significativa que vivemos.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Secretário do Tesouro Nacional, Sr. Arno Augustin. Pela ordem, já temos aqui a inscrição, em primeiro lugar, do Deputado João Paulo Lima, nosso representante do Estado de Pernambuco.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO LIMA – *(Falha na gravação.) ...*foi bastante sucinta, mas com muita profundidade.

Quero parabenizá-lo porque normalmente se fazem exposições muito longas e de difícil compreensão.

A minha questão está ligada mais recentemente à questão... O cenário que mostra é relativamente tranquilo, eu diria até otimista, em relação à economia brasileira, mas como vê o impacto de uma não saída, eu diria, a curto prazo, da situação da Europa, a situação do euro?

Estamos vendo que mesmo o impacto desse socorro feito à Espanha... Tem-se um pouco a dimensão do desdobramento da crise na Europa e do euro na economia brasileira. Será um impacto muito forte, médio? Ou o Brasil vai administrar de forma mais tranquila uma crise maior na Europa?

O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO – Eu queria agradecer, porque eu acho que essa talvez seja a questão mais importante sobre a qual todos nós da

área governamental – e o Congresso faz parte sempre dessa reflexão – nos debruçamos neste momento.

Primeiro, a nossa avaliação é a de que a crise europeia infelizmente não mostra sinais de solução num prazo curto

Eu, nesses dias, estava fazendo uma exposição e me perguntaram o seguinte: *"Mas por que o Governo, que está tentando ser otimista com a economia, sempre enfatiza que a crise europeia é significativa, relevante?"* A resposta é a seguinte: porque é a verdade. Ou seja, é um fato. Nós não podemos sinalizar que a crise europeia não tem uma profundidade, quando ela tem, e vai continuar tendo, e vai continuar a ter efeitos.

Então, nós olhamos com preocupação o desenrolar da situação na Europa, mas olhamos com muito mais otimismo o impacto sobre a economia brasileira.

Eu queria chamar a atenção para o fato de que, no final de 2008, a crise que houve causou um impacto de redução do crescimento econômico em 2009, no Brasil, muito forte. Esse mesmo impacto não ocorreu agora, ou seja, cresceu menos do que gostaríamos e do que propomos como média de crescimento do Brasil, mas, vamos dizer assim, o efeito foi menor. Então, a base é um pouco melhor do que aquela.

Já em 2010 nós tivemos uma extraordinária recuperação, com medidas muito semelhantes às que nós estamos tomando agora. Então, o dinamismo do ponto de vista da demanda interna no Brasil continua, o dinamismo do ponto de vista do emprego continua.

Quero chamar a atenção para o fato de que o Brasil continua gerando uma grande quantidade de empregos, continua com taxas recordes de queda do desemprego e, portanto, tem os elementos necessários para reagir.

Então, a nossa resposta é de pouco otimismo do ponto de vista de prazo – preocupação com o aspecto internacional –, mas de muita tranquilidade, otimismo e, claro, trabalho.

Não é só dizer *"olha, vai melhorar"* ou *"está melhorando já".* Temos que fazer as coisas que são necessárias, e o Governo tem tentado fazê-las. Isso significa apoiar alguns setores, desonerar setores, estar atento a qualquer questão setorial que seja necessária e fazer a nossa parte. Qual a nossa parte? Basicamente aumentar o investimento público. Isso é uma tarefa...

Eu quero deixar isso bem claro, porque é a posição do Governo. É importante que a sociedade e, em especial, o Congresso tenham essa informação de forma bem precisa. O Governo está trabalhando para aumentar o investimento. Não há, não houve e não haverá contingenciamento do investimento do PAC. Ou seja, nós vamos trabalhar com isso como objetivo.

Portanto, esta é uma reação necessária e que será feita. Evidentemente que, como há, do ponto de vista do projeto, da licitação, da questão ambiental, uma demora sempre na realização das obras, às vezes parece que alguém: *"Bom, mas não está andando com a velocidade que gostaríamos."* É verdade. Mas está bem mais veloz do que já foi no passado. E nós esperamos que isso continue.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Obrigado, Sr. Presidente.

Secretário, eu quero cumprimentá-lo pela exposição, como disse o Deputado João Paulo Lima, bem objetiva.

Há duas questões sobre as quais eu queria dialogar. A primeira relaciona-se à receita. Eu continuo afirmando que o Congresso Nacional, nos últimos anos, tem acertado a receita. E o Tesouro e a Fazenda sempre a jogam para baixo – é normal que façam assim, sejam um pouco mais conservadores na questão da receita –; depois, logicamente, ao ser confirmada, aumenta-se.

Se considerarmos o quadrinho da receita, o que nós tínhamos previsto, 800, veio: o Governo mandou 831. Na LOA, nós votamos, aumentamos perto de 20 e, no decreto, houve uma redução, de novo, para baixo, inclusive no PLOA – isso é normal que aconteça –; depois, no próximo decreto, já houve um pequeno acréscimo, e eu tenho certeza de que, nos próximos decretos, a receita vai aumentar, porque todos nós estamos acompanhando a evolução. O próprio relatório mostra que há um crescimento real na ordem de 4,6%. Se nós seguirmos isso, o Congresso vai acertar de novo nas suas contas na LOA, de 853.

V.Exa. colocou com muita propriedade: a geração de empregos continua. Ao ter emprego, o povo compra. Isso é algo normal. O Dia das Mães foi excelente. No relatório da receita de maio, vai haver recorde de arrecadação de novo, porque o mês das mães foi muito bom. O comércio todo já deu os resultados, vendeu mais do que em 2011 – portanto, mais imposto –; se vendeu mais, vai entrar mais recurso. E, no que se refere ao Dia dos Namorados, pelo menos em Minas Gerais, a informação de todos os órgãos é a de que as vendas estão acima da média do ano passado. Já superaram, antes do dia, que é hoje, as vendas... Só Belo Horizonte espera vender, agora no Dia dos Namorados, 2 bilhões – só Belo Horizonte. Isso serve para vermos que há uma movimentação enorme nesse processo.

Então, o que eu queria perguntar é o seguinte: se a receita já está... Se já há uma previsão e a receita já está se consolidando nos 4 primeiros meses

– vai vir o quinto agora –, nós precisaríamos ter um decreto, melhorar um pouco os decretos, para que os Ministérios... Porque alguns Ministérios continuam ainda reclamando. Vi nesse final de semana entrevista do General Fraxe em que diz que algumas coisas do DNIT não saíram porque estão faltando recursos. Eu, pessoalmente, tenho divergências com relação ao que ele falou, mas é fala de um dirigente.

O que está sendo pago aqui... Houve uma elevação – e isso certamente é real – de pagamentos em comparação ao ano passado. Essa é uma preocupação que eu tenho. Isso é pagamento de obras que já estavam em andamento. Novas licitações... Se considerarmos o DNIT, o Ministério das Cidades e mesmo o Turismo, a execução é baixíssima. Se abrirem licitação para começar a medir obra, para poder pagar, nós só vamos ver coisa para pagar no ano que vem.

Este ano muito pouco nós vamos conseguir pagar porque ninguém vai conseguir fazer licitação. Fazer edital, licitação e mais início de obra com menos de 3 meses é impossível porque a regra, a legislação, não permite. E nós ainda temos um problema eleitoral, porque a partir do dia 30 não se pode mais repassar recurso para a Prefeitura, porque ela não pode mais abrir licitação em virtude do período eleitoral. Portanto, só depois das eleições de novembro.

Logo, nós vamos ter um vazio nesse processo, que vai, logicamente, ajudar no superávit, mas, em compensação, para o investimento público, vai ser um prejuízo. Isso pode comprometer o processo do crescimento do PIB, que esperamos possa melhorar. Se nós não tivermos investimento público, não vamos ter crescimento do PIB. Só medida de consumo não vai resolver o nosso problema.

Então, eu só queria perguntar – vai sair o relatório da receita na semana que vem – se é possível ainda alguma alteração nesse decreto, para que possa melhorar um pouco, a fim de que até o dia 30, antes do período das eleições, possa ter uma liberação um pouco maior do processo de empenhos para esse ano.

Finalmente, quero dizer que o controle dos recursos que o Governo está fazendo com a taxa de juros diminuindo a relação dívida/PIB favorece a política de redução da taxa de juros. Realmente está acertado o enfrentamento que os bancos públicos estão fazendo com o setor privado. Se eles não baixarem, o Banco do Brasil e a Caixa vão crescer, e vai crescer a participação pública no mercado, o que é realmente muito bom. Ou os bancos privados entram no processo ou vão perder mercado. É melhor que o poder público também cresça um pouco. Acho que isso é importante.

Quero cumprimentar por essa ação correta o Governo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Obrigado, Deputado Gilmar Machado.

O próximo inscrito é o Deputado Duarte Nogueira, coordenador da bancada do PSDB na Comissão de Orçamento.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – Sr. Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Deputado Paulo Pimenta; Sr. Arno Hugo Augustin Filho, Secretário do Tesouro Nacional; Sr. George Soares, Secretário-Adjunto; Sr. Cleber Oliveira, Subsecretário da Secretaria de Tesouro Nacional, Sras. e Srs. Parlamentares, não tive a oportunidade de ver toda a explanação do Sr. Arno, mas me permito, neste instante, como coordenador da bancada do PSDB, com a retaguarda sempre diligente e aposta da nossa assessoria da bancada nesta Comissão, realizar algumas perguntas. Passo a fazê-las, ato contínuo.

Sr. Secretário, recorrentemente o Governo tem-se utilizado de um mecanismo que tem prejudicado sobremaneira a efetivação das políticas públicas que os Parlamentares levam à Lei Orçamentária Anual por meio das emendas quando do processo de apreciação da LOA. Ao encaminhar a proposta orçamentária ao Congresso, o Executivo se vale da prerrogativa de abater o montante destinado ao PAC da meta do resultado primário, o que é mantido pelo Congresso, que devolve para sanção a proposta orçamentária com a meta ajustada. Ao início da execução da Lei Orçamentária Anual, o Executivo edita o decreto de programação orçamentária e financeira considerando o alcance da meta cheia, ou seja, sem abater o PAC da meta do resultado primário. Esse expediente, portanto, Sr. Arno, retira da execução o montante de despesas incluídas no Orçamento por meio das emendas parlamentares. O objetivo desse mecanismo é, de fato, prejudicial à execução das programações derivadas dessas emendas, razão pela qual eu indago se esse mecanismo continuará sendo utilizado neste ano.

Outra pergunta. O resultado do setor público acumulado nos últimos 4 meses deste exercício – já estamos falando de 2012 – é aparentemente muito bom, já deu conta de 43% da meta para todo o exercício, no total de 139 bilhões e 800 milhões de reais. O resultado da União teve igualmente bom desempenho no quadrimestre: está em 45,5% dos 97 bilhões da meta em pouco menos de 3,2% do PIB, bem acima da proporção estipulada para todo o ano de 2,15% do PIB. Mas, na verdade, não são resultados excepcionais. Não me refiro apenas à qualidade dessa economia que tem sido obtida até agora mediante a paralisia dos investimentos públicos em infraestrutura, mas também ao fato de que, em outros anos, tirando os de

crise, chegamos ao fim de abril com marcas melhores ou equivalentes: 3,7% do PIB, em 2007; 5,1% do PIB, em 2008, e 3,1% do PIB, em 2011. O que nós temos, portanto, a comemorar, na sua opinião? Vamos ter dificuldades para alcançar a meta cheia prevista na LDO, na sua opinião?

Mais uma pergunta. Está na imprensa a notícia de que setores do Governo defendem a redução da meta primária este ano. Para reduzi-la, o Governo terá que encaminhar projeto de lei para alterar a LDO, o que não se fez em 2011, quando, por conta própria e sem autorização legislativa, aumentou a meta em 10 bilhões de reais. Os sinais são infelizmente cada vez mais fortes de que a economia vai mal e junto com ela as receitas públicas.

Hoje, os jornais dão conta de que as receitas de Municípios estão ficando aquém das expectativas do orçado. Estamos com problema grave de competitividade, fruto também de matérias trazidas nos últimos dias e de relatórios de organismos internacionais interpretando a competitividade do Brasil. Seguramente, temos, por parte do setor público, uma absorção de quase 37% de toda a riqueza gerada no País através do bolo fiscal. Esses 37% que são arrecadados devolvem em investimento supostamente 3% dos investimentos feitos no País. Os outros 63%, arcados pela iniciativa privada, pela sociedade brasileira, conseguem um investimento de 16%, o que faz a formação de investimento bruto de capital fixo do País ser da ordem de 19% a 18%, sendo que o Estado é que contribui cada vez menos aumentando a carga tributária.

Por outro lado, há os reforços de receitas de concessões previstas no último decreto de aproximadamente o mesmo valor, em torno de 3,7 bilhões, uma melhora nas receitas de estimativas de dividendo.

O senhor, como Secretário do Tesouro, tem declarado que a meta cheia de superávit primário do setor público este ano vai ser cumprida. Tem dito também que assim pretende abrir espaço para que a política monetária seja executada de forma a baixar os juros, o que é bom, salutar e conta com o apoio de todos nós e da sociedade como um todo. Quero supor, Sr. Secretário, que os dividendos a mais que se pretende arrecadar virão do BNDES, o mesmo banco ao qual o Tesouro já emprestou até o fim de abril último 317 bilhões de reais.

O BNDES recebe empréstimos, por um lado, paga juros abaixo da SELIC e distribui os lucros ao Tesouro. Pena que esse artifício contábil não estivesse tão disseminado quando foi escrita a Lei de Responsabilidade Fiscal para poder vedá-lo. Cada colocação de títulos de Tesouro usados para financiar o BNDES, Sr. Secretário, tem efeito contrário ao que se pretende na taxa de juros. Outro aspecto é que, se a intenção é a de prover o BNDES de recursos para fomentar a economia, é contraditório, portanto, extrair os dividendos.

Gostaria que o senhor considerasse essas minhas colocações para ouvir a sua opinião.

Mais duas perguntas, derradeiramente. Em 2012, não constou da Lei Orçamentária a previsão de recursos para fazer face ao aumento de despesas com o pessoal do Judiciário, a despeito do encaminhamento de proposta nesse sentido pelo Poder e da existência de projeto de lei nesse sentido. Houve, então, manifestações no tocante ao desrespeito à independência do Poder Judiciário e à ameaça à harmonia com os demais Poderes.

Na sua opinião, não seria idôneo debater antecipadamente e prever, como resultado desse debate, na LDO, recursos para as despesas adicionais do Judiciário? Não seria adequado que os três Poderes pudessem discutir, no âmbito do Legislativo, essa questão trazendo cada um os subsídios necessários – necessidades, previsão de arrecadação – de uma maneira mais transparente, para evitar esse conflito que vem ocorrendo entre Poderes, sobretudo do Judiciário com o Executivo?

As últimas duas perguntas. A política fiscal do Brasil até pode ser vista como vencedora. A manutenção de superávits, com muita ajuda do agronegócio, diga-se de passagem, foi capaz de reduzir a relação dívida/PIB, diminuir o Risco Brasil e fazer o País ganhar credibilidade. Porém, a política fiscal precisa evoluir. Existem outros aspectos em que ela pode ser considerada perdedora. As despesas têm taxa muito elevada, têm crescido em torno de 13% na última década e meia, e, para atingir as metas de superávit, foi necessário elevar a carga tributária de tal forma que hoje ela é um dos maiores entraves à competitividade da economia nacional.

Quero entender, então, se estamos cumprindo as metas fiscais, porque o Governo não está investindo e sabemos que, nos 5 primeiros meses deste ano, os investimentos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário atingiram 14,3 bilhões. Esse valor, apesar de vultoso, representa o menor dos últimos 3 anos.

A última pergunta. Pelo que se vê, Sr. Secretário, o atual regime fiscal induz um comportamento expansionista em períodos de sobreaquecimento e o contrário em fases de retração e ainda busca receitas extraordinárias em tempos de recessão. O que, na opinião do Tesouro Nacional, resultaria em maior eficiência na gestão pública e no maior nível de poupança governamental? Qual é a opinião do Tesouro Nacional sobre a eficiência da gestão pública e o maior nível de poupança por parte do Governo?

Pergunto isso porque acredito que faltam medidas para aumentar o crescimento sustentável do nosso País e, portanto, concentrar a nossa agenda numa agenda cada vez mais positiva, cada vez mais voltada para fazer crescer a nossa economia, melhorar a divisão desse bolo, diminuir as desigualdades sociais. É para isso que fazemos, na tarde de hoje, essas indagações ao senhor, de antemão já agradecendo a presença de S.Sas. na nossa Comissão Mista de Orçamento. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Obrigado, Deputado Duarte Nogueira.

Não havendo mais nenhum Parlamentar inscrito, vou pedir ao Secretário Arno que, na sua manifestação, possa também já fazer os encaminhamentos que entender necessários.

Se algum dos outros senhores também desejar fazer uso da palavra, o momento é agora.

O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO – Obrigado.

Eu vou responder na ordem – primeiramente ao Deputado Gilmar e, depois, ao Deputado Duarte –, agradecendo as duas... Acho que exatamente esse é o debate que devemos fazer no sentido de perceber como a ação do Governo é entendida pelos Parlamentares, com as diferenças normais do processo democrático, e, a partir daí, ter as sínteses melhores possíveis para o Brasil.

Infelizmente, Deputado Gilmar, a receita prevista nos dois decretos são, respectivamente, de 821 bilhões e 609 milhões, no primeiro relatório, e 821 bilhões e 614 milhões, no segundo. A receita que saiu aqui da discussão orçamentária foi de 853 bilhões. Nós estamos com uma previsão de receita neste momento que é, inclusive, abaixo do PLOA. Nós mandamos 831 e estamos hoje com uma previsão, já no segundo relatório, de 821 bilhões. E estamos com essa previsão inclusive com uma receita administrada, que é a receita decorrente da área tributária, da Receita Federal, também menor: 699, nos dois relatórios, contra 707, no nosso projeto, e 724 na Lei Orçamentária. Então, nós não estamos, até o momento, sequer no projeto de lei, aquilo que nós mandamos em termos de receita.

Agora, nós esperamos e trabalhamos, enfim, com a ideia de que a economia possa trazer um segundo semestre com melhorias do ponto de vista de arrecadação. Até o momento, isso não ocorreu, ou seja, até o momento, nós estamos com uma receita, e a previsão do decreto é feita a partir da receita executada, que é menor tanto do que é a LOA, quanto do que é o PLOA. Então, essa é a circunstância neste momento.

Agora, nós estamos trabalhando, sim, com liberações e com, reitero, total liberação do PAC. Então, não há obra do PAC, em nenhuma área – se alguém do Governo entendeu diferente, entendeu de forma equivocada –; não há, não houve, não haverá contingenciamento do PAC. Isso nós não temos. Pelo contrário, o Governo está o tempo inteiro trabalhando para que haja uma velocidade maior no investimento. Então, essa é a nossa... É isso que nós estamos fazendo, e vamos continuar a trabalhar nesse sentido.

Fizemos mudanças importantes na Portaria 507, que é a que regulamenta os convênios com os Municípios, no sentido de desburocratizar, no sentido de dar mais agilidade, no sentido de, inclusive, fazer com que os pagamentos financeiros sejam feitos com maior velocidade. Nós fizemos várias mudanças recentemente com esse objetivo. Quanto isso vai ser eficiente, suficiente, bom, a vida vai dizer. Mas nós estamos trabalhando nesse sentido.

Então, várias mudanças foram feitas para que os convênios possam ser executados com maior celeridade. E mesmo a legislação eleitoral, na verdade, o que ela estabelece é uma vedação para obras não iniciadas. Aqueles convênios, obras que já iniciaram, eles podem e devem continuar. Então, vamos dizer assim, eu não vejo que isso seja uma, vamos dizer assim, que vamos ter uma interrupção no processo de maior investimento; eu não enxergo isso. O Governo está trabalhando nesse sentido.

Deputado Duarte Nogueira, o decreto, sim, está trabalhando com meta cheia; achamos que é o adequado. A possibilidade, e é disso que se trata... Ou seja, a LDO não estabeleceu, em nenhum momento, que abate o PAC. O que a LDO estabeleceu – e, na nossa opinião, corretamente; nós temos insistido que esse é um mecanismo bom para o Brasil – é que pode abater os investimentos do PAC. Ao dizer que pode abater, isso significa que podemos, já no primeiro dia do ano, liberar todo o PAC. É o que fazemos. Ou seja, a meta é cheia, mas, como eu posso abater o PAC, eu não preciso, primeiro, fazer o relatório, ver como vai ser a receita e a despesa. Não, se houver alguma dificuldade, abate, não há nenhum problema.

Nós trabalhamos com esse mecanismo porque ele desburocratiza, ele aumenta a velocidade do investimento. Achamos que isso é uma boa iniciativa e vamos continuar; então, vamos fazer isso. Há contingenciamento de várias despesas em função disso? Sim, há contingenciamento, e essa é uma necessidade imposta pela LRF – a LRF determina que o Executivo faça uma avaliação de receitas e despesas e adapte isso ao longo do ano –, e o faz de 2 em 2 meses, através do seu relatório e posterior decreto.

Então, essa sistemática nós cumprimos, e fazemos os contingenciamentos necessários, assim como, quando é o caso, eventuais liberações.

Meta, portanto, do ano é meta cheia. Não há nenhuma, enfim, intenção de alteração disso.

Redução de receitas dos Municípios é uma questão que não se coloca dessa maneira. Veja que as receitas transferidas para Estados e Municípios, ou seja, o item transferências, têm um crescimento superior ao PIB nominal. Houve um crescimento das transferências a Estados e Municípios, constitucionais, de 2012 quanto a 2011, de 11,3%, e abatendo o PIB nominal de 3,7%. Portanto, nós temos hoje receitas de Estados e Municípios superiores, em termos do PIB, às que tínhamos em 2011 – então, do FPE e do FPM, as transferências da União. Eventualmente, os tributos próprios, aí cada um vai ter a sua evolução, por razões locais.

Agora, claro que nós gostaríamos e estamos trabalhando para que a economia cresça mais, e, com isso, as receitas municipais e estaduais. Então, digamos assim, é um momento de crise internacional relevante em que, digamos assim, o crescimento não está ainda na velocidade máxima que gostaríamos. Ainda é um processo de recuperação. Portanto, é normal que, neste momento, a arrecadação, eventualmente, municipal ou estadual, não seja aquela que vai ser, por exemplo, provavelmente, no segundo semestre. Estamos trabalhando com esse objetivo.

Com relação à nossa política para o BNDES, eu queria chamar a atenção para esse debate, que é da maior importância. O Brasil, durante muitos anos, colocou-se no seguinte dilema: começava a crescer um pouquinho, e, como a capacidade instalada da indústria não era suficiente, o crescimento econômico, ainda que não muito expressivo, gerava uma pressão inflacionária. A pressão inflacionária fazia com que a política monetária tivesse que agir, com o aumento dos juros, e ele passava a crescer menos. Portanto, uma das restrições para o crescimento era a capacidade instalada da nossa indústria de atender à demanda brasileira.

Por que trabalhamos com empréstimos ao BNDES e fizemos programas como o Programa de Sustentação de Investimento – PSI, que tem por objetivo fazer com que a nossa indústria tenha acesso a crédito de médio e longo prazos, a investimento? Porque num País em que a taxa de juro de curto prazo, a SELIC, é alta, é muito difícil que o setor privado faça o financiamento de longo prazo. Então, se não trabalhássemos com o BNDES, iríamos ficar numa espécie de círculo vicioso. Ou seja, como não há financiamento de longo prazo, já que a taxa de juros de curto prazo é alta, e ela não pode cair, porque com qualquer crescimento da inflação a política monetária precisa agir, o Brasil não conseguia sair disso.

Então, foi muito importante, continua sendo muito importante que o BNDES possa ser utilizado como uma fonte de financiamento para a indústria. Nós temos uma avaliação de que esse é um dos motivos pelos quais hoje o Brasil tem condições de crescer, de manter uma demanda em crescimento, sem pressões inflacionárias tão fortes como as que ocorreriam se não houvesse essa expansão de investimento. Essa é a nossa avaliação. Respeitamos outras. É um debate econômico e também de visões de sociedade, de política normal, mas a nossa é que o investimento, com apoio público no financiamento de longo prazo que o BNDES executa, é essencial para sair de uma espécie de círculo vicioso.

O resultado fiscal de tudo isso, a síntese disso, também respeitamos. Há quem ache melhor ou pior, agora o nosso argumento é muito preciso, objetivo. Qual é o nosso argumento? A dívida PIB do Brasil hoje é 35,7%; há alguns anos, era 63%. Então, a síntese de todos esses movimentos é que o Brasil tem uma dívida menor em relação à sua economia e tem também um gerenciamento, um perfil de dívida melhor. É um processo. Cada um pode ter sua avaliação, e entendemos que é importante o processo de discussão.

Sim, nós, no ano passado, fizemos um diálogo com os Poderes, inclusive com o Poder Legislativo, o Congresso Nacional, sobre os reajustes salariais das diferentes categorias e, felizmente, encontramos no Poder Legislativo apoio às teses que o Governo vinha colocando. Ou seja, dentro do diálogo normal e das atribuições de Poderes, o Poder Legislativo, a quem cabe votar o Orçamento, naquele momento, pelas razões colocadas, entendeu que era importante para o Brasil manter a conta de pessoal dentro de certos parâmetros. E isso ocorreu – é normal.

Não vejo necessidade de tratar da matéria do ponto de vista de valores para os Poderes já na LDO. Entendo que o momento adequado para isso é o Orçamento, que é uma discussão na qual, inclusive, existem mais informações sobre a situação fiscal, já se avaliou como a economia andou, enfim, há mais precisão na estimativa de receita e, portanto, está mais claro quais são as despesas prioritárias do ponto de vista do Legislativo, do Executivo, do Judiciário. Essa é a minha opinião.

Por fim, sobre a eficiência do setor público, nós estamos trabalhando com a seguinte equação, Deputado: achamos que é importante que o Brasil aumente investimento. Por isso, fiz questão, já na minha exposição inicial, de referir e quero reiterar que o investimento público total do Governo Federal cresceu significativa-

mente em 2012 em relação a 2011, mais precisamente 29%. Portanto, foi um crescimento expressivo, de 21,1 bilhões de reais, e o PAC cresceu 50%, 11,3 bilhões de reais. Então, há um crescimento em cima do investimento, e nós esperamos um crescimento maior no próximo período, porque aquele período de maturação das obras já ocorreu. Nós esperamos isso. Esse é o nosso prognóstico.

Agora, nós também achamos que algumas despesas de custeio são importantes. Por exemplo, uma das nossas prioridades é educação, o PRONATEC. Por que isso? Porque toda moderna teoria econômica nos ensina que se equiparam com uma condição de desenvolvimento e de crescimento de longo prazo ao investimento a capacidade e a qualificação da força de trabalho de um país e da sua educação. Então, se não há condição de melhorar a educação, há um fenômeno, no médio e no longo prazo, de dificuldade no crescimento. Então, nem toda despesa de custeio é igual. Muitas despesas administrativas, na nossa opinião, podem e devem ser contingenciadas, mas nem todas as despesas de custeio deixam de ter alguma influência econômica relevante. Cito a educação e também a distribuição de renda. Melhoramos muito no Brasil a distribuição de renda e temos uma demanda interna ativa, capaz de sustentar o crescimento, muito porque os programas sociais, Bolsa Família e outros, permitem que a miséria esteja diminuindo bastante – infelizmente, ainda existe e é significativa, mas vem num processo rápido de redução – e também que a distribuição de renda esteja em melhores condições.

Então, isso tudo é dinâmico do ponto de vista da economia e, na nossa visão, são despesas que melhoram a qualidade do crescimento econômico. Portanto, a qualidade do gasto público, sob esse aspecto, é melhor. Agora, cada um tem sua opinião, e a matéria sempre é discutível.

Para encerrar, agradeço a possibilidade de estar aqui novamente prestando conta da situação fiscal e reitero a nossa convicção, a nossa confiança de que este ano, mesmo com as ações anticíclicas que já foram feitas e que eventualmente venham a ser feitas, nós temos uma situação fiscal bastante positiva e que nos dá uma tranquilidade num momento em que muitos países, infelizmente, têm uma situação fiscal bem delicada. Essa mensagem de otimismo e de trabalho para sair desse momento internacional é a posição que enxergamos neste momento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Agradeço ao Secretário Arno Augustin, que está acompanhado do Subsecretário Cleber Oliveira, do Coordenador Felipe Bardella e do Secretário-Adjunto George Soares, da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Cumpridos os objetivos da audiência, chamo a atenção dos senhores para a reunião que está marcada para amanhã às 14 horas. Se necessário, teremos reunião amanhã, às 18 horas e também à noite, com a intenção de enfrentar a pauta da Comissão.

Agradeço o comparecimento do Secretário do Tesouro, Sr. Arno Augustin, de sua equipe técnica e dos Srs. Parlamentares.

A reunião está encerrada.

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 54ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 12 E 13 DE JUNHO DE 2012.

Aos doze e treze dias do mês de junho do ano de dois mil e doze, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 2 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta nº 12. Nesse período, foi registrado o comparecimento dos seguintes parlamentares: – **Deputados titulares**: Augusto Coutinho, Duarte Nogueira, Edio Lopes, Eliseu Padilha, Felipe Maia, Giovanni Queiroz, João Leão, João Maia, João Paulo Lima, Josias Gomes, Laurez Moreira, Leandro Vilela, Luciano Castro, Lucio Vieira Lima, Osmar Júnior, Paulo Foletto, Paulo Pimenta, Paulo Rubem Santiago, Paulo Wagner, Professora Dorinha Seabra Rezende, Reinaldo Azambuja, Renato Molling, Waldenor Pereira, Wandenkolk Gonçalves e Zeca Dirceu; – **Senadores titulares:** Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Benedito de Lira, Clésio Andrade, Flexa Ribeiro, Paulo Paim, Romero Jucá, Vicentinho Alves e Wellington Dias; – **Deputados suplentes:** Antonio Brito, Celso Maldaner, Cláudio Puty, Félix Mendonça Júnior, Jaime Martins, Joaquim Beltrão, Luiz Carlos Setim, Marcos Rogério, Marcus Pestana, Osmar Serraglio, Toninho Pinheiro, Vanderlei Siraque e Waldir Maranhão; **– Senadores suplentes:** Angela Portela, Antonio Russo e Sérgio Souza. Foi registrada a ausência dos membros titulares: – **Deputados:** Aníbal Gomes, Arnaldo Jardim, Arnon Bezerra, Cida Borghetti, Mauro Lopes e Ratinho Junior; – **Senadores:** Cássio Cunha Lima e Sérgio Petecão. **ABERTURA:** às quinze horas e três minutos, havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006,* alterada pela *Resolução nº 3, de 2008*, *ambas do Congresso Nacional,* o Presidente, Deputado Paulo Pimenta (PT/RS), declarou iniciados os trabalhos, informando sobre inexistência de *quorum* para deliberação na representação do Senado Federal. Assim, anunciou que a reunião

seria suspensa, mas antes convocou continuação para o dia treze de junho, às quatorze horas e cancelou a realização de reunião extraordinária, convocada para doze de junho às dezoito horas. No dia treze de junho, às quatorze horas e quarenta e três minutos, a reunião foi declarada reiniciada pelo Presidente, que informou haver *quorum* regimental para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **AVISOS:** O Presidente informou que através do Ofício nº P– 219/2012, de 23/5/2012, da Presidência, solicitou à Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados-COFF/CD – que elaborasse estudo técnico sobre o exame da legalidade da publicidade para a sociedade das informações encaminhadas pelo Poder Judiciário sobre precatórios constantes da Lei Orçamentária Anual. Por isso, por decisão da Presidência, estarão disponíveis na Página da Comissão na internet a partir de treze de junho de dois mil e doze, as informações sobre os precatórios constantes da Lei Orçamentária de 2012. Apreciação das Atas das seguintes Reuniões: 3ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 24 e 25 de abril de 2012; 2ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 8 de maio de 2012; 1ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 9 de maio de 2012; 4ª Reunião Ordinária, realizada no dia 15 de maio de 2012; 3ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 16 de maio de 2012; 5ª Reunião Ordinária, realizada no dia 22 de maio de 2012; 2ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 23 de maio de 2012; 6ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 29 e 30 de maio de 2012; e 1ª Reunião Conjunta de Audiência Pública, realizada no dia 5 de junho de 2012. O Deputado Duarte Nogueira solicitou a leitura das Atas e o Presidente concedeu-lhe a palavra para lê-las. Após a leitura, o Deputado Felipe Maia apresentou Questão de Ordem, de acordo com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados e do Senado Federal**,** afirmando que em cada reunião deverá ser votada a ata da reunião anterior, e não o bloco de atas. O Presidente informou que pela falta de acordo para votação das matérias nas reuniões anteriores, as atas foram se acumulando sem serem votadas. Em seguida, o Deputado Felipe Maia argumentou que cada ata deve ser discutida e votada separadamente, e como seriam votadas em bloco, seria necessário mais tempo para discussão. O Presidente informou que cada parlamentar disporia de 5 minutos, de acordo com o *art. 130, inciso I*, *da Resolução nº 1, de 2006,* alterada pela *Resolução nº 3, de 2008*, *ambas do Congresso Nacional.* O Deputado Felipe Maia informou que iria recorrer da decisão do Presidente, e o mesmo comunicou que encaminhará a Questão de Ordem ao Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney. O Deputado Duarte Nogueira, levantou outra Questão de Ordem, afirmando que o diploma legal citado anteriormente pelo Presidente aplica-se a matérias de natureza orçamentária e as atas não se inserem neste contexto, e por isso, deve ser observado o disposto no *art. 38 do Regimento Comum,* que permite aos oradores, na discussão, o prazo máximo de vinte minutos. O Deputado João Leão contraditou a Questão de Ordem levantada. Por fim, o Presidente concedeu o prazo de cinco minutos para discussão das Atas. Discutiram os Deputados Felipe Maia, Duarte Nogueira, Reinaldo Azambuja, Marcus Pestana e Augusto Coutinho. Ao discutir as Atas, o Deputado Reinaldo Azambuja solicitou que elas contivessem mais informações sobre a reunião. Em resposta, o Presidente comunicou que foi implantado um sistema que disponibiliza o registro taquigráfico *online* da reunião da CMO, criado por iniciativa do Departamento de Taquigrafia da Câmara dos Deputados. O sistema encontra-se na página da CMO na *internet,* em *link* sob o nome de "Discursos em Tempo Real". Finalizada a discussão, o Presidente colocou as Atas em votação na representação da Câmara dos Deputados. O Deputado Felipe Maia pediu verificação de votação, com apoiamento dos Deputados Duarte Nogueira, Reinaldo Azambuja, Augusto Coutinho e da Professora Dorinha Seabra Rezende, conforme dispõe o *art. 136 da Resolução nº 1/2006, alterada pela de nº 3/2008, ambas do Congresso Nacional.* O Presidente designou o Senador Antônio Carlos Valadares para fazer a chamada nominal dos representantes da Câmara dos Deputados. Finalizada a chamada, o resultado proclamado pelo Presidente na votação nominal foi o seguinte: votos SIM: 18 e 5 abstenções. Em seguida, o Presidente informou que as Atas foram **aprovadas** na representação da Câmara dos Deputados. Contudo, durante a votação, declararam-se em obstrução os seguintes Deputados: Duarte Nogueira, Reinaldo Azambuja, Augusto Coutinho, Felipe Maia, Professora Dorinha Seabra Rezende e Luiz Carlos Setim. Em votação na representação do Senado Federal, as Atas foram **aprovadas** por unanimidade. **EXPEDIENTE:** Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, foi dispensada leitura dos expedientes**.** O Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a sua inclusão nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes foi encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias nesta data. **ORDEM DO DIA:** Pauta 12. O Presidente concedeu a palavra ao Deputado Duarte Nogueira que recebeu o prazo de um minuto visando orientar o voto sobre o Requerimento para inversão de pauta objetivando apreciar, inicial-

mente, o Relatório Preliminar com Emendas apresentado ao **Projeto de Lei nº 3/2012-CN (PLDO/2013)**, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares. A apreciação foi adiada em virtude do início da Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados. O Presidente suspendeu a reunião às dezesseis horas e quarenta e oito minutos e convocou a reabertura para as dezoito horas do mesmo dia. Às dezoito horas e oito minutos o Presidente declarou reaberta a reunião e imediatamente a suspendeu, em virtude da continuação da Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados, convocando a reabertura para o mesmo dia, assim que fosse encerrada a Ordem do Dia nos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Deputado Duarte Nogueira indagou se a reunião seria reiniciada efetivamente, independentemente do horário. O Presidente respondeu que sim. Às dezenove horas e vinte e sete minutos, os trabalhos foram reiniciados pelo Presidente. O Deputado Duarte Nogueira solicitou, nos termos do *art. 134, parágrafo único,* da *Resolução n° 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional*, o encerramento da reunião em virtude da inexistência de *quorum* no recinto. O Presidente acatou o pedido do Deputado Duarte Nogueira. **ENCERRAMENTO:** às dezenove horas e trinta e dois minutos, o Presidente declarou a reunião encerrada. Antes, porém, cancelou as reuniões extraordinárias marcadas para as dezoito horas do dia treze e para as dez horas do dia quatorze. Convocou, ainda, reunião ordinária para o dia dezenove de junho, às quatorze horas e trinta minutos, e reunião do Colegiado de Representantes da Lideranças Partidárias com assento na CMO para a mesma data, às quatorze horas. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **–** Deputado **PAULO PIMENTA**. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senhoras e senhores, há número regimental para abertura dos trabalhos.

Declaro iniciada a 7º Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 12, de 2012.

Em virtude da inexistência de *quorum* para deliberação na representação do Senado Federal, suspenderei a presente reunião. Antes, convoco a continuação desta reunião ordinária para amanhã, às 14h. Comunico aos senhores e às senhoras que amanhã nós vamos incluir na Ordem do Dia, para deliberação, o relatório da MP 566, da MP 569 e, possivelmente, também, o relatório preliminar da LDO.

Portanto, amanhã nós teremos reunião às 14h, teremos reunião às 18h, teremos reunião à noite. Teremos tantas reuniões quantas forem necessárias durante o dia e à noite, amanhã, para deliberarmos sobre a MP 566, a MP 569 e, em princípio, também sobre o relatório preliminar da LDO.

Vamos suspender esta reunião. Antes cancelo a reunião das 18h e comunico que, dentro de 5 minutos, estará aqui o Sr. Arno Augustin, Secretário do Tesouro Nacional, para nossa audiência pública.

A reunião está suspensa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senhores e senhoras, declaro reiniciada a 7ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 12, de 2012.

Há *quorum* para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Antes de dar início propriamente às matérias da pauta, comunico a V.Exas. que, através do Ofício nº 219, de 23 de maio de 2012, esta Presidência solicitou à Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira que elaborasse estudo técnico sobre o exame da legalidade da publicidade para a sociedade das informações encaminhadas pelo Poder Judiciário sobre precatórios constantes da Lei Orçamentária Anual.

O instituto do precatório, espécie do gênero execução de sentenças judiciais, consiste na ordem judicial de pagamento para que a Fazenda Pública quite seus débitos reconhecidos em sentenças judiciais transitadas em julgado, nos termos do art. 100 da Constituição Federal.

O Estudo Técnico nº 5, de 2012, encaminhado pela Consultoria de Fiscalização Financeira, informa que a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei de Acesso à Informação, dispõe em seu art. 31 o seguinte:

Art. 31. O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.

Por isso, por decisão desta Presidência, estará disponível na página da Comissão, na Internet, a partir de hoje as informações sobre precatórios constantes da Lei Orçamentária de 2012, com cinco itens relevantes: o órgão do Poder Judiciário cadastrador do precatório; o órgão integrante da União efetivamente devedor; o número sequencial do precatório inscrito; o seu respectivo valor; bem como a natureza da demanda.

Eu entendo, senhores e senhoras, que esta medida é muito importante para esta Comissão e para esta Casa. Este ano, Senador Paulo Paim, o Orçamento da

União prevê o pagamento de cerca de 75 mil precatórios, de valores que chegam a algo em torno de 14 bilhões de reais.

Desde o momento em que nós começamos a divulgar a intenção de tornar pública essa informação, muitas pessoas têm procurado esta Comissão e a nossa Casa relatando situações as mais distintas. Todas elas revelam casos em que, pelo fato de o cidadão não saber quando receberia o seu precatório, pessoas que tinham essa informação, de alguma forma ou de outra, obtiveram vantagem frente a esse direito líquido e certo do cidadão.

Agora, em agosto, nós receberemos o Projeto de Lei Orçamentária de 2013. E nesse momento, Deputado Duarte Nogueira, já receberemos a lista dos precatórios que serão pagos no ano que vem. Imagine V.Exa. a importância de a pessoa poder saber com 1 ano de antecedência que o seu precatório está inscrito no orçamento do ano que vem e que ela receberá esse precatório!

Portanto, eu agradeço à nossa Consultoria, à equipe técnica da Comissão, pelo estudo realizado. E a partir deste momento, então, estaremos disponibilizando na nossa página 75 mil precatórios que serão pagos este ano.

Vamos também, num segundo momento, discutir com V.Exas. algumas sugestões, Senador Valadares, que, do nosso ponto de vista, incorporadas à LDO, poderão ampliar ainda mais esse mecanismo de defesa do cidadão, estabelecendo alguns instrumentos para que o Poder Judiciário informe às pessoas, de maneira adequada, todos os aspectos relativos à tramitação dos seus processos. Isso vai, na nossa opinião, servir, inclusive, de referência para que Estados e Municípios também revejam alguns dos seus procedimentos e tenham mecanismos mais transparentes de proteção do interesse do cidadão brasileiro.

Por isso, comunico a V.Exas. que a partir de hoje a página da Comissão está incorporando esta informação: 75 mil precatórios que, somados, giram em torno de 14 bilhões de reais. Este serviço, no meu ponto de vista, amplia a transparência e a responsabilidade desta Comissão com a sociedade brasileira.

Senhores e senhoras, passarei a dar encaminhamento à apreciação das atas das reuniões anteriores.

Proponho a dispensa da leitura das atas por terem sido distribuídas anteriormente.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – Sr. Presidente, solicito a leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – O Deputado Duarte Nogueira solicita que a ata seja lida.

Convido o Deputado Duarte Nogueira para que possa, junto à Mesa, proceder à leitura da ata.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Sr. Presidente, solicito à Mesa que peça à assessoria que distribua a ata para que nós possamos acompanhar a leitura. Não foram distribuídas ainda nem a pauta da reunião nem a ata a ser lida pelo Deputado Duarte Nogueira. Então, peço que o Deputado aguarde um pouco até que esses dois documentos sejam distribuídos a todo o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Perfeitamente. Serão distribuídos.

Os precatórios poderão ser acessados na página da Câmara: www.camara.gov.br/cmo. Haverá um *link* direto para o acesso às informações sobre os precatórios.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO SOUZA – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu acho que o Deputado Duarte poderia começar a ler a ata, porque assim todos vão poder ouvir o inteiro teor da ata e ganharemos tempo enquanto a assessoria providencia a cópia da ata e a distribuição da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – A ata já está sendo distribuída. O Deputado Duarte Nogueira já está em condições de iniciar a leitura da ata.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, agradeço, inicialmente, a deferência do Presidente Paulo Pimenta em me convidar para a leitura da ata, que faço em seguida.

"*Ata da Terceira Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada nos dias 24 e 25 de abril de 2012.*

Aos vinte e quatro e aos vinte e cinco dias do mês de abril de dois mil e doze, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 2, da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar a matéria constante da Pauta nº 6. Nesse período, foi registrado o comparecimento dos membros: Deputados titulares Arnaldo Jardim, Augusto Coutinho, Cida Borghetti, Duarte Nogueira, Edio Lopes, Eliseu Padilha, Felipe Maia, Giovanni Queiroz, João Maia, João Paulo Lima, Josias Gomes, Laurez Moreira, Leandro Vilela, Luciano Castro, Mauro Lopes, Osmar Júnior, Paulo Foletto, Paulo Pimenta, Paulo Wagner, Professora Dorinha Seabra Resende, Reinaldo Azambuja..."

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Deputado Duarte Nogueira, deixa só eu fazer uma questão de ordem, porque não estou entendendo. V.Exa. está lendo que ata? Da terceira reunião?

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – Ata da terceira reunião.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – A Mesa poderia me informar se foi dispensada a leitura das atas da primeira e da segunda reuniões?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Elas estão em ordem de data.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Mas não foram lidas a primeira e a segunda.

O SR.PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Já foram aprovadas em sessões anteriores.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Mas elas foram aprovadas? Houve dispensa da leitura? *(Pausa.)* Ah, tá.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – Posso continuar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Fique à vontade, Deputado.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – Continuando.

"...Waldenor Pereira, Wandenkolk Gonçalves; Senadores titulares Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Cássio Cunha Lima, Clésio Andrade, Flexa Ribeiro, Paulo Paim, Romero Jucá, Vicentinho Alves e Wellington Dias; Deputados suplentes: Antonio Brito, Cláudio Puty, Félix Mendonça Júnior, Hugo Motta, Jaime Martins, Joaquim Beltrão, Luiz Carlos Setim, Roberto de Lucena e Vanderlei Siraque; Senadores suplentes: Mozarildo Cavalcanti e Sérgio Souza. Foi registrada a ausência dos membros titulares: Deputados Aníbal Gomes, Arnon Bezerra, João Leão, Lucio Vieira Lima, Paulo Rubem Santiago, Ratinho Junior, Renato Molling e Zeca Dirceu; Senadores: Benedito de Lira e Sérgio Petecão. ABERTURA: Havendo número regimental, conforme estabelecido no art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional, o Presidente, Deputado Paulo Pimenta (PT/RS), declarou iniciados os trabalhos. Embora havendo quorum para deliberação, informou que não havia acordo para apreciação das matérias da pauta, após realização da reunião do Colegiado de Lideranças Partidárias com assento na CMO realizada naquela data. Os trabalhos foram suspensos e convocada a continuação para o dia seguinte. Às quatorze horas e cinquenta e nove minutos do dia vinte e cinco de abril, havendo quorum regimental para deliberação nas duas Casas do Congresso Nacional, o Presidente anunciou o reinício dos trabalhos. AVISOS: O Presidente informou que no dia 8 de maio, terça-feira, às 14h30min, no Plenário 2 da Câmara dos Deputados, será realizada reunião de audiência pública, convocada com a finalidade de ouvir a Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sra. Miriam Aparecida Belchior, que irá prestar esclarecimentos acerca do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013 (PL nº 3/2012-CN), conforme dispõe o art. 84 da Resolução n°1/2006, alterada pela de n° 3/2008, ambas do Congresso Nacional. Também houve comunicação, por parte do Presidente, da designação dos relatores setoriais das áreas temáticas do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2013, nos termos estabelecidos no art. 26 da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela de nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional: Área Temática I – Infraestrutura: Senador Clésio Andrade (PMDB/MG); Área Temática II – Saúde: Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PI); Área Temática III – Integração Nacional e Meio Ambiente: Senador Wellington Dias (PT/PI); Área Temática IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte: Deputado Waldenor Pereira (PT/BA); Área Temática V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano: Deputado Eliseu Padilha (PMDB/RS); Área Temática VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo: Deputada Cida Borghetti (PP/PR); Área Temática VII – Justiça e Defesa: Deputado Augusto Coutinho (DEM/PE); Área Temática VIII – Poderes do Estado e Representação: Deputado Luciano Castro (PR/RR); Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário: Deputado Wandenkolk Gonçalves (PSDB/PA); e Área Temática X – Trabalho, Previdência e Assistência Social: Senador Armando Monteiro (PTB/PE). EXPEDIENTE: Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, foi dispensada a leitura dos expedientes. O Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes foi encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias nesta data. ORDEM DO DIA: No início dos trabalhos, o Presidente informou que houve acordo na reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão para votação, apenas, do Ofício Conjunto nº 01/2012/Coff/Conorf (Errata à Lei Orçamentária Anual para 2012), do Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 02/2012-CN e do Requerimento nº 04/2012-CMO, constantes dos itens nºs 1, 3 e 4 da Pauta nº 7/2012. Pauta nº 7 – Item 1 – Ofício Conjunto nº 1/2012/Coff/Conorf, de 12 de abril, que propõe a "Correção de erro de ordem técnica verificado no Autógrafo da Lei Orçamentária para 2012 – Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012". (Errata à Lei Orçamentária Anual para 2012). Autores: Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira/CD e Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle/SF. Conforme dispõe o art. 152 da Resolução nº 1/2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional, o Presidente apresentou proposta no sentido de apreciar a Errata à Lei Orçamentária de 2012 que, em votação, foi aprovada por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 3 – Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 2/2012-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor

do Ministério da Integração Nacional, crédito especial no valor de R$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais), para o fim que especifica". Relator: Senador Vicentinho Alves. Foram apresentadas 15 emendas. Voto: favorável, nos termos do projeto, com indicação pela inadmissibilidade das Emendas nºs 1, 2, 3 e 4 e pela rejeição das demais. Em conformidade com o disposto no § 2° do art.146, da Resolução n°1, de 2006, alterada pela de n° 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional, o Presidente declarou inadmitidas as emendas indicadas pelo relator no seu voto. Discutiram a matéria o Senador Armando Monteiro e os Deputados Jaime Martins, Augusto Coutinho, Duarte Nogueira e Waldir Maranhão. Em votação, o Relatório foi aprovado por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 4 – Requerimento nº 4/2012-CMO, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater com representante da Caixa Econômica Federal os repasses de recursos do orçamento da União". Autor: Deputado Felipe Maia. Em apoio ao Autor, o Deputado Duarte Nogueira (PSDB/SP) subscreveu a matéria. Em votação, o Requerimento foi aprovado por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Tendo em vista a inexistência de acordo para dar prosseguimento à apreciação das demais matérias da pauta, o Presidente encerrou a reunião. Em consequência, a apreciação das seguintes matérias foi adiada: Pauta nº 6 – Item 1 – Requerimento nº 3/2012-CMO, do Senador Paulo Paim, que "Requer a constituição de um Grupo de Trabalho com vistas à implementação de uma política de aumento real das aposentadorias e pensões, do Regime Geral da Previdência Social, com valores acima do salário mínimo no processo orçamentário, no âmbito da Comissão Mista de Orçamento – CMO". Pauta nº 7 – Item 2 – Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 01/2012-CN, que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor de órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Crédito especial no valor global de R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), para o fim que especifica, e dá outras providências". Relator: Deputado Josias Gomes. Foram apresentadas 3 emendas. Voto: favorável, nos termos do projeto, com indicação pela inadmissibilidade das 3 emendas apresentadas. ENCERRAMENTO: o Presidente encerrou a reunião às quinze horas e vinte e três minutos. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. – Deputado ***Paulo Pimenta****, Presidente."*

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Para discutir, Sr. Presidente – para discutir a ata dessa reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado, ele ainda não concluiu a leitura das atas.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Não, é individualmente. Ele terminou de ler essa – ou não terminou, Deputado Duarte Nogueira?

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – Terminei a leitura da Ata da 3.ª Reunião Ordinária.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Nós vamos discutir essa ata, e só depois é que passamos para a próxima ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Nós vamos concluir, Deputado Felipe Maia, a leitura das atas. Depois, haverá a possibilidade de discussão. Se quiser discutir depois individualmente cada uma, não haverá problema.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Mas vamos discutir as 7 atas juntas?!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Podemos discutir depois, individualmente. Mas, primeiro, vamos concluir a leitura.

Deputado Duarte Nogueira.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA –

"*Ata da Segunda Reunião de Audiência Pública da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada em 8 de maio de 2012.*

Às quinze horas e dez minutos do dia oito de maio de dois mil e doze, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Deputado Paulo Pimenta. Esta reunião foi convocada em atendimento ao art. 84 da Res. nº 01/2006, alterada pela de nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional. Como palestrante, foi convidada a senhora Miriam Aparecida Belchior, Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão. Foi registrado o comparecimento dos membros: Deputados titulares: Aníbal Gomes, Augusto Coutinho, Cida Borghetti, Duarte Nogueira, Eliseu Padilha, Felipe Maia, Giovanni Queiroz, João Leão, João Paulo Lima, Laurez Moreira, Mauro Lopes, Osmar Júnior, Paulo Foletto, Paulo Pimenta, Paulo Rubem Santiago, Paulo Wagner, Professora Dorinha Seabra Rezende, Reinaldo Azambuja, Renato Molling, Waldenor Pereira, Wandenkolk Gonçalves e Zeca Dirceu; Senadores titulares: Antonio Carlos Valadares, Clésio Andrade, Flexa Ribeiro e Vicentinho Alves; Deputados suplentes: Antonio Balhmann, Antonio Brito, Celso Maldaner, Cláudio Puty, Félix Mendonça Júnior, Hugo Motta, Jaime Martins, Leonardo Mon-

teiro, Lira Maia, Luiz Carlos Setim, Roberto Balestra, Roberto de Lucena, Toninho Pinheiro e Vanderlei Siraque. Foi registrada a presença dos seguintes parlamentares não membros: Deputados: Amauri Teixeira, Weliton Prado. Foi registrada a ausência dos membros titulares: Deputados: Arnaldo Jardim, Arnon Bezerra, Edio Lopes, João Maia, Josias Gomes, Leandro Vilela, Luciano Castro, Lucio Vieira Lima, Ratinho Junior; Senadores: Armando Monteiro, Benedito de Lira, Lucio Vieira Lima, Ratinho Junior; Senadores: Armando Monteiro, Benedito de Lira, Cássio Cunha Lima, Paulo Paim, Romero Jucá, Sérgio Petecão, Wellington Dias. ABERTURA: o Presidente declarou iniciada a reunião, apresentando os membros que compuseram a Mesa: Miriam Aparecida Belchior, Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Célia Correa, Secretária de Orçamento Federal, e Senador Antônio Carlos Valadares, Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2013. Em seguida, concedeu a palavra e estipulou o prazo de trinta minutos para a Sra. Miriam Belchior realizar sua apresentação sobre o Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias enviado ao Congresso Nacional. Encerrada a apresentação, o Presidente passou a palavra para o Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2013, Senador Antônio Carlos Valadares, o qual formulou questões sobre o tema apresentado. Houve réplica por parte da Ministra. Após essa réplica, o Presidente permitiu a participação dos inscritos interessados em fazer indagações acerca do que foi explanado. Manifestaram-se, na seguinte ordem, os Deputados: João Paulo Lima, João Leão, Duarte Nogueira, Augusto Coutinho, Amauri Teixeira, Felipe Maia e Toninho Pinheiro. A seguir, o Presidente devolveu a palavra à expositora para que respondesse aos questionamentos feitos. ENCERRAMENTO: não havendo mais oradores inscritos, o Presidente agradeceu a todos os presentes na reunião; em especial à Ministra Miriam Belchior, anunciou que o Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2013 deve apresentar o Relatório Preliminar dia onze de maio, sexta-feira, e o prazo para apresentação de emendas será do dia quatorze ao dia dezesseis de maio. A reunião foi encerrada às quinze horas e quarenta e um minutos. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. Deputado Paulo Pimenta, Presidente."

"Ata da Primeira Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada em 9 de maio de 2012.

Aos nove dias do mês de maio do ano de dois mil e doze, reuniu-se extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 2 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta nº 8. Foi registrado o comparecimento dos membros: Deputados titulares: Augusto Coutinho, Cida Borghetti, Duarte Nogueira, Edio Lopes, Eliseu Padilha, Felipe Maia, Giovanni Queiroz, João Leão, João Maia, João Paulo Lima, Josias Gomes, Mauro Lopes, Osmar Júnior, Paulo Foletto, Paulo Pimenta, Paulo Wagner, Professora Dorinha Seabra Rezende, Reinaldo Azambuja, Renato Molling, Waldenor Pereira e Zeca Dirceu; Senadores titulares: Armando Monteiro, Benedito de Lira, Clésio Andrade, Flexa Ribeiro, Paulo Paim, Romero Jucá, Vicentinho Alves e Wellington Dias; Deputados suplentes: Félix Mendonça Júnior, Hugo Motta, Leonardo Gadelha, Leonardo Monteiro, Luiz Carlos Setim, Marcos Rogério, Roberto Balestra, Roberto de Lucena, Toninho Pinheiro e Waldir Maranhão. Foi registrada a presença dos seguintes Parlamentares não membros: Deputado Afonso Florence. Foi registrada a ausência dos membros titulares: Deputados: Aníbal Gomes, Arnaldo Jardim, Arnon Bezerra, Laurez Moreira, Leandro Vilela, Luciano Castro, Lucio Vieira Lima, Paulo Rubem Santiago, Ratinho Junior e Wandenkolk Gonçalves; Senadores: Antonio Carlos Valadares, Cássio Cunha Lima e Sérgio Petecão. ABERTURA: às quinze horas e dois minutos, havendo número regimental conforme estabelecido no art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional, o Presidente, Deputado Paulo Pimenta (PT/RS), declarou iniciados trabalhos e informou que não houve acordo para a realização da reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias da CMO nem para deliberação dos itens constantes da Ordem do Dia. O Presidente informou que no dia 16 de maio, quarta-feira, às quatorze horas, no Plenário 2 da Câmara dos Deputados, será realizada audiência pública, convocada com a finalidade de debater com representante da Caixa Econômica Federal os repasses de recursos do orçamento da União, em atendimento ao Requerimento nº 4/2012 da Comissão Mista de Orçamento, de autoria do Deputado Felipe Maia, e subscrito pelo Deputado Duarte Nogueira, aprovado na 3ª Reunião Ordinária realizada no último dia 25 de abril. Houve comunicação, ainda, que, no dia 5 de junho, terça-feira, às quinze horas, no Plenário 2 da Câmara dos Deputados, será realizada reunião conjunta de audiência pública da Comissão Mista de Orçamento com a Comissão de Finanças e

Tributação, Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados; Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, com a presença do Dr. Alexandre Antonio Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil – BACEN, que apresentará a "avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços do Banco Central do Brasil", referentes ao 1º e 2º semestres do exercício de 2011, em atendimento ao estabelecido no § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal. Após esses avisos, passou a palavra aos Parlamentares inscritos para debate, cujo tema foi a necessidade de acordo entre os representantes das Lideranças para prosseguimento dos trabalhos, execução das emendas individuais do Orçamento de 2012 e as audiências públicas a serem realizadas na CMO. Os debatedores inscritos foram, na sequência, os seguintes Deputados: Felipe Maia, Duarte Nogueira, Toninho Pinheiro, João Maia, Renato Molling, Waldir Maranhão, Giovanni Queiroz e João Leão. Após o quinto debatedor, Deputado Renato Molling, o Presidente pediu a palavra novamente para reiterar a solicitação aos Líderes Partidários para que concluam as indicações dos membros e coordenadores dos comitês permanentes da Comissão nos termos estabelecido no art. 18 da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela de nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional. Em seguida, deu prosseguimento ao debate e passou a palavra ao sexto debatedor inscrito. Após a manifestação de todos os debatedores, o Deputado Toninho Pinheiro recebeu a palavra novamente e o Presidente esclareceu questionamentos por ele levantados a respeito do Fundo de Participação dos Municípios – FPM. Finalizando o debate, os Deputados João Leão e João Maia fizeram novas considerações sobre os critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Estados – FPE e FPM. Encerramento: Concluído o debate, o Presidente encerrou a reunião às quinze horas e quarenta e seis minutos. Antes, convocou a realização de reunião ordinária, para o dia quinze de maio, terça-feira, às quatorze horas e trinta minutos, no Plenário 2 da Câmara dos Deputados. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. Deputado Paulo Pimenta, Presidente."

"Ata da Quarta Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada em 15 de maio de 2012.

Aos quinze dias do mês de maio do ano de dois mil e doze, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 2, da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta nº 9. Foi registrado o comparecimento dos membros: Deputados titulares: Arnon Bezerra, Augusto Coutinho, Duarte Nogueira, Felipe Maia, João Paulo Lima, Laurez Moreira, Leandro Vilela, Osmar Júnior, Paulo Foletto, Paulo Pimenta, Paulo Rubem Santiago, Paulo Wagner, Ratinho Junior, Reinaldo Azambuja, Renato Molling, Waldenor Pereira e Zeca Dirceu; Senadores titulares: Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Clésio Andrade, Flexa Ribeiro, Paulo Paim, Romero Jucá, Sérgio Petecão e Vicentinho Alves; Deputados suplentes: Assis Carvalho, Cláudio Puty, Joaquim Beltrão e Toninho Pinheiro; Senadores suplentes: Mozarildo Cavalcanti. O Deputado Edio Lopes teve sua ausência justificada. Foi registrada a ausência dos membros titulares: Deputados: Aníbal Gomes, Arnaldo Jardim, Cida Borghetti, Eliseu Padilha, Giovanni Queiroz, João Leão, João Maia, Josias Gomes, Luciano Castro, Lucio Vieira Lima, Mauro Lopes, Professora Dorinha Seabra Rezende e Wandenkolk Gonçalves; Senadores: Benedito de Lira, Cássio Cunha Lima, Wellington Dias. Abertura: havendo número regimental conforme estabelecido no art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional, o Presidente, Deputado Paulo Pimenta (PT/RS), declarou iniciados os trabalhos. Embora houvesse quorum para deliberação, informou que não havia acordo para apreciação das matérias da pauta, após realização da reunião do Colegiado de Lideranças Partidárias com assento na CMO realizada na mesma data. O Presidente informou que no dia 16 de maio, quarta-feira, às quatorze horas, no Plenário 2 da Câmara dos Deputados, será realizada reunião de audiência pública, convocada com a finalidade de debater com representantes da Caixa Econômica Federal, os repasses de recursos do orçamento da União, em atendimento ao Requerimento nº 4/2012, de autoria do Deputado Felipe Maia, e subscrito pelo Deputado Duarte Nogueira, aprovado na 3ª Reunião Ordinária realizada no último dia 25 de abril. Após esse aviso, passou a palavra aos parlamentares que manifestaram interesse em usá-la. Assim, fizeram uso da palavra, na seguinte ordem, os Deputados Felipe Maia, solicitando que os Parlamentares apresentem casos práticos na Audiência Pública com representantes da Caixa Econômica Federal,

Arnon Bezerra, pedindo ao Presidente que permitisse a manifestação de representantes de associações de Municípios na audiência pública do dia 16 de maio, tendo seu pedido atendido sob a condição de que apenas um representante de cada região do País pudesse se manifestar, e Paulo Rubem, apresentando ideias sobre boletins do IPEA, conjuntura industrial brasileira e planejamento orçamentário. ENCERRAMENTO: não havendo mais Parlamentares interessados em fazer o uso da palavra, o Presidente encerrou a reunião às quinze horas e quinze minutos. Antes, convocou para reunião ordinária no dia 22 de maio e para a audiência pública dia 16 de maio, quarta-feira, às quatorze horas, no Plenário 2 da Câmara dos Deputados, com a finalidade de debater com representante da Caixa Econômica Federal, os repasses de recursos do orçamento da União, em atendimento ao Requerimento nº 4/2012, da Comissão Mista de Orçamento, de autoria do Deputado Felipe Maia, e subscrito pelo Deputado Duarte Nogueira, aprovado na 3ª Reunião Ordinária realizada no último dia 25 de abril. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. Deputado Paulo Pimenta. Presidente."

"Ata da Terceira Reunião de Audiência Pública da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada em 16 de maio de 2012.

Às quatorze horas e trinta e nove minutos do dia dezesseis de maio de dois mil e doze, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Deputado Paulo Pimenta. Esta reunião foi convocada em atendimento ao Requerimento nº 4, de 2012, da Comissão Mista do Orçamento, de autoria do Deputado Felipe Maia, e subscrito pelo Deputado Duarte Nogueira, aprovado na 3ª Reunião Ordinária, realizada no último dia 25 de abril, o qual requer: "Audiência pública para debater, com representantes da Caixa Econômica Federal, os repasses de recursos do orçamento da União". Como representantes da Caixa Econômica Federal – CEF, foram convidados o Superintendente Nacional de Assistência Técnica e Desenvolvimento Sustentável, Sr. José Carlos Medaglia Filho, e a Superintendente Nacional de Repasses, Sra. Ana Cristina da Cunha Wanzeler. Foi registrado o comparecimento dos membros: – Deputados titulares: Augusto Coutinho, Cida Borghetti, Duarte Nogueira, Felipe Maia, Giovanni Queiroz, João Maia, João Paulo Lima, Josias Gomes, Laurez Moreira, Lucio Vieira Lima, Paulo Foletto, Paulo Pimenta, Paulo Rubem Santiago, Paulo Wagner, Professora Dorinha Seabra Rezende, Reinaldo Azambuja, Waldenor Pereira, Wandenkolk Gonçalves; – Senadores titulares: Cássio Cunha Lima e Flexa Ribeiro; – Deputados suplentes: Assis Carvalho, Félix Mendonça Júnior, Jaime Martins, Joaquim Beltrão, Luiz Carlos Setim, Marcos Rogério, Stepan Nercessian, Toninho Pinheiro e Vanderlei Siraque. Foi registrada a presença dos seguintes parlamentares não membros: Deputados Alberto Mourão, Francisco Escórcio, Gilmar Machado e Weliton Prado. Foi registrada a ausência dos membros titulares: – Deputados: Aníbal Gomes, Arnaldo Jardim, Arnon Bezerra, Eliseu Padilha, João Leão, Leandro Vilela, Luciano Castro, Mauro Lopes, Osmar Júnior, Ratinho Junior, Renato Molling e Zeca Dirceu; – Senadores: Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Benedito de Lira, Clésio Andrade, Paulo Paim, Romero Jucá, Sérgio Petecão, Vicentinho Alves e Wellington Dias. O Deputado Edio Lopes teve sua ausência justificada. ABERTURA: o Presidente declarou iniciada a reunião, apresentando os membros que compuseram a Mesa: representando a CEF, o Superintendente Nacional de Assistência Técnica e Desenvolvimento Sustentável, Sr. José Carlos Medaglia Filho, e a Superintendente Nacional de Repasses, Sra. Ana Cristina da Cunha Wanzeler; o Prefeito Mariovane Weis, Presidente da Federação do Rio Grande do Sul de Municípios; e o Deputado Felipe Maia. Após anunciar a composição da Mesa, o Presidente informou que, segundo determinação regimental, os palestrantes disporiam de quinze minutos, sem apartes, exceto se concordassem, para suas apresentações. Informou, ainda, que os Deputados interessados em debater deveriam inscrever-se e que haveria réplica e tréplica. Lembrou do acordo permitindo que os representantes dos municípios pudessem manifestar-se, limitados ao número de um por região do país. Assim, teve início a apresentação do Sr. José Carlos Medaglia Filho. Encerrada a apresentação, a outra representante da Caixa Econômica Federal, Sra. Ana Cristina da Cunha Wanzeler, teceu comentários sobre sua experiência na área de governo e contratos de repasse. Encerrada a exposição dos representantes da Caixa Econômica Federal, o Presidente agradeceu a presença do Prefeito Fernando Marinho, de Ivorá, e do Prefeito João Vestena, de Júlio de Castilhos, cumprimentou todos os Prefeitos do interior do Rio Grande do Sul presentes, a Vereadora Caroline Telles, da Câmara de Vereadores de Taquara, os Vereadores Clóvis José da Silva e Mário Pio, de São Jerônimo, e todos os Vereadores que também prestigiaram a audiência. Salientou que outros representantes da Caixa Econômica também estavam presentes – Sr. André Ricardo de

Souza, Superintendente Nacional de Relacionamento Institucional, e Jozelita Sandra P. Lenza, Gerente Nacional de Relacionamento Parlamentar – e declarou o início do primeiro bloco de debates, o qual, a critério do Presidente, teve a seguinte ordem de manifestações: Deputado Felipe Maia, Deputado Duarte Nogueira, Deputado Toninho Pinheiro, Prefeito Mariovane Weis, o próprio Presidente, e, finalizando o primeiro bloco, o Sr. José Carlos Medaglia Filho recebe a palavra para esclarecer todas as dúvidas levantadas. Após isso, o Presidente propõe que a Caixa Econômica Federal e Prefeituras presentes avaliem em conjunto os problemas nas documentações dos contratos, reafirma que seguirá estrita ordem dos inscritos para debate e abre o segundo bloco de debates, o qual teve como inscritos, na seguinte ordem: Deputados Felipe Maia, Francisco Escórcio, Gilmar Machado, Deputada Professora Dorinha Seabra, Deputados Waldenor Pereira, Joaquim Beltrão, Alberto Mourão, Assis Carvalho, Augusto Coutinho e Deputada Cida Borghetti. Após manifestação dos inscritos, o Presidente retoma a palavra, argumenta sobre mudanças na LDO para facilitar o repasse de recursos da Caixa Econômica Federal para municípios e solicita que o Sr. José Carlos Medaglia Filho responda aos questionamentos dos debatedores. Após o Sr. José Carlos Medaglia Filho, a Sra. Ana Cristina da Cunha Wanzeler e o Prefeito Mariovane Weis receberam a palavra para tecer últimas considerações. ENCERRAMENTO: às dezessete horas e trinta e quatro minutos, após agradecimentos aos presentes, o Presidente encerrou a reunião. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. Deputado Paulo Pimenta, Presidente."

"Ata da Quinta Reunião Ordinária da 2.ª Sessão Legislativa da 54.ª Legislatura da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada em 22 de maio de 2012.

Às quatorze horas e cinquenta e nove minutos do dia vinte e dois do mês de maio do ano de dois mil e doze, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 2, da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta nº 9. Foi registrado o comparecimento dos membros: – Deputados titulares: Augusto Coutinho, Cida Borghetti, Duarte Nogueira, Edio Lopes, Felipe Maia, Giovanni Queiroz, João Leão, João Paulo Lima, Josias Gomes, Laurez Moreira, Leandro Vilela, Luciano Castro, Osmar Júnior, Paulo Pimenta, Paulo Wagner, Professora Dorinha Seabra Rezende, Ratinho Junior, Reinaldo Azambuja, Waldenor Pereira e Zeca Dirceu; – Senadores titulares: Clésio Andrade, Paulo Paim e Vicentinho Alves; – Deputados suplentes: Antonio Brito, Jaime Martins, Leonardo Gadelha, Leonardo Monteiro, Toninho Pinheiro e Waldir Maranhão. Foi registrada a ausência dos membros titulares: – Deputados**:** Aníbal Gomes, Arnaldo Jardim, Arnon Bezerra, Eliseu Padilha, João Maia, Lucio Vieira Lima, Mauro Lopes, Paulo Foletto, Paulo Rubem Santiago, Renato Molling e Wandenkolk Gonçalves; – Senadores: Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Cássio Cunha Lima, Ciro Nogueira, Flexa Ribeiro, Romero Jucá, Sérgio Petecão e Wellington Dias. Compareceu, também, o Deputado Weliton Prado, como não membro. ABERTURA**:** havendo número regimental, conforme estabelecido no art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional, o Presidente, Deputado Paulo Pimenta (PT/RS), declarou iniciados os trabalhos, informando sobre o convite do Ministro do Tribunal de Contas da União – TCU, José Múcio Monteiro, para sessão extraordinária desse Tribunal, dia 23 de maio, às 10 horas, para apreciação do Parecer sobre as Contas do Governo da República no exercício de 2011. Informou, também, que as Reuniões Extraordinárias convocadas para o dia 23 de maio seriam mantidas. Após essas informações, declarou que não havia acordo para apreciação das matérias da Ordem do Dia da pauta, após realização da reunião do Colegiado de Lideranças Partidárias com assento na Comissão Mista de Orçamento, realizada na mesma data, e passou a palavra aos parlamentares que manifestaram interesse em usá-la. Assim, fizeram uso da palavra, na seguinte ordem, os Deputados Duarte Nogueira e Felipe Maia. Ambos os Deputados teceram comentários sobre a falta de acordos para votação dos itens da pauta, a falta de um coordenador da Liderança do Governo dentro da Comissão Mista de Orçamento, importância de breve apreciação do relatório da Medida Provisória nº 566/2012 e novo rito para apreciação de PLNs. Encerramento: não havendo mais Parlamentares interessados em fazer uso da palavra, o Presidente encerrou a reunião às quinze horas e quatorze minutos. Antes, destacou resultados positivos da Audiência Pública dia 16 de maio com representante da Caixa Econômica Federal e lembrou as Reuniões Extraordinárias convocadas para o dia 23 de maio, uma às 14h30 e outra para as 18h. Homenageou, ainda, os Vereadores do Município de Santa Maria que estavam prestigiando a reunião: Vereador Admar Pozzobom, do PSDB, Vereador Jorjão e a Vereadora Helen Cabral. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente

Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. Deputado Paulo Pimenta, Presidente."

"Ata da Segunda Reunião Extraordinária da 2.ªSessão Legislativa da 54.ª Legislatura da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada em 23 de maio de 2012.

Aos vinte e três dias do mês de maio do ano de dois mil e doze, reuniu-se extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 2, da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta nº 9. Foi registrado o comparecimento dos membros: – Deputados titulares: Augusto Coutinho, Cida Borghetti, Duarte Nogueira, Edio Lopes, Felipe Maia, Giovanni Queiroz, João Maia, Paulo Foletto, Paulo Pimenta, Paulo Wagner, Professora Dorinha Seabra Rezende, Renato Molling, Waldenor Pereira e Wandenkolk Gonçalves; – Senadores titulares: Armando Monteiro, Clésio Andrade, Flexa Ribeiro e Paulo Paim; – Deputados suplentes: Félix Mendonça Júnior, Jaime Martins, Luiz Carlos Setim e Marcos Rogério. Foi registrada a presença de Parlamentar não membro, Deputado Weliton Prado. Foi registrada a ausência dos membros titulares: – Deputados: Aníbal Gomes, Arnaldo Jardim, Arnon Bezerra, Eliseu Padilha, João Leão, João Paulo Lima, Josias Gomes, Laurez Moreira, Leandro Vilela, Luciano Castro, Lucio Vieira Lima, Mauro Lopes, Osmar Júnior, Paulo Rubem Santiago, Ratinho Junior, Reinaldo Azambuja e Zeca Dirceu; – Senadores: Antonio Carlos Valadares, Cássio Cunha Lima, Ciro Nogueira, Romero Jucá, Sérgio Petecão, Vicentinho Alves e Wellington Dias. Abertura: às quinze horas e um minuto, havendo número regimental, conforme estabelecido no art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional, o Presidente, Deputado Paulo Pimenta (PT/RS), declarou iniciados os trabalhos e informou que não houve acordo para a realização da reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias da Comissão Mista de Orçamentos nem para a deliberação dos itens constantes da Ordem do Dia. Anunciou o cancelamento das reuniões extraordinárias marcadas para os dias vinte e três e vinte e quatro de maio, às dezoito e às dez horas respectivamente. Encerramento: o Presidente encerrou a reunião às quinze horas e dois minutos, antes convocou a realização de reunião ordinária para o dia vinte e nove de maio, terça-feira, às catorze horas e trinta minutos no plenário 2, anexo II da Câmara dos Deputados. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Sr. Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. Deputado Paulo Pimenta, Presidente."

"Ata da Sexta Reunião Ordinária da 2.ª Sessão Legislativa da 54.ª Legislatura da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada em 29 e 30 de maio de 2012.

Aos vinte e nove e trinta dias do mês de maio do ano de dois mil e doze, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 2, da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta nº 10. Nesse período foi registrado o comparecimento dos membros: – Deputados titulares: Augusto Coutinho, Cida Borghetti, Duarte Nogueira, Eliseu Padilha, Filipe Maia, João Maia, Laurez Moreira, Leandro Vilela, Paulo Foletto, Paulo Pimenta, Paulo Wagner, Professora Dorinha Seabra Rezende e Waldenor Pereira; – Senadores titulares: Benedito de Lira, Clésio Andrade, Flexa Ribeiro, Paulo Paim, Romero Jucá, Vicentinho Alves e Wellington Dias; – Deputados suplentes: Leonardo Gadelha, Marcus Pestana, Roberto de Lucena, Toninho Pinheiro e Waldir Maranhão; – Senador suplente: Mozarildo Cavalcanti. Foi registrada a ausência dos membros titulares: Aníbal Gomes, Arnaldo Jardim, Arnon Bezerra, Edio Lopes, Giovanni Queiroz, João Leão, João Paulo Lima, Josias Gomes, Luciano Castro, Lucio Vieira Lima, Mauro Lopes, Osmar Júnior, Paulo Pimenta, Paulo Rubem Santiago, Ratinho Junior, Reinaldo Azambuja, Renato Molling, Wandenkolk Gonçalves e Zeca Dirceu; – Senadores: Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Cássio Cunha Lima, Sérgio Petecão. Abertura: às catorze horas e quarenta e sete minutos, havendo número regimental, conforme estabelecido no art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional, o Presidente, Deputado Paulo Pimenta (PT/RS), declarou iniciados os trabalhos, informando sobre inexistência de quórum para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Anunciou que a reunião seria suspensa, mas antes permitiu que os Parlamentares fizessem uso da palavra. Assim, o Deputado Felipe Maia manifestou-se dizendo esperar por acordos que permitam deliberação da pauta. O Presidente retomou a palavra para agradecer os serviços prestados pelo servidor Wagner Primo Figueiredo Júnior, Diretor da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, uma vez que ele está deixando o cargo. A palavra foi passada para o Depu-

tado Waldenor Pereira, que fez apelo ao Governo e à Oposição em busca de acordos para deliberação da Pauta. Fez uso da palavra, ainda, o Deputado Eliseu Padilha, elogiando o Presidente quanto à sua postura em relação aos precatórios e sua previsão na Lei Orçamentária para 2013 e também agradeceu ao servidor Wagner Primo Figueiredo Júnior. Não havendo mais Parlamentares interessados em fazer uso da palavra, o Presidente suspendeu a reunião às quatorze horas e cinquenta e cinco minutos. Antes, convocou a continuação da reunião para o dia trinta de maio, às quatorze horas, no mesmo local, e cancelou a reunião extraordinária convocada para esta data, às dezoito horas. No dia trinta de maio de dois mil e doze, às quatorze horas e quatorze minutos, o Presidente reabriu a reunião, informando que não havia acordo para apreciação dos itens da pauta. ENCERRAMENTO: às quatorze horas e quinze minutos, o Presidente declarou a reunião encerrada. Antes, porém, cancelou três reuniões extraordinárias: duas marcadas para esta data, uma às quatorze horas e trinta minutos e outra às dezoito horas. A terceira reunião cancelada estava marcada para o dia trinta e um de maio, às dez horas. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. Deputado Paulo Pimenta, Presidente."

Esta é a última:

"Ata da Primeira Reunião Conjunta de Audiência Pública, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª legislatura, realizada no dia 5 de junho de 2012, pelas Comissões: Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, do Congresso Nacional; de Finanças e Tributação – CFT; de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio – CDEIC; de fiscalização financeira e controle – CFFC, da Câmara dos Deputados; de Assuntos Econômicos – CAE e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, do Senado Federal.

Aos cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e doze, reuniram-se as seguintes Comissões: Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional – CMO; de Finanças e Tributação – CFT; de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio – CDEIC; de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC, da Câmara dos Deputados; de Assuntos Econômicos – CAE e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, do Senado Federal, no Plenário 4, do Anexo II da Câmara dos Deputados. A reunião foi convocada para receber o Presidente do Banco Central do Brasil – BACEN, Dr. Alexandre Antonio Tombini, para avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços do Banco Central do Brasil, referentes ao exercício de 2011, em atendimento ao disposto no art. 9º, § 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal. Foi registrado o comparecimento dos seguintes Parlamentares: Deputados: Afonso Florence, titular da CFT da Câmara dos Deputados; Alexandre Leite, titular da CFT, da Câmara dos Deputados; André Moura, suplente da CFT da Câmara dos Deputados; Antônio Andrade, titular da CFT, da Câmara dos Deputados; Antonio Brito, suplente da CMO, do Congresso Nacional; Audifax, titular da CFT da Câmara dos Deputados; Augusto Coutinho, titular da CMO do Congresso Nacional; titular da CFT da Câmara dos Deputados e suplente da CDEIC, da Câmara dos Deputados; Duarte Nogueira, titular da CMO, do Congresso Nacional; Edmar Arruda, titular da CFFC, da Câmara dos Deputados; Edson Santos, titular da CFFC, da Câmara dos Deputados; Eli Correa Filho, suplente da CMO, do Congresso Nacional; Félix Mendonça Júnior, suplente da CMO, do Congresso Nacional; Guilherme Campos, titular da CFT da Câmara dos Deputados e suplente da CDEIC da Câmara dos Deputados; João Dado, titular da CFT, da Câmara dos Deputados; José Stédile, suplente da CFT, da Câmara dos Deputados; Júlio Cesar, titular da CFT, da Câmara dos Deputados; Júnior Coimbra, titular da CFT, da Câmara dos Deputados; Laurez Moreira, titular da CMO, do Congresso Nacional; Leonardo Gadelha, suplente da CMO, do Congresso Nacional, e suplente da CFT, da Câmara dos Deputados; Leonardo Monteiro, suplente da CMO, do Congresso Nacional; Lucio Vieira Lima, titular da CMO, do Congresso Nacional, e titular da CFT, da Câmara dos Deputados; Mendonça Filho, suplente da CFFC, da Câmara dos Deputados; Pauderney Avelino, titular da CFT, da Câmara dos Deputados, e suplente da CFFC, da Câmara dos Deputados; Paulo Foletto, titular da CMO, do Congresso Nacional; Paulo Pimenta, titular da CMO, do Congresso Nacional; Paulo Rubem Santiago, titular da CMO, do Congresso Nacional; Paulo Wagner, titular da CMO, do Congresso Nacional; Professora Dorinha Seabra Rezende, titular da CMO, do Congresso Nacional; Renato Molling, titular da CMO, do Congresso Nacional, e da CDEIC, da Câmara dos Deputados; Rodrigo Maia, titular da CFT, da Câmara dos Deputados, e suplente da CFFC, da Câmara dos Deputados; Sibá Machado, suplente da CFFC, da Câmara dos Deputados; Vanderlei Siraque, titular da CFFC, da Câmara dos Deputados e suplente da CMO, do Congresso Nacional; Vaz de Lima, titular da CFT, da Câmara dos Deputados, e suplente da CFFC,

da Câmara dos Deputados; Waldenor Pereira, titular da CMO, do Congresso Nacional; Zeca Dirceu, titular da CMO, do Congresso Nacional, e da CDEIC, da Câmara dos Deputados, e suplente da CFT, da Câmara dos Deputados; Zequinha Marinho, titular da CFT da Câmara dos Deputados; Senadores: Antonio Russo, suplente da CMO, do Congresso Nacional, e titular da CAE, do Senado Federal; Benedito de Lira, titular da CMO, do Congresso Nacional, e suplente da CAE, do Senado Federal; Clésio Andrade, titular da CMO, do Congresso Nacional, e suplente da CAE do Senado Federal; Delcídio do Amaral, titular da CAE, do Senado Federal, e suplente da CMA, do Senado Federal; Lindbergh Farias, titular da CAE, do Senado Federal. Compareceram, ainda, os Parlamentares não membros, Deputados Vilalba e Wellington Prado. ABERTURA: às quinze horas e dez minutos, o Presidente, Deputado Paulo Pimenta, iniciou a reunião, informando de que se tratava de audiência pública conjunta, citando as Comissões participantes e convocando os integrantes da Mesa para tomarem seus lugares. Em seguida, explica os objetivos da reunião e passa a palavra ao convidado, Dr. Alexandre Antonio Tombini, o qual inicia sua apresentação às 15h16min. Ao final da apresentação, às 16h01min, o Presidente coloca a palavra à disposição dos demais Presidentes de Comissão presentes no recinto. Somente o Deputado Edmar Arruda, Presidente da CFT, usou dessa prerrogativa para discorrer sobre o spread praticado pelos bancos e seus efeitos sobre os consumidores bancários. Em seguida, o Presidente deu início ao debate, o qual teve a seguinte ordem de Parlamentares inscritos: Deputados Rodrigo Maia, Pauderney Avelino, Paulo Rubem Santiago, Audifax, Duarte Nogueira, Senador Lindbergh Farias e, finalizando, Deputados Claudio Puty e Afonso Florence. Após manifestação dos inscritos para debate, e antes que a palavra fosse devolvida ao palestrante convidado, o Deputado Marcus Pestana pediu para exprimir algumas opiniões em nome da Oposição. Tendo mais uma vez a palavra, o Dr. Alexandre Antonio Tombini respondeu aos questionamentos levantados pelos oradores inscritos, sendo apartado pelos Deputados Rodrigo Maia e Pauderney Avelino. Após uma terceira tentativa de aparte da explicação, o Presidente em exercício, Deputado Edmar Arruda, solicitou que os Parlamentares permitissem que o convidado terminasse seu raciocínio sem interrupções. Novo aparte foi permitido ao Deputado Pauderney Avelino, o qual fez perguntas sobre a previsão do PIB. ENCERRAMENTO: às 17 horas e 51 minutos, o Presidente em exercício, Deputado Edmar Arruda, encerra a reunião. Antes, porém, agradeceu a presença do Dr. Alexandre Antônio Tombini, dos Presidentes de Comissão e demais Parlamentares. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente ata que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação do Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. Deputado Paulo Pimenta, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional."

Lida as atas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Deputado Duarte Nogueira, pela sua colaboração.

Em discussão as atas. Deputado Felipe Maia.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir a ata. Mas, inicialmente, eu queria aditar a minha questão de ordem. Eu queria entender a decisão de V.Exa.

Vamos lá: o art. 51, da Constituição Federal, diz que compete privativamente à Câmara dos Deputados, no inciso III, elaborar seu Regimento Interno. O art. 52 diz que compete privativamente ao Senado Federal, no inciso XII, elaborar seu Regimento Interno. Ou seja, as Casas têm autonomia para elaborar seus Regimentos. Então, vamos ao Regimento da Câmara dos Deputados. No art. 50, é definido que os trabalhos das Comissões serão iniciados com a presença de, no mínimo... Fala do *quorum*, e, no inciso I, diz: *"discussão e votação da ata da reunião anterior"*. Da ata; não das atas. Da ata. Regimento da Câmara dos Deputados.

Regimento do Senado Federal. Art. 111: *"Os trabalhos das Comissões iniciar-se-ão, salvo deliberação em contrário, pela leitura e discussão da ata da reunião anterior"*. Ou seja, não resta dúvida de que é da ata da reunião anterior, não das atas.

Eu não entendi a decisão de V.Exa., e gostaria de saber sob que amparo regimental V.Exa. definiu que as seis ou sete atas deveriam todas ser lidas em conjunto para só então poder se discutir sete atas, o que é praticamente impossível, uma vez que ninguém consegue discutir sete atas com o seu conteúdo, alguns em comum, mas vários pontos divergentes, e eu não encontro nenhum embasamento regimental nessa decisão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Eu entendo a questão levantada por V.Exa. mas, na medida em que não foi... Nós teríamos que ter em cada reunião votado a ata da reunião anterior. Na medida em que isso não ocorreu, nós acabamos formando um bloco de atas, colocando todas elas em discussão. Esse foi o entendimento que eu tive a partir da situação criada pela não votação individual em cada reunião

anterior de cada ata. Foi por isso que eu encaminhei a questão dessa forma.

A palavra está à disposição de V.Exa.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – É, Sr. Presidente, não é este o entendimento deste membro da Comissão. A leitura e a discussão têm de ser individualizadas. Não é o que o Regimento nem da Câmara nem do Senado nem a Constituição Federal determinam. Ou seja, eu peguei os três embasamentos legais, a Constituição do Brasil e os dois Regimentos das Casas e lá encontrei embasamento em cima da minha dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Nós vamos colocar em cada reunião a ata da sessão anterior. Isso vai evitar que tenhamos um bloco novamente formado para uma próxima reunião.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Eu deixo aqui destacado, enfim, que não encontrei embasamento no Regimento nem na Constituição para a decisão de V.Exa., mas, claro, respeito a posição do Presidente desta Casa. Mas, uma vez tendo V.Exa. tomado essa decisão, o Regimento comum determina, no seu art. 38, que, na discussão, os oradores falarão na ordem de inscrição pelo prazo máximo de 20 minutos, obedecendo-se a palavra, de preferência, alternadamente, o Congressista favorável e contrário.

Então, eu consulto a Mesa sobre quantos minutos cada Deputado contará uma vez que uma ata são 20 minutos; sete? Quantos minutos cada um poderá debater a ata?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – De acordo com a Resolução nº 01, a CMO poderá se reunir para votação após convocação escrita. Na discussão das matérias serão observadas as seguintes normas: cada Parlamentar inscrito poderá usar a palavra por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Cinco?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Art. 130, inciso I. Portanto, V.Exa. tem 5 minutos para discutir as atas.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Por ata?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Para discutir o bloco de atas. A palavra está à sua disposição.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Sr. Presidente, é praticamente impossível serem discutidas 7 atas em 5 minutos. Eu quero que V.Exa. reveja essa posição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – V.Exa. tem o tempo regimental de 5 minutos para fazer a discussão, para a discussão do bloco das atas.

(Não identificado) – Ligar o tempo, Sr. Presidente!

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Sr. Presidente, respeitosamente, eu vou recorrer da decisão anterior. Eu realmente gostaria de ter achado embasamento regimental. Mas não achei e vou, respeitosamente, recorrer da decisão de V.Exa. de discutir 7 atas, ainda mais...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – V.Exa., tem essa prerrogativa, e eu vou encaminhar ao Presidente José Sarney para que ele possa analisar a questão.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Ainda mais diante desses 5 minutos! Eu não sei nem por qual das atas eu começo! *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – Sr. Presidente, eu quero me inscrever para discutir a ata.

(Não identificado) – Escolha uma, Deputado.

O SR. DEPUTADO REINALDO AZAMBUJA – Presidente, para me inscrever.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Sr. Presidente, enfim, tendo em vista que terei 5 minutos, eu, sinceramente, não sei por onde começar, nem por onde terminar. Eu quero aqui, assim como fiz na reunião do colegiado, dizer, em 3 minutos, da falta de diálogo que esta Comissão está tendo, enfrentando com o Palácio do Planalto.

Sr. Presidente, eu peço silêncio, porque 5 minutos já não são suficientes. Se começar o diálogo paralelo, realmente fica difícil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Solicito ao Plenário atenção para a manifestação do Deputado Felipe Maia.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Obrigado, Sr. Presidente.

Como eu vinha dizendo, eu quero aqui deixar clara a falta de diálogo do Palácio do Planalto, da Ministra de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, com esta Comissão. Nós estamos, praticamente, – razão pela qual temos sete atas – há pelo menos 20 dias sem poder deliberar nenhuma matéria, no aguardo de um posicionamento por parte do Palácio do Planalto no que tange principalmente a 2 questões. Primeiro, uma interlocução com o Palácio do Planalto, qual seja, a indicação do Vice-Líder do Governo, que aqui seria o Coordenador da bancada do Governo, assim como a posição e o cumprimento de acordos anteriormente assumidos com membros dos partidos da Oposição e do Governo, no que tange à liberação das emendas.

Na minha opinião, teria sido bastante proveitosa e positiva a reunião da última terça-feira, com a Ministra Ideli Salvatti, reunião essa em que foi acordado que se desenrolaria, ao longo desta semana, sob uma ameaça de não podermos continuar em razão do evento Rio+20, que começou na cidade do Rio de Janeiro. Para minha surpresa, a Ministra esteve, na manhã desta quarta-feira, num café da manhã, com

a bancada do Nordeste, para discutir as prioridades daquela Região. Esteve presente nas dependências do Congresso Nacional e não convocou nenhum Líder, nem do Governo nem da Oposição.

Eu quero ressaltar que faltam 20 dias para que nós possamos assinar os convênios e empenhar as nossas emendas.

Eu, talvez, aqui, por ser, Sr. Presidente, de um partido da Oposição, eu tenha coragem de falar. Mas eu tenho certeza de que, aqui, membros da base estão calados, por outras razões, mas gostariam de, na minha boca, colocar outras palavras, do tratamento que estão recebendo. E eu quero tornar consciente a estes que a forma como nós temos de reagir é justamente nesta Comissão, exigindo respeito aos nossos partidos, aos nossos liderados, aos nossos coordenados.

O movimento que os partidos da Oposição, até este momento, com a boa vontade de V.Exa., manteve foi buscando o entendimento, nada mais do que o entendimento, e um direito constitucional dos partidos e dos Parlamentares!.

Portanto, eu, no momento em que discuto a ata, num brevíssimo tempo, não poderia deixar de iniciar as minhas palavras externando a minha preocupação de termos, a 20 dias do encerramento dos empenhos, da assinatura dos convênios e dos empenhos das nossas emendas, uma falta de diálogo com o Palácio do Planalto, assim como uma grande preocupação com o curto espaço de tempo de aprovação da LDO – e não encontramos ambiente saudável para nos declinar sobre essa matéria.

Mas, Sr. Presidente, sobre as atas – na verdade, não é uma ata, são as atas –, eu quero aqui, apoiando-me na terceira reunião ordinária da segunda sessão deliberativa, do dia 24 e 25 de abril, em que está disposto que o Requerimento nº 4, de 2012, da CMO, requer a realização de audiência pública para debate com representantes da Caixa Econômica Federal para os repasses de recursos ao Orçamento da União... Esse requerimento tinha a minha autoria e, até então...

Sr. Presidente, eu peço novamente a gentileza a V.Exa. de pedir que este Plenário se acalme, que não haja discussões paralelas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Solicito ao Plenário que respeite o Deputado Felipe Maia, que ainda dispõe de 2 minutos.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Obrigado, Sr. Presidente.

Voltando ao que eu vinha dizendo, a audiência foi realizada, a Caixa Econômica Federal mandou dois diretores para aqui prestarem os esclarecimentos, foram apresentados novos modelos de análise e liberação das emendas parlamentares assim como do Restos a Pagar, mas, desde então, nada de concreto vem acontecendo.

Os Restos a Pagar da minha bancada, e eu tenho notícia de outras bancadas, não estão sendo executados. As medições não estão sendo realizadas. As obras não estão tendo o andamento que nós gostaríamos de ver após as palavras dos diretores da Caixa Econômica Federal.

O que me preocupa nas nossas audiências e reuniões, Sr. Presidente, é que parece que nós estamos falando ao vazio, tomando compromissos que não são assumidos, fazendo afirmações que parecem que valem naquele momento que são proferidas, mas no momento subsequente elas somem ao vento.

Assim acontece com as palavras dos diretores da Caixa Econômica Federal, que tomaram compromisso com uma centena de Prefeitos, ou quase uma centena de Prefeitos que lotavam este plenário em razão da Marcha dos Prefeitos, se não me engano a 12ª Marcha dos Prefeitos. Ali foi tomado um compromisso com os Prefeitos de que iria haver, nesse novo modelo de gestão da Caixa Econômica Federal, uma aceleração, um empenho, uma presença maciça dos representantes da Caixa Econômica Federal nos diversos Estados e Municípios do Brasil, para que esses Restos a Pagar pudessem ser processados e pagos. E, até então, até o presente momento, nada de concreto vem sendo realizado.

Assim como, Sr. Presidente, só para retificar essas atas, aqui vem dizendo que são representantes da Caixa Econômica Federal, na verdade eles eram diretores, mas isso é apenas uma correção de redação. A todo momento se refere à audiência pública com representantes da Caixa Econômica Federal, Arnon Bezerra. Eu gostaria que fosse retificado, para que pudesse ser dada a importância desses membros que tomaram compromisso com as nossas bancadas, com outras bancadas, e que não estão cumprindo aquilo que acordaram.

Portanto, Sr. Presidente, nessa falta de diálogo com o Governo, nessa falta de compromisso assumido e não colocado em prática e nessas questões que aqui estão de uma forma reduzida colocadas nas sete atas que se repetem, eu peguei aqui alguns pontos apenas que são repetidos para que eu não tomasse o prazo que imaginei que eu tivesse de 20 minutos. Essas seriam as observações que eu queria fazer sobre as atas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Deputado Felipe Maia.

Deputado Duarte Nogueira, V.Exa. dispõe de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO REINALDO AZAMBUJA – Peço inscrição para discutir.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – Presidente, Deputado Paulo Pimenta, antes de fazer a discussão da ata, eu quero apresentar uma questão de ordem à Mesa.

Sr. Presidente, quando se trata de matéria orçamentária, de fato, a Resolução nº 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, no seu art. 130, diz que o prazo máximo para a discussão de matéria orçamentária é de 5 minutos. Quando não se trata de matéria orçamentária – e ata não é matéria orçamentária –, nós caímos no Regimento Comum. E o que diz o Regimento Comum, no seu texto consolidado e normas conexas no seu art. 38?

"Art. 38. Na discussão, os oradores falarão na ordem de inscrição, pelo prazo máximo de 20 (vinte) minutos, concedendo-se a palavra, de preferência, alternadamente, a Congressistas favoráveis e contrários à matéria."

Portanto, eu apresento essa questão de ordem para que V.Exa. interprete não 5 minutos, e sim 20 minutos, pois não se trata de matéria orçamentária que nós estamos agora a discutir.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado João Leão.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Sr. Presidente, toda e qualquer matéria tratada na Comissão Mista de Orçamento é matéria orçamentária. Toda e qualquer matéria. Todas as matérias compostas por essas atas que aqui foram lidas são matérias orçamentárias. Todas! Todas! Absolutamente todas!

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU – Presidente, muitos dos prazos que estão sendo citados são prazos máximos e não prazos mínimos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Eu agradeço a questão de ordem, tendo também como importante a participação do Deputado João Leão.

Na minha interpretação, a ata se enquadra no que dispõe o art. 130, e o tempo é 5 minutos.

V.Exa. tem 5 minutos.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – Presidente, eu respeito a posição de V.Exa., não é matéria constitucional, portanto, nem cabe recurso, mas eu fiz questão de apresentar o meu ponto de vista. Agradeço a oportunidade e passo em seguida a discutir as atas.

Qual é a razão desse processo de obstrução que está acontecendo na Comissão Mista de Orçamento? Eu vou aqui, Presidente, com muita clareza, aproveitando os meus 5 minutos, discutir essa razão, que faz parte inclusive do contexto da ata. Em todas as atas, ou quase na sua totalidade, está claro que não houve acordo das Lideranças partidárias, do Colegiado para apreciação das matérias.

E por que não está havendo esse acordo, Sr. Presidente, Deputado Paulo Pimenta? Porque até agora o Governo sequer indicou o seu coordenador dentro da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Até agora, Sr. Presidente, nós estamos no mês de junho, o Líder do Governo no Congresso não se reuniu com os representantes do Colegiado para estabelecer qual é o planejamento do ritmo dos trabalhos desta Comissão. Há um descaso, um desrespeito por parte do Governo em relação não aos membros da Oposição, Senadores e Deputados, mas a todos os membros, Congressistas desta Comissão.

E faço aqui a leitura inclusive dos argumentos que apresentei a V.Exa. e aos demais coordenadores na reunião que antecedeu, para deixar registrada nos Anais da Comissão Mista de Orçamento a argumentação, com clareza e transparência por parte da bancada do PSDB, que aqui represento como seu coordenador.

O Orçamento para 2013, que está sendo elaborado pelo Poder Executivo, apresenta uma novidade em termos de conceito, que modifica substancialmente a forma de apresentação do Orçamento, concorrendo em muito para a falta de transparência.

No ano passado, o PPA apresentou um novo modelo de planejamento incluindo o conceito de iniciativas que concorriam com as ações orçamentárias. Foi retirado do plano as maneiras de atingir os objetivos dos programas que eram descritos pelas ações orçamentárias.

Agora, Sr. Presidente, o Governo propõe criar o PO – Plano Orçamentário, que vem a ser uma identificação orçamentária de caráter gerencial, não constante na Lei Orçamentária Anual, vinculada à ação orçamentária, conforme consta do Manual Técnico de Orçamento, o MTO, para 2013, consolidando informações nas ações.

As ações orçamentárias, que são os projetos e atividades, passam a ser padronizadas no orçamento, tal como foi feito no PPA vigente com os programas. A ideia, Sr. Presidente, é reduzir o Orçamento a termo, ou seja, transformar em Orçamento caixa-preta. E o detalhamento, quando, e se houver, será efetuado apenas no SIAFI, durante a sua execução. Tudo isso proposto no último mês de maio, há menos de 30 dias, para os órgãos setoriais de Orçamento, de forma açodada, e comunicado aos órgãos técnicos desta Casa ao final do mesmo mês de maio.

Esse tipo de modificação, em um Estado de Direito, é prévia e amplamente discutido com todos os atores envolvidos no processo, inclusive com a socie-

dade civil organizada, e só depois é adotada, se for o caso. Assim, o PSDB não pode concordar com a reunião desta Comissão, por tratar da LDO para 2013, sem que se tenha uma análise detalhada das Consultorias de Orçamento da Câmara e do Senado, que até agora não aconteceram.

Portanto, esta discussão precisa ser ampliada com os profundos conhecedores do planejamento, economia e finanças públicas. A modificação estrutural proposta pelo Executivo, a nosso ver, por ser matéria de suma importância, dever ser tratada em sede da Lei Complementar de Finanças Públicas, prevista na Constituição Federal, com ampla discussão no Legislativo, e não o alijando do processo de discussão, de forma a impossibilitar que algum tecnocrata de plantão possa promover alteração dessa magnitude sem uma ampla discussão com a sociedade e por um mero manual direcionado aos técnicos envolvidos no processo de elaboração no âmbito do Executivo.

Essas são as razões colocadas pela bancada do PSDB. Nós manifestamos aqui o nosso protesto pela maneira como o Governo está tratando a Comissão Mista de Planos e Orçamento; é um *bullying* que está fazendo o Governo com esta Comissão. Portanto, esta é a posição em que nós nos encontramos, neste instante, em realizar o processo de obstrução, para poder manifestar a maneira pela qual discordamos da falta de transparência que está sendo feita na discussão da LDO e será, obviamente, feita na discussão do Orçamento 2013.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Deputado Duarte Nogueira.

Deputado Reinaldo Azambuja, pelo tempo de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO REINALDO AZAMBUJA – Presidente, qual o tempo que eu tenho?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Cinco minutos.

O SR. DEPUTADO REINALDO AZAMBUJA – Eu gostaria, Presidente... Na ata da segunda reunião extraordinária, realizada no dia 23 de maio, consta como ausência de membros titulares inclusive a minha ausência. E nós fizemos um ofício, Presidente, justificando a ausência, pela Liderança, devido a compromissos que fomos atender, da Liderança de nosso partido. Então, gostaria de saber de V.Exa. se foi acatada essa ausência justificada; consta aqui, na ata do dia 23 de maio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – No âmbito da Resolução nº 01, nas reuniões da Comissão de Orçamento só cabe justificativa em missão oficial ou atestado médico. Portanto, essa justificativa de V.Exa. é válida para o Plenário, para as Comissões da Casa, mas não se enquadra nos casos previstos na Resolução nº 01.

O SR. DEPUTADO REINALDO AZAMBUJA – Mas essa ausência, Sr. Presidente, foi homologada pelo Presidente da Casa, inclusive. E ele abonou a nossa justificativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Se nós entendemos aqui que foi...

O SR. DEPUTADO REINALDO AZAMBUJA – Eu gostaria, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Eu vou buscar uma informação para que possamos reparar, eventualmente, se tiver ocorrido algum equívoco...

O SR. DEPUTADO REINALDO AZAMBUJA – O nosso Presidente Inocêncio...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Com certeza, de minha responsabilidade. Então, se houver algum equívoco, vai ser reparado. V.Exa. tem 5 minutos.

O SR. DEPUTADO REINALDO AZAMBUJA – Outra coisa, Presidente: na ata da segunda reunião de audiência pública, da segunda sessão legislativa, do dia 8 de maio, na qual nós tivemos a presença da nossa Ministra Miriam Belchior aqui, nesta Comissão, nós tivemos, durante os trabalhos realizados na audiência pública, a ausência de V.Exa., e eu assumi, como 2º Vice-Presidente, a condução dos trabalhos. E também vejo que aqui, na ata, não consta que V.Exa. se retirou e que eu tive que assumir a presidência por alguns momentos. Eu acho que é um equívoco da redação, das pessoas que redigiram a ata, Presidente. Então, fazer um reparo também no que diz respeito ao dia 8 de maio, quando da audiência pública, quando V.Exa. teve que se retirar, e eu, por alguns momentos, assumi o seu lugar como 2º Vice-Presidente desta Comissão. Gostaria que fosse feito esse reparo na ata, porque não consta isso aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Agradeço a atenção de V.Exa. e explico que consta o nome somente quando o Parlamentar faz uso da palavra. Na medida em que V.Exa. não fez uso da palavra, não ficou o registro. Mas vamos procurar reparar isso e encontrar outro mecanismo de identificação.

O SR. DEPUTADO REINALDO AZAMBUJA – Isso é para que seja redigido na ata realmente o andamento de toda a reunião.

Eram esses os questionamentos que eu gostaria de fazer a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito bem. Agradeço-lhe, Deputado.

Deputado Marcus Pestana.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA – Sr. Presidente, Srs. Deputados, um tema muito presente na atualidade, como resultado do amadurecimento da democracia, é o da transparência. Cada vez mais se buscam fornecer instrumentos de controle social para que a população acompanhe as decisões dos Poderes e com isso a gente consolide a dinâmica democrática. E as atas são instrumentos de registro de memória essenciais, inclusive para validar o processo legislativo legal. É mostra disso que agora os votos dos membros e dos diretores do Banco Central sobre taxa de juros e demais decisões vão ser conhecidos, publicizados.

É evidente que nós temos uma competente assessoria na Casa e é evidente que não imaginamos uma ata exaustiva que detalhe cada minuto, cada segundo das discussões feitas. Mas é preciso que a gente erga um método para classificar claramente o que e secundário e o que é principal.

Eu sou recém-chegado aqui, participei da audiência pública. Olhem como uma ata excessivamente sucinta prejudica a própria discussão da Comissão. Sou recém-chegado à Comissão. Temos aqui na pauta a discussão do relatório preliminar da LDO, no entanto, os indicadores macroeconômicos usados no relatório não têm nenhuma aderência com o que tivemos contato na audiência pública. No relatório preliminar, fala-se em PIB de 4,5%, e na discussão com o Presidente do Banco Central, maior autoridade monetária, ficou claro que entre o mercado e o próprio Governo teremos alguma coisa entre 1,5% e 2,5%. Então, a ata não pode deixar de registrar informações importantes como a que nos forneceu o Presidente do Banco Central. Eu preciso cotejar o que a maior autoridade monetária do País disse com os pressupostos que estão embasando a confecção do Orçamento anual.

Por outro lado, o nosso ex-Líder e experiente Deputado Duarte Nogueira manifestou claramente aqui, na mesma linha da afirmação da transparência, a involução que está ocorrendo. Eu fui Secretário de Planejamento e Orçamento de Minas Gerais por 4 anos. Na estrutura tradicional da dinâmica orçamentária, em qualquer país democrático do mundo, têm-se uma lei de diretrizes, têm-se o PPA, que é um planejamento mais de longo prazo, plurianual, e o Orçamento anual.

É muito importante que a gente clareie isso e caminhe não no sentido de inovar. Novas jabuticabas. Nós já temos uma jabuticaba aqui que é o redutor de superávit primário, que já é uma inovação brasileira que compromete a integridade dos dados. E agora há o tal do Plano Orçamentário, que é um instrumento gerencial e que vai tirar clareza.

A sociedade cobra que a peça orçamentária seja transparente e seja uma bússola, que seja realista, e não uma peça de ficção. Com as medidas que estão sendo tomadas – e os Mistérios e as equipes de planejamento já foram abordados –, vai ser uma involução exatamente na direção oposta, no sentido de que o Orçamento será, cada vez mais, uma peça de ficção e uma caixa preta.

E, por último, gostaria que se registrasse, na ata desta reunião, um elogio ao Deputado Duarte Nogueira pela postura de voz, pela dicção, pela calma com que leu todas as atas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado.

Eu gostaria de informar à Comissão que este ano nós temos uma inovação: nós temos uma experiência já sendo executada com o setor de Taquigrafia, e a Comissão Mista de Orçamento é hoje uma Comissão que tem acompanhamento em tempo real. Hoje nós temos, na nossa página, as notas taquigráficas relatando, em tempo real, todo o debate que está aqui sendo realizado.

Isso é muito importante. Quero registrar aqui o gesto da nossa equipe de Taquigrafia da Câmara, que disponibilizou à sociedade essa nova oportunidade de acesso e acompanhamento da sociedade com relação a tudo aquilo que ocorre no dia a dia da Comissão.

O último orador inscrito é o Deputado Augusto Coutinho. Depois vamos encaminhar.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como integrante que sou da bancada de Oposição nesta Casa, eu venho novamente reiterar o que tem sido muito discutido aqui: a questão que temos visto do desrespeito que o Governo Federal tem para com esta Casa, para com seus Parlamentares.

É lamentável assistirmos isso a cada ano, a cada Orçamento que se passa, muito mais agora, diante da postura – e isso aqui foi muito bem relatado pelo Deputado Felipe Maia – da Ministra Ideli Salvatti para com as emendas orçamentárias deste ano.

É importante registrar, Sr. Presidente, e a imprensa tem, inclusive, noticiado isso, que um dos graves e sérios problemas do Governo Federal é a execução do Orçamento. A Presidente da República inclusive tem se posicionado, mandando os seus Ministros apertarem o acelerador e gastar.

Mas, Sr. Presidente, eu pediria silêncio aqui, senão perdemos a concentração.

Então, a Presidente da República tem se posicionado.

Eu estava acompanhando, no ano de 2012, o que já foi executado do Orçamento previsto pelo Governo Federal. Nós já estamos, a bem dizer, na metade do ano, e se pegarmos os três principais Ministérios res-

ponsáveis pelo investimento no País – Ministério dos Transportes, Ministério da Integração e Ministério das Cidades –, observamos que, nesse período, investiram apenas 14,9%. Vejam bem, Srs. Deputados e Srs. Senadores: com 6 meses de vigência do Orçamento de 2012, o Governo Federal foi capaz de gastar apenas 14,9%.

Vejamos o mesmo período do ano anterior, com um desempenho, inclusive, pífio, em que o Governo Federal não conseguiu fazer com que suas obras, principalmente as do PAC, saíssem do papel. No ano de 2011, que foi muito pouco produtivo, nesse mesmo período, Sr. Presidente, Srs. Senadores, nós tínhamos já a execução de 23,9%. De uma dotação orçamentária prevista de 33 bilhões em investimentos, o Governo Federal gastou, nesses 6 meses, apenas 4,9 bilhões.

Aí eu volto a um assunto que muito tem sido discutido nesta Casa – há pouco, assinei uma PEC de um companheiro Deputado que tratava desse assunto: é fundamental, Sr. Presidente, que nós que somos eleitos pelo povo brasileiro e representamos os seus Estados, que esta Casa tenha um Orçamento impositivo.

Se for necessário, baixemos o valor das emendas orçamentárias dos Srs. Deputados, mas é fundamental que elas sejam atendidas, porque nós aqui somos eleitos pelo povo do nosso Estado e sabemos as dificuldades por que passam os Municípios.

Inclusive, Sr. Presidente, isso acabará com aquilo a que assistimos hoje, que é exatamente a inversão completa do pacto federativo, quando se concentram todos os poderes nas mãos do Governo Federal e fica quase nenhum poder nas mãos dos governadores e prefeitos. E os Srs. Prefeitos têm que vir aqui, com o pires na mão, e ter um alinhamento político com quem está no comando do País, para que consigam liberar as emendas orçamentárias, o que, muitas vezes, deixam um custo para que aconteça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Obrigado, Deputado.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO – Então, nós vimos aqui, Sr. Presidente...

Já usei 3 minutos do meu tempo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Já concluiu o seu tempo.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO – Já concluiu?

Então, só para concluir, Sr. Presidente, pedindo só mais um prazo a V.Exa., quero dizer que venho, aqui nesta Casa, reiterar a importância de termos um Orçamento impositivo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Não havendo nenhum orador inscrito, eu coloco as atas em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – Verificação, Presidente, verificação de votação nominal. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Vou pedir o apoio do nosso ilustre Relator.

Quem é que está pedindo verificação? *(Pausa.)* Duarte Nogueira.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – O Deputado Felipe Maia pede pelo Democratas e entra em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – Deputado Duarte Nogueira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – É o PSDB e o Democratas, não é?

(Não identificado) – Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Os Parlamentares que apoiam o pedido são os Deputados Duarte Nogueira, Augusto Coutinho, Felipe Maia. Precisamos do autor e de mais quatro Parlamentares.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – O autor e mais três.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Mais quatro Parlamentares.

(Não identificado) – São quatro no total.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – É 10%, Sr. Presidente: mais quatro.

(Não identificado) – Quatro no total.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senhores, eu vou me basear na orientação que recebi do Senado Federal para a composição de todos esses números: é um e mais quatro.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Um e mais três, Sr. Presidente. É10%.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senhores, a fração dá 3,1. Segundo a orientação que eu estou recebendo, corrige-se sempre para cima.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Quatro, mas o autor faz parte.

(*Intervenção fora do microfone*. *Ininteligível.)*

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Não, o autor é um dos quatro. Sr. Presidente, em qualquer Comissão da Casa, o autor faz parte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senhores, podem encaminhar, por gentileza, a ... Eu vou encaminhar a votação nominal. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Sr. Presidente, questão de ordem, para dirimir essa dúvida.

Começou a Ordem do Dia do Senado, consequentemente...

(*Intervenção fora do microfone*. *Ininteligível.)*

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Não, mas abriu novamente.

(Não identificado) – Ela fechou de novo.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Abriu novamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Tudo bem. A hora em que estiver aberta a Ordem do Dia da Câmara e do Senado, nós vamos paralisar.

O SR. SENADOR WELLINGTON DIAS – Sr. Presidente, a Ordem do Dia do Senado já foi encerrada.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Mas abriu novamente.

O SR. SENADOR WELLINGTON DIAS – *(Riso.)* Questão de ordem para a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senhores, o art. 136 da Resolução nº 1, de 2006, exige que sejam quatro apoiadores mais o requerente; 10% de 31, corrige-se para cima.

Vou me basear na regra que tem sido utilizada dentro da Casa.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Sr. Presidente, nós temos cinco.

Agora, é inovadora essa interpretação. Eu vou me aprofundar nisso, porque em qualquer Comissão da Casa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Solicito que V.Exas. indiquem quem são os Deputados.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – A Deputada Professora Dorinha, o Deputado Augusto Coutinho...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado.

Vamos proceder à votação.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – Sr. Presidente, o PSDB em obstrução.

O SR. SENADOR CLÉSIO ANDRADE – Sr. Presidente, poderia prosseguir a votação? Sr. Presidente, podia...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Quem está falando? Senador Clésio Andrade.

O SR. SENADOR CLÉSIO ANDRADE – O Senado já encerrou a sessão. Não tem sessão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Agradeço a V.Exa.

O SR. SENADOR CLÉSIO ANDRADE – Poderia proceder à votação no Senado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – A verificação é da Câmara, Senador.

(Não identificado) – É da Câmara.

O SR. SENADOR CLÉSIO ANDRADE – Não, a verificação é um mais três, e eles não têm.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Não, já apresentaram. Vamos lá.

O SR. SENADOR CLÉSIO ANDRADE – O.k.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Sr. Presidente, já posso começar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Fique à vontade.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Fazemos a chamada. Pelo PT.

Deputado João Paulo Lima. "Sim" ou "não"? *(Pausa.)*

"Sim", aprovando as atas.

Deputado Josias Gomes. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES – "Sim".

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – "Sim".

Deputado Paulo Pimenta. *(Pausa.)* Não conta. O Presidente não conta.

Deputado Waldenor Pereira.

O SR. DEPUTADO WALDENOR PEREIRA – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – "Sim".

Deputado Zeca Dirceu.

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – "Sim".

PMDB.

Deputado Aníbal Gomes. *(Pausa.)*

Deputado Edio Lopes.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – "Sim".

Deputado Eliseu Padilha. *(Pausa.)*

Deputado Leandro Vilela.

O SR. DEPUTADO LEANDRO VILELA – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Deputado Lucio Vieira Lima. *(Pausa.)*

Deputado Mauro Lopes. *(Pausa.)* Ausente

PSDB.

Deputado Duarte Nogueira.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – PSDB em obstrução, Presidente.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Deputado Reinaldo Azambuja.

O SR. DEPUTADO REINALDO AZAMBUJA – PSDB está em obstrução.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – O Parlamentar que...

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – É "sim" ou "não", não é?

(*Intervenção fora do microfone*. *Ininteligível.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Os Parlamentares que contam para o apoiamento...

(Não identificado) – É porque está em votação, não é mais orientação de voto.

(Não identificado) – Pode ser abstenção, não é? *(Pausa.)* Não?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Pode ser abstenção... Pode ser obstrução, mas conta para o *quorum*.

(Não identificado) – Pode ser abstenção.

(*Intervenção fora do microfone*. *Ininteligível.)*

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Não, Sr. Presidente, espera aí, espera aí...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Conclua a votação, conclua a votação!

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – O Deputado que entrou em obstrução é obrigado a votar; não a bancada nem os quatro,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Perfeito.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – ... apenas quem pediu obstrução, ou seja, eu, o Deputado Duarte Nogueira...

(Não identificado) – A bancada que acompanha a Mesa é obrigada a votar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senhores, nós estamos em regime de votação, e vamos concluir a votação.

Senador...

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Deputado Duarte Nogueira.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – Obstrução, Presidente.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Deputado Reinaldo Azambuja.

O SR. DEPUTADO REINALDO AZAMBUJA – Obstrução.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Deputado Wandenkolk Gonçalves. *(Pausa.)*

PP.

Deputado João Leão. *(Pausa.)* "Sim", não é?

Deputado Renato Molling. *(Pausa.)*

Deputada Cida Borghetti. *(Pausa.)*

DEM.

Deputado Augusto Coutinho.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO – Obstrução, Sr. Presidente.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Deputado Felipe Maia.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Obstrução.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE – Obstrução.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Do PR.

Deputado João Maia.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAIA – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Deputado Luciano Castro. *(Pausa.)*

PSB.

Deputados Paulo Foletto *(Pausa.)*

Deputado Laurez Moreira. *(Pausa.)* Ausentes.

PDT.

Deputado Giovanni Queiroz. *(Pausa.)*

Deputado Paulo Rubem Santiago. *(Pausa.)* Ausentes

Bloco PV/PPS.

Deputado Arnaldo Jardim .*(Pausa.)*

Deputado Paulo Wagner.

O SR. DEPUTADO PAULO WAGNER – "Sim", Sr. Presidente

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – PTB.

Deputado Arnon Bezerra. *(Pausa.)*

PSC.

Deputado Ratinho Junior. *(Pausa.)*

PCdoB.

Deputado Osmar Júnior. *(Pausa.)*

PMN.

Agora, vamos chamar os Suplentes.

Deputado Cláudio Puty. *(Pausa.)*

Deputado Leonardo Monteiro. *(Pausa.)*

Deputado Assis Carvalho. *(Pausa.)*

Deputado Vander Loubet . *(Pausa.)*

Deputado Vanderlei Siraque.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI SIRAQUE – "Sim".

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Completou.

PMDB.

Deputado Celso Maldaner. *(Pausa.)*

Deputado Joaquim Beltrão.

O SR. DEPUTADO JOAQUIM BELTRÃO – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – "Sim".

Deputado Hugo Motta. *(Pausa.)*

Deputado Osmar Serraglio.

O SR. DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – PSDB.

Deputado Carlos Alberto Leréia. *(Pausa.)*

Deputado Marcus Pestana.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA – Obstrução, Sr. Presidente.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – PP.

Deputado Roberto Balestra. *(Pausa.)*

Deputado Toninho Pinheiro. *(Pausa.)*

Deputado Waldir Maranhão.

O SR. DEPUTADO WALDIR MARANHÃO – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Deputado Waldir Maranhão, "sim".

DEM.

Deputado Eli Correa Filho. *(Pausa.)*

Deputado Lira Maia. *(Pausa.)* Ausentes.

Deputado Luiz Carlos Setim.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS SETIM – Obstrução, Sr. Presidente.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – PR.

Deputado Giacobo. *(Pausa.)*

Deputado Jaime Martins. *(Pausa.)*

PSB.

Deputada Sandra Rosado. *(Pausa.)*

Deputado Antonio Balhmann. *(Pausa.)*

PDT.

Deputado Felix Mendonça Júnior.

O SR. DEPUTADO CELSO MALDANER – Deputado Celso Maldaner está presente.

O SR. DEPUTADO FELIX MENDONÇA JÚNIOR – "Sim". Deputado Felix Mendonça Júnior, "sim".

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – "Sim", não é? Felix Mendonça.

Deputado Marcos Rogério.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – "Sim".

Bloco PV/PPS.

Deputado Roberto de Lucena. *(Pausa.)*

Deputada Stepan Nercessian. *(Pausa.)*

PTB.

Deputado Antonio Brito. *(Pausa.)*

PSC.

Deputado Leonardo Gadelha. *(Pausa.)*

PCdoB.

Deputada Manuela d'Ávila. *(Pausa.)*

Alguém deixou de ser chamado?

O SR. DEPUTADO CELSO MALDANER – Celso Maldaner vota "sim".

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO – Luciano Castro, Sr. Presidente, vota "sim".

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Luciano Castro, "sim"?

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO – Deputado Luciano Castro, "sim".

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Agora faltou o Celso Maldaner. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO CELSO MALDANER – Vota "sim".

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALARES – "Sim". O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Algum Parlamentar não exerceu o direito de voto? *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO LAUREZ MOREIRA – Deputado Laurez Moreira, "sim".

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Deputado Laurez Moreira, "sim"?

O SR. DEPUTADO LAUREZ MOREIRA – "Sim",

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Algum outro Parlamentar? *(Pausa.)*

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Deputado Giovanni Queiroz? *(Pausa.)* Não conta, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – O.k. Quanto deu?

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Vamos, então, fazer a contagem. *(Pausa.)*

(Não identificado) – Se faltar número eu estou aqui, Presidente.

(Não identificado) – Não é para votar, não? Pode votar? Sou membro titular.

(Não identificado) – Presidente, há mais um voto, aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Encerramos a votação. Tivemos 18 votos "sim", 3 votos... Tivemos 18 votos "sim" e tivemos 5 abstenções.

Portanto, temos *quorum*.

Está aprovado.

Representação do Senado.

Os Srs. Senadores que aprovam as atas permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Seguimos adiante.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – O pedido de votação nominal foi às 16h30min.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Às 16h44min.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Às 16h44min terminou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – No momento em que foi proclamado o resultado.

Passo adiante.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Mas conta o momento do pedido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – O momento em que foi proclamado o resultado, 16h44min.

Conforme decidido na 4ª reunião ordinária, realizada em 17 de abril, fica dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião. Informo ainda que a lista com os expedientes será enviada através do correio eletrônico aos gabinetes dos membros e às Lideranças partidárias desta Comissão.

Requerimento para inversão da ordem da pauta.

Requerimento para inversão de pauta, no sentido de apreciar inicialmente o relatório preliminar, com emendas, apresentado ao Projeto de Lei nº 3, de 2012, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2013.

Autor do requerimento: Senador Antônio Carlos Valadares.

O Requerimento está em discussão.

Não havendo quem queira...

(Não identificado) – Não, quero discutir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – O requerimento está em discussão.

(Não identificado) – Eu só não tenho o requerimento em mãos, ainda, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Como?

(Não identificado) – O requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – O requerimento é de inversão de pauta.

(Não identificado) – Ah, de inversão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, a discussão está encerrada.

O requerimento está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – Presidente, eu quero orientar o voto.

(Não identificado) – É uma inversão de pauta.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – Eu quero orientar o voto.

(Não identificado) – As bancadas querem indicar...

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – Para orientar o voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – V.Exa. tem 1 minuto.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – Sr. Presidente, eu quero orientar o voto contrário à inversão da pauta, tendo em vista que, obviamente, nós nos encontramos em obstrução. Mas eu queria aproveitar esse meu minuto para, além de orientar o voto "não" à bancada o PSDB, pedir que V.Exa. confirmasse uma informação que me chega, de que o Presidente Marco Maia acaba de abrir a Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados. Portanto, todas as deliberações nesta Comissão e em todas as outras ficam prejudicadas, do ponto de vista regimental, passíveis de anulação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Vou pedir à assessoria que busque essa informação.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – A luzinha está piscando na mesa, aí, Presidente.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – O Requerimento está em processo de votação, Sr. Presidente. Conclua a votação.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – A luzinha está piscando.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Está em processo de votação.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – A deliberação vai ser anulada.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Como o requerimento está em processo de votação, a deliberação não é anulada. Está em processo de votação.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – Não foi votado, nós estamos orientando o voto. O PSDB orientou "não", a matéria ainda não foi votada. Se ela for votada vai ser anulada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – A discussão foi encerrada, o requerimento está em votação. Nós, confirmando o início da Ordem do Dia – se alguém da assessoria puder confirmar aqui essa informação –, nós precisamos suspender. *(Pausa.)*

A reunião está suspensa e será retomada hoje, a partir das 18 horas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Itens constantes da Pauta nº 12 de 2012.

Em face do início da Ordem do Dia no plenário, suspendo a presente reunião. Antes, convoco continuação desta reunião ordinária para hoje, após o término da Ordem do Dia nos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Com a palavra o Deputado Duarte Nogueira.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma consulta a V.Exa., que zela, neste instante, pelo Regimento.

Por causa da realização da Ordem do Dia no plenário, ficamos impossibilitados de deliberar qualquer matéria na Comissão de Orçamentos, mas eu consulto se V.Exa., independentemente do horário de término da Ordem do Dia no plenário, pretende reabrir os trabalhos ainda no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Pretendo reabrir os trabalhos e, evidentemente, vamos analisar no momento adequado à existência do *quorum* necessário. Eu irei abrir a reunião tão logo ocorra a conclusão dos trabalhos no plenário.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – O.k. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – A reunião está suspensa.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Declaro reiniciada a 7ª Reunião Ordinária da Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes na Pauta nº 12, de 2012.

Nós suspendemos a reunião num momento em que havíamos concluído a discussão do requerimento para a inversão da pauta, e o Coordenador da bancada do PSDB pedia a palavra para a orientação do voto da sua bancada. Portanto, nós teremos o encaminhamento dessa questão.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Tem a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – Segundo a nossa Resolução nº 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, no seu art. 134, para a abertura ou a reabertura dos trabalhos, nós precisamos do *quorum* mínimo de um sexto em cada Casa, o que implica, portanto, a presença de seis Deputados, no mínimo, e de dois Senadores, no mínimo.

Nós não temos esse número de congressistas em plenário. Portanto, a sessão não pode ser reaberta e deve ser encerrada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Seis Deputados nós temos.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – Dois Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – O Senador Armando Monteiro, por si só, representa não só o Estado de Pernambuco, mas boa parte do Nordeste. *(Risos.)* Eu acho que nós poderíamos considerar que o Senador Armando Monteiro...

Senador, resolve essa questão regimental?

(Não identificado) – Na qualidade e valor pessoal eu concordo com V.Exa., mas numericamente, infelizmente, não. De acordo com a resolução, essa reunião não pode ter prosseguimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Perfeitamente.

A palavra está à disposição dos senhores.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – Sr. Presidente, V.Exa. precisa encerrar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Não havendo...

O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES – Sr. Presidente, eu queria dizer da importância de nós...

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – Presidente, não cabe, Presidente.

O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES – ... dada que esta é uma reunião de deliberação...

Eu estou com a palavra, colega!

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – Está descumprindo o Regimento, Presidente. Questão de ordem. O Regimento está sendo descumprido.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Eu vou encerrar. Eu vou considerar *quorum* insuficiente para a Ordem do Dia. Não vou retomar a Ordem do Dia por insuficiência, mas, por uma questão de relação legislativa cordial, a palavra vai ser garantida ao Deputado Josias.

(Não identificado) – Não. Eu acho que V.Exa. encerra a sessão, para que não reste dúvida e depois passa a palavra...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Não. Eu não vou colocar, Deputado.

(Não identificado) – Nós, cordialmente, ficaremos para ouvir o nobre colega.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – O senhor pode ter a tranquilidade de que eu não colocarei. O que eu disse aqui eu não vou voltar atrás.

Não havendo mais interesse por parte do Deputado Josias em fazer uso da palavra, vou cancelar a reunião de amanhã, marcada para as 10 horas, e convocar uma nova reunião para a próxima terça-feira, dia 19, às 14 horas e 30 minutos, e reunião dos Líderes para terça-feira, às 14 horas.

Está cancelada também a reunião que ocorreria hoje às 18 horas.

Está encerrada a sessão.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

FOLHA DE VOTAÇÃO NOMINAL

Atualizado em 24/05/2012

Verificação de votação ocorrida na 7ª Reunião Ordinária, realizada em 13/06/2012, às 16h44

Matéria: Obras: 3.ª a 6.ª RAP em 24/25/4, 15/5, 22/5; e 29 e 30/5/2012
2.ª e 3.ª RAP em 8/5 e 6/5/2012; 1.ª Rex. em 9/5/2012; 2.ª Rex. em 23/5/2012; 1.ª RCAP em 5/6/2012.

DEPUTADOS

TITULARES

PARTIDO	PARLAMENTAR	SIM	NÃO	ABST
PT	JOÃO PAULO LIMA - PE	X		
	JOSIAS GOMES - BA	X		
	PAULO PIMENTA – RS			
	WALDENOR PEREIRA - BA	X		
	ZECA DIRCEU – PR	X		
PMDB	ANÍBAL GOMES - CE			
	EDIO LOPES (2) - RR	X		
	ELISEU PADILHA - RS			
	LEANDRO VILELA - GO	X		
	LUCIO VIEIRA LIMA			
	MAURO LOPES - MG			
PSDB	DUARTE NOGUEIRA – SP		X	
	REINALDO AZAMBUJA – MS		X	
	WANDENKOLK GONÇALVES – PA			

(1) Designação feita nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN (Rodízio)
(2) Vaga cedida pelo PMN ao PMDB, conforme Ofício nº 296/2012/SGM/P, de 13/03/2012

SUPLENTES

PARTIDO	PARLAMENTAR	SIM	NÃO	ABST
PT	1. CLÁUDIO PUTY – PA			
	2. LEONARDO MONTEIRO – MG			
	3. ASSIS CARVALHO			
	4. VANDER LOUBET – MS			
	5. VANDERLEI SIRAQUE – SP	X		
PMDB	1. CELSO MALDANER (2)	X		
	2. JOAQUIM BELTRÃO	X		
	3. HUGO MOTTA			
	4. OSMAR SERRAGLIO - PR	X		
	5.			
	6.			
PSDB	1. CARLOS ALBERTO LERÉIA – GO			
	2. MARCUS PESTANA			
	3.			X

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

DEPUTADOS

Verificação de votação ocorrida na 7ª Reunião Ordinária, realizada em 13/06/2012

Matéria: _____

TITULARES

PARTIDO	PARLAMENTAR	SIM	NÃO	ABST
PP	JOÃO LEÃO – BA	X		
	RENATO MOLLING – RS			
	CIDA BORGHETTI - PR			
DEM	AUGUSTO COUTINHO – PE		X	
	FELIPE MAIA – RN		X	
	PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE – TO		X	
PR	JOÃO MAIA – RN	X		
	LUCIANO CASTRO – RR	X		
PSB	PAULO FOLETTO – ES			
	LAUREZ MOREIRA – TO	X		
PDT	GIOVANNI QUEIROZ – PA			
	PAULO RUBEM SANTIAGO - PE			

(1) Designação feita nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN (Rodízio)
(2) Vaga cedida pelo PMN ao PMDB, conforme Ofício nº 296/2012/SGM/P, de 13/03/2012

SUPLENTES

PARTIDO	PARLAMENTAR	SIM	NÃO	ABST
PP	1. ROBERTO BALESTRA – GO			
	2. TONINHO PINHEIRO – MG			
	3. WALDIR MARANHÃO – MA	X		
DEM	1. ELI CORREA FILHO – SP			
	2. LIRA MAIA – PA			
	3. LUIZ CARLOS SETIM - PR			X
PR	1. GIACOBO – PR			
	2. JAIME MARTINS – MG			
PSB	1. SANDRA ROSADO – RN			
	2. ANTONIO BALHMANN - CE			
PDT	1. FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR – BA	X		
	2. MARCOS ROGÉRIO - RO	X		

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

DEPUTADOS

Verificação de votação ocorrida na 7ª Reunião Ordinária, realizada em 13/06/2012

Matéria: _____

TITULARES

PARTIDO	PARLAMENTAR	SIM	NÃO	ABST
Bloco (PV/PPS)	ARNALDO JARDIM – PPS/SP			
	PAULO WAGNER – PV/RN	X		
PTB	ARNON BEZERRA – CE			
PSC	RATINHO JUNIOR – PR			
PCdoB	OSMAR JÚNIOR – PI			
PMN (1)	VAGA CEDIDA AO PMDB			

(1) Designação feita nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN (Rodízio)
(2) Vaga cedida pelo PMN ao PMDB, conforme Ofício nº 296/2012/SGM/P, de 13/03/2012

SUPLENTES

PARTIDO	PARLAMENTAR	SIM	NÃO	ABST
Bloco (PV/PPS)	1. ROBERTO DE LUCENA – PV/SP			
	2. STEPAN NERCESSIAN – PPS/RJ			
PTB	1. ANTONIO BRITO – BA			
PSC	1. LEONARDO GADELHA - PB			
PCdoB	1. MANUELA D'ÁVILA - RS			
PMN (1)	1. VAGA CEDIDA AO PMDB			

RESULTADO DA APURAÇÃO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS	
Votos SIM:	18
Votos NÃO:	3
Abstenções:	
Total Votantes:	

Senador Antônio Carlos Valadares.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

SENADORES

Verificação de votação ocorrida na 7ª Reunião Ordinária, realizada em 13/06/2012

Matéria: _____

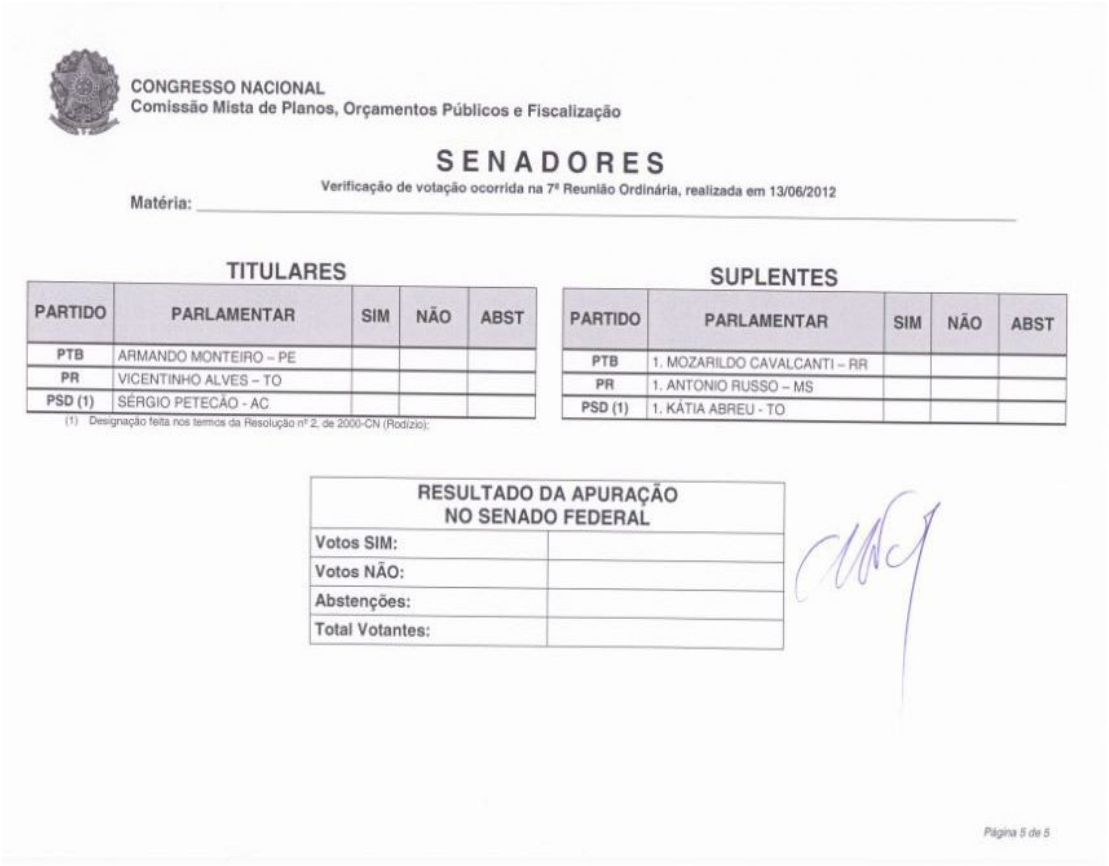
TITULARES

PARTIDO	PARLAMENTAR	SIM	NÃO	ABST
Bloco Apoio ao Governo (PT/PDT/ PSB/PCdoB/ PRB	WELLINGTON DIAS – PT/PI			
	ANTONIO CARLOS VALADARES – PSB/SE			
	PAULO PAIM – PT/RS			
Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/ PSC)	ROMERO JUCÁ – PMDB/RR			
	BENEDITO DE LIRA – PP/AL			
	CLÉSIO ANDRADE – PMDB/MG			
Bloco da Minoria (PSDB/DEM)	CÁSSIO CUNHA LIMA – PSDB/PB			
	FLEXA RIBEIRO – PSDB/PA			

(1) Designação feita nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN (Rodízio)

SUPLENTES

PARTIDO	PARLAMENTAR	SIM	NÃO	ABST
Bloco Apoio ao Governo (PT/PDT/ PSB/PCdoB/ PRB	1. VANESSA GRAZZIOTIN – PcdoB/AM			
	2. ANGELA PORTELA – PT/RR			
	3.			
Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/ PSC)	1.			
	2. SÉRGIO SOUZA – PMDB/PR			
	3.			
Bloco da Minoria (PSDB/DEM)	1.			
	2.			



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

SENADORES

Verificação de votação ocorrida na 7ª Reunião Ordinária, realizada em 13/06/2012

Matéria: _____

TITULARES

PARTIDO	PARLAMENTAR	SIM	NÃO	ABST
PTB	ARMANDO MONTEIRO – PE			
PR	VICENTINHO ALVES – TO			
PSD (1)	SÉRGIO PETECÃO - AC			

(1) Designação feita nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN (Rodízio).

SUPLENTES

PARTIDO	PARLAMENTAR	SIM	NÃO	ABST
PTB	1. MOZARILDO CAVALCANTI – RR			
PR	1. ANTONIO RUSSO – MS			
PSD (1)	1. KÁTIA ABREU - TO			

RESULTADO DA APURAÇÃO NO SENADO FEDERAL	
Votos SIM:	
Votos NÃO:	
Abstenções:	
Total Votantes:	

Página 5 de 5

ATA DA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 54ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 2012.

Aos dezenove dias do mês de junho de dois mil e doze, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 02 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar a pauta de número 13. Verificou-se a presença dos seguintes parlamentares: Senadores Titulares: Antonio Carlos Valadares, Paulo Paim e Vicentinho Alves – Senador Suplente: Mozarildo Cavalcanti; – Deputados Titulares: Augusto Coutinho, Edio Lopes, Felipe Maia, Giovanni Queiroz, João Maia, Leandro Vilela, Osmar Júnior, Paulo Pimenta, Paulo Wagner, Professora Dorinha Seabra Rezende , Reinaldo Azambuja, Renato Molling, Waldenor Pereira, Wandenkolk Gonçalves e Zeca Dirceu – Deputados Suplentes: Antonio Brito, Luiz Carlos Setim, Marcos Rogério, Osmar Serraglio, Toninho Pinheiro, Vanderlei Siraque e Waldir Maranhão. Deixaram de comparecer os Deputados Aníbal Gomes, Arnaldo Jardim, Arnon Bezerra, Cida Borghetti, Duarte Nogueira, Eliseu Padilha, João Leão, João Paulo Lima, Josias Gomes, Laurez Moreira, Luciano Castro, Lucio Vieira Lima, Mauro Lopes, Paulo Foletto, Paulo Rubem Santiago e Ratinho Junior; bem como os Senadores Armando Monteiro, Benedito de Lira, Cássio Cunha Lima, Clésio Andrade, Flexa Ribeiro, Romero Jucá, Sérgio Petecão e Wellington Dias. **ABERTURA:** às quinze horas e dois minutos, havendo número regimental, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, informando não haver *quorum* para deliberação na representação do Senado Federal. O Deputado Felipe Maia, alegando não haver número suficiente de senadores no recinto para continuação da reunião, solicitou seu encerramento. Antes do encerramento da reunião, porém, os Deputados Zeca Dirceu e João Maia fizeram uso da palavra para manifestar opinião sobre a atitude da oposição quanto à presença dos parlamentares na CMO. **ENCERRAMENTO**: às quinze horas e nove minutos, o Presidente declarou a reunião encerrada. Antes, porém, convocou reuniões extraordinárias para esta data, às 18 e 20 horas; dia 20 de junho, quarta-feira, às 14h30min e 18 horas; e dia 21 de junho, quinta-feira, às 10 horas. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram

gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. – Deputado **PAULO PIMENTA**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senhoras e senhores, há número regimental para abertura dos trabalhos.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Declaro iniciada a 8ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 13, de 2012.

Em virtude da inexistência de *quorum* para deliberação na representação do Senado, não temos como dar prosseguimento a esta reunião.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – É isso, Sr. Presidente. Eu queria fazer uma questão de ordem baseada no art. 134 do Regimento Comum e na Resolução nº 01, que determina que existe a necessidade mínima, para se iniciarem os trabalhos, de um sexto das composições. Infelizmente – ou felizmente –, nós não temos a composição nesta...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Nós temos; um sexto nós temos.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Não temos presente um sexto. Temos um Senador, deveríamos ter dois. Só há o Senador Antônio Carlos Valadares, o que não compõe o *quorum* mínimo. Por essa razão, solicito a V.Exa. que encerre os trabalhos desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Só um minutinho, Sr. Parlamentar.

Qual é o *quorum* de Senadores que nós temos neste momento? Assinado.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Sr. Presidente, a Resolução nº 01 diz:

"Art. 134. Os trabalhos da CMO somente serão iniciados com a presença mínima" – presença – *"de 1/6 (um sexto) de sua composição em cada Casa".*

Nós temos a presença do Senador Antônio Carlos Valadares; nós não temos a presença de outro Senador. Ou seja, nós não temos presença para iniciar os trabalhos desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado João Maia.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAIA – Sr. Presidente, eu queria falar para esta Comissão, falar para a Casa, falar para o Deputado Felipe Maia, meu conterrâneo, que está fazendo seu papel de oposição, legítimo...

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Sr. Presidente, eu peço desculpas ao Deputado João Maia, mas peço a V.Exa. que encerre a sessão. Nós não podemos ficar dando prazo para que a base mobilize seus integrantes e componha...

O SR. DEPUTADO JOÃO MAIA – Deputado Felipe Maia, deixe-me terminar de falar, homem. V.Exa. fala tanto!

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Eu terei o maior respeito a V.Exa. Eu só peço ao Presidente que encerre os trabalhos desta sessão. Nós não podemos ficar aqui aguardando que a base se mobilize para trazer outro Senador para a Comissão, Sr. Presidente. Por favor, vamos ter respeito pela Resolução.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado, eu só vou ouvir o Deputado João Maia, porque S.Exa. tem direito a contradizer a sua interpretação.

Deputado João Maia.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAIA – Não, eu quero mais do que contradizê-lo; eu quero fazer um apelo ao Deputado Felipe Maia, ao PSDB, à Oposição. Quero dizer o seguinte: nós precisamos votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Ela é fundamental. Deputado Felipe, estou dizendo o seguinte: essa questão da presença física... Deputado Felipe, essa questão da presença física é muito questionável. Se o Senador vem aqui e assina e ele não está presente porque saiu para o banheiro, cai a sessão? É isso? Então, eu acho que devíamos ter um pouco de compreensão com essa questão.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Para contraditar, Sr. Presidente. Deixe-me ler para o Deputado João Maia o parágrafo único do art. 134, que eu acho que não li.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Um momento, Deputado.

Com a palavra o Deputado Zeca Dirceu.

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU – Sr. Presidente, não há aqui nenhum Senador da Oposição que tenha autoridade regimental para pedir verificação de *quorum*. Então, é improcedente o pedido feito pelo Deputado.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Eu não estou pedindo verificação de *quorum*; eu estou fazendo uma questão de ordem, Sr. Presidente. E peço a V.Exa. que encerre a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado Felipe Maia, eu quero garantir-lhe o seguinte: o Regimento dispõe que se às 15 horas não houver *quorum,* a sessão não pode ser instalada. Se prevalecer a interpretação de V.Exa., podem chegar dez Senadores aqui que o que vai valer é a situação das 15 horas.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Então, que fique deliberado que nós não temos *quorum*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Eu só estou entendendo aqui exatamente essa interpretação do presente.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Eu quero fazer uso da palavra, Sr. Presidente, só para ler o parágrafo único ao Deputado João Maia. Infelizmente, o Deputado João Maia não estava na nossa reunião de coordenadores e, talvez, não saiba o contexto exato da minha postura na tarde de hoje. O Deputado João Maia, talvez, não esteja ciente dos acontecimentos dessa última semana. E é importante que S.Exa. tenha conhecimento, porque, como meu conterrâneo e, ainda mais, primo, pode, quem sabe, ajudar os partidos da Oposição a não serem classificados como partidos de classe B, partidos de outra categoria ou, quem sabe, pode salvar a Presidente da República de cometer um crime de responsabilidade fiscal, de ser enquadrada no art. 85 da Constituição Federal, que determina que é crime de responsabilidade um Presidente...

Vou ler o art. 85: "*São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra*: *(...) VI – a lei orçamentária.*"

Deputado João Maia, na manhã de hoje chegou ao meu conhecimento que foram empenhadas diversas emendas. Por exemplo, o partido de V.Exa., qual seja, o PR, na semana passada, havia empenhado 5.294 reais. Hoje estão empenhados 4 milhões de reais. De 5 mil para 4 milhões de reais. Vamos ver quanto o PT havia empenhado na semana passada, até o dia 8. Havia empenhado 311.900 mil reais, e hoje são 4.887 milhões. Isso caracteriza um desrespeito à Lei Orçamentária e um desrespeito aos partidos da Oposição.

Deputado João Maia, eu respeito o apelo de V.Exa., mas não tenho como mudar a postura dos partidos de oposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Obrigado, Deputado Felipe Maia.

Nós vamos suspender a reunião...

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Encerrar, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAIA – Sr. Presidente, a afirmação que está sendo feita pelo Deputado não tem como ser atestada. Às 15 horas, os Deputados assinaram, e não há como precisar se eles estavam aqui às 15h01min ou não. Eles podem ter saído e retornado, como acabou de fazer o Senador Paim.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Questão vencida, Sr. Presidente. V.Exa. já decidiu essa questão. Matéria vencida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Já está marcada uma reunião para as 18 horas. Impreterivelmente, às 18 horas nós iremos abrir a reunião. Já temos outra reunião marcada para as 20 horas. Temos reunião amanhã marcada às 14 horas, às 18 horas e às 20 horas. Espero contar com a presença de todos os senhores e senhoras, impreterivelmente, às 18 horas, para que nós possamos votar o relatório da LDO e as MPs nºs 566 e 569.

Muito obrigado a todos pela presença.

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 54ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NOS DIAS 19 E 20 DE JUNHO DE 2012.

Aos dezenove e vinte dias do mês de junho do ano de dois mil e doze, reuniu-se extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 2 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta nº 13. Nesse período, foi registrado o comparecimento dos seguintes parlamentares: – Deputados Titulares: Arnon Bezerra, Augusto Coutinho, Duarte Nogueira, Edio Lopes, Eliseu Padilha, Felipe Maia, Giovanni Queiroz, João Maia, Josias Gomes, Leandro Vilela, Luciano Castro, Mauro Lopes, Osmar Júnior, Paulo Pimenta, Paulo Wagner, Professora Dorinha Seabra Rezende, Reinaldo Azambuja, Renato Molling, Waldenor Pereira e Zeca Dirceu; – Senadores Titulares: Antonio Carlos Valadares, Paulo Paim, Romero Jucá, Sérgio Petecão, Vicentinho Alves e Wellington Dias; – Deputados Suplentes: Antonio Balhmann, Antonio Brito, Félix Mendonça Júnior, Hugo Motta, Joaquim Beltrão, Luiz Carlos Setim, Marcos Rogério, Marcus Pestana, Roberto de Lucena, Toninho Pinheiro, Vanderlei Siraque e Waldir Maranhão. Deixaram de comparecer os Deputados Aníbal Gomes, Arnaldo Jardim, Cida Borghetti, João Leão, João Paulo Lima, Laurez Moreira, Lucio Vieira Lima, Paulo Foletto, Paulo Rubem Santiago, Ratinho Junior e Wandenkolk Gonçalves, bem como os Senadores Armando Monteiro, Benedito de Lira, Cássio Cunha Lima, Clésio Andrade e Flexa Ribeiro. **ABERTURA:** às dezoito horas e trinta e quatro minutos, havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006-CN,* o Presidente, Deputado Paulo Pimenta (PT/RS), declarou iniciados os trabalhos, suspendendo-os imediatamente em virtude de realização da Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados. Assim, convocou a continuação da reunião para após o encerramento da Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados. Às dezenove horas e treze minutos, havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006,* alterada pela *Resolução nº 3, de 2008*, *ambas do Congresso Nacional,* o Presidente declarou os trabalhos reiniciados. **AVISOS:** o Presidente informou que a designação dos membros de todos os Comitês Permanentes havia sido concluída, incluindo-se aí os Co-

ordenadores. A composição anunciada foi a seguinte: I – COMITÊ DE AVALIAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – CFIS, Coordenador: Senador Sérgio Souza (PMDB/PR); Deputados Membros: João Paulo Lima (PT-PE), Celso Maldaner (PMDB-SC), Reinaldo Azambuja (PSDB-MS), Paulo Rubem Santiago (PDT-PE), Antônio Brito (PTB-BA), Paulo Wagner (PV-RN) e Osmar Júnior (PCdoB-PI). Senadores Membros: Armando Monteiro (PTB-PE), Sérgio Souza (PMDB-PR) e Paulo Paim (PT-RS). Relator Geral da Proposta Orçamentária para 2013: Senador Romero Jucá (PMDB-RR). Relatores Setoriais da Proposta Orçamentária para 2013: Senador Clésio Andrade (PMDB-MG), Área I – Infra-estrutura; Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Área II – Saúde; Senador Wellington Dias (PT-PI), área III – Integração Nacional e Meio Ambiente; Deputado Waldenor Pereira (PT-BA), Área IV-Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte; Deputado Eliseu Padilha (PMDB-RS), Área V-Planejamento e Desenvolvimento Urbano; Deputada Cida Borghetti (PP-PR), Área VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo; Deputado Augusto Coutinho (DEM-PE), Área VII– Justiça e Defesa; Deputado Luciano Castro (PR-RR), Área VIII -Poderes do Estado e Representação; Deputado Wandenkolk Gonçalves (PSDB-PA), Área IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário; Senador Armando Monteiro (PTB-PE), Área X -Trabalho, Previdência e Assistência Social. II – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA – CAR. Coordenador: Deputado CLÁUDIO PUTY (PT-PA). Deputados Membros: Cláudio Puty (PT-PA), Osmar Serraglio (PMDB-PR), Duarte Nogueira (PSDB-SP), Renato Molling (PP-RS), Luiz Carlos Setim (DEM-PR), Giacobo (PR-PR) e Paulo Foletto (PSB-ES). Senadores Membros: Clésio Andrade (PMDB-MG), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Sérgio Petecão (PSD-AC). III – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES – COI, Coordenador: Deputado Mauro Lopes (PMDB/MG); Deputados Membros: Josias Gomes (PT-BA), Vanderlei Siraque (PT-SP), Mauro Lopes (PMDB-MG), Wandenkolk Gonçalves (PSDB-PA), Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO), Laurez Moreira (PSB-TO) e Félix Mendonça Júnior (PDT-BA). Senadores Membros: Vicentinho Alves (PR-TO) e Wellington Dias (PT-PI). IV – COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS – CAE, Coordenador: Deputado Marcus Pestana (PSDB-MG); Deputados Membros: Leonardo Monteiro (PT-MG), Édio Lopes (PMDB-RR), Marcus Pestana (PSDB-MG), Roberto Balestra (PP-GO), João Maia (PR-RN), Arnaldo Jardim (PPS-SP) e Leonardo Gadelha (PSC-PB). Senadores Membros: Vanessa Graziotin (PCdoB-AM), Benedito de Lira (PP-AL) e Cássio Cunha Lima (PSDB-PB). O Deputado Zeca Dirceu solicitou que houvesse a correção do nome do Deputado Édio Lopes, integrante do Comitê de Admissibilidade de Emendas, uma vez que o espelho de composição do referido Comitê trazia grafia incorreta. O Presidente, em outro aviso, informou que a CMO abrirá debate inédito com a sociedade sobre a Lei de Diretrizes Orçamentária para 2013, por meio do *e-Democracia*, o Portal oficial de interação da Câmara dos Deputados. O cidadão interessado nesse debate, especialista ou não, poderá trocar ideias e experiências, sugerir nova redação para o texto da lei, acessar conteúdos atualizados relacionados à LDO 2013, e tudo isso pode ser compartilhado com outras redes sociais, como *Facebook* e *Twitter*. O debate será acompanhado pelos membros da CMO e consultores da área que considerarão as contribuições em seus trabalhos legislativos. A fim de levar ao conhecimento da sociedade brasileira, conta-se com a divulgação dos veículos de comunicação da Casa, dos parlamentares em seus discursos, entrevistas e sites, listas (*mailing*) do público envolvido com o tema, redes sociais e outros. Após esse aviso, o Deputado Reinaldo Azambuja (PSDB/MS), levantou Questão de Ordem, com amparo nos *artigos 30, 31 e 32 do Regimento Comum*, alegando que a Ordem do Dia deveria ser iniciada, o que ainda não havia ocorrido, e solicitou o encerramento da reunião. O Presidente informou que não havia quórum para deliberação na representação do Senado Federal, e por isso a Ordem do Dia não foi aberta, entretanto, havia quórum para abertura dos trabalhos e ele iria obedecer ao disposto nos *artigos 30 e 31* do diploma legal supracitado e daria início a leitura dos expedientes. **EXPEDIENTE:** O Presidente procedeu à leitura dos expedientes internos e externos recebidos pela CMO e determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes foi encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias nesta data. I – Correspondência interna recebida: 1) Of. nº 349/2012-Bloco, de 5 de junho, do Deputado Lincoln Portela, Líder do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB, solicitando a indicação do Deputado João Maia (PR/RN) para a relatoria do Projeto de Lei nº 14/2012-CN. 2) Ofício nº 042/2012-HM, de 5 de junho, do Deputado Hugo Motta (PMDB/PB), solicitando a sua indicação para relatar do Projeto de Lei nº 14/2012-CN. – Expedientes encaminhando justificativas de falta às reuniões da Comissão deferidos pelo Presidente: 1) OF. nº 185/2012-Gab.572, de 27 de abril, do Deputado Reinaldo Azambuja (PSDB/MS), justificando ausência no dia 19 de abril. 2) OF/GAB.

CB/Nº 102/2012, de 14 de maio, da Deputada Cida Borghetti (PP/PR), justificando ausência no dia 15 de maio. 3) Of. nº 090/2012, de 22 de maio, do Deputado João Maia (PR/RN), justificando ausência no dia 22 de maio. 4) OF/GP n. 50, de 05 de junho, do gabinete da Deputada Manuela d'Ávila (PCdoB/RS), justificando ausência no dia 19 de abril. 5) OF/GP n. 49, de 05 de junho, do gabinete da Deputada Manuela d'Ávila (PCdoB/RS), justificando ausência no período de 29 a 31 de maio. 6) OF/GAB.CB/Nº 136/2012, de 6 de junho, da Deputada Cida Borghetti (PP/PR), justificando ausência no período de 06 a 20 de junho. – Expedientes encaminhando justificativas de falta às reuniões da Comissão indeferidos pelo Presidente: 1) OF. nº 0208/2012-Gab.572, de 23 de maio, do Deputado Reinaldo Azambuja (PSDB/MS), justificando ausência no dia 23 de maio. 2) OF. 265/2012-GSBL, de 24 de maio, do Senador Benedito de Lira (PP/AL), justificando ausência nos dias 17 e 19 de abril; 08, 15, 16 e 22 de maio. 3) OF. 0053/2012-GSPP, de 29 de maio, do Senador Paulo Paim (PT/RS), justificando ausência nos dias 19 de abril, 08 e 16 de maio. II – Correspondência externa recebida: 1) Ofício nº 017/2012, de 14 de junho, do Presidente da Associação dos Mutuários do Crédito Rural do Estado da Paraíba – AMCREPB, Jair Pereira Guimarães, dando conhecimento e apresentando providências sobre o resumo da decisão proferida pelo Tribunal de Contas da União, constante no Acórdão nº 944/2010, em virtude da inércia do Banco do Nordeste do Brasil em não cumprir a decisão supracitada. – Relatórios de Gestão Fiscal referentes ao 1° quadrimestre de 2012 encaminhados em observância ao disposto no art. 55 da Lei de Responsabilidade Fiscal e no art. 118 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012, encaminhados pelos seguintes órgãos: – Tribunais Regionais do Trabalho das seguintes regiões: 5ª, 11ª, 13ª, 14ª, 17ª, 18ª e 23ª. -Tribunais Regionais Eleitorais dos seguintes estados: Alagoas, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Rio de Janeiro, Roraima, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Tocantins. – Superior Tribunal de Justiça. – Tribunal de Contas da União. – Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. – Tribunal Superior Eleitoral. – Tribunal Superior do Trabalho. – Avisos encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, ao Presidente da CMO: Aviso Seses de 30 de maio: 1) Aviso n° 627/2012 (Acórdão nº 1.351/2012): Implantação da Refinaria Premium II no Estado do Ceará. Aviso Seses de 6 de junho: 1) Aviso n° 651/2012 (Acórdão nº 1.416/2012): Obras de eletrificação rural, no Estado do Piauí, no âmbito do Programa Luz para Todos. (classificação sigiloso). – Aviso encaminhado pelo Vice-Presidente, no exercício da Presidência do Tribunal de Contas da União, Ministro Augusto Nardes, ao Presidente da CMO: Aviso Seses de 6 de junho: 1) Aviso n° 645/2012 (Acórdão nº 1.383/2012): Obras de construção de trechos rodoviários no corredor Oeste-Norte, na BR-163/PA. Após a leitura deste último expediente, o Presidente informou que foi atingido o *quórum* regimental para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Apreciação das Atas das seguintes Reuniões: 4ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 12 de junho de 2012 e da 7ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 12 e 13 de junho de 2012. O Deputado Augusto Coutinho solicitou a leitura das Atas. O Deputado Zeca Dirceu foi designado para lê-las. Após a leitura, não havendo discussão, o Presidente colocou as Atas em votação na representação da Câmara dos Deputados. O Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, Líder do DEM, e o Deputado Bruno Araújo, Líder do PSDB, pediram verificação de votação, conforme dispõe o *art. 136 da Resolução nº 1/2006, do Congresso Nacional.* O Presidente designou o Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) para fazer a chamada nominal dos representantes da Câmara dos Deputados. Finalizada a chamada, o Presidente proclamou o resultado da votação nominal: votos SIM: 19; votos Não: 01; número total de votantes: 20. Em seguida, o Presidente informou que as Atas foram **aprovadas** na representação da Câmara dos Deputados. Em votação na representação do Senado Federal, foram **aprovadas** por unanimidade. **ORDEM DO DIA:** Pauta nº 13. Foi apresentado Requerimento, autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, requerendo inversão de pauta para apreciar o Relatório Preliminar com Emendas apresentado ao **Projeto de Lei nº 3/2012-CN (PLDO/2013)** que foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 4 – apreciação do **Relatório Preliminar com Emendas,** apresentado ao **Projeto de Lei nº 3/2012-CN,** que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2013 e dá outras providências". O Relator apresentou o Relatório Preliminar. A discussão foi iniciada, havendo participação dos Deputados Felipe Maia, Duarte Nogueira, Reinaldo Azambuja, Professora Dorinha Seabra Rezende, Augusto Coutinho, Marcus Pestana, Carmen Zanotto e Cláudio Cajado. Durante a discussão, às vinte horas e cinquenta e três minutos, o Senador Vicentinho Alves assumiu a Presidência. Às vinte e uma horas, o Deputado Paulo Pimenta reassumiu o seu lugar como Presidente. Encerrada a discussão, bem como o prazo para apresentação de destaques, a Deputada Carmen Zanotto, Líder do PPS, com apoiamen-

to do Vice-Líder do DEM, Deputado Felipe Maia, conforme dispõe o *art. 136 da Resolução nº 1/2006-CN,* apresentou Requerimento, nos termos do *art. 40 do Regimento Comum*, solicitando o adiamento da votação do Relatório Preliminar por 48 horas. O Presidente colocou o Requerimento em votação na representação da Câmara dos Deputados. A Deputada Carmen Zanotto, Líder do PPS, pediu verificação de votação, com apoiamento do Vice-Líder do DEM, Deputado Felipe Maia, e do Deputado Duarte Nogueira, Vice-Líder do PSDB, conforme dispõe o *art. 136 da Resolução nº 1/2006, do Congresso Nacional.* O Presidente designou o Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) para fazer a chamada nominal dos representantes da Câmara dos Deputados. Finalizada a chamada, o Presidente proclamou o resultado da votação nominal: votos SIM: 2; votos NÃO: 14; total de votantes: 16. Em seguida, o Presidente informou que o Requerimento foi **rejeitado** na representação da Câmara dos Deputados. Não foi apreciado na representação do Senado Federal, conforme dispõe o *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum.* O Presidente informou que não foram apresentados destaques ao Relatório Preliminar. Em votação, o Relatório Preliminar foi **aprovado** por unanimidade, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Tendo em vista a aprovação do Relatório Preliminar com Emendas ao PLDO 2013, o Presidente comunicou que submeterá ao Presidente do Senado Federal a alteração do cronograma nos seguintes termos: apresentação de Emendas ao Projeto de Lei, de 20 a 28/06/2012; publicação das emendas, até 02/07/2012; Relatório do Relator, até 03/07/2012; discussão e votação do Relatório e das emendas, até 12/07/2012; encaminhamento do Parecer da Comissão à Mesa do CN, até 12/07/2012. Após a votação, os Deputados Toninho Pinheiro e Duarte Nogueira fizeram uso da palavra. O primeiro demonstrou insatisfação com o montante de recursos destinados à saúde, o segundo solicitou extensão do prazo previsto para emendas no cronograma. A seguir, o Presidente deu continuidade à apreciação das matérias da Pauta: 1 – apreciação do Relatório da **Medida Provisória nº 566/2012-CN**, que "Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional, no valor global de R$ 706.400.000,00 (setecentos e seis milhões e quatrocentos mil reais), para os fins que especifica". O Relatório foi apresentado pelo Relator. Nos termos do *art. 148 da Resolução nº 1/2006-CN,* o Presidente declarou ***inadmitidas*** as emendas de nºs 1 a 9, sugeridas pelo Relator. A discussão foi iniciada. A seguir, foi apresentada a **Contestação nº 1/2012-CMO,** contra a inadmissibilidade das emendas 1, 2 e 3, de autoria do Deputado Felipe Maia, com o apoiamento dos Deputados Duarte Nogueira, Professora Dorinha Seabra Rezende, João Maia, Augusto Coutinho, Luiz Carlos Setim e Paulo Wagner, conforme dispõe o *art. 148 da Resolução nº 1/2006-CN*. O Presidente, de acordo com a Nota Técnica Conjunta nº 3/2012, "Créditos Extraordinários: admissibilidade de emendas em face ao art. 111 da Resolução nº 1/2006-CN", elaborada pelas Consultorias de Orçamento da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, decidiu pelo **indeferimento** da Contestação. Foi apresentado **Recurso**, contra a decisão preliminar do Presidente da CMO, à Contestação nº 1/2012-CMO, nos termos do *parágrafo único do art. 15 da Resolução nº 1/2006-CN*, de autoria do Deputado Felipe Maia. Em votação, o Recurso foi **rejeitado** contra os votos dos Deputados Duarte Nogueira, Felipe Maia, Professora Dorinha Seabra Rezende e Marcus Pestana. Não foi apreciado na representação do Senado Federal, conforme dispõe o *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum.* Em virtude da inexistência de *quorum* no recinto para dar prosseguimento à reunião, em atendimento à solicitação do Deputado Duarte Nogueira (PSDB/SP), nos termos do *art. 134, parágrafo único,* da *Resolução n° 1, de 2006-CN*, o Presidente suspendeu a reunião às vinte e uma horas e cinquenta e nove minutos, antes convocando a continuação para o dia seguinte, às quatorze horas. Às quatorze horas e vinte e nove minutos do dia vinte de junho de dois mil e doze, o Presidente declarou a reunião reiniciada. **ENCERRAMENTO:** em virtude da inexistência de *quórum* no recinto para dar prosseguimento à reunião, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, o Presidente encerrou a reunião às quatorze horas e trinta e um minutos. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. – Deputado **PAULO PIMENTA**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Há número regimental para a abertura dos trabalhos.

Declaro iniciada a 3ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes na Pauta nº 13, de 2012.

Em função do andamento da Ordem do Dia, suspendo a reunião, que será retomada imediatamente ao final da Ordem do Dia do Plenário da Câmara dos Deputados, que já está na fase final, e também da do Senado.

O SR. DEPUTADO REINALDO AZAMBUJA – Sr. Presidente, como há reunião convocada para às 20 horas, por que não se cancela esta sessão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Porque é melhor. Tão logo...

O SR. DEPUTADO REINALDO AZAMBUJA – Já há outra convocada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Não há necessidade. Vai terminar no plenário agora.

O SR. DEPUTADO REINALDO AZAMBUJA – Tem *quorum* regimental para deliberar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Tem *quorum* para abrir.

O SR. DEPUTADO REINALDO AZAMBUJA – Tem?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Tem.

Tão logo se conclua a Ordem do Dia, imediatamente nós iniciaremos a Ordem do Dia na Comissão.

A reunião está suspensa.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senhoras e senhores, declaro reiniciada a 3ª Reunião Extraordinária de Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 13, de 2012.

Informo a V.Exas. que hoje foram designados os membros dos comitês permanentes desta Comissão, nos termos estabelecidos no art. nº 18 da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela de nº 13, de 2008, ambas do Congresso Nacional.

Comunico ainda a V.Exas. que o Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária será coordenado pelo Senador Sérgio Souza, do PMDB do Paraná; o Comitê de Avaliação da Receita será coordenado pelo Deputado Cláudio Puty, do PT do Pará; o Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades será coordenado pelo ilustre Deputado Mauro Lopes, do PMDB de Minas Gerais; e o Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas – CAE, será coordenado pelo Deputado Marcus Pestana, do PSDB de Minas Gerais.

O Comitê de Admissibilidade de Emendas, coordenado pelo Deputado Marcus Pestana, será também integrado pelos Deputados Leonardo Monteiro, do PT de Minas Gerais; Edio Lopes, do PMDB de Minas Gerais; Marcus Pestana, do PSDB de Minas Gerais; Roberto Balestra, do PP de Goiás; João Maia, do PR do Rio Grande do Norte; Arnaldo Jardim, do PPS de São Paulo; Leonardo Gadelha, do PSC da Paraíba. Também compõem o Comitê de Admissibilidade de Emendas os ilustres Senadores: Benedito de Lira, de Alagoas; Cássio Cunha Lima, da Paraíba; e Vanessa Grazziotin, do Amazonas.

O Comitê de Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária, coordenado pelo Senador Sérgio Souza, será também integrado pelos Parlamentares João Paulo Lima, de Pernambuco; Celso Maldaner, de Santa Catarina; Reinaldo Azambuja, do Mato Grosso; Paulo Rubem Santiago, de Pernambuco; Antonio Brito, da Bahia; Paulo Wagner, do Rio Grande do Norte; Osmar Júnior, do Piauí. E também será integrado pelos Senadores: Armando Monteiro, Sérgio Souza e Paulo Paim.

O Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades terá como coordenador o Deputado Mauro Lopes e entre os seus integrantes: Josias Gomes, da Bahia; Vanderlei Siraque, de São Paulo; Mauro Lopes, de Minas Gerais; Wandenkolk Gonçalves, do Pará; Professora Dorinha Seabra Rezende, do Tocantins; Laurez Moreira, do Tocantins; e Félix Mendonça Júnior, da Bahia. Também integram esse Comitê o Senador Vicentinho Alves, do Tocantins; e o Senador Wellington Dias, do Piauí.

O Comitê de Avaliação da Receita será coordenado pelo Deputado Cláudio Puty e integrado pelos Deputados: Osmar Serraglio, do Paraná; Duarte Nogueira, de São Paulo; Renato Molling, do Rio Grande do Sul; Luiz Carlos Setim, do Paraná; Jacobo, do Paraná; Paulo Foletto, do Espírito Santo. Os Senadores que compõem esse comitê são os Srs. Clésio Andrade, Flexa Ribeiro e Sérgio Petecão.

Não sei se V.Exas. querem que eu leia de novo para ver se ficou alguma dúvida com relação a algum nome de Parlamentar de alguns dos comitês. Ficou tranquilo? Se houver necessidade, V.Exas. podem pedir que eu faço a leitura novamente. *(Pausa.)*

Senhores, algum comentário por parte dos Parlamentares sobre a questão dos comitês? A palavra está à disposição de V.Exas. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU – Sr. Presidente, demais Deputados, gostaria que, em relação ao comitê que vai avaliar a admissibilidade de emendas, fosse feita novamente a leitura para conferência dos nomes.

O SR. PRESIDENTE (Senador Paulo Paim) – O Comitê de Admissibilidade de Emendas será presidido pelo Deputado Marcus Pestana, do PSDB de Minas Gerais, e integrado pelos Deputados: Leonardo Monteiro, do PT de Minas Gerais; Edio Lopes, do PMDB de Minas Gerais; Marcus Pestana, do PSDB de Minas Gerais; Roberto Balestra, do PP de Goiás; João Maia, do PR do Rio Grande do Norte; Arnaldo Jardim, do PPS de São Paulo; Leonardo Gadelha, do PSC da Paraíba. Temos também como integrantes desse comitê a Senadora Vanessa Grazziotin, do PCdoB do Amazonas;

o Senador Benedito de Lira, do PP de Alagoas; e o Senador Cássio Cunha Lima, do PSDB da Paraíba.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Por gentileza.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES – Só uma pequena correção: o correto é Deputado Edio Lopes, do PMDB de Roraima.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Correto. Vai ser providenciada a correção por parte da secretaria da Comissão.

A palavra está à disposição dos Srs. Deputados e Senadores.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Sr. Presidente, quero elogiar o trabalho que V.Exa. vem realizando para a composição dos comitês. Na verdade, acho que desde a primeira reunião dos Vice-Líderes V.Exa. tem pedido o empenho dos diversos partidos para que sejam indicados os membros das bancadas. E finalmente conseguimos ter um avanço no que se refere à composição dos comitês. Avalio até que a composição este ano tem sido mais equilibrada do que nos anos anteriores, em que eu não fazia parte desta Comissão, mas tinha acesso aos trabalhos dos comitês. Inclusive, neste ano, membros do meu partido, o Democratas, compõem duas comissões, dois comitês.

Esse é um avanço, dentre tantas outras atividades que estamos aqui no intuito de conseguir avançar, mas por questões outras – e tenho certeza de que ao longo desta reunião conseguiremos nos debruçar sobre esses assuntos – esse é um avanço que a Comissão consegue obter, no momento em que, nesta reunião extraordinária da CMO, serão instalados os comitês que irão trabalhar em pastas específicas.

Quero parabenizar V.Exa. por esse empenho que acompanhei de perto, quando exigia, pedia, solicitava das bancadas os nomes para compor os comitês.

Portanto, minha palavra é de apoiamento e de elogio à instalação dos comitês.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Deputado.

Quero também anunciar a V.Exas. que este ano o portal e-Democracia da Câmara dos Deputados está trazendo uma inovação. A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização abre um debate inédito com a sociedade sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013, por meio do Portal e-Democracia, portal oficial de interação da Câmara dos Deputados.

Qualquer cidadão, interessado ou não nesse debate, poderá trocar ideias e experiências, sugerir nova redação para o texto da lei, acessar conteúdos atualizados relacionados à LDO 2013. Tudo isso pode ser feito também com outras redes sociais, como o Facebook e o Twitter.

O debate será acompanhado pelos membros da CMO e consultores da área, que considerarão as contribuições ao trabalho legislativo e levarão essas opiniões até o nosso ilustre Relator.

A fim de levar nosso trabalho ao conhecimento da sociedade brasileira, conta-se com a divulgação nos veículos de comunicação da Casa e pelos Parlamentares, em seus discursos, entrevistas e *sites*, para que possamos chegar a todo o público envolvido com o tema nas redes sociais e em outras ferramentas e espaços de participação.

Com a palavra o ilustre Senador Paulo Paim.

O SR. SENADOR PAULO PAIM – Sr. Presidente, eu queria só cumprimentar V.Exa. e o Senador Valadares. Tenho dialogado muito no Senado com o Senador Valadares sobre a questão dos aposentados e pensionistas.

Ao me indicarem para ficar no Comitê de Fiscalização, eu terei uma grande oportunidade de, no debate interno, mostrar caminhos para o entendimento no campo, principalmente, da nossa Previdência.

Sempre tenho dito que no Regime Geral da Previdência temos um superávit confirmado, anual, de mais de 15 bilhões de reais. Quando trazemos o debate para o reajuste do aposentado, criando uma alternativa ao fator, é esse setor que temos como alvo positivo para que ganhem a medalha. Porque os trabalhadores do Regime Geral de Previdência Social – somente eles – é que são os atingidos pelo fator e não têm o reajuste dado automaticamente, todo ano, da inflação mais o PIB, a Política de Valorização do Salário Mínimo, tão justamente votada pela Câmara e pelo Senado e que teve o acompanhamento e a negociação de todas as centrais sindicais e principalmente a mediação por parte do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Foi por isso, Sr. Presidente, que abri mão, em diálogo com V.Exa., de requerimento de minha autoria para criar uma Comissão Especial. Porque, depois, conversando com o Senador Antônio Carlos Valadares, S.Exa. me mostrou que no seu relatório preliminar já há uma redação que garante a possibilidade, se assim for entendimento desta Comissão, de apontarmos recursos para este tema que todos nós aqui, tenho certeza, tratamos com muito carinho e que diz respeito aos idosos no nosso País, principalmente os aposentados e pensionistas.

É claro que, se aqui me for dada oportunidade, eu me estendo por toda a noite com os argumentos, em cima principalmente de uma luta que é de todos nós, não só dos Senadores, mas também dos Deputados.

Cumprimento a Câmara pela aprovação do requerimento de urgência urgentíssima e por estar na linha de construir um grande entendimento para o projeto que apresentei no Senado, lá aprovado, e que acaba com o fator. Aqui, provavelmente, vai surgir uma alternativa que deve caminhar na linha daquela fórmula 85/95, que muitos que não conhecem pensam que significa que a mulher vai ter que trabalhar até os 85 anos, e o homem, até 95, o que é um grande engano.

Com a fórmula 85/95 – e vamos sustentar na Comissão de Orçamento o aporte de recursos na Previdência –, a mulher vai poder se aposentar com 55 anos, enquanto que, pelo fator, com o salário integral, só com 65. Ela vai trabalhar 10 anos a menos. E há um grande entendimento já com o Ministério da Previdência Social e outros setores para caminharmos nesse sentido. Quanto ao homem, com o fator, para ter o salário integral, vai ter que trabalhar até os 66, 67 anos. Com essa fórmula, vai trabalhar até os 60 anos.

Essa fórmula já existe para o servidor público. Quando discutimos a PEC Paralela, já asseguramos esse mesmo princípio para os servidores públicos. E precisamos fazer essa alteração até no sentido da isonomia, agora que aprovamos um fundo que vai fazer com que todos, trabalhadores da área pública e da área privada, tenham limite, que é o teto da Previdência. Agora só quem ainda pega o fator são os trabalhadores do Regime Geral.

Com este encaminhamento e, tenho certeza, o aval de todos os Deputados e Senadores, haveremos de construir um grande entendimento. E quem ganhará com isso, com certeza, serão os trabalhadores do País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

O SR. SENADOR PAULO PAIM – Deputado Paulo Pimenta, Senador Antônio Carlos Valadares, eu agradeço a tolerância a V.Exas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Agradeço a V.Exa. a manifestação.

Fará uso da palavra o Senador Antônio Carlos Valadares, ilustre Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Sr. Presidente, Deputado Federal Paulo Pimenta, Srs. Senadores, Srs. Deputados, eu quero felicitar a Câmara dos Deputados e o Presidente da Comissão Mista de Orçamento por esta inciativa, que considero marcante, de construir um portal na Internet voltado para a integração entre a população, a coletividade, a comunidade brasileira e a Comissão Mista de Orçamento, para opinar sobre a LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, mecanismo importante, indispensável à elaboração de um orçamento que venha, no mínimo, contribuir para atender aos interesses mais variados da sociedade brasileira.

Esse é mais um importante passo, com o qual a Câmara dos Deputados evidencia à sociedade brasileira que o Poder Legislativo é o mais aberto, o mais democrático, o mais transparente de todos e que, agindo dessa maneira, vai promover, como já promoveu em diversas outras oportunidades, uma aproximação construtiva, positiva, dos interesses do povo com os Parlamentares, que são os responsáveis por sua execução.

Como diz a nossa Constituição, a democracia é exercida diretamente pelo povo ou através de seus representantes. A Câmara dos Deputados, ao criar esse portal, está traduzindo em letras garrafais a verdadeira intenção do legislador, ao dizer que o povo é o destinatário da nossa ação.

De modo que, Sr. Presidente, como Relator da LDO, estarei aberto a ouvir não só as sugestões dos Parlamentares, representantes legítimos da população, eleitos pelo povo, mas todas as sugestões que sejam inseridas nesse portal, porque tenho certeza de que, com o fortalecimento da Internet, o cidadão está mais perto do Parlamento. Nada acontece nesta Casa, nada acontece no Brasil que o povo, através da Internet, na mesma hora, *on-line*, não possa acompanhar.

Posso dizer que, apesar das tentativas vãs que um ou outro membro de outros Poderes faz no sentido do enfraquecimento da atividade legislativa por quererem tomar o lugar do legislador, nós somos insubstituíveis. Aqueles que querem se colocar no nosso lugar, apesar da sapiência, da sabedoria jurídica, dos serviços prestados ao longo de sua vida na judicatura, estão no Judiciário, não eleitos, mas nomeados pelo Presidente da República, com passagem pelo Poder Legislativo.

Então, se querem nosso lugar, não há nenhuma legitimidade, nenhuma norma constitucional que autorize que algum outro Poder possa substituir o Poder Legislativo. O Poder Legislativo vive em harmonia com os demais Poderes, mas não pode viver em situação de inferioridade, porque nossa alternância é de 4 em 4 anos – não somos vitalícios –, representando uma população sequiosa de obras, de transparência.

Que o Poder Legislativo possa cada vez mais contribuir para o fortalecimento da democracia, da liberdade.

Por isso, o portal e-Democracia, formulado com muita propriedade pela Câmara dos Deputados, com o apoio do Presidente Marco Maia e do Presidente da Comissão Mista de Orçamento, recebe nosso total apoio e entusiástico aplauso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Sr. Relator, Senador Antônio Carlos Valadares.

A palavra está à disposição dos senhores.

O SR. SENADOR PAULO PAIM – Sr. Presidente, posso fazer uma pergunta ao Relator?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Com toda a certeza.

O SR. SENADOR PAULO PAIM – Senador Antônio Carlos Valadares, V.Exa. traz ao debate o tema tão importante do portal da transparência. Eu quero dizer que, junto com V.Exa., estabelecemos, nessa linha da transparência, um bom debate lá no Senado em relação ao fim do voto secreto.

V.Exa. é Relator de uma PEC, e eu, autor de uma outra que vai no mesmo sentido, para que, de uma vez por todas, não mais permitamos o voto secreto. Estamos claramente num Estado Democrático de Direito. Seria total incoerência termos ainda o voto secreto. Ele tem lógica na ditadura, quando a pessoa tem medo de expor seu voto. O voto secreto, para mim, é o voto do medo. E o homem público tem que ter a coragem de assumir a responsabilidade de prestar conta ao eleitor, que nos passa uma procuração para aqui representá-lo. E só existe uma maneira: o voto aberto.

Quero cumprimentar V.Exa. pelo relatório que fez, consultando a sociedade, pela Internet, e os Parlamentares, na busca de um grande entendimento para permitirmos o voto aberto no Congresso Nacional.

Parabéns, Senador Antônio Carlos Valadares.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Esperamos, Sr. Presidente, que na próxima semana o Senado coloque em votação a nossa proposta, não só aquela da qual sou Relator, mas também a do Senador Paulo Paim, que contribuem para a transparência do Poder Legislativo, com o voto aberto, principalmente para a cassação de mandato parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Quero saudar o Deputado Mauro Lopes e comunicar-lhe que há pouco fiz a leitura das coordenações dos comitês. V.Exa. foi designado Coordenador do Comitê de Obras Irregulares. Vai ter uma função de muita responsabilidade na Comissão. Quero cumprimentá-lo por essa tarefa que vai desenvolver este ano.

O SR. DEPUTADO MAURO LOPES – Sr. Presidente, muito obrigado. Agradeço muito a V.Exa. e ao meu partido a indicação.

Aproveito para pedir desculpas por não ter comparecido cedo à reunião, porque fui Relator, no nosso PMDB, de assunto muito sério, e também compareci à instalação de Frente Parlamentar, no Senado Federal, com o Deputado Luiz Pitiman.

Mas estarei presente a todas as reuniões com muito prazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Está ótimo. Muito obrigado, Deputado.

Deputado Waldenor Pereira, ilustre representante do Estado da Bahia.

O SR. DEPUTADO WALDENOR PEREIRA – Sr. Presidente, eu gostaria, ainda em tempo – não tive a oportunidade de fazer o destaque quando da visita do Presidente do Banco Central –, de destacar os excelentes indicadores macroeconômicos que o Dr. Alexandre Tombini aqui nos apresentou, revelando a estabilidade econômica do nosso País, destacando com muita precisão que as medidas macroprudenciais adotadas pelo Governo da Presidenta Dilma têm se mostrado eficientes e apresentado resultados extremamente positivos para o nosso Brasil.

Eu destacaria especialmente aquela relativa à divida pública, quando relacionada ao PIB, que, em 2002, era de 60% do Produto Interno Bruto, e que, no último relatório apresentado, reduziu-se para 35% do PIB, revelando a estabilidade da nossa economia, destacando com precisão que a política fiscal adotada pelo Governo da Presidenta Dilma tem sido de austeridade, o que permitiu, repito, a redução de 60%, em 2002, para 35%, em 2011, na verdade, tendo em vista que o último relatório revela as contas públicas daquele último ano, o último exercício, 2011.

Também outros indicadores foram destacados, como os relativos ao controle da inflação, à balança comercial, à balança de pagamentos. Todos eles revelam que o Governo da Presidenta Dilma tem adotado políticas macroeconômicas consistentes, o que tem permitido ao nosso País, apesar da forte crise financeira internacional que se abate sobre os países mais desenvolvidos, especialmente os da União Europeia, não se contaminar com a repercussão que muitos esperavam ter na economia brasileira.

Portanto, a visita do Presidente do Banco Central, em audiência pública realizada nesta Comissão, revelou a todos nós a estabilidade da nossa economia e nos deu a segurança e o conforto de que nosso País não será contaminado por essa crise financeira que infelizmente se abate sobre muitas nações desenvolvidas, especialmente os países da União Europeia.

Eu quero revelar também, na condição de Deputado do Partido dos Trabalhadores, principal partido da base do Governo da nossa Presidenta, com alegria e contentamento esses indicadores que aqui foram apresentados e que permitiram a todos nós membros desta Comissão Mista de Orçamento ficarmos tranquilos a respeito das repercussões que a crise financeira internacional está tendo sobre todas as nações.

O Brasil tem sido um exemplo a ser seguido em âmbito internacional, tem sido destacado em todos os fóruns internacionais como o país que melhor se

preparou para fazer frente a essa crise que tem atormentado o mundo de forma geral.

As nossas instituições financeiras estão estáveis, perfeitamente equilibradas. O anúncio recente, que acabou, de certa forma, preocupando alguns Parlamentares sobre o processo falimentar que se abateu sobre instituições financeiras, foi abrandado pelo Dr. Alexandre Tombini por tratar-se de medida isolada. As instituições financeiras brasileiras, na sua maioria absoluta, encontram-se perfeitamente equilibradas do ponto de vista fiscal, financeiro e orçamentário.

Portanto, Sr. Presidente, é com alegria e satisfação que destacamos, mais uma vez, esses bons indicadores da nossa economia, que são a garantia da atração de investimentos, da realização de novos negócios, do planejamento seguro das empresas estatais, de economia mista e principalmente das empresas privadas brasileiras, para que possam manter seus planos de investimento, permitindo o crescimento da nossa economia.

Também nos foi assegurada a manutenção das medidas que estão sendo adotadas, várias delas de desoneração de alguns segmentos industriais, como a manutenção de alíquota zero de IPI para o ramo automotivo e outros.

Recentemente, houve o anúncio pelo BNDES de um financiamento que pode alcançar 20 bilhões de reais aos Estados brasileiros. Essas medidas todas estão revelando medidas capazes de manter a nossa economia ativa, dinâmica.

(Não identificado) – Presidente, já se passaram 5 minutos.

O SR. DEPUTADO WALDENOR PEREIRA – E, mais do que isso, as medidas adotadas pela Presidenta Dilma Rousseff vão nos permitir, segundo a avaliação de analistas, crescimento de 4,5%.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO WALDENOR PEREIRA – Então, para concluir, Sr. Presidente, nós destacamos com alegria esses bons indicadores da economia que são a revelação da estabilidade, do dinamismo da economia e a possibilidade de crescimento de 4,5% do Produto Interno Bruto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Deputado.

Senhores, por gentileza, uma questão de ordem para o Deputado Felipe Maia.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Estou passando a questão de ordem para o Deputado Reinaldo, para que não seja acusado o Deputado Felipe Maia de intransigência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado Reinaldo Azambuja, para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO REINALDO AZAMBUJA – Regimento Comum, Sr. Presidente, arts. 30, 31 e 32:

"Art. 30. Uma vez aberta a sessão, o 1º Secretário procederá à leitura do expediente.

.....

Art. 31. A primeira meia hora da sessão será destinada aos oradores inscritos que poderão usar a palavra pelo prazo de 5 (cinco) minutos improrrogáveis.

Art. 32. Terminado o expediente, passar-se-á à Ordem do Dia."

Sr. Presidente, já se passaram os 30 minutos do início da sessão. Se não há *quorum*, Presidente, vou solicitar que encerre a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Perfeitamente.

Deputado Gilmar Machado para contradizer.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Não, não, Sr. Presidente. Acho que quanto à argumentação formulada nós estamos preparados para o início, e depois, se alguém quiser uma verificação, aí, sim. Mas vamos discutir o tema da Ordem do Dia.

O SR. DEPUTADO REINALDO AZAMBUJA – Mas não há *quorum*, Presidente. Estamos preparados, mas não tem *quorum*.

(Não identificado) – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que encerre a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Nós não temos *quorum* para deliberar, mas...

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Temos para seguir a ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – ...temos para seguir a ordem.

O SR. DEPUTADO REINALDO AZAMBUJA – Presidente, é só por 30 minutos. O limite é 30 minutos – art. 31. Já se passaram os 30 minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Nós cumprimos a fase até os 30 minutos, todo mundo pôde discutir e conversar, agora temos que começar a Ordem do Dia.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Sr. Presidente, eu acho que o Deputado Gilmar Machado não está entendendo. Nós não temos *quorum* para deliberar, para continuar a sessão. Se não há *quorum*, não há como deliberar. Eu acho que ou o Deputado Gilmar Machado não está entendendo o que diz o art. 31 ou há um desentendimento aqui, porque nós não temos *quorum* para deliberar. Se não há *quorum*, não se delibera; se não se pode deliberar, encerra-se a sessão.

Eu inclusive peço a V.Exa., uma vez que o prazo acabou às 19h43min, que encerre a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Só um minutinho, senhores. Só um minutinho.

A questão de ordem foi baseada nos arts. 30 e 31:

"A primeira meia hora da sessão será destinada aos oradores inscritos que poderão usar da palavra pelo prazo de 5 (cinco) minutos improrrogáveis. (...)

Da Ordem do Dia

(...) Terminado o expediente, passar-se-á à Ordem do Dia."

Então, vamos iniciar o expediente.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Já se iniciou, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Expediente.

Correspondência Interna Recebida.

Não, senhores. Concluídos os 30 minutos, passa-se ao expediente.

O SR. DEPUTADO REINALDO AZAMBUJA – Começa a Ordem do Dia, Presidente. A primeira parte é o expediente.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – V.Exa. já leu o expediente.

O SR. DEPUTADO REINALDO AZAMBUJA – O senhor já leu o expediente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senhores, a primeira hora da sessão...

O SR. DEPUTADO REINALDO AZAMBUJA – A primeira meia hora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – *"A primeira meia hora da sessão será destinada aos oradores inscritos que poderão usar da palavra pelo prazo de 5 (cinco) minutos improrrogáveis"*.

O SR. DEPUTADO REINALDO AZAMBUJA – E que o fizeram, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Perfeito?

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Agora nós vamos para a outra parte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – *"Terminado o expediente, passar-se-á à Ordem do Dia"*.

O SR. DEPUTADO REINALDO AZAMBUJA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Eu ainda não fiz a leitura do expediente. É isso.

O SR. DEPUTADO REINALDO AZAMBUJA – Mas já concedeu a palavra, Presidente.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Ninguém conhece o expediente ainda. Como é que pode ter começado?

SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Eu vou passar à leitura do expediente e logo em seguida vou iniciar a Ordem do Dia, conforme solicitado pelos senhores.

Expediente.

Correspondência Interna Recebida.

O SR. DEPUTADO REINALDO AZAMBUJA – Pela ordem, Presidente. O senhor deu a palavra aos oradores, que usaram a palavra além até dos 5 minutos permitidos. Isso era o expediente.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO – Exatamente.

O SR. DEPUTADO REINALDO AZAMBUJA – Certo, Presidente?

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU – O expediente não pode ser composto, Presidente, só por um item. Havia várias questões colocadas.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Agora vai-se discutir o que é expediente. Expediente é expediente, seja de um, dois ou três itens! Expediente é expediente, Sr. Presidente!

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU – Foi feita a leitura de um dos itens. Expediente é uma coisa só.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Não existe isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado Felipe Maia, eu tenho em mãos o expediente da reunião. Eu preciso fazer a leitura do expediente e vou fazê-la.

Correspondência Interna Recebida.

Ofício nº 349, de 2102, do Deputado Lincoln Portela, Líder do Bloco Parlamentar, solicitando a indicação do Deputado João Maia para a relatoria do Projeto de Lei nº 14, de 2012.

Ofício de 5 de junho, do Deputado Hugo Motta, solicitando a sua indicação para relatar o Projeto de Lei nº 14, de 2012.

Expediente encaminhando justificativas de faltas às reuniões da Comissão deferidas pelo Presidente.

Ofício nº 185, de 2012, gabinete 572, de 27 de abril, do Deputado Reinaldo Azambuja, justificando ausência no dia 19 de abril.

Ofício nº 102, de 2012, de 14 de maio, da Deputada Cida Borghetti, justificando ausência no dia 15 de maio.

Oficio nº 090, de 2012, do Deputado João Maia, justificando ausência no dia 22 de maio.

Ofício nº 50, de 5 de junho, do gabinete da Deputada Manuela d'Ávila, justificando ausência no dia 19 de abril.

Ofício nº 49, de 5 de junho, do gabinete da Deputada Manuela d'Ávila, justificando ausência no período de 29 a 31 de maio.

Ofício nº 136, de 2012, da Deputada Cida Borghetti, justificando ausência no período de 6 a 20 de junho.

Expedientes encaminhando justificativa de falta às reuniões da Comissão indeferidos pelo Presidente.

Ofício nº 0208, de 2012, do Deputado Reinaldo Azambuja, justificando ausência no dia 23 de maio.

Ofício nº 265, de 2012, do Senador Benedito de Lira, justificando ausência nos dias 17 e 19 de abril e também nos dias 8, 15, 16 e 22 de maio.

Oficio de 29 de maio, do Senador Paulo Paim, justificando ausência no dia 19 de maio.

Concluída, portanto, a leitura do expediente.

O SR. DEPUTADO REINALDO AZAMBUJA – V.Exa. leu todo o expediente, Sr. Presidente?

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Tem que ler, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO REINALDO AZAMBUJA – Conclua a leitura, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – O Senador chegou, mas agora estamos curiosos em saber. Não é porque o Senador chegou que V.Exa. vai...

O SR. DEPUTADO REINALDO AZAMBUJA – Conclua a leitura, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Não, espera aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – É que o expediente..

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Sr. Presidente, não é porque o Senador Welington Dias chegou que nós vamos paralisar. É importante que seja determinado aqui: nós estamos aguardando a chegada do Senador ou lendo o experiente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado, a segunda fase...

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Sr. Presidente, precisamos entender o que estamos fazendo nesta Comissão: estamos obstruindo para que o Senador da base chegue ou lendo o expediente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Por gentileza, Deputado.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Isso é uma manobra

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – O item 2 chama-se Correspondência Externa Recebida. Havendo interesse do Plenário, passarei a ler também a Correspondência Externa Recebida.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – É importante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Oficio 17, de 2012, do Presidente da Associação dos Mutuários do Crédito Rural do Estado da Paraíba, Jair Pereira Guimarães, dando conhecimento e apresentando providências sobre o resumo da decisão proferida pelo Tribunal de Contas, em virtude da inércia do Banco do Nordeste em não cumprir a decisão supracitada.

Relatórios de Gestão Fiscal referentes ao primeiro quadrimestre de 2012, encaminhados em observância ao disposto no art. 55 da Lei de Responsabilidade Fiscal e no art. 118 da Lei de Diretrizes Orçamentarias para 2012, encaminhados pelos seguintes órgãos: Tribunais Regionais do Trabalho das Regiões: 5ª, 11ª, 13ª, 14ª, 17ª, 18ª e 23ª; Tribunais Regionais Eleitorais dos seguintes Estados: Alagoas, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Rio de Janeiro, Roraima, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Tocantins; Superior Tribunal de Justiça; Tribunal de Contas da União; Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios; Tribunal Superior Eleitoral; Tribunal Superior do Trabalho.

Avisos encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Benjamin Zymler, ao Presidente da CMO.

Aviso de 30 de maio. Acordão nº 1.351, de 2012, sobre a implantação da Refinaria Premium II no Estado do Ceará .

Aviso de 6 de junho, de nº 651, de 2012 – peço silêncio para que o Plenário possa acompanhar a leitura –, sobre Obras de Eletrificação Rural do Estado do Piauí no âmbito do Programa Luz para Todos.

Aviso encaminhado pelo Vice-Presidente no exercício da Presidência do Tribunal de Contas, Ministro Augusto Nardes, de 6 de junho – obra de construção de trecho rodoviário do Corredor Oeste-Norte, na BR-163, no Pará.

Pergunto ao Plenário se há necessidade da leitura das atas.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – É importante, Sr. Presidente.

(Não identificado) – Presidente, leitura das atas, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado Zeca Dirceu, por gentileza, gostaria que V.Exa. procedesse à leitura das atas. Em seguida, retomaremos a última reunião do ponto em que ela foi interrompida, quando estávamos deliberando.

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU – O Sr. Deputado Zeca Dirceu procederá à leitura da ata.

É lido o seguinte:

"Aos doze dias do mês de junho de dois mil e doze, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Deputado Paulo Pimenta. A reunião foi convocada em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme disposto no art. 9º, § 4º da Lei Complementar nº 101, de 2000. Para tanto, foi convidado o Sr. Arno Hugo Au-

gustin Filho – Secretário do Tesouro Nacional (STN). Foi registrado o comparecimento dos membros: (...)"

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Sr. Presidente, questão de ordem. O Deputado Zeca Dirceu está lendo, e eu não estou acompanhando! Eu preciso da ata da reunião em mão. Peço a V.Exa. que a distribua.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Vou providenciar.

(Não identificado) – Distribuição da ata, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – E que o Deputado Zeca Dirceu tenha um pouco mais de paciência para que seja distribuída a ata, e os Parlamentares possam acompanhar a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Perfeitamente. V.Exa. tem razão.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Agradeço a V.Exa.

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU –

"... Deputados titulares: Augusto Coutinho, Duarte Nogueira, Edio Lopes, Eliseu Padilha," ...

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Calma, Deputado Zeca Dirceu, nós não temos ainda a ata em mão. Tenha paciência! Calma!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Um momento.

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU –

"Felipe Maia, Giovanni Queiroz, (...)"

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Eu não recebi ainda. Eu ainda não recebi a ata. V.Exa. tem de ter um pouco de paciência, para que eu receba a ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – A ata já está à disposição dos Srs. Parlamentares que desejarem acompanhar a leitura.

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU –

"João Maia, João Paulo Lima, Luciano Castro, Paulo Foletto, Paulo Pimenta, Paulo Rubem Santiago, Paulo Wagner, Professora Dorinha Seabra Rezende, Reinaldo Azambuja, Renato Molling, Waldenor Pereira e Wandenkolk Gonçalves; – Senadores titulares: Antonio Carlos Valadares, Flexa Ribeiro, Paulo Paim, Romero Jucá e Vicentinho Alves; – Deputados suplentes: Antonio Brito, Cláudio Puty, Luiz Carlos Setim, Osmar Serraglio, Toninho Pinheiro e Vanderlei Siraque; – Senadora Suplente: Angela Portela. Foi registrada a presença do seguinte parlamentar não-membro, Deputado Gilmar Machado. ABERTURA: às quinze horas e vinte e quatro minutos, o Presidente declarou iniciada a reunião, anunciando que o Sr. Arno Hugo Augustin Filho já estava presente à mesa. Anunciou também a presença do Subsecretário, Sr. Cleber Oliveira; do Coordenador, Sr. Felipe Bardella, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, e do Secretário-Adjunto, Sr. George Soares, da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Para melhor ordenamento dos trabalhos, o Presidente avisou que, de acordo com o estabelecido no art. 256, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o palestrante disporia de 20 minutos para fazer a sua exposição, não podendo ser aparteado. Ainda conforme o estipulado no art. 256, § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo. Foi anunciada a abertura da lista de inscrição para o debate. A palavra foi passada para o Secretário do Tesouro Nacional, Arno Hugo Augustin Filho, que iniciou sua apresentação. Ao término da apresentação, haviam registrado inscrição para o debate os Deputados João Paulo Lima, Gilmar Machado e Duarte Nogueira. O primeiro inscrito teceu comentários elogiosos sobre a apresentação rápida e compreensível. Falou, ainda, sobre a dimensão dos efeitos da crise na Europa sobre a economia brasileira. O palestrante, a pedido do Presidente, respondeu logo em seguida, dizendo que os impactos sobre a economia nacional são vistos com otimismo, quando comparados à crise de 2008. O segundo inscrito também elogiou a apresentação por sua forma objetiva e fez perguntas sobre previsão de receita realizada por aquela Secretaria, normalmente inferior à realizada pelo Congresso Nacional. Perguntou sobre revisão da realização da receita, uma vez que há interesse em facilitar os empenhos em prefeituras antes da proibição prevista pela legislação eleitoral. O último inscrito fez perguntas sobre metas fiscais e crescimento econômico. Ao fim da manifestação dos inscritos para debate, o Presidente passou a palavra para que o palestrante respondesse às perguntas dos Deputados Gilmar Machado e Duarte Nogueira. ENCERRAMENTO: às dezesseis horas e vinte minutos, após agradecimentos aos presentes, o Presidente encerrou a reunião. Antes, porém, avisou que a 7ª Reunião Ordinária, aberta e suspensa naquela data, seria reaberta no dia treze de julho, às quatorze horas e trinta minutos, e, se necessário, também seria reaberta às dezoito horas ou em horário posterior dessa mesma data. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. Deputado PAULO PIMENTA, Presidente."

"Aos doze e treze dias do mês de junho do ano de dois mil e doze, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 2 da Câmara dos Deputados, com objetivo de apreciar as matérias constantes na Pauta nº 12. Nesse período, foi registrado o comparecimento dos seguintes Parlamentares: – Deputados titulares: Augusto Coutinho, Duarte Nogueira, Edio Lopes, Eliseu Padilha, Felipe Maia, Giovanni Queiroz, João Leão, João Maia, João Paulo Lima, Josias Gomes, Laurez Moreira, Leandro Vilela, Luciano Castro, Lucio Vieira Lima, Osmar Júnior, Paulo Foletto, Paulo Pimenta, Paulo Rubem Santiago, Paulo Wagner, Professora Dorinha Seabra Rezende, Reinaldo Azambuja, Renato Molling, Waldenor Pereira, Wandenkolk Gonçalves e Zeca Dirceu; – Senadores titulares: Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Benedito de Lira, Clésio Andrade, Flexa Ribeiro, Paulo Paim, Romero Jucá, Vicentinho Alves e Wellington Dias; – Deputados suplentes: Antonio Brito, Celso Maldaner, Cláudio Puty, Félix Mendonça Júnior, Jaime Martins, Joaquim Beltrão, Luiz Carlos Setim, Marcos Rogério, Marcus Pestana, Osmar Serraglio, Toninho Pinheiro, Vanderlei Siraque e Waldir Maranhão; – Senadores suplentes: Angela Portela, Antonio Russo E Sérgio Souza. Foi registrada a ausência dos membros titulares: – Deputados: Aníbal Gomes, Arnaldo Jardim, Arnon Bezerra, Cida Borghetti, Mauro Lopes e Ratinho Junior; – Senadores: Cássio Cunha Lima e Sérgio Petecão. ABERTURA: Às quinze horas e três minutos, havendo número regimental conforme estabelecido no art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional, o Presidente, Deputado Paulo Pimenta (PT/RS), declarou iniciados os trabalhos, informando sobre inexistência de quorum para deliberação na representação do Senado Federal. Assim, anunciou que a reunião seria suspensa, mas antes convocou continuação para o dia treze de junho, às quatorze horas e cancelou a realização de reunião extraordinária, convocada para doze de junho, às dezoito horas. No dia treze de junho, às quatorze horas e quarenta e três minutos, a reunião foi declarada reiniciada pelo Presidente, que informou haver quorum regimental para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. AVISOS: O Presidente informou que através do Ofício nº P-219/2012, de 23/5/2012, da Presidência, solicitou à Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados-COFF/CD – que elaborasse estudo técnico sobre o exame da legalidade da publicidade para a sociedade das informações encaminhadas pelo Poder Judiciário sobre os precatórios constantes na Lei Orçamentária Anual. Por isso, por decisão da Presidência, estarão disponíveis na Página da Comissão na Internet a partir de treze de junho de dois mil e doze, as informações sobre os precatórios constantes na Lei Orçamentária de 2012. Apreciação das Atas das seguintes Reuniões: 3ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 24 e 25 de abril de 2012; 2ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 8 de maio de 2012; 1ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 9 de maio de 2012; 4ª Reunião Ordinária, realizada no dia 15 de maio de 2012; 3ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 16 de maio de 2012; 5ª Reunião Ordinária, realizada no dia 22 de maio de 2012; 2ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 23 de maio de 2012; 6ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 29 e 30 de maio de 2012; 1ª Reunião Conjunta de Audiência Pública, realizada no dia 5 de junho de 2012. O Deputado Duarte Nogueira solicitou a leitura das Atas, e o Presidente concedeu-lhe a palavra para lê-las. Após a leitura, o Deputado Felipe Maia apresentou Questão de Ordem, de acordo com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, afirmando que em cada reunião deverá ser votada a ata da reunião anterior, e não um bloco de atas. O Presidente informou que pela falta de acordo para votação das matérias nas reuniões anteriores, as atas foram se acumulando sem serem votadas. Em seguida, o Deputado Felipe Maia argumentou que cada ata deve ser discutida e votada separadamente, e como seriam votadas em bloco, seria necessário mais tempo para discussão. O Presidente informou que cada Parlamentar disporia de 5 minutos, de acordo com o art. 130, inciso I, da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional. O Deputado Felipe Maia informou que iria recorrer da decisão do Presidente, e o mesmo comunicou que encaminhará a Questão de Ordem ao Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney. O Deputado Duarte Nogueira levantou outra Questão de Ordem, afirmando que o diploma legal citado anteriormente pelo Presidente aplica-se a matérias de natureza orçamentária e as atas não se inserem neste contexto, e por isso, deve ser observado o disposto no art. 38 do Regimento Comum, que permite aos oradores, na discussão, o prazo máximo de vinte minutos. O Deputado João Leão contraditou a Questão de Ordem levantada. Por fim, o Presidente concedeu o prazo de cinco minutos para discussão das Atas. Discutiram os Deputados Felipe Maia, Duarte Nogueira, Reinaldo Azambuja, Marcus Pestana e Augusto Coutinho. Ao discutir as Atas, o Deputado Reinaldo Azambuja solicitou que elas contivessem mais informações sobre a reunião. Em resposta, o Presidente comunicou que foi implantado um sistema

que disponibiliza o registro taquigráfico online da reunião da CMO, criado por iniciativa do Departamento de Taquigrafia da Câmara dos Deputados. O sistema encontra-se na página da CMO na Internet, em link sob o nome de "Discursos em Tempo Real". Finalizada a discussão, o Presidente colocou as Atas em votação na representação da Câmara dos Deputados. O Deputado Felipe Maia pediu verificação de votação, com apoiamento dos Deputados Duarte Nogueira, Reinaldo Azambuja, Augusto Coutinho e da Professora Dorinha Seabra Rezende, conforme dispõe o art. 136 da Resolução nº 1/2006, alterada pela de nº 3/2008, ambas do Congresso Nacional. O Presidente designou o Senador Antonio Carlos Valadares para fazer a chamada nominal dos representantes da Câmara dos Deputados. Finalizada a chamada, o resultado proclamado pelo Presidente na votação nominal foi o seguinte: votos SIM: 18 e 5 abstenções. Em seguida, o Presidente informou que as Atas foram aprovadas na representação da Câmara dos Deputados. Contudo, durante a votação, declararam-se em obstrução os seguintes Deputados: Duarte Nogueira, Reinaldo Azambuja, Augusto Coutinho, Felipe Maia, Professora Dorinha Seabra Rezende e Luiz Carlos Setim. Em votação na representação do Senado Federal, as Atas foram aprovadas por unanimidade. EXPEDIENTE: conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, foi dispensada leitura dos expedientes. O Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a sua inclusão nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes foi encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias nesta data. ORDEM DO DIA: Pauta 12. O Presidente concedeu a palavra ao Deputado Duarte Nogueira que recebeu o prazo de um minuto visando orientar o voto sobre o Requerimento para inversão de pauta objetivando apreciar, inicialmente, o Relatório Preliminar com Emendas apresentado ao Projeto de Lei nº 3/2012-CN (PLDO/2013), de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares. A apreciação foi adiada em virtude do início da Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados. O Presidente suspendeu a reunião às dezesseis horas e quarenta e oito minutos e convocou a reabertura para as dezoito horas do mesmo dia. Às dezoito horas e oito minutos o Presidente declarou reaberta a reunião e imediatamente a suspendeu, em virtude da continuação da Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados, convocando a reabertura para o mesmo dia, assim que fosse encerrada a Ordem do Dia nos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Deputado Duarte Nogueira indagou se a reunião seria reiniciada efetivamente, independentemente do horário. O Presidente respondeu que sim. Às dezenove horas e vinte e sete minutos, os trabalhos foram reiniciados pelo Presidente. O Deputado Duarte Nogueira solicitou, nos termos do art. 134, parágrafo único, da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional, o encerramento da reunião em virtude da inexistência de quorum no recinto. O Presidente acatou o pedido do Deputado Duarte Nogueira. ENCERRAMENTO: às dezenove horas e trinta e dois minutos, o Presidente declarou a reunião encerrada. Antes, porém, cancelou as reuniões extraordinárias marcadas para as dezoito horas do dia treze e para as dez horas do dia quatorze. Convocou, ainda, reunião ordinária para o dia dezenove de junho, às quatorze horas e trinta minutos, e reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO para a mesma data, às quatorze horas. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. – Deputado PAULO PIMENTA, Presidente."

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Deputado.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-las, em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

O SR. DEPUTADO BRUNO ARAÚJO – Verificação, Sr. Presidente, com o apoiamento dos demais partidos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Eu ainda não anunciei o resultado.

Aprovadas.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Verificação, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO BRUNO ARAÚJO – PSDB com apoiamento, verificando, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Aprovadas, contra os votos dos Deputados Duarte Nogueira e Felipe Maia.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO – Verificação conjunta do PPS, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – ACM Neto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – ACM Neto.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO – Verificação conjunta, PPS.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO – A verificação é pedida neste momento

aqui pelos Líderes dos três partidos de oposição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Perfeitamente.

Concedida a verificação, conforme previsão regimental.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO – O Democratas informa que está em obstrução e orienta a sua bancada para obstrução.

O SR. DEPUTADO BRUNO ARAÚJO – PSDB também está em obstrução, Sr. Presidente, e orienta a bancada a ficar em obstrução.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, quem pediu tem que votar.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO – O PPS também orienta a bancada para obstrução.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Eu não sou membro, eu pedi como Líder. Eu solicitei a verificação como Líder, Deputado Gilmar.

O SR. DEPUTADO BRUNO ARAÚJO – Isso vale para o PSDB da mesma forma, Deputado Gilmar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Os dois Líderes representam o *quorum* necessário para que seja concedida a verificação de 10% dos integrantes da Comissão. Nós vamos encaminhar a votação nominal.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Por gentileza, Senador Antonio Carlos Valadares, peço-lhe que nos ajude na votação.

Deputado Duarte Nogueira.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – Presidente, o único Deputado do bloco de oposição que votou em discordância à aprovação da ata fui eu. Os demais não se manifestaram e entraram em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Perfeitamente.

Passaremos à votação.

Representação na Câmara dos Deputados.

O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Primeiro, a representação do PT.

Deputado João Paulo Lima, de Pernambuco. *(Pausa.)*

Deputado Josias Gomes, da Bahia.

O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES – "Sim".

O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Presente. "Sim".

Paulo Pimenta, do Rio Grande do Sul. *(Pausa.)*

O Presidente não vota.

Deputado Waldenor Pereira.

O SR. DEPUTADO WALDENOR PEREIRA – Presente. "Sim".

O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Zeca Dirceu.

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU – Presente. "Sim".

O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – PMDB.

Deputado Aníbal Gomes. *(Pausa.)*

Deputado Edio Lopes. *(Pausa.)*

Deputado Eliseu Padilha.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA – "Sim".

O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Deputado Leandro Vilela.

O SR. DEPUTADO LEANDRO VILELA – "Sim".

O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Deputado Lucio Vieira Lima. *(Pausa.)*

Deputado Mauro Lopes.

O SR. DEPUTADO MAURO LOPES – "Sim".

O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Deputado Duarte Nogueira.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – "Não".

O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Um minuto, porque a Secretária vai pegar uma lista. *(Pausa.)*

Deputado Duarte Nogueira votou "não".

Deputado Reinaldo Azambuja.

O SR. DEPUTADO REINALDO AZAMBUJA – Entro em obstrução, Presidente.

O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Wandenkolk Gonçalves. *(Pausa.)*

Está em obstrução o PSDB.

PP.

Deputado João Leão. *(Pausa.)*

Deputado Renato Molling. *(Pausa.)*

Deputada Cida Borghetti. *(Pausa.)*

O DEM está em obstrução.

PR.

Deputado João Maia.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAIA – "Sim".

O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Deputado Luciano Castro.

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO – "Sim".

O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – PSB.

Deputado Paulo Foletto. *(Pausa.)*

Deputado Laurez Moreira. *(Pausa.)*

PDT.

Deputado Giovanni Queiroz. *(Pausa.)*

Deputado Paulo Rubem Santiago. *(Pausa.)*

Bloco PV/PPS em obstrução.

PTB.

Deputado Arnon Bezerra. *(Pausa.)*

PSC.

Deputado Ratinho Junior. *(Pausa.)*

PCdoB.

Deputado Osmar Júnior.

O SR. DEPUTADO OSMAR JÚNIOR – "Sim".

O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – PMN. *(Pausa.)*

Agora vamos chamar os suplentes.

PT.

Deputado Cláudio Puty. *(Pausa.)*

Deputado Leonardo Monteiro. *(Pausa.)*

Deputado Assis Carvalho. *(Pausa.)*

Deputado Vander Loubet. *(Pausa.)*

Deputado Vanderlei Siraque.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI SIRAQUE – "Sim".

O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – PMDB.

Deputado Celso Maldaner. *(Pausa.)*

Deputado Joaquim Beltrão. *(Pausa.)*

Deputado Hugo Motta.

O SR. DEPUTADO HUGO MOTTA – "Sim".

O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Deputado Osmar Serraglio. *(Pausa.)*

PSDB em obstrução.

PP.

Deputado Roberto Balestra. *(Pausa.)*

Deputado Toninho Pinheiro.

O SR. DEPUTADO TONINHO PINHEIRO – "Sim".

O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Deputado Waldir Maranhão.

O SR. DEPUTADO WALDIR MARANHÃO – "Sim".

O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – DEM está em obstrução.

PR.

Deputado Giacobo. *(Pausa.)*

Deputado Jaime Martins. *(Pausa.)*

PSB.

Deputada Sandra Rosado. *(Pausa.)*

Deputado Antonio Balhmann.

O SR. DEPUTADO ANTONIO BALHMANN – "Sim".

O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – PDT.

Deputado Félix Mendonça Júnior. *(Pausa.)*

Deputado Marcos Rogério.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO – "Sim".

O SR. DEPUTADO JOAQUIM BELTRÃO – Presidente, Joaquim Beltrão, suplente do PMDB, vota "sim".

O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Deputado Joaquim Beltrão, do PMDB, vota "sim".

O SR. DEPUTADO JOAQUIM BELTRÃO – Obrigado, Presidente.

O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – O Bloco PV/PPS está em obstrução.

PTB.

O SR. DEPUTADO PAULO WAGNER – Excelência, por favor.

O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Pois não.

O SR. DEPUTADO PAULO WAGNER – O PV. Da minha parte, voto "sim". Paulo Wagner.

O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Muito obrigado pela retificação.

O PPS está em obstrução, mas o PV vota "sim".

Deputado Stepan Nercessian. *(Pausa.)*

PTB.

Deputado Antonio Brito. *(Pausa.)*

PSC.

Deputado Leonardo Gadelha. *(Pausa.)*

PCdoB.

Deputada Manuela d'Ávila. *(Pausa.)*

Agora, vamos contar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Os Parlamentares que ainda não votaram e desejam fazê-lo.

Deputado Renato Molling, do PP do Rio Grande do Sul.

O SR. DEPUTADO RENATO MOLLING – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – "Sim" ou "não"?

O SR. DEPUTADO RENATO MOLLING – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Algum outro Parlamentar não votou?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado Renato Molling, do PP do Rio Grande do Sul.

O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – E é titular.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Algum outro Parlamentar deseja votar? *(Pausa.)*

Deputado Giovanni Queiroz. *(Pausa.)* Vota "sim".

O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Está contando os votos na Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO ANTONIO BRITO – Antonio Brito, "sim".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado Antonio Brito, "sim".

O SR. DEPUTADO BRUNO ARAÚJO – Sr. Presidente, V.Exa. não pode estar escrutinando voto e ao mesmo tempo...

V.Exa. tem que anunciar o resultado da votação. É incompatível...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Está encerrada a votação.

Por gentileza, procedam à contagem. *(Pausa.)*

O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Dezenove "sim".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Dezenove votos "sim", um voto "não", e os demais Parlamentares em obstrução.

Estão aprovadas na representação da Câmara.

Na representação do Senado.

Os Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Requerimento para inversão da pauta.

Nós já tínhamos concluído a discussão e estávamos no encaminhamento da votação.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, só para deixar registrado que são 20h20min. Para uma próxima verificação, só às 21h20min.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Perfeitamente.

Orientação de voto para o requerimento de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares para inversão da pauta.

Requerimento para inversão da pauta, para apreciar inicialmente o relatório preliminar com emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 3, de 2012.

Nós já concluímos a discussão. A discussão já foi encerrada, o requerimento está em votação.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Pode encaminhar contra, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – É orientação de voto. Está em votação.

V.Exa. tem 1 minuto para orientar a sua bancada.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Sr. Presidente, a bancada do Democratas, orientada contrariamente a esse requerimento de inversão de pauta, porque na nossa pauta existe o projeto preliminar da LDO, mas existem duas medidas provisórias de fundamental importância para a Região Nordeste. Eu me refiro às Medidas Provisórias nºs 566 e 569. A Medida Provisória nº 566 tem um crédito extraordinário de 706 milhões de reais. Inclusive, aproveito este momento para pedir planejamento ao Governo Federal, que mesmo tendo editado essa medida provisória há praticamente 1 mês, até o presente momento não foi executado um só real para acudir, salvar e proteger as vítimas da seca de mais de 850 Municípios do Nordeste. Aqui me refiro a mais de 19 milhões de pessoas que estão sofrendo, vítimas da seca do Nordeste.

Então, não assiste razão o requerimento ora discutido, uma vez que há matérias mais importantes na pauta a serem discutidas e votadas.

Portanto, a orientação do Democratas é "não" ao presente requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Obrigado, Deputado Felipe Maia.

O requerimento está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

Pauta nº 13.

Apreciação do relatório preliminar com emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 13, de 2012, que dispõe sobre a diretriz para a elaboração e execução da Lei Orçamentária 2013 e dá outras providências.

Relator, Senador Antonio Carlos Valadares.

Foram apresentadas 72 emendas.

Voto do Relator: pela aprovação do relatório preliminar, com emendas nos termos apresentadas pelo Relator, com indicação pela aprovação parcial das Emendas de nºs 2, 7, 29, 34, 42, 51, 53, 56 e 62, e pela rejeição das demais.

O Relator está com a palavra para a apresentação do relatório preliminar.

O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, este relatório preliminar, como é do conhecimento dos membros desta Comissão, é definidor de regras para a apresentação de emendas que serão postas nos próximos 10 dias, isto é, no prazo estipulado na Resolução nº 1, para a elaboração do relatório final.

Esse relatório preliminar, como o próprio nome diz, é a fase preparatória para a elaboração do relatório definitivo. E é na antecipação do relatório definitivo que os Srs. Parlamentares poderão fazer as sugestões que acharem mais convenientes para o nosso relatório final.

Estamos reunidos, então, para a votação do relatório preliminar ao PLDO 2013. Esse relatório estabelece as regras de emendas ao PLDO 2013, inclusive quanto à elaboração de Anexo de Metas e Prioridades.

Foram apresentadas 72 emendas, no prazo regimental. Lamentavelmente, não podemos acolher todas. Todas são meritórias, mas considerando a rigidez das normas regimentais e das normas sobre orçamento público, nossos esforços redundaram na aprovação parcial de 23 emendas.

Nesse grupo estão incluídas as emendas com o propósito de incluir ações novas, desde que compatíveis com o PPA 2012/2015 no Anexo de Metas e

Prioridades, emendas que almejam aumentar o valor implícito a esse anexo e as emendas que pretendiam acolhimento de um número maior de contribuições dos Congressistas.

As emendas rejeitadas foram rejeitadas porque ou emendavam o próprio texto do projeto, que não é admissível, pois haverá o momento próprio para atender a essa pretensão, logicamente que nesse prazo que será concedido aos Parlamentares de 10 dias, ou criavam uma espécie de autor.

Por exemplo, um autor que se dizia do grupo das mulheres. Então, isso é proibido pela resolução, muito embora as mulheres mereçam o nosso maior apreço. Deveriam ter espaço em todos os lugares, e elas têm na apresentação, antes do relatório final, porque não é contemplado esse propósito pela Resolução nº 1.

Pediria ao Presidente e aos nobres Parlamentares que, já que o relatório preliminar foi publicado no dia 26 de maio e passou a ser do conhecimento público, ficássemos nesse resumo, nessa síntese, e passássemos, então, a fazer uma informação de que as emendas para a inclusão de dispositivos do texto foram rejeitadas, porque estamos aguardando a aprovação do relatório preliminar a fim de desencadearmos o processo das emendas.

As emendas sobre elaboração de Anexo de Metas e Prioridades a partir também de novas ações amparadas pelo PPA tiveram parecer pela aprovação parcial.

As emendas para aumentar o valor referencial de Anexo de Metas e Prioridades, pela aprovação parcial.

As emendas que criam e disciplinam emendas da bancada feminina, aquilo que eu disse, pela rejeição, porque não há possibilidade jurídica.

Emenda que propõe apresentação de emenda de Relator para inclusão de ações no Anexo de Metas e Prioridades...

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Sr. Presidente, uma questão de ordem. Eu não quero cansar o Relator, inclusive coloco-me à disposição, mas acho que o Relator é obrigado a ler o seu relatório. Ele está comentando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Não há necessidade da leitura.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Não é obrigatório pelo Regimento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Não, pode ser feita a apresentação.

O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – É o que eu estou fazendo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Por isso que ele foi distribuído por escrito a todos os senhores.

O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Emenda que propõe apresentação de emenda de Relator para inclusão de ações do Anexo de Metas – o parecer é pela aprovação parcial. O Relator poderá incluir até dez ações com base em emendas apresentadas.

Em resumo, Sr. Presidente, este é o nosso relatório que submeto à V.Exa. e aos eminentes membros desta Comissão para aprovação.

O momento propício, razoável e apropriado para uma participação importante, construtiva dos Parlamentares será após a aprovação deste relatório. Inclusive, nós incluímos um Anexo de Metas.

Senador Felipe Maia, eu quero destacar a V.Exa...

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Eu agradeço a V.Exa. Se Deus quiser e todos do Rio Grande do Norte aceitarem, eu vou ao tapete azul reunir-me com V.Exa. naquela Casa, na Câmara Alta. Eu sou da Câmara Baixa.

O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – ...porque V.Exa. manifestou muito o interesse de que eu lesse o relatório. Vou dizer uma coisa muito importante. O Governo, desta vez, não mandou o Anexo de Metas. Eu acho que o Anexo de Metas é uma oportunidade, um espaço que o Parlamentar tem de falar ao seu Estado, à sua região e dar um recado de prioridade, o que não seria concedido se nós não estivéssemos apresentando esse Anexo de Metas.

Em outras oportunidades, o Anexo de Metas veio junto com a proposta do Governo. Lamentavelmente, este ano não veio. E eu estou retificando essa omissão, colocando o Anexo de Metas, dando oportunidade aos Parlamentares para que opinem sobre a questão da LDO, para que não fiquemos, única e exclusivamente, na redação daquilo que já foi proposto pelo Governo.

Este é um dado importante que eu estou anunciando aos senhores, pois, a partir da aprovação deste relatório, teremos muito espaço para trabalhar. Mas sejamos rápidos, porque o tempo está passando.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Em discussão.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Com a palavra o Deputado Felipe Maia. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Por quanto tempo, Sr. Presidente? *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – Sr. Presidente, com a anuência do orador inscrito, eu gostaria de solicitar minha inscrição para a discussão da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado Duarte Nogueira.

(Não identificado) – Alguém mais quer se inscrever?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Eu serei bem rigoroso na concessão do tempo. Para não criar nenhum tipo de constrangimento, solicito aos Srs. Parlamentares que procurem ser breves. Eu vou conceder 5 minutos regimentais.

Com a palavra o Deputado Felipe Maia. *(Pausa.)*

Com a palavra a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Augusto Coutinho. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Felipe Maia.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente, quero parabenizar o Relator da LDO, o Senador Antonio Carlos Valadares, pelo projeto preliminar da LDO, concordando com o que foi dito aqui por S.Exa.

Eu não sei como nós podemos nos debruçar sobre um projeto de lei referente à Lei de Diretrizes Orçamentárias sem o Anexo de Metas. Eu fiquei bastante perplexo quando recebemos o projeto do Governo, no qual não veio anexado o projeto de metas. Mais perplexo fiquei quando a Ministra Miriam Belchior esteve aqui e disse que não tinha apresentado o Anexo de Metas, mas que ela iria trabalhar em prol da erradicação da pobreza.

Naquela oportunidade, eu manifestei o meu estranhamento, porque foi publicado um Anexo de Metas, mas que foi retirado do sistema, como se houvesse um Anexo de Metas e o Governo não quisesse se comprometer com os gastos do Orçamento. Eu já não entendia a ausência do Anexo de Metas, como não entendia, muito menos, a publicação nos sistemas do Ministério e a retirada *on-line* poucos minutos após.

No momento em que começamos a discutir o projeto preliminar da LDO, eu digo a V.Exa. que eu quero – não foi minha intenção, de forma nenhuma, Sr. Presidente e Sr. Relator, cansar o Relator, o Senador Valadares, quando eu pedi que ele lesse – ler com calma, depois, o relatório. Mas não irei, Sr. Presidente, Sr. Relator, desperdiçar os poucos minutos que me restam, porque tenho que fazer não um comentário, mas uma denúncia sobre o Orçamento da União e a forma como vem sendo aplicado.

Preocupa-me muito estarmos nos debruçando sobre um projeto preliminar e depois abrirmos um prazo para a apresentação de emendas e vermos o que está acontecendo nesta semana: o uso, pelo Palácio do Planalto, de emendas parlamentares com fins eleitoreiros, o empenho de emendas parlamentares apenas para partidos da base do Governo, excluindo 100% os partidos da Oposição, como se fazer oposição no Congresso Nacional, numa política do Brasil, hoje, fosse diferente do que foi feito pelo PT no passado.

Eu não quero expor nenhum partido, Sr. Presidente, mas tive o prazer de escutar um Líder de um partido da base do Governo dizer, na reunião dos Líderes, com a presença do Presidente Marco Maia, que tinha aprendido com o PT a fazer oposição raivosa, diferente da oposição que hoje é feita pelo Democratas e pelo PSDB, uma oposição construtiva, elegante, contributiva, diferente da que ele manifestou: *"Eu aprendi a fazer oposição ao Governo Fernando Henrique de uma forma grotesca, deselegante, radical"*.

Ele dizia: *"Não quero, Sr. Presidente Marco Maia, começar a utilizar deste modelo destrutivo de oposição, como o do PT, para lutar contra o Governo do qual hoje faço parte".*

Veja, Sr. Presidente, que o Líder desse partido – não vou aqui dizer para não expor nenhum Líder, porque não quero prejudicar os outros, eu quero, sim, ter o mesmo direito que a base do Governo. Eu quero não, eu exijo, Sr. Presidente e Sr. Senador Valadares. Aqui não somos de classe A ou B. Somos iguais. A Constituição diz que todos são iguais perante a lei. Se a Oposição do Democratas e do PSDB, nas palavras do Líder, é construtiva, não devemos ser discriminados nas nossas emendas parlamentares e muito menos o Governo não tem o direito de usar o Orçamento da União para fazer política, politiqueira, jogo baixo, como tem sido feito. Aqui tenho a prova.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – V.Exa., por gentileza, conclua.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Eu tenho quanto tempo, Sr. Presidente? São 5 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Já está no último minuto.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – No último minuto. Pois vamos lá. O PT, por exemplo, até o dia 8 deste mês, tinha empenhado a quantia de 311 mil reais. Até o dia 15, empenhou 4 milhões e 887 mil reais. Passou de 311 mil para quase 5 milhões de reais. O PR, 5 mil e 294 reais, passou para 4 milhões e 11 reais. O PP, de zero para 1 milhão e 474 reais. O PTB, de 320 mil para 4 milhões e 282 mil reais. O Democratas, Sr. Presidente, de zero para zero. O PSDB, de zero para zero. A Presidente da República está cometendo um crime de responsabilidade.

Para concluir, Sr. Presidente, quero aqui só ler o art. 85, para que os membros do Governo fiquem atentos ao que diz a Constituição:

"Art. 85. São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:

VI – a lei orçamentária;"

Se existe diferença em empenhos, se existe diferença em liberação, existe um crime de responsabilidade da Presidente da República.

Que fique o meu alerta, a minha denúncia neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Obrigado, Deputado.

Tem a palavra o Deputado Duarte Nogueira.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, para discutir o relatório preliminar do nobre Relator, Senador Antonio Carlos Valadares, quero aproveitar esta oportunidade para reafirmar, com toda transparência, a razão pela qual o PSDB encontra-se em obstrução.

Há duas semanas, a Ministra da Secretaria das Relações Institucionais esteve no gabinete da Presidência da Comissão Mista de Orçamento, reuniu-se com o Presidente desta Comissão, o Deputado que preside a reunião neste instante, Paulo Pimenta, mais os dois coordenadores dos partidos de oposição, Deputado Felipe Maia e eu, Deputado Duarte Nogueira, que represento, como coordenador, a bancada do PSDB.

Qual era a nossa demanda, se não informações e conhecer, por parte de quem orienta e dá as diretrizes do Governo dentro do Congresso, qual seria a relação, o cronograma, as tratativas que o Governo daria com a sua base e com a Mesa e a Oposição na Comissão Mista de Orçamento. Qual foi a nossa surpresa? Que até hoje, acho que, claro, a Rio+20 e os problemas de governo, como são os problemas que a economia começa a apresentar de baixo crescimento, entre outros assuntos, acabam tomando a agenda da Secretaria de Relações Institucionais. Mas o Governo, Presidente, repito, sequer indicou o coordenador dele nesta Comissão, como se faz de praxe todos os anos. O Líder do Governo no Congresso sequer reuniu-se com os coordenadores dos partidos, não da Oposição, mas do Governo.

O que vai acontecer agora, aqui, Senador Antonio Carlos Valadares? Vamos criar um clima de tal tensionamento, e eu vou antecipar o que vai acontecer não só agora, na votação da LDO, antes do recesso. Indo ao Plenário, depois de tratorado, como o Governo quer, sem dialogar, sem tratar de maneira republicana os direitos e deveres de cada Congressista, Senador e Deputado, e atropelar cada um na sua representação, um único Congressista, seja um único Senador ou Deputado Federal, poderá paralisar os trabalhos do Congresso quando as matérias forem ao Plenário.

Veja, Sr. Presidente. Se a nossa economia começa a desaquecer e o mundo não responde na mesma proporção às necessidades da absorção dos produtos brasileiros, nós, que já não estamos crescendo, podemos ter uma inflexão no desenvolvimento da nossa economia e do seu crescimento.

O que vai acontecer? A Presidenta Dilma, que hoje está calcada na sua popularidade em cima do resultado econômico, o que é muito bom para todos nós, brasileiros, poderá precisar de apoio, não da Oposição, mas da sua base de Governo. Aí nós vamos saber a dificuldade com que ela vai ter que tratar sem manter esse diálogo que está, de maneira muito abrupta, suprimindo totalmente a Oposição.

Vou aproveitar meu último minuto, Presidente, para repetir: esta relação que está ocorrendo, a partir de agora nesta Comissão, de atropelar o bloco de Oposição, de não tratar de maneira republicana as tratativas no que diz respeito à questão do relatório preliminar da Lei de Diretrizes Orçamentárias, a denúncia que fizemos da supressão da transparência, em todos esses assuntos nós vamos, reiteradamente, manter aqui a nossa posição.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que tratar a Oposição dessa maneira radical é um tiro no pé, e, repito, o Governo vai colher esses frutos inadequados logo mais à frente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Obrigado, Deputado Duarte Nogueira.

Tem a palavra o Deputado Reinaldo Azambuja.

O SR. DEPUTADO REINALDO AZAMBUJA – Sr. Presidente, quero cumprimentar o nosso Relator, autor do relatório preliminar da nossa LDO.

Preocupa-nos, Sr. Presidente, esse tratamento que nós vemos hoje, por parte do Governo, com os partidos de Oposição, como se na Câmara dos Deputados e no Senado nós tivéssemos Deputados e Senadores de uma classe A e outros tratados como classe B. Isso realmente nos preocupa muito, como leu aqui o Deputado Felipe Maia, nos empenhos que ocorreram durante esta semana, principalmente nessa diferenciação, que é muito triste.

É importante, no regime democrático, a participação das oposições, como foi no passado e na época do então Presidente Fernando Henrique Cardoso. O PT realmente fazia uma oposição praticamente contra o Brasil, votando contra matérias importantíssimas à época. Votou contra a Lei de Responsabilidade Fiscal, contra a instalação do Plano Real, que hoje dá sustentação à economia brasileira, e contra inúmeras matérias, fazendo uma oposição contra o País, à época.

E o que nós vemos hoje nas atitudes tomadas, como disse o nosso Deputado Duarte Nogueira? Faz-se uma reunião com a Ministra-Chefe das Relações Institucionais, senta com a Oposição, e nós vemos o tratamento que a Oposição tem aqui nesta Comissão. Acho que o alerta dado serve realmente para dizer

da importância que têm no regime democrático as oposições.

Essa denúncia feita pelo Deputado Felipe é realmente de se levar adiante, porque hoje se empenham milhões, fazendo-se uma barganha com vários Municípios e Prefeitos que estão indo à reeleição. Nada contra os Municípios, porque hoje realmente, nesse pacto federativo que vivemos, com uma concentração brutal de recursos na União, vemos os Municípios brasileiros penalizados, porque eles têm que arcar com sua saúde e com a educação. Hoje tudo está municipalizado, mas infelizmente os tributos desta carga tributária brutal que o povo brasileiro paga ficam centralizados na gastança da União, que não controla os gastos públicos e que perdeu, durante os anos em que tivemos uma economia mundial muito favorável, a oportunidade de fazer realmente o ajuste que deveria ser feito, as economias que deveriam ter sido feitas, para dar suporte a este momento difícil que vivemos hoje de uma economia mundial que atrapalha o crescimento brasileiro.

Agora, nós não podemos, Presidente e Relator, deixar de nos manifestar contra esse "tratoraço" que estão fazendo com as oposições nesta Comissão, principalmente desrespeitando o seu legítimo papel. Os Governos passam, mas nós precisamos manter esse regime, no qual as oposições têm que ter também a sua participação.

Nós aqui estamos defendendo pessoas que moram nos rincões dos nossos Estados, nos Municípios, e que necessitam também de investimentos importantes, diante dessa centralização hoje brutal dos recursos na mão da União, que gasta mal os recursos públicos, que hoje estão fazendo falta. Hoje nós vemos a diminuição. A União, que há 10 anos gastava 46% do que era investido na saúde e no País, passados 10 anos, gasta 30% do total dos recursos investidos em saúde no País, recursos esses da própria União. Então, nós vemos um afastamento da responsabilidade do Governo Federal, principalmente nesses investimentos importantíssimos hoje para a saúde do povo brasileiro.

O SR PRESIDENTE (Senador Vicentinho Alves) – Deputado Reinaldo Azambuja, o tempo de V.Exa. se encerrou. Tem V.Exa. 1 minuto para concluir.

O SR. DEPUTADO REINALDO AZAMBUJA – Para concluir, Sr. Presidente, afirmo que é muito importante que o Governo realmente faça sua parte. Em 10 anos diminuir 16% dos investimentos federais na área de saúde é o caos que nós estamos vivendo hoje. Quando temos a obrigatoriedade dos Municípios em gastarem 15%, acho que não temos nenhum Município no País que gasta menos de 20%, 25% ou até 30% do seu orçamento com a saúde.

Então, isso realmente, Presidente, nos revolta porque não se pode fazer isso com as oposições. Por isso apoiamos essa denúncia feita pelo nosso nobre Deputado Felipe Maia.

Obrigado, Presidente.

O SR PRESIDENTE (Senador Vicentinho Alves) – Concedo a palavra à eminente conterrânea e amiga, Deputada Professora Dorinha, por 5 minutos.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE – Antes de começar, Presidente, eu queria pedir um socorro, porque estou para congelar. Será que vou morrer de frio aqui dentro?

O SR PRESIDENTE (Senador Vicentinho Alves) – Vou pedir para diminuir o ar condicionado.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE – V.Exa. conhece o nosso Estado e a nossa temperatura. Estou quase morrendo de frio aqui!

O SR PRESIDENTE (Senador Vicentinho Alves) – A sua solicitação vai ser atendida pela assessoria.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE – Por favor, pode diminuir. No meu Estado a temperatura chega a 44 graus, não é Senador?

Sr. Presidente, Sr. Relator, talvez pela minha inexperiência, pois é meu primeiro mandato, tive a ilusão de que meus votos teriam o mesmo valor dos votos dos Deputados e Senadores da base do Governo. Sequer eu tinha ideia de que as emendas seriam negociadas, de que, ao apresentar uma emenda, para a educação, para a saúde, para a assistência, para algum Município, eu estaria sempre condicionada a alguma negociata, a uma boa vontade.

Eu entendo que os meus votos têm o mesmo peso. Eu represento o povo do meu Estado do Tocantins, que, ao me escolher, sabia em que partido eu estava e, mesmo assim, me escolheu para representar a minha bandeira, que é a educação, e o meu Estado. Então, eu não poderia deixar de manifestar, primeiro, o meu incômodo. Na verdade, é uma ilusão que o País tem em relação ao Congresso. Pensa que o Congresso está de pé, que é um Poder independente, mas isso não é verdade. Eu vejo uma Casa cheia de subserviência, uma Casa que é tratada de maneira desigual.

Eu gostaria de fazer um questionamento ao Relator. Minha área é a educação, que conheço bastante. Queria perguntar em relação ao que está abordado aqui, ao que está elencado na área de educação. A LDO se refere unicamente à complementação do FUNDEB. No entanto, nós vivemos num país com regime de colaboração, com Estados e Municípios com a responsabilidade de cuidar da educação pública do País, Municípios que, na organização tributária, são os

entes que menos ficam com recursos, mas têm maior responsabilidade de garantir a educação básica, o ensino fundamental, a creche, com o desafio de pagar o piso salarial. A maioria dos nossos Municípios sequer conseguem cumprir o piso salarial dos professores.

Estamos hoje nesta Casa numa grande luta, num trabalho em uma Comissão para o Plano Nacional de Educação. Esse Plano já veio com a proposta do Executivo de 7% do PIB para a educação. A partir das negociações, o Relator já chegou a 8%. Estamos na luta para chegar aos 10%. No entanto, ao verificarmos a proposta da LDO, ela só se refere à complementação do FUNDEB, que é uma pequena parte da ação da educação.

Pergunto sobre as ações estratégicas, sobre o cumprimento do PAR, que é um regime de colaboração, em que os recursos são definidos para a educação. Pergunto ainda, Sr. Relator, sobre a questão do equilíbrio e o que está sendo proposto no Plano Nacional, que estabelece, no mínimo – proposta da própria Presidente Dilma –, 7% do PIB para a educação. Já chegamos a 8%. Então, eu gostaria de saber, em relação à área da educação, como está sendo tratada.

Quero também fazer um apelo. Vou apresentar uma emenda e indago sobre a definição dos 250 mil como mínimo para serem colocados em termos de emenda na área de construção e 100 mil em relação à aquisição de equipamentos.

Gostaria que o Relator pudesse me dar atenção neste ponto. Em relação à questão dos 100 mil, Sr. Relator, sei de sua preocupação e esforço e sei que é um relatório preliminar, mas, ao colocar, por exemplo, uma emenda de 100 mil para a área da saúde, eu me vi com uma dificuldade. Às vezes, determinado Município tinha feito um pedido de um veículo, que ficaria no máximo em 50, 60 mil, mas eu tinha que dizer ao Município que descobrisse o que queria mais para chegar aos 100 mil. O mesmo se dá com os 250 mil.

Quero lembrar que este País tem uma realidade de muitos pequenos Municípios. Ao se colocar esse teto de 250 mil, acho que inviabilizamos o atendimento a centenas de Municípios do País que podem precisar de ajuda em alguma construção cujo valor seja diferente de 250 mil reais.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vicentinho Alves) – Pois, não, Deputada Dorinha.

Concedo a palavra ao Deputado Augusto Coutinho, por até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero mais uma vez reiterar, nesta sessão, a nossa preocupação e, aliás, o nosso dissabor em relação ao tratamento que o Governo Federal tem dado à bancada de oposição.

Eu tenho dito aqui, e não me canso de fazê-lo, que esta Casa precisa se impor, qualquer que seja o Governo. Lamentavelmente, não é a isso que estamos assistindo, principalmente quanto à falta de respeito com a Minoria por parte do Governo. O Governo tem usado recursos públicos, e muitos, para cooptar vários movimentos sociais, para cooptar vários partidos políticos. Ele precisava, na verdade, trabalhar republicanamente e, de fato, respeitar a Minoria, que representa grande parte do povo brasileiro, que nos colocou aqui no Congresso Nacional e na Câmara dos Deputados.

Mas, Sr. Presidente, outra preocupação nossa veio à tona depois de entrar em vigor a Lei de Acesso à Informação. O Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC e o Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA, entidades reconhecidas por trabalharem com análises sobre orçamento público, apontam que mudanças que o Governo quer fazer na estrutura do Orçamento da União para 2013 poderão prejudicar, e muito, a transparência dos gastos públicos.

Em tempos de compromisso que a sociedade exige de acesso às informações públicas e com essa edição da Lei de Acesso à Informação, amplamente divulgada, lamentavelmente, Sr. Presidente, nós somos surpreendidos com mudanças na estrutura do Orçamento da União, e essas mudanças poderão prejudicar a transparência nos gastos públicos.

O recém-implantado PPA deverá também sofrer modificações para se adequar a essas novas regras. O que se pretende fazer, Srs. Deputados, é ocultar o detalhamento das ações orçamentárias em nome de um melhor gerenciamento e transferir a visualização do que efetivamente é executado para fora da Lei Orçamentária do ano de 2013. Isso, eu não tenho dúvidas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, vai prejudicar não só o controle feito hoje por organizações da sociedade civil, como também o controle até do próprio Parlamento.

Segundo o Manual Técnico de Orçamento de 2013 da Secretaria de Orçamento e Finanças, o Governo pretende implementar algumas mudanças na LOA de 2013, que impactariam diretamente o trabalho de monitoramento do Orçamento feito pela sociedade civil organizada. Isso, de fato, Sr. Presidente, preocupa-nos bastante.

Em linhas gerais, as ações orçamentárias seriam agrupadas a partir do critério da sua finalidade. Ou seja, Srs. Deputados, que me ouvem com atenção nesta noite de hoje, ficariam evidenciados apenas serviços finais entregues à sociedade, os resultados da ação, reduzindo assim o alto grau de pulverização do Orçamento. O detalhamento necessário para a execução

das políticas, por sua vez, ficaria a cargo de um plano orçamentário, que tem um caráter somente gerencial, ou seja, não como consta na LOA.

Então, Sr. Presidente, neste minuto que me resta, deixo aqui a nossa preocupação. Em um momento e num tempo em que a sociedade civil necessita e exige acesso às informações, nós nos deparamos com a transparência ameaçada com uma mudança de regra do Governo Federal. Isso nos preocupa bastante, e é por isso que estamos aqui, Sr. Presidente, registrando essa nossa preocupação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Deputado.

Deputado Marcus Pestana, V.Exa. dispõe de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA – Sr. Presidente, as democracias modernas nasceram calcadas e marcadas por dois diplomas fundamentais: a Constituição, que substituiu o poder absoluto do rei, e o Orçamento Público, que substituiu, ao levar os tributos ao Tesouro Nacional, o Tesouro Real. É uma marca da democracia moderna.

No Brasil, ainda estamos engatinhando na formação de uma verdadeira cultura orçamentária. Nós nos viciamos no período de inflação aguda, quando o Orçamento Público era uma peça de ficção e o orçamento familiar, uma peça de humor negro.

O Orçamento, portanto, é o documento organizador das ações públicas, da aplicação dos recursos da sociedade, é uma bússola, para que o controle social possa existir sobre o desempenho orçamentário de todos os governos. E é fundamental transparência e consistência.

O relatório preliminar tem cinco problemas gravíssimos, a começar pelos parâmetros. Nós vivemos a cobrança permanente de que o Orçamento seja impositivo, realista, pé no chão, que não tenha gorduras, que não tenha contingenciamentos e que reflita a verdade do que se pretende fazer. E nós estamos trabalhando já com pressupostos de ficção, com PIB de 4,5%. Nós sabemos, assim como todo o mercado, toda a sociedade e o próprio Governo – e isso ficou claro nas audiências públicas que tivemos recentemente –, que o PIB este ano será alguma coisa em torno de 1,5% a 2,5%. Isso tem forte impacto.

Eu fui Secretário de Planejamento e Orçamento em Minas por 4 anos. O crescimento nominal da receita está estreitamente vinculado ao desempenho do PIB e à taxa de inflação. A projeção da taxa de inflação está boa, mas projetar 4,5% de PIB é já desmoralizar, de início, a peça orçamentária.

Por outro lado, estamos trabalhando com uma SELIC de 9,75%, quando a vigente já é muito menor. Isso impacta fortemente na principal despesa do Orçamento. Então, há ficção na receita e há ficção na despesa. Os fundamentos da construção desse Orçamento são flácidos, inconsistentes. E a massa salarial também sofrerá o impacto do baixo crescimento do PIB. Nós tivemos o menor crescimento da América do Sul em 2011, 2,7%, o último lugar, e o antepenúltimo da América Latina.

Quanto à saúde, é preciso ter clareza absoluta de que a Emenda 29 é um piso, não um teto. Nós lutamos, e o Deputado Toninho Pinheiro foi um grande lutador. Mas o Governo não permitiu vincular os 10%. A saúde é subfinanciada. Temos 750 reais habitante/ano para fazer tudo para todos. Universalidade e integralidade com qualidade é impossível.

Portanto, nós temos que trabalhar. O Deputado Toninho Pinheiro, como ex-Prefeito de Ibirité, muito pode dizer das necessidades e carências da saúde. Não podemos nos acomodar à Emenda 29.

Em terceiro lugar, temos a questão do redutor do resultado primário. Essa é uma inovação, uma jabuticaba. Não existe isso em lugar algum, Sr. Presidente. A consistência dos dados, a integridade dos dados, na execução orçamentária, é fundamental, inclusive para a credibilidade internacional. Não foi uma invenção brasileira, porque, no resultado primário, todos os investimentos... O PAC não é algo extraorçamentário; o PAC está dentro do Orçamento Público. Então, o resultado primário, no conceito internacional clássico, está comprometido. Esse é um grande problema.

Por outro lado, há discussão levantada sobre emendas. Há tramitando aqui emendas constitucionais tornando o Orçamento impositivo. É desmoralizante esse presidencialismo de cooptação.

Por último, Relator, há um grave problema que é não atender a bancada feminina. Esse é um grave pecado, fere a alma do relatório e o problematiza muito como base de projeção para o futuro do nosso Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Obrigado, Deputado.

Deputada Carmen Zanotto.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO – Obrigada, Sr. Presidente desta sessão, Deputado Paulo Pimenta. Quero cumprimentar o nobre Relator, o Senador Antonio Carlos Valadares.

Digo, Deputada Dorinha, que sou da região mais fria deste País, onde já houve 9,6 graus negativos, em Bom Jardim da Serra. Eu não sei se a temperatura do ar é para nos congelar e nos calar ou se é para tentar aquecer o nosso sangue, o nosso coração e o nosso

espírito de Parlamentares, para que façamos a defesa do nosso povo.

Nobre Presidente, Srs. Deputados, eu olho este relatório preliminar e começo pelo setor saúde, setor esse em que militei e milito. Entendo que nós avançamos, sim, quando regulamentamos a Emenda Constitucional 29, como está bem colocado aqui, definindo o que são gastos com ações e serviços de saúde. Era impossível, inadmissível, vermos gastos, no item saúde, com alimentação de creches, com serviços de saneamento básico, com planos privados de saúde para os servidores da saúde, e a população precisando efetivamente de mais recursos para a saúde.

Preciso dizer, nobre Relator, que não podemos efetivamente entender que saúde é apenas o gasto do exercício anterior, os 12% dos Estados ou os 15% do conjunto dos Municípios. Como foi bem dito aqui, a grande maioria absoluta dos Municípios já ultrapassaram os 15% há muito tempo. As Secretarias de Estado estão já, em sua grande maioria, nos 12%. E nós estamos vivendo um país onde a saúde é apenas prioridade durante o período de campanha.

Se nós olharmos agora a demanda do conjunto dos Municípios brasileiros para os pré-candidatos, veremos que é, sim, sem dúvida alguma, primeiro a saúde, depois a educação e, em alguns casos, alternando com a segurança pública. Nós não vamos fazer uma saúde de qualidade num país tão diferente, se nós efetivamente não entendermos que precisamos de mais recursos para o setor saúde. E quero acreditar que consigamos, a partir das emendas individuais e das emendas de bancada, reforçar o orçamento da saúde.

Quero dizer, nobres pares, que nós, da Oposição, estamos pedindo apenas um tratamento isonômico, até porque são 15 milhões de reais de emendas individuais para cada Parlamentar. Sabemos, inclusive, que a própria base do Governo não chega a 50% dos 15 milhões de reais. Sobre nós, da Oposição, não dá nem para falar.

Por outro lado, os 513 Parlamentares e o conjunto de Senadores geram expectativas no conjunto de Municípios. Quando indicamos uma emenda, quer seja para um equipamento num hospital, quer seja para a construção de uma unidade hospitalar, estamos gerando uma demanda para aquele Município. Poderíamos ser muito tranquilos para dizer: "*A nossa tarefa foi realizada*". Como foi realizada? Cabe a nós, Parlamentares, indicar a emenda, mas não cabe a nós, Parlamentares, a sua liberação. Porém, o conjunto dos Municípios aguarda efetivamente que consigamos, na condição de Parlamentares, atender os munícipes de cada um dos nossos Estados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Deputada.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO – Só para concluir, Sr. Presidente. Quero também, Deputada Dorinha, manifestar minha preocupação porque a gente não faz saúde sem recursos suficientes para a área da educação. E nós precisamos, sim, ampliar os recursos da educação.

Por último, e não menos importante, nobre Relator, em nome da bancada feminina – estamos aqui só a Deputada Dorinha e eu, em função de nossas colegas Parlamentares estarem acompanhando a Rio+20 –, quero dizer o quanto é importante nós buscarmos, Sr. Presidente, uma alternativa, para que possamos efetivamente contemplar a questão de gênero na nossa LDO e na destinação de recursos, para que possamos avançar nas políticas públicas das mulheres.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Deputada.

Com a palavra o Deputado Claudio Cajado. V.Exa. é o último inscrito.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, a Base está fugindo da discussão?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Pimenta) – V.Exa. dispõe de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Eu cheguei aqui para me inscrever, e havia pelo menos uns seis Parlamentares do Governo na minha frente. V.Exa. os chamou ou eles abriram mão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Abriram mão.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Abriram mão, o que reafirma que a Base está correndo da discussão. Muito bem! Por alguma razão que no decorrer do debate poderá aparecer.

Eu queria primeiro, Sr. Presidente, cumprimentar V.Exa. e o nobre Relator, Senador Valadares. Vejo que V.Exa., Senador, ao apresentar o seu relatório, tira o bode da sala, ao solicitar a inclusão do Anexo de Metas feito por este Parlamento. De fato, V.Exa. atuou nessa medida de absoluta competência do Parlamento. Anos anteriores, nós tivemos rasgada a Constituição e a competência do Congresso Nacional, ao não termos a discussão e a votação dos Anexos de Metas. Porém, eu espero que, se conseguirmos votar, resgatemos essa prerrogativa, que é exclusiva do Congresso Nacional.

Eu queria me ater a alguns pontos da discussão, principalmente no segundo bode que ficou, meu nobre Relator, Senador Valadares, que é a possibilidade de o Governo poder executar, caso não votemos o Orçamento proposto em custeio e em investimentos, independente da votação no Congresso Nacional. Essa medida já foi proposta e reiteradamente está sendo

proposta pelo Executivo. Significa avocar-se da condição de não apenas executar, mas legislar efetivamente no Orçamento. Se V.Exa. não retirar da possibilidade de o Executivo, se não votarmos o Orçamento no exercício, poder executar o Orçamento com custeio e investimento, não há por que continuarmos aqui discutindo essa matéria, porque o Governo, *sponte sua*, terá a possibilidade de fazer execução plena do jeito que mandou e do jeito que a seu bel-prazer desejar.

Esse é, portanto, outro bode que permanece, e eu espero que V.Exa. dê o mesmo fim que deu nos primeiros parágrafos do seu relatório ao apresentá-lo.

Quero dizer, Sr. Presidente, que, se fosse eventualmente como existe, para o custeio, o pagamento de salários, gastos inadiáveis com combustíveis, telefones, energia elétrica, para que a máquina tenha a sua continuidade assegurada, tudo bem. Mas falar em investimentos sem o Orçamento ter sido votado eu acho que é passar um pouco dos parâmetros que devam nortear a equidade e a distinção da harmonia entre os Poderes com a sua legítima independência. Portanto, é uma observação que eu faço a V.Exa., meu nobre Relator, para que possamos, de igual forma, dar um fim a essa proposta que, reiteradamente, está sendo solicitada pelo Executivo, e não é deste momento apenas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – V.Exa. tem 1 minuto.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – De outra forma, eu não vi, e posso estar enganado, que não há previsão de reajuste dos salários dos servidores.

Então é importante, Sr. Presidente, que o Governo, que tem ampliado a sua base de funcionalismo, principalmente com os "companheiros", possa assegurar uma política salarial remuneratória para que não aconteça com o Governo Federal – ainda bem que o Governo reconheceu o erro com os médicos federais – o que está acontecendo no Estado da Bahia. Naquele Estado, os professores estão em greve há mais de 60 dias, pedindo, solicitando, implorando um aumento de 22%, que é o que se estabelece como relação mínima de remuneração estipulada pelas inúmeras discussões que travamos aqui em que se estabeleceu um piso básico dos professores. Portanto, na Bahia, não se observando a política salarial, estamos trazendo um enorme prejuízo aos alunos, que estão efetivamente sem estudar por conta de uma greve que se estende e que hoje foi anunciado que irá permanecer pelo menos até o mês de julho.

Nós não estamos vendo aqui a política de reajuste salarial dos servidores públicos federais. E, de igual forma, eu não vejo políticas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – O tempo de V.Exa. já se esgotou.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, já está acabando o meu tempo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Já acabou o seu tempo.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Então, para concluir, eu diria que, com a seca que se abateu – o Relator, não o Presidente da Comissão, mas o Relator é de um Estado nordestino, Estado em que a seca está prejudicando milhões de sergipanos e nordestinos –, nós teríamos que colocar na Lei Orçamentária uma projeção, uma política contra a seca. Eu sugeriria que, na elaboração da LDO, nós tivéssemos uma previsão inicial de fazermos uma política pública efetiva de combate à seca, para que a peça orçamentária, quando vier, já tenha as diretrizes de uma política inexistente e que traz danos irreparáveis à vida humana, à vida daqueles que vivem da pecuária e da agricultura e principalmente daqueles que vivem no Sertão do Norte e Nordeste do Brasil afetados pela seca.

Portanto, Sr. Presidente, essas são as colaborações que eu trago neste momento, reservando-me para apresentá-las mais adiante também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Deputado.

A discussão está encerrada.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Requerimento sobre a mesa.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO – Isso. Há um requerimento nosso pedindo adiamento da votação.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE – Sr. Presidente, eu queria fazer novamente um apelo. Alguns Deputados estão saindo para ficarem aquecidos lá fora por um tempo. Seria possível reduzir?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – V.Exa. faz um apelo para?

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE – Frio, está muito frio, Sr. Presidente. Já fiz um pedido. Já peguei jaqueta, mas eu acho que nós não estamos aqui para congelar.

Eu estou aguardando uma resposta do Relator, porque ele me sinalizou que eu aguardasse. Se V.Exa. pudesse pedir que ele me esclarecesse...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Perfeitamente. No momento adequado, ele vai responder às questões.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE – Qual será?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Posteriormente. Na análise do requerimento.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE – Ah, é depois? Eu fiz a pergunta agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Há um requerimento sobre a mesa:

"Nos termos do art. 40 do Regimento Comum do Congresso Nacional, requeiro a V.Exa. o adiamento da votação da proposição, relatório preliminar, por 48 horas, ao PL 03/2012.

Deputada Carmen Zanotto."

V.Exa. pode apresentar o seu requerimento.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO – Está com V.Exa., e eu justifico o porquê do pedido. Primeiro, em função de estar representando o meu Líder, Deputado Rubens Bueno, que está no Rio de Janeiro, estou na condição de Líder do PPS e tomei conhecimento do relatório a partir da apresentação feita aqui pelo nobre Senador Antonio Carlos Valadares. Como previsto no Regimento, nós podemos pedir, então, adiamento da votação por até 48 horas.

Quero submeter à votação este requerimento, porque entendo ser de suma importância o conhecimento detalhado deste relatório preliminar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Deputada.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Peço a palavra para orientar a bancada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Está com a palavra, para orientar a bancada, o Deputado Felipe Maia. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Um minuto, Sr. Presidente? *(Pausa.)* Obrigado.

A orientação do Democratas é no sentido da aprovação do requerimento ora apresentado. Aqui já foi falado, no início das minhas palavras, que o texto preliminar da LDO dispõe de muitos itens. São diversos assuntos tratados, em que, por opção do Relator, Senador Antonio Carlos Valadares, não foi lido na íntegra o relatório, e sim apresentados alguns pontos.

É claro que o Relator, por ter feito o seu relatório, conhece a matéria a fundo e todos os pontos. Então é mais do que justificável que as lideranças possam dispor de um tempo de, no mínimo, 48 horas para analisar com calma esse projeto preliminar, esse relatório preliminar, para que nós possamos, sim, nos debruçar e votar o texto com profundo conhecimento de todas as matérias, elogios e críticas, se porventura vierem a se fazer necessários.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Deputado. A orientação do Democratas é "sim", é isso?

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Portanto, Sr. Presidente, a orientação do Democratas é no sentido de aprovar o requerimento apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado Duarte Nogueira.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – Sr. Presidente, o PSDB apoia o requerimento de adiamento por 48 horas, apresentado pela Vice-Líder do PPS, Deputada Carmen Zanotto, que é oportuno, dada a complexidade da matéria e ainda o não esgotamento dos esclarecimentos necessários para que nós possamos ter a certeza na hora de apormos o nosso voto à matéria.

A despeito do trabalho zeloso e competente do Senador Antonio Carlos Valadares, a bancada do PSDB orientará seu voto "sim", para que nós possamos, em sendo aprovado esse requerimento, ter as 48 horas necessárias para nos debruçarmos sobre a matéria e tirarmos as dúvidas que ainda estão por ser superadas.

Nós chamamos atenção aqui na semana passada inclusive sobre o aspecto da questão orçamentária, do plano de orçamento, que retira transparência da matéria, e esse é um assunto que de fato vamos querer aprofundar.

Eu citei aqui, Sr. Presidente, na semana passada, e agora reitero, que essa matéria relatada pelo Senador Antonio Carlos Valadares inova quando cria o plano orçamentário, que vem a ser essa identificação orçamentária de caráter gerencial não constante da Lei Orçamentária Anual.

Posto isso, a bancada do PSDB orienta o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Deputado.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO – Sr. Presidente, para orientar a bancada, eu quero, como Líder do PPS, fazer inclusive um apelo ao nosso representante, Deputado do PV, porque compomos o Bloco PV/PPS, pela importância e magnitude desse relatório, para que se vote "sim" ao adiamento da matéria, nessa votação do relatório preliminar, para que, assim como o nobre Relator se debruçou e dedicou inúmeras horas a esse relatório preliminar, nós também possamos efetivamente votar esse relatório com muita tranquilidade, mas com a clareza absoluta de que foi feito o melhor possível para esse relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Em votação.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO – Peço verificação de *quorum*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Os Srs. Deputados que concordam com o requerimento permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO – Verificação de *quorum*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Os que discordam...

Rejeitado.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO – Verificação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – V.Exa., como Líder do PPS, não tem os números necessários para....

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – Tem o apoiamento do PSDB.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Porém, os Deputados Felipe Maia e Duarte Nogueira se acoplam a essa verificação, formando um bloco de quatro Deputados, o que sustenta o nosso pedido de verificação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado Felipe Maia e Duarte Nogueira.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – Mais os dois que ela representa somam quatro.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Mais os dois que ela representa, está feito o pedido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Os Parlamentares que fazem parte do apoiamento contarão como *quorum*.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Votação nominal. Vamos tentar pegar o ritmo mais forte para votação nominal.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – O PSDB está em obstrução.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO – O Bloco PPS/PV em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Pelo PT, Deputado João Paulo Lima. *(Pausa.)*

Deputado Josias Gomes. *(Pausa.)*

Deputado Waldenor Pereira. *(Pausa.)*

Deputado Zeca Dirceu.

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU – "Não".

O SR. DEPUTADO WALDENOR PEREIRA – "Não", Sr. Presidente.

O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Pelo PMDB, Deputado Aníbal Gomes. *(Pausa.)*

O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Deputado Waldenor Pereira, Deputado Zeca Dirceu.

PMDB:

Deputado Aníbal Gomes. *(Pausa.)*

Deputado Edio Lopes. *(Pausa.)*

Deputado Eliseu Padilha.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA – "Não".

O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Deputado Leandro Vilela.

O SR. DEPUTADO LEANDRO VILELA – "Não".

O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Deputado Lucio Vieira Lima. *(Pausa.)*

Deputado Mauro Lopes.

O SR. DEPUTADO MAURO LOPES – "Não".

O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – O PSDB está em obstrução.

PP:

Deputado João Leão. *(Pausa.)*

Deputado Renato Molling.

O SR. DEPUTADO RENATO MOLLING – "Não".

O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Deputada Cida Borghetti. *(Pausa.)*

O DEM está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – V.Exa. tem de chamar os Deputados do Democratas, porque aqueles que estão contando *quorum* têm de votar.

O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Então vou chamar o PSDB, que eu não havia chamado.

Deputado Duarte Nogueira.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – Votei "sim", Relator.

O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Deputado Reinaldo Azambuja. *(Pausa.)*

Deputado Wandenkolk Gonçalves. *(Pausa.)*

Agora vamos para o DEM:

Deputado Augusto Coutinho. *(Pausa.)*

Deputado Felipe Maia. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado Augusto Coutinho!

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO – Em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Se V.Exa. está contando para o apoiamento, pelo artigo...

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Não está?

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Perfeito.

O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Augusto Coutinho. *(Pausa.)*

Deputado Felipe Maia.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – "Sim".

O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende. *(Pausa.)* Obstrução.

Deputado Resende.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Quem são os quatro do apoiamento?

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Os dois do PPS mais...

O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Professora Dorinha Seabra Rezende. *(Pausa.)* Obstrução.

PR:

Deputado João Maia. *(Pausa.)*

Deputado Luciano Castro. *(Pausa.)*

PSB:

Deputado Paulo Foletto. *(Pausa.)*

Deputado Laurez Moreira. *(Pausa.)*

PDT:

Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Voto "não", Sr. Relator.

O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Deputado Paulo Rubem Santiago. *(Pausa.)*

Bloco PV/PPS:

Deputado Arnaldo Jardim. *(Pausa.)*

Deputado Paulo Wagner. *(Pausa.)*

PTB:

Deputado Arnon Bezerra. *(Pausa.)*

PSC:

Deputado Ratinho Junior. *(Pausa.)*

PCdoB:

Deputado Osmar Júnior. *(Pausa.)* Não.

Suplentes.

PT:

Deputado Cláudio Puty. *(Pausa.)*

Deputado Leonardo Monteiro. *(Pausa.)*

Deputado Assis Carvalho. *(Pausa.)*

Deputado Vander Loubet. *(Pausa.)*

Deputado Vanderlei Siraque.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI SIRAQUE – "Não".

O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – PMDB:

Deputado Celso Maldaner. *(Pausa.)*

Deputado Joaquim Beltrão.

O SR. DEPUTADO JOAQUIM BELTRÃO – "Não".

O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Deputado Hugo Motta.

O SR. DEPUTADO HUGO MOTTA – "Não".

O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Deputado Osmar Serraglio. *(Pausa.)*

PSDB:

Deputado Carlos Alberto Leréia. *(Pausa.)*

Deputado Marcus Pestana. *(Pausa.)*

PP:

Deputado Roberto Balestra. *(Pausa.)*

Deputado Toninho Pinheiro. *(Pausa.)* "Não".

Deputado Waldir Maranhão. *(Pausa.)*

DEM:

Deputado Eli Correa Filho. *(Pausa.)*

Deputado Lira Maia. *(Pausa.)*

Deputado Luiz Carlos Setim. *(Pausa.)*

PR:

Deputado Giacobo. *(Pausa.)*

Deputado Jaime Martins. *(Pausa.)*

PSB: Deputada Sandra Rosado. *(Pausa.)*

Deputado Antonio Balhmann. *(Pausa.)*

PDT:

Deputado Felix Mendonça Júnior. *(Pausa.)*

Deputado Marcos Rogério.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO – "Não".

O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Bloco PV/PPS: Deputado Roberto de Lucena. *(Pausa.)*

Deputado Stepan Nercessian. *(Pausa.)*

PTB:

Deputado Antonio Brito.

O SR. DEPUTADO ANTONIO BRITO – "Não".

O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – PSC:

Deputado Leonardo Gadelha. *(Pausa.)*

PCdoB:

Deputada Manuela d'Ávila. *(Pausa.)*

Alguém deixou de ser chamado? É a hora e o momento de dizer, para poder votar. *(Pausa.)*

Então, está encerrada a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta)| – A votação está encerrada.

O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Agora vamos à apuração. *(Pausa.)*

Resultado: 14 votos "não" e dois "sim".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Portanto, tendo sido rejeitado na Câmara, o requerimento não vai ao Senado.

Encerrada a discussão e encerrado o prazo para destaques.

Não foram apresentados destaques.

O relatório preliminar está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

Em votação na representação do Senado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Presidente, eu gostaria de dar uma resposta à Deputada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – A palavra está a sua disposição.

O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Rapidamente, devido ao adiantado da hora e pelo fato de eu ter, depois desta, uma reunião política que talvez vá até a 1 hora da manhã, para decidir uma questão de Sergipe.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA – O senhor quer que vamos lá obstruir?

O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Seria um prazer que V.Exas. estivessem lá para nos ajudar.

Vamos, então, à MP. Depois eu... Permita-me, Deputada?

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE – Eu gostaria da resposta.

O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Eu darei a resposta a V.Exa., faço questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Perfeito.

Senhores, concluída a votação do relatório preliminar, informo que o prazo para a apresentação de emendas ao projeto de lei será do dia 20 ao dia 27 de junho. Publicação das emendas, no dia 2 de julho. Relatório do Relator, dia 3 de julho. Discussão e votação do relatório e das emendas, até o dia 12 de julho. Encaminhamento do parecer na Comissão à Mesa do Congresso Nacional, até o dia 12.

Chamo atenção dos senhores para o fato de que o prazo para a apresentação das emendas é até o dia 27.

O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Qual é a questão, Deputado?

O SR. DEPUTADO TONINHO PINHEIRO – Eu apoio a Presidenta Dilma, inclusive o povo brasileiro está apoiando S.Exa. pela sua honestidade, pela sua competência. Mas eu não posso deixar de registrar aqui uma coisa muito importante: nós temos que saber que quando há uma morte ou uma doença sem assistência, é um pecado. Então, cabe a nós ter hombridade.

No meu caso, eu apoio a Presidenta Dilma, mas eu não sou puxa-saco. Sei que ela é uma grande Presidente? Sei. Mas perfeito, no mundo, só Deus. Nós temos virtudes e temos defeitos.

Eu queria deixar destacada a minha insatisfação com o relatório. Nós temos que lutar, todos nós, Oposição e Situação, para que possamos estabelecer obrigações verdadeiras, cristãs, concretas, reais no investimento à saúde.

Nós não podemos mais aceitar no relatório apresentado aqui que V.Exa. estabeleça, por exemplo, a necessidade de normatizar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Deputado.

O SR. DEPUTADO TONINHO PINHEIRO – Isso é coisa de urgência. Então, eu falo isso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Agradeço a sua contribuição.

O SR. DEPUTADO TONINHO PINHEIRO – Mas eu tinha que deixar esse registro, do meu coração...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Está feito o seu registro.

O SR. DEPUTADO TONINHO PINHEIRO – Nós precisamos colocar recursos na saúde. É inaceitável que não se faça isso.

O SR. DUARTE NOGUEIRA – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Vamos para a Pauta nº 13.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – Sr. Presidente, Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado Duarte Nogueira.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – Gostaria de fazer uma observação a V.Exa., sempre muito zeloso pelo bom entendimento entre os Congressistas desta Comissão Mista.

O prazo que V.Exa. estabeleceu para apresentação de emendas é muito exíguo. Eu gostaria de sugerir a V.Exa. que adotasse como prazo – e V.Exa. pode, de ofício, fazê-lo – 10 dias, porque há várias inovações no relatório, a forma como foi apresentado o projeto de diretrizes orçamentárias inova. Há necessidade de uma acuidade entre as assessorias do Senado e da Câmara, para que nós possamos produzir, ao emendá-lo, o objeto legiferante adequado.

Portanto, eu gostaria de pedir a V.Exa. que considerasse, já vencida e vitoriosa a aprovação do relatório preliminar, um prazo de apresentação de emendas de 10 dias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Perfeito. Vamos encaminhar para o dia 28, para que fique a bom termo, prorrogando mais dois dias, atendendo ao apelo do Líder Duarte Nogueira. Até dia 28 é o prazo para as emendas.

Pauta nº 13.

Conforme o disposto no parágrafo único do art. 110 da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional, passaremos à apreciação do relatório apresentando à Medida Provisória nº 566, de 2012, que *"abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e de Integração Nacional, no valor global de 706 milhões e 400 mil reais, para os fins que especifica".*

Relator: Senador Wellington Dias.

Foram apresentadas nove emendas.

Voto: favorável, nos termos da medida provisória, com indicação pela inadmissibilidade das nove emendas apresentadas.

O Relator está com a palavra, para a apresentação do relatório.

O SR. SENADOR WELLINGTON DIAS – Sr. Presidente, conforme amplamente distribuído, em razão de todo o exposto, opinamos pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância, urgência e imprevisibilidade das despesas constantes da Medida Provisória nº 566, de 2012; pela sua adequação financeira e orçamentária; pela inadmissão das emendas apresentadas; e, no mérito, pela aprovação da matéria, nos termos propostos pelo Poder Executivo.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional, declaro inadmitidas as emendas indicadas pelo Relator no seu voto.

O relatório está em discussão.

Deputado Felipe Maia.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Sr. Presidente, uma questão de ordem. A que horas será possível fazer a próxima verificação?

O SR. SENADOR WELLINGTON DIAS – Às 22h30min.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Às 22h30min.

Sr. Presidente, eu queria cópia da MP, que eu não tenho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – A palavra está a sua disposição, Deputado.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Mas eu não tenho a MP. Eu queria ver a MP.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Às 21h33min foi encerrada a votação, então, 22h33min.

O Deputado Felipe Maia está pedindo a MP!

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Sr. Presidente, inicialmente, para aqui deixar claro e não haver controvérsia quanto à minha posição política nesta Casa...

O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Sr. Presidente, permitam-me V.Exa. e o Deputado Felipe que eu possa dar uma resposta, uma vez que vou ter que me retirar...

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – À Professora Dorinha.

O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – ...em virtude de compromisso inadiável, porque senão vou ter um prejuízo político muito sério.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Claro, lógico. V.Exa. tem a palavra e eu aguardo, para poder fazer o meu pronunciamento sobre a MP 566.

O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – A Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, o Deputado Marcus Pestana, o Deputado Toninho Pinheiro e a Deputada Carmen Zanotto tiveram a oportunidade de registrar algumas preocupações que eu, de forma resumida, irei responder objetivamente.

Com respeito à Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, que manifestou preocupação, que considero legítima, com o processo educacional, informo que no decorrer da discussão do texto que iremos apresentar, não só V.Exa., como aquelas que representam outros interesses, como o da saúde, poderão apresentar emendas ao anexo de metas que estamos aprovando. E se estiverem de acordo com as normas técnicas consentidas pela Resolução nº 1, logicamente que não vamos levar em consideração fator numérico, ou seja, dinheiro, número, recursos, uma vez que isso cabe ao projeto de lei orçamentária.

O que estamos estabelecendo aqui são regras para a apresentação de emendas. Essas emendas vão estabelecer diretrizes, por exemplo, para a educação e para a saúde. V.Exa. terá todas as condições de apresentar, com esse objetivo, para fortalecer o sistema educacional para o exercício 2013, estabelecendo regras claras sobre esse setor. E se estiverem de acordo com a lei de diretrizes orçamentárias, no nosso relatório preliminar, nós aprovaremos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Senador.

O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – A mesma coisa com relação à saúde.

Afinal, o Deputado Pestana fala na questão do duodécimo. Isso será objeto também de debate durante a discussão do texto propriamente dito, para o relatório final. V.Exa. terá oportunidade de debater e apresentar emendas. Nós vamos, então, apreciá-las.

Agradeço, então, aos nobres Parlamentares a aprovação. E mesmo aqueles que não aprovaram, tenho certeza absoluta de que estão torcendo por um Brasil melhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Cumprimento V.Exa. pelo relatório preliminar.

Em discussão a matéria.

Deputado Felipe Maia.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Sr. Presidente, antes de entrar na discussão, eu queria ler a minha contestação ao voto do Relator pelo indeferimento das emendas que foram apresentadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – V.Exa. deseja, neste momento, entrar com uma

contestação pelo fato de as emendas terem sido consideradas inadmitidas.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Contestação da rejeição de algumas emendas que foram apresentadas à Medida Provisória nº 566.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – V.Exa. está com a palavra.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, com base no art. 148 da Resolução nº 1, de 2006, e como membro coordenador representante do Partido Democratas no Colegiado de Líderes da CMO, proponho a presente contestação ao voto do Relator pela inadmissibilidade das emendas de remanejamento propostas à Medida Provisória nº 566, de 14 de maio de 2012, que se encontra em tramitação nesta Comissão.

As Emendas nºs 1, 2 e 3, consideradas inadmitidas pelo Relator, são fruto do exercício pleno das prerrogativas parlamentares previstas no art. 166, § 3º, da Constituição, as quais são essenciais para a constitucionalidade do processo legislativo a que se submetem as medidas provisórias. Nesse sentido, o Relator viola mandamento constitucional ao inadmiti-las. O art. 167, inciso VI, também da CF, veda o remanejamento de uma categoria de programação para outra, sem prévia autorização legislativa. Dessa forma, como poderia o Governo, por meio de decreto, remanejar os recursos do subtítulo Nacional para os Estados/Municípios, sem descumprir mandamento constitucional?

Ademais, o Relator sepulta o Princípio Orçamentário da Especificação ou Especialização, enunciado no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, da seguinte maneira:

"Segundo este princípio, as receitas e despesas orçamentárias devem ser autorizadas pelo Poder Legislativo em parcelas discriminadas e não pelo seu valor global, facilitando o acompanhamento e o controle do gasto público.

O princípio da especificação confere maior transparência ao processo orçamentário, possibilitando a fiscalização parlamentar, dos órgãos de controle e da sociedade, inibindo o excesso de flexibilidade na alocação dos recursos pelo Poder Executivo. Além disso, facilita o processo de padronização e elaboração dos orçamentos, bem como o processo de consolidação das contas."

Com efeito, na Declaração Incidental de Inconstitucionalidade – ADIN nº 4.029, de 2012, o Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucional o art. 5 da Resolução nº 01, de 2002, a qual estabelecia prazo para a CMO examinar as medidas provisórias e sobre elas emitir parecer. A atribuição prevista no § 9º do art. 62 da Constituição não se submete a prazos, por ser fundamental tanto o debate amplo quanto a deliberação do colegiado para a legitimidade e a constitucionalidade do processo legislativo insculpido na Constituição relativamente às medidas provisórias.

Em analogia a esse entendimento jurisprudencial, defendemos o poder-dever de o Parlamentar atuar de forma ampla na apreciação e votação das medidas provisórias sem sofrer limitação na Resolução nº 1, de 2006, especialmente em seu art. 111, cuja aplicação pelo Relator resultou na inadmissão das emendas que propunham o remanejamento dos recursos, a despeito de a própria Constituição orientar em sentido contrário. Sendo assim, propugnamos a inconstitucionalidade do art. 111 da Resolução nº 01, de 2006.

Registre-se, ainda, por ser de suma importância, que a medida provisória ora contestada padece de vício desde o seu nascituro, o qual precisa ser sanado pelo Congresso Nacional, uma vez que, na exposição de motivos, restou bem claro que os recursos seriam utilizados para amenizar os efeitos da forte estiagem no Semiárido da Região Nordeste. Entretanto, em vez do subtítulo ser específico para a citada região, tem-se que o mesmo é de natureza nacional. Tal situação evidencia claramente uma omissão do Poder Executivo, a qual pode ser obrigatoriamente corrigida pelo Congresso Nacional através de atuação dos seus Parlamentares, os quais têm a prerrogativa de apresentar emendas saneadoras, conforme determina o § 3ª, inciso III, do art. 166 da Constituição Federal.

Vejamos:

> *"Art. 166. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum.*
> § 1º Caberá a uma comissão mista permanente de Senadores e Deputados:
> .....
> ....
> § 2º As emendas serão apresentadas na comissão mista, que sobre elas emitirá parecer, e apreciadas, na forma regimental, pelo plenário das duas Casas do Congresso Nacional.
> § 3º As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso:
> .....
> .....
> III – sejam relacionadas:
> com a correção de erros ou omissões; ou(...)"

De fato, a Constituição Federal vigente adota o princípio de duplo grau de competência quando se trata do processo legislativo de elaboração das leis orçamentárias e seus créditos adicionais. O Poder Executivo inicia o processo encaminhando o projeto de lei ao Poder Legislativo, que o aprecia, altera e aprova a proposta. No caso da medida provisória, a aplicação desse princípio tem o condão de prevenir e dirimir as injustiças que eventualmente ocorreram no primeiro grau de competência. Estados que se sentiram prejudicados podem recorrer aos seus representantes Parlamentares e solicitar uma distribuição juridicamente mais justa. Durante o processo legislativo das medidas provisórias, o Parlamentar atende seu Estado e os Municípios pela aprovação de emendas de remanejamento de recursos do subtítulo nacional para os Estados.

A decisão do Relator de inadmitir emendas que realocam recursos do subtítulo nacional viola o princípio da transparência e o imperativo constitucional de reduzir as desigualdades regionais e sociais nas regiões efetivamente afetadas; colide, também, com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, descumprindo, direta ou indiretamente, as normas constitucionais que asseguram a plenitude da atividade legislativa ao Parlamentar.

É sabido que é vedada a edição de medidas provisórias que têm por objeto matérias orçamentárias, incluindo nestas os créditos adicionais, gênero de que são espécies os créditos extraordinários. A única exceção, prevista no art. 167, § 3º, da Constituição Federal, que permite abertura de crédito extraordinário, restringe e limita às despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

Pela inteligência do instituto da medida provisória, extrai-se que cumpre ao Poder Legislativo exercer o controle constitucional preventivo, emitindo o juízo prévio sobre o atendimento de seus pressupostos constitucionais, incluindo nestes os princípios expressos e tácitos contidos na Constituição. São nestes que encontramos o princípio da ampla liberdade de participação parlamentar nas atividades legiferantes, lhes garantindo a proposição de emendas às matérias orçamentárias com amplo objetivo, ficando restrito apenas às vedações constitucionais e infralegais, que têm apoio na Constituição, não cabendo, portanto, ao Relator, com base em norma interna, fragmentar a pirâmide que representa nosso sistema legal, atingindo seu ápice – a Constituição Federal de 1988.

Cabe-nos, ainda, enfrentar uma nova demanda na sociedade, qual seja a necessidade de o poder público se estruturar para instrumentalizar o controle social e o exercício da cidadania. É de conhecimento público a malversação dos recursos públicos das medidas provisórias, com o direcionamento indevido de recursos e utilização destes para privilegiar alguns, violando os princípios republicanos. Tal fato foi possível pelo excesso de liberdade para a prática de atos discricionários na execução dos créditos extraordinários contidos nas medidas provisórias, já que estes créditos são abertos sem a definição da localização dos beneficiários e da dotação orçamentária, alocando os recursos, na sua totalidade, ao substituto Nacional. Portanto...

(Conversas paralelas.)

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Senador, esta é a contestação. É importante. É fundamentada, embasada na Constituição Federal.

Portanto, o remanejamento da dotação para as regiões afetadas propostas pelas emendas atende ao desejo de coletividade diretamente prejudicada e dos cidadãos no exercício da cidadania, sendo que, ao inadmiti-las, o Relator descrumpre mandamento constitucional previsto no art. 166, § 3º, inciso III.

Resta-nos, ainda, analisar o contraditório em relação à prestação jurisdicional administrativa exercida pelo Ministério da Integração Nacional ao reconhecer o estado de calamidade pública. A homologação, pelo Ministério da Integração Nacional, do decreto estadual que declara o estado de calamidade pública nos Municípios afetados pela estiagem, entre outros efeitos, provoca a alocação prévia dos recursos e autoriza a sua imediata execução.

Por último, levo ao conhecimento de V.Exa. que, em 2008, foi aberto precedente com outra medida provisória, a MP 448, de 2008, que tramitou nesta Comissão. As emendas de remanejamento dos recursos da medida provisória mencionada foram declaradas admitidas pelo Plenário da CMO naquele exercício, quando foi deferida a contestação apresentada pelo Partido Democratas. Como resultado final, a medida provisória foi convertida na Lei nº 11.983, de 2008, com os remanejamentos aprovados, conforme demonstra documento anexo.

Diante do exposto, Sr. Presidente, pedimos que seja deferida a presente contestação e que V.Exa. não declare inadmitidas as Emendas de nºs 1, 2 e 3.

Caso não seja este o entendimento de V.Exa., o que não se acredita, pede-se que seja a presente contestação submetida à apreciação do Plenário desta Comissão, para declarar admitidas as Emendas de nºs 1, 2 e 3 .

Essa é a minha contestação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado Felipe Maia, eu considero que o tema é muito relevante. Tenho-me debruçado sobre ele. Acho que nós vamos ter que aprofundar a discussão sobre isso. Mas o nosso parecer, da Consultoria Legislativa, todo o estudo que foi feito na Consultoria de Orçamento foi no sentido do indeferimento liminar das contestações. Mas eu acho que nós temos que abrir uma discussão sobre isso, em função da mudança do rito das MPs.

No entanto, aqui eu vou basear-me no parecer da nossa Consultoria pelo indeferimento das contestações.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Eu peço a V.Exa. que submeta ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Vou submeter ao Plenário a contestação apresentada pelo Deputado Felipe Maia. S.Exa. solicitou que seja levada ao Plenário, contra a minha decisão.

Nós vamos encaminhar a votação sobre posicionamento contrário à minha posição. O Deputado Felipe Maia está encaminhando contrariamente à posição do Presidente pelo indeferimento.

Portanto, os Parlamentares que acompanham o Presidente vão permanecer como estão, os contrários...

Então, em votação.

Os Srs. Deputados que concordam com a decisão do Presidente pelo indeferimento das emendas e contrária à contestação do Deputado Felipe Maia permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada na Câmara. *(Pausa.)*

Foi aprovada a decisão do Presidente.

Agora colocarei em votação na representação do Senado.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – Sr. Presidente Paulo Pimenta, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Só para concluir a votação, Deputado.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – Sr. Presidente, nós não temos número mínimo para deliberar.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, só depois de 1 hora é que pode ser pedida a verificação.

O SR.DEPUTADO FELIPE MAIA – Não é verificação, é questão de ordem, Sr. Presidente!

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – É presença, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Nós estamos em regime de votação.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Primeiro tem que concluir a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Em votação na representação do Senado.

Os Srs. Senadores que concordam com a decisão do Presidente permaneçam como estão. Aqueles que discordam, que se manifestem de outra forma. *(Pausa.)*

Aprovada na representação do Senado.

O Deputado Duarte Nogueira levanta uma questão regimental, a inexistência de *quorum* mínimo do Senado para o funcionamento...

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – O art. 134 do Regimento Comum (Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional) diz o seguinte:

"Art. 134 Os trabalhos da CMO somente serão iniciados com a presença mínima de 1/6 (um sexto) de sua composição em cada Casa.

Parágrafo único. No curso da reunião, verificada a presença de Senadores ou Deputados em número inferior ao estabelecido no caput, o Presidente suspenderá ou encerrará a reunião, ex officio, ou por provocação de qualquer Parlamentar."

Portanto, é cabível a nossa questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Perfeitamente. V.Exa. tem razão e esta Presidência vai suspender a reunião, marcando sua continuidade para amanhã, às 14 horas.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Sr. Presidente, nós pedimos o encerramento da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – A reunião está suspensa.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Mas nós pedimos que seja encerrada a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado, o parágrafo único do art. 134 estabelece que no curso da reunião, verificada a presença de Senadores e Deputados em número inferior, o Presidente a suspenderá ou encerrará. Portanto, cabe ao Presidente decidir.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – V.Exa. não decidiu por encerrar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – O Presidente decidiu pela suspensão.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – V.Exa. não reconsidera a posição?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Está suspensa a reunião, que continuará amanhã, às 14 horas.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Declaro reiniciada a 3ª reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação de matérias constantes na pauta.

"Art. 134. Os trabalhos da CMO somente serão iniciados com a presença mínima de 1/6 (um sexto) de sua composição em cada Casa."

Devido a não presença de um sexto de representação no Senado e na Câmara, sou obrigado a encerrar a reunião, contra a minha vontade. Lamento que o calendário das sessões da Câmara e do Senado não estejam ajudando no funcionamento da Comissão. Não será de responsabilidade da Comissão eventuais atrasos de cronogramas das Casas durante o mês de julho.

Cancelo as reuniões marcadas para hoje às 18 horas e às 20 horas e amanhã para às 10 horas.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada esta reunião.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

DEPUTADOS

Verificação de votação ocorrida na 3ª Reunião Extraordinária, realizada em 19/06/2012

Matéria: _____

TITULARES

PARTIDO	PARLAMENTAR	SIM	NÃO	ABST
PP	JOÃO LEÃO – BA			
	RENATO MOLLING – RS	X		
	CIDA BORGHETTI - PR			
DEM	AUGUSTO COUTINHO – PE			
	FELIPE MAIA – RN			
	PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE – TO			
PR	JOÃO MAIA – RN	X		
	LUCIANO CASTRO – RR	X		
PSB	PAULO FOLETTO – ES			
	LAUREZ MOREIRA – TO			
PDT	GIOVANNI QUEIROZ – PA	X		
	PAULO RUBEM SANTIAGO - PE			

(1) Designação feita nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN (Rodízio)
(2) Vaga cedida pelo PMN ao PMDB, conforme Ofício nº 296/2012/SGM/P, de 13/03/2012

SUPLENTES

PARTIDO	PARLAMENTAR	SIM	NÃO	ABST
PP	1. ROBERTO BALESTRA – GO			
	2. TONINHO PINHEIRO – MG	X		
	3. WALDIR MARANHÃO – MA	X		
DEM	1. ELI CORREA FILHO – SP			
	2. LIRA MAIA – PA			
	3. LUIZ CARLOS SETIM - PR			
PR	1. GIACOBO – PR			
	2. JAIME MARTINS – MG			
PSB	1. SANDRA ROSADO – RN			
	2. ANTONIO BALHMANN - CE	X		
PDT	1. FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR – BA			
	2. MARCOS ROGÉRIO - RO	X		

8 Sim

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

DEPUTADOS

Verificação de votação ocorrida na 3ª Reunião Extraordinária, realizada em 19/06/2012

Matéria: _____

TITULARES

PARTIDO	PARLAMENTAR	SIM	NÃO	ABST
Bloco (PV/PPS)	ARNALDO JARDIM – PPS/SP			
	PAULO WAGNER – PV/RN	X		
PTB	ARNON BEZERRA – CE			
PSC	RATINHO JUNIOR – PR			
PCdoB	OSMAR JÚNIOR – PI	X		
PMN (1)	VAGA CEDIDA AO PMDB			

(1) Designação feita nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN (Rodízio)
(2) Vaga cedida pelo PMN ao PMDB, conforme Ofício nº 296/2012/SGM/P, de 13/03/2012

SUPLENTES

PARTIDO	PARLAMENTAR	SIM	NÃO	ABST
Bloco (PV/PPS)	1. ROBERTO DE LUCENA – PV/SP			
	2. STEPAN NERCESSIAN – PPS/RJ			
PTB	1. ANTONIO BRITO – BA	X		
PSC	1. LEONARDO GADELHA - PB			
PCdoB	1. MANUELA D'ÁVILA - RS			
PMN (1)	1. VAGA CEDIDA AO PMDB			

RESULTADO DA APURAÇÃO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS		
Votos SIM:	19	
Votos NÃO:	—	
Abstenções:	—	
Total Votantes:	19	

3 Sim

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

SENADORES

Verificação de votação ocorrida na 3ª Reunião Extraordinária, realizada em 19/06/2012

Matéria: _____

TITULARES

PARTIDO	PARLAMENTAR	SIM	NÃO	ABST
Bloco Apoio ao Governo (PT/PDT/ PSB/PCdoB/ PRB	WELLINGTON DIAS – PT/PI			
	ANTONIO CARLOS VALADARES – PSB/SE			
	PAULO PAIM – PT/RS			
Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/ PSC)	ROMERO JUCÁ – PMDB/RR			
	BENEDITO DE LIRA – PP/AL			
	CLÉSIO ANDRADE – PMDB/MG			
Bloco da Minoria (PSDB/DEM)	CÁSSIO CUNHA LIMA – PSDB/PB			
	FLEXA RIBEIRO – PSDB/PA			

(1) Designação feita nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN (Rodízio)

SUPLENTES

PARTIDO	PARLAMENTAR	SIM	NÃO	ABST
Bloco Apoio ao Governo (PT/PDT/ PSB/PCdoB/ PRB	1. VANESSA GRAZZIOTIN – PcdoB/AM			
	2. ANGELA PORTELA – PT/RR			
	3.			
Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/ PSC)	1.			
	2. SÉRGIO SOUZA – PMDB/PR			
	3.			
Bloco da Minoria (PSDB/DEM)	1.			
	2.			

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

às 21h33
19/6/2012

FOLHA DE VOTAÇÃO NOMINAL

Atualizado em 24/05/2012

Verificação de votação ocorrida na 3ª Reunião Extraordinária, realizada em 19/06/2012

Matéria: Requerimento para adiamento da votação do Relatório Preliminar com Emendas ao PLDO 2013 da Deputada Carmen Zanotto (líder PPS)

Apoiamento: Deputados Duarte Nogueira e Felipe Maia Vice-líder PSDB

DEPUTADOS

TITULARES

PARTIDO	PARLAMENTAR	SIM	NÃO	ABST
PT	JOÃO PAULO LIMA - PE			
	JOSIAS GOMES - BA			
	PAULO PIMENTA – RS			
	WALDENOR PEREIRA - BA		X	
	ZECA DIRCEU – PR		X	
PMDB	ANÍBAL GOMES - CE			
	EDIO LOPES (2) - RR			
	ELISEU PADILHA - RS		X	
	LEANDRO VILELA - GO		X	
	LUCIO VIEIRA LIMA			
	MAURO LOPES - MG		X	
PSDB	DUARTE NOGUEIRA – SP	X		
	REINALDO AZAMBUJA – MS			
	WANDENKOLK GONÇALVES – PA			

(1) Designação feita nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN (Rodízio)
(2) Vaga cedida pelo PMN ao PMDB, conforme Ofício nº 296/2012/SGM/P, de 13/03/2012

SUPLENTES

PARTIDO	PARLAMENTAR	SIM	NÃO	ABST
PT	1. CLÁUDIO PUTY – PA			
	2. LEONARDO MONTEIRO – MG			
	3. ASSIS CARVALHO			
	4. VANDER LOUBET – MS			
	5. VANDERLEI SIRAQUE – SP		X	
PMDB	1. CELSO MALDANER (2)			
	2. JOAQUIM BELTRÃO		X	
	3. HUGO MOTTA		X	
	4. OSMAR SERRAGLIO - PR			
	5.			
	6.			
PSDB	1. CARLOS ALBERTO LERÉIA – GO			
	2. MARCUS PESTANA			
	3.			

8 NÃO
1 SIM

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

SENADORES

Verificação de votação ocorrida na 3ª Reunião Extraordinária, realizada em 19/06/2012

Matéria: _____

TITULARES

PARTIDO	PARLAMENTAR	SIM	NÃO	ABST
PTB	ARMANDO MONTEIRO – PE			
PR	VICENTINHO ALVES – TO			
PSD (1)	SÉRGIO PETECÃO - AC			

(1) Designação feita nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN (Rodízio);

SUPLENTES

PARTIDO	PARLAMENTAR	SIM	NÃO	ABST
PTB	1. MOZARILDO CAVALCANTI – RR			
PR	1. ANTONIO RUSSO – MS			
PSD (1)	1. KÁTIA ABREU - TO			

RESULTADO DA APURAÇÃO NO SENADO FEDERAL	
Votos SIM:	
Votos NÃO:	
Abstenções:	
Total Votantes:	

Página 5 de 5

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

DEPUTADOS

Verificação de votação ocorrida na 3ª Reunião Extraordinária, realizada em 19/06/2012

Matéria: _____

TITULARES

PARTIDO	PARLAMENTAR	SIM	NÃO	ABST
PP	JOÃO LEÃO – BA			
	RENATO MOLLING – RS		X	
	CIDA BORGHETTI - PR			
DEM	AUGUSTO COUTINHO – PE			
	FELIPE MAIA – RN	X		
	PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE – TO			
PR	JOÃO MAIA – RN			
	LUCIANO CASTRO – RR			
PSB	PAULO FOLETTO – ES			
	LAUREZ MOREIRA – TO			
PDT	GIOVANNI QUEIROZ – PA		X	
	PAULO RUBEM SANTIAGO - PE			

(1) Designação feita nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN (Rodízio)
(2) Vaga cedida pelo PMN ao PMDB, conforme Ofício nº 296/2012/SGM/P, de 13/03/2012

SUPLENTES

PARTIDO	PARLAMENTAR	SIM	NÃO	ABST
PP	1. ROBERTO BALESTRA – GO			
	2. TONINHO PINHEIRO – MG		X	
	3. WALDIR MARANHÃO – MA			
DEM	1. ELI CORREA FILHO – SP			
	2. LIRA MAIA – PA			
	3. LUIZ CARLOS SETIM - PR			
PR	1. GIACOBO – PR			
	2. JAIME MARTINS – MG			
PSB	1. SANDRA ROSADO – RN			
	2. ANTONIO BALHMANN - CE			
PDT	1. FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR – BA			
	2. MARCOS ROGÉRIO - RO		X	

4 - não
1 - sim

Página 2 de 5

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

DEPUTADOS

Verificação de votação ocorrida na 3ª Reunião Extraordinária, realizada em 19/06/2012

Matéria: _____

TITULARES

PARTIDO	PARLAMENTAR	SIM	NÃO	ABST
Bloco (PV/PPS)	ARNALDO JARDIM – PPS/SP			
	PAULO WAGNER – PV/RN			
PTB	ARNON BEZERRA – CE			
PSC	RATINHO JUNIOR – PR			
PCdoB	OSMAR JÚNIOR – PI		X	
PMN (1)	VAGA CEDIDA AO PMDB			

(1) Designação feita nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN (Rodízio)
(2) Vaga cedida pelo PMN ao PMDB, conforme Ofício nº 296/2012/SGM/P, de 13/03/2012

SUPLENTES

PARTIDO	PARLAMENTAR	SIM	NÃO	ABST
Bloco (PV/PPS)	1. ROBERTO DE LUCENA – PV/SP			
	2. STEPAN NERCESSIAN – PPS/RJ			
PTB	1. ANTONIO BRITO – BA		X	
PSC	1. LEONARDO GADELHA - PB			
PCdoB	1. MANUELA D'ÁVILA - RS			
PMN (1)	1. VAGA CEDIDA AO PMDB			

RESULTADO DA APURAÇÃO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS		
Votos SIM:	2	
Votos NÃO:	14	
Abstenções:	–	
Total Votantes:	16	

2 não

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

SENADORES

Verificação de votação ocorrida na 3ª Reunião Extraordinária, realizada em 19/06/2012

Matéria: _____

TITULARES

PARTIDO	PARLAMENTAR	SIM	NÃO	ABST
Bloco Apoio ao Governo (PT/PDT/ PSB/PCdoB/ PRB	WELLINGTON DIAS – PT/PI			
	ANTONIO CARLOS VALADARES – PSB/SE			
	PAULO PAIM – PT/RS			
Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/ PSC)	ROMERO JUCÁ – PMDB/RR			
	BENEDITO DE LIRA – PP/AL			
	CLÉSIO ANDRADE – PMDB/MG			
Bloco da Minoria (PSDB/DEM)	CÁSSIO CUNHA LIMA – PSDB/PB			
	FLEXA RIBEIRO – PSDB/PA			

(1) Designação feita nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN (Rodízio)

SUPLENTES

PARTIDO	PARLAMENTAR	SIM	NÃO	ABST
Bloco Apoio ao Governo (PT/PDT/ PSB/PCdoB/ PRB	1. VANESSA GRAZZIOTIN – PcdoB/AM			
	2. ANGELA PORTELA – PT/RR			
	3.			
Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/ PSC)	1.			
	2. SÉRGIO SOUZA – PMDB/PR			
	3.			
Bloco da Minoria (PSDB/DEM)	1.			
	2.			

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

SENADORES

Verificação de votação ocorrida na 3ª Reunião Extraordinária, realizada em 19/06/2012

Matéria: _____

TITULARES

PARTIDO	PARLAMENTAR	SIM	NÃO	ABST
PTB	ARMANDO MONTEIRO – PE			
PR	VICENTINHO ALVES – TO			
PSD (1)	SÉRGIO PETECÃO - AC			

(1) Designação feita nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN (Rodízio);

SUPLENTES

PARTIDO	PARLAMENTAR	SIM	NÃO	ABST
PTB	1. MOZARILDO CAVALCANTI – RR			
PR	1. ANTONIO RUSSO – MS			
PSD (1)	1. KÁTIA ABREU - TO			

RESULTADO DA APURAÇÃO NO SENADO FEDERAL	
Votos SIM:	
Votos NÃO:	
Abstenções:	
Total Votantes:	

Página 5 de 5

ATA DA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 54ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 2012.

Aos vinte e seis dias do mês de junho de dois mil e doze, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 02 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar a Pauta nº 14. Verificou-se a presença dos seguintes parlamentares: – Deputados titulares: Arnon Bezerra, Cida Borghetti, Duarte Nogueira, Edio Lopes, Eliseu Padilha, Felipe Maia, João Maia, João Paulo Lima, Leandro Vilela, Luciano Castro, Paulo Foletto, Paulo Pimenta, Paulo Rubem Santiago, Paulo Wagner, Professora Dorinha Seabra Rezende, Reinaldo Azambuja e Wandenkolk Gonçalves; – Senadores titulares: Antonio Carlos Valadares, Benedito de Lira, Flexa Ribeiro, Paulo Paim e Romero Jucá; – Deputados Suplentes: Celso Maldaner, Cláudio Puty, Jaime Martins, Leonardo Gadelha, Luiz Carlos Setim, Marcos Rogério, Roberto Balestra, Roberto de Lucena, Toninho Pinheiro, Vanderlei Siraque e Waldir Maranhão – Senadores Suplentes: Ana Rita, Angela Portela, Antonio Russo e Sérgio Souza. Parlamentar não membro presente: Deputado Gilmar Machado. Deixaram de comparecer: – Deputados titulares: Aníbal Gomes, Arnaldo Jardim, Augusto Coutinho, Giovanni Queiroz, João Leão, Josias Gomes, Laurez Moreira, Lucio Vieira Lima, Mauro Lopes, Osmar Júnior, Ratinho Junior, Renato Molling, Waldenor Pereira e Zeca Dirceu; – Senadores titulares: Armando Monteiro, Cássio Cunha Lima, Clésio Andrade, Sérgio Petecão, Vicentinho Alves e Wellington Dias. **ABERTURA:** às quinze horas e um minuto, havendo número regimental para deliberação na representação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, o Presidente, Deputado Paulo Pimenta, declarou iniciados os trabalhos. **Apreciação das Atas das seguintes Reuniões:** 8ª Reunião Ordinária, realizada no dia 19 de junho de 2012 e 3ª Reunião Extraordinária, realizada nos dias 19 e 20 de junho de 2012. Por consenso, foi dispensada a leitura das Atas que, em votação, foram **aprovadas** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **AVISOS:** o Presidente informou que os Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto, Bruno Araújo, Carmen Zanotto, Claudio Cajado e Gilmar Machado não registraram a assinatura na Folha de Presença da 3ª Reunião Extraordinária, realizada nos dias 19 e 20 de junho. Há necessidade dos parlamentares entrarem em contato com a Secretaria, pois fizeram uso da palavra naquela reunião. Por esse motivo, determinou à Secretaria

que fizesse constar a presença desses parlamentares na Ata da 3ª Reunião Extraordinária. Informou, também, que recebeu convite, em nome de todos os membros da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para um café da manhã durante o qual será apresentada a situação orçamentária da Marinha do Brasil, a ser realizado dia 27 de junho de 2012, às 8h, no Gabinete do Comandante da Marinha. **EXPEDIENTE:** Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, foi **dispensada a leitura dos expedientes.** O Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes foi encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias nesta data. **ORDEM DO DIA:** Os Deputados Félix Júnior (PDT/BA) e Paulo Rubem Santiago (PDT/PE), com amparo no *art. 404 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), e § 1º do art. 19 da Resolução nº 1/2006-CN,* que dispõe: "os membros e coordenadores dos comitês serão designados no prazo de até 5 (cinco) dias após a instalação da CMO.", levantaram Questão de Ordem ao Presidente para que determinasse imediata instalação dos Comitês de que trata o art. 18 da supracitada Resolução*,* e, adicionalmente, por analogia, utilizasse a prerrogativa que lhe assegura o *§ 2º do art. 17 da mesma Resolução*, caso se verifique omissão de Partidos Políticos na indicação dos membros para os citados Comitês. O Presidente **decidiu** sobre a Questão de Ordem informando que tendo em vista a realização de todas as indicações para membros e Coordenadores dos Comitês Permanentes desta CMO, pelas Lideranças Partidárias, a Questão de Ordem foi resolvida. O Presidente informou que na Reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão houve acordo apenas para apreciação dos Relatórios apresentados às **Medidas Provisórias nºs 566 e 569/2012-CN**, **Ofício Conjunto nº 02/2012/Coff/Conorf** e **Requerimento nº 05/2012-CMO**, constantes dos itens nºs 1, 2, 3 e 10, da Pauta nº 14/2012. **1 –** apreciação do Relatório apresentado à **Medida Provisória nº 566/2012-CN**, que "Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional, no valor global de R$ 706.400.000,00 (setecentos e seis milhões e quatrocentos mil reais), para os fins que especifica". Relator: Senador Wellington Dias. Foram apresentadas 9 emendas. Voto: favorável nos temos da Medida Provisória, com indicação pela inadmissibilidade das 9 emendas apresentadas. Durante a 3ª Reunião Extraordinária, realizada em 19 e 20 de junho de 2012, o Relatório foi apresentado, a discussão iniciada e declaradas inadmitidas as emendas indicadas pelo Relator. Nessa mesma reunião, foi apresentada a **Contestação nº 1/2012-CMO**, de autoria do Deputado Felipe Maia, que teve a decisão do Presidente pelo seu indeferimento. Apresentado Recurso ao Plenário contra a decisão do Presidente, este foi rejeitado. Havendo continuação da apreciação da matéria na 9ª Reunião Ordinária, dia 26 de junho de 2012, ausente o Relator, o Presidente designou o Senador Paulo Paim (PT/RS) como Relator *ad hoc*. Encerrada a discussão, os Deputados Duarte Nogueira e Felipe Maia orientaram os votos das Bancadas do PSDB e DEM respectivamente. Ambos orientaram para voto favorável à aprovação do Relatório, fazendo ressalva apenas para a baixa execução orçamentária da Medida Provisória em questão. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **2 –** apreciação do Relatório apresentado à **Medida Provisória nº 569/2012-CN,** que "Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Defesa, da Integração Nacional e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no valor global de R$ 688.497.000,00 (seiscentos e oitenta e oito milhões, quatrocentos e noventa e sete mil reais), para os fins que especifica". Relator: Deputado Aníbal Gomes. Foram apresentadas 9 emendas. Voto: favorável nos termos da Medida Provisória, com indicação pela inadmissibilidade das 9 emendas apresentadas. Ausente o Relator, foi designado o Deputado Eliseu Padilha (PMDB/RS) como Relator *ad hoc,* que apresentou o Relatório. Em conformidade com o disposto no *§ 2° do art.146, da Resolução n°1/2006, do Congresso Nacional*, o Presidente declarou **inadmitidas** as emendas indicadas pelo Relator no seu voto. A discussão foi iniciada. Foi apresentada a **Contestação nº 2/2012-CMO,** contra a inadmissibilidade da emenda nº 1, de autoria do Deputado Felipe Maia, com o apoiamento dos Deputados Duarte Nogueira, Professora Dorinha Seabra Rezende, João Maia, Augusto Coutinho, Luiz Carlos Setim e Paulo Wagner, conforme dispõe o *art. 148 da Resolução nº 1/2006-CN*. O Presidente, de acordo com a **Nota Técnica Conjunta nº 3/2012**, "Créditos Extraordinários: admissibilidade de emendas em face ao art. 111 da Resolução nº 1/2006-CN", elaborada pelas Consultorias de Orçamento da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, decidiu pelo **indeferimento** da Contestação. Após isso, os Deputados Duarte Nogueira, João Maia e Felipe Maia debateram sobre a possibilidade de alteração da *Resolução nº1/2006-CN*, uma vez que entendem que o Congresso Nacional deveria discutir e participar da distribuição de recursos referentes a créditos extraordinários. Encerrada a discussão, os Deputados Duar-

te Nogueira e Felipe Maia orientaram os votos das Bancadas do PSDB e DEM respectivamente. Ambos orientaram para voto favorável à aprovação do Relatório, fazendo ressalva apenas para a baixa execução orçamentária da Medida Provisória em questão. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **3 –** apreciação do **Ofício Conjunto nº 02/2012/Coff/Conorf**, de 20 de abril, que propõe a "Correção de erro de ordem técnica verificado no Autógrafo da Lei Orçamentária para 2012 (Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012)". (Errata à Lei Orçamentária Anual para 2012). Autores: Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira/CD, e Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle/SF. Não houve discussão. A Errata foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **10 – Requerimento nº 05/2012-CMO,** que "Requer a realização de Audiência Pública para debater com o Ministro de Estado das Cidades os repasses de recursos do orçamento da União". *(Ministro Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro)*. Autor: Deputado Duarte Nogueira. Não houve discussão. **Aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **ENCERRAMENTO:** em virtude da inexistência de acordo do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, para deliberação das demais matérias constantes da Pauta nº 14/2012, o Presidente anunciou encerrados os trabalhos às dezesseis horas e quatro minutos. Antes, cancelou reunião extraordinária marcada para 26 de junho , às dezoito horas. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. – Deputado **PAULO PIMENTA**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Há número regimental para abertura dos trabalhos.

Declaro iniciada a nona reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 14 de 2012.

Há *quorum* para deliberação na representação da Câmara dos Deputados e também na representação do Senado Federal.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura das atas, por terem sido distribuídas anteriormente.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAIA – Peço a dispensa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Não havendo discussão, conforme estabelecido na alínea "f" do art. 8º do Regulamento Interno da Comissão, coloco em votação as atas das seguintes reuniões: oitava reunião ordinária, realizada dia 19 de junho de 2012; e terceira reunião extraordinária, realizada nos dias 19 e 20 de junho de 2012.

As atas estão em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.)*

Aprovadas.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Informo que os Deputados Antonio Carlos Magalhães Neto, Bruno Araújo, Carmen Zanotto, Claudio Cajado e Gilmar Machado não assinaram a folha de presença da terceira reunião. Há necessidade de esses Parlamentares entrarem em contato com a Secretaria, pois fizeram uso da palavra naquela reunião. Por esse motivo determinei à Secretaria que faça constar a presença desses Parlamentares na ata da terceira reunião.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – Sr. Presidente, quero aproveitar a chegada da Deputada Professora Dorinha Seabra, que na sessão anterior reclamou da baixa temperatura do ambiente – como os entendimentos foram positivos na reunião de coordenadores e a temperatura do debate não está tão alta assim –, para solicitar a V.Exa. que pedisse à assessoria que diminuísse um pouco o ar-condicionado, porque a sala de fato está gelada, para que possamos prosseguir a nossa reunião num ambiente menos gélido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Solicito à assessoria que atenda o pedido do Deputado Duarte Nogueira, em defesa da posição da Deputada Dorinha, que até trouxe um casaco e o deixou pronto para ser usado, caso seja necessário.

O SR. DEPUTADO TONINHO PINHEIRO – Sr. Presidente, é importante o que o Deputado Duarte Nogueira disse sobre o ar-condicionado, até porque ninguém aqui pode adoecer. Estamos sabendo que para a Saúde falta muito dinheiro do Governo Federal. Não podemos adoecer. O que se puder fazer é bom.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senhores, senhoras, conforme decidido na quarta reunião, realizada dia 17 de abril de 2012, fica dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião.

Informo ainda que a lista com os expedientes será enviada através de correio eletrônico aos gabinetes

dos membros da Comissão e às Lideranças partidárias nesta data.

Quero comunicar ao Plenário que, na reunião dos Líderes da Câmara e do Senado, realizada há poucos instantes, os ilustres representantes dos partidos de oposição, atendendo a um apelo desta Presidência, concordaram que nós incluíssemos na pauta de hoje as Medidas Provisórias nºs 566 e 569, que encontram-se prontas para ser votadas.

Por outro lado, temos ainda uma extensa pauta de temas a serem votados na Comissão este semestre: 16 PLs de crédito, requerimentos e a LDO, com toda as eventuais emendas e ajustes necessários. E temos ainda a votação da LDO no Congresso. Tudo isto num calendário razoável para este semestre.

Diante disso, da mesma maneira como registramos o gesto das Lideranças da Oposição de fazer um acordo para a votação desses temas, registro o compromisso de todos os partidos representantes da base do Governo, Senador Romero Jucá, de apoiar o pleito da Oposição pela abertura de um canal de diálogo mais efetivo com o Governo.

Portanto os Líderes dos demais partidos se somam nesse esforço, e esperamos que esse apoio possa efetivamente resultar num diálogo mais profícuo, de forma que nós possamos encontrar uma pauta comum e agilizar o pleno funcionamento da Comissão.

Segundo o acordo firmado pelos Líderes, nós vamos hoje incluir na pauta as duas medidas provisórias, a 566 e a 569, e uma errata ao Orçamento de 2012, com a correção de erros materiais de emendas individuais e de emendas de bancada, e vamos colocar em votação requerimento do Deputado Duarte Nogueira para que compareça a esta Comissão o Ministro das Cidades, a fim de apresentar as ações do seu Ministério especialmente relativas à situação da seca no Nordeste, entre outras.

Antes de iniciar a Ordem de Dia, coloco a palavra à disposição dos Srs. Parlamentares, para eventuais comentários a respeito das questões que foram por mim apresentadas.

Tem a palavra o Deputado Duarte Nogueira, coordenador da bancada do PSDB.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – Sr. Presidente Deputado Paulo Pimenta, Sras. e Srs. Parlamentares da Comissão Mista de Orçamento, caras senhoras e senhores, vou reiterar meus cumprimentos ao Deputado Paulo Pimenta, que instantes atrás conduziu para uma convergência essa pauta de quatro itens, já anunciada.

A Oposição, pelo PSDB aqui representada, tem deixado claro, de maneira transparente, durante todas as reuniões, que o nosso processo de cobrança, de crítica e, no limite, de obstrução aos projetos em trâmite nesta Comissão tem sido uma forma de cobrar do Governo um posicionamento mais transparente.

Até agora, volto a repetir, não foi apresentado pelo Governo um cronograma para as matérias pendentes da pauta. Há alterações, feitas sem consulta prévia, na Lei de Diretrizes Orçamentárias que alteram o Orçamento deste ano, por nós também já criticadas. Sequer se designou o Vice-Líder do Governo nesta Comissão, o que é um fato, quero crer, sem precedentes na história desta Comissão Mista de Orçamento. Já estamos quase no mês de julho, quando há um recesso constitucional a partir do dia 17 de julho, e ainda não foi indicado o Vice-Líder do Governo na Comissão.

Nós votamos na semana passada o parecer do Relator da LDO e vamos, até a próxima quinta-feira – prazo regimental – apresentar as emendas, que já estamos preparando, da lavra do PSDB.

De nossa parte, Presidente, nós vamos, conforme acordo realizado, votar as Medidas Provisórias nº 566 e nº 569. Eu vou fazer, durante a votação da matéria, apenas o registro da baixíssima execução, da aderência da execução orçamentária das próprias medidas provisórias. É meio estarrecedor o Governo baixar medida provisória emergencial para mitigar os efeitos prejudiciais de uma seca, e o próprio Governo não executar os recursos – a medida provisória entrou em vigor imediatamente, a partir da sua publicação.

De fato, se for aprovado nesta Comissão o requerimento que traz em audiência pública o Ministro das Cidades, vamos ter a oportunidade de prestar para a sociedade maiores esclarecimentos sobre a aplicação, ou a falta de aplicação, dos recursos nas regiões acometidas pelos problemas meteorológicos, no caso a seca. Todos nós temos a preocupação e o dever de minimizar o sofrimento dessas famílias.

Portanto vamos, sim, votar as medidas provisórias, ainda que com esses condicionantes em relação à postura do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – A palavra está à disposição dos senhores.

Tem a palavra o ilustre Deputado Felipe Maia, coordenador da bancada dos Democratas.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Sr. Presidente, minhas senhoras e meus senhores Parlamentares integrantes da Comissão de Orçamento, na mesma linha do Deputado Duarte Nogueira, coordenador da bancada do PSDB, mas tentando não ser repetitivo, quero aqui parabenizar o empenho do Presidente desta Comissão, por diversas vezes funcionando até na ausência do Vice-Líder e do coordenador do Governo nesta Comissão, por ter adotado algumas posturas

conciliadoras e de interlocução com os partidos da Oposição.

Hoje mesmo, à tarde, pudemos dialogar numa reunião anterior, com os coordenadores, em que se buscou um acordo de procedimentos para pautar quatro itens que seriam fundamentais para a tarde de hoje, nesta semana em que, em razão das convenções estaduais e municipais, assim como das Festas de São João, há menor participação dos Parlamentares, ou seja, *quorum* baixo. Algumas matérias não poderiam deixar de ser pautadas, como a Medida Provisória nº 566 e a Medida Provisória nº 569, que abrem crédito extraordinário em favor de alguns Ministérios, para o combate à fome e o auxílio às vítimas da seca.

Assim como o Deputado Duarte Nogueira adiantou, eu me reservarei o direito de fazer comentários quanto à execução dessas medidas provisórias, que, segundo a Constituição Federal, têm execução imediata, ou seja, não dependeriam da nossa análise e aprovação na Comissão de Orçamento. O volume empenhado e executado é realmente muito baixo.

Mas o que eu quero com estas palavras iniciais é elogiar a postura conciliadora do Presidente da Comissão, que tenta encontrar caminhos para um diálogo mais eficiente e concreto entre o Governo, os Ministros e os partidos da Oposição. Os próprios partidos da base do Governo, pelo que eu posso constatar, a maior parte deles sente-se inquieta neste momento com a falta de diálogo e de execução de alguns pleitos concretos.

Portanto, Sr. Presidente, elogio principalmente a inclusão dessas duas medidas provisórias na pauta, fundamentais para a Região Nordeste, mas faço desde já um apelo, deixando claro que não é suficiente a aprovação das duas medidas provisórias nesta Comissão; é necessária, sim, a execução dos recursos pelo Governo Federal.

No mais, vamos iniciar a Ordem do Dia e aprovar o Ofício nº 2, que fará a correção de erros de ordem técnica verificados em algumas emendas parlamentares, bem como a audiência pública proposta pelo Deputado Duarte Nogueira, também de grande importância para esta Comissão, com o Ministro Aguinaldo Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Deputado.

Tem a palavra o Deputado Cláudio Puty, respondendo pela coordenação da bancada do Partido dos Trabalhadores.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY – Obrigado, Presidente.

Eu gostaria de me dirigir aos membros da Oposição e de, fazendo as vezes de coordenador da bancada do PT, elogiar a postura da Oposição – Deputado Felipe Maia, Deputado Duarte Nogueira – e agradecer o gesto importante. Vocês podem contar com o Partido dos Trabalhadores, com o nosso compromisso, avalizado pelo Presidente Paulo Pimenta, de fazer um acordo que dê sustentação ao que remanesce da nossa pauta para as próximas reuniões. As questões levantadas pela Oposição são legítimas, são justas.

Eu gostaria de deixar registrado o importante papel que teve a Oposição para que desobstruíssemos a pauta de hoje, e de elogiar a postura do nosso Presidente, Paulo Pimenta. Dirijo-me também ao Senador Romero Jucá, para solicitar-lhe que já comecemos a debater os elementos associados à previsão de receita. Como Relator da Receita, acho importante, Senador Romero Jucá, que já possamos marcar uma reunião para debater esses elementos, que, findo o recesso parlamentar, talvez sejam o tema mais importante desta Comissão.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Obrigado, Deputado Cláudio Puty.

Com a palavra o Deputado Waldir Maranhão, coordenador bancada do PP.

O SR. DEPUTADO WALDIR MARANHÃO – Sr. Presidente, os encaminhamentos de V.Exa. no sentido do diálogo com as Oposições nos permitem fazer este registro, em nome da superação das adversidades. V.Exa. olha não só a realidade desta Comissão, mas também o interesse nacional. Quando Oposição e Governo buscam, a partir do contraditório, a construção do consenso, dão exemplo de fortalecimento da democracia.

É o registro que quero fazer, em nome da bancada do Partido Progressista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Obrigado, senhores.

Registro que recebemos um convite – peço às assessorias que o reforcem aos Srs. Parlamentares da Câmara dos Deputados e do Senado Federal – para um café da manhã com o Sr. Júlio Soares de Moura Neto, Almirante-de-Esquadra e Comandante da Marinha, amanhã, às 8 horas, no gabinete de S.Exa. O convite já foi remetido a todos os gabinetes, e eu faço um apelo para que V.Exas. se façam presentes.

Registro também que recebi questão de ordem dos Deputados Félix Júnior e Paulo Rubem Santiago. Eles solicitam que o Presidente determine a imediata instalação dos Comitês. Informo que eles foram constituídos no dia 19 de junho. Portanto a questão de ordem já está resolvida.

Ordem do Dia.

Conforme disposto no parágrafo único do art. 110 da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional, passa-

remos à apreciação do relatório apresentado à Medida Provisória nº 566, de 2012-CN, que *"Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional, no valor global de R$706.400.000,00, para os fins que especifica"*. Relator: Senador Wellington Dias.

Foram apresentadas nove emendas.

O voto é favorável, nos termos da medida provisória, com indicação pela inadmissibilidade de nove emendas.

Na continuação da terceira reunião, realizada em 19 de junho, o relatório foi apresentado, a discussão foi iniciada e foram declaradas inadmitidas as emendas indicadas pelo Relator.

Foi apresentada a Contestação nº 1, de 2012, da CMO, de autoria do Deputado Felipe Maia, que teve decisão desta Presidência pelo indeferimento.

Foi apresentado recurso ao Plenário contra a decisão do Presidente, o qual foi rejeitado.

Vou designar como Relator *ad hoc*, na ausência do Senador Wellington Dias, o ilustre Senador do Estado do Rio Grande do Sul Paulo Paim.

A discussão está encerrada.

A palavra está à disposição do Senador Paulo Paim.

O SR. SENADOR PAULO PAIM – Deputado Paulo Pimenta, Presidente desta Comissão, como o relatório já foi lido e o Regimento diz que, na falta do Relator no ato da votação, o relatório deve ser assumido por Parlamentar do mesmo partido, eu apenas ratifico a leitura feita por V.Exa. e pelo ilustre Senador Wellington Dias, pela aprovação da Medida Provisória nº 566.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

O relatório está em votação.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – Sr. Presidente, para orientar o voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Tem a palavra o Deputado Duarte Nogueira, para orientar o voto da bancada do PSDB na Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – Sr. Presidente, a Medida Provisória nº 566 trata de ações de combate e mitigação dos efeitos da seca, ações de basicamente de dois Ministérios, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério da Integração Nacional, mais um auxílio emergencial financeiro em virtude das ocorrências.

Ela tem três dotações orçamentárias que, somadas, dão 706 milhões e 400 mil reais. O PSDB orienta o voto favorável, mas quer chamar a atenção para o fato de que, no dia de hoje, com data base de ontem, 25 de junho, o SIAFI aponta apenas 13,37% de empenho desse volume total de recursos até agora, desde a publicação da medida provisória. E mais, Sr. Presidente, apenas 2,2% de execução. Portanto baixíssima a execução orçamentária, e ela independe da aprovação desta Comissão de Orçamento.

Faço esta ressalva porque há uma morosidade, uma lentidão muito ruim do Governo, principalmente no que diz respeito ao tratamento dispensado a pessoas que já sofreram ou que ainda estão sofrendo com a seca.

Era o registro que eu queria fazer.

O voto da bancada do PSDB é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – O relatório está em votação na representação da Câmara.

Os Deputados que o aprovam permaneçam...

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Para orientar o Democratas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Com a palavra o Deputado Felipe Maia.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Sr. Presidente, a orientação do Democratas é favorável à aprovação da medida provisória, mas ressalto o que aqui já foi dito pelo Líder Duarte Nogueira. Esta medida provisória abre crédito extraordinário em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional no valor de 706 milhões e 400 mil reais.

Se não me engano, ela foi editada no dia 4 de abril, ou seja, há mais de 2 meses, e até a presente data a execução orçamentária da medida provisória foi de 2%. Não estamos falando de empenho, estamos falando de execução, de valores realmente aplicados na Região Nordeste, que enfrenta uma das maiores secas dos últimos 40 anos. Estamos falando de mais de 900 Municípios do Nordeste brasileiro e de mais de 19 milhões de pessoas que neste momento estão sofrendo as consequências da seca que atinge a nossa Região.

Então eu oriento a minha bancada no sentido da aprovação da medida provisória, mas cobrando a real execução desses 706 milhões. A fome e a sede do povo nordestino não aguardam o planejamento de um Governo que, pelo que podemos ver da execução desta medida provisória, não consegue executar o seu orçamento, não consegue planejar os seus gastos.

Portanto, nossa orientação é no sentido da aprovação da medida provisória, mas cobramos a execução dos valores aqui apresentados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade também na representação do Senado Federal.

Portanto a Medida Provisória nº 566, de 2012, está aprovada.

Conforme o disposto no parágrafo único do art. 110 da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional, passaremos à apreciação do relatório apresentado à Medida Provisória nº 569, de 2012-CN, que "*Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Defesa, da Integração Nacional e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no valor global de R$688.497.000,00, para os fins que especifica".* Relator: Deputado Aníbal Gomes.

Foram apresentadas nove emendas.

O voto é favorável, nos termos da medida provisória, com indicação pela inadmissibilidade das nove emendas apresentadas.

O Relator está ausente. Assim sendo, indico o ilustre Parlamentar do Estado do Rio Grande do Sul Deputado Eliseu Padilha para apresentar o relatório. E informo às senhoras e aos senhores que não é por sermos todos gaúchos – eu, o Senador Paulo Paim e o Deputado Eliseu Padilha –, que só foram indicados gaúchos *ad hoc* para relatar as matérias em discussão.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY – Jamais pairou sobre nossas cabeças qualquer suspeita acerca dessa relação.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Sras. Senadoras, Srs. Deputados e Srs. Senadores, a Medida Provisória nº 569, de 2012, relatada pelo Deputado Aníbal Gomes, abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Defesa, da Integração Nacional e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no valor global de R$688.497.000,00, para os fins que especifica.

Diz o relatório:

"Com base no art. 62, combinado com o § 3º do art. 167, da Constituição Federal, a Excelentíssima Senhora Presidenta da República adota e submete à deliberação do Congresso Nacional a Medida Provisória nº 569, de 14 de maio de 2012, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Defesa, da Integração Nacional e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no valor global de R$688.497.000,00, para atender à programação constante do Anexo a esta proposição, distribuída da seguinte forma:

Ministério da Defesa, Administração Direta: R$50.000.000,00.

Ministério da Integração Nacional, Administração Direta: R$400.000.000,00.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Administração Direta: R$238.497.000,00.

Total: R$688.497.000,00.

Acompanha a referida medida provisória a Exposição de Motivos nº 00097/2012, de 14 de maio de 2012, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, que contém as razões e justificativas para a abertura do presente crédito extraordinário.

No Ministério da Defesa, os recursos viabilizarão a pronta atuação em atividades de defesa civil, principalmente nos casos de desastres naturais reconhecidos pelo Governo Federal como situação de emergência ou estado de calamidade pública, em cooperação com os diversos órgãos e entidades do Governo

Federal e demais entes da Federação que compõem o Sistema Nacional de Defesa Civil, utilizando a logística, a estrutura física, os recursos materiais e humanos e a capilaridade das Forças Armadas no território nacional.

No Ministério da Integração Nacional, o crédito permitirá o atendimento às populações vítimas de desastres naturais, ocasionados por fortes chuvas e inundações em diversas Regiões do País, e de estiagem prolongada em Municípios da região do semiárido do Nordeste, especialmente nos casos de desastres reconhecidos pelo Governo Federal como situação de emergência e estado de calamidade pública, tendo por consequência grave a situação de riscos a que as populações daquelas localidades estão expostas, além de prejuízos à infraestrutura local.

Os recursos a cargo do Ministério da Integração Nacional serão utilizados em intervenções de resposta a desastres, tais como aquisição de alimentos, disponibilização de cestas básicas, agasalhos e abrigos emergenciais para as pessoas atingidas e distribuição de água em carros-pipa, além de intervenções de reconstrução que visam ao restabelecimento de infraestruturas locais avariadas, a exemplo da afetação de encostas e de estruturas de edificações e obras de arte, em decorrência do excesso de chuvas, para evitar que os danos ocasionados por esses desastres naturais sejam irreparáveis e resultem em prejuízos maiores para as estruturas físicas dos Municípios atingidos.

No Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o crédito ora proposto tem por objetivo garantir o desenvolvimento da educação infantil com a abertura de vagas no sistema de educação básica, para o atendimento de crianças de 0 a 48 meses, em situação de extrema pobreza, e cujas famílias sejam beneficiárias do Programa Bolsa Família.

A urgência e a relevância da medida no âmbito do Ministério da Defesa justificam-se pela necessidade de atuação imediata e incisiva das Forças Armadas em ações de defesa civil, para permitir maior alcance possível das ações de socorro e salvamento, em situações de emergência ou estado de calamidade pública, cuja tempestividade é fator primordial, evitando-se o agravamento da situação, com o aumento do número de vítimas e dos prejuízos materiais.

No Ministério da Interação Nacional, a urgência e relevância da matéria são justificadas pelas graves consequências e os sérios transtornos oriundos desses fenômenos naturais, tais como riscos à saúde da população e danos humanos, materiais e ambientais deles decorrentes, de forma a minorar os efeitos acarretados aos moradores das localidades prejudicadas.

No âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a relevância e urgência se devem pela premência da atuação do Governo Federal em possibilitar o acesso de 350 mil crianças, em situação de extrema pobreza, no processo de aprendizagem educacional, propiciando a difusão do ensino básico a extrato populacional ainda não inserido no contexto da educação nacional.

Por fim, esclarece-se que a proposição está em conformidade com o disposto no art. 62, combinado com o § 3° do art. 167, da Constituição.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

O art. 5º da Resolução nº 1, de 2002-CN, que dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das Medidas Provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal, prevê que o Parecer a crédito extraordinário deve ser único, contendo manifestação sobre a matéria quanto aos aspectos constitucionais, inclusive sobre os pressupostos de relevância e urgência, de mérito, de adequação financeira e orçamentária e sobre o cumprimento da exigência prevista no § 1º, art. 2º, daquele diploma legal.

II.1. Aspectos Constitucionais: Arts. 62 e 167, § 3º, da CF

O § 3º do art. 167 da Constituição estabelece que 'A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62.' O art. 62 dispõe que 'Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional'.

No que se refere aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência são, apresentadas consistentes considerações que justificam a adoção da medida. Quanto à questão da imprevisibilidade, não há qualquer referência formal, não obstante o reconhecimento de que os fatos que nortearam a elaboração dessa Medida Provisória dão o necessário suporte à abertura do presente crédito.

II.2. Adequação Orçamentária e Financeira da Medida Provisória

Conforme o disposto no § 1º do art. 5º da Resolução nº 1, de 2002-CN, 'O exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das Medidas Provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária da União'.

Da análise da adequação orçamentária e financeira da medida provisória verifica-se que as despesas relativas às ações de defesa civil voltadas à resposta aos desastres, à reconstrução de áreas atingidas e à cooperação em ações de defesa civil no âmbito dos Ministérios da Integração Nacional e da Defesa parecem atender aos requisitos constitucionais de relevância, urgência e imprevisibilidade, como é característico das intervenções governamentais decorrentes do reconhecimento de situações de emergência e de estado de calamidade pública.

Quanto às ações do Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome, não obstante a relevância da ação beneficiada, não resta caracterizada na exposição de motivos a imprevisibilidade das despesas, já que se trata de abertura de vagas no sistema de educação básica para famílias já beneficiadas por outro programa governamental, o Bolsa Família.

Ademais, por se tratar de despesa continuada, tais dispêndios sujeitam-se ao disposto no artigo 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal –, bem como no art. 88 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012. Não obstante os referidos dispositivos legais, dada a notória relevância da ação social de apoio à educação infantil no MDS, ressaltamos a necessidade de que o Poder Executivo promova a adequada compensação financeira da medida, a fim de que a meta de resultado fiscal seja atingida, preservando-se o equilíbrio das contas públicas preconizado pela legislação vigente.

II.3. Cumprimento da Exigência Prevista no § 1º, do Art. 2º da Resolução nº 1, de

2002-CN

A Exposição de Motivos nº 00097/2012-MP, de 14 de maio de 2012, que acompanha o referido crédito extraordinário, trata da motivação da edição da referida

Medida Provisória, para fins de atendimento do disposto no § 1º, art. 2º, da Resolução nº 01, de 2002-CN.

II.4. Mérito

Os recursos consignados no crédito extraordinário visam à implementação de ações com o objetivo de melhorar a situação das populações de diversos municípios do País que foram atingidos por desastres naturais, bem como o aporte de recursos para viabilizar o acesso no sistema de aprendizagem educacional de 350 mil crianças em situação de extrema pobreza. Diante das situações apresentadas, torna-se imprescindível e necessária a imediata intervenção do Governo Federal, por

intermédio dos Órgãos constantes da proposição.

II.5. Análise das Emendas

Foram apresentadas 9 emendas à Proposição. As emendas nºs 00001 e 00005 a 00009 devem ser inadmitidas, pois contrariam o art. 111 da Resolução nº 1/2006-CN, que estabelece regra rígida para o emendamento desse tipo de crédito, tornando inadmissíveis quaisquer emendas, exceto as relativas ao texto da Medida Provisória ou que cancelem dotações, total ou parcialmente. As emendas nºs 00002 a 00004 devem ser também inadmitidas, por tratarem de matéria estranha à proposição – previsão de receita e fixação de despesa –, contrariando o art. 165, § 8º, da Constituição Federal.

Diante do exposto, voto pela aprovação da Medida Provisória nº 569, de 2012, nos termos propostos pelo Poder Executivo, tendo por inadmitidas todas as nove emendas apresentadas à Proposição."

Assina o Relator, Deputado Anibal Gomes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Deputado Eliseu Padilha.

O relatório está em discussão.

Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional, declaro inadmitidas as emendas indicadas pelo Relator no seu voto.

O relatório está em discussão.

Há contestação sobre a mesa.

Deputado Felipe Maia, V.Exa. apresenta contestação semelhante à que foi apresentada. Quero comunicar a V.Exa. que já solicitei à consultoria que, à luz do que foi exposto na justificativa da contestação apresentada por V.Exa., promova um estudo, de modo que possamos identificar na Resolução nº 1 algum ajuste necessário para que possamos discutir as prerrogativas desta Comissão no que tange à tramitação das medidas provisórias, inclusive em função do novo rito previsto pela decisão do Supremo Tribunal Federal.

Quero antecipadamente expor isso para V.Exa., já colocando à disposição da assessoria técnica do Democratas e do PSDB a possibilidade de interagirem nessa discussão.

O autor tem a palavra, caso deseje manter a contestação.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Sr. Presidente, como V.Exa. mesmo disse, houve uma mudança na tramitação das medidas provisórias. Acho que não está clara ainda a competência desta Comissão. Mas eu acho importante, para que esta Casa possa funcionar com certa autonomia, que sempre que – isto é uma sugestão – o Relator da matéria não acolher as emendas o Presidente desta Comissão possa rejeitá-las, porém não inadmiti-las, para que nós possamos fazer um debate mais amplo quanto ao teor das emendas apresentadas às medidas provisórias de crédito extraordinário.

Digo isto, Sr. Presidente, Sras e Srs. Parlamentares, na busca de garantir que todos os Estados tenham o mesmo direito numa medida provisória.

Por exemplo, a Medida Provisória nº 569 abre um crédito extraordinário no valor de 688 milhões de reais. Vamos dizer, Deputado Paulo Wagner, que eu estivesse sozinho nesta Comissão, que dela não fizessem parte o Deputado João Maia e V.Exa. Esta medida provisória abre um crédito extraordinário em favor das vítimas da seca. Mas, não querendo pressupor que existe um jogo político aqui dentro, vamos imaginar que o Relator não enviasse, dos 688 milhões de reais, nem 1 real para o Rio Grande do Norte, mas enviasse, por exemplo, para Pernambuco, cujo Governador, Eduardo Campos, faz parte da base do Governo; para o Ceará, do Governador Cid Gomes, que faz parte do Governo; para a Paraíba, do nosso amigo João Paulo Lima, que faz parte do Governo. Infelizmente, o nosso Rio Grande do Norte, cuja Governadora não faz parte do Governo, seria excluído desse montante, como se os filhos norte-rio-grandenses fossem menos famintos ou tivessem menos sede do que os outros companheiros de Nordeste.

Acho importante que o Plenário possa discutir também o teor dessas emendas, razão pela qual faço uma sugestão a V.Exa.: se for o caso de o Relator não acolher e V.Exa. não poder admitir, que pelo menos não as inadmita, e sim rejeite-as, para que elas possam ser discutidas no plenário desta Casa.

Eram essas as ponderações. Eu fui até um pouco didático, para fazer com que esta Comissão entenda

que hoje a matéria pode ser de interesse meu, amanhã pode ser de interesse de outro membro desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado Felipe Maia, quero dizer a V.Exa. que eu entendo que essa mudança do rito da tramitação das medidas provisórias vai exigir alguns ajustes na Resolução nº 1. Alguns dos seus artigos até já caducaram. Eu pedi um estudo para a assessoria técnica e voltei a conversar hoje com a assessoria sobre este tema.

O art. 111 é taxativo: "*Somente serão admitidas emendas que tenham como finalidade modificar o texto da medida provisória ou suprimir dotação, total ou parcialmente*".

O que devemos fazer, na minha opinião, é promover uma discussão e, eventualmente, alguns ajustes nos termos da Resolução nº 01, para que nós possamos encontrar, vamos dizer assim, uma ampliação de prerrogativas, para que de fato este debate, que já foi feito aqui em outras oportunidades, inclusive provocado por Parlamentares da base do Governo, possa de alguma forma ter consequência. É isto o que eu proponho: que façamos formalmente uma discussão sobre essa questão.

Se V.Exa. mantiver a contestação, esta Presidência irá decidir novamente pelo indeferimento, e dar o encaminhamento que anunciei aqui: promover uma discussão para que possamos chegar a uma opinião de mérito sobre esse tema.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Só para entender, Sr. Presidente: em que momento vai ser feita essa discussão com a assessoria técnica?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Eu vou designar Socorro, aqui, como responsável pela combinação com as assessorias de uma reunião de trabalho sobre isso.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Porque essa medida provisória passa, vai ser aprovada neste momento, e o Rio Grande do Norte, por exemplo, perde a oportunidade de carimbar, desses 688 milhões, pelo menos 50 milhões. Acho que o mais justo seria, talvez, num acordo, rejeitá-la, permitindo que ela vá ao plenário. E, se for o caso, *a posteriori*, nós diminuimos a carga no plenário, dentro do entendimento. Porque, se for inadmitida neste momento, ela perde a possibilidade de ser admitida no plenário. E o meu receio é o de que, desses 688 milhões, o Rio Grande do Norte não receba 1 real.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Infelizmente, pelo art. 111, eu fico impossibilitado de fazer isso.

O que eu acho que nós devemos fazer – e outros Parlamentares já falaram sobre isso comigo –, é buscar do Governo uma redação sobre as medidas provisórias e, eventualmente, inclusive, um compromisso do Ministério da Integração Nacional e dos outros sobre esta, que garanta um detalhamento maior da aplicação da medida provisória e que responda às questões que estão sendo levantadas por V.Exa. Mas, neste momento, eu não posso tomar qualquer decisão diferente da que estou adotando. E vou pedir que nós promovamos rapidamente esta discussão.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Enfim, esta é a última intervenção em relação a isso: eu entendo que V.Exa. está embasado na Resolução nº 1, mas isso me deixa muito receoso, porque me parece a ausência do Anexo de Prioridades da LDO. Isso me reporta à ausência do Anexo de Prioridades da LDO, que foi questionada aqui por todos, inclusive pelo Relator da matéria, o Senador Antônio Carlos Valadares.

É um crédito em aberto, do qual ninguém é dono. Por exemplo: o Deputado Felipe Maia, o Deputado João Maia e o Deputado Paulo Wagner, que são do Rio Grande do Norte, vão aprovar a medida provisória, mas sem ter a garantia de que, desses 688 milhões de reais, 1 real vai para o Rio Grande do Norte. E vejo o povo de Caicó olhando para a cara do Deputado João Maia e o culpando por ter aprovado essa medida provisória, porque o dinheiro foi parar em Pernambuco ou no Ceará.

Então, só quero mostrar mais uma vez a minha preocupação com o fato de carimbarmos uma medida provisória como aprovada, sem termos a garantia de que os recursos vão ser destinados ao Rio Grande do Norte, ou ao Ceará, ou a Pernambuco, ou à Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado João Maia.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAIA – Sr. Presidente, a colocação do Deputado Felipe Maia – e eu sou norte-rio-grandense, assim como o Deputado Paulo Wagner – é justíssima. Quer dizer, nós recebemos e votamos uma medida provisória sobre o combate aos efeitos da seca que não destina recursos para o Rio grande do Norte, que tem 90% do seu território no Semiárido.

Mas eu entendo, para ser pragmático, prático, Deputado Felipe Maia, que precisamos realmente discutir urgentemente o art. 111 da Resolução nº 1, porque ele é contundente em relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – V.Exa. me permite?

O SR. DEPUTADO JOÃO MAIA – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Foi o próprio Parlamento que aprovou uma redução, restringindo sua prerrogativa.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – O Deputado João Maia está com a palavra.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAIA – Deputado Duarte Nogueira, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Por gentileza, Deputado Duarte Nogueira.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – Sr. Presidente, eu vou ao encontro do que V.Exa. acaba de dizer.

A Resolução nº 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, é da lavra do Congresso. Então, acho que não é cabível essa questão de gesto do Governo. Essa é uma decisão do Parlamento. Se o Parlamento entendeu, há 5 anos, por uma decisão que foi tomada para buscar moralização, para dar transparência, para qualificar o trabalho dos Congressistas nesta Comissão, para limitar os interesses particulares em relação aos interesses públicos e para dar mais amplitude no que diz respeito ao processo legislativo, sobretudo à feitura do PPA, da LDO e da Lei Orçamentária, que são as leis, quero crer, mais importantes do nosso País, que são as Leis de Meios, é prerrogativa do Parlamento também alterar, se for o caso.

Acho que não podemos aqui fazer uma remissão ao Executivo. Nós temos a nossa autonomia, temos a nossa soberania, temos a nossa legitimidade e fomos eleitos pelo povo para decidir em cima dessas tarefas.

Então, eu vou ao encontro do que V.Exa. coloca e acho que devemos rapidamente discutir, se for o caso, uma alteração na resolução, para dar mais amplitude às ações do próprio Poder Legislativo. Com isso, resolveríamos essas questões que estão sendo discutidas agora, trazidas pelo Deputado – e muito bem colocadas, defendendo o seu Estado do Rio Grande do Norte – e nosso coordenador Felipe Maia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Obrigado, Deputado.

Quero citar uma última questão sobre isso. Chegamos a discutir aprofundadamente na Consultoria a alternativa de existirem emendas que não colidissem com o sentido original da medida provisória. Se a medida provisória é para combater os efeitos da seca do Nordeste, só caberiam emendas que não fugissem a esse objeto. Mas nem isso conseguimos transpor, em função da redação do art. 111. Nem mesmo uma tentativa de leitura limitada da prerrogativa.

Então, acho que podemos levar, para discussão na nossa reunião de Líderes, não só esta questão, como também outras questões relativas à Resolução nº 1, que precisam ser corrigidas.

Portanto, a Presidência decide pelo indeferimento, não podendo ser apresentado o recurso.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Podemos orientar os partidos, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Já estamos votando a MP.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – É a MP. A Medida Provisória nº 569.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Para orientar, Deputado Felipe Maia.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Sr. Presidente, no mesmo sentido da MP nº 566, volto a dizer que esta medida provisória é de fundamental importância para os Estados do Nordeste. Ela abre crédito extraordinário no valor de R$688.497.000,00 – ou seja, a dotação é nesse valor. O empenho, até a presente data, foi de R$208.372.000,00. A execução é de R$106.968.765,00. E o valor é no mesmo montante: R$106.968.765,00.

A situação desta medida provisória, Sr. Presidente, é um pouco melhor do que a da MP 566, que tem 2% do valor pagos. Nesta, foram pagos 15% do valor. Porém, ela está muito aquém do que o povo nordestino e o Congresso Nacional gostariam de ver, neste momento, no que diz respeito a valores destinados aos Estados do Nordeste.

Então, a minha orientação é no mesmo sentido: oriento a minha bancada pela aprovação da medida provisória, com o alerta para a baixa execução desses valores editados pelo Palácio do Planalto e que neste momento estão sendo aprovados. Mas não precisariam ser aprovados por esta Comissão para serem executados, uma vez que medida provisória tem execução imediata. Então, a orientação à bancada do Democratas é o voto "sim", com a recomendação de V.Exa., para fazermos uma discussão mais ampla no que se refere às emendas apresentadas a medidas provisórias.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – Sr. Presidente, para orientar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado Duarte Nogueira, pelo PSDB.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – A orientação do voto do PSDB à Medida Provisória nº 569 é "sim", para aprovação da matéria, mas não poderia deixar de fazer o registro que fiz, na mesma linha, sobre a medida provisória que aprovamos anteriormente, a de nº 566.

Veja, Presidente, que o Relator *ad hoc*, o Deputado Ministro Eliseu Padilha, cita a pronta atuação do Governo, utilizando os instrumentos de urgência e relevância, previstos na Constituição brasileira, para

editar a medida provisória. A medida provisória foi editada na segunda-feira, dia 14 de maio. Portanto, há 1 mês e meio.

Três Ministérios fazem parte dessa decisão do Executivo. O Ministério da Defesa, no que diz respeito às ações de defesa civil, deveria prontamente – e, principalmente, nos casos dos desastres naturais e nas situações de emergência – atuar no apoiamento ao Sistema Nacional de Defesa Civil, ou seja, transferir os recursos para as respectivas Defesas Civis de Estados e Municípios atingidos não só pela seca, mas também por inundações, que foram objeto dessas ações mitigadoras.

Muito bem. O Ministério da Defesa, até agora, Sr. Presidente, sequer executou ou sequer empenhou 1 único real dos 50 milhões da dotação. Nem 1 real de empenho.

O Ministério da Integração Nacional, dos 400 milhões, empenhou 208 milhões, mas liquidou – ou seja, pagou – 106 milhões, de um total de 15,4% de todo o montante dos 688 milhões e 497 mil.

E o empenho do terceiro Ministério, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome –e a medida provisória prevê que promova a abertura de vagas no sistema de educação básica, para atender às crianças de zero a 4 anos de idade em situação de extrema pobreza e cujas famílias tenham sido beneficiárias do Bolsa Família –, também foi zero.

Ou seja, o objeto da medida provisória, que é a ação emergencial, mitigatória, para a redução do sofrimento, o atendimento a situações de Defesa Civil, a alimentação, a educação, o acolhimento, a melhoria das condições de vida dessas pessoas, sequer está sendo atendido, após 1 mês e meio da sua publicação.

Portanto, vamos aprovar a medida provisória, mas chamar a atenção, mais uma vez, para a enorme dificuldade de execução e de eficiência por parte do Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Obrigado, Deputado Duarte Nogueira.

Em votação o relatório da Medida Provisória nº 569 na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

Aprovado o relatório da Medida Provisória nº 569.

Passa-se ao próximo item da pauta.

Srs. Parlamentares, o art. 152 da Resolução nº 1, alterada pela Resolução nº 3, estabelece:

"Art. 152. O projeto de lei aprovado e enviado em autógrafo para sanção do Presidente da República não poderá ser motivo de alteração, ressalvado o caso de correção de erro material, verificado exclusivamente no processamento das proposições apresentadas, formalmente autorizado pela CMO, por proposta de seu Presidente, justificando-se cada caso."

Sendo assim, passaremos à apreciação do Ofício Conjunto nº 2, de 2012, de 20 de abril, que propõe a *"Correção de erro de ordem técnica verificado no Autógrafo da Lei Orçamentária para 2012 (Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012)"*. (Errata à Lei Orçamentária Anual para 2012).

Autores: Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados e Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal.

A Errata está em discussão. *(Pausa.)*

A discussão está encerrada.

A Errata está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada por unanimidade.

Passamos ao próximo item da pauta.

Requerimento nº 5, de 2012, que *"requer a realização de Audiência Pública para debater com o Ministro de Estado das Cidades os repasses de recursos do orçamento da União". (Ministro Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro)*. Autor: Deputado Duarte Nogueira.

O autor está coma palavra, para a apresentação do requerimento.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, vou falar bastante rapidamente, de maneira sucinta.

E este requerimento, que foi objeto inclusive de um entendimento na reunião dos coordenadores que antecedeu esta reunião, que já aprovou essas duas medidas provisórias e a errata que acabamos de aprovar – e é o último item –, tem por objetivo trazer aqui o Ministro das Cidades, o nosso colega Deputado Federal Aguinaldo Ribeiro, para, nesta audiência pública, oferecer-nos os esclarecimentos sobre a relação entre a Caixa Econômica Federal e os Municípios de todo o Brasil conveniados com a instituição, no que diz respeito a recursos transferidos do próprio Ministério das Cidades.

Este é um ano de eleições. Nós temos uma intercorrência, que é a suspensão da assinatura de novos

convênios 90 dias antes das eleições. Logo depois, essa trava feita pelo legislador deixa de existir.

Não há, portanto, nenhum prejuízo na presença do Ministro, para que nós possamos fazer um diálogo mais aprofundado. Onde de fato se encontram gargalos, para que possamos, com o apoio da Comissão Mista de Orçamento, que discute logo mais, no segundo semestre, o Orçamento e, portanto, a Lei de Meios para o ano que vem... De que maneira podemos, nesta audiência pública, apresentar melhores alternativas para dar mais celeridade e, ao mesmo tempo, evitar que passemos anos a fio com recursos pendentes em Restos a Pagar, com problemas de execução nesses convênios, com dificuldades para a prestação de contas?

Estamos num limiar cada vez maior de uso de instrumentos eletrônicos, redução do uso de papel, rapidez, tempo real, transferência de informação, de prestação de contas, obtenção de projetos –, e ainda patinamos, com muita morosidade, nessa questão da burocracia da Caixa Econômica Federal, com o que o próprio Ministério das Cidades e as respectivas cidades brasileiras sofrem muito.

Acredito que, com a presença do Ministro aqui, poderíamos debater ou dialogar sobre alternativas que facilitem a eficiência e a celeridade dessas ações.

Posto isso, apresento este requerimento e peço o apoio dos nossos pares da Comissão Mista de Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Deputado Duarte Nogueira.

Registro que 50% dos Parlamentares da Câmara presentes aqui, hoje, são representantes do Rio Grande do Norte. Estão aqui a Deputada Fátima Bezerra, os Deputados Felipe Maia, João Maia, Paulo Wagner...

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – E a outra metade é de representantes do Rio Grande do Sul. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Os Rio Grande se encontram na Comissão de Orçamento, quase do Oiapoque ao Chuí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Quase total a representação. *(Riso.)*

Em discussão o requerimento do Deputado Duarte Nogueira. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados que concordam com a realização de audiência pública com a presença do Ministro Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em virtude dos encaminhamentos, vou cancelar a reunião prevista para as 18 horas de hoje e declarar...

O SR. DEPUTADO JOÃO MAIA – Sr. Presidente, nós votamos o item 3?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Votamos a errata,...

O SR. DEPUTADO JOÃO MAIA – Votamos? O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – ... votamos o relatório e as duas medidas provisórias, conforme o acordo.

Portanto, a reunião está encerrada.

ATA DA QUARTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 54ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 2012.

Aos vinte e sete dias do mês de junho de dois mil e doze, reuniu-se extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 02 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar a Pauta nº 14 – Alterada. Verificou-se a presença dos seguintes parlamentares: – Deputados titulares: Cida Borghetti, Edio Lopes, Eliseu Padilha, Giovanni Queiroz, Leandro Vilela, Paulo Pimenta e Waldenor Pereira; – Senadores titulares: Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Clésio Andrade e Paulo Paim; – Deputados Suplentes: Leonardo Monteiro, Osmar Serraglio, Roberto de Lucena e Vanderlei Siraque. Deixaram de comparecer: – Deputados: Aníbal Gomes, Arnaldo Jardim, Arnon Bezerra, Augusto Coutinho, Duarte Nogueira, Felipe Maia, João Leão, João Maia, João Paulo Lima, Josias Gomes, Laurez Moreira, Luciano Castro, Lucio Vieira Lima, Mauro Lopes, Osmar Júnior, Paulo Foletto, Paulo Rubem Santiago, Paulo Wagner, Professora Dorinha Seabra Rezende, Ratinho Junior, Reinaldo Azambuja, Renato Molling, Wandenkolk Gonçalves e Zeca Dirceu; – Senadores: Benedito de Lira, Cássio Cunha Lima, Flexa Ribeiro, Romero Jucá, Sérgio Petecão, Vicentinho Alves e Wellington Dias. **ABERTURA:** às quinze horas e dois minutos, havendo número regimental para abertura dos trabalhos, conforme o *art. 134 da Resolução nº 1/2006-CN*, o Presidente, Deputado Paulo Pimenta, declarou iniciados os trabalhos. **ENCERRAMENTO:** em virtude da inexistência de *quorum* regimental para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, observado o disposto *no art. 29, § 1º do Regimento Comum*, o Presidente encerrou a reunião às quinze horas e três minutos. Antes, convocou reunião ordinária para o dia 3 de julho, terça-feira, às

14h30min, no plenário 2 da Câmara dos Deputados e cancelou a realização da reunião extraordinária do dia 27 de junho, quarta-feira, às 18 horas. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. – Deputado **PAULO PIMENTA**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senhoras e senhores, há número regimental para abertura dos trabalhos.

Declaro aberta a 4ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 14, de 2012, alterada.

Em virtude da inexistência de quórum para a deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, encerro a presente reunião.

Comunico o cancelamento da reunião extraordinária, convocada para hoje, 27 de junho, quarta-feira, às 18 horas. Antes, comunico sessão ordinária para o dia 3 de julho, às 14h30min.

Agradeço aos senhores e às senhoras as presenças.

Declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

Edição de hoje: 234 páginas

(OS: 13668/2012)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL